VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

ANAIS ELETRÔNICOS
VOLUME 2

Organizadoras
Ana Sara Cortez Irffi
Meize Regina de Lucas Lucena
Gilberto Gilvan Souza Oliveira

ESCRITA DA HISTÓRIA E POLÍTICAS DA MEMÓRIA

Editora
SERTÃO CULT
10 anos

ORGANIZADORES

Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi
Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui Mestrado e Doutorado em História Social pela UFC. É bolsista do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional. Coordenadora do Programa de Pós-graduação da UFC. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Sociedade de Estudos do Brasil Oitocentista. Desde julho de 2018 é pesquisadora vinculada ao INCT-PROPRIETAS. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: mundos do trabalho, mundo rural, escravidão, história do Brasil, pesquisa, história e teoria.

Meize Regina de Lucas Lucena
Tem graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (1993), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996), doutorado-sanduíche em Cinema - Université Paris III (2004), e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Possui pós-doutorado em História pela Universidade de Brasília (2013), pela Universidade de Groningen - Holanda (2013-2014) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de História, com ênfase em História e Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: cinema, linguagem, representação, escrita. Na última década tem desenvolvido estudos em torno da censura cinematográfica no Brasil durante a ditadura. É líder do grupo de pesquisa cadastrado no CNPq "História e narrativa".

Gilberto Gilvan Souza Oliveira
É doutor em História pela Universidade Federal do Ceará. Atua como professor na educação básica e no ensino superior. Enquanto pesquisador, dedica-se às áreas da História do Livro, da Edição e das práticas de leitura.

Organizadoras
Ana Sara Cortez Irffi
Meize Regina de Lucas Lucena
Gilberto Gilvan Souza Oliveira

ANAIS ELETRÔNICOS

VII Seminário Internacional História e Historiografia

escrita da história e políticas da memória

VOLUME 2

Sobral-CE
2024
Editora
SERTÃO CULT
10 anos

Anais Eletrônicos — VII Seminário Internacional - História e Historiografia escrita da história e políticas da memória. Volume 2
© 2024 copyright by: Ana Sara Cortez Irffi, Meize Regina de Lucas Lucena, Gilberto Gilvan Souza Oliveira (Orgs).
Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Editora
SERTÃO CULT
10 anos

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com.br
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com.br

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico
Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Revisão e normatização
Sob responsabilidade dos autores

Diagramação
João Batista Rodrigues Neto

Catalogação
Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

S471 Seminário Internacional: História e Historiografia escrita da história e políticas da memória. (7.:2024: Sobral, Ceará).

História e Historiografia escrita da história e políticas da memória: anais do VII Seminário Internacional: História e Historiografia escrita da história e políticas da memória. [recurso eletrônico]. / Organizadores, Ana Sara Cortez Irffi, Meize Regina de Lucas Lucena, Gilberto Gilvan Souza Oliveira. —Dados eletrônicos. — Sobral CE: Sertão Cult, 2024.

[680] p.
v.II

ISBN: 978-65-5421-174-1 - papel
ISBN: 978-65-5421-175-8 - E-book
Doi: 10.35260/54211758-2024

1. História. 2. Historiografia escrita. 3. Políticas da memória. I. Irff, Ana Sara Cortez. II. Lucena, Meize Regina de Lucas. III. Oliveira, Gilberto Gilvan Souza. IV. Título.

CDD 900

Reitor da Universidade Federal do Ceará
Custódio Almeida

Vice-Reitora da Universidade Federal do Ceará
Diana Azevedo

Chefe do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará
Mário Martins Viana Júnior

Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em História
Ana Sara Cortez Irffi – UFC
George Felix Cabral de Souza - UFPE
Uiran Gebara da Silva - UFPE
Francisco Gleison da Costa Monteiro - UFPI
Fabiula Servilha de Souza - UFRN
Fábio Baqueiro Figueiredo – UFBA
Edvaldo Correa Sotana – UFMT
Francivaldo Alves Nunes - UFPA
Keith Váleria de Oliveira Barbosa – UFAM
Marcos Vinicius de Freitas Reis – UNIFAP

Comissão Científica
Ana Sara Cortez Irffi – Universidade Federal do Ceará
George Felix Cabral de Souza - Universidade Federal de Pernambuco
Uiran Gebara da Silva - Universidade Federal Rural de Pernambuco
Francisco Gleison da Costa Monteiro - Universidade Federal do Piauí
Fabiula Servilha de Souza - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Fábio Baqueiro Figueiredo - Universidade Federal da Bahia
Edvaldo Correa Sotana - Universidade Federal do Mato Grosso
Francivaldo Alves Nunes - Universidade Federal do Pará
Keith Váleria de Oliveira Barbosa - Universidade Federal do Amazonas
Marcos Vinicius de Freitas Reis - Universidade Federal do Amapá
Kênia Sousa Rios - Universidade Federal do Ceará
Ian Merkel – Universidade de Groningen

Comissão Organizadora
Ana Carla Sabino Fernandes - Universidade Federal do Ceará
Ana Rita Fonteles Duarte - Universidade Federal do Ceará
Ana Sara Cortez Irffi - Universidade Federal do Ceará
Antônio Gilberto Ramos Nogueira - Universidade Federal do Ceará
Antônio Luiz Macedo – Universidade Federal do Ceará
Cláudia Freitas de Oliveira - Universidade Federal do Ceará
Kleiton de Sousa Moraes - Universidade Federal do Ceará
Kênia Sousa Rios - Universidade Federal do Ceará

Comissão Espaço da Graduação
Ana Suelle de Oliveira Gomes – Mestrado PPGH UFC
Francisca Eudésia Nobre Bezerra – Doutorado PPGH-UFC
Norma Sueli Semião Freitas - Doutorado PPGH UFC

Sumário

Apresentação.....11

"Ele estava fora do mundo, um nada!": Du Bois e sua ficção especulativa na construção de saberes para um ensino de História antirracista.....13
Júlia Maria de Araújo Lisboa

O patrimônio musealizado e os paradoxos da cidade planejada: representações sobre a urbe no Museu da Cidade de Governador Valadares (MCGV) e no Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) em Belo Horizonte/MG.....27
Lucinei Pereira da Silva

Além das vidas: singularidade e teorização nas biografias de Sigmund Freud escritas por Peter Gay (1988) e Elisabeth Roudinesco (2014) 42
Evandro dos Santos

Cor e etnia nos casamentos de uma freguesia fluminense: Itaguaí, 1848-1889.....53
Gustavo Alves Cardoso Moreira

Ameaça à democracia: a ditadura como ferramenta de combate à eleição de Getúlio Vargas em 1950.....67
Raiomara Lopes Braga

***SAÌKAKUN – GBÀGBÉ – E DÁKE!* A negritude ignorada e esquecida no silenciamento normativo educacional fluminense.....83**
Alessandro Sathler
Marinete Alves Pereira de Castro

"Entre narrativas e sertões": uma jornada decolonial e memorialística no estágio em História do Brasil I no ensino superior 97
Vitória Maria Targino Filgueiras

A escrita da história de Nelson Werneck Sodré (1950-1980): imperialismo, golpismo e autoritarismo 108
Carlos Henrique Moura Barbosa

Abrir fissuras na temporalidade neoliberal: a respeito do tempo e do imaginar 118
Débora Faccin

Proteção e empoderamento de mulheres: desenvolvimento de aplicativo de segurança para celulares e de cursos de formação para rompimento do ciclo de violência.....134
Fernanda Loch

"Para que as gerações vindouras possam avaliar com que devotamento o Ceará cultiva os cometimentos da inteligência": o futuro segundo a intelectualidade cearense na última década do século XIX.....144
Kalliany Moreira Menezes Vitoriano

A História em "Utopia e Barbárie" (2009) de Silvio Tendler.....160
Karoline Gorget Rodrigues

"Para além da dor": ditadura, repressão e violência manicomial no testemunho de Sylvia de Montarroyos 170
Amanda Pfitzner Cabral

Desconstruir para construir: uma proposta didática para trabalhar a temática indígena nos Anos Finais do Ensino Fundamental 184
Priscila Gonçalves Ferreira Souza

Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (1812-1831): Violências e Celebrações da Vila do Forte.....195
Marcos André Nascimento de Jesus
Gleudson Passos Cardoso

História e memória no espaço público: o caso da praça do avião no setor aeroporto em Goiânia.....206
Fátima Johannes Martins Matozinho

Conflitos de poder na administração das terras na Capitania do Siará Grande NA primeira metade do séc. XVIII 217
Rafael Ricarte da Silva

O sequestro da estrela: apontamentos para um estudo sobre a construção subjetiva do cineasta Glauber Rocha enquanto celebridade do cinema brasileiro (1959-1978) 227
Romário de Moura Rocha

"É preciso pisar na cabeça da serpente": movimentação de tropas durante o processo de prevenção às invasões dos sediciosos paraibanos ao Rio Grande do Norte durante o Quebra-Quilos (1874- 1875) 242
Francisco Urbano Alves

Nas páginas do jornal e nos arquivos da História: a Igreja Católica capixaba e a ditadura militar.....256
Ana Carolina Ronchi

A forma da teoria: algumas reflexões sobre como a história pode fazer da literatura sua "ficção teórica" 271
José Dércio Braúna

Os atos necessários a administração municipal para a efetivação de políticas de infraestrutura durante o Império 288
Arthur da Costa Orlando

Homens sendo mortos por suas próprias tramas: Lula Côrtes e a resistência ao mundo moderno 304
Álvaro de Sousa Coelho

Outros caminhos de aprendizagem: o ensino de história a partir da inserção de recursos didáticos sobre a história local (Caxias/MA) 317
Aldeanne Silva de Sousa
Jakson dos Santos Ribeiro

amília e escravidão na Belém oitocentista: uma análise das relações de compadrio por meio dos registros de batismo da Freguesia da Sé (1810-1820) 328
Ruan Souza dos Santos

Curadores e feiticeiros: o oficial e o ancestral na busca pela cura da alma e do corpo em Belém (1890-1897).....344
Hanna Ingrid Pororoca Leite

Estilo historiográfico em E. P. Thompson: uma análise a partir de *Costumes em Comum* 360
Saulo Artur Cordeiro Leite Julião

Alimentação e abastecimento no caminho fluvial entre o Grão-Pará e o Mato Grosso (1750-1777).....375
Vanice Siqueira de Melo

"Das penas do Purgatório para a salvação eterna": a requisição de altares privilegiados no Rio de Janeiro setecentista 386
Anne Elise Reis da Paixão

Quando o carcará encontra o super-herói: Arnaldo Albuquerque e as curtições da juventude teresinense na década de 1970 399
Paulo Neto Souza Araújo

Propaganda política na imprensa paraense: o embate nos jornais *O Liberal* e *Folha do Norte* nas eleições de 1947 412
Gean da Silva Maia

A voz do luto: enunciações críticas acerca do ritual funerário Terno das Almas de Igatu (Chapada Diamantina-Bahia) 429
Ana Luisa Dias Lauria

Oficina "a caixinha da vovó": descobrindo sobre a memória e o passado de imigrantes portugueses no Paraná.....440
Mayla Louise Greboge Montoia

A saúde pública na Província do Piauí a partir da transferência da capital para Teresina(1850-1855) 450
Rakell Milena Osório Silva
Joseanne Zingleara Soares Marinho

Joaquim da Cunha Freire, o Barão de Ibiapaba: relações entre biografia e contexto histórico 466
Alisson Freitas da Silva

A seca de 1877 e os tipos: Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo e a querela sobre a verdade e o ficcional 481
José de Arimatéa Vitoriano de Oliveira

Mucuripe resiste: lutas pelo direito a cidade nos séculos XX e XXI....495
Ianna Edwirges Uchoa Almeida

A produção do espaço público na ótica das revistas ilustradas da cidade de Natal (1925- 1930).....503
Karine Maria Lima Lopes

Navegando em outros mares: percepção e análise da atuação profissional de historiadores formados pela UFRN na rede social Instagram de 2020 a 2022.....519
Viviane Cristine Pereira Nunes

Da didática ao digital: os impactos do YouTube na construção da consciência histórica escolar na região metropolitana do Recife 532
Carolina Rodrigues Cardoso

Papéis sexuais em *Eu sou uma lésbica*, de Cassandra Rios.....546
A. Shelle Paula Rodrigues

"Soldado da democracia": uma análise das representações anticomunistas produzidas por Simplício de Sousa Mendes (1961-1971) 561
Joel Marcos Brasil de Sousa Batista
Francisco de Assis de Sousa Nascimento

Um burocrata-literato entre medíocres e fanfarrões: Lima Barreto e a escrita do corpo do homem de Estado no Diário Íntimo 578
Thiago Venícius de Sousa Costa

O letramento patrimonial: práticas metodológicas para o ensino de história em Cachoeira dos Índios-PB.....589
Djalma Luiz do Nascimento Dantas

Para frente brasil: a seleção brasileira como ferramenta de propaganda política e legitimidade do regime militar durante o governo Médici (1969 – 1974).....606
Romulo Cesar Barros Aguiar

Abguar Bastos, história paraense e conflitos literários 617
Heraldo Márcio Galvão Júnior
Gabriela Pereira de Sousa

A luta pela abolição na imprensa do RN e as contradições entre discurso político e a prática social (1883-1885).....632
Kleber Sousa
José Roberto Pinto Santhiago

Entre acomodações e contradições: breve análise de aspectos da política social da ditadura em Senador Pompeu-CE (1970-1973) 645
Antônio Wesley do Nascimento Martins

A vertigem por trás de um processo: um estudo das narrativas de 'O Processo' e 'Democracia em Vertigem' sobre o "impeachment" de Dilma Rousseff e o autoritarismo no Brasil (2016-2019) 660
Raimundo Itamar Lopes Pinheiro Filho

Estágio supervisionado e o ensino EAD: relatos de experiencias dos estagiários do polo de Iguatu do curso de História da UAB/UECE em 2023.....671
Diocleciana Paula da Silva
Ana Carla Sabino Fernandes

Apresentação

A realização do Seminário Internacional História e Historiografia se constitui num importante eixo de consolidação e ampliação de uma rede de investigação e produção do conhecimento histórico compreendendo as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O caráter itinerante possibilita a divulgação e promove a elevação da qualidade da produção científica, eliminando as barreiras da área da história no processo de internacionalização do conhecimento.

Ao suscitar o debate acadêmico no campo historiográfico potencializado pelos diálogos e o estabelecimento de balanços sobre as novas abordagens e tendências da investigação dos historiadores, o Seminário contribui para a renovação da historiografia das regiões compreendidas ao mesmo tempo em que incentiva a consolidação de grupos de pesquisas institucionais e a participação dos professores da educação básica.

O Seminário Internacional de História e Historiografia visa assegurar, em base ampliada, a continuidade de um evento que tem agregado docentes, pesquisadores e estudantes de pós-graduação em torno dos desafios contemporâneos da investigação histórica.

A tomada de consciência da relação do historiador com a multiplicidade das dimensões temporais vem conduzindo ao entendimento segundo o qual, longe de qualquer pretensa natureza mimética do real, o discurso apoiado no trabalho de interpelação das fontes e elaboração escrita requer a problematização contínua de seus próprios procedimentos, escolhas e filiações.

Assim, ganha pertinência o exame crítico dos modos pelos quais, ao longo do tempo, a história se tornou um campo de conhecimento, com normas, rigores e interdições específicas. Amplia-se, portanto, o interesse em abordar a memória disciplinar como objeto de estudo, recusando sua cristalização canônica. Indagar e reconstruir as condições que, num dado presente, favoreceram a emergência de certas narrativas sobre o passado, em sintonia com

as projeções de futuro, é uma forma de sublinhar a historicidade constitutiva do saber histórico.

Afora a atualidade desse debate, que encoraja a percepção acadêmica das interfaces entre história e historiografia, o evento em apreço está inserido num conjunto de ações dedicadas à consolidação dos cursos de Pós-Graduação envolvidos. Ao incentivar o diálogo entre pesquisadores de História e áreas afins, o seminário tornará mais efetiva a troca de experiências e a explicitação de inquietações, desafios, metodologias e conceitos que têm delineado o horizonte dos trabalhos em andamento. Será, ainda, ocasião oportuna para ampliar os vínculos de cooperação científica e cultural com instituições com que o Programa de História deseja possuir acordo.

“Ele estava fora do mundo, um nada!”: Du Bois e sua ficção especulativa na construção de saberes para um ensino de História antirracista

Júlia Maria de Araújo Lisboa

Resumo

O presente trabalho busca investigar o uso do conto ficcional especulativo de W. E. B. Du Bois, O Cometa, enquanto ferramenta para o ensino de História antirracista. Colocando-o sob a análise do discurso orientada pelo método científico, a fim de esmiuçar historicamente seu enredo, pensando o uso em sala de aula, a partir da discussão da sua narrativa sobre a questão racial dos grupos negros no pós-abolição. Portanto, objetiva-se, aqui, a reflexão acerca de sua aplicação em vistas ao acesso à consciência histórica, pelas vias do pensar historicamente, pela construção de evidências, para a construção de saberes históricos no ensino antirracista. Assim, a análise é delineada a partir das discussões da Didática da Histórica e da Educação Histórica, diante das possibilidades de uso do conto ficcional para edificar o acesso à consciência histórica como forma de combate ao racismo pelo ensino de História, tendo em vista a ação no presente, para a construção de projetos de futuro antirracista.

Palavras-chave: Consciência histórica; Antirracismo; Ficção especulativa.

Introdução

O presente trabalho trata-se de um projeto de pesquisa submetido e aprovado no edital de admissão de 2024 do programa de mestrado em História na Universidade Federal de Pernambuco. Construído enquanto continuação da pesquisa iniciada na graduação em História, o projeto leva em consideração as ausências de narrativas históricas protagonizados por sujeitos negros nos livros aprovados no Programa Nacional do Livro Didático. Os excessos de eurocentrismos e a ausência quase completa de possibilidades de combate ao racismo, devido à narrativa consolidada nos materiais didáticos e bases curriculares, nos levaram à pergunta que rege a atual investigação: quais as

possibilidades de enfrentamento desse déficit no ensino de História? Assim, para iniciar a discussão, é preciso afirmar com veemência que o Brasil é um país racista.

Negros e brancos vivem simultaneamente no mesmo mundo e em mundos distintos (Almeida, 2021, p. 12). O racismo, problema com fundações históricas, cujas bases de construção em solo brasileiro antecedem a existência de um Brasil de fato, é objeto central de estudos que buscam compreender a sua estruturação, a fim de pensar formas de combate a essa ferramenta de extermínio.[1] Ainda que seu enraizamento seja reentrante, tentou-se negar sua existência através da naturalização e da maquiagem de um Brasil embebido numa falsa *democracia racial*[2].

Até hoje, sua população trata como delicado o tema, por vezes minimiza sua existência, afirmando que é um problema real, mas de outros contextos, os quais acontecem paralelamente à sua vida. Schwarcz (2012, p. 30) se utiliza de uma pesquisa feita pelo jornal *Folha de São Paulo* para escancarar esse modelo de racismo à brasileira, de modo que somente 10% dos entrevistados admitiram possuir algum tipo de preconceito racial. Entretanto, indiretamente, 87% mostrou possuir esse tipo de preconceito ao concordar e até reiterar frases de teor racista. A mesma pesquisa, refeita em 2011, teve resultados correlatos: a população reconhece a existência do racismo, colocando-o em dimensões da realidade que não a sua e apontando para o problema como pertencente a outro tempo (Lisboa, 2022, p. 135-159).

A pesquisa, diante da produção historiográfica acerca da colonização, escravização, dos eventos sócio-político-econômicos e pós-abolição, leva à reflexão quanto à violência que nos caracteriza como país: uma violência, sobretudo, racial. "A desigualdade que nos marca enquanto país é uma desi-

1 Neste projeto, entendemos que o conceito de racismo é desenvolvido na contemporaneidade, mas que as bases de sua consolidação e formulação antecedem a cunhagem do termo em si, essa que remonta ao século XIX, com a publicação, em 1854, da obra do conde de Gobineau (1937), *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas.* No entanto, para designar a discriminação racial, o termo se populariza somente no século XX.

2 O termo "democracia racial" é colocado em debate no Brasil após as discussões em torno da obra de Gilberto Freyre (1933), *Casa Grande e Senzala,* que sugere a ideia de uma harmonia entre as raças no país. Apesar do autor nunca ter usado a expressão em sua obra, ela é frequentemente usada para explicar a perspectiva desenvolvida em seus escritos. Mais sobre a discussão em torno do conceito em: GUILLEN, Isabel; LIMA, Ivaldo. História e Memória da Negritude Pernambucana em ritmos, cores e gestos: 1970-1990. *Territórios e Fronteiras,* v. 5, n. 2, p. 261-274, 2012. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4807274 Acesso em: 20 ago. 2023.

gualdade estruturada pelo racismo. O véu que nos divide enquanto sociedade é o da democracia racial" (Almeida, 2021, p. 14). No ensino, a análise prévia da produção e produto final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, lado a lado às análises de livros didáticos de História, amplia a percepção do apagamento da existência negra nas narrativas constituintes daquilo que se entende como História do Brasil, no ensino escolar, voltado à formação cidadã (mesmo com a aprovação, em 2003, da Lei n° 10.639, que prevê a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira) (Brasil, 2003).

Ser negro, perante a narrativa-mestra[3] que constitui a base curricular nacional e que chega às mãos e cognição do estudante, através do componente curricular História, coloca a população preta e parda numa *dupla consciência*[4] que reside em ser negro ("o outro") e ser brasileiro, duas partes incongruentes a partir do discurso promovido nos setores estruturantes do ensino básico (Du Bois, 2021).

A disputa narrativa e violência racista relegam ao esquecimento as histórias dos povos negros e mantém em pé o discurso que coaduna para a falta de projetos de futuro à população negra de hoje. É, pois, a consolidação da ideia de que pessoas negras são pessoas sem história, pessoas sem um passado narrado e, portanto, sem uma referência para a formação identitária no presente e sem expectativa de futuro. "Por mais penosa que possa parecer esta constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, existe apenas um destino. E ele é branco" (Fanon, 2020, p. 24).

3 Um dos elementos fundantes da constituição da narrativa-mestra enquanto conceito é o estabelecimento de identidade entre o narrador e o passado histórico prescrito, expresso na instauração do binômio nós x eles para se referir à identidade e à diferença com relação à nacionalidade. Ver mais em KLÜPPEL, Giuvane; CERRI, Luiz Fernando. Entre Consciência Histórica e Narrativa Mestra: a identidade na narrativa de jovens graduandos em História da cidade de Ponta Grossa, Paraná. *Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino,* v. 1, n. 2, 2018, p. 19.

4 Para Du Bois(2021), a questão racial pode ser compreendida, em partes, através do conceito de *dupla consciência,* que se trata, então, da experiência de se ver pelos olhos dos outros, de imaginar-se e medir-se pela régua da violência racial, de existir enquanto sujeito no presente ao mesmo tempo que não existe enquanto sujeito histórico de sua nação.

No ensino de História, o rompimento com a *invenção*[5] de um passado branco e com esse futuro que não tem espaço para a pessoa preta,[6] pautando os processos historiográficos de constituição de saberes e se utilizando a mediação do *historiador-docente*[7], é possível a partir do uso da literatura historicamente situada. O problema, aqui, reside na necessidade de pensar novas possibilidades materiais para a consolidação do antirracismo nas aulas de História, pelas vias de acesso à consciência histórica[8]. A literatura apresenta-se como porta aberta a esses caminhos possíveis no ensino — com sua produção colocada sob as lentes da ciência histórica, a qual se utiliza da competência narrativa em sala de aula; narrativa essa presente também no âmago da historiografia contemporânea, dentro de sua cientificidade e métodos apropriados.

O afrofuturismo e O Cometa

O Movimento Afrofuturista de reinvenção artística negra propõe, na disputa por imaginários, pensar as existências que se buscou apagar, sobretudo para a reeducação quanto às questões raciais e para a produção de novos futuros (Lima, 2023). Para Kodwo Eshun (2015, p. 59-60), o movimento é um programa para a recuperação das histórias de contra-futuros criadas num século hostil à projeção afrodiaspórica e também como espaço, no qual o trabalho crítico de produzir ferramentas capazes de intervir no atual regime político pode ser levado a cabo.[9]

5 Para Durval Muniz, o fazer historiográfico é permeado pelas perspectivas e influências sócio-culturais dos historiadores, de modo que essa urdidura de narrativas é composta por fios do presente, que tecem (inventam) uma ideia sobre o passado. Mais em: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. *Ensaios de teoria da História.* 2007. Bauru, Edusc. e sobre o fazer historiográfico em: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história.* Forense Universitária, Rio de Janeiro: 1982.

6 Na perspectiva rüseniana de que o conhecimento histórico nos leva a um constructo temporal de compreensão da historicidade do tempo presente, levando o sujeito a agir hoje, criando projetos de futuro (Rüsen, 2001).

7 Utilizaremos o conceito de *historiador-docente*, para tratar da figura do professor, pois em História é essencial que a figura do docente esteja relacionada ao ensino e pesquisa em sala de aula, cabendo a ele não somente a discussão do conteúdo programático, mas o processo de construção historiográfica. Sobre o conceito: OLIVEIRA, Thiago A. D.. Pressupostos da pesquisa e da formação continuada de historiadores docentes: uma contribuição da Educação Histórica. *Roteiro,* v. 45, 2020. Disponível em: https://l1nq.com/xr9Uh. Acesso em: 21 mar. 2021.

8 Para Rüsen (2001), a *consciência histórica* trata-se da capacidade de interpretar experiências atuais a partir da transposição do passado para o presente, por meio da narrativa.

9 Em seu livro Quilombismo, Abdias Nascimento trabalha diversas questões ligadas a atuação organizada em virtude da construção da negritude. Entre outras questões levantou alongadas discussões

Em 1920, após a pandemia da Gripe Espanhola, com o aumento exponencial da morte de pessoas negras, o sociólogo estadunidense William Edward Burghardt "W. E. B." Du Bois escreve o conto de ficção especulativa afrofuturista *O Cometa,* que escancara a questão racial no período posterior à abolição da escravatura nos Estados Unidos da América (1865).[10] Nascido em 1868, vivendo toda sua vida sob as imposições institucionalizadas pelas chamadas *Jim Crow,* as leis de segregação racial do sul dos EUA, Du Bois usa a literatura para discutir os papeis relegados à pessoa negra e branca na sociedade racista. No enredo de cunho apocalíptico, o protagonista *Jim,* homem negro, e *Julia,* mulher branca, são os únicos sobreviventes de um desastre cósmico, que leva à morte de todos os outros (Du Bois, 2021). O autor guia os acontecimentos em direção à reflexão sobre a questão racial num contexto extremo, para provocar o interlocutor e deixar à mostra o racismo e suas reverberações, tantas vezes negadas pela sociedade e instituições.

O uso de elementos de especulação de futuro, exibição crua do problema no presente, com elementos historicamente situados, pensando a plena emancipação, torna *O Cometa* um rico objeto a ser investigado quanto aos usos no ensino de História. Essencialmente, no acesso à consciência histórica para o desenvolvimento do antirracismo na vida prática do estudante, na perspectiva de combate engendrada na tomada de consciência de si, orientada pela cognição situada na Historiografia e Teoria da História. Buscamos, assim, orientar a pesquisa diante da inquietação causada pelo esquecimento das histórias negras no ensino, o qual leva à falta de lastro representativo sintomático e impeditivo da consciência de si pela pessoa negra.

---

acerca da legitimidade dos conhecimentos e tecnologias do mundo ocidental, que tentamos indicar aqui. Abdias demarcou as fronteiras de como uma irmandade negra internacional teria de se haver com o problema de uma ciência pretensamente universal. Estas, assim atadas umbilicalmente às bases do pensamento que as gestaram, serviriam tão somente às razões do colonizador. Estavam, enfim, corroídas pelo tempo, carcomidas pela velharia do etnocentrismo europeu. Inclusive, seria a própria história, "uma versão concebida por brancos, para os brancos e pelos brancos". NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo. 2a ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares, 2002.

10 Os pesquisadores que estudam o afrofuturismo como objeto reconhecem obras anteriores à cunhagem do termo como obras afrofuturistas, por reconhecer (a partir de características compartilhadas) que o movimento inicia-se no início do século XX, de modo que o termo foi proposto a fim de definir toda essa produção. Assim, o uso do termo em retrospecto não se enquadra na ideia de anacronismo. Mais sobre o debate em LIMA, 2023 *op. cit.* e SOUZA, Waldson Gomes de. Afrofuturismo: o futuro ancestral na literatura brasileira contemporânea. Dissertação (mestrado em Literatura) UnB, Brasília, 2019.

O "anjo da história" de Walter Benjamin (2013), com o rosto voltado às ruínas do passado, mas que é empurrado imparavelmente ao futuro, resume imageticamente uma das questões centrais que perpassam o Afrofuturismo: de que maneira a comunidade negra diaspórica, que teve seu passado roubado e apagado, consegue, sem um acervo referencial da história dos seus antepassados, vislumbrar futuros? (Freitas; Messias, 2008, p. 5). *O Cometa,* aqui, aparece como ferramenta e fonte para *evidência*[11] alternativas a serem usadas na construção de saberes no ensino de História antirracista.

"No que diz respeito ao próprio exercício de criar ficções em função da conformação de uma realidade político-social, essa não é uma novidade na história do mundo, nem ao menos na história das relações raciais" (Lima, 2023 *op. cit.).* Narrativas ficcionais são usadas desde muito tempo no intuito de moldar imaginários com intenções políticas. A utilização da fabulação como ferramenta colonial de legitimação de poder, pela produção de imaginários pejorativos quanto às populações negras, esteve presente nestas terras desde o século XVI.[12] O objetivo, ao utilizar a ficção afrofuturista no ensino antirracista, é dar um novo sentido à fabulação na construção de imaginários.

Cunhado na década de 1990, por Mark Dery (1994), o termo "afrofuturismo" é usado para designar o trabalho artístico ficcional especulativo que aborda as vivências de pessoas negras, sua existência no contexto da tecnocultura, em narrativas protagonizadas por personagens negros (Dery, 1994). Para a historiadora Thayara C. Silva de Lima (2023), o afrofuturismo busca, então, uma fabulação crítica, para que seja possível extrair dali possibilidades de existência que se buscou apagar[13].

11 Na *History Education,* vertente inglesa de pesquisa em ensino de História, a *evidência* é aquilo que o aluno apreende a partir da identificação e investigação crítica de fontes que lhes são apresentadas, através da mediação do historiador-docente. A fonte é usada como material auxiliar para concretizar os objetivos de significação crítica dos eventos históricos. O conceito de evidência implica na "compreensão do aluno de que o conhecimento do passado assenta na interpretação do material que o passado deixou para trás" (Ashby, 2003, p. 41).

12 No Brasil, podemos citar, como exemplos de uso dessa fabulação dentro da discussão racial nacional, a obra: LOBATO, Monteiro. *O presidente negro.* Globo Livros, 2008 e ainda ANDRADE, Mário de. *Macunaíma:* o herói sem nenhum caráter. Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019.

13 Fabular é construir narrativas ficcionais com objetivos diversos, desde uma orientação moral e ética, até finalidades disruptivas, de dominação e de transgressão.

Literatura no ensino de História: o acesso à consciência histórica e projetos de futuro

Para Oliva (2008), a produção de um imaginário negativo, com narrativas ficcionais, acerca da história de pessoas negras é um fenômeno iniciado antes mesmo da colonização. De modo que ele analisa fontes documentais que explicitam as visões sobre África e suas populações, pela Europa, desde pelo menos a Baixa Idade Média, com narrativas controversas, usadas com finalidades difamatórias, político-econômicas. Nas relações de poder correntes, a imagem criada acerca do "outro" está a serviço da dominação. Para Giovanni Levi (2001), o caráter de ciência cívica da história a torna, por definição, uma atividade política, em cujo emaranhado estão o passado, o presente e o futuro. Assim, para o historiador, o futuro "requer novos instrumentos de compreensão, enquanto formas poderosas de poder que consolidam sua dominação econômica e ideológica" e "é também ao passado que tens que lhe dar sentido outra vez" (Levi, 2001. p. 25-26).

Reinhart Koselleck (2006), ao investigar a forma pela qual, em um determinado tempo presente, "a dimensão temporal do passado entra em relação de reciprocidade com a dimensão temporal do futuro", aponta que a maneira como nos relacionamos com o tempo influencia nossa compreensão de futuro, o que afeta nossas ações e decisões no presente (Koselleck, 2006). Em diálogo com a obra de Jörn Rüsen (2001), compreender o presente a partir da interpretação histórica significa, assim, uma referência para o futuro. De maneira que a *consciência histórica* constrói a noção vívida de um curso temporal, além de proporcionar marcos que guiam nosso curso de ação. Ou seja, a *consciência histórica* é um elemento chave de orientação na vida prática, porquanto ela trata o passado como uma experiência que nos norteia dentro das mudanças temporais. De tal forma que essa consciência é uma operação de aprendizado do intelecto humano (Schmidt; Barca; Martins *op. cit.*).

A ideia de um ensino que leve o aluno a acessar uma consciência histórica[14] (diante da existência do racismo em seu mundo, compreendendo sua estruturação e entendendo-se como sujeito histórico ativo) pode usar diferentes ferramentas, a literatura ficcional especulativa é uma das possibilidades, visto

14 A consciência histórica trata-se da capacidade de interpretar experiências atuais a partir da transposição do passado para o presente, por meio da narrativa, do relato de uma história (Rüsen, 2001).

que esse gênero ficcional não se trata de utopia, mas preocupa-se com o futuro, articulando trocas entre esse tempo e seu devir presente (Eshun, 2015). Assim, a pesquisa segue na direção da utilização do conto de Du Bois em sala de aula, amparada pelos estudos da Didática da História, para que haja 1) o entendimento dos eventos de outrora, 2) a fim de que se compreenda os eventos e a realidade presente dentro de sua historicidade, 3) objetivando a ação na vida prática, 4) visando a um projeto de futuro antirracista 5) apoiado no desenvolvimento de uma identidade histórica própria (Schmidt; Barca; Martins *op. cit.*).

Na cultura escolar, as narrativas e arquétipos consolidados e reiterados, atuam diretamente na *cultura histórica* circulante. Segundo Jörn Rüsen (1994, p. 4), a *cultura histórica* diz respeito a uma categoria que nos permite compreender, analiticamente, a produção histórica e os usos que são feitos desta produção na sociedade de hoje, na instância pública; sendo a cultura histórica, portanto, "a articulação prática e operante da *consciência histórica* na vida de uma sociedade".

Para Jörn Rüsen (1994) a constituição de sentido em história, pela *cultura histórica*, perpassa a estética, a política, a cognição e a ética. A historiografia não anuncia apenas conhecimentos, tampouco somente dá notícia do poder das memórias históricas. Com suas formas próprias de enunciação linguística, em particular com seus modos de simbolização, a história se dirige aos leitores. A dimensão estética da História, essa que cria imaginários e legitima concepções sobre todos os grupos sociais e temáticas, é fundamental na discussão racial. A qualidade estética das apresentações históricas confere vivacidade aos eventos do passado distante e irreal, para a movimentada realidade do presente.

No racismo, a falta de referências para essa visão da negritude sobre si mesma, junto à simetria formalizada e o fascínio pragmático — tradicionalmente, essa visão é chamada de "beleza" e ela exerce seu poder de orientação na percepção sensorial — significa uma barreira a mais em seu combate. "O afrofuturismo emerge do campo como uma possibilidade de ocupação do espaço estético, enquanto reação produzida pela população negra às distintas dimensões de opressão sofridas por ela" (Lima, 2023 *op. cit.* Rüsen, 1994, *op. cit.*).

O esboço metodológico da investigação

Em *Razão Histórica,* Rüsen (2001, p. 26-27) utiliza uma floresta para representar a estrutura da ciência histórica, em seu fazer historiográfico. Para ele, "a efetivação teórica ganha, no paralelo com a prática, amplitude e profundidade", de maneira que no conjunto da floresta da ciência especializada, a teoria é o substrato que cuida para que esse dossel não se perca de vista, nos seus múltiplos processos componentes, nas árvores dos "processos particulares de conhecimento". É sob esse pressuposto que guiam-se as análises pensadas a partir do uso do conto *O Cometa,* no ensino de História.

O enredo escatológico da obra apresenta-se como discurso que pronuncia algumas das reivindicações dos movimentos negros diante da realidade lancinante do pós-abolição. Para sua análise, não devemos nos perguntar apenas o que ele diz sobre o passado, que informações ele nos aponta, mas devemos também perguntar como esse discurso foi produzido, em qual recorte temporal, por qual indivíduo, em quais conjunturas políticas, sociais e econômicas (Albuquerque Júnior, 2009). Em *A Ordem do Discurso,* Foucault (2019) direciona seu pensamento à ideia de que todo *discurso* possui uma *ordem discursiva* passível de análise, ou seja, "segue regras cultural e historicamente estabelecidas, obedece a modelos, está implicando em dadas relações sociais e de poder que o incitam a dizer algumas coisas e o proíbem ou o limitam de dizer outras" (Albuquerque Júnior, *op. cit.*, p. 235).

Assim, entender a produção de Du Bois, enquanto integrante das frentes de luta e pesquisador basilar para os estudos sobre relações raciais pós-emancipação, é fundamental a fim de investigar os lugares de onde seu discurso é emitido (Certeau, 1982). Como fonte histórica a ser analisada, devemos obedecer, então, à sua investigação interna e externa.

Para Sidney Chalhoub (2018), a obra literária como fonte histórica é um aparato com uma miríade de resquícios da época em que foi escrita. A sua análise leva o historiador a atentar quanto à forma da narração, que pode revelar forte presença dos conflitos nas relações sociais, compartilhadas por sociedades colonizadas diversas, não só a brasileira, mas cheias de nuances a exigir interpretação. Para tanto, os estudos sobre raça no Brasil são fundamentais. A crítica a obra de Fanon (2023), Du Bois (2021), Lélia Gonzalez (2022) e Abdias Nascimento (1978) — para enveredarmo-nos pela proble-

mática do racismo nas sociedades pós-coloniais, entendendo sua constituição e seus mecanismos de poder — nos levam a um olhar direcionado àquilo que interessa no trato de *O Cometa* enquanto fonte, também para pensar sua aplicação ao ensino.

Dentro desta noção, utilizaremos aqui alguns conceitos e ideias referentes à *History Education,* vertente inglesa de pesquisa em Ensino de História. A *History Education* utiliza de princípios convergentes com aqueles da Didática da História, ainda que traga especificidades próprias à linha. Uma delas é o estudo quanto ao uso de fontes em sala de aula, como *evidência* para uma aprendizagem crítica. Na concepção de Peter Lee (2003), esse tipo de aprendizagem transforma o modo como entendemos a realidade e agimos enquanto sujeitos históricos. Busca-se, dessa maneira, a reflexão sobre seu funcionamento como uma ferramenta poderosa para o pensar historicamente, o acesso à consciência histórica e até para o desenvolvimento de uma cultura histórica que se aproxime de todas as camadas da sociedade ou até para o desmonte de elementos tradicionalmente circulantes.

O conceito de *evidência,* aqui, é fundamental para a progressão de ideias, a partir do acesso à empatia histórica. A ideia é que o aluno tenha contato com resquícios daquilo que aconteceu um dia, desenvolvendo junto ao professor a percepção de que evidência não é um reflexo puro e simples dos eventos do passado, mas como uma possibilidade de se questionar e até responder indagações. Dando, então, pavimento para a percepção de que o professor não é detentor de todo o conhecimento histórico, através da mediação da construção desse processo de progressão, fazendo entender que a História é fruto do método científico e que a produção historiográfica é tão importante quanto o conhecimento dos conceitos substantivos. A ideia de empatia deve, portanto, ser apoiada no pensar historicamente, para que o aluno consiga entender qual a perspectiva de mundo dos sujeitos históricos e como isso influenciou suas ações.

Considerações finais

Portanto, as investigações cientificamente amparadas do conto *O Cometa* são as pilastras centrais para as meditações em torno de seu uso no ensino de História. Não somente pela *razão histórica* do ofício do historiador, que exige

o tratamento apropriado das fontes, mas também pelo princípio central do entendimento do ensino como parte da ciência: a reflexão sobre o processo de construção do pensamento histórico, que para Peter Lee (2003), recebe o nome de metacognição situada na Teoria da História. De modo que, para esse historiador, podemos rever e discutir os quadros estáticos, visto que as narrativas prontas que chegam ao estudante através da cultura histórica devem ser questionadas em sala de aula, com o amparo do *historiador-docente* com sua perspectiva científica dos eventos do passado e seus resquícios.

Diante disso, Bodo Von Borries (2018) auxilia na abordagem das chamadas Histórias Difíceis (eventos traumáticos da história humana) ao propor que o historiador auxilie o aluno no olhar partindo do presente, o que, na aprendizagem, significa o questionamento impulsionado pelas carências de orientação atuais. É, então, pensar a direção da pesquisa em torno da historicidade do racismo de hoje, a partir do que se produziu por um ativista negro, em meio às políticas de branqueamento e extermínio no século XX. É parte relevante do processo metodológico a análise da legislação e documentos estatais que delineiam o ensino antirracista no país, a fim de visualizar suas implicações na disciplina escolar. Levando em consideração a violência da palavra, a violência da narrativa histórica oficial que consta nos currículos. O ato de escrever é violento, especialmente quando se escolhe as palavras e as linhas que lembram e excluem. Esquecer uma história é esquecer um sujeito, é jogá-lo nos porões da existência humana e, assim, desumaniza-lo. O trabalho com a escrita de Du Bois nos traz histórias possíveis de serem utilizadas a contrapelo do eurocentrismo, colocando no centro da discussão as perspectivas de vivência pós-abolicionista de uma pessoa negra.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História:** a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História, Bauru: Edusc 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. "A dimensão retórica da historiografia". *In:* PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, p. 223-250, 2009.

ALMEIDA, Silvio. PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA. in DU BOIS, W.E.B. **As almas do Povo Negro.** São Paulo: Veneta, 2021.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma:** o herói sem nenhum caráter. Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019.

ASHBY, R. O conceito de evidência histórica: exigências curriculares e concepções de alunos. In: BARCA, I. (Ed.). **Educação histórica e museus. Braga:** Centro de Investigação em Educação, Universidade do Minho, 2003.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. São Paulo: Autêntica, 2013.

BORRIES, Bodo von. **"Jovens e consciência histórica".** Curitiba: W&A Editores, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. PARCERIA: Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.** 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL, Presidência da República - Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.** 2003**.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em: 15 de abril de 2021.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Forense Universitária, Rio de Janeiro: 1982.

CHALHOUB, Sidney. Literatura e Escravidão. *In:* SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio S. (Eds.). **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos. Editora Companhia das Letras, 2018.

DERY, Mark. "Black to the future: interviews with Samuel R. Delany, Greg Tate and Tricia Rose" in **Flame Wars:** the discourse of cyberculture. Durham: Duke University Press. 1994.

DU BOIS, W. E. B.; HARTMAN, Saidiya. **O cometa:** O fim da supremacia branca. Fósforo, 2021.

DU BOIS, Willian Eduard Burghardt. **As almas do povo negro**. Veneta, São Paulo: 2021.

ESHUN, Kodwo. Mais considerações sobre o afrofuturismo. *In:* FREITAS, Kênia (Org.). **Afrofuturismo:** cinema e música em uma diáspora intergaláctica. Tradução de André Duchiade. São Paulo: Caixa Cultural. 2015.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas.** Ubu Editora, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola, São Paulo: 2019.

FREITAS, Kênia; MESSIAS, José. O futuro será negro ou não será: afrofuturismo versus afropessimismo — as distopias do presente. **Imagofagia,** n. 17, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Maia & Schmidt, Rio de Janeiro: 1933.

GOBINEAU, El Conde de. **Ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas.** Editorial Apolo, Barcelona: 1937.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

GUILLEN, Isabel; LIMA, Ivaldo. História e Memória da Negritude Pernambucana em ritmos, cores e gestos: 1970-1990. **Territórios e Fronteiras**, v. 5, n. 2, p. 261-274, 2012. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4807274. Acesso em: 20 ago. 2023.

KLÜPPEL, Giuvane de Souza; CERRI, Luiz Fernando. Entre Consciência Histórica e Narrativa Mestra: a identidade na narrativa de jovens graduandos em História da cidade de Ponta Grossa, Paraná. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, v. 1, n. 2, 2018, p. 19.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** a contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEE, Peter. Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé: compreensão das pessoas do passado. *In:* **Educação histórica e museus. Braga: Centro de Investigação em Educação**, p. 19-36, 2003.

LEVI, Giovanni. Passado Distante Sobre o Uso Político da História. in HARTOG, François. REVEL, Jacques (dir.). **Práticas Políticas do Passado.** SHADYC. Paris: 2001, p. 25-26.

LIMA, Thayara Cristine Silva de. Literatura e História na reeducação de imaginários e na produção de novos futuros. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/elbc/a/xcCbNcLHfCjcMsrZZBk5zpn/. Acesso em: 17 jul. 2023.

LIMA, Thayara Cristine Silva de; PEREIRA, Amilcar Araújo; DIAS, Odara Philomena. Tempos de luta: a Lei 10.639/03 como instrumento para a expansão do presente na luta antirracista no ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 12, n. 25, 2023. Disponível em: https://rhhj.emnuvens.com.br/RHHJ/article/view/1022. Acesso em: 18 jul. 2023.

LISBOA, Júlia Maria de Araújo. Consciência Histórica e Livros Didáticos do Ensino Fundamental: Uma ferramenta de combate ao racismo. **Revista Espacialidades**, v. 18, n. 1, p. 135-159, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/26355 Acesso em: 4 jun. 2022

LOBATO, Monteiro. **O presidente negro**. Globo Livros, 2008.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

NASCIMENTO, Abdias. O **Quilombismo**. 2a ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares, 2002.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Da Aethiopia à África: as idéias de África, do medievo europeu à idade moderna. **Fênix:** revista de história e estudos culturais, v. 5, n. 4, p. 1-20, out./dez. 2008.

OLIVEIRA, Thiago Augusto Divardim de. Pressupostos da pesquisa e da formação continuada de historiadores docentes: uma contribuição da Educação Histórica. **Roteiro**, v. 45, 2020. Disponível em: https://ury1.com/VOLco. Acesso em: 21 de março de 2021.

RÜSEN, Jörn. ¿Qué es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Versão inédita em espanhol traduzida da versão original em alemão disponível em: FÜSSMANN, Klaus; GRÜTTER, Heinrich Theo; RÜSEN, Jörn (Eds.). **Historische Faszination; Geschichtskultur heute; Keulen, Weimar and Wenen**: Böhlau, 1994.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica. Teoria da História:** os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SCHMIDT, Maria A.; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão (Org.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora da UFPR, p. 51-77, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário:** cor e raça na sociabilidade brasileira. Editora Companhia das Letras, 6ª reimpressão, São Paulo, 2012.

SOUZA, Waldson Gomes de. **Afrofuturismo:** o futuro ancestral na literatura brasileira contemporânea. Dissertação (mestrado em Literatura) UnB, Brasília: 2019.

O patrimônio musealizado e os paradoxos da cidade planejada: representações sobre a urbe no Museu da Cidade de Governador Valadares (MCGV) e no Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) em Belo Horizonte/MG

Lucinei Pereira da Silva

Resumo

Este trabalho de investigação é um recorte da pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nosso objeto de estudo consiste em analisar as relações e experiências de professores de História em dois museus históricos de cidade de Minas Gerais: o Museu da Cidade de Governador Valadares (MCGV) e o Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) em Belo Horizonte. É importante destacar que tanto a construção de Belo Horizonte, capital do estado, inaugurada em 1897 e de Governador Valadares, antes chamada de Figueira (até 1937, ano de sua emancipação) estavam situadas no contexto de modernização empreendidas em várias cidades do mundo, cujo intuito era difundir ideias de ordem, progresso e higiene como premissas básicas. Em maio de 1895, Aarão Reis, na posição de chefe da Comissão Construtora da Nova Capital publicou a planta de Belo Horizonte, cujo planejamento das ruas e avenidas da área central possuíam largura e arborização abundante, de maneira a oferecer livre circulação de veículos e conforto à população. Em 1915, Governador Valadares também ganharia um moderno traçado na região central, marcado pela regularidade e racionalidade de ruas, quarteirões e avenidas. Documentos oficiais atribuem o traçado da cidade ao topógrafo Olímpio de Caldas Freitas e ao carpinteiro José de Serra Lima. Dessa forma, a proposta deste texto é analisar três objetos presentes no acervo do MHAB (a planta de construção da cidade, o casarão que abriga a exposição e o bonde) e três objetos em exposição no MCGV (a planta de construção da cidade, a argola de amarrar solípedes e a tampa de bueiro do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, que atuou na cidade de 1942 a 1960). Tendo isso em consideração, buscaremos refletir nesta pesquisa quais

representações urbanas podem ser identificadas nestes objetos? Quais os limites e potencialidades sobre a incorporação do patrimônio urbano podemos observar no acervo desses museus? A partir dessas escolhas metodológicas e os caminhos apontados nessa pesquisa poderemos constatar que, a cultura material musealizada abre possibilidades de experiências sobre/com/na cidade. No entanto, um paradoxo é inevitável: várias heranças do passado insistiam em permanecer, como os problemas sociais advindos do fim da escravidão e do êxodo rural. Cortiços, periferias ocupações irregulares e invasões proliferavam nos arredores do traçado planejado destas cidades.

Palavras-chave: Patrimônio Musealizado; Cidade Planejada; Museus Históricos de Cidade.

Introdução

Nos estudos da Museologia, os bens culturais e naturais que se transformam em testemunhos materiais e imateriais da trajetória do homem, durante a sua passagem pelo mundo, e que estão protegidos pelos museus se constituem como patrimônio musealizado. Lima (2012) argumenta que, ao Patrimônio e seus correlatos (bem, herança cultural e monumento) são atribuídos o caráter de formação cultural e simbólica, e a partir de determinado "trato museológico", adquire a feição de Museu, ou de patrimônio musealizado. Portanto, a proposta deste estudo é analisar três objetos presentes no acervo do MHAB (a planta de construção da cidade, o casarão que abriga a exposição e o bonde) e três objetos em exposição no MCGV (a planta de construção da cidade, a argola de amarrar solípedes e a tampa de bueiro do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, que atuou na cidade de 1942 a 1960). Tendo isso em consideração, buscaremos refletir nesta pesquisa quais representações urbanas podem ser identificadas nestes objetos? Quais os limites e potencialidades sobre a incorporação do patrimônio urbano podemos observar no acervo desses museus?

Neste trabalho investigativo defendemos que, os museus históricos de cidade apresentam-se como lócus privilegiado para o exercício do direito ao patrimônio e à participação na vida cultural urbana. Como sustenta Filho (2010), neste lugar guardam-se indícios, rastros do viver urbano e marcas, discretas ou imponentes inscritas no contemporâneo – rumores de homens e mulheres do passado e do presente cujas experiências sociais se encontram

amealhadas e expressas por meio de objetos e materiais. Por isso, Meneses (2003) sustenta que "[...] o museu pode ser um local para *desnaturalizar* a cidade, instigar para que seja percebida como coisa criada pelo homem, para seus interesses, contra eventualmente, interesses de outros homens, mutável e em transformação permanente" (Meneses, 2003, p. 279).

Vale considerar que este texto é um recorte da pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nosso objeto de estudo consiste em analisar as relações e experiências de professores de História em dois museus históricos de cidade de Minas Gerais: o Museu da Cidade de Governador Valadares (MCGV) e o Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) em Belo Horizonte.

Assim, na primeira parte deste estudo centramos nossa análise a respeito dos ideais políticos, científicos e sociais do final do século XIX e início do século XX, que influenciaram o planejamento urbano tanto de Belo Horizonte como de Governador Valadares e como a construção e a gestão do espaço urbano resultou na segregação socioespacial da população local destas cidades. Na segunda parte desta investigação buscamos analisar os três objetos selecionados em cada museu. Ao colocarmos em contraste estes artefatos será possível compreender as representações sobre a urbe como também os limites e potencialidades da relação dos museus pesquisados e a cidade da qual estão inseridos.

Os paradoxos da cidade planejada e o contexto de modernização: ordem, progresso e higiene

É importante compreender que, as cidades existem desde a Idade Antiga, mas é na modernidade que surge o urbanismo, a nova ciência de construir e planejar a cidade. Ou seja, essa nova ciência, buscava integrar o conhecimento do técnico, do engenheiro, do sociólogo, do higienista. Portanto, no fim do século XIX e ao longo das três primeiras décadas do século XX estabelece-se o que poderíamos considerar como um ciclo de modernização e cultura urbanística das cidades. Em suma, o movimento urbanístico daquele período foi uma resposta aos problemas criados pelo intenso crescimento urbano observado na Europa desde a segunda metade do século XVIII. Geometria, homogeneidade e uniformidade, assim como aterros, arruamento, abasteci-

mento de água e esgoto eram aspectos considerados essenciais para a salubridade urbana. De certo modo, higiene era a grande obsessão do momento, em repercussão às epidemias e pestes que haviam devastado a Europa.

Houveram no Brasil numerosos projetos, planos e intervenções urbanísticas desenvolvidos por engenheiros no fim do século XIX e, sobretudo, no início do século XX. Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Porto Alegre, são exemplos de cidades que buscaram se adequar aos padrões de uma nova ordem econômico social, marcada pela inserção do Brasil republicano no "concerto das nações civilizadas". A intenção de se construir um cenário republicano, inspirado no ecletismo francês que, à época, era a representação máxima de progresso e modernidade esteve bastante presente no planejamento urbanístico e na fundação de uma cidade capital – Belo Horizonte. O projeto foi desenvolvido entre 1894 e 1895 pelo engenheiro e urbanista Aarão Reis, que também foi chefe da Comissão Construtora da Nova Capital. Sendo mais categórico, a construção de Belo Horizonte resume como bem o ideário do período, marcado pelas preocupações com a estética urbana, a cultura técnica e a obsessão pela higiene.

Figura 1 - Vista aérea de Belo Horizonte (década de 1950)

Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB).

No artigo intitulado "A fundação de Belo Horizonte: ordem, progresso e higiene, mas não para todos", Fernandes (2021) revela que o planejamento urbanístico da nova Capital resultou em um processo de segregação socioes-

pacial. Segundo a autora, durante os primeiros anos da construção, a ocupação informal alastrava-se por todo lado. Portanto, com o avanço das obras, os habitantes dos aglomerados foram sendo expulsos e se assentando em outros lugares, cada vez mais distantes. Torna-se importante frisar também que, a escravidão foi abolida somente alguns anos antes da fundação da cidade, resultando em uma massa de pobres, desempregados ou trabalhadores em situação precária. Em outras palavras, a ocupação de Belo Horizonte contrariou a previsão de Aarão Reis, uma vez que nos primeiros anos da capital, o centro dotado de infraestrutura e despovoado contrastava com a periferia que se adensava e não possuía infraestrutura e condições sanitárias suficientes para a demanda populacional existente (Costa; Arguelhes, 2008).

A cidade de Governador Valadares está localizada na região leste do estado e à 316 km da capital. Entre os fins do século XIX até 1937 o local era conhecido como Figueira e era o principal entreposto comercial da região, já que surgiu nas margens do rio doce, o principal meio de ligação com o Oceano Atlântico no Espírito Santo. Em 1915, a vila de Figueira, ganhou um moderno traçado urbano, marcado pela regularidade e racionalidade das ruas e quarteirões (Espindola, 1999; Santos, 2014). Documentos oficiais atribuem o traçado da cidade ao topógrafo Olímpio de Caldas Freitas e ao carpinteiro José de Serra Lima. Portanto, assim como na capital do estado, Governador Valadares buscava difundir no imaginário social um ideal de modernidade, higiene e civilização.

Figura 2 - Vista aérea de Governador Valadares (década de 1950)

Fonte: Museu da Cidade de Governador Valadares (MCGV).

A chegada da estrada de ferro Vitória-Minas em 1910, contribuiu para a fixação da população no povoado de Figueira e nos anos seguintes a esse período, a cidade começa a receber um grande fluxo migratório em decorrência das vastas oportunidades de emprego nas serrarias, oficinas de mica, abatedouros, comércio varejista, indústrias diversas e na construção civil (Espindola, 2008, p. 184). Esse processo de crescimento populacional vertiginoso também foi acompanhado de grandes problemas de ordem social, tais como, expansão da periferia, falta de água e luz elétrica e habitações desordenadas. Santos (2014) pontua que em decorrência do novo traçado da cidade, vários segmentos populacionais mais empobrecidos foram removidos para áreas mais distantes dos centros urbanos. Ainda, segundo o autor, a intervenção dos poderes públicos dificultou a ocupação de regiões próximas ao centro da cidade, fazendo com que a cidade se expandisse em direção aos subúrbios, segregando as populações de certos bairros e beneficiando a especulação imobiliária.

Representações sobre a urbe no MHAB e no MCGV

O Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), em seu início chamado de Museu Histórico de Belo Horizonte (MHBH), foi inaugurado em 18 de fevereiro de 1943 e ocupa uma área de aproximadamente 1.850 m² no bairro Cidade Jardim a poucos metros da avenida do Contorno na Regional Sul de Belo Horizonte. O Casarão construído por Candido Lúcio da Silveira por volta de 1883, era a sede da Fazenda do Leitão no antigo Arraial do Curral Del Rey. A propriedade possui características das construções oitocentistas, sustentadas em madeira e barro (pau-a-pique). A fundação deste museu está articulada com o projeto de expansão e modernização da cidade, concebido pelo então Prefeito Juscelino Kubitschek, que também foi responsável pela expansão de Belo Horizonte construindo concomitantemente o complexo arquitetônico modernista na Pampulha.

Figura 3 - Casarão do MHAB

Fonte: https://culturalizabh.com.br/index.php/2021/02/22/museu-abilio-barreto-oferece-mediacoes-educativas-pela-internet/. Acesso em: 26 abr. 2023.

Os primeiros tensionamentos que se observa entre o ideário de progresso da cidade planejada e a tentativa de preservação de um passado colonial pode ser notado nas relações entre o projeto de expansão da cidade e o idealizador do museu, Abílio Barreto, no início dos anos de 1940. Este, planejava dinamizar na fazenda, um "parque rústico" de forma a tentar voltar no tempo e com isso, passar a ideia de estar em uma propriedade rural do antigo Curral Del Rey. Desse modo, ele se preocupava com a urbanização do lugar, que segundo seu entendimento ameaçava o casarão. Em 1941, propõe alterações no projeto de arruamento do bairro, que foi parcialmente aceita. A seção técnica do SPHAN, enviou ao prefeito um parecer informando estar de acordo com a alteração do plano urbanístico. Os planos de erguer diversas edificações anexas ao museu, inclusive um muro rústico ou cerca de fazenda contribuiu para se estabelecer alguns atritos com o SPHAN, cujos funcionários não tinham simpatia por aquela espécie de intervenção. O órgão ponderou que, o cercamento do prédio deveria ser discutido após a deliberação sobre os limites do terreno. Em decorrência disso, o projeto de Barreto nunca foi concretizado (Cândido, 2003; Britto, 2022).

A partir de 2019, começou a ser encenada a exposição de média duração "Complexa Cidade". Seu principal objetivo é refletir sobre as complexas

relações que se estabelecem entre a casa e a rua, como dimensões privada e pública da cidade. Por meio dos artefatos, mapas, fotografias, representações literárias, etc., a exposição propõe ao visitante uma análise acerca do Casarão e das múltiplas maneiras de se ocupar a cidade**.** Isso é evidente ao se observar a primeira sala do piso superior do Casarão. Este circuito expositivo tem a proposta de interpretar o Casarão em sua singularidade, por meio de expressão de hábitos e experiências deste espaço interno e da intimidade.

O bonde (figura 4) foi incorporado ao acervo do MHAB em 1968 e encontra-se exposto no jardim da instituição. Este objeto foi um dos últimos bondes a circular pelos trilhos de Belo Horizonte. Na verdade, em 1902 foi inaugurada a primeira linha de transporte coletivo de Belo Horizonte, aproveitando os trilhos do extinto ramal férreo urbano que havia transportado os construtores da cidade e em 1963, o bonde foi retirado de serviço por ocasião da desativação definitiva desse tipo de transporte na capital mineira. Em outras palavras, este meio de transporte é idealizado juntamente com o surgimento da uma nova capital, como podemos notar pelo traçado das linhas de bondes, desenhado sobre a planta da Comissão Construtora da Nova Capital.

Figura 4 - Módulo externo: bonde

Fonte: Acervo do autor, agosto 2021.

Na concepção de Oliveira (2002) a partir de 1949 a taxa de motorização da cidade crescia e aumentava a frota de ônibus e este meio de transporte vai tomando importância no transporte público municipal, passando a transportar cerca de 50% dos passageiros. Sendo mais categórico, a mudança na organização do transporte coletivo urbano em Belo Horizonte estava ligada a uma concepção

econômica em cena no Brasil a partir de 1930 e consolidada na década de 1940. A industrialização iniciada por Vargas e o estabelecimento de uma relação entre a urbanização do pós-guerra e o ideal de "modernidade" ligada à indústria automobilística, consolidou o modal de transporte rodoviário sobre o ferroviário.

A Planta Topográfica e Cadastral (figura 5), produzido pela Comissão Construtora da Nova capital (CCNC) é a imagem detalhada do meio físico e da ocupação humana que desapareceu em decorrência do surgimento da nova cidade. Ou seja, este documento é o instrumento físico e instrumento do processo que destruiu o antigo arraial. No cenário expositivo em cena no térreo do Casarão, os contrastes entre a maquete[15] que busca remontar as características do antigo arraial e os documentos em exposição como a Planta Cadastral, produzida pela CCNC é o registro do ideal modernizador que queria se difundir na época.

Figura 5 - Cenário expositivo no térreo do MHAB: Planta Cadastral da Nova Capital

Fonte: Acervo do autor, agosto 2021.

15 Encomendada pela Prefeitura de Belo Horizonte ao arquiteto uruguaio Miguel Royer em 1942, a maquete representa o núcleo central do Arraial do Curral del Rei, confeccionada a partir de fotografias e da Planta Cadastral do arraial.

O Museu da Cidade de Governador Valadares (figura 6) está abrigado em uma casa alugada pela prefeitura e situado na Rua Prudente de Morais, nº 711, Centro. Segundo documentos e narrativas dos memorialistas, esta rua é considerada uma das primeiras da cidade. O museu está aberto ao público de segunda à sexta-feira, das 8h às 18h; sábados das 8 às 13h. Esta instituição reúne coleções de arqueologia, objetos biográficos, de diferentes ofícios e meios de transporte, moedas, instrumentos musicais, mobílias e fotografias antigas da cidade (Silva, 2018).

Figura 6 - Fachada do Museu da Cidade – GV

Fonte: http://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/museu-da-cidade-lugar-para-ir-ver-e-aprender/53314. Acesso em: fevereiro de 2023.

A planta de urbanização da cidade de Governador Valadares (figura 7) foi incorporada no acervo do MCGV em março de 2023. Segundo informações da reportagem de 15 de março de 2023[16], foi elaborada pelo carpinteiro José de Serra de Lima e Olímpio Freitas Caldas, os responsáveis por levantarem a planta geral de Figueira e demarcarem a cidade. Nesta matéria, também fizeram questão de ressaltar que "a iniciativa vem na esteira das comemorações do aniversário de 140 anos da fundação de Figueira do Rio Doce, celebrados em 2024, e também dos 40 anos Museu da Cidade". No entanto, não observa-

16 Esta reportagem faz uma abordagem da entrega da planta ao MCGV, após um processo de restauração que durou 3 meses. Disponível em: https://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/planta-original-da-cidade-passa-por-restauracao-na-capital/170969. Acesso em: 20 ago. 2023.

mos uma problematização a respeito do processo de segregação socioespacial resultante do planejamento de uma "cidade ordenada, higiênica e próspera".

Figura 7 - Planta Antiga do traçado da cidade

Fonte: acervo do autor, julho de 2023.

Outra peça em exposição no MCGV é argola de amarrar solípedes[17] (figura 8). É importante dizer que este objeto é um patrimônio tombado pelo município em abril de 2003. Originalmente, essa argola ficava presa na calçada próxima ao meio-fio em uma das principais avenidas da cidade. Na ocasião da pesquisa de mestrado[18], perguntei ao gerente do museu do período, qual o motivo da transferência do patrimônio para o museu. Recebi como resposta que naquele local o artefato não tinha visibilidade, pois, por ser muito pequena, a população que transitava por ali, em sua maioria não a enxergava. Portanto, a gerência do patrimônio, achou por bem leva-la para o museu. Importa também assinalar que, não há nenhum texto explicativo sobre a origem desse objeto, sua função ou o seu papel para a história da cidade.

17 Segundo a descrição do dicionário, solípedes são animais mamíferos com patas de um único casco (mulas, cavalos e burros).

18 Ver SILVA, 2018.

Figura 8 - Argola de amarrar solípedes (sala 3)

Fonte: acervo do autor, outubro de 2022.

No Terraço do museu também está em exposição, a tampa de bueiro de 1943 (figura 9) que pertencia ao SESP (Serviço Especial de Saúde Pública). Esta agência de saúde pública foi criada por acordo bilateral, entre os governos do Brasil e Estados Unidos, em 1942, a partir dos denominados "Acordos de Washington". Segundo Vilarino (2008), na região do Médio Rio Doce, teve uma ação incisiva em quatro cidades: Governador Valadares, Aimorés, Baixo Guandu e Colatina. De acordo com os apontamentos da autora, o objetivo principal do Serviço era implementar políticas sanitárias em áreas econômica e militarmente estratégicas de modo a atender aos interesses americanos imediatos, relacionados às necessidades da Segunda Guerra, e também, responder aos interesses do governo Vargas de expandir no território brasileiro a presença e autoridade do Estado.

Figura 9 - Tampa de bueiro do SESP datada de 1943

Fonte: acervo do autor, outubro de 2022.

Vale ressaltar que a contextualização e a problematização sobre a importância deste objeto não está presente na narrativa expositiva operada pelo museu. A maioria das pessoas, que não conheçam a história e as dimensões sanitárias alcançadas pelo SESP na cidade, dificilmente entenderá os significados desta peça exposta. Sintomaticamente, o MCGV acaba perdendo a oportunidade de fazer um recorte sobre a história da saúde a da doença na cidade e no Vale do Rio Doce, como também em propor reflexões sobre saneamento, hábitos de higiene e proliferação de epidemias na atualidade.

Finais Apontamentos

Apesar de alguns museus históricos de cidade buscarem se requalificar mundo afora, incorporando realidades contemporâneas em seus acervos e assumindo uma relação mais dialógica com a cidade, muitos deles ainda permanecem com a visão tradicionalista sobre a formação histórica da cidade da qual estão inseridos. Por isso, os museus históricos de cidade são provocados para que de fato sejam sobre a cidade, buscando adotar uma perspectiva mais social, de forma a dar conta de todos os cidadãos, de tal modo que as "ques-

tões urbanas" sejam colocadas em pé de igualdade com os "tipos de objetos" expostos, ultrapassando assim sua narrativa expositiva puramente descritiva e informativa.

Como vimos neste texto, no Museu Histórico Abílio Barreto, a Planta cadastral da Nova Capital, o casarão e o bonde são vestígios de um tempo pretérito que são problematizados pela instituição por meio da Exposição Complexa Cidade. Os dois últimos, por se encontrarem no espaço externo e fora do "ambiente enclausurado" do museu tem um potencial de estabelecer profícuo diálogo com a cidade e seus habitantes. No Museu da Cidade de GV, observamos que a exposição de objetos oriundos do espaço urbano, como a argola e a tampa do bueiro estão encenados na instituição sem uma necessária problematização. Ou seja, o valor cultural dado a esses objetos no museu está atrelado à sua antiguidade ou a uma ideia de "dar sentido" ao artefato.

Referências

BRITTO, Clovis Carvalho. Monumentalizando "ruínas precoces": o Museu Histórico de Belo Horizonte e a imaginação museal de Juscelino Kubitschek. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Nova Série, vol. 30, p. 1-47, 2022.

CÂNDIDO, Maria Inez. MHAB: 60 Anos de História. *In:* **MHAB:** 60 Anos de História**.** Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2003.

COSTA, Ana Carolina da; ARGUELHES, Delmo de Oliveira. A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX. **Revista Universitas Humanas**, Brasília, v. 5, n. 1/2, p. 109-137, jan./dez. 2008.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **História da Associação Comercial de Governador Valadares**, ACGV, 1999.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão, território e fronteira: expansão territorial de Minas Gerais em direção ao litoral. **Revista Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 69-96, jan./jun. 2008.

FILHO, Antônio Luiz Macêdo e Silva. A cidade e o museu: encontros possíveis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado; RAMOS, Francisco Régis Lopes (Orgs.). **Futuro de Pretérito:** escrita da História e História do Museu. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010.

FERNANDES, Patrícia Capanema Alvares. A fundação de Belo Horizonte: ordem, progresso e higiene, mas não para todos. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 23, n. 52, pp. 1061-1084, set/dez 2021.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu de cidade e a consciência de cidade. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; KESSEL, Carlos Guimarães: GUIMARAENS, Cêça (Org.). **Museus & Cidades.** Livro do Seminário Internacional "Museus e Cidades". Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p. 255-282, 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu e a questão do conhecimento. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado; RAMOS, Francisco Régis Lopes (Orgs.). **Futuro de Pretérito:** escrita da História e História do Museu. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, p. 13-33, 2010.

OLIVEIRA, Marcos Fontoura de. **Transporte, privilégio e política:** um estudo sobre a gratuidade no transporte coletivo em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Guanabara, 2002.

SANTOS, Wallace Ferreira dos. **A invenção da cidade:** Governador Valadares na trilha da modernização (1960-1970). Dissertação (Mestrado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2014.

SILVA, Lucinei Pereira da. **Sentidos que emergem da relação dos professores de História com o Museu da Cidade de Governador Valadares/MG.** Dissertação (Mestrado em Educação e Formação Humana). Belo Horizonte: Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, 2018.

VILARINO, Maria Terezinha B. **Entre lagoas e florestas:** atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce (1942 e 1960). Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Belo Horizonte, UFMG, 2008.

Além das vidas: singularidade e teorização nas biografias de Sigmund Freud escritas por Peter Gay (1988) e Elisabeth Roudinesco (2014)

Evandro dos Santos[19]

Resumo

A biografia já foi interpretada como um gênero narrativo de fronteira entre a história e a literatura. Tal interpretação já carrega uma série de pressupostos herdados do século XIX, contexto de institucionalização desses campos disciplinares que participaram não apenas da reorganização das ciências, naquele período, mas, sobretudo, da instauração de uma série de discursos de poder que justificaram a experiência histórica, na modernidade. As disputas pelas verdades, sejam elas "factuais" ou ficcionais, passam, necessariamente, por construções narrativas, possíveis pela linguagem, o que ajuda a explicar a popularidade e, em especial, a adaptabilidade da biografia aos diferentes contextos científicos, políticos e intelectuais. Esta comunicação pretende apresentar uma análise de "Freud: uma vida para o nosso tempo", de Peter Gay, cuja primeira edição original data de 1988, e de "Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo, de Elisabeth Roudinesco, obra com primeira edição original data de 2014. Ambos com formação em história, esses biógrafos partem de recortes espaciais diversos, que relacionam experiências acadêmicas alemãs, francesas e estadunidenses a partir da história da psicanálise. Sigmund Freud (1856-1939) mereceu diversos estudos biográficos e a escolha por esses dois livros tem relação com sua importância para alguns dos debates concernentes ao campo do conhecimento histórico, em particular, da teoria da história. A biografia escrita por Gay foi divulgada cerca de meio século após a morte de Freud. Já o trabalho de Roudinesco dista dele meio século. As relações da história com a biografia (e também com a psicanálise) mudou, significativamente, nesse recorte, em diferentes partes do mundo.

19 Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em estágio de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC), entre fevereiro de 2023 e maio de 2024.

Para a presente comunicação, foram selecionadas as seções finais de cada uma das obras, que correspondem, por conseguinte, aos últimos anos de trabalho de Freud, marcados por certa abertura interdisciplinar e, assim, mais teórica de seu pensamento. Trata-se de um momento importante para a história das humanidades e que, a despeito do horror da guerra, legou, a partir de obras como a de Freud, uma série de indagações que nos desafiam até hoje. Na sua diferença, a história da psicanálise, a partir do estudo da vida de seu fundador, pode alimentar uma agenda específica de pesquisa orientada ao exame das relações entre história, ficção subjetividade, quase um século depois da morte do neurologista e psiquiatra austríaco que ficou conhecido como um dos grandes críticos da nossa modernidade.

Palavras-chave: Biografia; Ficção; Psicanálise.

Introdução

> Agora, no entanto, devo revelar como aconteceu o fato de a pesquisa científica mais uma vez ter se tornado o principal interesse de minha vida (Freud, 1998, p. 21).

Esta pesquisa trata do exame de duas biografias dedicadas a Sigmund Freud, médico neurologista austríaco que é considerado como o iniciador do saber que ganhou o nome de psicanálise (Birman, 1994). Ele viveu entre as décadas finais do século XIX e primeiras do XX, mais precisamente, entre 1856 e 1939. O primeiro biógrafo é Peter Gay, historiador alemão, radicado nos Estados Unidos, cuja obra em questão foi publicada, originalmente, em 1988 e se intitula *Freud: uma vida para o nosso tempo*. No segundo caso, a biógrafa é Elisabeth Roudinesco, historiadora e psicanalista francesa, cuja obra dedicada à vida de Freud foi publicada, originalmente, em 2014 e se chama *Sigmund Freud: na sua época e em nosso tempo*. Para os fins da presente análise, são utilizadas as seguintes referências: a segunda edição brasileira da obra de Peter Gay, datada de 2012, e a primeira edição do livro de Roudinesco, publicado em 2016, no Brasil. Cabe, ainda, dizer, que esta investigação pretende, a partir do estudo de textos de caráter biográfico, observar aspectos epistemo-

lógicos e éticos que envolvem as relações da historiografia com a psicanálise, tal qual sublinhado pela historiadora estadunidense Joan Scott (Scott, 2012).

A experiência de leitura dessas biografias insere-se em um projeto de pesquisa vinculado ao estágio de pós-doutorado que desenvolvo aqui na UFC, sob a supervisão do professor Francisco Régis Lopes Ramos. Essa investigação apresenta-se, portanto, como um estudo de história da historiografia, pois tem o objetivo de examinar as relações da historiografia com a psicanálise, a partir desses estudos biográficos, tendo as dimensões da narrativa (em particular, o ficcional) e da temporalidade como recorte da análise (Ramos, 2023). Sendo assim, importa a essa pesquisa examinar as concepções de biografia, de psicanálise e de história demarcadas em cada obra, considerando, ainda, a contemporaneidade dessas concepções (Dos Santos, 2023).

Nesse sentido, selecionei as partes finais de cada uma das biografias, considerando que seria impossível analisar o conjunto de cada uma das obras, que são volumosas e repletas de aspectos a serem considerados. As escolhas de tratamento de cada biógrafo para as décadas finais da vida de Freud (mais ou menos entre 1909 e 1939) são significativamente diferentes e, ao mesmo tempo, esse recorte das últimas três décadas da obra freudiana concentra seus ensaios de crítica da cultura, trabalhos mais afeitos a uma leitura desde o ponto de vista da teoria da história e da história da historiografia. A ideia, portanto, é apresentar uma leitura paralela dos trabalhos de Gay e Roudinesco, evidenciando as escolhas e apontando para hipóteses que dizem algo dos contextos historiográficos de cada produção.

Freud e a psicanálise em contextos historiográficos diversos

Peter Gay opta por uma narrativa centrada na reconstrução de um contexto histórico no qual a vida e a obra de Freud são inseridas e recebem o exame crítico do biógrafo e historiador. Roudinesco é menos fiel a preceitos cronológicos e aposta no trabalho de articulação entre os documentos da época de seu biografado e análises posteriores, em uma organização narrativa mais temática, embora não alheia à cronologia. Em Gay há uma rigidez intransigente no que diz respeito à hierarquia entre a história, entendida como disciplina, e o saber psicanalítico. Como Freud, em larga medida, investiu na ideia de

uma psicanálise científica, ao respeitar estritamente o corte temporal e uma concepção de ciência mais restrita, Gay estranhava os argumentos presentes em trabalhos como *Totem e tabu*, de 1913, *O futuro de uma ilusão*, de 1927, *O mal-estar na civilização*, de 1930 e, principalmente, *Moisés e o monoteísmo*, de 1939. Roudinesco optou por avaliar as consequências políticas de uma psicanálise que escolheu a neutralidade frente ao contexto de ascensão do nazismo na Europa, porém, a biógrafa não investiu na desqualificação dos argumentos apresentados por Freud, à sua maneira, em seus textos, e por consequência, na desqualificação da psicanálise, optando por separar as equivocadas tomadas de posição e a falta de visão para o que Hitler poderia vir a representar, enganos de Freud, sem impor uma determinada concepção de verdade histórica ou científica aos seus escritos (Alfandary, 2022).

Para Peter Gay, Freud soltou a imaginação quando escreveu *Totem e tabu*, silenciando a crítica, para utilizar as expressões do biógrafo no oitavo capítulo da biografia. Roudinesco, por sua vez, reconhece que entre *Totem e tabu e O mal-estar na civilização*, ensaios de 1913 e 1930, respectivamente, há um percurso do pensamento freudiano sobre a emancipação dos povos e sobre a importância da ciência nesse longo processo. É interessante observar que, apesar do gênero biográfico possuir critérios de organização narrativa, de certa forma, bastante rígidos, afinal, espera-se a síntese de uma experiência de vida documentada, Peter Gay e Elisabeth Roudinesco oferecem leituras alternativas entre si da história de vida do biografado (Arfuch, 2010). Gay investe na crítica dos principais escritos de Freud, em uma leitura detalhada que não reconhece cientificidade na forma de apresentação escrita do psicanalista e nem em sua interpretação da história da humanidade. Cabe observar o quanto um biógrafo faz contraponto ao outro em passagens como as seguintes. Na altura do período que vai do início do período entreguerras até o começo do nazismo, Gay diz: "as proposições da psicanálise, à luz serena do dia, soavam improváveis e até absurdas, e as provas a seu favor eram remotas e de difícil avaliação; exigiam um passo de fé que muitos não se dispunham a dar" (Gay, 2012, p. 453). Já Roudinesco, em leitura praticamente oposta, diz o seguinte:

> Nada era mais avesso ao espírito da psicanálise do que travesti-la numa pretensa ciência positiva e mantê-la afastada de todo engajamento político. Após tanto criticar a religião, Freud, em

> nome de uma pretensa 'neutralidade', assumiu assim o risco de ver sua doutrina transformada em catecismo (Roudinesco, 2016, p. 401).

Ou seja, enquanto Gay, numa perspectiva historicista rígida, propunha uma análise que questionava a concepção de ciência em Freud, afastando a psicanálise de um espaço de pensamento racional, Roudinesco buscou compreender o equívoco de seu biografado em sucumbir ao cientificismo positivista e apolítico que ele mesmo havia criticado. É importante observar que esses pontos de vista tratam de um período da vida de Freud no qual a psicanálise já era bem aceita na maioria dos ambientes onde havia conseguido chegar.

No entanto, para além das avaliações diferentes sobre ciência e psicanálise, o que merece maior destaque, na parte final das biografias aqui analisadas, são as maneiras, também divergentes, a partir das quais a coletânea de ensaios intitulada *Moisés e o monoteísmo*, último grande trabalho de Freud, foi lida pelos biógrafos. Gay apresenta uma leitura exaustiva da obra, à qual são dedicadas muitas páginas. Na verdade, *Moisés e o monoteísmo* conduz a narrativa das últimas cinquenta páginas da biografia, em um exame que confronta, a todo momento, o ficcional que faz parte da argumentação presente no texto. Gay reconhece que essa obra era marcada pelo momento de vida de Freud, afinal, naquela parte da biografia, estamos na década de 1930, com Hitler no poder, e Freud, um judeu, exilado em Londres. No entanto, essa avaliação de Freud do judaísmo histórico, caminho escolhido pelo psicanalista para apresentar uma hipótese de leitura de suas teorizações psicanalíticas, é constantemente remetida, por Peter Gay, como um texto afastado da verdade dos documentos históricos. Segundo Gay:

> Mas, no conjunto da obra de Freud, o *Moisés e o monoteísmo* permanece como uma espécie de excentricidade, à sua maneira mais extravagante do que *Totem e tabu*. Quando refletiu pela primeira vez nele, pensara em lhe dar o subtítulo 'Um romance histórico'. Teria feito muito bem se mantivesse sua intenção original (Gay, 2012, p. 647).

Elisabeth Roudinesco é menos internalista em sua avaliação dessa obra. Aliás, ela nem reconhece a mesma importância atribuída por Gay, no encerramento da vida de Freud tal como narrada. A historiadora francesa considera que essa obra tem relação com a ascensão de Hitler e com a tomada de consciência, por parte de Freud, da gravidade do nazismo e de sua condição pessoal como judeu. Diz ela:

> Foram necessários, portanto, cinco anos entre a tomada de poder pelos nazistas em 1933 e o Anchluss para que Freud compreendesse. Mas ele não terá sido o único a não encarar Hitler de frente. De toda forma, esse desconhecimento da situação da Áustria e da natureza do nazismo confirma o quanto Freud, em geral tão lúcido, era mais apegado a Viena e à sua judeidade vienense do que ele próprio julgava, e sua obra, muito mais do que ele pensava, produto de uma história imediata que ele não controlava, o que aliás a torna tão interessante (Roudinesco, 2016, p. 444).

Em momento anterior, Roudinesco ainda diz, tratando de *Moisés e o monoteísmo*:

> Tal como *Totem e tabu*, Freud pretendia tomar a peito a questão da origem. A propósito, a semelhança entre as duas obras é impressionante: várias narrativas literárias justapostas, mesma interrogação na contracorrente da evolução das ciências humanas da época, mesma preocupação em privilegiar mitos de origem para inventar outros mitos necessários à exploração do psiquismo inconsciente, mesmo fascínio pela exegese e a arqueologia, mesma vontade de associar a psicanálise tanto às ciências da natureza como a força fundadora dos mitos (Roudinesco, 2016, p. 440).

Desse modo, pelo que tentei expor até aqui, percebe-se leituras diversas por parte do historiador que produziu sua obra a partir do contexto estaduni-

dense, ainda que contando com o recurso aos documentos em língua alemã, que dominava, e por parte da historiadora que escreveu seu estudo biográfico a partir da tradição historiográfica e psicanalítica francesa. Gay opta pela correção historicista dos escritos freudianos, Roudinesco escolhe sustentar a diferença entre discurso psicanalítico e prática historiográfica. Gay examina Freud pelo que lhe falta, desde o ponto de vista do método histórico, Roudinesco, por conseguinte, pretende compreender como o psicanalista vienense, no seu projeto psicanalítico e no seu tempo, escolheu fórmulas para resolver a exposição que pretendia de sua teoria. De certa maneira, aprendemos, com essa leitura, que não apenas podemos ter, por hipótese, a exposição tanto da singularidade de toda escrita biográfica, como, também, a particularidade de cada tradição historiográfica (Avelar; Schmidt, 2018). Por isso, entre as mais de 30 biografias dedicadas a Freud, essas duas parecem se destacar por, justamente, evidenciarem como diferentes biógrafos e contextos históricos e historiográficos tendem a perceber o ficcional e Freud de formas diferentes. Temos uma biografia da década de 1980 e outra dos anos 2010 e isso também deve ser levado em consideração. Temos, finalmente, duas concepções de história e de disciplina histórica e, também por isso, esses trabalhos se tornam tão interessantes de serem lidos, pois evidenciam a contemporaneidade de Freud, que se manifesta na divergência de avaliações dos biógrafos.

Importa levar em consideração alguns aspectos, agora que foram esboçadas as abordagens biográficas de Gay e Roudinesco. Como se torna patente na leitura das obras, a questão de fundo que demarca as diferenças entre os projetos biográficos levados a cabo por Gay e por Roudinesco diz respeito às relações entre a história disciplinada e o campo do ficcional. Michel de Certeau parece ter ido ao cerne da questão ao dar ênfase a tais relações ao refletir sobre o assunto (Certeau, 2011). O historiador que escreve a biografia de Freud a partir dos Estados Unidos assume as afirmações do médico austríaco (acerca de uma psicanálise eminentemente científica) como se o discurso psicanalítico, em termos epistemológicos estritos, fosse equivalente ao discurso da história disciplinada. Ao tomar essa perspectiva, Gay não observa as diferenças entre as concepções de ciência percebidas no início do século XX, em outro campo de saber, e, no campo do conhecimento histórico, no final do mesmo século. Roudinesco não estranha as escolhas narrativas de Freud, nem seus usos da imaginação histórica, pelo fato de cindir as mesmas temporalida-

des e os mesmos campos discursivos. O processo de ampliação da psicanálise, de uma experiência clínica à construção de uma teoria geral da psique humana, foi marcado pela escrita de ensaios críticos por parte de Freud. Embora envolvessem aspectos históricos, bem como antropológicos e arqueológicos, esses textos representam uma forma de história diferente daquela desenvolvida pelos historiadores de ofício.

Outro aparente paradoxo que emerge da leitura das duas biografias tange à própria simbiose entre o registro de experiências autobiográficas, na obra de Freud, e a construção da psicanálise como saber específico. Antes de tratar disso, é importante considerar que o histórico de aproximações e distanciamentos entre a historiografia e a escrita biográfica, ao longo dos últimos duzentos anos, também participa dos resultados das obras de Gay e de Roudinesco. Enquanto o primeiro produzia o seu livro, ainda eram incipientes os debates mais aprofundados sobre o lugar da biografia na moderna escrita da história. Embora esse debate remonte às origens do contexto de disciplinarização da história, no século XIX, constata-se que as reflexões mais aprofundadas só passaram a ser efetivamente realizadas, justamente, na década de 1980, época em que Gay escrevia a biografia de Freud. A própria forma como o biógrafo defende-se, desde a abertura da obra, afirmando seu lugar de historiador e o estatuto crítico do discurso a partir do qual escrevia, evidencia as implicações da escrita de uma biografia histórica naquela conjuntura. A escolha por tal recurso narrativo, na historiografia, era, de fato, um debate, algo ainda a ser pensado e repensado (Le Goff, 1989). No entanto, desde o ponto de vista de Freud e da psicanálise, as aproximações entre o que se convencionou chamar, por um lado, de "sujeito de conhecimento", e, por outro, de "objeto de conhecimento", não eram as mesmas percebidas por historiadores, nem nas primeiras décadas do século XX, nem nos últimos anos do mesmo período. Para além das remissões autobiográficas de Freud, sua obra é atravessada por categorias que estabelecem outras formas de relacionamento com os critérios metodológicos mais amplos da ciência moderna. Sendo assim, submeter o legado freudiano à validação da crítica historiográfica redundaria, necessariamente, no congelamento temporal das práticas psicanalíticas e na posterior invalidação de qualquer modelo de cientificidade para elas. Roudinesco, por seu turno, ao escrever seu trabalho cerca de duas décadas depois de Gay, vale-se dos significativos avanços no debate teórico e historiográfico atinente ao

tema, contando, ainda, com o ambiente intelectual francês, mais afeito tanto às experiências com a biografia histórica como mais interessado pela psicanálise e suas diferenças em relação às disciplinas científicas.

Portanto, é possível dizer que a história das duas biografias dedicadas a Freud, examinadas nesta pesquisa, é também a história das relações entre o gênero biográfico e a historiografia. Se a escrita autobiográfica, presente na teorização freudiana, perturba a leitura que historiadores fazem dela, por outro lado, a análise de biografias históricas tende a denunciar os contextos historiográficos, políticos e institucionais a partir dos quais cada historiador biógrafo trabalhou. Essa avaliação faz retornar à centralidade outras questões com as quais historiadores, pelos limites que se autoimpuseram ao longo da história da disciplina, precisam lidar: quais as intersecções atuantes entre fatores individuais e sociais na agência dos sujeitos históricos? O que determina as ideias e as ações dos atores históricos a partir dos quais narramos os jogos entre as temporalidades que se articulam na experiência histórica e são convertidas em passado socialmente compartilhado? São indagações teóricas que seguem abertas ao exame e que os diálogos com a psicanálise podem ajudar a pensar e repensar.

Conclusão

A historiografia ocupa uma posição muito especial no conjunto das disciplinas ligadas ao campo das Humanidades. É ela que ocupa uma posição imprecisa, no tempo e no espaço. No tempo, por ser um saber antigo que sofreu adaptações e passou a ser considerado uma disciplina com pretensões científicas, algo que situa a história em lugar diverso da Sociologia, da Antropologia e, até mesmo, da Filosofia. No espaço, por ser o campo de conhecimento que, a despeito de todos os esforços do século XIX, jamais separou-se totalmente do campo que, a partir do mesmo século, seria definido como literário. A historiografia preservou, à revelia, por vezes, da própria vontade dos historiadores, esse lugar de fronteira e de diferença. Ou seja, a historiografia tem uma história mais longa do que as ciências humanas modernas e, principalmente, não delimitou um objeto de conhecimento em sentido estrito, como os outros saberes disciplinares vizinhos.

Muito provavelmente, seja pela posição estranha e inquieta que ocupa, que a historiografia tem a ganhar no diálogo com a psicanálise. As diferenças (e semelhanças) entre ambas se sintetizam nos debates acerca do ficcional e da ação humana na Terra, o que faz da escrita da história, potencialmente, um produto complexo, variado e de interesse para as mais diversas ciências, sobretudo, em termos éticos. A contemporaneidade de Freud, que se confirma pelas inúmeras biografias a ele dedicadas, favorece a aposta no investimento nesse diálogo entre seu pensamento e os problemas que se apresentam à comunidade de historiadores. Definitivamente, essa conversa não parece encerrada.

Referências

ALFANDARY, Isabelle. **Ciência e ficção em Freud**: qual epistemologia para a psicanálise? Tradução: Rafaela Flores, São Paulo: Blucher, 2022.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Tradução: Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

BIRMAN, Joel. **Psicanálise, ciência e cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise**: entre ciência e ficção. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

DOS SANTOS, E. Estaria a história à margem da vida? Ensaio sobre as possibilidades de a disciplina histórica aprimorar seus métodos a partir de outras interações teóricas que desafiam as fronteiras disciplinares. **História Revista**, Goiânia, v. 27, n. 3, p. 4–17, 2023. DOI: 10.5216/hr.v27i3.72235. Disponível em: https://revistas.ufg.br/historia/article/view/72235. Acesso em: 11 mar. 2024.

FREUD, Sigmund. **Um estudo autobiográfico**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1998.

GAY, Peter. **Freud: uma vida para o nosso tempo**. Trad. Denise Bottmann. Consultoria editorial Luiz Meyer. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui? **Le débat**, Paris, mars-avril, numéro 54, p. 48-53, 1989.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Apesar do tempo**: história, memória e ficção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2023 [livro eletrônico].

ROUDINESCO, Elisabeth. **Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo**. Tradução: André Telles. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

SCOTT, Joan. The incommensurability of psychoanalysis and history. **History and Theory**, n. 51, p. 63-83, February, 2012.

Cor e etnia nos casamentos de uma freguesia fluminense: Itaguaí, 1848-1889

Gustavo Alves Cardoso Moreira[20]

Resumo

O livro de casamentos de pessoas livres da freguesia de São Francisco Xavier de Itaguaí, província do Rio de Janeiro, aberto em 1848, hoje sob custódia do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, abrange eventualmente os assentos de todos os matrimônios católicos ocorridos naquela localidade até o final do Império, além de outros verificados nas primeiras décadas da República. Os primeiros, que serviram de fonte para esta pesquisa, em sua grande maioria fornecem informação sobre cor e/ou origem étnica dos cônjuges, em regra qualificados como brancos, pardos, pretos ou índios. Os indígenas, descendentes dos habitantes originais da paróquia, constituíam na época uma pequena minoria em processo de "desaparecimento" através da integração aos demais grupos, bem mais numerosos. Embora fosse possível tratar pardos e pretos indistintamente como "população negra", preferi trabalhar com as categorias da época; não apenas pelas questões identitárias características do Oitocentos brasileiro, que acentuavam a divisão entre os descendentes de africanos conforme os múltiplos níveis de miscigenação (ou presumida ausência dela), como também pelas diferenças relevantes que apurei quanto à atuação dos dois segmentos. Os dados referentes às quatro décadas observadas, apesar de algumas variações significativas, revelam uma nítida tendência à endogamia étnica, especialmente no que diz respeito às mulheres brancas e às mulheres pretas. Os matrimônios exogâmicos, entre os quais incluí todas as uniões entre pardos e pretos, se distribuem de forma claramente desigual, atingindo o patamar mais alto entre as mulheres pardas, que muitas vezes se casaram com homens brancos ou pretos. No extremo oposto, neste longo recorte temporal houve apenas um casamento entre homem branco e mulher preta, e outro entre homem preto e mulher branca. O padrão de exogamia encontrado aponta para a existência de uma forte hierarquia étnica, expressa no ideal do branqueamento. Um número considerável dos homens de Itaguaí

20 Historiador do Museu Nacional (UFRJ). Doutor em História pela UFF.

buscou atenuar ou apagar, por meio do casamento com mulheres de pele mais clara, as marcas da cor e da escravidão.

Palavras-chave: Itaguaí; Relações étnicas; Livros paroquiais; Império; Província do Rio de Janeiro.

Há cerca de dois anos, localizei no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro o livro PP.SPP.676, cujo título de capa é Itaguahy- 1848-1909 – Livro 3º de Casamentos de Pessoas Livres. Ele contém uma escrituração eclesiástica ininterrupta deste período, relacionada à freguesia de São Francisco Xavier de Itaguaí, sede do município de mesmo nome, além de anexos menos organizados que se estendem até janeiro de 1928. Embora não forneça dados sobre as profissões dos nubentes, apresenta informações como idade, filiação, nacionalidade, naturalidade, cor, origem étnica, condição social (livre, liberto, escravo) e patentes da hierarquia da Guarda Nacional. Desta maneira, o livro constitui uma valiosa fonte para a História Regional do Sul Fluminense, sobretudo se combinado com outras partes da documentação produzida pela Igreja Católica, com os almanaques dos séculos XIX e XX e com o Registro Paroquial de Terras.

Mais recentemente, após processar as informações disponíveis, decidi levar adiante este breve estudo que se aproxima da História Demográfica, embora não deixe de dialogar com outros campos do saber histórico. Uma das principais razões para fazê-lo foi a escassez de trabalhos desta natureza no que se refere ao litoral sul da antiga província fluminense, região formada pelos municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty. A respeito do tema conheço apenas a dissertação de mestrado e a tese de doutorado de Ricardo Muniz de Ruiz, ambas focadas nas famílias escravas de Itaguaí[21].

Acredito que a análise do livro PP.SPP.676 pode ser um ponto de partida para a compreensão de alguns dos padrões de sociabilidade dos diversos segmentos que compunham a população livre daquela freguesia. Obedecendo à proposta deste simpósio temático, restringi minha observação aos casamentos contraídos antes de 15 de novembro de 1889, data em que, aliás, todos os habitantes da paróquia já seriam juridicamente livres.

21 Respectivamente, Sistema agrário, demografia da escravidão e família escrava em Itaguahy: 1820-1872. Niterói: UFF, 1997; e A família escrava no império do café: Itaguahy, Rio de Janeiro (1820-1872). Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

Iniciei a tarefa privilegiando as anotações que atribuíam aos habitantes da paróquia as qualificações de brancos, pardos, pretos, índios e chineses. Esta resolução esteve ligada ao entendimento de que todas as sociedades coloniais da América, e talvez em maior proporção as que tiveram sua organização econômica fundada no escravismo racializado, se estruturaram com base em uma forte hierarquia étnica, com implicações em todos os elementos da vida cotidiana.

Estudando os livros paroquiais de freguesias rurais do Recôncavo do Rio de Janeiro no século XVIII, Ana Paula Tostes e Victor Oliveira concluíram que a nobreza da terra era vista como portadora de uma "qualidade", que se relacionava ao papel desempenhado por seus membros "na experiência da conquista, na tradição de serviços prestados à Coroa e de administração da nova república". Sobre os escravizados, libertos e seus descendentes, ao contrário, pesava a presunção da "ausência de qualidade". Tal situação, porém, podia ser amenizada através de um processo que tinha início com a melhoria das condições do cativeiro, passava pela saída e "paulatino afastamento" do mesmo, para culminar no "desaparecimento geracional da referência à cor" (Tostes; Oliveira, 2014, p. 212-213). Penso que a premissa é válida para todo o período imperial. Apesar de sua natureza altamente discriminatória, o sistema sempre permitiu a ascensão de certos indivíduos. O progressivo "branqueamento" fenotípico e social logrado por algumas famílias de pretos e pardos levava outras a almejarem o mesmo.

Adoto neste artigo concepções de Ilmar de Mattos e Ricardo Salles. Para o primeiro,

> O Povo e a plebe eram pessoas, distinguindo-se dos escravos por serem livres. Todavia, Povo e plebe não eram iguais, nem entre si nem no interior de cada um dos seus mundos. À marca da liberdade que distinguia ambos dos escravos acrescentavam-se outras, que cumpriam o papel de reafirmar as diferenças na sociedade imperial, como **o atributo racial** [grifos meus], o grau de instrução, a propriedade de escravos e sobretudo os vínculos pessoais que cada qual conseguia estabelecer (Mattos, 1990, p. 125).

Com mais ênfase na questão racial, o segundo afirma que

> A escravidão, fosse ela encarada como uma necessidade para o progresso do país, fosse vista como algo a ser superado pela civilização- [...] estava associada à inferioridade racial e cultural dos escravos. Por afinidade, esta inferioridade extrapolava os limites da instituição servil, estendendo-se aos setores mais baixos da população (Salles, 1996, p. 90).

Ainda que a Constituição de 1824, em seu artigo 179º, inciso XIV, determinasse que "todo cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos ou militares, sem outra diferença, que não seja dos seus talentos e virtudes", na prática todas as categorias de habitantes não brancos do Império estavam sujeitas a níveis variados de discriminação e opressão. Já no Primeiro Reinado, o conjunto de normas conhecido como "toque de Aragão", instituído em 1825, que visava em especial o controle da população escravizada da capital do país, impunha uma série de arbitrariedades, explícitas na letra da lei, aos negros livres e "homens de cor", enquanto as "pessoas de probidade" escapavam tanto do toque de recolher quanto das revistas policiais (Holloway, 1997, p. 58-59).

No ano seguinte, o deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, que viria a ser um dos homens mais influentes na política imperial até seu falecimento em 1850, defendeu em pleno Parlamento "a presunção de que os homens de cor negra deveriam em princípio sempre ser considerados escravos" (Salles, 1996, p. 88-89). Durante a Regência, após a promulgação do Ato Adicional, as assembleias legislativas extinguiram as eleições que permitiam "a ascensão de negros e mulatos" a oficiais da Guarda Nacional, adotando o sistema de nomeação pelos governos provinciais. Nos termos de Jeanne Bearrance de Castro, aqueles postos se fechavam "ao grupo não branco" (Castro, 1979, p. 141).

A abolição pelas autoridades brasileiras da entrada de cativos africanos em meados do século XIX (casualmente a época em que o "nosso" livro de matrimônios foi aberto) teve entre seus motivos, como aponta Fátima Gouvêa, a preocupação com "o desequilíbrio demográfico entre as populações branca e negra" (Gouvêa, 2008, p. 25-26). Esta era, sem dúvida, a realidade da pro-

víncia do Rio de Janeiro, onde existiam, conforme o relatório presidencial de 1851, 262.526 pessoas livres (de todas as cores e etnias) e 293.554 cativas. A maioria negra em terras fluminenses deveria ser ainda mais ampla, pois a margem de erro de 10% para mais compatível com este tipo de recenseamento cairia principalmente sobre o contingente escravizado (Salles, 2008, p. 169).

Consultei os mapas que constam do relatório apresentado pelo presidente Couto Ferraz em 1º de março de 1849 para ter um painel da população itaguaiense no início do período considerado. Ao contrário do que ocorria no conjunto da província, existia oficialmente na freguesia de São Francisco Xavier uma ligeira maioria de livres, 6.351 pessoas, ou seja, 52,76% do total de 12.037 habitantes, enquanto os cativos não passavam de 5.686 (47,24%). Dos primeiros, os brancos somavam 3.734, com forte desequilíbrio entre os gêneros: 2.085 homens e 1.649 mulheres. Entre os pardos livres, cujo total era de 1.698, havia 855 homens e 843 mulheres. O contingente dos pretos livres, pequeno, apresentava exatamente 354 pessoas de cada gênero, totalizando 708.

O censo aponta ainda para a presença de 211 indígenas, 99 do sexo masculino e 112 do feminino. Sem dúvida, eles descendiam dos moradores do já extinto aldeamento local, fundado no século XVII pelos jesuítas sob ordem do governador Martim de Sá a partir da transferência de "quatrocentas almas" de índios carijós da Lagoa dos Patos, antes instalados na Ilha da Marambaia (Almeida, 2013, p. 47-48). Faltam informações no mapa sobre outras minorias, como os chineses, cujo número dificilmente seria expressivo.

Percebemos, assim, que apesar de constituir somente 31,02% dos habitantes da freguesia, os brancos se tornavam uma maioria de 58,79% quando miramos apenas a população livre. Os pardos representavam 26,74% desta última, os pretos 11,15% e os indígenas 3,32%. Muitos dos brancos haviam nascido em Portugal, a ponto de ter existido em Itaguaí um vice-consulado daquele país.

Identifiquei, recorrendo ao Almanak Laemmert de 1858, que o vice-cônsul naquele ano era José Francisco Guimarães, funcionando como chanceler Joaquim da Silva Torres. Guimarães, conforme o livro de matrimônios estudado, foi sogro de Torres, que se casou em Itaguaí com a filha do primeiro, Florinda de Andrade Guimarães, em 25 de dezembro de 1853. Creio que

a presença dos lusitanos deve ser a explicação para o amplo predomínio do sexo masculino entre a população branca, pois em terras brasileiras aquele contingente de imigrantes era maciçamente composto por homens. Para ficarmos em um só exemplo, Maria José Ferraria, ao analisar a imigração do distrito do Porto para o Brasil entre 1880 e 1882, apurou que 6.753 dos 7.307 indivíduos que apresentaram seus passaportes na saída eram do sexo masculino (92,4%), sendo as mulheres não mais que 554 (7,6%) (Ferraria, 2006, p. 233).

Listei, entre as datas-limite 01/11/1848 e 09/11/1889, 784 registros de casamento, nos quais os nubentes, em sua imensa maioria, estiveram sujeitos à referida classificação segundo critérios de cor e etnia. Muitas vezes o padre encarregado da escrituração indicava, sem anotar a cor, apenas a nacionalidade dos portugueses. Acompanhando a percepção que prevalecia no Império do Brasil, considerei-os invariavelmente brancos, mesmo que alguns pudessem descender em parte dos africanos introduzidos no reino luso até a publicação do alvará de 1761, que tornava livres os escravos ali desembarcados (Venancio, 2012, p. 92-95). Contei também sempre como brancos os italianos que se fizeram visíveis em Itaguaí nos anos finais da Monarquia.

Atendendo à mesma lógica, contabilizei como pretos todos os indivíduos qualificados como africanos, crioulos, "da Costa" e "de Nação", mesmo quando o padre omitiu sua cor. Encontrei ainda expressões como Congo, Benguela, Cabinda, Mina e Rebola, que conferiam especificidades de origem a pessoas naturais da África. Entretanto, tratei a informação como não conclusiva quando os nubentes apareciam apenas como libertos, pela possibilidade de que fossem pretos ou pardos. Também assinalei em um registro a expressão "cabra", às vezes empregada como referência a pessoas que tinham pai pardo e mãe preta. Neste caso, Isidora Francisca de Jesus, que se casou com Antônio José da Rosa, preto, em 29 de abril de 1865. Pelo indicativo de miscigenação, classifiquei este assento como matrimônio entre preto e parda.

Diversas vezes, sobretudo no início do livro, faltam dados sobre cor ou etnia, ou só existe informação sobre um dos cônjuges. Mais raramente, rasuras e borrões tornam duvidosa a classificação adotada. É possível ainda achar ambiguidades, como no assento de matrimônio de Cândido Monteiro Bittencourt, que se casou com Virgínia Maria da Conceição, parda, em 27 de

maio de 1882. O cônjuge masculino é mencionado como branco no texto corrido e pardo nas margens da página. Fato semelhante se deu com Bento José Garcia e Gabriela Maria da Conceição, casados em 29 de dezembro de 1888. Os recém-casados são ditos pretos na certidão por extenso, porém pardos nas margens.

Eliminei da análise proposta os 56 registros que julguei imprecisos por alguma ou várias destas razões. Um dos melhores exemplos talvez seja o matrimônio de Manuel José de Oliveira, filho legítimo de Miguel José da Silva e Jesuína Rosa, casado em 28 de abril de 1849 com Francisca de Paula Rosa, filha natural de Rosa de Nação, "escravas que foram". Tudo indica, inclusive pela baixa frequência de situações em que homens brancos se uniram a mulheres saídas do cativeiro, que se tratava de uma família afro-brasileira, mas não há registro formal sobre cor ou etnia dos cônjuges. Também excluí da contagem geral, para evitar distorções, algumas transcrições que diziam respeito a casamentos ocorridos em épocas anteriores à abertura do livro. Desta maneira, trabalhei com os 728 assentos nos quais as informações se mostravam inteiramente claras.

A leitura atenta do livro PP.SPP.676 expõe diversas incoerências. Cândido Gomes da Silva, natural de Itaguaí, filho de Manuel Gomes da Silva e Ana Joaquina de Jesus, foi declarado pardo em seu assento de matrimônio com Guilhermina Monteiro de Andrade, também parda, em 23 de junho de 1859. Outro Manuel Gomes da Silva, irmão de Cândido, constou da mesma forma como pardo ao se casar em 11 de maio de 1872 com Ana Maria Pires, branca. Todavia, Virgínia Celestina da Silva, filha dos mesmos Manuel Gomes e Ana Joaquina, aparece como branca em seu casamento com o português Antônio Teixeira Alves no dia 23 de julho de 1868. Igualmente branca, segundo o padre Diniz Afonso de Mendonça e Silva, era Palmira Gomes da Silva, filha dos pardos Cândido e Guilhermina, casada com José Antônio Maia Brasil, branco, em 14 de agosto de 1884.

Este câmbio de identidades também acontecia entre pardos e pretos, como notei por meio dos assentos de casamento da família de Martinho José Vicente e Ana Barbosa do Rosário. Filho deste casal, Manuel José Vicente, natural do Bananal, localidade correspondente à atual Seropédica, figurou como preto ao se unir em 18 de dezembro de 1869 a Francisca Maria dos

Reis, preta. Foram também anotados como pretos Maria Barbosa do Rosário, irmã do citado Manuel, e Ciríaco Pereira de Oliveira, casados em 11 de outubro de 1871. Porém, em seu matrimônio de nove de agosto de 1873 com Maria Gomes dos Santos, parda, outro irmão, Francisco Vicente de Souza, surge como pardo.

É possível que os vigários de Itaguaí, nestas variadas ocasiões, atentassem às diferentes tonalidades de pele de pessoas filhas dos mesmos pais, definindo como brancos os pardos de tez mais clara, ou como pardos os pretos de pele menos escura. Em casos como o da família Gomes da Silva, que logrou uma significativa ascensão socioeconômica[22], talvez tenha existido para alguns de seus integrantes o reconhecimento comunitário de um novo status de brancos, mesmo que sua aparência física revelasse sem equívoco a ascendência africana. Também parece bastante provável que fosse incômodo para certos cônjuges oriundos dos segmentos médios da sociedade itaguaiense, ou mesmo da classe senhorial, que houvesse o registro formal de que se uniam a pessoas não brancas. Como funcionários da Coroa, inseridos compulsoriamente no sistema político local, os padres não podiam ignorar expectativas deste gênero. Sem deixar de encarar criticamente as diversas contradições dos registros, computei-as ao pé da letra, por entender que representam percepções que se alteravam segundo as circunstâncias de cada momento.

Não seria inviável, ainda que correndo o risco do anacronismo, lidar de forma indistinta com os assentos que mencionam pretos e pardos, incluindo a todos em uma categoria intitulada "população negra". Preferi, entretanto, trabalhar com as categorias oferecidas pela própria escrituração, tendo em vista que os pardos da região do Rio de Janeiro, pessoas "de pais africanos e europeus", muitas vezes utilizavam o referido termo para se diferenciar dos pretos e dos outros grupos mestiços. Sua identidade tradicionalmente separada fica mais evidente quando nos recordamos de que possuíram suas próprias irmandades religiosas e regimentos militares (Karasch, 2000, p. 38).

Além disto, os pardos tinham consciência de que contavam com possibilidades de ascensão superiores às das pessoas tidas como de origem intei-

22 Apresentei no II Encontro de História e Patrimônio da Fazenda de Santa Cruz, realizado em fins de 2023, a comunicação "De pardo obscuro a membro da boa sociedade: o itaguaiense Cândido Gomes da Silva", cujo texto integral ainda não havia sido publicado na Internet por ocasião do envio deste trabalho.

ramente africana. Viajantes europeus que visitaram o Brasil no século XIX constataram a presença de "homens de cor" em todos os níveis da administração pública e na Câmara dos Deputados. Por outro lado, "era praticamente proibido aos negros assumir um posto de responsabilidade, porque os senhores queriam evitar situações em que filhos de escravos exercessem autoridade sobre brancos" (Karasch, 2000, p. 123). Assim sendo, mesmo que ambos os grupos estivessem expostos, em graus diferentes, ao sistema discriminatório que lhes impunha a sujeição aos brancos letrados e proprietários, e que documentos como o próprio livro PP.SPP.676 sugiram em alguns momentos alianças entre eles, me parece claro que a solidariedade entre pardos e pretos não constituía necessariamente regra geral.

Saltará aos olhos de qualquer observador dos registros analisados uma tendência muito nítida à endogamia étnica. Verifiquei ao longo do período 377 casamentos em que ambos os cônjuges eram brancos, o que corresponde a 51,79% do total geral. As 174 uniões entre homens e mulheres pardos representam outros 23,90%. Existem ainda 83 matrimônios entre pretos e pretas, e dois entre índios e índias, respectivamente 11,40% e 0,27% dos casamentos computados. Assim, em 636 dos 728 casos (87,36%) os nubentes eram da mesma cor ou raça, pela avaliação do cura. Entre as demais uniões, são estatisticamente significativas as 39 que envolveram brancos e pardas (5,36%); 22 pardos se casaram com brancas (3,02%) e 19 pretos com pardas (2,61%).

Mais excepcionalmente, cinco homens pardos se consorciaram com mulheres pretas (0,69%) e outros dois pardos com índias (0,27%). Os casamentos entre homens pretos e mulheres brancas, ou entre homens brancos e mulheres pretas, constituíam um evidente tabu: nos 41 anos de escrituração eclesiástica localizei apenas um caso de cada (0,14%). Um deles significava a oficialização de uma união informal que durava décadas: o português Zeferino Ferreira de Assunção se casou em 16 de outubro de 1878 com Anacleta Maria de Jesus, preta, natural do Rio de Janeiro. Os cônjuges declararam ter em comum cinco filhos, além de outros que haviam morrido. Apurei que antes deste evento os homens pardos Zeferino, João e Antônio Ferreira de Assunção já tinham se casado, sempre constando como filhos naturais de Anacleta. É fácil imaginar que como adultos jovens pressionaram o pai, já velho, no sentido de obter a legitimação.

Assinalei a presença de um casamento entre índio e parda e outro entre chinês e parda. Finalmente, consta que em 12 de dezembro de 1851 o índio Joaquim José de Santana se casou com Mariana Teresa de Jesus, branca. Os 92 matrimônios "exogâmicos" contabilizados representam somente 12,64% do total. Podemos questionar, sem dúvida, se existia uma percepção real de exogamia nas situações em que um dos cônjuges, ou ambos, apesar de eventuais diferenças na cor da pele, tinham passado pela experiência do cativeiro, que lhes impunha a noção de vínculo com uma comunidade negra. Seria talvez o caso do pardo liberto Antônio Matias, natural de Itaguaí, casado em 18 de abril de 1870 com Maximiana Maria da Conceição, preta.

Quando refazemos as contas observando a perspectiva do gênero, podemos notar que os 417 homens brancos identificados no estudo se uniram a mulheres brancas em 90,41% dos matrimônios em que figuraram como nubentes. Esta taxa de endogamia foi superior às observadas entre os 203 homens pardos (85,71%) e os 103 homens pretos (80,58%). Entre os quatro homens índios que constam do livro, a cifra não ultrapassa 50%. Devemos entender, porém, que a comunidade indígena, embora tradicional na freguesia, já era pouco numerosa e tendia a ser absorvida pelos demais grupos étnicos. Quanto aos chineses, tudo indica que sua presença estava limitada a poucos indivíduos do sexo masculino. Além de André Faustino da Silva, que se casou com a parda Josefa Maria da Conceição em 1º de junho de 1863, houve Antônio de Lima, casado em 10 de setembro de 1864 com Maria Antônia Pimenta, de quem nada consta sobre a cor.

Antes de efetuar estes cálculos, eu julgava que os homens brancos teriam um acesso privilegiado ao sacramento católico do matrimônio, em comparação com os demais grupos étnicos, por ser em média detentores de mais posses. Todavia, os dados do livro aberto em 1848 não corroboram esta premissa. Os 2.085 homens brancos de 1849 representavam 61,45% do total de pessoas livres do sexo masculino que viviam em Itaguaí àquela altura, mas apenas 57,28% de todos os cônjuges de nossa lista foram identificados como brancos, o que é bastante significativo se nos lembramos de que, enquanto a entrada de africanos foi fortemente restringida após a abolição do tráfico atlântico, a imigração europeia não sofria qualquer empecilho.

A maior taxa de endogamia aparece entre as 401 mulheres brancas: em 94,01% destes matrimônios elas se uniram a brancos. O índice é quase idên-

tico entre as 89 mulheres pretas: 93,26% delas se casaram com pretos, mas cai para 74,36% se miramos as 234 mulheres pardas; 16,67% destas últimas se casaram com brancos, 8,12% com pretos, 0,43% com índios, outras 0,43% com chineses. Metade das quatro mulheres indígenas se casou com índios, a outra metade com pardos.

Diante da valorização da origem europeia e da cor branca na sociedade imperial, nada surpreende o fato de que raras mulheres brancas subiam ao altar com homens não brancos. Cheguei a considerar a hipótese de que as exceções encontradas diriam respeito, na maior parte das vezes, a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas descobri que em pelo menos 19 dos 24 casos (79,17%) as nubentes eram filhas legítimas.

Pude notar, porém, que certas mulheres brancas se uniram aos filhos pardos de famílias proprietárias da freguesia: em 12 de janeiro de 1852, por exemplo, Jesuíno Antônio de Oliveira Figueiredo, pardo, filho natural do capitão João Antônio de Oliveira e de Luísa Antônia do Amor Divino, se casou com Luísa Maria, branca, filha de Joaquim Gomes da Silva e Rosa Maria Gomes. No mesmo dia houve o matrimônio do pardo João Monteiro Bittencourt, filho legítimo de José Monteiro Bittencourt e Lourença Maria Monteiro, com a portuguesa Virgínia da Conceição, filha natural de Ana Maria da Conceição. Eles seriam pais de João Monteiro Bittencourt Júnior, intendente municipal e presidente da Câmara durante parte da década de 1890 (Moreira, 2015, 12-13), talvez o primeiro descendente de africanos escravizados a governar Itaguaí. Finalmente, em três de novembro de 1866 Manuel João de Sá Freire, pardo, filho natural de Josefa de Sá Freire, se casou com Rosa Maria da Fonseca, branca. Temos aqui possíveis parentes de outro afrodescendente ilustre, o presidente Nilo Procópio Peçanha, neto materno de José Tibúrcio de Sá Freire e Teresa Maria da Purificação, moradores em Itaguaí.

As mulheres pretas, na perspectiva inversa, carregavam os estigmas da cor e, em geral, da proximidade com o cativeiro. Tampouco teriam acesso significativo à propriedade, sendo pela soma dos fatores noivas pouco atraentes para homens interessados no branqueamento de suas famílias ou empenhados em projetos de ascensão social. Dos cinco cônjuges pardos que se uniram a elas, quatro constam do livro como filhos naturais, sendo pelo menos um liberto e outro filho de mãe liberta. É bastante expressivo o fato de que os homens

pardos se casavam com mais frequência com mulheres brancas, expondo-se a situações em que sofreriam preconceito racial, do que com pretas, em cujas famílias e redes de sociabilidade deveriam ter melhor acolhida.

Poderíamos então, em uma análise precipitada, apontar as mulheres pardas como o principal agente da miscigenação entre os livres da freguesia, pois representantes daquele grupo contraíam casamento com maridos de todas as cores e etnias. Eventualmente se uniam a homens que haviam passado pela experiência da escravidão, como Faustino José Antônio, preto liberto, que se consorciou com a parda Luísa Antônia Rosa em sete de janeiro de 1888. Em outros contextos, a brancos proprietários, a exemplo de Antônio de Oliveira Freitas, itaguaiense, casado em dois de junho de 1860 com a parda Delfina Joaquina de Figueiredo, viúva de Antônio José Ferreira. Naquele ano, a firma Oliveira Freitas & C. aparecia na lista dos negociantes da vila de Itaguaí do Almanak Laemmert. Chama a atenção neste assento o fato de Antônio ter 27 anos e Delfina 46.

Todavia, temos que levar em consideração que os pardos, ainda que na freguesia de Itaguaí, em algumas situações, podiam descender em parte de indígenas, provinham basicamente da miscigenação entre pessoas de origem europeia e africana. Como quase nunca ocorriam casamentos entre brancos e pretos, quaisquer que fossem os gêneros dos nubentes, parece evidente que a elevada proporção de pardos que encontramos não apenas nos livros paroquiais como também nos censos se devia em grande quantidade às uniões informais. Sobre isto, aliás, ao deparar com os elevados índices de ilegitimidade no agro carioca Ana Paula Tostes e Victor Oliveira afirmaram oportunamente que "a instituição do matrimônio [...] extrapolava os limites da Igreja, ganhava significados múltiplos no contexto social e, para além da sua importância diante da concepção católica, podia não ser compartilhada por boa parte da população" (Tostes; Oliveira, 2014, p. 215).

Tais uniões, em Itaguaí e outras freguesias de perfil semelhante, incluíam por certo as relações economicamente desiguais entre homens brancos de médio ou alto poder aquisitivo, por vezes já casados, com mulheres pretas e pardas pobres que deles passavam a depender; também, sem dúvida, os casos de muitos imigrantes e migrantes internos que sem ter acesso ao casamento com as filhas dos fazendeiros, negociantes e funcionários públicos de maior

categoria, passavam a viver maritalmente com as libertas e filhas de libertos que abundavam na freguesia, sem oficializar estas situações no altar.

Devemos contar, igualmente, com as violações cometidas por senhores, seus parentes, agregados e feitores contra as escravas das fazendas e do meio urbano, que dispunham de poucos meios para se defender; não excluindo, é claro, a possibilidade de consentimentos precários por parte destas mulheres em troca de melhorias nas condições do seu cativeiro. Além disto havia a prostituição, que embora mais acessível aos homens brancos, em média detentores de mais dinheiro e maior liberdade de movimentos, também fazia com que algumas mulheres brancas tivessem filhos de homens negros.

A observação deste pequeno universo paroquiano do século XIX leva a pensar na desigualdade extrema que continua, 135 anos depois da abolição formal da escravidão, a imperar na República brasileira. Regime que, sintomaticamente, assumiu de imediato todos os compromissos da Monarquia fundada sobre o escravismo e incorporou às suas bases a maioria dos políticos da antiga ordem. Sobretudo em seus mecanismos de hierarquização entre os cidadãos, exclusão e extermínio, às vezes sutis, em outros óbvios e até grosseiros, mas que não deixam de contar com o apoio quase unânime das oligarquias e, é claro, com a cumplicidade de um enorme contingente de oprimidos que gostariam de se tornar os opressores.

Referências

Almanak Laemmert. Edições de 1858 e 1860. Disponível em: https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm. Acesso em: 27 fev. 2024.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. PP.SPP.676- Itaguahy- 1848-1909 – Livro 3º de Casamentos de Pessoas Livres.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A aldeia de Itaguaí: das origens à extinção (séculos XVII-XIX). *In:* **Santa Cruz:** de legado dos jesuítas a pérola da Coroa (organização Márcia Amantino e Carlos Engemann. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã:** a Guarda Nacional de 1831 a 1850. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

FERRARIA, Maria José. A emigração do distrito do Porto para o Brasil (1880-1882) preliminares de um estudo. *In:* **Portugueses no Brasil:** migrantes em dois atos (organizadores Ismênia de Lima Martins e Fernando Sousa. Niterói: Muiraquitã, 2006).

FERRAZ, Luiz Pedreira do Couto. **Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro (1849).** Rio de Janeiro: Typographia do Diario de N. L. Vianna, 1849.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro:** repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema:** a formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. Política local em um sistema agrário em decadência: o município de Itaguaí (RJ) na virada do Império para a República. **Artigo apresentado no XXVIII Simpósio Nacional de História** (ANPUH, Florianópolis, 2015). Texto integral em https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945024_e3b95f238540d0aa218b673db75aa5f4.pdf. Acesso em: 27 fev. 2024.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia imperial:** a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo.** Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

TOSTES, Ana Paula Cabral e OLIVEIRA, Victor Luiz Álvares de. Dinâmicas sociais e hierarquias no Recôncavo do Rio de Janeiro: elites, pardos e ilegítimos em Campo Grande e Jacarepaguá do século XVIII. *In:* **Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII/organização João Fragoso, Roberto Guedes e Antonio Carlos Jucá de Sampaio.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

VENANCIO, Renato Pinto. **Cativos do reino:** a circulação de escravos entre Portugal e Brasil, séculos 18 e 19. São Paulo: Alameda, 2012.

Ameaça à democracia: a ditadura como ferramenta de combate à eleição de Getúlio Vargas em 1950

Raiomara Lopes Braga[23]

Resumo

O período após a redemocratização de 1945, mais especificamente o ano da eleição presidencial de 1950, foi marcado pelos termos ditadura e democracia, termos que apareceram à exaustão na imprensa carioca (COSTA, 2014). Essa frequência em 1950 pode ser explicada pelo fato de que foi neste ano que Getúlio Vargas, então senador (1946-51) e ex-presidente da República (1930-45) – sendo o Estado Novo (1937-45) o seu período ditatorial –, se candidatou à presidência da República pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Com a candidatura, a representação de Vargas como uma ameaça à democracia passou a ser reforçada pelos veículos de comunicação do país, principalmente pela imprensa carioca. Buscaremos apresentar como a grande imprensa carioca, em sua maioria oposicionista à Vargas, se colocou como defensora da recente democracia, utilizando relatos, fotografias e até desenhos sobre a ditadura varguista como ferramentas de combate à campanha do ex-ditador. Exemplos disso foram as notícias sobre a censura à imprensa e a violência sofrida pelos trabalhadores durante o Estado Novo que passaram a ser evidenciadas pelos jornais em suas primeiras páginas e publicadas com maior frequência conforme a data da eleição se aproximava. Além de apresentar como se deu o combate à imagem de Vargas, apresentar como a imprensa divulgou a imagem do candidato da União Democrática Nacional (UDN), brigadeiro Eduardo Gomes, se faz necessária pois, enquanto Vargas era anunciado como o candidato da velha política, sendo relacionado muitas vezes à corrupção, Gomes é anunciado como o candidato defensor da democracia. Utilizamos como fontes os jornais cariocas publicados durante a corrida presidencial de 1950, em especial o Tribuna da Imprensa, vespertino ligado aos

23 Mestranda em História pela Universidade Federal do Ceará. Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará. Bolsista CAPES.

interesses da UDN, tendo o auxílio metodológico dos procedimentos de pesquisa em periódicos listados por Tania Regina de Luca (2010).

Palavras-chave: Ditadura; Estado Novo; Campanha presidencial; Imprensa; Getúlio Vargas.

Introdução

No ano de 1950 o Brasil vivenciou a sua segunda eleição presidencial após um longo período em que o país foi governado por um único presidente, presidente este que chegou, em seus últimos anos, a dirigir o país de forma ditatorial. A segunda eleição presidencial pós-Estado Novo foi um marco nessa recém-conquistada democracia, pois foi marcada, principalmente, por uma contradição que foi pauta na grande imprensa da época: a eleição de um ditador seria parte da democracia, já que esta forma de governo envolve a liberdade de escolha dos cidadãos, ou seria uma ameaça à sua continuidade?

A saída de Getúlio Vargas do poder, em 1945, ocorreu no contexto de derrota do nazifascismo no final da Segunda Guerra Mundial. Embora o Brasil tivesse lutado ao lado dos Aliados na guerra, especialmente ao lado dos Estados Unidos – principal representante das forças democráticas –, o fato do país estar sob, na época, um regime ditatorial que teve, em sua formação, inspiração nos regimes totalitários europeus[24], passou a ser visto como sendo algo contraditório, e essa contradição impulsionou movimentos que pediram o fim do regime e, consequentemente, a deposição de Vargas da Presidência.

Os momentos finais da ditadura varguista foram marcados pelo surgimento de novos partidos políticos – sendo os principais o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN) –, e, após a deposição de Vargas, por uma eleição presidencial que encerrava um longo intervalo desde a última eleição direta para presidente que não ocorria desde 1930. Entretanto, Vargas, mesmo afastado da Presidência, demonstrou seu poder eleitoral ao concorrer para deputado federal e senador por mais de um estado (FAUSTO, 2006, p. 160) e ao

24 Segundo a historiadora Maria Helena Rolim Capelato, o varguismo não se define como fenômeno fascista, mas é preciso levar em conta a inspiração das experiências alemã e italiana nesse regime, especialmente no que se refere à propaganda política (Capelato, 2009, p. 73).

ser decisivo na vitória de Eurico Gaspar Dutra ao, nas vésperas da eleição de 1945, anunciar o seu apoio ao seu ex-Ministro da Guerra.

Vargas tomou posse como senador pelo Rio Grande do Sul, mas se distanciou da capital logo depois, se autoexilando em São Borja, sua cidade natal. Sua candidatura para a Presidência começou a ser comentada pela mídia em 1949, devido à publicação de uma entrevista que Vargas concedeu ao jornalista Samuel Wainer, que na época trabalhava para o grupo Diários Associados de Assis Chateaubriand. Vargas, ao mesmo tempo que não confirmou que se candidataria para as próximas eleições, não negou a possibilidade, deixando tudo em aberto. Segundo o pesquisador Lira Neto,

> Em vez de representar um anúncio de que ele entrara de vez na disputa sucessória, as respostas de Getúlio ao repórter foram, na verdade, uma aula política de como não se comprometer com nada e com ninguém, inclusive com a própria candidatura, deixando assim uma margem enorme para futuras manobras, como lhe era peculiar [...] (Lira Neto, 2014, p. 160).

Na mesma entrevista, o futuro candidato veio a se colocar como um apoiador da democracia, quando pontuou que um candidato único seria antidemocrático (O Jornal, Rio de Janeiro, n. 8847, 3 mar. 1949, p. 6). Porém, mesmo afastado da capital, o ex-ditador ainda tinha força política, o que podemos constatar por meio das constantes idas de políticos à fazenda do gaúcho: Vargas não havia se afastado da cena política, na qual se mantinha como um dos protagonistas.

Por outro lado, o principal candidato derrotado em 1945, o brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, chegou a ser atrelado, em sua primeira tentativa ao cargo, à alcunha de candidato da elite após o seu discurso proferido em novembro de 1945, no qual falou que não era o candidato dessa "malta de desocupados", se referindo aos apoiadores de Vargas. Esse trecho do discurso foi habilmente utilizado pelo político Hugo Borghi:

> [...] Alguns golpes baixos fizeram parte da campanha, sendo o mais famoso o encenado por

> Hugo Borghi, o "Rei do Algodão", integrante do PTB. Borghi conseguiu colocar na boca do Brigadeiro uma frase desastrosa que o candidato nunca pronunciou: "Não preciso do voto dos marmiteiros". A frase imaginária, referida em marchinhas, em comícios, acabou por se tornar verdadeira e, pelos anos afora, vinculou-se como um peso de chumbo à imagem do candidato udenista (Fausto, 2006, p. 158).

Apesar da derrota nas eleições anteriores, Eduardo Gomes continuava sendo um dos principais nomes da UDN, sendo confirmado como candidato à Presidência em 1950. Cabia à campanha do udenista, o que incluía os periódicos favoráveis à sua eleição, divulgar uma imagem do brigadeiro que combatesse a imagem difundida por Borghi em 1945, colocando-o como um candidato do povo e defensor dos ideais democráticos, o que contrastava com a imagem que esses mesmos veículos viriam a divulgar de Getúlio Vargas.

Além desses, outros dois candidatos vieram a concorrer para o principal cargo do Executivo brasileiro: Cristiano Machado e João Mangabeira. Machado, o político mineiro apoiado por Dutra e por uma parcela do PSD, foi um candidato "abandonado" pelos seus, o que deu origem ao termo "cristianizar" (Costa, 2014, p. 108-109). João Mangabeira concorreu ao pleito pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB –, chegando a ficar, como hoje sabemos, em quarto lugar. Buscaremos, no presente texto, focar na campanha midiática em torno de Vargas e Gomes, os dois principais candidatos, e para isso utilizaremos como fontes alguns dos principais jornais favoráveis ao candidato da UDN e, consequentemente, opositores à vitória de Vargas.

A imprensa carioca durante a campanha

A campanha de 1950 foi marcada pelo embate constante entre dois termos: ditadura e democracia. Segundo o historiador Luís Ricardo Araújo da Costa, a imprensa antigetulista viu uma contradição na hipótese de se eleger, por vias democráticas, um ditador (Costa, 2014, p. 16), e essa contradição foi amplamente repercutida por esses jornais, seja por meio da publicação de relatos de trabalhadores, ou pelo uso de fotografias e desenhos sobre a dita-

dura varguista, estes utilizados como armas de combate à eleição presidencial de Vargas. Além disso, a busca em atrelar a imagem de Eduardo Gomes a de um político moderno e defensor da democracia também pode ser observada nesses jornais. Tendo em vista que, durante a campanha, a grande maioria da imprensa carioca se colocou contra a eleição de Vargas, estando favorável a ele apenas o pequeno *O Radical* e os escritos de Samuel Wainer nos jornais do grupo Diários Associados (Costa, 2014, p. 14), buscaremos entender como a ditadura do Estado Novo foi utilizada por essa mídia antivarguista como uma ferramenta de defesa democrática.

Ainda segundo Costa, o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias* e o *Tribuna da Imprensa* (Costa, 2014, p. 80) foram alguns dos jornais cariocas que apoiaram o brigadeiro. Pudemos notar, através de suas publicações, que eles fizeram parte do embate sobre o qual estamos tratando ao evidenciar em suas páginas a campanha udenista e o apoio popular que Gomes recebia em seus comícios. Embora, ainda de acordo com Costa, o Diários Associados apoiasse o pessedista Cristiano Machado, o grupo de Chateaubriand não chegou a se opor ao brigadeiro (Costa, 2014, p. 80).

Como já foi mencionado, enquanto os jornais acima citados, que estavam entre os principais órgãos de comunicação do país na época, faziam a cobertura da campanha de Eduardo Gomes, o mesmo não pode se dizer sobre a cobertura jornalística à campanha do ex-ditador.

> Em 1950, os órgãos da imprensa escrita e falada de maior penetração no país não deram cobertura jornalística à campanha de Getúlio à Presidência da República, obrigando-o a utilizar caminhões equipados com alto-falantes e volantes impressos para divulgar seu programa de governo. Essa campanha durou 53 dias, com Vargas percorrendo todos os estados da Federação, muitas cidades do interior e todas as capitais (Abreu; Lattman-Weltman, 1994, p. 28).

Podemos completar o trecho acima com a informação de que a cobertura não foi tão ampla, mas ela chegou a ser realizada e publicada em órgãos da grande imprensa através dos escritos de Samuel Wainer, jornalista que

acompanhou Vargas em suas viagens de campanha, sendo que essa cobertura chegou a estampar as páginas dos jornais do grupo Diários Associados. Tal proximidade com o ex-ditador fez com que, em 1951, Wainer fundasse, com o apoio de Vargas, o jornal *Última Hora*, que surgiu para ser um veículo favorável ao novo governo.

O *Correio da Manhã*, jornal de Paulo Bittencourt, dentre os jornais que apoiaram a campanha de Eduardo Gomes, colocava o candidato como sendo uma solução para todos os problemas do país.

> No final do governo Dutra, o *Correio da Manhã* passou a apoiar novamente o nome do brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência da República. Desviando-se de sua tradição de análise crítica, encampou sem restrições a candidatura do brigadeiro, passando a apontar a eleição de Eduardo Gomes como a solução para todos os problemas do país [...] (Leal, s.d., n.p.).

Além disso, o jornal destacava em suas manchetes o apoio que o udenista recebia nos vários lugares por onde a sua campanha passava e o conteúdo de seus discursos. Em discursos feitos em seus comícios, cujos trechos chegaram a ser transcritos e publicados no jornal, os oradores não deixavam de lembrar os eleitores sobre a ameaça que Vargas representava. Em um comício realizado no então Distrito Federal, a fala do escritor e líder católico Alceu Amoroso Lima chama a atenção por trazer a ditadura como uma ameaça, o que nos leva a entender que já era de conhecimento dos eleitores que o brigadeiro representava o combate à essa ameaça, sendo ele um bastião da democracia.

> [...] A certa altura, o orador [Amoroso Lima] perguntou à multidão: "Quereis voltar à ditadura?" "Quereis a continuação da mediocridade?". A resposta foi um Não que lançado aos altos brados por todo o povo que se comprimia em frente ao palanque. "Já imaginastes a desgraça que seria para o Brasil a derrota eleitoral do Brigadeiro?". E a resposta veio pronta. Foi um longo e vivo desabafo que pareceu causar um desfalecimento na massa. A reação veiu

> (*sic*) pronta, porém, e o refrão "Já ganhou!, Já ganhou! Já ganhou!, voltou a encher a Esplanada. Finalizando, o orador concitou o povo a comparecer às urnas, dizendo: "Votemos em Eduardo Gomes pela regeneração moral da nossa pátria" (Correio da Manhã, Rio de Janeiro, n. 17.653, 1 out. 1950, p. 1).

Gomes, além de ser colocado como o defensor da democracia, foi associado pelo discurso e pelo jornal, que fez questão de publicar o trecho, à moralização do país. Segundo o trecho acima, essa moral deveria ser regenerada, o que nos leva a pensar que Vargas não representava esses valores: Gomes foi, durante a campanha, associado à nova política e ao combate à corrupção, o que contrastava com a representação feita do candidato petebista.

Figura 10 - Comício de Eduardo Gomes no *Correio da Manhã*

Correio da Manhã

CONSAGRAÇÃO DEFINITIVA O COMICIO DA ESPLANADA DO CASTELO

A oração do candidato nacional

"São Paulo responderá a 3 de outubro - Presente!"

QUANTOS ERAM?

Fonte: Correio da Manhã, Rio de Janeiro, n. 17.653, 1 out. 1950, p. 1.

De acordo com a historiadora Tania Regina de Luca, "[...] é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas" (Luca, 2008, p. 140). Com base nisso, vale ressaltar que, além da publicação na pri-

meira página dos discursos proferidos no comício, o jornal buscou evidenciar uma ampla adesão popular ao evento: como podemos observar na imagem acima, a fotografia do comício de Gomes ganhou destaque no jornal, o que nos dá a ideia de que o *Correio*, na véspera da eleição, buscou mostrar para o seu público leitor o apoio popular à campanha de Eduardo Gomes. Isso também pode ser entendido quando o jornal fez questão de transcrever os gritos de apoio ao discurso de Amoroso Lima.

Em outro jornal pró-brigadeiro, dessa vez o *Diário de Notícias*, nos chamou a atenção a primeira página da edição publicada às vésperas das eleições de 3 de outubro, edição essa que enfatizou a imagem de Eduardo Gomes, além de colocá-lo como uma espécie de salvador da democracia. O jornal, na publicação, conclama o seu público a votar no brigadeiro para que possa, "[...] com a liberdade que conquistou, aproveitar a oportunidade que se apresenta para salvar a democracia e recuperar a Nação" (Diário de Notícias, Rio de Janeiro, n. 8.573, 1 e 2 out. 1950, p. 1).

Figura 11 - Campanha de Eduardo Gomes nas páginas do *Diário de Notícias*

PARA PRESIDENTE DA REPUBLICA : - BRIGADEIRO EDUARDO GOMES

Diario de Noticias

ÀS VÉSPERAS DO PLEITO DE 3 DE OUTUBRO

Atravessam os sul-coreanos o paralelo 38.°

Compete ao povo brasileiro com a liberdade que conquistou, aproveitar a oportunidade que se apresenta para salvar a democracia e recuperar a Nação

TENENTE BRIGADEIRO EDUARDO GOMES

O «DIÁRIO DE NOTICIAS» E AS ELEIÇÕES DE 3 DE OUTUBRO

Para Presidente da República
Tenente-Brigadeiro
EDUARDO GOMES

Para Vice-Presidente da República
ODILON DUARTE BRAGA

Para Deputado
NUTA B. JAMES
U.D.N.

Para Vereador
E. BARTLETT JAMES

Engenheiro Alberto Dourado Lopes
PARA O SENADO FEDERAL

TELEMACO GONÇALVES MAIA
CANDIDATO A VEREADOR

Ferragens Alberto Viana Ltda.

BANCO MOSCOSO CASTRO S.A.
RUA DA ALFANDEGA, 38

Apenas serão novidas pela OHB os representantes do Coréia do Sul

Aguinaldo Costa
BANCÁRIOS

POTO PREUSS
«20 CRIANÇAS»

Fonte: Diário de Notícias, Rio de Janeiro, n. 8.573, 1 e 2 out. 1950, p. 1.

Além de fazer a defesa do voto em Eduardo Gomes, o jornal se coloca como um adversário da ditadura varguista, e, no final do texto, destaca a vitória de Vargas como um "retorno ao passado":

> [...] foi o apoio constante dos que nos lêem que permitiu ao <<Diário>> enfrentar os dias difíceis da ditadura, vencendo, no que foi possível, a compressão ditatorial, e, apesar da sua vigilância, conduzindo a opinião pública no sentido das espirações de liberdade do povo e de dignidade do homem. [...] Combatendo a candidatura do Brigadeiro, duas outras correntes se dirigem também aos brasileiros. Uma delas representa a volta ao passado, com seus crimes, com todo o aparato liberticida que vai desde a supressão do Congresso e a humilhação da Justiça à censura à imprensa, à criação da Polícia Especial e de tribunais de exceção, à intervenção nos sindicatos, ao atentado permanente à dignidade humana nos seus direitos essenciais à vida, à segurança, à propriedade [...] (Diário de Notícias, Rio de Janeiro, n. 8.573, 1 e 2 out. 1950, p. 1).

Como se tratava de uma ditadura, durante o Estado Novo as empresas jornalísticas que não aderiram ao regime chegaram a sofrer ação da censura, sendo muitas delas fechadas (Barbosa, 2007, p. 122). Segundo a historiadora Marialva Barbosa, o *Diário de Notícias*, apesar de inicialmente se posicionar a favor de Vargas, acabou se distanciando de seu governo e sofrendo com a censura, o que condiz com o posicionamento do periódico durante a campanha de 1950. "[...] O *Diário de Notícias*, fundado em 12 de junho de 1930, e que, após apoiar a Aliança Liberal e a Revolução de 1930, se distancia do Governo em 1932, sofre rigorosa censura, sendo seu diretor proprietário Orlando Dantas preso" (Barbosa, 2007, p. 122).

Tendo se posicionado a favor da redemocratização, o jornal se empenhou em 1950, assim como já havia feito em 1945, em apoiar a campanha de Eduardo Gomes. Entretanto, na defesa do candidato udenista, o jornal *Tribuna da Imprensa* se destacou entre os demais, apesar de ser um jornal de tiragem pouco expressiva: foi um jornal que foi fundado por um político filiado à UDN e que, ao mesmo tempo, teve apoio de políticos do partido para poder iniciar as suas atividades (Delgado, 2006, p. 141).

A disputa entre ditadura e democracia nas páginas do *Tribuna da Imprensa*

Dentre os jornais antivarguistas e favoráveis à figura do brigadeiro, destacamos o então recém-criado *Tribuna da Imprensa*. O jornal carioca fundado pelo político e jornalista Carlos Lacerda nos momentos finais de 1949, apesar da influência de seu fundador e diretor, não era um dos mais vendidos na época, sendo um jornal de pequena circulação. Entretanto, sua importância como fonte, nesse caso, está na ligação do jornal com a UDN, partido que apoiou diretamente a sua fundação para que Lacerda, já a ele filiado, ao sair do *Correio da Manhã*, não ficasse sem um local para emitir as suas opiniões. O vespertino chegou a trazer matérias, fotografias e desenhos antigetulistas. Além dessa divulgação da imagem de Vargas como um ditador, o jornal também buscou atrelar a imagem do brigadeiro Eduardo Gomes a de guardião da democracia.

O *Tribuna da Imprensa* desde a sua primeira edição trouxe Eduardo Gomes como destaque, sendo a fotografia do político constantemente publicada na primeira página do jornal. Esse destaque difere do destaque dado a Vargas, que aparecia na primeira página mais através de manchetes sobre trabalhadores torturados pelos agentes do Estado Novo do que propriamente por fotografias de sua imagem tão difundida durante o seu regime ditatorial. Um dos exemplos que provam o destaque dado a Eduardo Gomes pelo *Tribuna* é o de uma página inteira do jornal ter sido reservada para a publicação do material de campanha do candidato.

Figura 12 - Eduardo Gomes no *Tribuna*

Fonte: Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, n. 144, 15 jun. 1950, p. 11.

É perceptível, nas páginas do *Tribuna*, a existência de um contraste no modo como os candidatos aparecem nas publicações no decorrer da campanha. O brigadeiro, como uma resposta à já mencionada associação do candidato à elite na campanha anterior, aparece como um candidato proveniente do povo, sendo ele aquele que melhor poderia representar a maior parcela da população.

> Você, que deseja ver o seu país governado por homens de bem e ao mesmo tempo capazes e realizadores, dê o seu voto ao Brigadeiro Eduardo Gomes para Presidente da República. Êle (*sic*) merece o seu voto. Êle (*sic*) é o homem que melhor poderá representar o povo no govêrno (*sic*) do povo, porque êle (*sic*) encarna o que o povo tem de melhor. Êle (*sic*) provém de um ambiente modesto, de trabalho e dignidade. Seu único compromisso é com o bem do Brasil. Sua vida até aqui tem revelado indiscutível habilidade para dirigir, firmeza inabalável, segurança nas decisões, dedicação aos humildes. E êle (*sic*) conhece perfeitamente a sua terra, pelo contato contínuo com os mais longínquos recantos do nosso território, através do Correio Aéreo Nacional, que êle (*sic*) organizou. E você sabe que êle (*sic*) é um democrata sincero, pois que por seus ideais já arriscou a vida mais de uma vez, sendo gravemente ferido. Se você quer dias melhores para si, para os seus e para a sua terra, faça de Eduardo Gomes o Presidente da República (Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, n. 144, 15 jun. 1950. p. 11).

Além dessa associação com o povo, o material fez questão de salientar o fato de Gomes ser um democrata, buscando provar tal posicionamento político ao resgatar a relação do candidato com a revolta dos 18 do Forte de Copacabana, da qual Gomes saiu ferido após se sublevar contra o governo da época. Entendemos que, ao mencionar que Gomes "arriscou a vida mais de uma vez", o jornal também estava se referindo a essa revolta, e conseguimos fazer essa relação graças a outro material publicitário pró-brigadeiro estampado no *Tribuna*.

> A arrancada histórica não terminou. Eles continuam marchando. Sôbre tôda (*sic*) a Nação se ergue o vulto grandioso da Epopéia (*sic*) dos 18 do Forte de Copacabana, sentindo-se a cadência firme de seus passos rumo aos Catete! Não há mais ilusões que possam desviar o Povo de seu verdadeiro destino histórico! Os 18 do Forte não morreram em vão! Do rubro sangue que derramaram nas ruas, germinaram as sementes da verdadeira Democracia incarnadas na figura cavalheiresca e impoluta do Brigadeiro Eduardo Gomes, a quem os heróis tombados pela Pátria delegaram a responsabilidade de ergue-la à dignidade em que eles a sonharam. [...] tereis a certeza de que Eduardo Gomes realizará inteiramente os ideais de seus irmãos mortos no campo de luta, para que houvesse e haja Democracia no Brasil! (Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, n. 232, 27 set. 1950. p. 3).

No trecho acima, a campanha do udenista faz uso político da revolta ao resgatá-la e ao se referir a ela como sendo uma epopeia, o que entendemos como sendo uma forma de colocar o movimento como uma ação grandiosa e heroica e, consequentemente, colocar o brigadeiro, um de seus participantes e sobreviventes, como um herói que agiu a favor da democracia. O termo "democracia", inclusive, aparece mais de uma vez.

Vale ressaltar também que, além da defesa do brigadeiro como um democrata, o *Tribuna*, em paralelo, também associou o candidato Getúlio Vargas à ditadura. Um exemplo da associação de Vargas com a ditadura foi a matéria intitulada "Hitler não faria o que Getúlio fez" (Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, n. 160, 4 jul. 1950. p. 1), título que aparece em destaque na primeira página do periódico. Além de resgatar o passado ditatorial do líder gaúcho, o jornal classificou o seu antigo governo como tendo sido pior, em questão de crueldade, que o do líder nazista Adolf Hitler, na Alemanha. Comparar as duas ditaduras – a de Vargas e a de Hitler – e colocar a repressão durante o Estado Novo como pior, ou seja, mais violenta que a nazista, regime então mundialmente conhecido por sua violência contra os seus opositores, foi uma campanha negativa para o ex-presidente.

O título da matéria faz referência à fala de um homem entrevistado pelo jornal e que, segundo consta no texto, tratava-se de um trabalhador que foi preso pelos agentes de Getúlio. "Talvez Hitler não fizesse o que Getúlio mandou fazer" (Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, n. 160, 4 jul. 1950. p. 1) foi o que foi dito pelo entrevistado, segundo o jornal. Entretanto, no título, a palavra "talvez" foi ocultada. O trabalhador provavelmente não tinha conhecimento sobre o que fora feito pelo regime nazista antes e durante a Segunda Guerra Mundial para fazer tal comparação, sabendo apenas de forma superficial, porém o destaque dado a esta fala foi escolha da redação do jornal, que tratou de utilizá-la para combater a campanha do ex-ditador.

O jornal, buscando combater a imagem de Vargas como "pai dos pobres", enfatizou a condição de vida dos trabalhadores brasileiros principalmente durante o Estado Novo. O *Tribuna* também se preocupou em deixar claro, através da menção dos nomes e publicação da foto dos entrevistados, que essas condições e experiências partiram de entrevistas feitas com os próprios trabalhadores, o que deu um peso maior à propaganda negativa de Getúlio Vargas que o jornal estava fazendo. Conforme a data das eleições foi ficando mais próxima, as manchetes passaram a focar mais na repressão sofrida pelos trabalhadores durante o governo anterior. Exemplos dessas manchetes são "Maçarico de Getúlio ardeu nos pés deste trabalhador" (Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, n. 156, 29 jun. 1950, p. 1) e "Ninguém sairá vivo diziam os policiais getulianos" (Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, n. 165, 10 jul. 1950, p. 1).

Figura 13 - Charge sobre Getúlio Vargas assinada por Hilde Weber

Fonte: Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, n. 140, 10 jun. 1950, p. 4.

O *Tribuna* também diferenciou a forma de tratamento dos candidatos através das charges publicadas em suas páginas. Ao serem publicadas de forma diária, as charges costumavam servir como uma espécie de "editorial ilustrado", pois dialogavam com os acontecimentos políticos daquele momento e, principalmente, com as notícias publicadas pelo jornal na véspera, trazendo a opinião não só do chargista, como também do grupo responsável pelo jornal. O vespertino, na época da campanha, tinha como chargista principal Hilde Weber, que foi a principal responsável em passar para desenho os mais relevantes assuntos políticos do momento. Observamos que entre as temáticas tratadas nas charges por ela assinadas, a ditadura varguista aparece como a principal, sendo Vargas constantemente desenhado como um ditador que, se voltasse à Presidência, traria de volta a censura e a repressão.

Um exemplo de charge antigetulista que tem como temática o autoritarismo do ex-presidente, e que inclusive dialoga com uma das matérias acima citadas, é a charge intitulada "- Pelo menos o caçula se salvou" (Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, n. 140, 10 jun. 1950, p. 4). A charge buscou associar Getúlio ao nazismo e ao fascismo, colocando-o como herdeiro desses regimes. Com o uso do termo "caçula", a chargista buscou evidenciar que havia, entre os líderes desenhados – Adolf Hitler, Benito Mussolini e Getúlio Vargas – uma semelhança ou uma relação de parentesco. Como, segundo a representação, Getúlio havia se salvado, a charge busca levar o leitor a deduzir que os líderes derrotados estavam satisfeitos com a sobrevivência de Vargas, e que, um possível retorno dele à Presidência poderia também significar o retorno da ditadura.

Conclusão

Concluímos que, além do *Tribuna da Imprensa*, veículo claramente ligado à UDN, outros jornais cariocas que eram pró-Eduardo Gomes, candidato udenista, utilizaram o termo "ditadura" como uma ferramenta, ou até mesmo como uma arma de combate à vitória de Getúlio Vargas em 1950. Essa imprensa pró-brigadeiro buscou relacionar Vargas à ditadura, termo que numa democracia recém-estabelecida era considerado negativo, enquanto que ao brigadeiro buscou relacionar pontos considerados pela mídia da época como sendo positivos como a sua simplicidade, a sua honestidade e a sua ligação

com o povo, além de colocá-lo como um candidato defensor da democracia, em contraste com Vargas. É interessante observar como os regimes totalitários europeus foram utilizados por essa imprensa como uma forma de comparação, sendo Vargas constantemente associado ao nazismo em suas páginas, mesmo ele tendo declarado guerra contra o regime durante o Estado Novo: o retorno do ex-ditador era diariamente colocado como um risco à democracia e a vitória de Gomes como uma forma de preservá-la.

Fontes

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, n. 17.653, 1 out. 1950, p. 1.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, n. 8.573, 1 e 2 out. 1950, p. 1.

O JORNAL, Rio de Janeiro, n. 8847, 3 mar. 1949, p. 6.

TRIBUNA DA IMPRENSA, Rio de Janeiro, n. 140, 10 jun. 1950, p. 4.

TRIBUNA DA IMPRENSA, Rio de Janeiro, n. 144, 15 jun. 1950, p. 11.

TRIBUNA DA IMPRENSA, Rio de Janeiro, n. 156, 29 jun. 1950, p. 1.

TRIBUNA DA IMPRENSA, Rio de Janeiro, n. 160, 4 jul. 1950. p. 1.

TRIBUNA DA IMPRENSA, Rio de Janeiro, n. 165, 10 jul. 1950, p. 1.

TRIBUNA DA IMPRENSA, Rio de Janeiro, n. 232, 27 set. 1950. p. 3.

Referências

ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. *In:* GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena:** propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

COSTA, Luís Ricardo Araujo da. **Bota o retrato do velho Getúlio outra vez:** a campanha presidencial de 1950 na imprensa do Rio de Janeiro. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense.

DELGADO, Márcio de Paiva. Lacerdismo: a mídia como veículo de oposição na experiência democrática (1946-1964). **Locus:** Revista de História, v. 12, n. 2, 2006.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas:** o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LEAL, Carlos Eduardo. **Correio da Manhã:** verbete. Rio de Janeiro: FGV CPDOC. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIO%20DA%20MANH%C3%83.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas.** 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

NETO, Lira. **Getúlio:** Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SAÌKAKUN – GBÀGBÉ – E DÁKE! A negritude ignorada e esquecida no silenciamento normativo educacional fluminense

Alessandro Sathler[25]
Marinete Alves Pereira de Castro[26]

Resumo

Infame, adjetivo que designa aquele que não possui boa fama, que foi descreditado ou desacreditado por outrem, ou pela sociedade em que está inserido. Por outro lado, o agente que desacredita o outro é aquele que, por deter o poder social, é o acreditado, o que fia a fama e, realiza, o infamar, prática essa muitas vezes realizada pelo silenciamento, por voluntariamente ignorar a existência. Em iorubá, essa ação de ignorar o outro é traduzida como saìkakun. Ação esta praticada pelo Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro–CEE/RJ, em relação à negritude, até o ano de 2002, quando então foi criada a Comissão de Minorias Étnicas e Sociais. Mesmo estando localizado no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, avizinhando os portos de maior entrada de escravizados africanos do mundo, o CEE/RJ permaneceu silente quanto a estas vidas e histórias. Desde sua fundação em 1975, no contexto da ditadura militar, só veio a se pronunciar no primeiro quinquênio do Século XXI, quando trouxe a pauta em suas discussões plenárias, por meio da Comissão das Minorias Étnicas e Sociais CMETS constituída nos termos da Portaria CEE/RJ n.º 103/2002, de 25 de março de 2002. A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar, nos textos das atas das reuniões plenárias do ano de 2002, as abordagens do CEE/RJ quanto às questões do negro, da negritude em um contexto de abolição da escravatura institucional. Já como objetivos específicos pretende-se: a) identificar em quais atas a temática é discutida; b) relacionar as eventuais produções normativas que tratam da temática no recorte de pesquisa. A investigação, de natureza qualitativa, por suas características e objetivos, constitui-se como histórica-documental,

25 Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública – CAED/UFJF, Doutorando, PROPED – UERJ, https://orcid.org/0000-0002-6417-6094, contato: sathlerleal@gmail.com.

26 Mestra em Educação – PPGE – UFF, https://orcid.org/0000-0002-9203-9134, contato: marinetealvespereiradecastro@gmail.com.

alicerçada na estratégia de análise cartográfica proposta por Sales, Arrais e Braga (2017), buscando identificar e discutir "[...] movimentos, relações, enfrentamentos entre forças, modos de objetivação, de subjetivação e lutas por delimitação de espaços sociais" (p. 3). Constituem suas principais fontes da pesquisa: a) atas das reuniões plenárias do ano de 2002; b) atos normativos e administrativos que tratem da temática no período estudado. A discussão se apoiará em um diálogo entre conceito de silenciamento de Orlandi (2007) e as questões contemporâneas da negritude trazidas por Siqueira (2018), Pires e Oyarzabal (2019), Morais e Maia (2020) e Rocha e Alves (2021), especialmente no que tange à efetividade de acesso e garantia de direitos pela população negra. Cartografar os movimentos institucionais do CEE/RJ ao redor das questões da negritude, seus atores, formas e resultados na construção de políticas públicas e de governo no âmbito da Educação Fluminense, fornecendo indicadores que permitem a análise da temática. O resultado das análises aponta para uma tratativa pontual da temática, a qual aparece nas discussões plenárias três vezes entre agosto e setembro de 2002, sendo respectivamente: uma sugestão de pauta, uma palestra interna e um convite para participação de um evento sobre quotas da ação afirmativa. Quanto aos atos normativos, o primeiro data de 2014, quando o Ministério Público Federal–MPF, questiona o CEE/RJ quanto à aplicação da Lei n.° n.º 10.639/2003. Questão essa respondida pelo Parecer CEE (N) n.° 158/2005, no qual a Comissão Permanente de Legislação e Normas (não a CMETS) conclui que a temática está pacificada, sendo o dispositivo dotado de autoaplicabilidade, não sendo necessária ação do Colegiado. A língua iorubá traduz os pilares desse movimento quanto à negritude no CEE/RJ como saìkakun (ignorar, fazer pouco caso), — gbàgbé (esquecer) — e dàke! (Silêncio!), explicada por Orlandi (2007) como "dizer "uma" coisa para não deixar dizer "outras" (p. 55).

Palavras-chave: Sistema de ensino; Silenciamento; Conselho Estadual de Educação.

Introdução

Nas manhãs cariocas é possível observar rituais que se repetem, independentemente do clima ou dia da semana. A cidade, os seus e os que a frequentam, de modo mecânico, reproduzem ações cotidianas de uma engrenagem, por assim dizer, histórica.

Um espaço que permite observar essa dinâmica e seus simbolismos é a Praça da República, popularmente conhecida como Campo de Santana, como iremos nos referir na escrita. Localizado no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, em frente aos principais acessos do subúrbio à capital, serve como espaço de ligação entre a Central do Brasil – um dos maiores terminais ferroviários de transporte urbano popular do país, e a região do Saara – ruas de comércio popular e corredor de acesso ao centro financeiro, onde sua importância histórica parece passar desapercebida por seus transeuntes e usuários.

Basta ali sentar-se por volta das 07:00 da manhã e observar por nada além de 30 minutos, para assim se ter uma visão geral do cenário. Na entrada próxima ao Hospital Souza Aguiar e a Faculdade de Direito da UFRJ, amontoa-se um imenso contingente de gatos abandonados e seus protetores. Já pelos bancos, é possível ver pessoas em situação de rua que, sob a luz do dia, buscam o espaço para dormirem em segurança, já que passam a noite em vigília, com medo de sofrer agressões. Na sua parte Central, saída do metrô e ligação com os trens, forma-se um fluxo de passagem constante e numeroso, onde corpos periféricos, em sua maioria negros, atravessam o espaço em direção aos seus postos de trabalho. Ao fundo, no lar dos pavões que ali vivem, acontece entre os arbustos, tráfico de drogas e prostituição (predominantemente masculina), invisíveis aos olhos da guarda municipal e da Polícia Militar – PM que patrulham o parque.

A cena contemporânea parece refletir os idos do século XIX. Francisco Agenor de Noronha Santos, no ano de 1944, na publicação *O Parque da República, antigo da Aclamação*, destacava que na década de 1830 era comum no parque a destruição de árvores por meninos de colégio, ladrões, mendigos e *capueiras*[27], muitos deles negros escravizados, atribuindo a estes, ainda, a prática de atos qualificados como as maiores indignidades.

A presença da diversidade e a adversidade, sobretudo aquela enfrentada por quem diverge da elite, desde longa data compõe o cotidiano do Centro do Rio de Janeiro.

Partindo de onde nasceu a República, seguindo os passos dos que se encaminham ao trabalho pelo Saara, encontra-se hoje o VLT, cujo destino é na Praça XV, onde se avizinha o Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

27 Foi preservada a grafia original.

Paralelas aos trilhos dessa inovação trazida pelas Olimpíadas em 2016, singram (ou seriam sangram?) as memórias seculares, recentes e presentes dos corpos negros naquela que já foi chamada de a Paris dos Trópicos.

A trajetória dos trilhos entre o Saara e a Praça Tiradentes correm ao lado das marcas dos fogareiros das negras do angu; cortam a Uruguaiana, onde se localiza a Igreja de São Benedito dos Homens Pretos, sede da Irmandade dos Homens Pretos e do Museu do Negro; passam ao largo do Buraco do Lume, onde se encontra a estátua da Vereadora Marielle Franco; finalizando seu trajeto na Praça XV, à esquerda do Chafariz do Mestre Valentim, onde incontáveis navios negreiros aportaram trazendo escravizados da África.

Uma vez desembarcado do VLT é preciso atravessar a Praça XV para chegar ao CEE/RJ, passando em frente ao Paço Imperial, ao Palácio Tiradentes e a Igreja de São José, chegando ao Edifício Estácio de Sá, onde o Colegiado ocupou entre a década de 1970 e o ano de 2023[28] o décimo andar, sendo possível de suas janelas avistar a Igreja de Santa Rita e, mais ao longe, a Gamboa, locais onde nos séculos XVIII e grande parte do XIX, existiam cemitérios de escravizados e o Cais do Valongo.

Os cemitérios, atualmente, estão identificados no memorial das Rosas Negras em frente à Igreja de Santa Rita e no Instituto Pretos Novos – INP, na região portuária. Já o Cais do Valongo, localiza-se na ligação entre a área de desembarque portuária e a Central do Brasil.

As histórias brasileira, carioca e da negritude escravizada, sempre estiveram sob as vistas do Colegiado, no horizonte dos altos andares dos fundos do Estácio de Sá, que em sua frente ocupa o olhar com a Baía de Guanabara, o Aeroporto Santos Dumont, o Pão de Açúcar, a arquitetura imponente da Reforma Pereira Passos e, mais recentemente, o icônico prédio do Fórum.

Os atos do CEE/RJ, em seus diferentes momentos e naturezas, são deliberados no contexto desta que, segundo Silva (2006), foi à metrópole com maior número de escravizados da história, superando inclusive Roma. No censo carioca de 1849, a população escravizada representava 41,5% da população. Em números absolutos, dos 266,5 mil habitantes da cidade, 110,6 mil eram cativos.

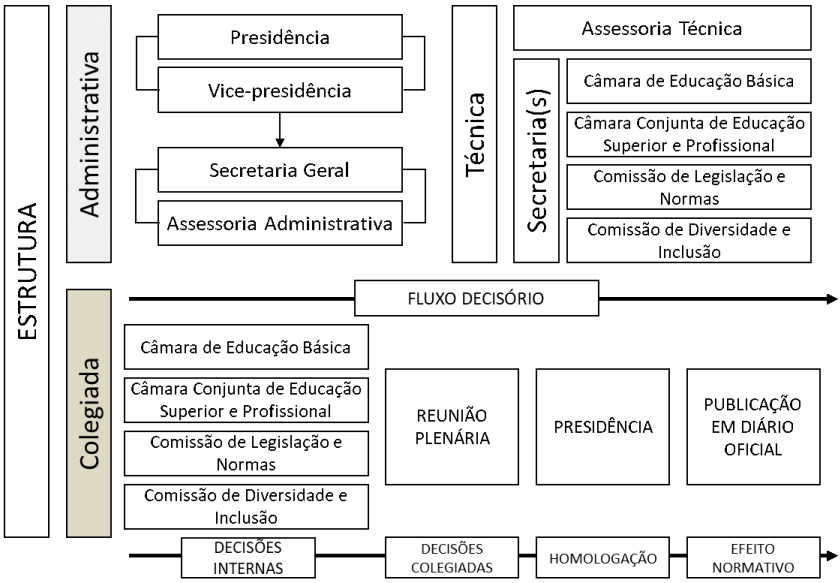
28 Ano em que se muda para o terceiro andar.

O órgão colegiado fluminense, criado no seio da ditadura militar no ano de 1975, da fusão entre os Conselhos Estaduais de Educação do Estado do Rio de Janeiro e do Estado da Guanabara e, transformado em órgão de Estado Autônomo no ano de 2014, por força da Lei Estadual nº 6.864/2014 cuja missão primeira é normatizar as ações do Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, nasce em meio a este contexto histórico-social.

CEE/RJ, negritude, educação e ação colegiada

O Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, Órgão Colegiado da Educação Fluminense nos termos da Lei Estadual nº 4.528/2005, possui 24 membros, indicados por diferentes representações e, organiza-se institucionalmente na forma do Fluxograma 1:

Fluxograma 1 - Estrutura do CEE/RJ



Fonte: elaborado pelos autores.

O Fluxograma 1 ilustra como se organiza a gestão e o processo normativo dentro do CEE/RJ. Sobre o processo normativo, o mesmo só será revestido de legalidade e, com o aporte da força coercitiva do Estado, para ocorrer, após concluído todo o ciclo processual, caso contrário, constituem documentos internos do Colegiado, sem força legal.

Neste sentido, discussões de câmara, comissão e mesmo do pleno que não passem, necessariamente, pela homologação da presidência e posterior publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, não tem efeito sobre o Sistema de Ensino e as instituições que o integram.

A tratativa de temáticas no âmbito interno, sob a forma de discussões de Câmaras e /ou Comissões, sem a devida oficialidade, publicidade e transparência, apesar de constituir de modo legítimo o fazer do Colegiado, configura-se tão somente como atos administrativos institucionais, sem poder coercitivo e/ou político no contexto da Educação Fluminense.

Um instrumento de ação colegiada de destaque, mas pouco utilizado, é o instituto da audiência pública. Apesar de não reunir as formalidades necessárias, constituir-se como ato normativo, reveste-se de poder político institucional, enquanto reúne entes políticos, institucionais e sociais, de modo público, ao redor de uma temática de interesse educacional. Têm por finalidade legal promover a escuta do maior número possível de atores envolvidos naquele processo ou ação em particular, de modo a subsidiar futuras tomadas de decisão, inclusive as de caráter normativo.

Para identificar a questão da negritude no âmbito do CEE/RJ, foram pesquisados atos normativos, documentos internos, processos, atas de reunião e publicações. Verificou-se que o arquivo, sobretudo o anterior a década de 2010, está incompleto, fragmentado e com organização assistemática, o que dificulta muito o acesso às informações.

A pesquisa identificou quatro momentos principais: a criação do CEE/RJ em 1975; a publicação da Portaria CEE/RJ n.º 103/2002, de 25 de março de 2002, que criou a Comissão das Minorias Étnicas e Sociais; O Parecer CEE (N) 158/2005, no qual o Colegiado respondeu sobre a aplicabilidade da Lei Federal nº 10.639/03; e a transformação da CMES em Comissão de Inclusão e Diversidade no ano de 2009.

Em 1975, na primeira ata do CEE/RJ, a presidente em seu discurso destaca que naquele instante histórico, marcado pela "[...] Velha Província Fluminense que renasce madura e jovem", tendo como um dos compromissos centrais ajudar a Secretaria de Educação a "[...] tornar escolas Centros de Comunidade, em que se aliem a educação, cultura e trabalho, tornando-as fatores de integração do homem naquilo que será necessariamente sua inclinação

e sua vocação.". Apesar dos apontamentos na direção de transformações, o que se viu nos atos normativos do primeiro ano foi uma ação, essencialmente reativa, focada na organização burocrática, ligada a reorganização efetiva das práticas escolares, já a consideração do contexto social e sua diversidade foram poucas, generalistas e vinculadas a políticas de governo.

Quanto a Comissão das Minorias Étnicas e Sociais, especificamente no ano de 2002, período de recorte da presente pesquisa, cumpre esclarecer que, no conjunto documental identificado, assim se perfaz sua trajetória:

a) Criação pela Portaria CEE/RJ n.º 103/2002, de 25 de março de 2002, cumprindo destacar que nem a original, tampouco sua publicação, foram encontradas nos arquivos do colegiado. O ato de criação foi identificado no corpo da Deliberação CEE n° 286/2003;

b) Não existem disposições regimentais ou publicações que organizem e institucionalizem sua missão, objetivos, competências e organização, estando seu fazer a critério da discricionariedade do Colegiado;

c) No ano de 2002, a CMES é citada duas vezes nas atas plenárias, a primeira em 11 de junho de 2002 – Ata n° 1.126, e a segunda em 18 de junho de 2002 – Ata n° 1.127. Em ambos os casos as falas foram gerais, sem caráter normativo;

d) A Comissão tenta, ainda, pautar uma proposta de deliberação nas reuniões de 22 de outubro de 2002, 05 de novembro de 2002, 13 de novembro de 2002 e 03 de dezembro de 2002, contudo todas foram retiradas de pauta pela presidência.

Quando deslocamos a pesquisa para a questão da negritude, foram encontrados no ano de 2002 três citações nas reuniões plenárias:

a) Reunião Plenária n° 1.127, de 18 de junho de 2002, quando é sugerido em ata que a CMES discuta ações afirmativas, usando como exemplo o material elaborado pelo Sindicato dos Professores – SINPRO, sobre o Geógrafo Milton Santos, traçando um paralelo com ações afirmativas;

b) Reunião Plenária n° 1.131, de 20 de agosto de 2002 – a convite do CEE/RJ, o sociólogo Luiz Eduardo Soares proferiu a palestra "Violência Urbana", destacando a questão do negro em dois momentos, no

primeiro ressalta que a "[...] *violência letal*, concentrada num público jovem (de 14/15 a 24 anos), particularmente, do sexo masculino, pobre e, com frequência, negro" e no segundo "Pediu atenção para com as duas dimensões do tráfico, [...] Referiu o processo de recrutamento nas periferias: adolescente, pobre, negro quase sempre.";

c) Reunião Plenária n° 1.133, de 03 de setembro de 2002 – a presidente, nos informes gerais, convidou todos a participarem de um seminário da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, no dia 10 de setembro de 2002, sobre as quotas afirmativas nas instituições superiores fluminenses. Destaca-se que não foram localizadas as atas seguintes, de modo que não seja possível afirmar se houve, ou não, discussão da temática no âmbito do CEE/RJ.

Encerrado o ano de 2002, a temática da negritude só retorna às pautas em 2005, quando é editado o Parecer CEE (N) 158/2005, o qual tratava sobre a aplicabilidade da Lei n° 10.639/2003 no âmbito do Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro. O Ministério Público Federal – MPF fundamenta seu questionamento com base na Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004, que em seu art. 2°, § 3°, assim estabelece as obrigações dos Conselhos Estaduais de Educação:

> Art. 2° [...] § 3º Caberá aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios desenvolver as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas por esta Resolução, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos e seus respectivos sistemas (Brasil, 2004).

O Colegiado, por meio da Comissão Permanente de Legislação e Normas – CPLN, assim se posiciona:

> Vista a integridade da matéria, conclui este Relator, tal como entende a Comissão de Legislação e Normas do Conselho Estadual de Educação, que o disposto na Lei n.° 10.639 de 09/01/2003, na forma ditada pela Resolução

> CNE n.º 01/04 de 17/06/2004, é matéria autoaplicável. [...] Assim, em resposta ao diligente Ministério Público da Douta Procuradoria Geral de República em Petrópolis–RJ, o entendimento deste Colegiado que: independentemente de regulamentação, e enquanto não for editada matéria específica para cada Sistema, é obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares do Estado do Rio de Janeiro (Art.26-A da Lei n.º 10.639 de 09/01/03) (Rio de Janeiro, 2005).

Alguns pontos chamam atenção na resposta do CEE/RJ ao MPF. A primeira delas é quanto ao silenciamento da CMES. Ainda que constitua prerrogativa da CPLN tratar de consultas quanto à aplicabilidade da legislação, a lógica técnico-legislativa aponta para a criação de uma Comissão Conjunta, dada a existência de um espaço criado especificamente para discutir, de modo legítimo, tal temática no âmbito do Colegiado, o que não ocorreu.

A segunda é a contradição na resposta dada. Ocorre que, ao mesmo tempo que trata a questão como autoaplicável, menciona no ofício enviado ao MPF a demanda por edição de norma específica, o que se justifica, visto se tratar de questões curriculares complexas e, ainda, existir a clara determinação por parte do Conselho Nacional de Educação neste sentido.

No ano de 2008, por meio da portaria CEE n.º 1157 de 24 de novembro de 2008, a denominação da CMES é alterada para Comissão de Inclusão e Diversidade – CID, contudo replica a fragilidade anterior, ou seja, não existe a alteração regimental ou edição de um ato específico que defina a missão, competências, objetivos e estrutura da CID, permanecendo os trabalhos a cargo da discricionariedade dos conselheiros.

Diversidade, currículo e legislação: a experiência fluminense

O compromisso formal com a diversidade do povo fluminense, ocupa espaço central nos princípios legais que regem o Estado do Rio de Janeiro, estando expressamente definida em sua Constituição Estadual, definindo em

seu artigo 1° que "[...] O povo é o sujeito da Vida Política e da História do Estado do Rio de Janeiro" (Rio de Janeiro, 1989).

Comprometimento que se desdobra no decorrer da Carta Constituinte, com destaque para os artigos 306, o qual determina "[...] a eliminação de todas as formas de racismo e de discriminação" e 322 "[...] VII - proteção das expressões culturais, incluindo as indígenas, afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo cultural, bem como o artesanato", os quais tratam, respectivamente, da educação e cultura.

A Constituição Estadual, ao definir, formalmente, o povo e sua diversidade como valor, agente ativo e beneficiário do conjunto de ações públicas, torna os direitos de sua população inalienáveis. Devem ser protegidos institucionalmente de interesses, ações governamentais ou posicionamentos político-partidários que neguem ou restrinjam sua pluralidade.

Com base nestas premissas, ano de 2004 e tendo como justificativa a Lei Federal n° 10.639/2003, é proposto na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ, o Projeto de Lei – PL n° 1.962/2004 que, tendo como objetivo a implementação da temática da História e Cultura Afro-brasileira no currículo escolar.

O PL, sob a justificativa de possuir vício de iniciativa, recebe pareceres desfavoráveis das Comissões de Constituição e Justiça; de Educação e Cultura; e de Combate às Discriminações de Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional. Como solução, é sugerido durante as discussões que o projeto seja convertido em indicação legislativa.

Em 12 de fevereiro de 2007, o PL é arquivado, tendo como justificativa o fim da legislatura, retornado no ano de 2024 sob a forma do Projeto de Lei n. 1.962/2024, o qual se encontra em fase de tramitação.

No ínterim entre a proposição, arquivamento e retorno do PL n° 1.962/2024, foi promulgada em 17 de novembro de 2021 a Lei Estadual n° 9.457/2021, que, ao alterar a Lei Estadual n° 4.528/2005, determinou que:

> Art. 21 [...] IV - o ensino de História dará ênfase à história do Brasil e da América Latina e levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias na construção da história brasileira

> e latino-americana: [...] e) o Conselho Estadual de Educação e o Conselho Estadual dos Direitos do Negro deverão participar do processo de elaboração e aprovação da regulamentação da presente lei (Rio de Janeiro, 2021).

A referida legislação determina os parâmetros e diretrizes gerais quanto ao ensino de História no âmbito do Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, definindo que a lei deverá ser regulamentada, contando com a participação dos Conselhos Estaduais de Educação e dos Direitos do Negro e Promoção da Igualdade Racial[29], que coincidentemente estão ligados pela mesma linha de VLT que corta os caminhos da negritude no Centro do Rio de Janeiro, estando cada qual em uma ponta distinta. Enquanto ao CEE/RJ cabe à visão histórica dos portos de chegada de escravizados, ao CEDINEPIR/RJ restou à acomodação na Central do Brasil, testemunhando o cotidiano da população periférica no movimento casa-trabalho-casa.

Sobre a regulamentação da Lei Estadual nº 9.457/2021, cumpre esclarecer que, como não houve por parte do legislador a delegação desta competência a outros órgãos da Administração Pública, este ato caberá ao Governador e não aos colegiados. Entretanto, não existe nenhum veto para que os mesmos, em sua ação institucional legítima, provoquem o Poder Executivo por meio de processo administrativo próprio para este fim, fato que não foi identificado nesta pesquisa.

Identifica-se na organização do discurso legal fluminense quanto a negritude, em especial no âmbito da Educação, o que Orlandi (2007) classificou como dimensão política do silêncio, para a autora:

> [...] a política do silêncio (o silenciamento). [...] como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito — ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo "outros" sentidos. Isso produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos. Há, pois, uma declinação política da

29 *Denominação alterada de Conselho Estadual dos Direitos do Negro – CEDINE/RJ para Conselho Estadual dos Direitos do Negro e Promoção da Igualdade Racial – CEDINEPIR/RJ pelo Decreto n.º 47.769, de 22 de setembro de 2021.*

> significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer "uma" coisa, para não deixar dizer "outras". Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Esta é sua dimensão política (Orlandi, 2007, p. 53).

O Silêncio, segundo Orlandi, constitui uma ferramenta de recorte que, em sua faceta política, é capaz de emudecer questões mediante uma tratativa do sentido. A legislação fluminense, em suas diferentes esferas, trata a questão da negritude, é um tema posto, não foi ignorado. E exatamente por estar posto, definido, delineado, que é incompleto.

Tomemos como referência do universo legal o espaço do CEE/RJ, donde versa a presente pesquisa. Apesar de o CNE definir que os conselhos irão tratar das diretrizes, isto não ocorre, a única menção é reativa. O Parecer CEE (N) nº 158/2005 é uma resposta ao MPF, não um ato motivado por demandas legislativas e educacionais. Não houve audiências públicas, ações conjuntas ou a proposta de um ato deliberativo, limitando-se ao cumprimento de uma formalidade.

O negro, hipervisibilizado nos noticiários, ruas e discussões político-institucionais, não fala de si na legislação, ao contrário, é falado, significado pela perspectiva histórica das elites, que invariavelmente tratam as questões como não prioritárias, sujeitas a normatização geral de toda sociedade, sem abraçar a diferença e diversidade.

Considerações finais

A legislação educacional brasileira e, em especial, fluminense, organiza-se segundo o princípio da hierarquia legal, ou seja, os princípios constitucionais desdobram-se em leis, e estas em atos do Poder Executivo, consolidando desta maneira políticas públicas e/ou de governo. Nota-se, neste sentido, que a lógica jurídica se estrutura na continuidade entre os atos, estando a legitimidade e regularidade de atos e ações político-institucionais condicionadas a este parâmetro.

Quando considerado o conjunto legal do Estado do Rio de Janeiro e, a necessária integração ao universo legislativo nacional, em especial entre os

colegiados nacional e estadual, conclui-se que a estrutura exige coesão entre os atos, sob pena de descontinuidade entre as premissas e políticas públicas delas decorrentes.

O que se verificou é que, quando analisada a questão da normatização das questões referentes à negritude no âmbito do CEE/RJ, existem diferentes e múltiplas disrupturas no tratamento da temática. Disrupturas no sentido de interrupção da lógica legal no que tange à criação de normas e as políticas públicas delas decorrentes e, ainda, no rompimento de direitos previstos em esferas superiores ao colegiado.

A população fluminense, definida constitucionalmente como sujeito primeiro da vida política e histórica, tem seus direitos homogeneizados por um grupo com perspectivas e visões de mundo unilaterais que, mesmo diante de um quadro histórico-social plural e diverso, marcado por segregações, insiste em ignorar a realidade estampada em suas janelas.

O tratamento dispensado pela educação dos fluminenses quanto aos corpos negros e sua história é burocratizado, reduzido a discussões internas, alijadas da presença da sociedade civil e sem registro formal. Está fundamentada institucionalmente no entendimento de que uma sociedade, notadamente racista como a do Estado do Rio de Janeiro, será capaz de, por iniciativa própria, interpretar e aplicar as diretrizes curriculares relacionadas ao negro.

Conceder autonomia curricular para tratar da negritude a escolas que, historicamente, em seus desfiles cívicos, fantasiam alunos negros pequenos de escravizados, os colocando para marchar sob o sol, descalços, carregando balaios ornamentados, nos parece uma ação institucionalmente ingênua.

Deliberar sobre a temática, ainda que replicando integralmente o dispositivo legal, representa um posicionamento político, esclarece para a sociedade que existe, de direito e de fato, um compromisso real com a diversidade, um pacto para além das formalidades. O que não ocorreu.

Aos corpos negros, hipervisíveis em toda a história estadual do Rio de Janeiro, incluído o tempo presente, foi relegada a invisibilidade do silêncio político. Silêncio este marcado por palavras e frases, metodicamente entrecortadas pela visão de mundo de uma classe política dominante, que ignora, esquece e faz silenciar tudo aquilo que não lhe é caro ou prioritário.

O silêncio político, posto institucionalmente na legitimidade de atos públicos, soma-se às muitas e diferentes negligências históricas de um processo formal de abolição da escravatura, marcado por cicatrizes coloniais que teimam em se perpetuar sobre terras fluminenses.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf. Acesso em: 23 fev. 2024.

RIO DE JANEIRO. PARECER CEE Nº 158 / 2005 (N) Responde consulta do Ministério Público Federal sobre aplicação no Estado do Rio de Janeiro, da Lei Federal Nº 10.639 de 09/01/03, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino médio e fundamental, oficiais e particulares e dá entendimento. Disponível em: http://www.cee.rj.gov.br/pareceres/P_2005-158_normativo.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

SALES, J.; ARRAIS, G.; BRAGA, M. Cartografia da Pesquisa em Artes nos Programas de Pós-Graduação em Educação da Região Nordeste. *In:* **Reunião Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, 38., 2017, Maranhão. Anais... Maranhão: UFMA, 2017. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT24_976.pdf. Acesso em: 05 mar. 23.

SANTOS, Francisco Agenor Noronha. O parque da República antigo da aclamação. Notícia histórica do Campo. **Revista do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional**, n. 8, p. 163, 1944.

SILVA, Leonardo Soares Quirino. **Rio foi maior cidade escravista da história.** Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 15, 2006. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/6/29/rio-foi-maior-cidade-escravista-da-histoacuteria. Acesso em: 23 fev. 2024.

"Entre narrativas e sertões": uma jornada decolonial e memorialística no estágio em História do Brasil I no ensino superior

Vitória Maria Targino Filgueiras[30]

Resumo

O relato de estágio docência, intitulado "Entre Narrativas e Sertões": Uma Jornada Decolonial e Memorialística no Estágio em História do Brasil I no Ensino Superior, tem como objetivo principal elucidar questões provenientes do estágio docência, no componente curricular de História do Brasil I, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus CERES (Caicó/RN). Ao que envolve à disposição em diálogo com o campo de memória histórica, sobretudo, ao dialogar com os sertões do Brasil colonial, imorredouro vivo de nuances e que legitima um espaço em diálogo com as produções do Programa de Pós-Graduação em História do Ceres (PPGHC/UFRN). Ao pensarmos e produzirmos a partir de uma perspectiva decolonial, de múltiplos objetos e repertórios, bem como, de análise historiográfica contemporânea. O estágio ocorreu durante o segundo semestre de 2023, com orientação e supervisão da Professora Ane Mecenas (DHC/PPGHC/UFRN). Trata-se, portanto, da construção de um diálogo inicial com a bibliografia referenciada e alguns conceitos discutidos em sala, bem como, refletir sobre os sertões em perspectiva de decolonialidade, identidade e dimensão memorialística na produção dos saberes, especialmente, no Ensino Superior. De encontro, a área de concentração em História dos Sertões, onde vêm sendo ampliada e se tornando um maior objeto de interesse ao longo das últimas décadas, especificadamente no que pode-se destacar o espaço histórico vivo que compõe o que conhece e se constrói sobre os sertões.

Palavras-chave: Ensino Superior; Estágio Docência; Decolonialidade; Memória; Sertões.

30 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História do Ceres (PPGHC-UFRN).

Introdução

O trabalho que se desenvolve a seguir, busca delinear um breve relato concentrado a partir das vivências e aportes teórico-metodológicos, na disciplina de Estágio Docência, de forma atuante no componente curricular em História do Brasil I, desenvolvido no Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES/UFRN), durante o segundo semestre de 2023. Com um dos objetivos, em contemplar os sertões como recurso e objeto discursivo durante o processo de construção das aulas, acerca do referido campo de concentração, da qual integra o referido campus e que faço parte enquanto pesquisadora. Todavia, em diálogo pertinente com as discussões propostas no Programa de Pós-Graduação em História do Ceres (PPGHC/UFRN), trata-se, portanto, da construção de um diálogo inicial com a bibliografia referenciada e alguns conceitos discutidos em sala, bem como, refletir sobre os sertões em perspectiva de decolonialidade, identidade e dimensão memorialística na produção dos saberes, especialmente, no Ensino Superior.

Todavia, reitera-se no contexto de relacionar o estudo da memória com abordagens historiográficas reflexivas e referentes ao tempo presente. Uma proposta que por si, em campo de estudo e objeto de investigação, se insere na perceptiva da decolonialidade. Nele apreende-se a relação do exercício do historiador, correlacionado ao sentido formador e formativo do profissional em história, na atividade docente. Embora, os sertões não representem um espaço qualquer, mas marcam, efetivamente, as dimensões antropológicas de variadas experiencias históricas em múltiplas temporalidades (Santos *et al.*, 2023, p. 140). A construção conceitual sobre os sertões, é de outrora, de forma que anteriormente citado, se define também como uma área de estudo *de e sobre* as diferenças, permitindo, de modo amplo, a horizontalidade na exploração do conceito em diferentes contextos históricos e geográficos. A noção de espaço leva à compreensão das relações sociais, tanto conflituosas, quanto consensuais nele desenvolvidas e permite entender os modos de vida com as suas tensões, interações e as interpretações que deles fazem (Neves, 2008, p. 26).

Menciona, assim, a relevância de historicizar os processos de produção do conhecimento em seus contextos específicos, para problematizar as estruturas racializadas e genderificadas dos paradigmas epistemológicos hegemônicos,

mono epistêmicos, monoculturais e localizados geopoliticamente, mas compreendidos como modelos universais a serem disseminados (Reis, 2022, p. 4). O componente de História do Brasil I faz parte da grade curricular do curso de Licenciatura em História nesta instituição específica, desempenhando um papel crucial na formação de professores capacitados para atuar em diversos níveis educacionais e desenvolver assuntos com base na historiografia brasileira. Abrangendo uma variedade de tópicos, como o Império Ultramarino Português, a colonização, a economia, as estruturas de poder, a formação da sociedade colonial com ênfase na dinâmica entre escravos e homens livres, os cotidianos e as culturas coloniais, além da análise da Crise do Antigo Sistema Colonial, entre outras temáticas relevantes.

Os eixos temáticos nos quais desempenhei de maneira prática ao ministrar as aulas neste componente específico percorreram em torno da consolidação do processo colonizador e da formação do Brasil, abrangendo os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais do período colonial brasileiro. Mais especificamente, o primeiro tema abordado foi o Tráfico Atlântico e as revoltas dos séculos XVIII e XIX, explorando discussões para identificar as perspectivas econômicas e sociais envolvidas no Tráfico Atlântico Negreiro, destacar os espaços territoriais ocupados pela migração compulsória (essenciais para a formação histórica do Brasil), com ênfase no Rio de Janeiro, descrever as dinâmicas de circulação de pessoas, especialmente a relação orgânica entre Brasil e África, levando em consideração a lógica empresarial do tráfico atlântico e, de modo interdisciplinar, destacar o protagonismo negro na construção histórica do Brasil com viés literário.

O segundo tema abrangeu o delineamento historiográfico das Minas Setecentistas, a instauração do poder civil e a fundação das primeiras vilas (1709-1730), tendo como referência o capítulo três intitulado "A instalação do poder civil e a fundação das primeiras vilas (1709-1730)", do livro "Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas", cuja autoria é de Cláudia Damasceno Fonseca. Além disso, explorou-se a compreensão dos objetivos subjacentes ao povoamento dos sertões setecentistas e ao desenvolvimento dos instrumentos coercitivos a partir da colônia, assim como o surgimento de uma estrutura judiciária. Reconheceu-se igualmente o papel desempenhado pelas rebeliões fiscais e revoltas, notadamente a Guerra dos Emboabas e a Revolta de Felipe dos Santos. Por fim, buscou-se fomentar

uma discussão conceitual e reflexiva sobre os sertões do Brasil Colonial e a preservação da memória histórica relacionada a fenômenos e monumentos.

Pela leitura proposta, o presente relato de pesquisa em diálogo com o objeto de investigação, justifica-se pela importância do Estágio Docência no Ensino Superior, com o intuito de aproximar o pós-graduando de práticas pedagógicas e discussões historiográficas na Licenciatura em História, da mesma maneira que, na busca de um processo construtivo em promover diálogos pertinentes e aproximações com a teoria ao estabelecer novos olhares às relações da história com o tempo presente. As discussões historiográficas das aulas em questões, desenvolveram-se conceitualmente, a partir de pensar a decolonialidade, os sertões e a memória ao Ensino de História, no viés discursivo da História do Brasil com o dado recorte espacial.

Destaco o desenvolvimento que ocorre durante as aulas práticas das oficinas, onde se busca uma abordagem mais próxima das temáticas em questão, permitindo reflexões teóricas e críticas. Isso se dá ao considerar diversas fontes, como a literatura e artes visuais, resultando em novas interpretações e perspectivas que influenciam a historiografia e envolvem os alunos como agentes na construção do conhecimento histórico. No centro dessa discussão está a produção intelectual, que incorpora a alteridade de forma epistemológica, partindo de conceitos teóricos para se concretizar na prática docente. Partimos das inquietações do princípio da colonialidade, do sentido discursivo e analisado sobre os sertões no Brasil colonial e as memórias produzidas e/ou silenciadas nos moldes de comportamento do período.

(De)colonialidade e as fronteiras do conhecimento

A discussão conceitual de "sertão" como referência espacial e categoria sociocultural desperta hoje, mais que antes, interesses de estudiosos da História, Geografia, Antropologia e outros campos afins do conhecimento e, mais ainda, dos que se dedicam a estudos *inter* ou *trans* disciplinares (Neves, 2003, p. 153). Sendo a colonialidade, um dos pressupostos representados também pela modernidade, outrossim, o projeto de decolonialidade visa, sobretudo, contestar modelos epistemológicos e pedagógicos hegemônicos, pautados por uma lógica colonial que cria, reproduz e mantém hierarquias epistêmicas, so-

ciais, raciais, sexuais (Reis, 2022, p. 2). Uma vez que, se destaca a necessidade de inserir essa discussão, com a interlocução de diferentes repertórios e saberes historicizados, a partir de práticas docentes, como objeto de elucidação e aproximação. Em busca de operacionalizar o conceito de *sertão* aos múltiplos repertórios histórico-sociais em suas particularidades espaciais e sensibilidade investigativa.

Assim, imbricados, nessa perspectiva, que molda e ressurge no tempo presente, na produção de saberes, nos diferentes níveis de ensino, é preciso compreender que a colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser. E mais do que isso: a colonialidade é o lado obscuro e necessário da modernidade; é a sua parte indissociavelmente constitutiva (Ballestrin, 2013, p. 100). O termo colonialidade, como afirma Luciana Ballestrin, de forma complexa, estende-se ao campo do poder, do que se entenderia como *"colonialidade do poder"*, para a autora, se designa enquanto um conceito desenvolvido originalmente por Aníbal Quijano, em 1989, ele exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo.

A colonialidade é, portanto, um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (Quijano, 2000, p. 342). Portanto, a decolonialidade ou entendida de forma abrangente enquanto perspectiva decolonial, teórica e metodológica, surge enquanto modelo experiencial e pautada nos interesses de grupos diversos, em propor, sobremaneira, novos olhares as narrativas historiográficas, vividas e experienciada. Desta forma, a decolonialidade aparece, portanto, como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade (Ballestrin, 2013, p. 105).

Na jornada de compreender uma sociedade em constante transformação, explorando as várias fronteiras do conhecimento e a operacionalização dos conceitos mencionados anteriormente, emerge o campo histórico como um meio de desenvolver a realidade empírica do estudo de pesquisa no espaço laboral em sala de aula. Dentro dessa perspectiva, a proposta reflexiva busca

não apenas reconhecer a importância do estudo histórico para além dos temas abordados nos currículos, mas também identificar novas formas de debate, ampliando o alcance teórico e metodológico para o recorte temático e espacial, estabelecendo assim novas conexões e abordagens. Salienta-se a importância de envolver os discentes na prática histórica, adotando uma abordagem que privilegie novas narrativas, resgatando memórias por meio de diferentes vozes, diversas e plurais, que contribuem para a construção e fundamentação da História do Brasil. Esse enfoque também se insere na perspectiva decolonial, ao reconhecer a diversidade de narrativas e discursos, horizontalizando assim o conhecimento histórico.

Basicamente, a descolonização é um diagnóstico e um prognóstico afastado e não reivindicado pelo mainstream do pós-colonialismo, envolvendo diversas dimensões relacionadas com a colonialidade do ser, saber e poder (Ballestrin, 2013, p. 108). Enquanto, para Michael Pollak (1992), de encontro aos lugares de memória, também podem ser idealizados a partir de transferências e projeções, à vista disso, a memória individual e coletiva é fruto de uma construção, por isso, a sua ligação diretamente com as múltiplas identidades. Que se forja aos acontecimentos, personagens e lugares. Podemos portando dizer que a fundamentação da memória, para além dos acontecimentos e dos personagens, existem também os lugares de memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico (Pollak, 1992, p. 202). Como observa o autor, a memória é um elemento constitutivo e mutável da história a partir da realidade e do trabalho de seu enquadramento, como também, se estabelece enquanto fenômeno em narrativa.

A descolonização, por essa via, requer que se pense com e não sobre os sujeitos historicamente subalternizados, problematizando os sistemas de controle, dominação e opressão estruturados pela lógica da colonialidade (Reis, 2022, p. 8). A proposição de um projeto educacional comprometido com a descolonização do conhecimento mostra-se, assim, incontornável para a educação brasileira, especialmente em contextos de recrudescimento do neoliberalismo e de violentas práticas hiper conservadoras – racistas, capacitistas, misóginas, LGBTfóbicas, patriarcais (Reis, 2022, p. 8).

O autor reforça, de modo relevante, o papel da descolonização na educação brasileira, fundamentalmente deve ser uma proposição advinda da universida-

de, majoritariamente, uma nova práxis nos debates sobre educação, formação e sociedade, assim como, por ser uma instituição privilegiada de produção e reprodução do conhecimento socialmente construído, a universidade pode desempenhar uma função crucial de ruptura dos processos coloniais de aculturação e assimilação violentos que ela mesma ajuda a reproduzir, com impactos notórios não só no âmbito das identidades e dos imaginários, mas também dos direitos e das representações (Reis, 2022, p. 8). Nesse contexto, impõe, o entendimento da prática docente orientada pelo posicionamento crítico diante da disputa por representações, imagens e sentidos (Reis, 2022, p. 9).

De encontro à esta proposição, foi desenvolvido durante a regência do estágio, duas oficinas temáticas, ambas nas referidas aulas ministradas, a primeira oficina designou a aplicabilidade com o objetivo de discutir o protagonismo negro na construção histórica do Brasil, sobretudo, destacando o papel das mulheres negras com base na fonte "Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis", com autoria de Jarid Arraes. A referida oficina intitulada *"Reconhecendo vozes negras brasileiras"*, ocorreu com um trabalho prático, em grupos, viabilizando leitura biográfica, interpretação e confecção de mapas-mentais, sobre mulheres negras contribuintes na História do Brasil, levando em consideração alguns nomes importantes, tais como, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez, Maria Beatriz Nascimento, Tereza de Benguela, Antonieta de Barros, Tia Ciata, dentre outras.

A atividade realizada também com base a partir do material "Exposição Heroínas Negras e Indígenas do Brasil", elaborado e divulgado virtualmente em homenagem ao Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, contando com diferentes mulheres negras que compõe a História do Brasil e que precisam integra-se ao conhecimento histórico e formativo sobre o nosso país. Neste sentido, os lugares de memória também são espaços importantes para a construção da narrativa historiográfica, apesar de mutável, deve ser entendida, sobretudo, como um fenômeno social e coletivo. Considerando tudo isso, também é elemento crucial para os novos objetos viabilizados e/ou que devem ser abordados ao conhecimento histórico, bem como, no campo de suas subjetivações e alteridades.

A oficina desempenhou uma aproximação com o campo da literatura e as diferentes vozes que nos permitem conhecer narrativas sobre o recorte temporal, desde à sua colonização, na qual foram silenciadas e marginalizadas. De

encontro aos lugares de memória, que também podem ser idealizados a partir de transferências e projeções, à vista disso, a memória individual e coletiva é fruto de uma construção, por isso, a sua ligação diretamente com as múltiplas identidades. A segunda parte prática, baseada na problematização dialogada com o tema da aula de pensar uma abordagem conceitual sobre os sertões no Brasil Colonial, desenvolveu-se a oficina *"Sertões, Fronteiras e Representações"*.

Um trabalho prático, viabilizando leitura, interpretação de imagens e organização de ideias a partir de perguntas propositivas, na análise do material educativo "A estrada é longa", produzido no ano de 2017, do artista norte rio-grandense Lucas MDS, com apoio e fomento do Sesc Rio Grande do Norte. O material desenvolvido pelo artista, com enfoque no retrato, busca representar diferentes identidades e personagens tradicionais da cultura nordestina, utilizando técnicas mistas, revelando rostos de pessoas do povo, trabalhadores e personalidades do cotidiano, através de uma estética realista. As telas compreendem diferentes personagens anônimos, mas que estão intrinsecamente na memória popular e afetiva, a exemplo, de suas profissões, costumeiramente popularmente conhecidas, a exemplo da costureira, rezadeira, pescador, vaqueiro, trabalhador rural, dentre outras representações.

A oficina materializou diferentes perspectivas e sentidos sobre os sertões e as suas alteridades de modo interdisciplinar, sobretudo, levando em consideração a memória pessoal e produções (outras) que referenciam os sertões e/ou a população sertaneja à vista de estereótipos. As sondagens realizadas e práticas experienciadas demonstram que é preciso socializar novos espaços e identidades ao estudo historiográfico, seja no sentido memorialístico ou de aproximação com novas fontes e sujeitos históricos, queremos com isto afirmar que há produções na competência de referenciais historiográficos que possam contribuir em discussões sobre os sertões e verticalizado a uma proposta decolonial, especialmente, quando pensamos os estudos sobre a história colonial.

Trata-se, portanto, da construção de um diálogo inicial com a bibliografia referenciada e alguns conceitos discutidos em sala, bem como, refletir sobre os sertões em perspectiva de decolonialidade, identidade e dimensão memorialística na produção dos saberes, especialmente, no Ensino Superior.

De encontro à discussão, para Neves (2003), generalizou-se o conceito de "sertão" para vasta área do interior brasileiro que expressa pluralidade geográ-

fica, social, econômica e cultural. O colonizador, impondo-se sobre o colonizado, estabeleceu a alteridade colonial, no início, sendo a colônia o território do outro – índios, negros, cafuzos, mulatos, mamelucos – enfim, do colono ou do que deveria ser colonizado (Neves, 2003, p. 155). Nessa jornada, a participação dos estudantes se destaca por meio de reflexões, contribuições diversas e engajamento em debates, análises de imagens e associações com o tempo presente. Além disso, destacam-se as reflexões críticas sobre novas práticas, a familiarização com diferentes tipologias de fontes e documentos, e, sobretudo, a busca por um estudo interdisciplinar que conecte a produção historiográfica a outras áreas do conhecimento.

Considerações finais

A priori, com esse trabalho, buscamos demonstrar a importância sócio histórica sobre os sertões, relacionado à sua prática ao Ensino de História, no Ensino Superior, em consonância discursiva relacionando aos conceitos de decolonialidade e memória. Assim como de encontro ao método em viabilizar o conhecimento memorialístico sobre o Brasil a partir de múltiplas vozes e personagens importantes em compor novas narrativas, em consonância com o diálogo proposto no Programa de Pós-Graduação em História do Ceres (PPGHC/UFRN), busca lançar brevemente algumas proposições investigativas e teórico-práticas, vinculado a área de concentração em História dos Sertões, de forma a inter-relacionar com a discussão teórica que envolve decolonialidade e os usos da memória. Assim, devemos ressaltar que a finalidade proposta, delimita-se, na análise destas novas nuances que circunscrevem as escritas e representações sobre os sertões, postas em nível nacional, mas que se consolidam a partir também de práticas e escolhas docentes.

Trata-se, portanto, de uma perspectiva que visa pensar e propor novos objetos de interesse a história no tempo presente, onde, a partir da materialização dos sertões, a título de exemplo, é importante ressaltar que é uma temática bastante relevante e inevitável, diante do desenvolvimento das produções sobre os sertões, tanto na História como na Geografia. A categoria região, do mesmo modo que a de sertão, é portadora de sentidos históricos, geográficos, sociológicos, antropológicos e de outros campos do conhecimento, com desdobramentos interdisciplinares e transdisciplinares (Neves, 2008, p. 28).

As escolhas teórico-metodológicas foram delineadas com base nas discussões mais recentes sobre os sertões, tanto no campo historiográfico quanto no âmbito da memória historiográfica em contato próximo com a literatura. Nesse sentido, elas convergem para a categoria sertão, que se revela essencial para a análise das diferenças. O objetivo primordial deste relato docente é evidenciar a relevância sócio-histórica do pensamento decolonial, especialmente no contexto da prática em sala de aula no Ensino Superior. Torna-se, assim, elucidativo refletir sobre novas práticas pedagógicas e visões de mundo plurais e subjetivas, as quais repercutem não apenas na Educação Básica, mas também se torna importante adentrar no denso e vasto mundo, se assim pudermos nomear, do/s campo/s teórico/s que compõe e delineia os conhecimentos sócio-históricos formativos e que repercutem aos discentes em suas múltiplas esferas de vivências.

Referências

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **Por uma reflexão sobre a organização e representação de conceitos decoloniais na américa latina:** O pensamento de Aníbal Quijano à luz da Análise de Domínio. Encontros Bibli, v. 28, p. e92960, 2023.

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras:** em 15 cordéis. Editora Seguinte, 2020.

BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 2, p. 89-117, 2013.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei:** espaço e poder nas Minas setecentistas. Editora Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2011.

NEVES, Erivaldo Fagundes. História e região: tópicos de história regional e local. **Ponta de Lança:** Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v. 2, n. 2, p. 25-36, 2008.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia-História e Sociedade**, v. 3, n. 1, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

REIS, Diego dos Santos. A colonialidade do saber: perspectivas decoloniais para repensar a univers(al)idade. **Educação & Sociedade**, v. 43, 2022.

SANTOS, Evandro; MACEDO, Helder; ANDRADE, Joel. A história dos sertões em novas perspectivas: contribuições para construção de um campo de pesquisa. *In:* MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de (Org.). **Fazendo ciência nos sertões:** experiências e idealizações no Seridó. Sobral, CE: Sertão Cult, p. 137-162, 2023.

A escrita da história de Nelson Werneck Sodré (1950-1980): imperialismo, golpismo e autoritarismo

Carlos Henrique Moura Barbosa[31]

Resumo

As reflexões de Nelson Werneck Sodré sobre a temática militar tiveram três vigas analíticas: imperialismo, golpismo e autoritarismo. Percebe-se que são questões abordadas pelo historiador, ainda, pouco estudadas pelos pesquisadores que se interessaram pela produção historiográfica sodreana. É importante destacar que o objetivo central da presente comunicação será um mapeamento da produção historiográfica militar de Sodré, especialmente, nas suas publicações em jornais e livros entre as décadas de 1950-1980. Assim, a título de organização, na primeira parte apresenta-se a produção publicada nos jornais "*Última Hora*" e "O Semanário" e em seguida os livros publicados os seguintes livros "História Militar do Brasil", "Vida e morte da ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil" e "O Governo Militar Secreto". Na leitura do material de pesquisa percebe-se que o centro das preocupações de Werneck Sodré era com as ações político-militares sustentada pelo imperialismo, golpismo e autoritarismo nos países subdesenvolvidos da periferia capitalista.

Palavras-chave: Historiografia; Militares; Imperialismo; Golpismo; Autoritarismo.

Introdução

Nelson Werneck Sodré destacou-se como historiador, especialmente, lecionando no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) a disciplina de História e escrevendo diversos livros. Passou longos anos na carreira militar e no início da década de 1960, aposentou-se com a patente de General de Brigada do Exército Brasileiro. Ficou conhecido, também, como intelectual

31 Professor efetivo do IFCE e Doutor em História.

marxista e pela sua aproximação com os quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

As publicações no decorrer da vida de Werneck Sodré foram muitas e versaram sobre diversos assuntos ligados a pesquisa histórica, especialmente, a História do Brasil. Não há dúvidas que deve ser considerado como um dos grandes intérpretes da história brasileira. Para alguns pesquisadores a produção mais significativa de Sodré deu-se entre 1958-1964 quando fez parte dos quadros do ISEB e com uma perspectiva analítica marxista. É nesse momento que Nelson Werneck revisou conceitualmente toda sua produção anterior e começou a estudar grandes temas da História do Brasil. Na década de 1960, a produção sodreana sobre história do Brasil direcionou-se, por exemplo, para burguesia, literatura, militares e imprensa. Esses trabalhos "constituem a concretização da sua *teoria do Brasil*" (Netto, 2011, p. 67).

Durante muitos anos, as obras de Nelson Werneck Sodré foram ignoradas por muitos acadêmicos. No início de 1970, Werneck Sodré e sua obra ganharam adjetivos desqualificativos, "particularmente, na USP, em São Paulo, num ciclo de leituras semioficiais realizadas por setores do *establishment* acadêmico, ilustradas por personagens de esquerda ou com trânsito em setores de resistência à ditadura, especialmente ativos na década de 1980". (Cunha, 2000, p. 6). Entretanto, recentemente percebe-se um maior interesse em compreender a contribuição intelectual de Sodré no entendimento da formação social brasileira.

O presente texto buscará apresentar uma parte da produção do historiador que foram pouco pesquisadas, no caso a História Militar. Nelson Werneck Sodré publicou livros, artigos e colunas de jornais nos quais procurou compreender questões militares na periferia do capitalismo através da prática imperialista dos Estados Unidos da América. É valido ressaltar que muitas das questões sistematizadas nos livros, foram elaboradas pelo historiador entre os anos de 1950 e 1960 em colunas de jornais.

A escrita da história militar de Nelson Werneck Sodré emerge no período de forte debate sobre militares, ditaduras, democracia e revolução, o que mostra que o pesquisador buscava intervir, também, no debate público durante a Guerra Fria. Ao longo da sua trajetória, mesmo enfrentando as críticas ácidas do meio militar e acadêmico, Sodré encontrou espaço para divulgar sua pro-

dução historiográfica militar, especialmente, em jornais e algumas editoras publicaram seus livros (Silva, 2021).

As reflexões de Nelson Werneck Sodré sobre a temática militar tiveram três vigas analíticas: imperialismo, golpismo e autoritarismo. Através do levantamento bibliográfico sobre a obra de Werneck Sodré, percebeu-se que são questões abordadas pelo historiador, ainda, pouco estudadas pelos pesquisadores que se interessaram pela produção historiográfica sodreana. É importante destacar que a proposta central do presente texto é apresentar um mapeamento parcial da produção historiográfica militar de Sodré, especialmente, nas suas publicações em jornais e livros entre as décadas de 1950-1980. Assim, a título de organização, na primeira parte apresenta-se a produção publicada nos jornais entre 1958-1962. Em seguida, procura-se analisar algumas publicações em livros entre 1964-1987. Para finalizar, far-se-á um debate com alguns estudiosos da obra sodreana.

Escritos militares: os jornais (1958-1962)

A participação de Nelson Werneck Sodré como colunista de alguns jornais, especialmente no início dos anos de 1960, possibilitou-o que fizesse algumas reflexões sobre o papel dos militares na vida política brasileira. Em alguns periódicos, assinava com pseudônimos e criticava políticos, principalmente, as posições dos militares que ocupavam cargos de destaque seja na instituição Exército, seja no Executivo, como no Ministério da Guerra. A grande parte das colunas eram análises sobre a conjuntura política ganhando destaque temas como o golpismo e regimes autoritários no Brasil e na América Latina e o imperialismo na periferia capitalista.

Nelson Werneck Sodré enxergava a ação consciente dos militares na política. Em vários momentos, observou e demonstrou que as intervenções dos homens fardados era uma constante na vida política do Brasil e da América Latina (Sodré, 1985). Nos textos jornalísticos sobre a participação das Forças Armadas na vida política existe uma preocupação do historiador em compreender a atuação política de certos grupos de militares e as formas militares de tomada de poder no Estado do Brasil no século XX.

Nas publicações do autor relacionadas aos militares, observa-se a preocupação em situar e contextualizar historicamente as diversas intervenções

que contaram com os homens fardados. Em diversos escritos antes de 1964, Werneck Sodré preocupou-se em analisar as ações dos militares golpistas. É perceptível que Werneck Sodré elencou uma viga principal para compreender a dinâmica das intervenções militares. O historiador destacou de forma especial as intervenções do imperialismo norte-americano na doutrinação dos militares dos países do Terceiro Mundo.

Vale destacar que Nelson Werneck Sodré teve uma intensa produção escrita na imprensa brasileira. Desde muito jovem, ainda, na escola militar Werneck Sodré demonstrou interesse pela produção escrita. Produziu muitos textos em colunas onde fazia uma análise crítica da literatura relacionando com a sociedade. Na presente parte selecionou-se alguns jornais em que o autor publicou artigos sobre temas que envolviam questões militares do final da década de 1950 e início da década 1960.

Destaca-se, especialmente, o jornal "*Última Hora*" no qual Werneck Sodré escreveu algumas colunas mostrando as disputas no Clube Militar e apontando a formação de grupos de militares golpistas no Brasil da segunda metade da década de 1950. É importante ressaltar que ao longo do ano de 1958, Sodré dedicou-se numa coluna com o pseudônimo "Observador Militar" sobre os conflitos no Oriente Médio desencadeados pelas interferências do imperialismo dos Estados Unidos e dos países Europeus. Nos textos faz uma análise de como disputas pelo petróleo deveria ser percebida através da relação entre guerra, política e diplomacia. Dedica alguns artigos para comentar o papel da ONU e, também, a situação do Brasil e da América Latina nesse contexto internacional de disputas pelo petróleo.

Em outro jornal "*O Semanário*" Sodré escreveu a coluna *Situação Militar* na qual discutia o processo político do início da década de 1960. Nelson Werneck Sodré assinou grande parte das colunas com o codinome "Cel. X". O principal foco das suas reflexões era a participação de militares na cena política brasileira, especialmente, no Governo de João Goulart. A intenção de Werneck Sodré era acompanhar a formação e a ação de um grupo de militares que nas suas análises eram golpistas. Em muitos textos defendeu a candidatura para presidente da República do Marechal Henrique Lott e procurava mostrar os movimentos dos militares que intentavam contra a democracia vigente. É importante salientar que:

> Nos momentos de crise política na década de 1950, Sodré escreveu dezenas de artigos sob o pseudônimo de *Observador Militar* no jornal Última Hora, com o firme objetivo de influenciar as Forças Armadas na conjuntura política nacional; e em ocasião posterior, de forma quase explícita, escreveu no jornal O Semanário sob o pseudônimo *Coronel X*, contra o golpismo em curso, que acabou ocorrendo em 1964 (Cunha, 2006, p. 98).

Os artigos de jornais de Nelson Werneck Sodré configuram-se como material de pesquisa pouco trabalhado pelos estudiosos que se debruçaram sobre a extensa e densa obra do historiador. Em específico, destaca-se na presente pesquisa os periódicos "*Última Hora*" e "*O Semanário*", especialmente, os escritos que Werneck Sodré dedicou aos temas militares que não ganharam espaço na produção acadêmica brasileira das últimas décadas. Emergem das páginas dos jornais questões muito caras ao autor como o imperialismo e o golpismo. Os textos foram produzidos dentro de um contexto em que o próprio autor o caracterizou como de uma "ofensiva reacionária" no Brasil (Sodré, 1992). Na escrita de Sodré pode-se encontrar a intenção de denunciar os agentes internos que representavam os interesses de Washington como empresários, políticos e, especialmente, militares golpistas/entreguistas.

Historiografia militar: os livros (1964-1987)

Um bom diálogo com as fontes, quando se trata de uma pesquisa relativa à produção historiográfica, é iniciar com algumas questões teóricas e metodológicas relacionadas aos trabalhos de Nelson Werneck Sodré. De acordo com Del Roio, a identificação de Sodré com o marxismo e o comunismo aconteceu de forma mais profunda depois da adesão ao ISEB no final da década de 1950. A partir desse momento "amadureceu sua postura de intelectual revolucionário" e teve contato com autores marxistas como Mariátegui e Lukács (Del Roio, 2000).

Em 1998, Nelson Werneck Sodré afirmava que nas suas pesquisas utilizava "o método histórico marxista"[32]. Sodré deixa evidente que os seus trabalhos

32 Entrevista Nelson Werneck Sodré "A História Vive!" – *Revista Princípios* 50/1998.

devem ser lidos dentro da perspectiva marxista. É uma questão que merece a atenção desta proposta, pois a produção sodreana que servirá de fonte histórica foi produzida num período em que Nelson Werneck Sodré possuía reconhecido domínio teórico e metodológico do marxismo.

Muitos pesquisadores observaram que no meio acadêmico havia, ainda nos anos de 1980, uma rejeição dos intelectuais marxistas pelas questões relacionadas a instituição militar "por vê-la, a priori, inserida na dinâmica estrutural da luta de classes" (Castro; Marques, 2016). A temática militar sempre fez parte das reflexões de Werneck Sodré e a partir da segunda metade do século XX publicou alguns textos que tinha como objetivo central compreender as dinâmicas do imperialismo norte-americano no Terceiro Mundo.

Além do interesse temático, é relevante ressaltar que Werneck Sodré foi testemunha ocular[33] e vítima do autoritarismo político/militar brasileiro e do imperialismo dos Estados Unidos da América e, por isso, tornaram-se questões tão presentes nas suas reflexões sistematizadas a partir de meados do século XX.

O interesse no autoritarismo, no imperialismo e no golpismo que aparece na produção de Nelson Werneck Sodré deve ser compreendido, também, a partir da sua própria experiência como militar e com os regimes autoritários implementados no Brasil no século XX. Durante o regime militar de 1964, o historiador foi indiciado em vários Inquéritos Policiais Militares (IPM) ao longo dos mais de vinte anos de ditadura no país, esteve no inquérito mais conhecido que foi o do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Até o final da década de 1970, encontram-se documentos no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que identificava Sodré como "elemento perigoso". Mesmo com toda perseguição, Werneck Sodré continuou com sua atividade política e participando, por exemplo, da intensa campanha pela Anistia e a luta pela Constituinte (Cardoso, 2013).

Nos últimos escritos de Werneck Sodré percebeu-se um esforço para retomar alguns interesses da sua rica trajetória intelectual. O imperialismo, golpismo e o autoritarismo de parte dos militares brasileiros, especialmente, os pertencentes ao Exército voltaram a ganhar a análise crítica do historiador.

33 Ver artigos nos jornais "A Última Hora" e "O Semanário".

No final da década de 1990, Sodré ao ser indagado sobre os militares no Brasil respondeu destacando dois pontos fundamentais que marcaram as suas análises: o primeiro foi a preocupação de mostrar como os militares estão inseridos na dinâmica social e o segundo trata-se da campanha do imperialismo norte-americano de subjugar as Forças Armadas para torná-las "instrumentos para seus propósitos" [34].

A presença norte-americana nas forças armadas brasileiras já aparecia nas reflexões nos escritos militares de jornais de Nelson Werneck Sodré. Assim, percebeu-se que a experiência na imprensa serviu de base para a produção da historiografia militar sodreana. Em meados da década de 1960, Sodré publicou o seu monumental trabalho a "*História Militar do Brasil*" que se trata de "[...] um esforço pioneiro de compreender as forças armadas brasileiras relacionando-as ao desenvolvimento econômico-social do país" (Netto, 2011, p. 72).

As análises sobre os militares feitas por Nelson Werneck Sodré nas colunas de jornal, também, aparecem nos livros publicados na década de 1980. Em "*Vida e morte da ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil*" encontra-se no centro das discussões um esforço para compreender como foi estruturado, durante a ditadura militar brasileira, o controle do imperialismo norte-americano sobre a política, a economia e as Forças Armadas. Na mesma década, Sodré publicou "*O Governo Militar Secreto*" onde procurou fazer algumas reflexões sobre o "complexo industrial militar" dos Estados Unidos da América que financiou, treinou e controlou as Forças Armadas ao longo dos regimes militares na América Latina.

A historiografia militar foi escrita, por Nelson Werneck Sodré, durante a Guerra Fria, na qual buscou compreender as tramas políticas dos militares e os interesses da dominação econômica dos Estados Unidos no Brasil. Percebeu-se que o centro das preocupações de Werneck Sodré era com a ação político-militar sustentada pelo imperialismo, golpismo e autoritarismo nos países subdesenvolvidos da periferia capitalista. É importante salientar que ao analisar as ações político-militar que envolvia as potências ocidentais, Sodré estava interessado em fazer uma reflexão sobre a situação do Brasil no cenário internacional.

34 Entrevista Nelson Werneck Sodré "A História Vive!" – *Revista Princípios* 50/1998, p. 68.

Considerações Finais

O interesse pela produção intelectual de Nelson Werneck Sodré intensificou-se nas últimas décadas. Ao longo de sua vida intelectual Werneck Sodré dedicou-se ao estudo de várias áreas do conhecimento, destacando-se, especialmente, na história e na literatura. Recentemente, percebeu-se uma quantidade significativa de trabalhos acadêmicos que foram publicados em forma de artigos, capítulos de coletâneas e livros. Vale ressaltar que são, ainda, poucos (quase inexistentes) os estudos sobre a historiografia militar de Sodré.

Destaca-se a coletânea "*Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*" organizada pelo historiador Marcos Silva que buscou reunir especialistas na obra de Nelson Werneck Sodré. É relevante apontar capítulos como os de João Quartim e Caio Navarro que abordaram a questão do nacionalismo, da democracia e do marxismo na produção intelectual de Werneck Sodré. Essas questões tornam-se fundamentais pelo fato de fazerem parte das discussões da historiografia militar de Sodré. O pesquisador Pedro Puntoni tem um capítulo sobre história militar, mas restringe a análise nos capítulos do período colonial do livro "*História Militar do Brasil*".

Os pesquisadores Paulo Ribeiro Cunha e Fátima Cabral organizaram o livro "*Nelson Werneck Sodré: entre o sobre e a pena*" composto de textos produzidos na VIII jornada de Ciências Sociais da Universidade Estadual de São Paulo (Marília). A coletânea fruto das apresentações orais é composta por algumas sessões destacando-se reflexões sobre áreas do conhecimento que interessaram ao Werneck Sodré, conceitos desenvolvidos pelo autor (Nacionalismo, Revolução...) e, também, depoimentos. É oportuno destacar o texto de Paulo Cunha que aborda aspectos que fizeram com que Nelson Werneck Sodré fizesse uma rotação à esquerda na década de 1940. O pesquisador Cunha faz uma interessante análise ao apontar que a preocupação de Sodré quando diz respeito as Forças Armadas é o Exército e quando discute questões relativas à democracia e ao nacionalismo está, também, pensando na força terrestre.

As biografias e trajetórias intelectuais sobre Nelson Werneck Sodré são fundamentais para compreender o percurso e a produção intelectual. O pesquisador José Paulo Netto escreveu a biografia "*Nelson Werneck Sodré: o General da História e da Cultura*" onde faz um levantamento e comentários

analíticos dos principais livros publicados por Werneck Sodré. Paulo Ribeiro Cunha produziu um estudo da trajetória intelectual intitulada "*Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*". Ribeiro Cunha buscou mostrar como a experiência tenentista influenciou na formação intelectual marxista de Sodré. Os dois autores mostram através de suas análises como na década de 1950 que há uma rotação à esquerda no posicionamento político e intelectual de Nelson Werneck, perceptível no compromisso que passou assumir com a democracia e com a Revolução Brasileira, e, ao mesmo tempo, ele intensificou, também, a luta contra o imperialismo, o golpismo e o autoritarismo.

As obras citadas acima trataram da produção intelectual de Nelson Werneck Sodré. Nenhuma pesquisa de folego sobre a historiografia militar de Werneck Sodré foi realizado. Nas coletâneas, nas biografias e nas trajetórias que foram apresentadas não se encontrou estudos aos escritos militares de Sodré seja os publicados nos jornais ou nos livros que o autor produziu.

Referências

CARDOSO, Lucileide Costa. Nelson Wrneck Sodré: censura, repressão e resistência. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 237-267, jul. 2013.

CASTRO, Celso; MARQUES, Adriana (Org.). **Pesquisando os militares**: experiências de cientistas sociais. Curitiba: Editora Prismas, 2016, p. 16.

COSTA PINTO, Carlos Alberto. O percurso intelectual de Nelson Werneck Sodré, o historiador do Brasil (1911-1999). **RHA**, v. 9, n. 9, 1969-1980, 2011.

CUNHA, Paulo Ribeiro. Uma leitura da obra de Nelson Werneck Sodré. **Novos Rumos 30** Ano 15. Nº 33. 2000, p. 6.

DA CUNHA, Paulo Ribeiro e CUNHA, Fátima (Org.). **Nelson Werneck Sodré:** entre o sabre e a pena. São Paulo: UNESP, 2006.

DA CUNHA, Paulo Ribeiro. **Um olhar à esquerda:** a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Revan/São Paulo: FAPESP, 2002.

DEL ROIO, Marcos. A Teoria da Revolução Brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. *In:* MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos (Orgs.) **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2000, p. 86.

NETTO, José Paulo. **Nelson Werneck Sodré:** o general da história e da cultura. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 67.

SILVA, Marco (Org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. São Paulo: EDUSC/FAPESP, 2001.

SILVA, Marcos. NELSON WERNECK SODRÉ 1975/1978. **Mundo e Desenvolvimento**. V. 2. N. 06 (2021).

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Ofensiva Reacionária**. Editora Bertrand Brasil: São Paulo, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O Governo Militar Secreto**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O Tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e Morte da Ditadura:** 20 anos de autoritarismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

Abrir fissuras na temporalidade neoliberal: a respeito do tempo e do imaginar

Débora Faccin[35]

Resumo

Este trabalho vem com a proposta de compartilhar reflexões a respeito das possibilidades do imaginar em um contexto de temporalidade acelerada neoliberal. A provocação de Mark Fisher é conhecida: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. Acrescento, entretanto, e acredito que sem causar grandes danos ao que propõe Fisher, que, em uma conjuntura neoliberal, mesmo o imaginar em si se tornou tarefa difícil. Amitav Ghosh, ao apontar a sensação de falta de saídas da crise climática, argumenta que esta acaba por revelar que a crise também é da cultura e, portanto, da imaginação. A partir destas colocações, busco perscrutar alguns porquês e arrisco-me em algumas hipóteses que não se pretendem fechadas, mas que se movimentam no âmbito das possibilidades. Parto da premissa de que o neoliberalismo precariza nossa capacidade de experimentar vivências significativas e de seu compartilhamento – fundamentos que constituem a experiência; que, ao colonizar nosso tempo, nos impede de sonhar, de imaginar e constituir memória - nos impede, fundamentalmente, de ter tempo. Em uma temporalidade acelerada, como nos fala Hartmut Rosa, a experiência é pobre e tudo adquire tons efêmeros. Retomar a possibilidade de possuir futuros enquanto projeto perpassa necessariamente pela memória e pela coletividade – em contraposição ao individualismo neoliberal, mas também pela necessidade de tomar de volta o direito de imaginar temporalidades possíveis. Para que esse movimento aconteça, é preciso que quebremos a redoma do realismo capitalista e da subjetividade neoliberal e olhemos para tudo aquilo que existe para além dela, que recusemos a sua temporalidade acelerada que nos comprime, sempre atrasados, nesse contínuo presente, e que andemos no contrafluxo, lá onde há tempo para experienciar, imaginar outras realidades, e fazer memória. Estabelecer pontos de fuga, abrir fissuras: questionar o incomensu-

35 Universidade Federal do Rio grande do Sul, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFRGS), bolsista CAPES.

rável, o sem sentido de viver em um sonho de outro, como nos diz Fisher. Manejar narrativas, identidades, retomar subjetividades, reconhecer outras temporalidades e outras formas de se relacionar no e com o mundo, aprender a sobreviver aos fins de mundo e a habitar ruínas, como propõe Davi Kopenawa (2010) e Anna Tsing (2022), e a partir delas, fazer germinar contra-hegemonias, como muitos há muito, especialmente a partir do sul global, já vêm insurgindo. Recuperar o tempo de imaginar, sonhar, e fazer memória, é dar ao anjo da história de Benjamin a oportunidade de enfim cuidar dos mortos, é, como nos fala Thamara de Oliveira Rodrigues (2023), reconstruir e reconduzir a nossa relação com o real, reencantar o mundo a partir de um entusiasmo crítico e lembrar o caráter de possibilidade da história, porque a instância do sonhar carrega consigo a subversão e o não-domesticável da vida, a apreensão de realidades latentes, potências de transformações. Este trabalho traz a dimensão do imaginar, portanto, para que, a partir deste, possamos falar também de futuro.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Imaginar; Temporalidades.

Em dezembro de 2018 Julián Fuks falava ao Instituto CPFL a respeito do cansaço da ficção. Entre os rompantes líricos de sua exposição, citou a seguinte frase de um conto de Juan José Saer: “Outros, eles, antes, podiam”. Tomada pela boa retórica e pela conjugação do verbo-historiador-passado, me vi impelida a buscar pelo conto e descobrir, afinal, o que antes podiam estes eles-outros e porque não puderam mais:

> Otros, ellos, antes, podían. Mojaban, despacio, en la cocina, en el atardecer, en invierno, la galletita, sopando, y subían, después, la mano, de un solo movimiento, a la boca, mordían y dejaban, durante un momento, la pasta azucarada sobre la punta de la lengua, para que subiese, desde ella, de su disolución, como un relente, el recuerdo, masticaban despacio y estaban, de golpe ahora, fuera de sí, en otro lugar, conservado mientras hubiese, en primer lugar, la lengua, la galletita, el té que humea, los años: mojaban, en la cocina, en invierno, la galletita en la taza de té, y sabían, inmediatamente, al probar, que

> estaban llenos, dentro de algo y trayendo, dentro, algo, que habían, en otros años, porque había años, dejado, fuera, en el mundo, algo, que se podía, de una u otra manera, por decir así, recuperar, y que había, por lo tanto, en alguna parte, lo que llamaban o lo que creían que debía ser, ¿no es cierto?, un mundo (Saer, 2001, p. 363).

A primeira descoberta foi, portanto, que estes outros, eles, antes, podiam em relação ao tempo. Tempo de, devagar, sentir o mundo em seu sabor e dissolução, para recordar e para imaginar lugares outros, porque sabiam que, ao ter o(s) tempo(s), tinham o mundo. Conforme avançamos para as frases seguintes, o jogo inesperado dos pronomes nos leva à nossa segunda descoberta: aqueles que não podem mais não são os outros, eles, antes, mas o eu, e agora.

> Y yo ahora, me llevo a la boca, por segunda vez, la galletita empapada en el té y no saco, al probarla, nada, lo que se dice nada. Sopo la galletita en la taza de té, en la cocina, en invierno, y alzo, rápido, la mano, hacia la boca, dejo la pasta azucarada, tibia, en la punta de la lengua, por un momento, y empiezo a masticar, despacio, y ahora que trago, ahora que no queda ni rastro de sabor, sé, decididamente, que no saco nada, pero nada, lo que se dice nada. Ahora no hay nada, ni rastro, ni recuerdo, de sabor: nada. […] No estoy tampoco en otro lugar: es siempre, ahora, el mismo, frío, iluminado, con los libros amontonados, y los papeles, y el *Campo de trigo de los cuervos*, lugar (Saer, 2001, p. 364).

Nada se diz para além do presente que, em sua supremacia, borra o acesso ao passado e o caminho para o futuro. Nem recordação, nem desvio, nem mensagem ou certezas. Apenas a reincidência da mesma paisagem/experiência que insiste em se repetir ao longo das páginas e provoca no personagem a perda da conjugação: ahora estoy estando, ahora estuve o estoy estando, después estuve, estuve, estuve estando estando, estuve y estoy estando y estoy ahora estuve estando [...]. Antes, agora e depois se desarranjam e se emba-

ralham no eterno instante do mesmo, da experiência efêmera de um tempo dado a ser sempre este.

Na análise de Iuri Almeida Muller (2020), a partir das críticas de Ricardo Piglia e David Oubiña, o conto de Saer parodia a obra *Em busca do tempo perdido*, ao explorá-la em negação. Ao contrário da *madeleine* de Marcel Proust, que carregava consigo uma evocação possível, a *galletita* de Saer traz a recordação apenas enquanto aporia. Há um processo que se rompe, portanto. Algo que não chega mais ao alcance – que foi possível à escrita de Proust, mas que já não é à de Saer. Não se pode mais recordar como antes e sequer narrar como antes, e por isso as vírgulas e as repetições que beiram a ilegibilidade dão o tom de sua escrita: são os traços da impossibilidade do discurso. O que se vê não traz mensagem, não evoca recordação e não transporta. Diante do não sentido, Saer decompõe a obra de Van Gogh: não há mais corvos nos campos de trigo, senão manchas pretas, amarelas, marrons e azuis. Poucos anos antes da instauração da ditadura na Argentina, talvez a dissolução seja mesmo a única compreensão possível.

Ainda que o conto, escrito no contexto latino-americano dos anos setenta, já aponte para a insistência de um presente que se estende, efêmero e repetitivo – uma tirania do instante muito próxima do que Fraçois Hartog (2013) vai diagnosticar como presentismo trinta anos depois -, Saer ainda narra a percepção dos pequenos objetos da paisagem, mesmo que para, logo em seguida, dessignificá-los. O instante se estende, mas não corre - permanece aí, à possibilidade da reflexão, ainda que fragmentada. Se de Proust à Saer a narrativa já se encontrava em vias de dilaceração – algo que os autores e autoras latino-americanas apreenderam em suas obras com singular originalidade e competência ao longo do século XX -, qual é o enredo possível que nos resta em meio à nossa experiência cada vez mais empobrecida e acelerada? Caberia, em nossa narrativa, percebermos Van Gogh? Ou, ainda, em um ato de revolta ao que nos é dado, dissolvê-lo?

Para Hartmut Rosa (2016), as estruturas temporais se conectam em todos os níveis da constituição social, e por isso seus padrões permitem que, a partir da disponibilidade desses tempos, se meça a qualidade do que é considerado uma boa vida. O que o autor argumenta, no entanto, é que a temporalidade das sociedades modernas não está articulada a padrões éticos, e por isso

vivemos um regime que é despolitizado, não discutido e, ao tomá-lo como naturalizado, acaba por nos dominar e nos reprimir. A esse modo moderno de viver o tempo, Rosa nomeou aceleração social, que, justamente por não ser questionada, conduz a formas de alienação. Nessa temporalidade, passamos a perceber a recordação e a experiência em um padrão temporal curto/curto: a experiência sucede de forma veloz ao passo que também escorre pela memória – não deixa pegadas à recordação. Essas ações, explica o autor, não mais se relacionam de forma integrada ou significativa, "como resultado, el tiempo parece estar 'corriendo em dos sentidos': transcurre rápidamente y se va quedando sin memoria" (Rosa, 2016, p. 169).

O conceito de experiência aqui articulado é vinculado ao que nos diz Walter Benjamin, uma experiência que diz respeito ao compartilhamento de vivências significativas, constituição de sentidos e identidades – a experiência como aquele algo que nos toca. Enquanto a condição de aceleração social comprime múltiplas ações em um curto espaço de tempo, ela parece empobrecer o tempo da vida, aquele no qual geramos experiências significativas. Nesse sentido, a sensação de inércia é inerente à aceleração, as coisas mudam, mas não se desenvolvem, como de corrêssemos, cada vez mais depressa, sem nunca conseguir avançar.

Esse movimento, explica Rosa, ocasiona a perda da confiança na orientação das experiências passadas e mesmo nas expectativas futuras, provocando uma concentração do passado e do futuro, em termos koselleckianos, no instante presente. Também Matheus Pereira e Valdei Araújo (2016) diagnosticaram na contemporaneidade essa predominância temporal, na qual passado e futuro perdem sua qualidade para se transformarem como em uma expansão narcísica do presente, o que os autores batizaram, a partir de Heidegger, de atualismo. De acordo com Pereira e Araújo (2016, p. 283), "a atualização é a resposta do Dasein à experiência do tempo como uma sucessão vazia de agoras, é a forma como ele pretende manter diante de si essa sucessão. O mundo então só pode estar presente porque ele se 'atualiza' como que automaticamente", dando a sensação de que as coisas se mantêm dessa forma porque essa é a única realidade possível, ou seja, a circunstância é naturalizada. Não é como se passado ou futuro tivessem sido destituídos do nosso jogo temporal, argumentam os autores, mas o presente atualista mantém com eles relações que Heidegger vai chamar de impróprias, daí o "paradoxo de um presente ao

mesmo tempo cheio de novidades e vazio de eventos. Por mais que as novidades se apresentem, seja mesmo vindas do passado ou do futuro, elas não são capazes de refazer vínculos conjunturais" (Pereira; Araújo, 2016, p. 284).

As temporalidades diagnosticadas por Rosa como aceleração social, por Hartog como presentismo, e mesmo por Pereira e Araújo como atualismo, reservadas suas diferenças teóricas, assinalam características comuns que são viscerais para a lógica do funcionamento da estrutura capitalista, aliás, acontecem e se desenvolvem dentro desse sistema, se tornando ainda mais gritantes conforme o amadurecimento da subjetividade representativa de seu último modelo, o neoliberal.

Encontramos nas análises dos autores a predominância de um presente narcísico cheio de novidades, mas vazio de eventos, acelerado e inerte, atualizado em si mesmo. Mas podemos questionar a essa altura: por que importa ao neoliberalismo essas características? Porque são elas que vão compor o conjunto de circunstâncias para o que Mark Fisher (2020, p. 10) vai chamar de realismo capitalista, ou seja, "o sentimento disseminado de que o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, sendo impossível imaginar uma alternativa a ele".

Temos, portanto, o neoliberalismo: um sistema sem rosto, sem presença e sem culpa. Como uma ausência onipresente, não o vemos, não o tocamos, mas nada por ele passa intocado - o sentimos invadir todo e cada pequeno aspecto do cotidiano, entranhando em nossas subjetividades, nos transformando em capital humano, empreendedores à contragosto, culpados e responsabilizados, mas sempre individuais. O social, nos lembra Wendy Brown (2019), é um domínio vital da justiça, é por isso que o neoliberalismo se ocupou de miná-lo e desmantelá-lo em todas as frentes: epistemológica, política, econômica, cultural, legal e ética, de forma que qualquer reinvindicação por igualdade, inclusão ou melhores condições pareça infundada. Destitui-se a sociedade em nome da liberdade, sem dar grande importância para o caso de que "liberdade sem sociedade destrói o léxico pelo qual a liberdade torna-se democrática" e que, dessa forma, reduz-se a "puro instrumento de poder, despida de preocupação com os outros, o mundo ou o futuro" (Brown, 2019, p. 57-58). Desmantelar a sociedade, portanto, é suprimir o aparato pelo qual se promulga e se estrutura a própria democracia, daí o alvo último

do neoliberalismo, que como forma atual do capitalismo, nos mostra Nancy Fraser (2020), assume seus projetos como fundamentalmente antidemocrático. Acontece que, em uma democracia débil, o poder político deixa de ser compartilhado para se tornar elemento constitutivo do aparato capitalista, privando a dimensão coletiva de decisão, ação e controle. Disciplinando o Estado em prol do mercado e degradando o poder do social, os sujeitos deixam de ser políticos e munidos de ação coletiva para tornarem-se indivíduos. O discurso de liberdade toma a dimensão do a qualquer custo, suplantando limites éticos, morais e de justiça social.

Como apontam Nancy Fraser (2020) e Rodrigo Turin (2019), a experiência política se atrofia e dá lugar à descrença nas instituições democráticas que já não acompanham a lógica de eficiência e produtividade imposta pela temporalidade acelerada neoliberal. Em tom apodítico e autolegitimado, sem margem para questionamentos, a lógica neoliberal se torna um fim em si mesma, "é uma forma autoritária pelo consenso que obriga, pela desagregação que produz, pelo ritmo que impõe, no qual não há possibilidade de outras formas de ação, nem sequer espaço para colocar em questão os seus sentidos" (Turin, 2019, p. 42).

Nesse contexto, também nossa "democracia interna" parece perecer: não conseguimos apreender os eventos, perceber o presente ou imaginar o futuro – na realidade insone do 24/7 não há tempo para sonhar. A crise se torna a normalidade e, como nos fala Mark Fisher (2020, p. 98), "em tais condições precariedade ontológica, esquecer converte-se em estratégia de adaptação". A experiência da subjetividade neoliberal é o viver das vidas invivíveis, o colapso da cadeia de significantes e, nesse lento cancelamento de futuros, experienciamos a melancolia do mesmo como o único horizonte possível, naturalizando a sensação de guerra permanente – de combater o outro, de sobreviver no sistema, e de que, embora essa realidade nos pareça insuportável, não nos restam alternativas.

A aceleração, pontua Hartmut Rosa, é regulada por forças normativas silenciosas que transformam nosso estar no mundo e as formas de nossa subjetividade. Como Sísifo, condenado para sempre a rolar uma pedra de mármore montanha acima, sem nunca alcançar o topo, na sociedade da aceleração também parece não haver alternativa: não se pode parar sob o risco de ficar para

trás, é preciso nadar com força para dar conta do sufocante mar de demandas – não para avançar, mas para permanecer no mesmo lugar, sem afundar. O que para Rosa é sobreviver à aceleração, na subjetividade neoliberal é a lógica da permanente competitividade aliada a um estado necropolítico que tem à sua disposição a decisão de fazer viver ou deixar morrer, gestando vidas e mortes de acordo com o interesse da manutenção ou crescimento econômico.

Em uma conjuntura na qual o sujeito se torna capital humano, o risco de não acompanhar as expectativas impostas pelo mercado traz consigo a ameaça de tornar-se um produto obsoleto e, portanto, dispensável. Como resultado, vemos uma sociedade que naturalizou o "ter de viver" em condições em que a vivência se tornou insuportável, e a possibilidade de morte como um preço lícito de ser negociado. Cidadãos do sacrifício e oblatados ao crescimento econômico, já acordamos devendo, carregamos em nossa carcaça individualista a sobrecarga moral de dupla responsabilização e culpa – quanto a si mesmo e à nação, enquanto "os poderes que orquestram esse processo não estão em nenhum lugar do discurso" (Brown, 2018, p. 39). Enquanto esse racionalismo sem rosto governa esquemas valorativos, condutas e subjetividades, e traz ao controle social um "discurso nacional-teológico de sacrifício moralizado" sem expiação ou chance de redenção, os sujeitos a ele submetidos pleiteiam constantemente seu espaço entre os "vivos", manejando como podem suas precariedades desigualmente distribuídas e suas vulnerabilidades impostas, lutando para fazer parte daquelas vidas consideradas dignas, enlutáveis, e escapar da métrica institucionalizada que define aqueles que serão considerados descartáveis, cuja morte já opera em vida (Butler, 2022).

É essa racionalidade, portanto, que vai tomar frente da decisão de quais saúdes devem ser protegidas e quais vidas não devem, produzindo condições sistemáticas de negligência e permitindo, quando não legitimando, a morte de determinadas pessoas. As implicações desse tipo de organização atingem profundamente sociedade a nível subjetivo e psíquico, arquitetando novas maneiras de se comportar diante do mundo e de si mesmo, daí a centralidade de enfatizar que o neoliberalismo, como forma atual do capitalismo, para além de um modelo socioeconômico, é um gestor de subjetividades. É a partir dessa constatação que Vladimir Safatle, Nelson da Silva Júnior e Christian Dunker (2021) vão desenvolver a relação entre neoliberalismo e sofrimento psíquico. De acordo com os autores, como força performativa, o neolibera-

lismo vai atuar na coerção comportamental, recodificando identidades, manejando ideais, visões de mundo, moldando desejos, valores, morais, produzindo e gestando os sofrimentos. Agindo como engenharia social e psicologia moral, o racionalismo neoliberal vai determinar qual sofrimento é legítimo e qual não é, estabelecendo uma valoração diferencial da vida.

Lutando constantemente pelo direito de ser humano e sujeito digno de direitos, o indivíduo da performance neoliberal se torna autômato, reproduzindo mecanicamente suas ações com maestria para que a roda da economia não pare de girar. Sob essa pele, encontramos o profundo sofrimento social, um estado de desamparo regulado pela subjetividade neoliberal. De acordo com Vladimir Safatle (2015), o desamparo, enquanto vulnerabilidade estrutural do ser humano relacional, quando manejado pelo neoliberalismo e por seus processos de individualização e fragmentação social, é preenchido justamente por essa falta de segurança afetiva e social e pelo profundo sentimento de impotência e desesperança quanto ao mundo. Isso porque a situação de desamparo elimina outras temporalidades que não a sua, não há produção de expectativas, apenas a indeterminação do agora e, por isso, é um desabamento das ações possíveis. O que nos mostra Safatle é que essas ações se estruturam sobre o fundo de nossas inseguranças ontológicas: "a liberdade nas sociedades que inscrevem sujeitos sob a forma de indivíduos é indissociável da criação de uma cultura emergencial da segurança sempre latente, cultura do risco iminente e contínuo de ser violentado" (Safatle, 2020, p. 20), ou seja, o sistema político, estabelecendo como fundamento a liberdade individual distanciada da preocupação com o social, implica na gestão e na produção do medo.

Dadas as transformações da realidade social, o capitalismo tardio provocou uma mescla de medos na instância psíquica: "o medo arcaico de aniquilação física com 'o medo muito posterior de não mais pertencer ao conjunto humano' devido ao fracasso de não ser bem-sucedido como sujeito econômico" (Safatle, 2020, p. 201) - a degradação econômica, aqui, se equipara ao risco de morte social, o que se torna possível a partir do momento em que o Estado como providência é desmantelado, o que o neoliberalismo trata de efetivar. Sem poder contar com a segurança social do Estado e da sociedade, o indivíduo neoliberal se vê em um contexto de profundo desamparo que servirá, sobretudo, como forma de sujeição às normas vigentes, daí a produção de um estado melancólico não só paralisante do agir como culpabilizador de

sua própria vulnerabilidade. Dessa forma, deixa-se de fazer planos para seguir a corrente da sobrevivência, não há tempo para projetos. Todas essas circunstâncias acabam por provocar um esgotamento do eu tardomoderno, fala-nos Rosa (2016): permanentemente inseguros e sobrecarregados, os sujeitos perdem a autonomia e se alienam a respeito das próprias ações – no sobreviver do capitalismo, anula-se o tempo de *ser,* despersonaliza-se.

Daí a máxima que compõe o realismo capitalista de Mark Fisher, de que é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. Gostaria de acrescentar, entretanto, e acredito que sem causar grandes danos ao que propõe Fisher, que, em uma conjuntura neoliberal, mesmo o imaginar em si se tornou tarefa difícil. Não que sejamos proibidos de imaginar, mas a temporalidade neoliberal acaba por suprimir uma de suas mais ricas matérias-primas: o tempo. E aos rasgos criativos que nascem das resistências dessa estrutura, ainda é reservado certo "controle do imaginário" que dá conta de deslegitimar tudo aquilo que contrapõe ou não está de acordo com o valor vigente.

Dessa forma, a temporalidade neoliberal, impressa em sua engenharia social, precariza nossa capacidade de experimentar vivências significativas e de seu compartilhamento – fundamentos que constituem a experiência. Ao colonizar nosso tempo, nos torna letárgicos, frustra nossa capacidade de sonhar e de imaginar - interdita-nos, fundamentalmente, de *ter* tempo. Em uma temporalidade acelerada, como nos fala Hartmut Rosa, a experiência é pobre e tudo adquire tons efêmeros.

O realismo capitalista, nos fala Fisher (2020, p. 13), se apresenta como um escudo que nos protege dos perigos de acreditar demais, para que, quando todas as crenças colapsarem, sobre apenas ele, em sua forma consumidor-espectador, "cambaleando trôpego entre ruínas e relíquias". Suas determinações políticas somem do discurso para que todo valor se transforme em fato, e é justamente essa aparência de inevitável que precisamos desnaturalizar se quisermos visualizar suas disfuncionalidades e projetar outros presentes e futuros possíveis. Tragamos, portanto, esse invisível que nos arrebata à narrativa: qual a sua historicidade? Quais são as suas inscrições memoriais? Ao dizermos que o capitalismo tem *história*, o retiramos da ordem do natural para o inserirmos em uma conjuntura espaço-temporal; ao questionarmos sua *memória*,

aprendemos a reconhecer suas cicatrizes na estrutura social, nos corpos e no sistema Terra.

Questionar suas inscrições, reconhecer os sujeitos da ação e apontar cicatrizes são os primeiros passos para sua desnaturalização, para então trazer à visibilidade outras memórias que, em seu poder performativo, induzem à ação:

> Hay formas de resistencias que son -a veces- poderosas, y que transforman las memorias colectivas heredadas del pasado en memorias "marranas", es decir, en memorias escondidas, ocultas, prohibidas en algún momento, y que pueden transmitirse y ser conservadas por un trabajo subterráneo. Y cuando emergen en la superficie chocan violentamente en contra del habitus mental del homo oeconomicus neoliberal. Ponen en cuestión la organización del mundo, la organización de la razón neoliberal. Y los ejemplos son múltiples (Traverso, 2017, p. 5).

Diante de uma temporalidade que busca suprimir o futuro, Traverso nos atenta para a força de reemergência dos sujeitos coletivos e suas memórias, seu poder de descongelar o presente e abri-lo para futuros outros. É preciso nos livrarmos do invólucro de indivíduo da performance – que não passa disso, de fino revestimento -, e assumirmos nossa condição de sujeitos interdependentes para podermos retomar, então, o mundo que nos tem sido indisponível.

Retomar a possibilidade de possuir futuros enquanto projeto, portanto, perpassa necessariamente pela memória e pela coletividade, mas também pela necessidade de tomar de volta o direito de imaginar temporalidades possíveis. Para que esse movimento aconteça, é preciso que quebremos a redoma do realismo capitalista e da subjetividade neoliberal e olhemos para tudo aquilo que existe para além dela, que recusemos a sua temporalidade acelerada que nos comprime e que andemos no contrafluxo, lá onde há tempo para experienciar e imaginar outras realidades. Estabelecer pontos de fuga, abrir fissuras: questionar o incomensurável, o sem sentido de viver em um sonho de outro, como nos diz Fisher. Manejar narrativas, identidades, retomar subjetividades, reconhecer outras temporalidades e outras formas de se relacionar no e com

o mundo, aprender a sobreviver aos fins de mundo e a habitar ruínas, como propõem Davi Kopenawa e Anna Tsing, e a partir delas, fazer germinar contra-hegemonias, como muitos há muito, especialmente a partir do sul global, já vêm insurgindo.

Recuperar o tempo de imaginar é poder, como nos fala Thamara de Oliveira Rodrigues (2023), reconstruir e reconduzir a nossa relação com o real, reencantar o mundo a partir de um entusiasmo crítico e lembrar o caráter de possibilidade da história, porque a instância do sonhar carrega consigo a subversão e o não-domesticável da vida, a apreensão de realidades latentes, potências de transformações. Para além, é preciso que seja feito em coletividade, porque o caráter social fundamenta a experiência e a construção de utopias. Lembrarmo-nos poros e interdependentes, para utilizar os termos de Judith Butler (2022), é o que nos proporcionará as ferramentas para delinear as possibilidades de uma boa vida para todas e todos.

De acordo com Edward Casey (1977), imaginação e recordação são operações que, diferentes entre si, estão inevitavelmente envolvidas com a totalidade da percepção – não submetidas ou derivadas desta, mas constitutivas, parte de seu funcionamento, bem como à consciência temporal: "In perception as in time-consciousness - as indeed in dreams, screen memories, and historical reconstruction as well, though in structurally divergent ways in these latter cases - imagining and remembering are continually conjoining in non-contingent forms of combination" (Casey, 1977, p. 209) Se utilizarmos a chave de compreensão de Casey para retornar ao conto de Saer mencionado ao início deste ensaio, poderíamos argumentar que o personagem, para o qual a memória se tornou inacessível, mas certo momento para a imaginação ainda se fazia disponível, foi capaz de visualizar um *Campo de trigo com corvos* que, embora dissolvido do seu sentido original, ainda podia ser percebido repleto de cores que o tocavam e o convidavam à uma inquieta e reflexiva contemplação; mas que, se ao personagem fosse privado também o tempo de imaginar, então já não haveria Van Gogh, campo, trigo ou cores - a percepção em si já não seria possível.

Considerando a importância da experiência perceptiva para a nossa condição de ser no mundo, como largamente trabalhado pela fenomenologia, a exemplo de Maurice Merleau-Ponty, então conseguimos ter uma pista de

como seria, afinal, a reescrita do conto de Saer sob a perspectiva da atual temporalidade neoliberal: o quadro de Van Gogh já não seria algo em busca de sentido ou dissolução, mas um objeto-aí, um vulto pelo qual passaríamos apressados, sem chá, sem *galletitas* e sem percepção, em direção às demandas do dia em um existir que já não é nosso.

Imaginar é parte imprescindível daquelas estruturas cognitivas que constroem nossa concepção de mundo e, portanto, nossa capacidade de percebê-lo e experienciá-lo significativamente. Daí a importância do que diz Ailton Krenak (2022) quando propõe que reflorestemos o imaginário para pensar poéticas que nos devolvam a potência da vida, de imaginar cartografias afetivas e camadas de mundo, em narrativas plurais que não silenciem outras presenças. São propostas que transgridem hegemonias e ousam a instituição de outros mundos possíveis, formas de existir enriquecedoras de experiências. Krenak é preciso quando nos chama de civilização sem imaginação, involuntários de um mundo e de uma episteme que nos foram submetidas e as quais naturalizamos, de possuir uma mente reta enquanto a vida reclama fruição. Contra as narrativas duras às quais nos apegamos, o autor convoca em sua obra palavras como transfiguração, confluência, pluralidade, afetividade, possibilidade – formas outras de experimentar um mundo que são mundos, dos quais emergem outras e novas temporalidades.

Retomar o direito de mundo, no entanto, implica que reconheçamos aquilo que o tem nos privados, e encontremos formas de nos desvencilharmos daquilo que tem impedido essa abertura. Se o reconhecimento perpassa pela desnaturalização desse realismo imposto, sua historicização e memorialização, como temos visto, a sua desobstrução atravessa necessariamente pela questão temporal. Para que tenhamos possibilidades de mundos outros nos quais o futuro e o presente não nos sejam mutilados, é preciso que retomemos a agência de nosso tempo.

Inicialmente, como aponta Thamara de Oliveira Rodrigues, é fundamental que, sem descartar sua importância, não nos limitemos aos diagnósticos claustrofóbicos da temporalidade contemporânea, porque estes, ao reforçar a sensação de esgotamento e aprisionamento do presente e do futuro, podem, por vezes, "perde[r] de vista a complexidade das estratificações temporais e a simultaneidade de experiências e desejos atravessadas por lutas afirmativas em

nome de outros mundos possíveis" (Rodrigues, 2023, p. 234). É importante que reconheçamos as possibilidades de abertura do tempo histórico e todas as outras dimensões de futuro que ainda surgem nas transgressões cotidianas, porque, ao endossar o discurso da ausência de caminhos possíveis, não só ignoramos todos os movimentos e levantes que constantemente se constroem n(as) fissuras das estruturas neoliberais, como também acabamos por sucumbir justamente à lógica do realismo capitalista de que não há alternativas.

Retomar a agência do tempo, portanto, porque, como nos diz Jonathan Crary (2014), a temporalidade neoliberal 24/7 corresponde a um mundo desencantado, superficial e implacável porque impossível: é um não tempo. É poder exercido sobre os corpos e demonstra sua absoluta incompatibilidade com a vida humana: deprecia as tessituras do tempo humano e torna-o inadequado diante de exigências que jamais serão alcançadas, atrofia a experiência compartilhada, empobrece ou invalida quaisquer variações à sua realidade. Para o autor, vivemos uma colonização sistêmica da experiência, um contexto em que "a vida cotidiana não é mais relevante politicamente, e resiste apenas como simulação oca de sua substancialidade prévia" (Crary, 2014, p. 62). É preciso que nos apropriemos do tempo que até então nos tem sido estranho e alheio para recuperarmos a relação de afetividade e afetação com o mundo, daí ser indispensável que pensemos em termos de políticas de tempo, como proposto por Rodrigo Turin.

Para o autor, a temporalidade neoliberal atua em nossas subjetividades de forma que não consigamos movimentar projetos e nos posicionar de forma ativa diante do tempo, naturalizando uma condição de precariedade estrutural e de contínua deformação. Não há estabilidade, senão uma série de presentes descontínuos aos quais devemos nos adaptar depressa se quisermos evitar nosso colapso social. Nessas circunstâncias, a vontade e a autonomia dos sujeitos se tornam obsoletas, e nos deparamos com a impossibilidade de uma formação de si, de expectativas e de futuros.

Politizar o tempo, portanto, como propõe Turin, é refletir enquanto sujeito e sociedade sobre as condições que constituem o que consideramos um bom tempo e quais são as temporalidades de uma boa vida. É tornar visível a rede semântica que reforça a temporalidade neoliberal e reconfigura nossas subjetividades, denunciar seus efeitos e seus modos de difusão. Politizar o

tempo que nos sincroniza, enfatiza o autor, é também colocar em evidência os tantos outros tempos que coexistem e resistem ao do neoliberal e com isso promover aberturas – às outras realidades, formas de agir e viver no mundo, cosmologias, temporalidades emergentes, diferentes narrativas, novas historicidades -, porque "o tempo não pode ser descolado do seu caráter performático e, desse modo, formas de experiências distintas requerem formas temporais distintas" (Turin, 2019, p. 47).

Contra a letargia da temporalidade narcísica e autodestrutiva neoliberal, politizar o tempo, desnaturalizar temporalidades, reconhecer e nomear suas inscrições para poder, enfim, imaginar outros tempos que carreguem consigo a qualidade de tempo para a vida, e assim aprender a vivê-lo de outra forma que não em sua falta. Irrealizar a realidade, desnaturalizar o dado, para então realizá-la em conjunto com a imaginação em outros *como se* - eis a capacidade transgressora que fundamenta a mímesis narrativa e que evidencia, sobretudo, o poder de *Imaginar*, – aberturas, projetos, mundos, tempos -, um ato revolucionário em meio ao realismo capitalista que nos doméstica, a lembrança daquilo que somos, afinal: uma espécie genuinamente fabuladora que, para além de todo determinismo, vive a história enquanto possibilidade.

Referências

BENJAMIN, Walter. O capitalismo como religião. *In:* **O capitalismo como religião.** São Paulo: Boitempo, 2013.

BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial:** neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Tradução de Juliane Bianchi Leão. Zazie edições, 2018.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Tradução de Mário A. Marino e Eduardo Altheman C. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. **Que mundo é este?** Uma fenomenologia pandêmica. Tradução de Beatriz Zampieri et. al. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

CASEY, Edward S. Imagining and remembering. **The Review of Metaphysics,** v. 31, n. 2, 1977.

CRARY, Jonathan. **24/7**: capitalismo tardio e os fins do sono. Tradução de Joaquim Toledo Jr., São Paulo: Cosac Naify, 2014.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista:** é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? Tradução de Rodrigo Gonçalves *et al*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FRASER, Nancy. **Los Talleres Ocultos del Capital.** Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Tradução de Andréa Souza de Menezes et.al. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** palavras de um xamã yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MULLER, Iuri Almeida. **O texto sem margens**: espaço narrativo e intertextualidade em Juan José Saer. Tese (doutorado em Letras) PUCRS – Porto Alegre, 2020.

PEREIRA, M. H. de F.; ARAÚJO, V. L. de. Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 1, 2016.

RODRIGUES, Thamara de Oliveira. Sonhos, temporalidades e universidade: experiências para o futuro. **Revista Maracanan**, n. 32, 2023.

ROSA, Hartmut. **Alienación y aceleración:** hacia una teoría crítica de la temporalidad en la modernidad tardía. Buenos Aires: Katz, 2016.

SAER, Juan José. **Cuentos completos (1957-2000).** Epub Libre, 2001.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JR, Nelson da; DUNKER, Christian**. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos:** Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TURIN, Rodrigo. **Tempos precários:** aceleração, historicidade e semântica neoliberal. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2019.

TRAVERSO, Enzo. Políticas de la memoria en la era del neoliberalismo. **Alethéia,** n. 14, v. 4, 2017.

Proteção e empoderamento de mulheres: desenvolvimento de aplicativo de segurança para celulares e de cursos de formação para rompimento do ciclo de violência

Fernanda Loch[36]

Resumo

A presente proposta resultou de uma articulação entre o Laboratório de Estudos de Gênero, Diversidade, Infância e Subjetividade (LAGEDIS) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), o Departamento de História da UEPG, o Departamento de Informática da UEPG e a Casa da Mulher, órgão vinculado à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, que atende mulheres em situação de violência. Este projeto, como um todo, tem como objetivos a criação de um aplicativo de celular que possa funcionar de maneira similar ao "botão do pânico" para mulheres em situação de violência, bem como, a organização de oficinas formativas para comunidade interna e externas da UEPG com o propósito de romper o ciclo de violência. Neste trabalho damos enfoque apenas neste segundo objetivo, ou seja, o processo de desenvolvimento das oficinas e levando em conta a temática do evento, a importância das políticas de memória na temática da violência contra a mulher e da figura da Maria da Penha. As apresentações das oficinas foram montadas para graduandos de licenciaturas e para estudantes de ensino médio. A oficina está dividida em três momentos: exposição oral com slides; exibição de documentário; e dinâmica sobre os tipos de violência. Na exposição oral são abordados alguns tópicos relacionados à violência contra a mulher, como por exemplo: O que é a Lei Maria da Penha (reiterando sua história e trajetória pessoal e como surgiu a lei); os tipos de violência contra a mulher; o que é ciclo de violência; como identificar a violência contra a mulher; e o que fazer em caso de violência contra a mulher. Depois dessa parte mais informativa da oficina, nós temos a exibição de um documentário chamado "As rosas que não se calam", de livre reprodução, disponível na plataforma Youtube. A última

36 Licenciada e mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Texto resultante de projeto de extensão financiado pela Fundação Araucária.

etapa da oficina é a realização de uma dinâmica simples, para incentivar a participação e debate dos alunos sobre os tipos de violência já explicados na exposição oral (violência física, psicológica, sexual, patrimonial, moral). As oficinas já foram realizadas em programas de iniciação do curso de História da UEPG e em colégios estaduais da cidade de Ponta Grossa. O projeto ainda não foi finalizado, portanto, está em fase de desenvolvimento em mais escolas e cursos de graduação.

Palavras-chave: Violência; Mulheres; Formação; Oficinas.

As políticas da memória da Maria da Penha e apresentação do projeto

As políticas de memória da Maria da Penha, são fundamentais para entender e combater a violência contra a mulher no Brasil. A Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), aprovada em 2006, é a legislação mais importante do país nesse sentido, pois visa proteger as mulheres da violência doméstica e familiar.

No contexto das políticas de memória, a lei foi criada a partir da luta e da experiência de Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher brasileira que foi vítima de violência doméstica e sofreu duas tentativas de homicídio por parte do seu ex-marido, uma delas sendo com um tiro de espingarda nas costas enquanto ela dormia, ficando paraplégica em decorrência desse ataque. (Pandjiarjian, 2009, p. 149). A história de Maria da Penha se tornou um símbolo da luta contra a violência de gênero no Brasil e inspirou a criação da lei que leva seu nome.

É importante destacar que na atualidade, a imagem e a história da Maria da Penha vêm sofrendo ataques por parte de grupos de extrema direita, que não só espalham Fake News sobre o crime que ela sofreu, como também buscam justificar agressões, deslegitimar sua trajetória e/ou dar voz ao seu agressor (Projeto Comprova, 2024). O tema da violência contra a mulher também passou a ser uma guerra de narrativas, que tem como objetivo o enfraquecimento dos direitos das mulheres.

As políticas de memória da Maria da Penha buscam, portanto, manter viva a história e o seu legado, além de conscientizar a sociedade sobre a gra-

vidade da violência contra a mulher e promover ações para prevenir e combater esse tipo de violência. Essas políticas incluem ações como campanhas de conscientização, debates públicos, produção de material educativo e ações para fortalecer a rede de proteção às mulheres vítimas de violência.

No entanto, as políticas de memória da Maria da Penha não devem ser vistas como uma solução completa para o problema da violência contra a mulher. Elas são apenas uma parte de um conjunto de medidas necessárias para enfrentar esse problema, que inclui também políticas públicas efetivas, educação e conscientização da sociedade, além do fortalecimento do sistema de justiça para garantir que as leis sejam aplicadas de forma eficaz.

É urgente o debate e a ampliação das políticas públicas de combate e prevenção da violência contra as mulheres. De acordo com o levantamento do Datafolha, encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2021, 4,3 milhões de mulheres brasileiras de 16 anos ou mais foram agredidas fisicamente com tapas, socos ou chutes. A cada minuto, 8 mulheres sofreram violência física no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus (Lima, 2021). Nos anos seguintes à pandemia, comparando os dados do primeiro semestre de 2022 e de 2023, o número de feminicídios também aumentou 2,6%. (Arcoverde, 2023).

Levando em conta esses dados alarmantes, esse projeto de extensão foi elaborado como medida de prevenção à violência contra a mulher e como forma de auxílio às mulheres em situação de violência. A presente proposta resultou de uma articulação entre o Laboratório de Estudos de Gênero, Diversidade, Infância e Subjetividade (LAGEDIS) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), o Departamento de História da UEPG, o Departamento de Informática da UEPG e a Casa da Mulher, órgão vinculado à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, que atende mulheres em situação de violência e foi financiado pela Fundação Araucária. Este projeto, como um todo, tem como objetivos: a) a criação de um aplicativo de celular que possa funcionar de maneira similar ao "botão do pânico" para mulheres em situação de violência, ou seja, que mulheres atendidas na Casa da Mulher possam baixar tal aplicativo em seus celulares, realizar cadastro e acionar o aplicativo sempre que se sentirem ameaçadas por agressores; b) a organização de oficinas formativas para comunidade interna e externas da UEPG (especialmente em colégios), com

o propósito de romper o ciclo de violência. Neste artigo, estaremos dando enfoque apenas ao segundo objetivo.

Este projeto se justifica pela necessidade de se debater e atuar de forma sistêmica sobre a violência contra mulheres, analisando como as desigualdades sociais e de gênero tem contribuído para tal situação, com enfoque central em mulheres de baixa renda em nosso município. Desta forma, propomos como intervenção social, o uso dos saberes acadêmicos para a concepção, desenvolvimento, criação e disponibilização de um aplicativo de celular que possa ser usado por mulheres em situação de violência atendidas pela Casa da Mulher e que poderá ter seu uso estendido para outros órgãos se a Prefeitura de Ponta Grossa e o Governo do Estado do Paraná assim desejarem.

Justifica-se também o papel social da Universidade, atuando de modo integrado à comunidade e atendendo uma demanda da Casa da Mulher de Ponta Grossa. Com esse aplicativo as assistidas pelo serviço municipal poderão entrar em contato mais rapidamente com serviço policial em caso de violência, gerando agilidade de atendimento, menor nível de violência e mais vidas de mulheres salvas.

Por fim, justifica-se por, além do aplicativo, propor palestras e oficinas de empoderamento de mulheres, de modo a romper com o ciclo de violência. Acreditamos que para além da denúncia e acompanhamento dos casos, é necessário a formação de homens e mulheres por meio de atividades educacionais que gerem informação e compreensão histórica da violência.

Metodologia

Este projeto de extensão conta com três bolsistas. Duas são acadêmicas do curso de Engenharia de Computação da UEPG e recebem bolsa de iniciação extensionista. Uma delas é bolsista de apoio técnico em vaga para profissional graduado (com graduação em História).

Num primeiro momento do projeto, foram realizadas reuniões teóricas e de estudo entre o grupo LAGEDIS/UEPG, os professores do Departamento de Informática e as bolsistas selecionadas pelo projeto. Nessas reuniões foram apresentadas e debatidas questões de gênero, feminismo e formas de erradicação da violência doméstica contra mulheres. A partir desse aprofundamento

teórico com base na metodologia dialogada entre saberes, os professores do Departamento de Informática estão orientando as bolsistas na concepção e desenvolvimento do aplicativo de celular com uso exclusivo para mulheres em situação de violência. As professoras da área de História também participam da orientação das estudantes de informática em relação ao conteúdo para desenvolvimento do aplicativo e fornecimento de dados (via Casa da Mulher de Ponta Grossa).

Em outra frente do projeto estão sendo realizadas palestras e oficinas formativas. Tais atividades foram realizadas na UEPG e em colégios estaduais da cidade até a presente data e serão ofertadas para mulheres em situação de violência, mulheres integrantes de entidades não governamentais organizadas na região e em outras escolas da rede estadual que se interessarem pela proposta. Essas atividades estão sendo coordenadas e executadas pela profissional formada em História, bolsista, com custeio do projeto.

A oficina está dividida em três momentos: exposição oral com slides; exibição de documentário; dinâmica sobre os tipos de violência. Na exposição oral são abordados alguns tópicos relacionados à violência contra a mulher, como por exemplo: O que é a Lei Maria da Penha, (reiterando sua história e trajetória pessoal e como surgiu a lei); os tipos de violência contra a mulher; o que é ciclo de violência; como identificar a violência contra a mulher; e o que fazer em caso de violência contra a mulher. Nesse momento, temos como principal objetivo instigar as/os estudantes com relação ao tema, informá-los sobre a legislação própria, bem como, conhecer os diversos tipos de violência que existem, para além da física, fazendo-as/os refletir sobre seus próprios relacionamentos ou sobre relacionamentos de familiares, esclarecendo, por fim, os caminhos a serem tomados ao conhecer alguém que sofre violência.

Depois dessa parte mais informativa da oficina, nós temos a exibição de um documentário chamado *As rosas que não se calam*, de livre reprodução, disponível na plataforma Youtube[37]. O objetivo dessa etapa da oficina é a sensibilização das/dos estudantes a partir de relatos de mulheres que sofreram violência doméstica. Com esse documentário, é possível as/os estudantes per-

37 Este documentário está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=a85wUv516oo&t=3s. Acesso: 25 ago. 2023.

ceberem as diversas formas de violência (física, psicológica, sexual, patrimonial, moral) incluídas nas falas das mulheres.

A última etapa da oficina é a realização de uma dinâmica simples, para incentivar a participação e debate dos alunos. São distribuídos aleatoriamente vários pedaços de papel com uma frase escrita, no qual a/o estudante não deve abrir e só vai ler quando chegar a sua vez. Nesses papéis estão escritas frases do cotidiano que se enquadram nos diversos tipos de violência já explicados na exposição oral com slides (violência física, psicológica, sexual, patrimonial, moral). Quando uma/um aluna/o faz a leitura da frase, toda a turma deve ajudar a falar que tipo de violência se enquadra no relato. Além de instigar a participação, essa dinâmica também auxilia na percepção de que a violência contra a mulher nunca se expressa de forma isolada, ou seja, em um tipo apenas. Normalmente há mais que uma resposta dita pelas/pelos estudantes, portanto, há sempre um cruzamento nos tipos de violência (por exemplo, quando há violência física, também se afeta o psicológico, etc.).

Resultados

As oficinas para rompimento de ciclo de violência foram planejadas e o material elaborado em slides e dinâmicas. Tais oficinas foram realizadas nos grupos PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e PET (Programa de Educação Tutorial) do curso de História da UEPG e também nos Colégios Estaduais Professor João Ricardo von Borell du Vernay, Regente Feijó, Padre Arnaldo Jansen e Professora Linda Salamuni Bacila, para turmas de Ensino Médio.

Durante a execução das atividades, pudemos perceber que os participantes já tinham um conhecimento prévio do tema, porém, na prática, não sabiam exatamente o que fazer em caso de violência. Percebemos também, que em alguns momentos nos quais as violências foram tipificadas, houve certo incomodo por parte de alguns alunos, que se questionaram se certas atitudes cotidianas e/ou comuns podem ser consideradas violentas. Esse questionamento, assim como o interesse expressado pelos participantes já demonstram o cumprimento dos objetivos da aplicação das oficinas, que visam o rompimento dos ciclos de violência, seja denunciando casos, informando e orientando

vítimas, ou mesmo a autoconscientização de possíveis vítimas e/ou possíveis agressores que participem das atividades.

No decorrer dessas observações, foram feitas algumas adaptações nas oficinas, de acordo com as demandas por nós avaliadas, assim como, com os pedidos feitos por professores/as e equipe diretiva dos colégios com relação às turmas atendidas. Isso significou, por exemplo, o enfoque em algum tema da oficina, em específico, ou na adição de algum tópico que os professores/as sentiram necessidade de ser explanado em razão de já terem observado algum problema em sala de aula relacionado ao assunto de gênero, violência contra a mulher e aos namoros entre adolescentes.

Apesar dessas experiências e observações dos alunos se apresentarem como um termômetro para a avaliação dos resultados das oficinas, notamos a ausência de dados concretos sobre isso. Por esse motivo, houve a elaboração de um questionário com algumas questões sobre violência contra a mulher e sobre a aplicação da oficina. Esse questionário foi postado pelos professores/as nas salas virtuais do Google Classrom de cada turma (ferramenta já utilizada pelos estudantes da rede pública do estado do Paraná). O modelo anônimo foi escolhido para que não houvesse constrangimento por parte dos estudantes nas suas respostas. Também não foi um questionário de caráter avaliativo (com nota atribuída pelos professores/as), por este motivo, a aderência dos estudantes por turma não foi muito alta, porém, isso já nos fornece uma amostra desses dados.

O formulário foi dividido em: Dados demográficos; Avaliação da oficina; Impacto pessoal; Aplicação do conhecimento; e Feedback adicional. Nos dados demográficos foi pedido: 1- Sexo; 2- Idade; 3- Série/Ano de estudo; 4-Instituição/Colégio. Todas com respostas abertas para digitação.

As questões sobre a avaliação da oficina foram: 5- Você participou da oficina sobre violência contra a mulher? (Opções de resposta “sim” ou “não”); 6- Qual foi a parte da oficina que você achou mais interessante ou informativa? (Resposta aberta); 7- Você acredita que a oficina aumentou sua compreensão sobre o tema da violência contra a mulher? (Opções de resposta “sim, muito”, “sim, um pouco” ou “não”).

Sobre o impacto pessoal das oficinas: 8- Há algum tipo de violência que você desconhecia? (Pode marcar mais de uma opção dentre as quais: “Vio-

lência Física [empurrões, socos, chutes, tapas, amarramentos, queimaduras, etc.]", "Violência Psicológica [ameaças, chantagens, humilhações, controle excessivo, proibições, etc.]", "Violência Sexual [estupro, práticas sexuais humilhantes, coerção para prostituição, etc.]", "Violência Patrimonial [controle ou destruição de bens da mulher, ex: celular, casa, salário, etc.]", "Violência Moral [calúnias, difamações, injúrias, divulgação de informações falsas, etc.]" e "Conhecia todas."); 9- Qual o tipo de violência que mais te chamou atenção? (Opções de resposta "Violência Física", "Violência Psicológica", "Violência Sexual", "Violência Patrimonial" ou "Violência Moral"); 9.1- Porque a violência acima foi a que mais te chamou atenção? (Resposta aberta); 10- Você conhece alguma mulher que já sofreu violência? (Opções de resposta "sim", "não", "talvez, mas não tenho certeza"); 11- Após participar da oficina, você se sente mais motivado/a a se envolver na prevenção da violência contra a mulher? (Opções de resposta "sim", "não", "não tenho certeza");

Sobre a aplicação de conhecimento: 12- Você pretende compartilhar o que aprendeu na oficina com outras pessoas, como amigos, familiares ou colegas? (Opções de resposta "sim", "não", "talvez"); 13- Você acha que a escola deveria oferecer mais atividades ou oficinas relacionadas à igualdade de gênero e à prevenção da violência contra a mulher? (Opções de resposta "sim", "não", "não tenho certeza"); No feedback adicional: 14. Você tem algum comentário adicional sobre a oficina ou sugestões para melhorá-la? (Resposta aberta).

Até o momento da escrita desse artigo, 58 questionários foram respondidos. Cientes de que ainda não concluímos, na sua totalidade, o trabalho proposto, tendo em vista que as oficinas ainda estão sendo aplicadas, pretendemos seguir com as atividades, que estão dentro do cronograma colocado. Portanto, a análise desses questionários, que ainda terão seus números ampliados, ficará para outro momento, mas apresentaremos alguns dados preliminares com as respostas majoritárias.

Das 58 respostas, na área de dados demográficos, 70,7% são do sexo feminino. 32,8% tem 16 anos. 34% das respostas foram feitas por estudantes do primeiro ano do ensino médio. 57,8% são do Colégio Estadual Prof. João Ricardo von Borell du Vernay. Na parte da avaliação da disciplina, dos alunos/as que responderam ao questionário, 93,1% disseram que participaram da oficina, sendo que 79,3% responderam que ela aumentou muito a com-

preensão sobre o tema da violência contra a mulher. Sobre o Impacto Pessoal, 58,6% responderam que não conheciam a violência patrimonial, sendo esta o tipo de violência que mais chamou atenção dos estudantes (39,7%).

Indagados/as se conheciam alguma mulher que já sofreu violência, 67,2% responderam que sim. 82,8% responderam que, após participar da oficina, se sentem mais motivados/as a se envolver na prevenção da violência contra a mulher. No item Aplicação do Conhecimento, 63,8% dos estudantes responderam que pretendem compartilhar o que aprenderam na oficina com outras pessoas (amigos, familiares, colegas, etc.). 89,7% acreditam que a escola deveria oferecer mais atividades ou oficinas relacionadas à igualdade de gênero e à prevenção da violência contra a mulher. Todos esses dados preliminares já nos dão indicações do cumprimento dos objetivos das oficinas.

Considerações finais

As políticas de memória da Maria da Penha têm um papel fundamental no combate à violência contra a mulher no Brasil, ao relembrar a história de luta e superação de Maria da Penha Maia Fernandes e ao conscientizar a sociedade sobre a gravidade da violência de gênero. Essas políticas incluem ações como campanhas de conscientização, debates públicos e produção de material educativo, visando disseminar informações sobre a Lei Maria da Penha e os direitos das mulheres.

Uma medida educacional importante relacionada a essas políticas é a inclusão do tema da violência contra a mulher nos currículos escolares, desde os níveis mais básicos de ensino até o ensino superior. Isso pode ser feito por meio de disciplinas específicas, palestras, debates e projetos interdisciplinares que abordem a questão da violência de gênero de forma ampla e crítica.

Além disso, a formação de professores também é fundamental para garantir que esses temas sejam abordados de maneira adequada em sala de aula. Os educadores devem receber capacitação para lidar com questões sensíveis como a violência contra a mulher, de modo a promover a reflexão e o debate saudável entre os alunos.

Por fim, é importante que as políticas de memória da Maria da Penha sejam constantemente avaliadas e atualizadas, de forma a garantir sua eficá-

cia e relevância. A educação desempenha um papel crucial na prevenção da violência contra a mulher, e as medidas educacionais relacionadas às políticas de memória da Maria da Penha são essenciais para promover uma cultura de respeito e igualdade de gênero em nossa sociedade.

Referências

ARCOVERDE, Léo. Brasil registra 722 feminicídios no 1º semestre de 2023, maior número registrado desde 2019 em série histórica. *G1*. 13 nov. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/11/13/brasil-registra-722-feminicidios-no-1o-semestre-de-2023-maior-numero-registrado-desde-2019-em-serie-historica.ghtml. Acesso em: 08 jan. 2024.

BRASIL. **Lei Maria da Penha:** LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 11 mar. 2024.

LIMA, Everton. Violência contra as mulheres no contexto da Covid-19. **Fundação Oswaldo Cruz.** Rio de Janeiro, 25 nov. 2021. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/violencia-contra-mulheres-no-contexto-da-Covid-19#:~:text=Central%20de%20Atendimento%20%C3%A0%20Mulher,%C3%A0%20viol%C3%AAncia%20contra%20a%20mulher. Acesso em: 08 jan. 2024.

PANDJIARJIAN, Valéria. Maria da Penha, una historia de perseverancia y una estrategia exitosa. In: COMITÉ DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE PARA LA DEFENSA DE LOS DERECHOS DELA MUJER. **Los derechos de las mujeres en clave feminista. Experiencias del Cladem.** Lima: Cladem, 2009.

PROJETO COMPROVA. **Comprova Explica o Caso Maria da Penha:** como verificamos. *UOL*. 09 jan. 2024. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/comprova/ultimas-noticias/2024/01/09/comprova-explica-o-caso-maria-da-penha-como-verificamos.htm. Acesso em: 11 mar. 2024.

PUGA, Vera Lúcia. "Violência de gênero, justiça criminal e ressignificações feministas". **Territórios e Fronteiras** (UFMT. Online), v. 10, p. 58/74-74, 2017.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

"Para que as gerações vindouras possam avaliar com que devotamento o Ceará cultiva os cometimentos da inteligência": o futuro segundo a intelectualidade cearense na última década do século XIX

Kalliany Moreira Menezes Vitoriano[38]

Resumo

O presente artigo busca analisar o "horizonte de expectativas" que o alvorecer de uma nova centúria estimulou nos intelectuais cearenses, na última década do século XIX. Decênio que vivenciou o período de mais intenso desenvolvimento intelectual e o auge da belle époque, um processo de modernização sociourbana que, entretanto, excluía e segregava a todos que pudessem manchar a imagem da "loura desposada do sol". Assim, as luzes da belle époque, além de encandearem, formaram sombras e o excesso de euforia com a modernidade, também, resultou em desilusões com a não realização dos ideais, em resistência às mudanças e na revanche do sagrado. O século XIX foi marcado pela crença no poder da ciência e da razão e embalado pelo mito do progresso (Pesavento, 1994). E, portanto, nada mais natural que acreditar que o próximo século seria inevitavelmente uma continuação aperfeiçoada do anterior, que culminaria na utópica "paz universal" (Castro e Silva *apud* Barreira, 1987, p. 243). Contudo, ao analisarem as experiências do passado e conjecturarem o porvir, o temor de que o futuro século não fosse tão pacífico, teria assombrado, também, os pensamentos de muitos intelectuais, que projetaram o evoluir da humanidade "a um estado de barbaria civilizada" (A Gazetinha, 1901, p. 1). De acordo com Cardoso (2002, p. 63-64), os pensamentos destes intelectuais eram bem diversificados. Havia tanto os que acreditavam na filosofia do progresso, como Antônio Sales e Álvaro Martins, e os que pressagiavam o fim trágico da civilização industrial, como Lívio Barreto, Lopes Filho e Cabral de Alencar. Na obra do decadentismo cearense Farias Brito repudiou recorrentemente a "febre cientifica de sua época" e a "apologia ao

38 Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

utilitarismo", que em seu entender desvalorizava a arte naquele fim de século (Oliveira, 2002). Todavia, Farias Brito, em "A Finalidade do Mundo" (1894, p. 92-93), transcreve de um almanaque socialista uma previsão utópica sobre o futuro, quando a humanidade seria apenas uma pátria, "sem fronteiras disputadas", onde reinaria a "fraternidade universal". Então, a entrada da nova centúria foi saudada com toda pompa e circunstância, digna da grandiosidade que preconizava. Na casa do Presidente do Centro Literário, Antônio Papi Júnior, diversas associações se reuniram para "celebrar condignamente a passagem do século XIX e o despontar do novo século" (Barreira, 1987, p. 241). Nessa ocasião foi redigida uma Ata com os pensamentos díspares dos convidados acerca da nova centúria. Esta seria guardada em um escrínio na Biblioteca Pública, com a declaração de que somente poderia ser aberto em 1º de janeiro de 2001, para que as gerações vindouras pudessem avaliar com que devotamento o Ceará cultivava os cometimentos da inteligência (Idem). Portanto, buscando revelar essa ampla diversidade de visões e leituras que a vindoura centúria suscitou nos intelectuais cearenses, na última década do século XIX, propomos estudar a circulação e a reapropriação dessas expectativas, analisando seus vestígios impressos em jornais, revistas, atas e obras. Levando em consideração seus lugares de produção, circulação e consumo (Ginzburg, 1991).

Palavras-chave: Intelectuais; Ceará; *Século XIX*; Futuro.

A "Loura desposada do sol"[39]

Em 1900, Fortaleza vivia em pleno auge da *belle époque,* um processo de modernização e remodelação sociourbana (Ponte, 2000, p. 179). Refestelava-se com o conforto de alguns avanços tecnológicos, que moldavam e criavam novos hábitos e costumes, como: canalização de água potável (1867), calçamento nas ruas centrais (1857), telégrafo (1879), telefone (1883), biblioteca (1867), linhas de navios a vapor para a Europa e Rio de Janeiro (1866), estrada de ferro ligando a cidade ao interior (Oliveira, 2009; Farias, 2015).

Vivia-se a febre do afrancesamento: "As famílias mais ricas passavam temporadas de férias na Europa ou enviavam seus filhos para lá estudar. [...] Ti-

39 Trecho do soneto *Fortaleza* do jornalista e poeta Paula Ney (1858-1897). Cf. Rios, 2014, p. 44.

nha-se um povo vestido de ternos, luvas e cartolas a falar palavras em francês sob o sol escaldante dos trópicos." (Farias, *op. cit.*, p. 221). Aliás, quem almejasse o ensino superior deveria buscar fora da província (Recife, Salvador e São Paulo). Porém, Fortaleza já contava com boas escolas: a menina educada pelas francesas Irmãs de Caridade no Colégio Imaculada Conceição (1864), por exemplo, "canta que nem sabiá, lê como um doutor, e sabe que nem vigário!" (Paiva, 1889, p. 36 *apud* Cordeiro, 2000, p. 138-139). A Escola Normal (1884), por sua vez, era exclusivamente para as aspirantes ao magistério primário. Para os meninos, o Seminário da Prainha, o Liceu do Ceará (1845) e o Ateneu Cearense (1863) (Câmara, 1901; Freire; Silva, 2018).

Na "Praça do Ferreira estavam os principais estabelecimentos comerciais, repartições públicas e o ponto de partida e chegada dos bondes" (Ponte, *op. cit.*, p. 171). Em seus quatro cantos os badalados Cafés Java, Elegante, Iracema e do Comércio, onde as tardinhas poder-se-ia degustar de um *brioche* e discutir "as últimas novidades políticas e literárias" com "políticos, intelectuais e boêmios", como: Antônio Salles, Rodolpho Theophilo, Antônio Bezerra, Barão de Studart, Papi Júnior, Farias Brito e João Brígido (Azevedo, 1989).

Os limites do espaço urbano eram determinados por três bulevares (1875), "as atuais avenidas do Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel" (Ponte, 2001, p. 23). O traçado urbano na forma de xadrez "agilizava o fluxo de pedestres, carros e mercadorias" e "dificultava possíveis ocorrências de revoltas e distúrbios, facilitando a vigília dos poderes públicos sobre a capital" (*Id.*, 2000, p. 166). Contudo, as correntes de areias insistiam açoitando seus ilustres habitantes, não os deixando esquecer da outra Fortaleza. Além dos bulevares, as areias imperavam, nos bairros periféricos da cidade pouco se sentiam os efeitos da modernização, uma outra Fortaleza era revelada nos registros policiais, nas críticas dos jornais e nas festas populares (Oliveira, 2009).

A busca por modernizar e embelezar a cidade se estendia "aqueles que, por não se enquadrarem nas regras de urbanidade e modernidade, deveriam ser ordenados, civilizados e vigiados" (*Ibid.*, p. 23). A capital do Ceará era comandada pela autoritária oligarquia acciolina (1896-1930) que efetivava a modernização e remodelação sociourbana de Fortaleza, excluindo e segregando a "tudo e todos que pudessem macular a imagem asséptica, produtivista e formoseada de Fortaleza". Foram sendo estrategicamente confinados em

locais afastados: os mortos, para o novo cemitério São João Batista (1872), na Jacarecanga; os doentes contagiosos, para o Lazareto da Lagoa Funda (1856); os pobres, para a Dispensário dos Pobres (1885), no Benfica; os loucos, para o Asilo de Alienados São Vicente de Paulo (1886), na Parangaba; os idosos pobres, para o Asilo de Mendicidade (1878), na Aldeota; os retirantes, para os abarracamentos na periferia; e os "vadios" (desempregados), para a cadeia (Ponte, 2000, p. 179).

Acirrando esse cenário, a "Loura desposada do sol" não seria poupada por seu inclemente esposo do flagelo da seca. Fortaleza, em 1900, em pleno auge da *belle époque* (Ponte, 2000. p. 162), sofria à calidez da "seca dos *dois zeros*". A "gente esquálida do sertão" fugindo do "anjo do extermínio" sucumbe, no entanto, confinada "nos degradantes campos de concentração de flagelados", para não marcar "a areia das ruas de Fortaleza com os rastros do seu infortúnio" (Girão, 1979, p. 225).

Diante da realidade educacional de Fortaleza, apenas uma pequena elite intelectual protestava, porém "sem melhores probabilidades de aluí-lo sequer um centímetro". Enquanto, o povo apenas "assistia descurioso às bulhas jornalísticas, até divertidas, das descomposturas e dos insultos" (*Ibid.*, p. 225-226). Segundo Ponte (2000, p. 174), a jovem boemia literária de Fortaleza, frequentemente, "recorria à irreverência e transgressão" para protestar contra "a ordem normatizadora intentada para a cidade pelos poderes e saberes civilizatórios".

O esplendor das letras

Segundo Barão de Studart (2010, p. 280-281), a década de 1890 a 1900 "foi um período áureo para as letras, talvez, o "período mais fecundo, de mais intenso desenvolvimento intelectual" do Ceará. Havia "uma verdadeira competição nos domínios das letras". É nesse decênio que surge a "primeira grande agremiação cultural e sem dúvida a mais original de todas do Ceará", a Padaria Espiritual (1892-1898) (Azevedo, 1989, p. 184). O Brasil "só veria, com o fenômeno cultural assim tão diferente e criativo trinta anos depois, em 1922, com o movimento modernista, em São Paulo" (Ponte, 2000, p. 176). Abrigou escritores, como Antônio Sales, Adolfo Caminha, Lívio Barreto, Ál-

varo Martins, Rodolfo Teófilo, Antônio Bezerra, e músicos, como Henrique Jorge (Azevedo, *op. cit.*, p. 184).

Destacou-se, ainda, a Academia Cearense (futura Academia Cearense de Letras), fundada em 1894, antes mesmo da Academia Brasileira de Letras (1898). Sua *Revista da Academia Cearense* circulou de 1896 a 1914. Composta por diversos intelectuais entre eles: Barão de Studart, Tomas Pompeu, Farias Brito, Justiniano de Serpa e Padre Valdivino Nogueira (*Ibid.*, p. 187-188).

O Centro Literário (1894-1904), dissidência da Padaria Espiritual, por sua vez, com sua revista *Iracema* (1895-1900), "reuniu nomes da maior significação em nossas letras", como Papi Júnior, Guilherme Studart, Antônio Bezerra, Rodolfo Teófilo, Quintino Cunha, Juvenal Galeno e Farias Brito, dentre outros (*Ibid.*, p. 189).

Além, é claro, do conceituado Instituto do Ceará, fundado em 1887, com a finalidade de "tornar conhecidas a história e a geografia da Provincia e concorrer para o desenvolvimento das letras e sciencias" (Estatutos, 1887, p. 9). Sua autoridade científica contribuiria para legitimar a identidade regional no Ceará, "conferindo-lhe um lugar na história nacional" (FREIRE; SILVA, 2018, p. 441). Dentre seus sócios, destacamos: Paulino Nogueira, Barão de Studart, Antônio Bezerra, Juvenal Galeno e Virgílio Brígido e Thomaz Pompeu (Mesa Administrativa, 1887).

Esses intelectuais - letrados, jornalistas, políticos e oradores - participavam de várias agremiações, instituições literárias ou históricas. Disseminavam suas ideias por diversos meios: jornais partidários, revistas científicas e periódicos literários, "levando ao público leitor tanto os interesses políticos das oligarquias locais pelo poder provincial, bem como os modelos científicos, os sistemas filosóficos e as narrativas literárias que deveriam contribuir na formação dos novos estados e nação brasileiros" (Cardoso, 2002, p. 41; Freire; Silva, 2018).

Assim, buscavam construir uma identidade para o povo cearense através da produção/consumo do conhecimento histórico, científico e literário (Cardoso, 2002, p. 52). A missão era "educar, instruir e influenciar". Acreditavam "na educação como eixo central da transformação social" (Silva, 2009, p. 123). Conforme Farias Brito (1894, p. 36-37), a literatura possuía uma "força social" que não poderia ser contestada "por que, em verdade, ella exerce

influencia sobre as acções, modifica e melhora a sociedade: e é só assim comprehendida que póde ser considerada como uma cousa util e séria."

Guiados pelos ideais da sociocracia comtiana na qual os "sábios (homens de conhecimento prático) conduziriam toda a humanidade ao último estágio da civilização, segundo os positivistas, o progresso". Imposto, entretanto, por um rígido controle social (Cardoso, 2002, p. 50).

Presente pretérito reflexo do futuro passado

Assim, o nascer do novo século foi aguardado "com toda pompa e circunstância, digna da grandiosidade que preconizava: 'o século de ouro como chamam uns e da eletricidade, como dizem outros'" (Tabajaras, 1901, p. 4). Álvaro Ottoni do Amaral (1901, p. 1), redator e proprietário do jornal *A Cidade*, de Sobral, transcreve toda a singularidade de se vivenciar tal passagem do tempo: "A que profunda meditação convida esta hora o nosso espírito colocado entre duas grandezas do mesmo tamanho infinito, - o Passado e o Futuro, - avaliados, ambos, pela unidade máxima, do *metron* chronologico, - o *século*!".

Na casa do Presidente do Centro Literário, António Papi Júnior, diversas associações se reuniram para "celebrar condignamente a passagem do século XIX e o despontar do novo século" (Barreira, 1987, p. 241). Nessa ocasião foi redigida uma Ata com os pensamentos díspares dos convidados acerca da nova centúria. Esta seria guardada em um escrínio de mármore em forma de livro, no qual se incluiriam todos os jornais do dia 1° de janeiro de 1901. O escrínio, por sua vez, seria colocado em uma das paredes da Biblioteca Pública, com a declaração de que somente poderia ser aberto em 1º de janeiro de 2001: "para que as gerações vindouras possam avaliar com que devotamento o Ceará cultiva os cometimentos da inteligência. Que este exemplo fique como um incentivo perene" (*Ibid.*, p. 242).

Parafraseando Minois (2016, p. 3), estes pensamentos e ações representariam "a uma intenção, a um desejo ou a um temor; exprimem um contexto e um estado de espírito" Eles "não nos esclarece sobre o futuro, mas refletem o presente. Nesse sentido, revelam a mentalidade, a cultura de uma sociedade e de uma civilização" Eles demonstrariam, também, o "esforço das sociedades

históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias" (Le Goff, 1996, p. 548-549). No caso, as manifestações da inteligência do cearense, que não deveriam destoar do legado das luzes, daí destacarem as expectativas utópicas calcadas no "mito do progresso" e na evolução contínua da humanidade.

Contudo, não conseguimos ser tão devotados assim, posto que tal escrínio se perdeu no tempo (Oliveira, 2000, p. 1). Todavia, podemos ter um vislumbre do que ocorreu em tal ocasião graças aos jornais da época e do conteúdo de tal Ata, que fora reproduzida na integra pelo escritor Dolor Barreira. Destaquemos, um exemplo das expectativas utópicas: "Observando os factos acontecidos no século XIX, creio que inevitavelmente o século XX será de paz universal, pois a lei da evolução que traz o aperfeiçoamento da humanidade assim o determina" (José Luís de Castro e Silva *apud* Barreira, 1987, p. 243). Segundo Pesavento (1994, p. 126), o século XIX foi marcado pela crença no poder da ciência e da razão e embalado pelo mito do progresso. E, portanto, nada mais natural que acreditar que o próximo século seria uma continuação aperfeiçoada do anterior, que culminaria na utópica paz universal.

Entretanto, a compreensão acerca do amanhã não seria construída da mesma maneira, pois "o que se espera para o futuro está claramente limitado de uma forma diferente do que foi experimentado no passado" (Koselleck, 2006, p. 311). E, ao analisar as experiências do passado e conjecturar o porvir, o temor de que o futuro século não fosse tão pacífico, assim como desejou Castro e Silva, assombrou os pensamentos de intelectuais, como bem expressa o jornal *A Gazetinha*, de Fortaleza, em 05 de janeiro de 1901: "A humanidade tende, pelo evoluir de todas as relações, a um estado de barbaria civilizada; [...]; e corollario logico e inconcurso é o que o homem encaminha-se a um sofrimento sempre crescente".

De acordo com Cardoso (2002, p. 63), os pensamentos destes intelectuais eram bem diversificados:

> Houve aqueles que acreditaram tanto na filosofia do progresso e da regeneração política, como Antônio Sales e Álvaro Martins (O Pão, 10 jul. 1895, p. 5, e 17 jul. 1895), ou ainda os que anunciavam com pessimismo e melancolia

> a descrença e o fim trágico da civilização industrial, a exemplo de Lívio Barreto, Lopes Filho e Cabral de Alencar.

Na obra do decadentismo cearense, Oliveira (2002, p. 86) destaca, ainda, Farias Brito, integrante do Club Literário (1886), que repudiou recorrentemente, no periódico *A Quinzena* (1887-1888), a "febre cientifica de sua época" e a "apologia ao utilitarismo", que em seu entender desvalorizava a poesia e outras formas de arte naquele fim de século. Entretanto, Farias Brito (2012, p. 92-93), no "ponto culminante" de seu livro *A Finalidade do Mundo* (1894), transcreve de um almanaque socialista uma previsão idealista sobre o futuro: "A humanidade do futuro não pode ter senão uma pátria, sem fronteiras disputadas, sem animosidades nacionais, [...]: esta pátria compreenderá todo o globo. O homem chamar-se-á cidadão do mundo; seu único patriotismo será a fraternidade universal"

Essa utopia de uma única pátria sem fronteiras repete-se e é reforçada na obra de Victor Hugo. Podemos constatar a sua influência nos imaginários acerca do novo século em diversas matérias de jornais. No periódico *A Cidade*, em 1º de janeiro de 1901, por exemplo, temos publicado esse trecho de Victor Hugo (*apud* Século XX, 1901, p. 2): "No século vigésimo, estará morta a guerra, estará morto o cadafalso, estará morto o ódio, estará morta a realeza, estão mortos a fronteira e os dogmas" Segundo Menezes (2005, p. 49), Victor Hugo representaria "o eco sonoro de seu tempo", e com a obra *Os Clarões e as Sombras* (1840) teria passado a ser visto como o "profeta do futuro, a estrela que guia a marcha da humanidade".

Todavia, analisando o presente pretérito nos indagamos, mas como seria essa única pátria? Tendo como base Fortaleza no final do século XIX, que vivia o auge da *belle epoque*, entendemos que essa pátria ideal, futurista, deveria ser aos moldes da europeia, mais especificamente à francesa. E vislumbramos como tal pátria, com suas leis e cultura, se imporiam do mesmo modo sobre as demais, com o "uso violento das instituições repressoras como o aparelho policial, os códigos de postura e comportamentos higienistas, a fim de garantir a legalidade da razão social e dos interesses hegemônicos que representava àquele regime" (Cardoso, 2002, p. 64-65).

Alguns padeiros já denunciavam "de forma crítica e muitas vezes satírica, os resultados danosos originados pelas posturas capitalistas-civilizatórias sobre a vida cotidiana dos populares, que resistiam a toda aquela ideologia do progresso e da civilização". Entendiam que, para impedir o avanço daquela nova ordem e não perdermos nossa identidade, seria crucial preservar a linguagem, os costumes tradicionais e os modos de vida do sertão (*Ibid.*, p. 23).

As luzes da *belle époque,* além de encandearem, formaram sombras e o excesso de euforia com a modernidade, também, resultou em desilusões, quando muitos desses intelectuais frustrados já constatavam a não realização dos seus ideais e "a manutenção dos grupos oligárquicos no poder" (*Ibid.*, p. 66).

Assim, os temores presentes se refletiram no espelho do futuro revelando também um fim distópico. O Noticiário do jornal *Cearense*, em 06 de junho de 1891, traz um conto do astrônomo e espírita Camile Flammarion, *The last days of the earth* (Os últimos dias da terra), publicado na revista *Contemporary Review,* Londres*,* no volume de abril de 1891. Flammarion era considerado um sábio propagador da ciência, "universalmente respeitado na Europa" (AFFONSO, 1893, p. 2). Daí, seu *c*onto ser tido como real, tratado como uma profecia, um prognóstico científico:

> Sobre o **fim do mundo** muitas prophecias se têm feito em todas as épocas da historia, a mais notavel e a mais fantastica, porem, é a que Flammarion lançou à publicidade pelas columnas da *Contemporary Review*.
> O celebre astronomo francez calcula que até o anno de 2,200,00 d éra christã tornar-se há a superficie d nosso planeta uma enorme massa de gelo. [...] o sol. Dahi o completo resfriamento do astro que nos dá calor, e, portanto, a nossa ruina" (O Fim..., 1891, p. 2).

O conto tem 12 (doze) páginas e o noticiário traduz e transcreve o que seriam as passagens mais significativas, dentre elas expõe as graves consequências dos avanços tecnológicos e do excesso de consumismo por parte da humanidade:

> O homem deixará de trabalhar porque terá tudo quanto necessitar por meio dos infinitos apparelhos electricos que cobrirão o globo. Os prazeres da vida chegarão a gráo tal de intensidade, que, enervados por eles, homens e mulheres morrerão de consumpção, antes dos vinte e cinco annos de edade." (*Idem*).

Tal conto profético é exemplar. Ele revela bem toda a dinâmica do tempo, onde fluem todas as expectativas/consequências da experiência presente num futuro distópico. Tal concepção é reforçada com Farias Brito (1894, p. 37), lembrando a expressão eloquente de um notável poeta alemão "no *hoje* vae já o *manhã*".

Rainhas do Ignoto

O Noticiário do jornal *Cearense* destaca mais um fato que tornaria o conto profético do astrônomo Camile Flammarion a "mais notável e a mais fantástica" "em todas as épocas da história", provavelmente o real objeto que impulsionou a revelar tal profecia:

> Na America desapparecerão as mulheres, despresadas pelos homens por demais entregues aos negocios e investigações scientificas. Na Ásia extinguir-se-hão os homens, porque as mulheres, apoderando-se de todos os ramos da actividade humana, farão o mesmo que os homens na America. Finalmente, na África Central, transformada em ultimo empório da mais requintada civilisação, não haverá mulher que, quando mesmo lhe offereção toda a riqueza da Republica, se sujeite a criar um filho (O Fim..., 1891, p. 2).

Surpreendente a abnegação dos homens, que aceitariam a escolha das mulheres em não quererem ter mais filhos. Penso que o *Conto da Aia*[40] seria mais

40 *O conto da Aia* de Margaret Atwood (1985) inspirou a série *The Handmaid's Tale*, produzida pelo streaming Hulu, em 2017. Ficção futurista ambientada num Estado teocrático e totalitário em que

plausível. E as reações dos intelectuais na última década do século XIX, diante da possibilidade da emancipação da mulher colabora com meu pensamento. As consequências da emancipação da mulher eram tão ou mais temidas, quanto o próprio fim do mundo. Sendo, aliás, apontada como a causadora/potencializadora da extinção da humanidade, como podemos constatar nessa "profecia científica" de Flammarion. Visto que continentes inteiros seriam despovoados de mulheres, pois estas se apoderariam de todos os ramos da atividade humana, revelando a plena liberdade, independência e autonomia, que até então era somente usufruída pelos homens. Ressaltemos, ainda, que os homens, mesmo em 2.200.000, continuam a ter a mesma mentalidade do século XIX, desprezando as mulheres independentes e não compartilhando com elas a criação dos filhos, ainda, recaindo sobre as mulheres todo o peso da maternidade.

A divulgação de tal profecia, em 06 de junho de 1891, se faz em um período que se discute justamente a emancipação da mulher, mais especificamente, os perigos dessa emancipação. Portanto, é no contexto do presente pretérito, que se busca alertar/combater uma questão presente pensando em suas consequências no futuro. Daí, o conto/profecia justificar tais preocupações. O temor de que a emancipação da mulher levaria a "um germen de perturbação em todos os vehiculos da actividade humana", a começar pela "dissolução da familia brazileira" (O Voto..., 1891, p. 2). Preocupações impressas no jornal *O Estado do Ceará,* em 04 de fevereiro de 1891, quando se comemorou a rejeição pelo Congresso da "«esfupefacciente» idéa de ampliação do direito político ás mulheres".

A primeira Constituição da República seria promulgada dias depois, em 24 de fevereiro. Nela permaneceriam sem direitos ao voto as mulheres, os mendigos e os analfabetos (Oriá, 2024). No Congresso o deputado do Espírito Santo Muniz Freire combateu o que seria um "prurido de reclame político", uma "aspiração anarchica", que desviaria "a mulher de sua ingente missão apontolica no lar doméstico". E, enfatizou, caso a mulher participasse da política "a desgraça da sociedade em que isso no der, estará traçada [...]" e veríamos "medicos, bacharéis, senadores, ministros, deputados o até generaes de... saias" (O Voto..., 1891, p. 2).

---

as mulheres são vítimas de opressão. As Aias são propriedade do governo. Mulheres férteis (prisioneiras de guerra e/ou rebeldes), em um mundo infértil, são frequentemente estupradas e forçadas a engravidarem para seus comandantes.

Então, a evocação do conto de Flammarion faz essa ligação entre o presente, quando se discute a emancipação das mulheres, e o futuro, quando vislumbramos as consequências danosas da aprovação da mesma. Apesar da divulgação do conto ser posterior a aprovação da Primeira Constituição, a profecia surge como um reforço da decisão tida como acertada por não se ampliar a participação política das mulheres e, assim, evitar a destruição da sociedade. Não é à toa que as mulheres literatas "em geral não assumem uma posição clara - seja no direito de trabalhar, de votar ou de divorciar" (Ketterer, 1996, p. 107). Contudo, estas lutaram diariamente para ocuparem seus espaços em uma sociedade altamente patriarcal, quando se tinha mais a perder do que ganhar. Mulheres que silenciadas pela sociedade se expressaram e lutaram através do anonimato e da literatura.

Emília Freitas, por exemplo, a "poetisa dos escravos", em *A Rainha do Ignoto* (1899), utiliza a ficção agora para lutar pela emancipação da mulher. Na ficção a Rainha do Ignoto usa a hipnose para não revelar sua identidade e poder resgatar mulheres para viverem em uma "sociedade feminina e feminista" em uma ilha encoberta por um Nevoeiro invisível aos navegantes. Lá elas são livres para seguirem a profissão que sonhavam. Médicas, engenheiras, cientistas e generais de saias, sim (Sampaio, 2020, p. 151).

Portanto, as mulheres intelectuais como rainhas do desconhecido também lutaram. E quão astuciosas foi a arte do "sexo fraco" de "jogar com o terreno que lhe era imposto"[41]. Sobrevivendo e subvertendo silenciosas, resilientes, táticas, ousando sonhar com um futuro/mundo onde as mulheres poderiam se divorciar e emancipar-se política, cível e socialmente.

Considerações finais

A última década do século XIX vivenciou o período de mais intenso desenvolvimento intelectual e o auge da *belle époque*, um processo de modernização sociourbana que, entretanto, excluía e segregava a todos que pudessem manchar a imagem da "loura desposada do sol". Apenas uma pequena elite intelectual protestava contra a ordem normatizadora e os saberes civilizatórios, porém sem produzir grandes efeitos. Esses intelectuais, por sua vez,

41 Cf. Certeau, 1994, p. 100.

participavam de várias instituições literárias ou históricas, disseminando suas ideias por diversos meios, na busca de construir uma identidade para o povo cearense. O conhecimento seria o eixo central da transformação social. Guiados pelos ideais da sociocracia comtiana conduziriam a humanidade ao último estágio da civilização, o progresso. Imposto, entretanto, por um rígido controle social (Cardoso, 2002, p. 50).

O século XIX foi marcado pela crença no poder da ciência e da razão e embalado pelo mito do progresso. E, portanto, nada mais natural que acreditar que o próximo século seria inevitavelmente uma continuação aperfeiçoada do anterior, que culminaria na utópica "paz universal" em um mundo sem fronteiras, formado por uma única pátria. Contudo, analisando o presente pretérito nos indagamos, como seria essa pátria? Tendo como base Fortaleza no final do século XIX, entendemos que essa nação modelo, futurista, deveria ser aos moldes da francesa. E vislumbramos como tal pátria, com suas leis e cultura, se imporia sobre as demais, do mesmo modo, excluindo e segregando tudo e a todos que não se enquadrassem em seus ideais.

As luzes da *belle époque,* além de encandearem, formaram sombras e o excesso de euforia com a modernidade, também, resultou em desilusões com a não realização dos ideais, em resistência às mudanças e na revanche do sagrado. E, ao analisarem as experiências do passado e conjecturarem o porvir, o temor de que o futuro século não fosse tão pacífico, teria assombrado, também, os pensamentos de muitos intelectuais, que projetaram o evoluir da humanidade a um estado de barbárie civilizada.

Assim, os temores presentes se refletiram no espelho do futuro revelando também um fim distópico. O conto exemplar do astrônomo Camile Flammarion, *The last days of the earth* (Os últimos dias da terra), divulgado como profecia alertaria sobre os excessos dos usos das tecnologias, do consumismo e da emancipação da mulher. Porém, a apropriação de tal profecia, em um período que se discute justamente a emancipação da mulher, evidencia o real objetivo de evocar tal conto. Combater uma questão presente pensando em suas consequências no futuro. O temor de que a emancipação da mulher levaria a perturbações em todos os setores da atividade humana, a começar pela dissolução da família brasileira.

Acreditamos, que por tais discussões as mulheres intelectuais, como Emília Freitas, optaram por se expressarem e lutarem através do anonimato e da

literatura. Astuciosas subverteram silenciosas a sociedade patriarcal e ousaram sonhar com um futuro/mundo onde as mulheres poderiam se divorciar, trabalhar e emancipar-se política, cível e socialmente.

Portanto, entendemos, que essas expectativas do futuro refletiriam mais o contexto, desejos e temores do presente pretérito, do que propriamente nós esclareceríamos sobre o futuro. Elas demonstrariam, também, o esforço de construírem uma "determinada imagem de si próprias" para a História (Le Goff, 1996; Minois, 2016). No caso, as manifestações da inteligência do cearense, que não deveriam destoar do legado das luzes, calcadas no "mito do progresso" e na evolução contínua da humanidade.

Referências

AFFONSO, Manfredo. Camillo Flammarion. **José de Alencar**, Fortaleza, 20 jan. 1893, p. 2.

AMARAL, Alvaro Ottoni do. Os dois Seculos. **A Cidade.** Sobral, 1 jan. 1901, p. 1.

AZEVEDO, Sânzio de. Grêmios Literários do Ceará. In: SOUZA, Simone (Coord.) **História do Ceará**. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará/ Fundação Demócrito Rocha/ Stylus Comunicações, 1989, p. 180-192.

BARREIRA, Dolor. **História da Literatura Cearense.** Monografia n. 18, tomo I. Imprensa Oficial do Ceará – IOCE: Fortaleza, 1987. (Coleção Instituto do Ceará).

BRITO, Farias. **Finalidade do mundo**: estudos de filosofia e teleologia naturalista. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

BRITO, Raimundo Farias. Sobre o realismo pessimista de Zola. **O Ceará Illustrado**, Fortaleza, 12 jun. 1894, p. 36-37.

CAMARA, João. **Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Litterario do Estado do Ceará para o anno de 1902**. Fortaleza: Typ. Economica, 1901.

CARDOSO, Gleudson Passos. Literatura, imprensa e política (1873-1904). In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Org.). **Intelectuais**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, p. 41-72, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CORDEIRO, Celeste. O Ceará na segunda metade do século XIX. In: SOUSA, Simone de. (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. 2000. p. 135-161.

ESTATUTOS. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo I, p. 9-11, 1887.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

FREIRE, Camila de Sousa; SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. O Instituto do Ceará e a intelectualidade cearense: Identidade regional, sociabilidade e escrita da história da abolição na província. **Passagens**. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro: vol. 10, no3, setembro-dezembro, 2018, p. 440-463.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A. 1979.

HOMENAGEM ao Século XX e ao Novo Anno de 1901. **A Gazetinha**. Fortaleza, 05 jan. 1901, p. 1.

KETTERER, Valérie. **Mulheres de letras no Ceará (1880-1925):** dos escritos à cena pública. Revista de Letras. V. 18, n 2, p. 102-110, jul./dez. 1996, p. 107).

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

LEITÃO, Juarez. **A Praça do Ferreira**: República do Ceará-Moleque. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2002.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. **Gênese do imaginário social dos sertões ente história & ficção**. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, p. 69-106, 2007.

MESA ADMINISTRATIVA. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo I, 1887.

MINOIS, Georges. **História do futuro**: dos profetas à prospectiva. São Paulo: Ed. Unesp, 2016.

O FIM do mundo. Noticiário **Cearense,** Fortaleza, Ceará, 6 jun. 1891, p. 2.

O VOTO feminino, prós e contras, ideal da mulher. Cartas do Rio. **O Estado do Ceará**. Fortaleza, 04 fev. 1891, n 147, p. 2.

OLIVEIRA, Caterina M. de Saboya. Há 100 anos... **O Povo**, Fortaleza, 31 dez. 2000, p. 1.

OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. As ideias científicas do século XIX no discurso do club literário. In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (org.). **Intelectuais**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, p. 73-96, 2002.

OLIVEIRA, José de Arimatéa Vitoriano de. Uma cidade em construção: modernidade, cotidiano e imaginário na Fortaleza de finais do século XIX e princípios do século XX. **Revista Espacialidades** [online], v. 2, n. 1, p. 1-31, 2009.

ORIÁ, Ricardo. As sufragistas: a luta pelo voto feminino. **Agência Câmara de Notícias**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/analise.html. Acesso em: 17 mar. 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. In: MAUCH, Claudia. et. al. **Porto Alegre na virada do século 19**: cultura e sociedade. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, p. 126-143, 1994.

PONTE, Sebastião Rogério. A Belle Époque em Fortaleza; remodelação e controle. In: SOUSA, Simone de. (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. p. 162-191, 2000.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SAMPAIO, Aíla. Escritos do Ignoto: a literatura fantástica. **Curso Literatura Cearense/** vários autores; org. Raymundo Netto; coor. Lilian Martins; ilustrado por Carlus Campos. Fortaleza, CE**:** Fundação Demócrito Rocha, p. 145-160, 2020.

SÉCULO XX. **A Cidade.** Sobral (CE), Anno II, n. 85, 1 jan. 1901, p. 2.

SILVA, Marco Aurélio Ferreira da, Humor, **Vergonha e decoro na cidade de Fortaleza (1850-1890)**. Fortaleza: Museu do Ceará, SECULT, 2009.

STUDART, Guilherme, Barão de. **Geographia do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010. Texto editado conforme edição 1924.

TABAJARAS. Chronica. **A Cidade**, Sobral, 1 jan. 1901, p. 4.

A História em "Utopia e Barbárie" (2009) de Silvio Tendler

Karoline Gorget Rodrigues[42]

Resumo

Esta proposta de comunicação está relacionada com o curso de mestrado, iniciado no Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, em março de 2023. No mestrado, tem-se a intenção de investigar as relações entre "História e cinema". Assim, nosso objeto de estudo consiste na interpretação histórica apresentada por Silvio Tendler em seu documentário Utopia e Barbárie, Brasil, 2009, 120m. Com duração de 120 minutos, o documentário "Utopia e Barbárie" foi definido por seu diretor com um "road movie histórico", que acompanha o mundo pós Segunda Guerra Mundial, documentando os protagonistas da História, o humanismo, a necessidade da arte e o destemor das revoluções que moveram gerações no século XX. Trata do encontro de artistas e revolucionários em uma festa libertária, de pessoas que viveram e morreram lutando por um mundo melhor, das barbáries que se seguiram e de um sonho que, na visão do diretor, não acabou. A narrativa acompanha reflexões e memórias do próprio cineasta, que são transmitidas ao espectador com as vozes de Amir Haddad, Letícia Spiller e Chico Díaz. Possui diversas entrevistas com figuras que viveram as utopias e barbáries retratadas no filme. Dentre algumas estão o General Giáp, estrategista do exército vietnamita; Álvaro Caldas, jornalista que foi torturado durante a Ditadura Militar no Brasil; Macarena Gelman, filha de desaparecidos políticos do Uruguai; o teólogo da libertação Leonardo Boff; o escritor Eduardo Galeano; o cineasta Cacá Diegues; o teatrólogo Augusto Boal; o escritor Ferreira Gullar e a economista e ex militante da luta armada no Brasil contra a Ditadura Militar; Dilma Rousseff. Logo, no início do filme Tendler nos informa que o documentário é uma edição própria, com suas reflexões a partir de sua vivência e compreensão de mundo, que vem retratar a sua geração. Nos apresenta, então, uma dialética entre utopias e

42 Mestranda do programa de pós-graduação em História pela Universidade Federal do Mato Grosso. Bolsista CAPES/DS.

barbáries, que percorre todo o século XX. Entretanto, o filme que seria para terminar com a queda do murro de Berlim, em 1989, se depara com novos acontecimentos, como a queda das torres gêmeas em 2001, a presidência do operário Luíz Inácio Lula da Silva, a aposentadoria de Fidel Castro. Também o mercado financeiro que simboliza o capitalismo entra em colapso em 2008 com empresas pedindo ajuda ao Estado. A eleição do primeiro presidente negro dos Estados Unidos, Barack Obama, é negociado o fim do bloqueio norte americano a Cuba. São estes os acontecimentos que permeiam a época de lançamento do longa. Para Tendler, a história não tem ponto final. Assim, prefere terminar seu longa-metragem com reticências, apontando que poderia muito bem continuar indefinidamente, já que a história nunca se finda. Portanto, são objetivos da presente comunicação de pesquisa apresentar o estudo sobre o documentário Utopia e Barbárie, tecer considerações sobre as influências recebidas e o processo de criação empreendido por Silvio Tendler. Além disso, intenciona-se apresentar o caminho trilhado na pesquisa e os resultados obtidos até o momento.

Palavras-chave: Cinema; História; Silvio Tendler.

Introdução

Com duração de 120 minutos, o documentário "Utopia e Barbárie" (Tendler, 2009) foi definido por seu criador como um "road movie histórico", que acompanha o mundo pós Segunda Guerra Mundial, documentando os protagonistas da História, o humanismo, a necessidade da arte e o destemor das revoluções que moveram gerações no século XX. Trata do encontro de artistas e revolucionários em uma festa libertária, de pessoas que viveram e morreram lutando por um mundo melhor, das barbáries que se seguiram e de um sonho que, na visão do diretor, não acabou[43].

Nosso objetivo aqui é contribuir com os estudos de "História e Cinema", ampliando a bibliografia da área de história a respeito da temática no Brasil. Através desta pesquisa de mestrado em história que ainda está em desenvolvimento. Espera-se refletir sobre a obra fílmica a luz da historiografia, tomando

43 As informações foram retiradas do site oficial da produtora de Silvio Tendler. Utopia e Barbárie. Disponível em: http://caliban.com.br/filmografia_/utopia-e-barbarie/. Acessado em 24 fev. 2024

o filme como objeto de pesquisa. De forma específica, pretende-se: analisar o cinema de Tendler a partir de suas próprias intervenções no longa "Utopia e Barbárie" (Tendler, 2009) com a finalidade de compreendermos como o diretor entende a "História" dentro de seu filme. Para tanto, usaremos dos conceitos da montagem soviética desenvolvida pelos construtivistas russos principalmente na figura de Eisenstein e os conceitos de análise fílmica do historiador Marc Ferro.

Assim, buscaremos entender a relação entre cinema e história, depois compreenderemos melhor o filme e seu diretor com uma breve apresentação e contextualização, então apontaremos para onde se encaminha a atual pesquisa e por fim nossas considerações finais.

Cinema e história

Com a chamada "nova história" francesa, ampliou-se a noção de objeto de estudo e métodos no campo dos estudos historiográficos; "há que tomar a palavra 'documento' no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem ou de qualquer outra maneira" (Ch. Samaran *apud* Le Goff, 1990, p 466). Desta forma, a "terceira geração da Escola dos Annales", durante a década de 1970, deu enfoque na necessidade da análise crítica da documentação em que nenhum documento é de todo verdadeiro em si, sendo a força de construção uma maneira consciente ou inconsciente de perpetuação de algo. Logo, o historiador não deve tomar nenhum documento por puro, sendo necessário desmontá-lo, analisar sua construção e condições da produção desse documento monumento.

> O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo [...]. É preciso começar por demonstrar, demolir esta montagem (a do monumento), desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (Le Goff, 1990, p. 548).

É então que o historiador francês Marc Ferro propõe o filme como um objeto de análise ao historiador. Em seu texto "O filme: Uma contra análise da sociedade", incluído na coletânea 'História- Novos Objetos" de 1976, organizado por Jacques Le Goff e Pierre Nora. Ferro argumenta em prol do filme, para a contra-análise da sociedade.

> O filme, aqui, não é considerado do ponto de vista semiológico. Não se trata também de estética ou história do cinema. O filme é abordado não como uma obra de arte, porém como um produto, uma imagem-objeto, cujas significações não são somente cinematográficas. Ele vale por aquilo que testemunha. Também a análise não trata necessariamente da obra em sua totalidade; pode apoiar-se em resumos, pesquisar "séries", compor conjuntos. A crítica não se limita somente ao filme, integra-o no mundo que a rodeia e com o qual se comunica necessariamente (Ferro, 1995, p. 203).

Antes de Ferro, influenciados pelo construtivismo russo[44], alguns teóricos do cinema, já compreendiam o filme como uma forma de linguagem, uma construção que altera a realidade. Dentre eles, Serguei Eisenstein e Dziga Vertov travaram um embate teórico a respeito da linguagem cinematográfica, enquanto Eisenstein defendia o uso da montagem para criar significado, fazendo surgir conceitos na mente de quem assiste ao filme. Vertov defendia o cine-verdade, com princípios documentais, um cinema realista, o filme como um microscópio do tempo.

> O confronto entre Eisenstein e Vertov foi o mais importante. Como vimos, Eisenstein desenvolveu uma vertente de construtivismo de vocação sintética, interessada em incorporar, de forma revolucionária, o passado burguês da cul-

44 O construtivismo, expressão de uma revolução que quer refazer o mundo e encerrar toda a alienação humana, trabalha expondo o modo como as coisas são feitas. Os objetos construtivistas não são orgânicos: eles são feitos de fragmentos justapostos, pedaços do mundo que compõem um novo objeto. No limite, o construtivismo nega mesmo a função de representação do mundo - ou seja, nega a mais tradicional das funções definidoras da arte (Mascarello, 2006, p. 115).

> tura. A estratégia de Vertov era outra: para ele, a revolução era um recomeço. Era preciso fazer tabula rasa do passado e aderir ao presente por meio de uma linguagem também contemporânea (Mascarello, 2006, p. 133).

Por meio dos estudos da montagem soviética, Ferro entende que há sempre uma intenção por trás do filme, seja ficcional ou documental, como nos diz Mônica Kornis. "Marc Ferro iria referir-se a essa polêmica para reforçar sua argumentação de que tanto o cinema documentário análise como o de ficção devem ser objeto de uma cultural e social, refutando a ideia de que o primeiro gênero seria mais objetivo e retrataria fielmente a realidade" (Kornis, 1992, p. 241). Portanto, para Marc Ferro o historiador deve procurar em um filme, como objeto de análise, o não visível, afinal, o filme é um documento que excede seu conteúdo, sendo assim, o que ele chama de contra história são as demais coisas que o filme traz, sendo muito além de uma ilustração, assim, permitindo uma contra análise da sociedade, já que o filme acaba por retratar muito mais que seus idealizadores controlam. "Logo, excede seu conteúdo. Os exemplos permitiram atingir cada vez uma zona da história que permanecia oculta, inapreensível, não-visível" (Ferro, 1995, p. 213).

Utopias e barbáries

O filme acompanha desde a década de 1940 ao início da década de 2000, perpassando pelos principais acontecimentos de cada uma delas no Brasil e no mundo. A narrativa acompanha reflexões e memórias do próprio cineasta, que são transmitidas ao espectador com as vozes de Amir Haddad, Letícia Spiller e Chico Diaz. Possui diversas entrevistas com figuras que viveram as utopias e barbáries retratadas no filme. Dentre algumas estão o general Giap, estrategista do exército vietnamita, Álvaro Caldas, jornalista que foi torturado durante a Ditadura Militar no Brasil, Macarena Gelman, filha de desaparecidos políticos do Uruguai, o teólogo da libertação Leonardo Boff, o escritor Eduardo Galeano, o cineasta Cacá Digues, o teatrólogo Augusto Boal, o escritor Ferreira Goulart, e a economista e ex militante da luta armada no Brasil contra a Ditadura Militar, Dilma Rousseff.

Dentre outros entrevistados, estão diversos cineastas como o israelense Amos Gitai (*O Dia do Perdão, 2000*), o canadense Denys Arcand *(As Invasões Bárbaras, 2003*) e o italiano Gillo Pontecorvo (*A Batalha de Argel, 1966*), afinal, seus filmes dialogam intimamente com a temática do documentário. Tornando-se praticamente uma filmografia de apoio, indicada pelo cineasta. Ao todo o filme possuis mais de 60 entrevistas, que são entrecruzadas com cenas reais de diversos acontecimentos históricos, cenas de filmes, citações de pensadores como Frantz Fanon, Paulo Leminski, Walter Benjamin, dos cineastas Chris Marker e Jean Luc Godard, e imagens de documentos oficiais de Governo. Que são perpassados pela narração, que expõe as reflexões pessoais de vida e dos acontecimentos históricos na visão do diretor Silvio Tendler.

Grande parte de sua obra encontra-se disponível gratuitamente, em seu canal no YouTube, "Caliban: cinema e conteúdo[45]", dispondo, assim, de todo seu acervo na integra gratuitamente.

Tendler foi presidente da Federação de Cineclubes do Rio de Janeiro em 1968. Em 1974 se forma em História pela Universidade Paris VI, e em 1976 obtém o título de mestre com uma dissertação referente a obra do cineasta holandês Joris Ivens, orientada por Marc Ferro. Na década de 1970 além dos estudos na academia, também integrou o cineclube ligado a Chris Marker e a convite dele trabalhou como assistente de direção em seu filme *(La spirale, 1975).* O filme aborda os acontecimentos políticos no Chile desde a eleição de Salvador Allende a presidente do país ao golpe militar ocorrido em 1973.

Em 1977, após retornar ao Brasil, ministrou o curso de "Cinema e História" na Pontifícia Universidade Católica, do Rio de Janeiro e após dois anos, em 1979, passa a integrar o corpo docente do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio, onde leciona atualmente.

Optamos pelo filme como fonte do estudo, reconhecendo sua função de registro histórico. Segundo Mônica Kornis (1992, p. 239) "Isto significa que o filme pode tomar-se um documento para a pesquisa histórica, na medida em que articula ao contexto histórico e social que o produziu um conjunto de elementos intrínsecos à própria expressão cinematográfica". Portanto, usaremos o documentário enquanto documento para compreender o discurso cinematográfico defendido pelo seu diretor, presente na obra.

45 Boa parte da filmografia de Tendler se encontra em seu canal do YouTube. "Caliban" cinema e conteúdo. Http://youtube.com/calibancinema/. Acesso em: 24 fev. 2024.

O cinema de Silvio Tendler

Tomaremos o cinema como linguagem que dispõe de diversos artifícios de composição narrativa, que ajudam na construção de uma ideia central na qual orbita uma obra cinematográfica. Sendo o cinema uma forma de linguagem que, por meio do processo de montagem, visa transmitir, em imagem e som, uma narrativa. As expressões e interpretações históricas de seu diretor-autor são apresentadas ao público através de um discurso imagético sonoro. "Entretanto, seria ilusório imaginar que a prática dessa linguagem cinematográfica, é ainda que inconsciente, inocente" (Ferro, 2010, p. 16).

O gênero documentário foi tomado como registro da realidade posta em imagens no início do século XX, como demonstra Teixeira; "uma forte conotação representacional, ou seja, o sentido de um documento histórico que se quer veraz, comprobatório daquilo que "de fato" ocorreu num tempo e espaço dados" (Teixeira, 2006, p. 253)

Entretanto, atualmente o documentário é visto como um conjunto de articulações em prol de uma narrativa, utilizando da linguagem cinematográfica:

> Se o documentário fosse uma reprodução da realidade, esses problemas seriam bem menos graves. Teríamos simplesmente a réplica ou cópia de algo já existente. Mas ele não é uma reprodução da realidade, é uma representação do mundo em que vivemos. Representa uma determinada visão do mundo, uma visão com a qual talvez nunca tenhamos deparado antes, mesmo que os aspectos do mundo nela representados nos sejam familiares. Julgamos uma reprodução por sua fidelidade ao original - sua capacidade de se parecer com o original, de atuar como ele e de servir aos mesmos propósitos. Julgamos uma representação mais pela natureza do prazer que ela proporciona, pelo valor das ideias ou do conhecimento que oferece e pela qualidade da orientação ou da direção, do tom ou do ponto de vista que instila. Esperamos mais da representação que da reprodução. (Nichols, 2005, p. 47-48).

Logo, é possível tomar o documentário como uma fonte de estudo diversificada, que permite uma análise não apenas do que está aparente, mas também do não visível representado no filme. "Por um lado, o filme parece suscitar, ao nível da imagem, o factual; por outro, apresenta-se, em todos os sentidos do termo, como uma manipulação" (Ferro, 1995, p. 203).

Portanto, tomamos o conceito de "representações" a partir dos textos desenvolvidos por Roger Chartier. Para o autor, as múltiplas configurações que representam a realidade, as formas de se construir uma identidade social e as formas legais da personificação de alguém ou algo perante uma coletividade, formam a representação.

> [...] em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns "representantes" (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, "presentifica" a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder (Chartier, 2011, p. 20).

Logo, a partir das representações presente no filme, buscaremos compreender quais significantes são postos em cena partindo das concepções de história do diretor do filme. Desta forma, buscamos o exercício de escrita da história, no sentido de uma escrita cientifica, que busca separar-se da especulação filosófica e do texto literário, em que a narrativa historiográfica obedece a critérios, nem sempre seguidos pelos cineastas, se firmando como um trabalho historiográfico.

> Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas "científicas" e de uma escrita. Essa análise das premissas, das quais o

> discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto (Certeau, 1982, p. 65).

Logo, no início do filme, Tendler nos informa que o documentário é uma edição própria, com suas reflexões a partir de sua vivência e compreensão de mundo, que vem retratar a sua geração. Nos apresenta, então, uma dialética entre utopias e barbáries, que percorre toda a metade do século XX, entretanto, o filme que seria para terminar com a queda do murro de Berlim em 1989, se depara com novos acontecimentos e termina com reticencias. Ao longo do filme fica claro que há um "não dito" muito visível ao espectador, já que ele mesmo se mostra em vários aspectos o que torna a edição totalmente "opaca"[46] pois é sempre reforçada a construção do discurso da obra.

Desta forma, buscaremos compreender como se dá a interpretação histórica do cineasta Silvio Tendler presente no filme, através da análise fílmica, decuparemos trechos para análise. Com isto, nosso objetivo é entender como a montagem do filme é instrumentalizada partindo do discurso do diretor presente no filme. Portanto, após leituras bibliográficas sobre o tema, a nossa atual pesquisa se encaminha para a escrita da dissertação e análise de fontes.

Considerações finais

A partir do documentário "Utopia e Barbárie" (Tendler, 2009), nos é apresentado que a história não tem ponto final, assim, Tendler prefere terminar seu longa-metragem com reticências, apontando que poderia muito bem continuar indefinidamente, já que a história nunca se finda. E o seu cinema é uma forma de contar essas narrativas. Contudo, partimos dessas proposições históricas para compreender como a história está inserida na narrativa do filme. Este é o tema central de nossa pesquisa que ainda está em construção.

46 Conceito aprofundado por: XAVIER. Ismail. O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência. 3ª edição - São Paulo, Paz e Terra, 2005.

Referências

CALIBAN PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS. **Biografia**. Disponível em: http://caliban.com.br/biografia/. Acesso em: 24 fev. 2024.

CALIBAN PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS. **Filmografia.** Disponível em: http://caliban.com.br/filmografia_/utopia-e-barbarie/. Acesso em: 24 fev. 2024.

CALIBAN: Cinema e Conteúdo. Disponível em: http://youtube.com/calibancinema/. Acesso em: 24 fev. 2024.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. *In:* CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **Defesa e ilustração da noção de representação**. Fronteiras, [S.l.], v. 13, n. 24, p. 15-29, dez. 2011.

EISENSTEIN, Sergei. Dramaturgia na forma do filme. *In:* **A forma do filme**. RJ: Zahar, 2002.

FERRO, Marc. Coordenadas para uma pesquisa. *In:* **Cinema e História**. 2ed. São Paulo. Paz e Terra, p. 13-19, 2010.

FERRO, Marc. "O Filme: uma contra-análise da sociedade". *In.* LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs). **História, novos problemas.** 4.ed. R.J.: Francisco Alves Editora, p. 199-215, 1995.

KORNIS, Mônica. História e Cinema: um debate metodológico. Revista: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 237-250, 1992.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In:* LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MASCARELLO, Fernando. **História do Cinema Mundial**. Campinas, SP: Papirus, 2006.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao Documentário**. São Paulo: Papirus, 2005.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. Documentário Moderno. *In:* MASCARELLO, Fernando. **História do Cinema Mundial**. Campinas, SP: Papirus, 2006.

TENDLER, Silvio. **Utopia e Barbárie**, Brasil, 2009, 120m.

XAVIER. Ismail. **O discurso cinematográfico:** a opacidade e a transparência. 3ª edição - São Paulo, Paz e Terra, 2005.

"Para além da dor": ditadura, repressão e violência manicomial no testemunho de Sylvia de Montarroyos

Amanda Pfitzner Cabral[47]

Resumo

Das diversas práticas de violência e violação de direitos humanos cometidas pela ditadura civil-militar entre 1964 e 1985, a violência manicomial-psiquiátrica contra aqueles considerados "subversivos" e "terroristas" pelo regime militar é pouco ressaltada pela historiografia, gerando uma lacuna a ser preenchida. Após a prisão, interrogatório e torturas, alguns presos políticos eram forçadamente internados em instituições psiquiátricas, onde o monitoramento pelos militares e as torturas continuavam (UOL, 2021). Na intenção de preencher tal lacuna historiográfica, nos propomos a investigar o caso de Sylvia de Montarroyos através do seu testemunho autobiográfico intitulado "Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos" (2013), no qual aborda as memórias de quando era militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T) em Recife/PE, entre os anos de 1964 e 1965, e tornouse presa política da ditadura civil-militar na menoridade, aos 17 anos. Em formato de romance, a narrativa perpassa a prisão e as torturas sofridas por Tatiana (nome de guerra de Sylvia), que culminaram em seu internamento forçado no Manicômio Judiciário da Tamarineira. Com base no conceito de "trabalho da testemunha" de Mariana Wikinski (2021), os tipos de testemunha existentes pela perspectiva de Aleida Assmann (2023) e as considerações recentes de Márcio Seligmann-Silva (2022) sobre a importância do testemunho para a virada mnemônica e as políticas de memória sobre a ditadura, a proposta da comunicação é apresentar uma breve análise que perpassa as dimensões da violência ditatorial, focando na instrumentalização da psiquiatria pelo regime a partir do internamento de seus presos políticos; as violências provenientes da tortura e do período asilar-manicomial sofridas por Sylvia, seu consequente adoecimento psíquico

47 Graduada em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS-UFPR).

e diagnóstico médico-psiquiátrico e como esses elementos determinam seu testemunho.

Palavras-chave: Sylvia de Montarroyos; Ditadura civil-militar; Violência manicomial; Testemunho; Literatura testemunhal.

Introdução

Das diversas práticas de violência e violação de direitos humanos cometidas pela ditadura civil-militar entre 1964 e 1985, a violência asilar-manicomial contra aqueles considerados "subversivos" e "terroristas" pelo regime militar é pouco ressaltada pela historiografia, gerando uma lacuna a ser preenchida. Após a prisão, interrogatório e torturas, alguns presos políticos eram forçadamente internados em instituições psiquiátricas, onde o monitoramento pelos militares e as torturas continuavam (UOL, 2021).

Na intenção de preencher tal lacuna historiográfica, acompanhando as recomendações da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva (São Paulo, 2015) e seguindo a proposta de pesquisas recentes (Sakaguchi; Marcolan, 2016; Guedes, 2019; Assumpção, 2023), nos propomos a investigar o caso de Sylvia de Montarroyos através do seu testemunho autobiográfico intitulado Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos (2013), no qual aborda as memórias de quando era militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T) em Recife–PE, entre os anos de 1964 e 1965, e tornou-se presa política da ditadura civil-militar na menoridade, aos 17 anos. Em formato de romance, a narrativa perpassa a prisão e as torturas sofridas por Tatiana (nome de guerra de Sylvia), que culminaram em seu internamento forçado no Manicômio Judiciário da Tamarineira.

Com base no conceito de *trabalho da testemunha* de Mariana Wikinski (2021), os tipos de testemunha existentes pela perspectiva de Aleida Assmann (2023) e as considerações recentes de Márcio Seligmann-Silva (2022) sobre a importância do testemunho para a *virada mnemônica* e as políticas de memória sobre a ditadura, a proposta da comunicação é apresentar uma breve análise que perpassa as dimensões da violência ditatorial, focando na instrumentalização da psiquiatria pelo regime a partir do internamento de seus presos políticos; as violências provenientes da tortura e do período asilar-manico-

mial sofridas por Sylvia, seu consequente adoecimento psíquico, diagnóstico médico-psiquiátrico e como esses elementos determinam seu testemunho.

Sylvia de Montarroyos

Sylvia de Montarroyos nasceu em 3 de abril de 1947, em uma família católica tradicional de Recife–PE. Em 1964, aos 17 anos, a paixão pela Arte a levou a cursar Dramaturgia e Teatro na Escola Superior de Belas Artes, mas por exigência do pai, também cursava Direito na Universidade Católica. Mesmo fazendo parte de uma família abastada, com rede de influência política e social notória, Sylvia e seu irmão mais velho, Carlos, atuavam como militantes do Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T), seguindo os passos de uma geração que foi completamente marcada pela resistência à ditadura militar. Carlos era um dos dirigentes do partido, responsável por decisões importantes acerca da atuação em Pernambuco, enquanto Sylvia era militante de base, cumprindo tarefas de propaganda através da distribuição do jornal *Resistência* em portas de fábricas e educando camponeses em cidades do interior.

Na madrugada do dia 2 de novembro de 1964, Sylvia e demais partidários, incluindo seu noivo, Pedro Machovsky Clemachuk, foram presos em um aparelho que residiam em Jaboatão dos Guararapes–PE. Ao serem encaminhados à Secretaria de Segurança Pública (SSP), que na época abrigava o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), foram separados e Sylvia permaneceu em uma sala escura ouvindo seus companheiros serem torturados. Os gritos despertaram um terror que ficou profundamente marcado em sua vida: o primeiro contato com a tortura. Ao se dar conta da situação e da possibilidade de ser a próxima na mão dos algozes, tentou fugir do local e, com êxito, após forçar a porta da sala em que estava, saiu pela porta da frente do DOPS sem ser notada pelos policiais, dando início a uma fuga de 3 dias. Durante esse período, Sylvia experienciou episódios de delírio em que ouvia a família sendo presa e torturada pela polícia e acreditava estar sendo gravada para ser entregue à polícia. O clima de tensão e medo despertado pela ditadura afetou diretamente seu psicológico.

No dia 5 de novembro é recapturada e retorna ao DOPS. Iniciam-se as torturas, que perduram até o dia 9 de dezembro em diversos quartéis em Recife. Torturas psicológicas (ouvir pessoas sendo torturadas, ameaças de estu-

pro, de desfiguração com cal, ácido muriático e soda cáustica, de ser enterrada viva e ameaças à segurança e integridade dos familiares); espancamentos (sobretudo na cabeça), pontapés, queimaduras de cigarro e charuto nos braços e pernas; privação de sono e baldadas de água gelada para mantê-la acordada; choques elétricos; por dois dias foi acorrentada ao pé da mesa, sendo obrigada a utilizar uma coleira de cachorro enquanto era espancada e ameaçada verbalmente; vítima de estupro coletivo e, posteriormente, nua, obrigada a ficar presa em uma jaula, sofrendo agressões cotidianamente — cujo *requinte* da tortura era ter sal jogado em suas feridas abertas.

Todo o horror vivido nos quartéis agravou a condição psicológica de Sylvia: "o estupro, que foi o que mais me fez enlouquecer. Mas foi o conjunto das torturas, e não só a ignomínia da violência sexual, que me levou à Loucura que se vinha anunciando. Uma Loucura anunciada" (Montarroyos, 2013, p. 294). Uma série de delírios, visões, alucinações auditivas e crises de identidade acometeram Sylvia e então, no dia 9 de dezembro, após mais uma sessão de torturas, na qual ameaçaram fuzilar seu irmão, Carlos, ela sucumbiu, desmaiou e entra em coma por dois dias. Ao acordar, encontrava-se no Manicômio Judiciário da Tamarineira, para onde foi encaminhada pelo Coronel Hélio Ibiapina — autoridade militar notória de Recife, responsável pelo internamento de outros presos políticos na mesma instituição. Sylvia foi diagnosticada com esquizofrenia hebefrênica[48], resultado de um mês e quatro dias de tortura direta e intensa:

> [...] Aquilo também não fazia sentido, mas **eu já estava para além, ou aquém, da razão. Eu não ligava coisa com coisa.** Já não sabia quem era, nem o que ali fazia, nem quem eram aqueles seres maus que vinham sempre me atormentar, e que por vezes pareciam gente, e por vezes tinham forma de feras. Seriam demônios? Estaria eu no Inferno?... O que sabia eu?... **Eu tinha ultrapassado todos os meus limites, e já estava muito para além da Dor** (*Ibid.*, p. 321, grifo nosso).

48 Também chamada de "esquizofrenia desorganizada", apresenta um quadro de alucinações e delírios frequentes em idade precoce. Os sintomas mais comuns são: isolamento social, irritabilidade, tristeza, apatia, perda de memória, dificuldade de concentração, diminuição das expressões, dificuldade para realizar tarefas cotidianas e comprometimento da fala (American Psychiatric Association, 2014).

Sua estadia no manicômio ocorreu entre 11 de dezembro de 1964 até 12 de agosto de 1965. Uma *instituição violenta* (Basaglia, 2010) que há séculos é responsável pela desumanização de seus pacientes mediante práticas como lobotomia, eletroconvulsoterapia (mais conhecido como choques elétricos), dosagens elevadas de medicamentos antipsicóticos, falta de higiene, acomodação, alimentação e estrutura adequadas e a proliferação de doenças contagiosas compunham o quadro da vivência em um hospital psiquiátrico. Internada compulsoriamente no Tamarineira, Sylvia recorda os "tratamentos" com choques elétricos (que apesar de serem em uma voltagem menor que nas sessões de tortura dos quartéis, permaneciam amedrontadores), "era como estar presa a uma câmara de torturas. Todas as vezes que eu tinha sessão de choques elétricos — e recebi noventa, naquele hospital" (Montarroyos, *op. cit.*, p. 378). Diariamente era acordada com injeções de insulina, obrigada a tomar diversos medicamentos e ficar encerrada sozinha em seu quarto, sem poder conviver com outras internas da ala feminina, afinal, era uma presa política. Apenas ao apresentar um quadro de melhora significativa, voltando a se comunicar, alimentar, andar e se localizar nos ambientes é que a socialização foi possível. Recebia visitas frequentes do pai, tanto no período em que estava acamada, quanto em sua melhora. Recebeu alta, mas foi obrigada a permanecer na instituição até que os militares expedissem seu alvará de soltura. Após a saída do Tamarineira, viveu e militou por algum tempo na cidade do Rio de Janeiro, mas em 1966, um novo mandado de prisão foi expedido, obrigando-a a partir para o exílio.

O testemunho, suas características e contrastes com demais fontes

Tomando como princípio as considerações de Wikinski (2021) sobre o testemunho iniciar-se no momento de atravessamento da situação traumática enquanto ela é extrema e puro presente, a escrita assume um caráter terapêutico ao auxiliar a vítima a compreender e encontrar sentido no(s) trauma(s) durante a rememoração. O *trabalho da testemunha* consiste nos "[...] procedimentos que o aparelho psíquico põe ativamente em funcionamento na transformação de uma representação em outra" (Wikinski, *op. cit.*, p. 36).

A primeira tentativa de escrita do testemunho ocorreu em 1979, "tinham se passado 15 anos e a ferida já devia ter cicatrizado, mas quando fui remexer

nela doeu muito, ainda estava aberta e começou a sangrar, e eu não pude, não consegui" (Montarroyos, *op. cit.*, p. 18). O início da escrita ocorreu de fato em outubro de 1985, durante o exílio em Portugal, dando origem à primeira versão do testemunho, intitulada *Tatiana 1964: uma geração do Nordeste, uma geração do Brasil*. Uma data específica e significativa para vítimas da ditadura militar, datando o fim do regime. No outono de 1992, na Bélgica, escreve uma segunda versão, intitulada *Tatiana 1964: o destino de uma geração.* A terceira é retomada apenas em 2004, novamente em Portugal, quando Sylvia finaliza a escrita e a re-intitula para Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos. Em 2013, é publicada no Brasil pela Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), momento em que as Comissões da Verdade nacional, estaduais e municipais estavam trabalhando nas investigações dos crimes da ditadura. Inclusive, Sylvia presta depoimento à Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC) no mesmo ano, contando brevemente sua história de maneira semelhante ao testemunho escrito.

O livro retrata exclusivamente os acontecimentos entre novembro de 1964 e agosto de 1965, não abordando a trajetória de Sylvia pós-internamento e ida ao exílio. Dos acontecimentos até a publicação da obra, são quase cinco décadas de desenvolvimento do testemunho e escrita. Sua obra possui um formato de romance, estruturado seguindo o processo ritualístico de uma missa católica. O título principal, *Réquiem*[49] *por Tatiana*, significa a homenagem de Tatiana aos que lutaram bravamente contra a ditadura, sendo assassinados. Ao mesmo tempo, significa o "sepultamento" das memórias de Tatiana por Sylvia — coexistência que acaba após Sylvia receber alta do manicômio, obter sua liberdade e se desligar do POR-T durante o exílio.

Seus capítulos são nomeados a partir do Novo Testamento, fazendo alusão à paixão de Cristo. Como, por exemplo, do *Capítulo III ou Graduale e credo*[50]*: a via-crucis*, em que Sylvia narra os três dias de fuga, entre 2 e 5 de novembro de 1964. Faz analogia ao momento em que Jesus Cristo carrega sua cruz do Pretório de Pôncio Pilatos em direção ao Monte Calvário, onde ocorre sua morte. É neste capítulo que Sylvia apresenta os primeiros sinais de adoeci-

49 Réquiem significa "missa de celebração aos mortos" pela tradição da doutrina católica. (Montarroyos, *op. cit.*, p. 450).

50 *"Graduale e credo*" traduz-se para "gradual e Creio". Momento da missa constituído pelos versículos entre a Epístola e o Evangelho, um canto litúrgico respondido pelo povo com "aleluia!". Dá iniciação ao Creio, oração que professa a fé católica. (*Ibid.*, p. 450; 452).

mento psíquico, consequência da violência e perseguição policial. Além disso, os capítulos são iniciados e finalizados por *homilias* narradas pelo personagem do *contador de histórias*, um traço ficcional do testemunho que representa um narrador neutro, sem o poder de mudar a história, presente apenas para narrar os fatídicos acontecimentos na vida de Tatiana/Sylvia e que, por vezes, apresenta reflexões filosóficas — como ocorre em *Salmo e in nomini Domini*[51] *Terceira homilia do contador de histórias*:

> **Não posso mudar o curso das coisas. Não tenho poderes para te salvar nem para salvar ninguém.** [...]
> Pois o que o oráculo te reserva, aquilo que já está prestes a se cumprir, nada tem a ver com crise - é o fundo das trevas do abismo que já começa a surgir implacável à tua frente, e a se abrir e a te tragar e a se estender por todo o teu caminho, para que tu o percorras sem regresso possível, e não te vai oferecer oportunidades nem velhas nem novas, e ainda menos esperança, mas apenas perigo, perigo e perigo, porque é toda uma ***via-crúcis*** **que vai te levar, te vai conduzir à tua crucificação. Arma-te pois de toda a tua coragem, Tatiana, porque em breve as chamas do Inferno vão se fechar num cerco à tua volta.** Não vês lá a cruzinha de ouro que há pouco empenhaste para transformar em pão, é já a sombra do teu Monte Calvário que abre de par em par as suas portas à tua espera. **E contra essa fatalidade, Tatiana, eu nada posso fazer** (*Ibid.*, p. 182, grifo nosso).

Em uma narrativa não-linear proustiana "exposta continuamente à transfiguração do acontecido, que responde no ordenamento de um sujeito absorto em uma rememoração sensorial à hora de compreender os labirintos desconcertantes que recorremos no esquecimento e na recuperação da recordação" (Wikinski, *op. cit.*, p. 95), Sylvia recorda a progressão dos acontecimentos sendo transpassada por memórias de tempos passados ou futuros em

51 "*In nomini Domini*" traduz-se para "Em nome do Senhor" (*Ibid.*, p. 451).

relação ao presente da narrativa. Esse elemento nos leva em uma viagem por suas memórias na construção de um testemunho em primeira pessoa que visa aproximar-se do leitor "pois assim mais real parecerá a vós e a mim…" (Montarroyos, *op. cit.*, p. 105). São abordados diversos elementos: família, educação, religião, juventude, política, relações afetivas, torturas, solidão, morte, memória, saúde mental, crítica à psiquiatria, entre outros, permitindo-nos conhecer Sylvia para além de uma mera sobrevivente da violência ditatorial disposta a denunciar os crimes cometidos contra sua integridade.

Apesar da memória detalhista, rica em conteúdo, explicações e simbologias ocupar a maioria da narrativa, é notável que em determinados momentos esses detalhes se perdem. Em virtude da violência extrema e consequente adoecimento psíquico, Sylvia tem dificuldade para relatar o que ocorreu nas primeiras semanas em que esteve no hospital psiquiátrico, recorrendo às memórias de terceiros (familiares e corpo técnico). Encontrava-se em estado delirante em virtude da esquizofrenia. Presa ao leito, deitada, incomunicável por não conseguir falar, vivia medicada, dormindo e tendo sonhos alucinantes. Estava completamente fragilizada. Somente ao dar indícios de melhora e reconhecer o corpo técnico — já sem medo — e o ambiente em que se encontrava, é que Sylvia consegue se situar na narrativa, inclusive tecendo uma crítica feroz à psiquiatria e à redução do sujeito *louco* ao tratamento com psicofármacos:

> Os psicofármacos aparentemente "fazem bem" ao louco por o deixarem calmo (mas a lobotomia também!), e incapaz de perturbar os outros, os seres ditos normais… e eis aí todo o fulcro da questão. A Psiquiatria não está voltada para o louco, mas para aqueles a quem o louco pode perturbar. [...] **Ela se destina, na prática, a *anular* o louco** (Montarroyos, *op. cit.*, p. 359-360, grifo nosso).

Sylvia não era a única presa política internada no Tamarineira. Segundo as investigações da psiquiatra Rosita Teixeira, realizadas em abril de 1965, além de Sylvia foram identificados outros três presos políticos na ala masculina da instituição: E. F., R. B. e um camponês de identidade perdida (ALVES, 1996, p. 93). Em seu testemunho, recorda de um diálogo com o médico Fernando

Farias — por quem nutre um grandioso apreço em virtude do acompanhamento ao longo de sua estadia — que afirma saber de outros presos políticos ali e estar incomodado com a presença de policiais e militares entrando e saindo quando bem entendem:

> **Desde que começou essa moda de preso político internado aqui, que esse hospital virou quartel, ficou infestado de guardas e agentes da Polícia e do Exército.** Não sei se você notou, mas está cheio deles lá embaixo, e a gente começou a pensar que talvez você tivesse sido mandada pra cá pra eles te matarem fora dos quartéis, pois se morresse aqui ninguém ia dizer que tinham sido eles. Mesmo o pessoal do hospital ia pensar que tinha sido por seu estado de saúde, que era grave, ou que tinham sido as loucas, porque aquilo lá é tão caótico que às vezes elas se matam umas às outras, e quando se vê a desgraça já está feita (Montarroyos, *op. cit.*, 353, grifo nosso).

A fala de Fernando Farias é interessante ao apontar que a presença militar na instituição indicasse a possibilidade de assassinato de Sylvia fora dos quartéis, isentando-os de culpa. Não podemos afirmar que a prática de internamento ocorria porque os militares consideravam colocar uma "inevitável" morte de presos políticos nas mãos de outrem, mas é uma possibilidade. A presença deles intramuros demonstra que, além do poder de encerrar pessoas no manicômio, mantinham controle sobre elas com visitas constantes — elemento exclusivo em relação aos casos localizados no Manicômio Judiciário da Tamarineira.

Sylvia é uma dentre os 34 casos de internamento compulsório de presos políticos em instituições psiquiátricas por autoridades militares durante a ditadura (Cabral, 2023), porém a única que testemunhou sobre. Há um volume documental significativo que comprova as práticas de internamento pela ditadura em arquivos digitais como os do Projeto Brasil Nunca Mais (BNM) e Arquivo Nacional (SIAN), entretanto, devemos colocar as fontes em xeque por uma série de motivos. Ao estudarmos documentações institucionais produzidas durante e *pela* ditadura, é fundamental analisar as consistências de datas, lugares, descrições, nomes, entre outros, através de um cruzamento com outras fontes, de modo a verificar e validar as informações ali presen-

tes, por isso recorremos ao testemunho. Um exemplo é o laudo médico-psiquiátrico de Sylvia (Pernambuco, 2013), datado de 10 de maio de 1965, que somente apresenta dados objetivos acerca de antecedentes hereditários (a procura de justificativas hereditárias para sua condição mental), antecedentes pessoais e sociais (que investigam possíveis causas de morbidade), histórico de doença mental, informações prestadas pela paciente e anamnese composta por diversos exames psiquiátricos complementares e interpretações até chegar ao diagnóstico final. Em nenhum momento o documento cita as torturas físicas sofridas por Sylvia, apenas perpassa a primeira prisão, as torturas dos companheiros e a fuga:

> Historia da doença mental:
>
> Informa o genitor que a paciente foi presa sem apresentar qualquer sintoma de alienação mental. Fugiu da prisão e já ai começou a mostrar comportamento extranho agressivo, olhar vago, indiferente.
> **Começou então a piorar tornando-se cada vez mais apática descuidando-se de sua higiene corporal, alimentação etc. Foi então transferida para este Serviço.**
>
> Informações prestadas pela paciente: -28/12/64.-
>
> Se recorda como adoeceu. Lembra-se de que foi presa e levada para a Secretaria de Segurança Pública, onde permaneceu num quarto sózinha. Ficou muito triste, preocupada consigo e com os companheiros.
> Perdeu o interesse pelas coisas e deixou de comer. **Ouvia vozes que julgava ser dos guardas dizendo que iam mata-la e que já haviam feito com seus companheiros.** Planejou uma fuga e aproveitando um descuido, saiu correndo pelas ruas ouvindo vozes de uma multidão que lhe perseguia. Escondeu-se em uma casa de um conhecido e depois de 1 dia resolveu se entregar. Diz que agrediu a dona da casa e que gritava muito para que a prendessem. Não se

> recorda então de mais nada. No dia em que lhe falamos sentia-se como se tivesse acordado de um sono muito pesado. Não sabia onde estava e as coisas que via era como se nunca tivesse visto (Pernambuco, *op. cit.*, p. 96, grifo nosso)[52]

De fato, as alucinações se iniciaram com a primeira prisão, mas o documento acaba por ignorar completamente as sessões de tortura ocorridas durante a segunda prisão de Sylvia, que obviamente contribuíram para seu adoecimento psíquico e o diagnóstico de esquizofrenia. É por esse motivo que nos utilizamos do testemunho para confrontar essas "fontes oficiais". Se tomarmos como ponto de partida o laudo médico-psiquiátrico, concluiremos que Sylvia adoeceu na prisão em virtude de ameaças policiais. Se lermos seu testemunho, concluiremos que isso foi fruto da perseguição, violência e tortura promovidas pelos agentes da repressão. Daí a importância do testemunho de sobreviventes da ditadura.

Outro ponto é a destruição de documentações pelos militares, sobretudo quando a Lei da Anistia foi promulgada, em 1979. Sylvia conta em seu testemunho que, ao retornar ao Brasil em 2001, ela e o advogado Domicini Sávio Mororó, ao tentarem localizar a ficha do manicômio para comprovar o internamento e dar entrada na documentação indenizatória, descobriram que as fichas dos presos políticos haviam sido destruídas pelos militares assim que a anistia foi decretada. Restaram apenas os registros de entrada na instituição, os laudos e demais anotações foram queimados — um ato de *memoricídio* (Seligmann-Silva, 2022).

Conclusão

De acordo com Assmann (2023), em suas considerações acerca dos tipos fundamentais do ato testemunhal, defendemos a possibilidade de Sylvia se encaixar em dois modelos de testemunha: religiosa e moral. Sylvia é uma testemunha religiosa ao ser vítima direta da violência do Estado, transformando da guerrilheira Tatiana mártir através deste *réquiem*. Transforma sua morte em um ato simbólico; o réquiem *por* Tatiana, a representante da geração de 1964. Seu testemunho se sobrepõe à própria existência. É, igualmente, uma testemu-

52 Optamos por manter a grafia original da fonte.

nha moral, cuja sobrevivência objetiva denunciar os crimes da ditadura através da corporificação do testemunho, com sequelas físicas e psicológicas causadas pela tortura e violência asilar-manicomial, também compondo sua memória; a construção de uma instância moral ao tornar seu testemunho público e acessível à sociedade, ligada à missão da verdade, memória e justiça, contraponto seus algozes pela escrita (e pela sobrevivência!) para que os crimes cometidos contra ela e tantos outros sejam investigados, julgados e condenados.

O testemunho de Sylvia compõe um quadro notório de produções literárias por sobreviventes da ditadura militar (Vargas, 2018), crescente desde a década de 1970 — rebatendo comentários que insistem em afirmar que a ditadura, por se encontrar no passado, não serve ao presente, muito menos ao futuro (Coalizão Memória, 2024). É necessária uma *virada mnemônica* (Seligmann-Silva, 2022) na qual o ouvinte se torne o sujeito central, pois sem ele o testemunho não faz sentido e a vítima-testemunha, silenciada. É necessário que alguém ouça a testemunha sobrevivente, que a veja; que a degradação e violência das quais foi objeto possa oferecer justiça, e não uma nova humilhação. O espaço testemunhal deve ser construído e conquistado estrategicamente, a fim de produzir outros espaços de ação. Para o autor, as vítimas ainda não se tornaram acusadores; as elites fizeram questão de virar a página da história sem ela ter sido escrita. A própria Lei da Anistia e sua "política de esquecimento" é um impeditivo para o testemunho alcançar pleno potencial transformador. O *sequestro do testemunho* impede o desenvolvimento das nossas políticas de memória. Apesar do grande volume testemunhal, os entraves da justiça de transição possuem força maior, justamente pela contínua disputa de poderes que ronda o período ditatorial. Um dos nossos objetivos com a pesquisa é justamente nos colocarmos no papel de ouvinte/leitores do testemunho, caminhando em sentido à virada mnemônica.

Referências

ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e Torturados.** Rio de Janeiro: Oficina da Empresa Jornalistica, 1996.

AMANDA ROSSI. Uol. **Da tortura à loucura: ditadura internou 24 presos políticos em manicômios.** 2021. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/14/ditadura-militar-presos-politicos-internacao-manicomios.htm. Acesso em: 14 mar. 2022.

AMANDA ROSSI. Uol. **Eletrochoque, vozes, paralisia:** histórias de presos políticos em manicômios. 2021. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/14/historias-presos-politicos-manicomios.htm. Acesso em: 14 mar. 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Acesso em 20 nov. 2023. Disponível em: https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf.

ASSMANN, Aleida. Quatro tipos fundamentais do ato testemunhal. *In:* VARGAS, Mariluci; CALDAS, Pedro; CORREIA, Silvia. **Testemunho e escrita da história:** Da Grande Guerra à pandemia da Covid-19. São Paulo: Letra e Voz, p. 19–36, 2023.

ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. **"Nos porões da loucura":** relações entre repressão política, instituições, práticas e saberes psi na ditadura brasileira (1964-1979). 2023. 473 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/272056/001196224.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 mar. 2024.

BASAGLIA, Franco. **Escritos Selecionados:** em saúde mental e reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CABRAL, Amanda Pfitzner. Psiquiatria, repressão e autoritarismo: a internação de presos políticos pela Ditadura Civil-Militar (1964–1979). In: V Seminário Internacional de História do Tempo Presente: Epistemologias do Sul Global. 2023, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UDESC, 2023. Disponível em: https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/VSIHTP/paper/view/2780/2087. Acesso em: 12 mar. 2024.

COALIZÃO MEMÓRIA. **Falar sobre 64 não é remoer o passado, é discutir o futuro.** 2024. Disponível em: https://coalizaomemoria.org.br/falar-sobre-64-nao-e-remoer-o-passado-e-discutir-o-futuro/. Acesso em: 15 mar. 2024.

GUEDES, Alexandre Maciel. **Violência manicomial: A psiquiatria na repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil.** 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/2286/projeto/Dissert-alexandre-maciel-guedes.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

MONTARROYOS, Sylvia de. Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos. Recife: Cepe, 2013. 456 p.

PERNAMBUCO. Arquivo Público Estadual Jordão. **Sylvia Lúcia Viana Montarroyos.** 2013. Disponível em: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/2/0/3/203c9f32f27e7464d2a923919477a81943b2c50c12441fa1e0ca2bb018fdb4f6/fd34116b-bae8-49b7-b000-533dc46628c7-Silvia_Lucia_Viana_Montarroyos.pdf.

SAKAGUCHI, Douglas Sherer; MARCOLAN, João Fernando. A história desvelada no Juquery: assistência psiquiátrica intramuros na ditadura cívico-militar. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S.L.], v. 29, n. 4, p. 476-481, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201600065.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico.** Campinas: Unicamp, 2022.

VARGAS, Mariluci Cardoso de. **O testemunho e suas formas: historiografia, literatura, documentário (Brasil, 1964–2017).** 2018. 374 f. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/183235/001078907.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 dez. 2023.

WIKINSKI, Mariana. **O trabalho da testemunha:** testemunho e experiência traumática. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2021.

Desconstruir para construir: uma proposta didática para trabalhar a temática indígena nos Anos Finais do Ensino Fundamental

Priscila Gonçalves Ferreira Souza[53]

Resumo

Trabalhar a temática indígena em sala de aula atualmente ainda é um desafio, pois precisamos lidar com a imagem estereotipada que muitos estudantes possuem do indígena e do seu papel na história do nosso país. Diante disso, apresentamos neste artigo a sugestão de uma proposta didática vivenciada pelas turmas de sétimos anos do Ensino Fundamental da Escola Municipal Professora Cândida de Andrade Maciel, localizada em Jaboatão dos Guararapes - Pernambuco. Compartilhamos aqui a nossa experiência para auxiliar os professores da educação básica que desejam promover uma reflexão crítica com seus alunos acerca dos povos originários.

Palavras-chave: Ensino de história; relações étnico-raciais; lei 11.645/08.

Introdução

Atualmente a temática indígena é um desafio a ser enfrentado em sala de aula, pois o indígena ainda é visto por muitos estudantes da educação básica de forma bastante estereotipada. Em pleno século XXI a imagética que permeia a consciência da maioria dos nossos estudantes é do indígena como um ser selvagem, que vive isolado na floresta. Muitos estudantes só se lembram dos indígenas quando o tema abordado em sala de aula é sobre a formação do Brasil e os primeiros contatos com os portugueses. Depois desse período, é como se eles não possuíssem mais nenhuma relevância para a história do nosso país, estivessem completamente invisibilizados até os dias atuais.

53 Professora de História pela Rede Municipal de Ensino do Jaboatão dos Guararapes – Pernambuco. Licenciada em História, Especialista em Gestão em Orientação e Supervisão Escolar pela UNIFAEL e Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é graduanda em Pedagogia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

Faz-se necessário uma educação para as relações étnico-raciais que possa permear não só o ambiente escolar, mas toda a sociedade para que assim haja uma verdadeira valorização, visibilidade e socialização da cultura indígena. Para isso propostas didáticas que ajudem os estudantes a desconstruir os estereótipos acerca dos nossos povos originários são fundamentais e urgentes, como também podem auxiliar os professores a mediarem situações que envolvam discriminação e racismo.

Todavia, não basta apenas falar sobre os povos indígenas, é fundamental confrontar os estereótipos (seja a visão romantizada do bom selvagem, seja a imagem daquele que se opõe à civilidade), debater sobre os direitos que os indígenas possuem e que ainda hoje não são respeitados, dar a visibilidade devida a esses povos que são fundamentais nos mais variados momentos da história do nosso país e fomentar o senso crítico nos nossos estudantes. Entendemos que a desconstrução é um processo gradual, por isso apontamos aqui uma proposta didática que pode ajudar os professores nesse sentido. Vale ressaltar que a proposta didática não é um molde engessado e sim uma possibilidade, um material que os profissionais da educação podem fazer as adaptações necessárias e aplicar conforme a sua realidade e a faixa etária dos seus estudantes.

Ademais as propostas didáticas são ferramentas importantes no processo de ensino e aprendizagem, pois a sua aplicação não se encerra em si mesma, elas conseguem impulsionar outras problematizações e fomentar debates entre os alunos repercutindo em novas dinâmicas.

As relações étnico raciais na escola, a Lei 11.645/08 e o currículo escolar

A promulgação da Lei 11.645/08, que tornou obrigatória em todas as escolas públicas e privadas do nosso país a inclusão de conteúdos sobre a História e a Cultura Indígena para os alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-9394/96). Essa modificação foi essencial para que o currículo escolar priorizasse elementos relacionados à história e à cultura afro-brasileira e indígena destacando aspectos que contribuíram para a formação da população brasileira e que ecoam na atualidade.

Após a sua alteração, a LDB-9394/96 (também chamada de "a nova LDB") estabeleceu as áreas em que, prioritariamente, o conteúdo étnico-racial deve ser trabalhado, são elas: Artes, História e Literatura. Contudo, o texto informa que o conteúdo étnico - racial deve ser trabalhado em todo o currículo escolar (Brasil, MEC, 2008). Dessa forma, ficou evidente que as questões étnico-raciais precisam perpassar todas as disciplinas escolares, porém precisa ser tema prioritário nos planos de ensino das disciplinas mencionadas.

As mudanças promovidas nas legislações refletem a luta dos movimentos sociais que sempre pressionaram os legisladores para que as minorias fossem devidamente contempladas pela chamada história oficial e também demonstram a necessidade de combater o eurocentrismo que ainda hoje marca os estudos da história do Brasil e que ainda estão fincados em nossa cultura. Essas questões também reverberam no currículo escolar e impactam a formação dos nossos estudantes.

Todo currículo reflete a construção social do seu tempo e por isso podemos afirmar que ele se apresenta como um campo de disputa que aponta para a finalidade da educação que o sistema político vigente almeja, a memória que irá prevalecer, os nomes que ficarão para a posteridade, todas essas questões demonstram que o currículo não é neutro e serve a um projeto de nação e sociedade que se deseja construir.

Ter a cultura indígena como item obrigatório no currículo demonstra como por muitos anos essa temática foi contemplada pelos livros de história e nas vivências escolares de forma bastante pontual. Basta lembrarmos das vivências folclóricas que muitas escolas (principalmente da Educação Infantil) faziam ou fazem no dia 19 Abril, também conhecido como o "dia do índio".

Uma educação voltada para as relações étnico-raciais é extremamente importante para superarmos definitivamente essa folclorização que ainda permeia o imaginário dos nossos estudantes. As legislações foram importantes nesse processo, mas mudanças também precisam ocorrer nas escolas, por isso o Projeto Político Pedagógico (PPP), as formações de professores e os currículos escolares precisam romper definitivamente com a imagem errada e distorcida dos indígenas que chega nas salas de aula e dar visibilidade aos aspectos históricos e culturais para que assim os estudantes se identifiquem e se reconheçam na história do Brasil e por consequência valorizem os povos originários.

Durante o estudo da história é possível retratar não só a dimensão espacial e temporal dos acontecimentos históricos, mas através da análise da mobilidade de diversas populações e suas diferentes formas de inserção ou marginalização na sociedade, também podemos desenvolver diversas habilidades como contextualização, interpretação, comparação, interpretação e proposição de soluções. Ademais, as aulas de história são capazes de produzir imagens que conduzem os estudantes a refletirem acerca dos povos originários e desconstruir a imagética do indígena como um "bom selvagem" (um ser pacífico, ingênuo e inocente que deixou-se ser ludibriado pelos portugueses no século XVI) que até os dias atuais vive isolado da "sociedade", ou seja, o indígena para muitos é um elemento folclórico que vive na floresta.

Essas reflexões só são possíveis se em nossas aulas problematizarmos a temática abordada. Ao problematizarmos as relações étnico-raciais e a imagem folclórica dos povos originários que foi incutida nos nossos estudantes, incentivamos os estudantes a buscar novos conhecimentos, visto que o que possuem não é suficiente para que rompam com os estereótipos.

Mas essa imagética também é resultado da falta de qualidade do material didático que chega nas escolas. Muitos materiais didáticos fomentam a ideia que o indígena aceitou pacificamente a dominação portuguesa não impondo resistência ou retratam os povos indígenas de forma homogênea, negando as suas particularidades, como se todos fizessem parte de uma única tribo.

Pontuamos aqui o livro didático por saber que para muitos estudantes da rede pública ele é o único material de estudo acessível e a primeira fonte de leitura, porém a mídia muitas vezes também reforça a imagem do indígena como um ser quase sobrenatural que vivia isolado em florestas e que magicamente desapareceu da história do nosso país. É como se a cultura indígena tivesse ficado atrelada apenas a um período da história do Brasil e nada mais tivesse acontecido com essa população até os dias atuais.

Sobre essa questão, Grupioni (2011) alerta que "o que parece mais grave neste procedimento é que, ao jogar os índios no passado, os livros didáticos não preparam os alunos para entenderem a presença dos índios no presente e no futuro." Dessa forma, é importante identificarmos as deficiências dos materiais disponíveis e debatermos novas estratégias pedagógicas que combatam estereótipos e promovam debates amplos em sala de aula que inquietem os

nossos estudantes sobre a presença dos indígenas em nossa sociedade e a sua relevância durante toda a história nacional.

Entendemos a escola como um espaço social propício para que preconceitos, estereótipos e desinformação sejam combatidos, por isso elaboramos uma proposta didática que pode ajudar o (a) professor (a) a trabalhar as relações étnico – raciais em sala de aula com foco nos povos originários. De forma crítica é possível levantarmos um importante debate que engloba desde o período colonial até os direitos dos indígenas na atualidade.

Proposta Didática "O lugar social dos povos originários no imaginário dos estudantes"

Objetivando auxiliar os estudantes a desconstruir a imagem do "bom selvagem" atribuída ao indígena e promover uma reflexão sobre os povos originários brasileiros e sua relevância para a história do nosso país, desenvolvemos a proposta didática "O lugar social dos povos originários no imaginário dos estudantes". As ações foram desenvolvidas com estudantes dos sétimos anos dos Anos Finais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Professora Cândida de Andrade Maciel localizada na cidade do Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco.

Fomos impelidos a desenvolver essa proposta ao percebermos que muitos estudantes ainda possuíam uma imagem folclórica dos povos originários e por não saberem o lugar social dos indígenas na atualidade, pois em aulas anteriores os estudantes desenharam os povos originários de forma bastante estereotipada (com traços folclóricos e isolados em florestas).

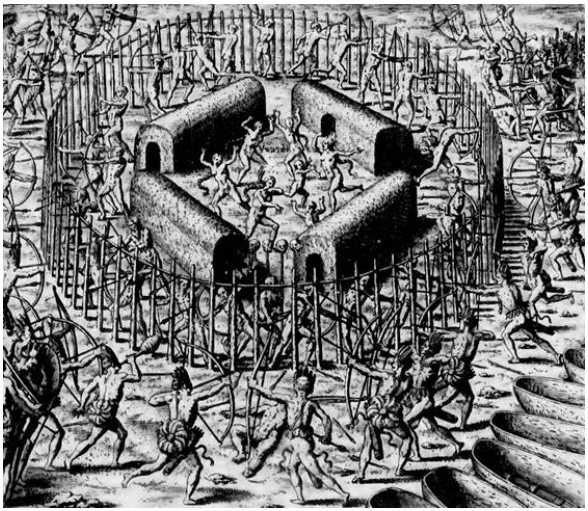
Após aplicarmos essa proposta didática com os estudantes, decidimos compartilhá-la no formato de sequência didática para auxiliar outros professores a trabalharem os objetivos da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) "A conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos, dominação e conciliação" e as habilidades correspondentes.

Na primeira aula pedimos aos estudantes que novamente representassem através de palavras ou desenhos os povos originários. Após a socialização das representações, apresentamos as gravuras feitas por Theodore de Bry presente nos escritos de Hans Staden compartilhadas abaixo:

Figura 14 - "Os filhos de Pindorama/ Hans Staden", c. 1562

Fonte: Theodore de Bry – gravura.

Figura 15 - Gravura de Theodore de Bry, de 1593



Fonte: *Duas Viagens ao Brasil*, de Hans Staden.

Após a observação das imagens pedimos que os estudantes descrevessem no caderno o que mais chamou a atenção deles nas imagens e se os seus desenhos pareciam com as gravuras de Theodore de Bry. Como eles ficaram muito curiosos sobre Hans Staden, falamos resumidamente sobre o mercenário que após passar muito tempo com os indígenas no Brasil retornou ao "Velho Mundo" com a missão de divulgar quem eram os nativos brasileiros e como eles se comportavam. Para que os estudantes refletissem um pouco mais fizemos os questionamentos a seguir: 1 - Quais possíveis experiências com os Indígenas levaram o autor a desenhar as gravuras? 2 - Como se comportavam esses indígenas? 3 - Qual a representação de indígena Hans Staden queria transmitir aos europeus?

Mediamos o debate fomentado pelos questionamentos acima e a maioria dos estudantes apontaram que Staden não teve uma relação pacífica com os indígenas, pois esses resistiram lutando bravamente e para os europeus a representação dos povos originários era de que eram selvagens (os estudantes chegaram a essa conclusão observando o ritual antropofágico da imagem 1). Depois da socialização das respostas, falamos um pouco sobre o ritual antropofágico praticado por algumas tribos brasileiras (em que o índio "incorporava" as virtudes do inimigo ao comer partes do seu corpo) e sobre a resistência indígena destacada na figura 2. Muitos estudantes questionaram o fato de seus desenhos não se assemelharem com os indígenas das gravuras de *de Bry,* nesse momento conversamos um pouco sobre o conceito do "bom selvagem" analisando as imagens abaixo:

Figura 16 - Colonizadores e indígenas

Fonte: MELANI A.R.M. Projeto Pitanguá História: Componente Curricular. São Paulo, Moderna, 2º, 3º e 4º ano, 2008.

Pontuamos que assim como as experiências de Staden influenciaram nos desenhos feitos por *de Bry* e no imaginário dos europeus, imagens como as apresentadas acima nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Educação Infantil e até mesmo pela mídia também impactam o imaginário deles, resultando em uma ideia errônea de que o indígena é um ser mítico do folclore brasileiro, que recebeu pacificamente os europeus e que vive até hoje isolado na floresta. Como apresentado na imagem 2 os indígenas não só travaram confrontos contra os portugueses como também contra tribos rivais.

Concluímos em 2 aulas as análises das imagens e o debate. Na aula seguinte retomamos o tema apresentando uma imagem em que um indígena foi fotografado exercendo o maior ato de cidadania que conhecemos: votando.

Figura 17 - Indígena votando

Fonte: http://www.tre-sc.jus.br/site/imprensa/noticia/arquivo/2007/abril/artigos/indios-a-justica-eleitoral-e-o-voto/index.html.

Aproveitamos para levantar mais dois questionamentos: 1° Atualmente onde estão os povos indígenas? E 2° Os indígenas também são cidadãos? Os estudantes concluíram que sim, os indígenas são cidadãos, e para endossarmos a resposta deles apresentamos o Artigo 231 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que assegura a organização social, os costumes e as tradições indígenas e o Estatuto do Índio (Lei 6.001 de 1973) que resguardam não só os "índios integrados" como também os demais (isolados, em via de integração etc.). Lemos alguns capítulos do artigo 231 da CF/88, destacando as partes que falam sobre a demarcação das terras indígenas e dos recursos dessas áreas.

Nesse momento muitos estudantes questionaram a necessidade de ainda existir na atualidade leis para proteger o indígena, pois para eles elas não seriam necessárias já que os povos originários estavam no Brasil muito antes da chegada dos portugueses, sendo por isso os legítimos donos das terras. Ressaltamos que a existência dessas leis reflete a luta de movimentos sociais para que houvesse o reconhecimento dos direitos indígenas assim como a punição para aqueles que não respeitam. Vimos nesse momento a oportunidade de debatermos sobre a situação dos Yanomamis que em pleno século XXI, mesmo com aparatos legais, estão sofrendo com o garimpo ilegal em suas terras, a contaminação da água e com a violência sexual.

Compartilhamos várias reportagens feitas no ano de 2023 e disponíveis na internet e pontuamos que atualmente os indígenas ainda são desrespeitados e sofrem com as ações criminosas de pessoas ricas que exploram ilegalmente as suas terras. Para finalizarmos o debate pedimos que os estudantes analisassem as charges a seguir e pontuassem a crítica social que cada uma delas faz.

Figura 18 - Charge do Autor Latuff. Ano: 2013

Fonte: http://culturadigital.br/revistadialogosdosul/blog/2014/07/12/por-que-o-racismo-contra-indigenas-e-o-maior-de-todos-no-brasil/.

Figura 19 - Charge do Autor Latuff. Ano: 2013

Fonte: https://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/2013/09/06/.

Finalizamos a aula com a socialização das respostas e concluímos com as falas de alguns estudantes que demonstraram não ter conhecimento sobre os problemas que os indígenas passam nos dias atuais. Muitos ficaram bastante sensibilizados e indignados com as imagens que viram dos Yanomamis extremamente debilitados e mudaram a concepção que possuíam sobre os povos originários.

Conclusão

Ao falarmos dos povos originários nos mais diversos períodos da história ajudamos os nossos estudantes a não vincularem a história desses povos apenas ao período colonial. Com isso trazemos à superfície as problemáticas sociais que até hoje existem no que se refere ao desrespeito que persiste com relação aos direitos dos indígenas.

Organizando uma aula dialógica, pautada em reflexões e em questionamentos, rompemos com a prática de transposição de conteúdos pré-estabelecidos para o estudo do passado nacional. Conseguimos desta forma gerar em nossos estudantes, independente da faixa etária, inquietações essenciais para uma formação crítica e cidadã.

Através da proposta didática aqui apresentada, contextualizamos situações do século XVI até a atualidade e conduzimos os estudantes a perceberem que o estudo da história não se baseia em um passado que está posto e por isso é estático, mas é algo dinâmico que dialoga com a sua realidade e com a história atual do país.

Referências

ARAÚJO, Adriana Ribeiro de. Ensino de História e Culturas Indígenas: desafios e propostas para abordagem da temática indígena na sala de aula. *In:* **XIII Encontro Estadual de História, 2020.** História e mídias: narrativas em disputas, 2020.

BRASIL, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que **estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 de março de 2008.

CAIMI, Flávia Eloisa; Oliveira, Sandra Regina Ferreira de**.** Vitória da tradição ou resistência da inovação: o Ensino de História entre a BNCC, o PNLD e a Escola. DOSSIÊ - Bases Nacionais e o Ensino de História embates, desafios e possibilidades na/entre a Educação Básica e a formação de professores. **Educ. rev.** 37, 2021.

CULTURA DIGITAL. http://culturadigital.br/revistadialogosdosul/blog/2014/07/12/por-que-o-racismo-contra-indigenas-e-o-maior-de-todos-no-brasil/.

MELANI A. R. M. **Projeto Pitanguá História:** Componente Curricular. São Paulo, Moderna, 2º, 3º e 4º ano, 2008.

MELO, Paulo Cézar Camurça; ARAÚJO, Fátima Maria Leitão; SOUSA, Joilson Silva. Temática indígena no livro de história a partir da vigência da BNCC. **Dialogia**, São Paulo, n. 40, p. 1-18, jan./abr. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.5585/40.2022.19986.

MOBILIZAÇÃO INDÍGENA NACIONAL. https://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/2013/09/06/.

SILVA, Edson. Povos indígenas e Ensino de História: subsídios para a abordagem da temática indígena em sala de aula. **História & Ensino**, Londrina, v. 8, p. 45-62, out., 2002.

TRE.http://www.tre-sc.jus.br/site/imprensa/noticia/arquivo/2007/abril/artigos/indios-a-justica-eleitoral-e-o-voto/index.html.

Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (1812-1831): Violências e Celebrações da Vila do Forte

Marcos André Nascimento de Jesus[54]
Gleudson Passos Cardoso[55]

Resumo

Esta pesquisa tem por finalidade analisar a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e a sua interação e integração com a sociedade fortalezense entre os anos de 1812 a 1831. Esse lugar criado e usado pelos homens, produziu experiências e práticas sociais transformando-o em um espaço onde foram vivenciadas relações políticas, econômicas e sociais em seu em torno. A Fortaleza empresta à Cidade seu nome: "Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção Capitania do Ceará Grande", a institucionaliza, dando-lhe "vida jurídica", sendo elevada à Capital da Capitania, integrando-se com os seus habitantes, que a compõem dentro de um escopo social, espacial e histórico.

Palavras-chave: Sociedade; Espaços; Experiências.

O presente artigo pretende discorrer sobre o trabalho de Mestrado, que está em curso na Universidade Estadual do Ceará e visa perscrutar a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e a sua interação e integração com a sociedade fortalezense no período entre 1812, marco inicial da nova construção e configuração da Fortaleza, e 1831, ano das celebrações ocorridas na cidade em comemoração ao reconhecimento de D. Pedro II como Imperador do Brasil e a abdicação de D. Pedro I ao trono.

A relação entre a Fortaleza e a Cidade foi estabelecida no decorrer do tempo histórico, na criação de espaços físicos e simbólicos que foram configurados, reconfigurados e incorporados pela sociedade da época, por intermédio de práticas do cotidiano. Como diz o início do hino da cidade de Fortaleza: "Junto à sombra dos muros do forte a pequena semente nasceu". Podemos

54 Mestrando em História, Culturas e Espacialidades no PPGHCE CH UECE.

55 Professor do Curso de História e do PPGHCE CH UECE.

perceber que o núcleo populacional que se configurou ao seu redor deu origem à cidade.

Esse lugar criado e usado pelos homens, produziu experiências (Thompson, 2002) e práticas sociais (Certeau, 2014), transformando-o em um espaço onde foram vivenciadas relações políticas, econômicas e sociais. A Fortaleza empresta à Cidade seu nome: "*Villa da Fortaleza de N. S. d'Assumpção, Capitania do Ceará-Grande*", a institucionaliza, dando-lhe "vida jurídica", integrando-se com os seus habitantes que a compõem dentro de um escopo social, espacial e histórico.

A construção da nova Fortaleza estava inserida dentro do *Plano de Modernização da Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção*, conforme o Livro de Atas da Câmara Municipal de Fortaleza de 8 julho de 1812 (Revista do Instituto do Ceará, 1994, p. 49). Esse Plano foi elaborado pelo Tenente-Coronel de Engenheiros Antônio José da Silva Paulet (1778-1837), Ajudante de Ordens do então Governador da Capitania do Ceará Manoel Ignácio de Sampaio (1778- 1856). Esse plano urbanístico acabou impactando várias áreas no campo político, econômico e social da cidade de Fortaleza criando um vínculo, com a sociedade local, de significados múltiplos.

Após o ano de 1817, ocorreu uma série de agitações sociais e políticas que atingiram a Capitania do Ceará e sua Capital (Revista do Instituto do Ceará 1919, p. 300-339). Ideias e fatos vindos de fora do Brasil, reverberaram e encontraram acolhimento na sociedade cearense, marcando esse período como um tempo de instabilidade política e violência social (Revista do Instituto do Ceará 1914, p. 3-57). A Fortaleza ficou como "espectadora" dos fatos históricos ocorridos no seu interior e em suas proximidades, interagindo mais uma vez com a sociedade, tornando-se um espaço onde foram vivenciadas experiências individuais e coletivas, como a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador em 1824, marcadas pelo confronto e violência.

Nesses eventos, a Fortaleza esteve diretamente ou indiretamente envolvida, transformando-se em um espaço de experiências sociais diversas, onde encontramos urbanismo, violências e celebrações.

Se por um lado foram produzidas violências, em que foram ceifadas vidas de personalidades conhecidas e tidas como relevantes na sociedade for-

talezense como na Revolução Pernambucana de 1817 e na Confederação do Equador em 1824.

Por outro lado, a Fortaleza, mais uma vez, torna-se uma referência histórica, sendo "palco" de celebrações, como uma festa ocorrida no ano de 1831 (Revista do Instituto do Ceará 1898, p. 217-219), em reconhecimento a D. Pedro II como Imperador do Brasil e a abdicação de D. Pedro I ao trono.

Essas características elencadas da Fortaleza e da Cidade, evocaram eventos históricos, marcando, no tempo histórico, a relação de um objeto construído de "*tijolo e cal*" e a sociedade fortalezense, constituída de sentimentos, corpos e mentes, estabelecendo ações humanas no binômio espaço/tempo, em que a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção aparece entre urbanismo, violências e celebrações.

A considerar as movimentações dos sujeitos, que produzem suas experiências individuais e coletivas, dentro de espaços que "opera retroativamente sobre seus corpos" (Löw, 2013, p. 25), podemos observar, neste artigo como uma "dinâmica dos espaços" opera em sua força objetiva, "estruturante", objetivando e subjetivando o sujeito, dentro de um ordenamento dual, onde os espaços são concebidos como "ordenamentos-ordens relacionais de seres e bens sociais em lugares" (Löw, 2013, p. 26-27). Dessa maneira, capitamos que um sujeito pode perceber um espaço como um lugar ou lugares de múltiplos significados, a depender do seu momento histórico.

Ao estudar sobre a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e a cidade homônima, interessou-nos pesquisar a construção de um lugar, que foi um espaço de poder e modernidade, e a sua interação e integração com a sociedade, que partilhava suas experiências e práticas cotidianas no seu interior e redondezas. Ao nos deter nesse movimento de corpos e no surgimento de instituições que foram criadas em seu interior e arredores, interessou-nos estabelecer um elo de ligação entre o espaço criado e a sociedade fortalezense, com a finalidade de perceber como as experiências sociais foram produzidas dentro desse espaço, por intermédio dos ritos oficiais, prisões, celebrações e execuções e, em que medida esses eventos criaram um espaço de sociabilidade nas primeiras décadas do século XIX na cidade de Fortaleza.

É dentro dessa ótica que orbita a nossa problemática. Interessa-nos conhecer alguns sujeitos que circularam dentro e ao redor desse espaço, a perce-

ber como as instituições e a sociedade, dentro do recorte temporal proposto, dialogavam com esse espaço, como foram interpretadas, pelos atores sociais, as mudanças de significação do espaço a partir de suas próprias experiências, como foram preestabelecidas e estabelecidas relações afetivas com esse espaço, bem como foram constituídos os dramas e as tramas sociais presenciados e vivenciados pelos atores e sujeitos sociais, e quais as tensões que surgiram entre o espaço nominado de Fortaleza, institucionalizado pelas autoridades locais, e a sociedade fortalezense.

O trabalho se faz relevante por contribuir para o campo historiográfico no momento em que se propõe a observar a construção de um espaço, para além de sua configuração geográfica e arquitetônica, a destacar as práticas socias, onde estão inseridas as experiências individuais e coletivas, "percebendo o espaço como produto social" (Soja, 1989, p. 7, *apud* Löw, 2013, p. 20) fruto da intervenção do homem e, "portanto, algo histórico e a ser historicizado" (Ribeiro, 2011, p. 6).

A pesquisa se enquadra dentro da abordagem da *História social*, em uma visão que interage com a concepção sociológica que vê o **espaço** como uma força estruturante. Nesse sentido, nos interessa aferir como o indivíduo e a sociedade podem ser a causa e consequência da criação dos espaços, dentro de ordenamentos políticos, econômicos, sociais e jurídicos. Assim pretendemos analisar essas estruturas, espacial e orgânica, com os movimentos produzidos pelos sujeitos no tempo, interpretando e reinterpretando, usando e reutilizando o espaço. Ao trazer o tempo e o espaço, "instâncias inseparáveis" à produção historiográfica, ao dialogo,verificamos como a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção ajudou a sociedade local a adquirir um "sentimento de pertencimento" do espaço cidade, como um local onde foi possível a população externar uma "representação" de sua identidade, contribuindo, assim, para a sociedade se enxergar em uma nova dimensão da cidade, ou seja: a urbanização, realizada pelas instituições e autoridades citadinas. Esse símbolo de modernidade, forneceu à população um local para vivenciarem suas experiências e práticas sociais, no início do século XIX, na cidade de Fortaleza.

Segundo José D'Assunção Barros, a História Social expressa e tem por tarefa a de promover uma síntese de aspectos relacionados a várias dimensões ou domínios historiográficos. A partir desta perspectiva, podemos analisar como

as práticas sociais (Certeau, 2014), vivenciadas pelos homens e mulheres do século XIX, deram conformidade e vida à Fortaleza, interagindo no espaço, com espaço e pelo espaço. Assim, acreditamos ser possível compreender as práticas sociais e as tensões sofridas por esses sujeitos, que experimentaram esse lugar.

O conceito de espaço elaborado pela socióloga Martina Löw, como um produto da ação pessoal é fulcral para o entendimento dessa dinâmica sujeito/espaço, onde a ação de indivíduos, que atuaram na Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, ganhou uma nova forma de ser percebida pelos governantes e pela sociedade: "tijolo e cal", simbolizando não só a modernidade arquitetônica e urbanística da cidade, mais também um espaço que representava e exalava poder, que experimentava ritos oficiais, gerando violências e celebrações.

Ao aplicarmos o conceito de sociedade e poder elaborado por Foucault, procuramos observar, como a constituição do controle de corpos e mentes em um determinado lugar na sociedade, torna-se uma ocupação de um "espaço visível", possibilitando identificar com "quem ou o que" esteve exercendo o poder político, militar, social, religioso, econômico e jurídico. Assim, o poder, é um jogo materializado nas práticas sociais (Foucault, 1984).

Partindo do conceito de Rito, onde ele se torna uma ferramenta de controle simbólico social (Ven Gennep, 1977); uma invenção (HOBSBAWN, 1984) e uma institucionalização da ordem social onde emerge (Leopoldi, 1978), é possível analisar como a sociedade fortalezense foi impactada em suas práticas ritualísticas vivenciadas no espaço da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção nas primeiras décadas do Século XIX, onde ocorreram festas, prisões e execuções.

Nesse sentido, o conceito de experiência histórica de Ricardo Gaspar Müller, em que o autor afirma que essa experiência constitui, nega, opõe e resiste, estabelece mediações, é espaço de prática, intervenção, obstaculizarão, recusa, é processo de formação de identidades dos grupos sociais. Logo, esse conceito é de vital importância para uma averiguação aprofundada das contradições e ambiguidades que se estabeleceram na Revolução Pernambucana de 1817 e Confederação do Equador de 1824, envolvendo o espaço da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, bem como as festividades ocorridas no período estudado.

A partir desses arcabouços conceituais, analisamos o objeto da pesquisa na concepção que a história é sempre, também, um produto espacializado

e considera que os "objetos/seres humanos/eventos são associados" (Löw, 2013, p. 28). Dessa maneira, buscamos perceber os movimentos elaborados pelos sujeitos sociais, a dinâmica do poder, do discurso, do "caleidoscópio" espacial, onde no percurso temporal, conceitos e percepções vão mudando o significado e o significante, segundo as experiências individuais e coletivas vivenciadas.

A análise documental a partir do Auto de Demarcação da Fortaleza, publicado pela Revista do Instituto do Ceará em 1888, bem como o Livro de Atas da Câmara Municipal de Fortaleza de 8 julho de 1812, publicado pela Revista do Instituto do Ceará em 1994, onde é possível identificar a data da construção da "nova" Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e a sua inserção dentro do plano urbanístico da cidade de Fortaleza, dando a cidade uma nova forma de interagir com o espaço geográfico, nascendo, assim, uma "consciência urbana" que foi inculcada na mentalidade das autoridades e na maioria da população. No Auto de Demarcação é possível analisar o discurso oficial do Governador Sampaio, a partir da fonte documental. A autoridade nesse ato institucionaliza uma ação, um movimento de construir, materializar, tornar real uma obra arquitetônica e simbólica, que esteve inserida dentro do espírito de modernidade urbana da cidade.

Além do Governador Sampaio, que assina em conjunto com várias autoridades locais o Auto de Demarcação da Fortaleza, a destacar o Engenheiro Paulet, que em 1825, já em Lisboa, escreveu aos seus superiores portugueses, apresentando o "único documento gráfico que se conhece", relativo à nova Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, disponível no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar na capital portuguesa, e publicado pela Revista do Instituto do Ceará em 2012. Nesse documento é possível fazer uma análise comparativa do projeto inicial com a obra efetivamente realizada. Constata-se no documento, que Paulet apresentou às autoridades portuguesas, a Planta da nova Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e a situação da obra, que estava parcialmente construída, a parte norte, bem como ressaltou que a antiga Vila tinha se tornado Cidade, conforme o Decreto do Imperador D. Pedro I, datado de 17 de março de 1823. Analisando essa documentação, ainda é possível observar o fluir das informações que seguia o trajeto Fortaleza-Lisboa, onde a mudança de status da capital cearense tinha chegado ao conhecimento do projetista, tendo em vista que o mesmo regressara à capital

portuguesa em 1821. Assim avulta de importância este documento histórico, pois "é a única informação de que se dispõe referente à visão que o projetista tinha da sua Fortaleza" (Castro, 2012, p. 25).

A partir da relação dos doadores que contribuíram para a construção da Fortaleza, publicada pela Revista do Instituto do Ceará em 1905, é possível verificar os diversos estratos sociais que participaram desse evento, auxiliando o poder estatal na empreitada da construção de um símbolo de poder e modernidade, que vai impulsionar e servir de base para a urbanização da cidade de Fortaleza.

Após a análise do processo construtivo da fortaleza, dentro do processo de urbanização da cidade, a pesquisa volta-se para as movimentações e ebulições da cidade, que desembocaram em registros de violências, tendo como "palco" e "expectador" o espaço da Fortaleza e imediações.

A Revolução Pernambucana de 1817 é um fato histórico onde se observa a participação de vários atores que participaram desse evento e como essas experiências, que perpassaram na Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e proximidades, resultaram em condenações, prisões, confissões, execuções, absolvições e até celebrações. Entre eles está Bárbara de Alencar e seus filhos.

Nesses eventos, a fortaleza esteve diretamente ou indiretamente envolvida, transformando esse lugar em um espaço de múltiplos significados (Giddens, 1988, p. 124, *apud* Löw, 2013, p. 23), onde circularam diversos atores como Bárbara de Alencar genitora dos "irmãos Alencares", José Martiniano de Alencar, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, que estiveram presos em seu interior.

Entre os fatos que ocorreram no interior da Fortaleza, houve uma querela historiográfica em relação à Barbara de Alencar e seus filhos, onde podemos perceber uma tensa disputa pelo controle do discurso histórico (Foucault, 1971) e do lugar/espaço onde eles estiveram presos. Há uma placa nos subterrâneos da Fortaleza com os seguintes dizeres: *"Aquí gemeu longos dias D. Barbara de Alencar, victima em 1817, da tyrannia do Governador Sampaio"*. O Doutor Pedro Theberge afirmara em seu livro Esboço Histórico sobre a Província do Ceará em 1875, que os filhos de Bárbara de Alencar ficaram presos em uma masmorra, em baixo do chão, no interior da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Então, o mito que os irmãos Alencares e Bárbara de Alencar estiveram em uma masmorra no interior da Fortaleza se espraiou de modo a ter uma placa no local, afirmando esse ocorrido. Contudo, João Nogueira, rebate essa assertiva, publicando um trabalho de seu pai, o Desembargador Paulino Nogueira, no Jornal "O Correio do Ceará" em 1º de julho de 1915 afirmando que o referido autor cometeu um equívoco, pois Bárbara de Alencar e seus filhos ficaram em um calabouço no antigo Quartel de primeira Linha entre a cadeia do crime e a Fortaleza (Nogueira, 1928, p. 106-113) e mesmo Bárbara de Alencar nunca estivera naquele local, tendo uma cela separada para ela. Nesse artigo o autor elenca as testemunhas, parentes próximos aos Alencares, que conviveram com eles e desmentem o fato.

Por outro lado, a fortaleza, mais uma vez, torna-se uma referência histórica, sendo "palco" de uma festa em 1817 (Revista do Instituto do Ceará 1900, p. 272-273), em comemoração ao aniversário do então Príncipe do Reino Unido D. Pedro de Alcântara, em 12 de outubro e à derrocada da Revolução Pernambucana de 1817, gerando um espaço de "congraçamento social" (Revista do Instituto do Ceará 2012, p. 61) e um espaço político, onde houve uma aclamação à D. João VI e críticas aos revoltosos de 1817.

A Confederação do Equador de 1824, foi outro evento estudado, tendo como um fato digno de registro, as Cartas de José Martiniano de Alencar e João de Andrade Pessoa Anta escritas em 1825. Esses documentos hoje estão arquivados na Biblioteca Nacional. O destinatário dessas correspondências era Manuel do Nascimento Castro e Silva, que tinha sido Secretário do Presidente da Província do Ceará, Costa Barros, e que fora nomeado Presidente do Rio Grande do Norte em dezembro de 1824 e estava na Corte naquele momento. Eles pediam que o mesmo interviesse, junto ao Imperador, em suas absolvições. O Decreto Imperial que instalou a Comissão Militar, que julgou os réus da Confederação do Equador no Ceará, por crime lesa-pátria, veio na esteira da suspensão das garantias individuais preconizadas pela Constituição de 1824, que fora outorgada pelo Imperador D. Pedro I. Do veredito dado por esse Órgão governamental, os condenados foram colocados nas prisões e alocados na Fortaleza, esperando a ordem de serem executados ou absolvidos. Na decisão da Comissão Militar em absolver José Martiniano de Alencar e condenar à pena capital João de Andrade Pessoa Anta, a pesquisa investiga se o fator político foi a causa determinante para esse evento histórico.

É possível, ainda, investigarmos como foram vividos os momentos finais dos seguintes condenados: Padre Mororó; João Andrade Pessoa Anta; Francisco Miguel Pereira Ibiapina e Luiz Ignácio de Azevedo Bolão e Feliciano José da Silva Carapinima. Dessa maneira, é perceptível ver a Fortaleza como espaço de poder, onde a prisão, a execução e a morte aparecem como formas materiais e simbólicas de interação social, impactando a vida da sociedade local diante de tais ações e execuções.

Na vida social, outras celebrações ocorreram nesse lugar chamado de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, criando um espaço de sociabilidade local nas primeiras décadas do século XIX. A descrição de uma festa em comemoração ao Decreto Imperial de 16 de dezembro de 1815, que elevou o Brasil à categoria de Vice-Reino, e teve o Padre Mororó como orador, é um exemplo disso. Aqui podemos observar como a percepção do espaço e lugar mudam de significados, conforme a posição em que ocupa os atores sociais em um determinado tempo histórico: em 1815 o Padre Mororó foi prestigiado como orador do evento, pelo Governador e as autoridades. Nesse tempo, para esse personagem, o espaço/lugar foi traduzido como um espaço de poder, prestígio e congraçamento, contudo em 1825 o mesmo espaço/lugar era traduzido como prisão, desgraça, martírio e morte, diante de sua condenação e execução, por fuzilamento, em virtude de sua participação na Confederação do Equador em 1824.

O Jornal "O Semanário Constitucional" de 1898, em seu número 40, descreveu as festividades ocorridas em 29 de maio de 1831 na cidade de Fortaleza, onde comemorava-se o reconhecimento de D. Pedro II como imperador do Brasil. A Fortaleza participou, ativamente, da festividade com salvas de tiros. Mais uma vez a Fortaleza se integra com a sociedade fortalezense, realçando os laços entre o monumento, a construção, juntando o concreto à população, a vida ao sentimento eivado de simbolismo múltiplos.

Por fim, a Fortaleza de Nossa de Assunção surge com um sentido de modernização de uma época em que o Estado do Ceará, bem como a cidade de Fortaleza necessitavam de um símbolo que marcasse sua nova fase história: a autonomia administrativa. Assim, surgiu a Fortaleza, objeto/monumento, realizando a sinergia entre a matéria e as pessoas.

Referências

CASTRO, José Liberal de. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana de Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. 108, p. 43-90, 1994.

CASTRO, José Liberal de. Bicentenário da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção: o caso singular de uma obra de arquitetura militar com função simbólica. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. 126, p. 9-72, 2012.

CASTRO SILVA, Vicente Ferreira. Relação dos principais donativos oferecidos voluntária e, gratuitamente a bem da construção da nova fortaleza do Ceará pelas pessoas abaixo declaradas. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. 19, p. 303-311, 1905.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 22ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1817. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. 19, p. 3-57, 1914.

DO SEMANÁRIO CONSTITUCIONAL Nº 40. Descripção das festas de 29-5-1831. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. 12, p. 217-219, 1898.

PEIXOTO, Eduardo Marques. Ceará - Movimento Político de 1824. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. 21, p. 40-49, 1907.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. 4ª Ed. São Paulo: Graal, 1984.

GENNEP, A Van. **Os Ritos de Passagem**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1978.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LEOPOLDI, José Savio. **Escola de Samba, Ritual e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1978.

LÖW, Martina. O Spatial turn: para uma sociologia do espaço. **Tempo social, Revista de sociologia da USP**, v. 25, n. 2, p. 17-34, 2013.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. **Razão e Utopia:** Thompson e a História. Tese (Doutorado em História Social) – Curso de História, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002.

NOGUEIRA, João. D. Bárbara e o Governador Sampaio. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. 12, p. 106-113, 1928.

NOGUEIRA, Paulino Nogueira. Fortaleza do Ceará (Fortificação). **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. 2, p. 123, 1888.

PAULET, Antônio José da Silva. Descripção geográfica abreviada da Capitania do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. 12, p. 5-33, 1898.

PEIXOTO, Eduardo M. A Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. 19, p. 297-302, 1905.

RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS DONATIVOS. Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 14, p. 303-311, 1905.

RIBEIRO, Guilherme. A valorização total do espaço: capitalismo e geografia em Civilisation Matérielle, Économie et capitalisme – XV-XVIII, **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 47, p. 5-27, janeiro-junho de 2011.

THÉBERGE, Pedro. **Esboço Histórico sobre a Província do Ceará**. Fortaleza: Typ. Imparcial, 1875. v. 2.

THOMPSON, Edward P. **Os Românticos**. A Inglaterra na Era Revolucionária. Tradução: Sérgio Moraes Rêgo Reis, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

UMA festa em Fortaleza no tempo do governador Sampaio. Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 14, p. 271-274, 1900.

História e memória no espaço público: o caso da praça do avião no setor aeroporto em Goiânia

Fátima Johannes Martins Matozinho[56]

Resumo

A pesquisa desenvolvida tem como objetivo o estudo da Praça do Avião (formalmente denominada praça Santos Dumont) como um importante território de histórias e memórias para a população do Setor Aeroporto e Goiânia em geral. O espaço que antes abrigava o primeiro aeroporto de Goiânia, tornou-se praça e passou por muitas mudanças, revitalizações e esforços da comunidade para mantê-lo vivo. Com o objetivo de observar sua evolução, apresentou-se uma breve historiografia sobre seu surgimento e desenvolvimento até a atualidade, onde se buscou contextualizar a forma com que a praça atua no cotidiano do bairro e na memória coletiva da comunidade habitante do Setor Aeroporto. A pesquisa foi baseada na análise de artigos de jornais e na metodologia das etnografias urbanas, com foco na caminhada e participação ativa no dia a dia da praça. Por meio da pesquisa pode-se concluir a importância da Praça do Avião como força atuante no território do bairro e a sua influência em diversas mudanças que ocorreram no Setor Aeroporto no passar dos anos. Além disso, foi observado que o notável simbolismo histórico da Praça do Avião representa muito mais do que um simples ponto de lazer para a população, a praça surge como parte da história e da identidade do Setor Aeroporto.

Palavras-chave: Praça do Avião; Memória; História; Territórios; Goiânia.

Ao se caminhar por uma cidade é possível identificar seus espaços históricos e de memória? As cidades são consideradas expressões da natureza humana. Ela é como se fosse um corpo de costumes, tradições e sentimentos das pessoas que nela habitam (Park, 1973). Por isso, é muito comum observarmos nas cidades vestígios da história da comunidade que nela habita. Seja em

56 Universidade Federal de Goiás, Mestranda no programa de Pós-Graduação em Projeto Cidade da FAV | UFG.

suas ruas, construções, casas ou espaços públicos, o fato é que, muitas vezes a representação física e sensorial da cidade nos remete à uma cultura específica.

Na cidade existem locais os quais podemos ver com maior clareza tais vestígios culturais permeados em meio ao caos da vida moderna. Esses lugares são denominados como lugares de memória, e são justamente esses espaços nos quais se cristalizam e se refugiam momentos particulares de uma determinada história. É um lugar que permeia nossas memórias, ao mesmo tempo que articula passado e presente (Nora, 1993).

Visto isso, será analisado o espaço público da Praça do Avião no Setor Aeroporto em Goiânia, buscando compreender se de fato este emblemático lugar é capaz de ser considerado um espaço que representa a história e que guarda partes da memória do bairro. Para mais, procurou-se também compreender como foi a sua trajetória ao longo dos anos, e como ela adquiriu as conformações e os usos que nela estão presentes atualmente.

A pesquisa se fundamentou em dois principais métodos para o seu desenvolvimento: o primeiro foi a análise e leitura de jornais e documentos antigos encontrados no arquivo da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação de Goiânia (SEPLANH) e o segundo momento foi através de caminhadas e interações no espaço da praça com base nos preceitos utilizados pela metodologia das etnografias urbanas, ou seja, procedimentos associados à presença e imersão do pesquisador no objeto de estudo (Eckert, Rocha, 2008).

Assim como Certeau (1994) discorre, uma das práticas urbanas mais significativas são as caminhadas, isso porque ela possibilita a apropriação do sistema topográfico pelo pedestre, auxiliando-o na imersão da experiência social no lugar e possibilitando a observação das histórias fragmentadas ali existentes. Por isso, durante diferentes dias da semana e em diferentes horários de um mesmo dia, caminhou-se pela Praça do Avião observando suas principais características e peculiaridades que poderiam ser vistas ali naquele momento.

A Praça do Avião, desde seu surgimento, sempre foi um importante equipamento do Setor Aeroporto e tem uma história muito íntima com o surgimento do bairro visto que ela está localizada onde foi a pista de pouso do primeiro aeroporto de Goiânia. Assim, para darmos início a este estudo é preciso primeiramente sanar algumas questões sobre memória e história para que tenhamos muito claras as suas diferenças, isso porque muitas vezes memória e

história são confundidas entre si quando na verdade elas estão longe de serem consideradas sinônimos. Sendo assim, assim como o historiador Pierre Nora observa (Nora, 1993, p. 9).

> Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente.

Assim como Nora pontua, a história pode ser considerada como uma representação do passado, enquanto a memória não se acomoda a detalhes alimentando-se apenas de lembranças vagas. História e memória caminham juntas, mas possuem demandas diferentes, enquanto a história demanda uma análise e um discurso crítico, a memória instala a lembrança como algo sagrado (Nora, 1993).

A memória é então um conjunto de lembranças, contudo, as nossas lembranças individuais são incapazes de trazer à vida a memória coletiva de um determinado espaço. Isso porque a memória só será mais próxima da realidade uma vez que ela esteja pautada nas lembranças de várias pessoas. É necessário que ela tenha bastante pontos de contato entre pessoas diversas para que seja reconstruída com um fundamento comum. Como (Halbwachs, 2003, p. 34) complementa,

> Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas

> passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade.

A história, entretanto, pertence a todos e a ninguém. Ela é vocacionalmente universal e enquanto à memória se enraíza no concreto e no espaço, a história se mostra através das continuidades temporais, ou seja, nas evoluções das coisas (Nora, 1993). Por isso quando analisamos a evolução de uma cidade, buscamos sua história, que pode ou não conter traços das memórias de seus usuários. A historicidade da cidade é pautada justamente nessa trajetória temporal onde através dos tempos descompassados surge uma pluralidade, e são essas combinações que geram o que vemos através do tecido urbano (Lepetit, 2001).

Levando em consideração estes conceitos, podemos observar que os espaços em si guardam tanto memórias quanto histórias. Toda tradição histórica desenvolve-se como um exercício de memória com seu aprofundamento espontâneo na reconstituição de um passado sem lacuna ou falhas (Nora, 1993). Logo, quando chamamos lugar de memória, nos referimos a ele como um reflexo de todo o simbolismo envolvido naquele lugar. São eles locais materiais, simbólicos e funcionais, aqueles que estão entrelaçados com o tempo e a eternidade, passando por uma espiral coletiva e simultaneamente individual, onde o tempo parado, bloqueia o trabalho do esquecimento e fixa o estado das coisas materializando o imaterial e prendendo o máximo de sinais naquele lugar (Nora, 1993). Com base nisso, será possível perceber a Praça do Avião, como um desses lugares que guardam memórias?

O Setor Aeroporto, como seu nome bem diz, tem um histórico de ligação com a aviação goiana. Foi nele onde o primeiro aeroporto da cidade foi instalado. Durante alguns anos o espaço que hoje é o bairro era uma extensa pista de pouso com algumas poucas residências espalhadas ao seu redor de forma esporádica. A figura 20 mostra as pistas do aeroporto ainda no início da construção de Goiânia, na década de 1940. Com o passar do tempo a proximidade dessas residências e o fluxo de aviões, que se tornava cada vez maior, foi convertendo a existência do aeroporto naquele espaço insustentável. Na década de 1950 o aeroporto foi transferido para uma terra doada no bairro

Santa Genoveva, e com isso começou a repartição e o parcelamento do espaço novo bairro (Oliveira, Peixoto, 2016).

Figura 20 - Vista área da pista de pouso do primeiro aeroporto de Goiânia (Década de 1940)

Fonte: Autor não identificado. Goiânia – GO. Acervo MIS|GO.

Com o desenvolvimento do novo bairro, já na década de 1960, alguns importantes agentes começaram a se instalar em seu território, os padres Agostinianos em sua sede, a Igreja Nossa Senhora de Fátima, e a Rodoviária de Goiânia são dois bons exemplos disso (Oliveira, Peixoto, 2016). Eles contribuíram fortemente para o surgimento de diversos comércios e serviços pelas ruas do bairro, o que colaborou para a modificação de seu tecido quase que predominantemente residencial para um bairro com usos mistos. Ademais, outro importante elemento do desenvolvimento do bairro foi justamente nosso objeto de estudo, a Praça do Avião. Na verdade, o nome formal desta praça é Praça Santos Dumont, contudo, é praticamente impossível ouvir alguém a chamando assim, por isso optamos por manter o termo Praça do Avião para nos referimos ao nosso objeto de estudo.

Em meados da década de 1960, as duas pistas em formato de cruz, uma com 900m e a outra com 1200m (Moreira, 2005) deram lugar as avenidas República do Líbano e Avenida X (posteriormente denominada Avenida Pi-

res Fernandes) e em seu centro, a terra vermelha transformou-se na Praça do Avião. No começo a praça era apenas terra pisada, ela abrigava uma feira de alimentos semanal do bairro que acontecia toda quinta-feira, no entanto, com o passar do tempo e a chegada da urbanização e ajardinamento na praça, a feira foi realocada para a rua 11-A com Avenida Z (atual Av. Ismerino Soares de Carvalho) (Junior, 1994).

O nome Praça do Avião surgiu por conta do avião que a praça abrigou por muitos anos. O avião doado pela Aeronáutica em 1969 ficou por quase duas décadas ornando-a. (Almeida, 1998) O avião, um F-8 Gloster, era uma verdadeira relíquia do passado. De acordo com o piloto Roni Piagetti que deu entrevista ao jornal Diário da Manhã, na edição de 1988, o F-8 Gloster representava o início da era do jato para o Brasil. No entanto, também de acordo com os artigos encontrados, o vandalismo e a falta de manutenção por parte da prefeitura levaram o Museu Aeroespacial em Campos dos Afonsos, no Rio de Janeiro, a retirar o F-8 da Praça do Avião. Primeiramente o intuito era apenas a restauração do modelo, contudo, uma vez sob a posse do museu mesmo com a insistência de alguns governos goianos não se conseguiu mais recuperá-lo, deixando a praça do avião, sem avião.

Com a retirada do avião F-8 da Praça do Avião os moradores do bairro ficaram extremamente descontentes. Isso porque o avião representava, para aquela população, as lembranças do aeroporto que ali existiu. Os moradores sentiam orgulho de ter aquele patrimônio sob sua praça e ficaram extremamente aborrecidos com sua retirada. Podemos entender esse descontentamento quando analisamos o fato de que a memória coletiva é fortemente entrelaçada com o espaço. Assim como Halbwachs (2003) dizia, o lugar ao mesmo tempo em que recebe a marca do grupo, também marca o grupo que nele habita. Ou seja, as transformações involuntárias na cidade afetam seus habitantes pois elas ocupam aspectos diferentes de suas vidas, então a simples demolição ou retirada de um monumento do espaço perturba os moradores, trazendo a eles mal-estares individuais acerca daquele precioso lugar (Halbwachs, 2003).

Diante do descontentamento e da constante luta dos moradores para reaver o avião da praça, em 2003, um novo avião foi nela colocado. Uma réplica do avião 14-Bis (Figura 21) o primeiro modelo utilizado por Santos Dumont

para teste de viagem, foi colocada na praça durante sua revitalização do ano de 2003. A réplica feita pelo designer e escultor Fernando Noletho, é 20% menor que a original, e é feita de chapas de ferro e metalon, e assim como no modelo original possui motor, radiador, filtro de óleo, tanque de gasolina, manche e manete, luminoso e dois reservatórios de água (Lelis, 2003).

Figura 21 - Réplica do avião 14-BIS na praça do avião

Fonte: Da autora, 2023.

Essa revitalização de 2003, trouxe consigo elementos que compõe a praça até os dias de hoje que são eles: pista de skate (Figura 22), área de ginastica e playground (Figura 22.1), espaço cultural, praça de alimentação, banheiros públicos e um espaço para a Associação dos Moradores do Setor Aeroporto (AMSA), embora os dois últimos estejam atualmente desativados.

Figura 22 - Pista de Skate e área de ginástica e playground

Fonte: Da autora, 2023.

Com o estabelecimento da Praça do Avião no bairro, outros interesses foram surgindo pelo território do Setor Aeroporto. Com o constante crescimento do centro, o valor dos terrenos e as dificuldades impostas pela prefeitu-

ra quanto a utilização de seu espaço público, fez com que alguns comerciantes se sentissem forçados a migrarem seus negócios para um lugar menos oneroso, e o Setor Aeroporto se encaixava perfeitamente nos requisitos (Coutinho, 2005). Os marreteiros, garageiros ou simplesmente empresários que vendem veículos usados pelas ruas do bairro (Oliveira, Peixoto, 2016) na década de 1970 começaram a migrar seus negócios do centro para os entornos da Praça do Avião (Coutinho, 2005) o que resultou num crescimento bastante significativo do bairro, que além de já ser um espaço reconhecido pela grande quantidade de serviços de saúde, agora também começava a abrigar um novo tipo de uso, o dos comércios dos garageiros (Oliveira, Peixoto, 2016).

Vizinhos nem sempre tão agradáveis para os moradores do bairro, por muitos anos eles foram o principal tópico de descontentamento da população residente em relação ao bairro. Diversos jornais retrataram por anos as discussões existentes entre os garageiros e os moradores. No entanto, apesar do incomodo, os garageiros seguiram firmes na região (Figura 23), transformando o bairro em referência nesse tipo de comercio e mesmo atualmente eles seguem resistindo por todo o bairro.

Figura 23 - Garagens remanescentes no entorno da Praça do Avião

Fonte: Da autora, 2023.

A Praça do Avião passou por muitas modificações ao longo dos anos de sua existência. Conforme vamos estudando os antigos artigos de jornais sobre a praça vemos que de fato é um lugar muito especial para a população do Setor Aeroporto. Nas entrevistas e até na forma de ser tratada pelos jornalis-

tas da época, fica clara a importância deste espaço. Ela praticamente esteve presente durante todas as etapas de consolidação do bairro e sua presença por si só acarretou vários acontecimentos capazes de influenciar o lugar até hoje.

Quando perguntados, os moradores que caminham pela praça e pelo Setor Aeroporto, em geral, sempre respondem que o lugar favorito deles no bairro é a Praça do Avião. Seja para fazer caminhada, levar o cachorro para passear, para uma aula ao ar livre do colégio, a Praça do Avião é definitivamente um importante agente do cotidiano do Setor Aeroporto. É um espaço de convivência, querido e valorizado por quem ali vive e sua imagem já faz parte do imaginário dessas pessoas. As imagens construídas pela Praça do Avião se encaixam bem no que Pallasmaa trazia sobre imagens da arquitetura, onde elas agem como representações metafóricas que condensam uma cultura. Elas não apenas guiam como também organizam nossas percepções e pensamentos acerca daquela cultura. Essas imagens acabam sendo responsáveis por tocar nossas emoções e nosso inconsciente (Pallasmaa, 2013).

A arquitetura é capaz de tocar a emoção e os afetos humanos, mas com a constante modificação dos espaços surge uma crescente diluição dessas imagens o que acaba acarretando a perda dos conteúdos primordiais do mundo enfraquecendo-o e desgastando-o (Pallasmaa, 2013). A Praça do Avião já foi muito modificada, desde sua criação até os dias de hoje praticamente nada se manteve sem interferências, contudo o seu significado para a população nunca mudou. Sua presença como espaço de lazer e descanso se mantém significativa e sua relação com a representatividade e a lembrança do aeroporto no bairro seguem evidentes. Talvez esse sentimento de memória e de representatividade de uma história tenha sido responsável pela manutenção desse espaço público. Hoje, podemos notar que existe um esforço para mantê-la viva, e que é comum novos e diferentes usos serem vistos em seu espaço. Um deles pôde ser observado durante a pesquisa: Nas quartas-feiras acontece uma feira de lazer e alimentação (Figura 24) que vem apropriando-se do espaço praça de pouco a pouco com barraquinhas de comida, artesanato e grandes brinquedos para as crianças.

Figura 24 - Fotos da feira das quartas-feiras na Praça do Avião

Fonte: Da autora, 2023.

Essa feira assim como todos os novos usos dados à praça, facilita a sua manutenção. Sua presença constante na vida dos moradores da região reforça seu espaço não apenas como um lugar de histórias e memórias, mas também como um lugar de significados. E com isso, observamos que sua presença na cidade muito se assemelha com o conceito de patrimônio, pois assim como Flávio Carsalade (2017) ressalta, o objeto patrimonial é aquele elemento de interação reflexiva, ou seja, é um reflexo seja da consciência histórica ou artística de uma população. Assim como o autor observa (Carsalade, 2017, p. 212-213),

> [...] o que confere a qualidade de "patrimônio" a determinado bem é uma relação construída entre as qualidades intrínsecas desse bem e o significado que ele adquire para as sociedades. Como patrimônio cultural, ele é sempre o resultado de uma ação humana sobre a matéria, seja ela primordial (aquela que ocorreu no momento de sua criação), seja ela apenas simbólica (aquela que ocorreu no momento de seu reconhecimento como patrimônio), seja ela interventiva (quando ela se submete a uma ação modificadora qualquer).

Desta forma, podemos dizer que a Praça do Avião faz parte dos patrimônios históricos e afetivos da cidade de Goiânia. E mesmo que muitas vezes ela não seja tratada como tal, seus significados ao longo dos anos torna-a um agente extremamente importante para a cidade. Por isso, ressaltar a sua importância traz consigo a necessidade e o dever de preservá-la para que seu simbolismo nunca deixe de representar o que o Setor Aeroporto foi um dia. A cidade que está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam

surge de forma palpável em seus espaços públicos trazendo à tona a interação entre as organizações morais e físicas da cidade (Park, 1973).

Com o passar do tempo e as modificações constantes talvez algumas das memórias da praça do avião tenham se esvaído, contudo, à medida que essa praça segue firme presente no cotidiano do bairro sempre relembrando seus moradores do que um dia existiu é possível perceber seu importante papel como espaço de histórias e memórias de Goiânia.

Referências

ALMEIDA, Cida. Na rota do descaso. **Diário da Manhã**: Goiânia, 03 fev. 1988.

CARSALADE, Flávio L. Dualidades patrimoniais. **Oculum ensaios**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 203-216, Maio-Agosto 2017, Dossiê.

COUTINHO, Leandro. Paraíso Automobilístico. **Diário da Manhã:** Goiânia, 17 abr. 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

JUNIOR, Danin. História remontada com Romantismo. **O Popular:** Goiânia, 20 fev. 1994.

LELIS, Flávia. Praça do Avião recebe modelo 14-Bis. **Diário da Manhã**: Goiânia, 19 jul. 2003.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história, a problemática dos lugares. **Projeto História:** Revista do programa de estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 10, 1993. Disponível em https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763. Acesso em: 02 set. 2023.

OLIVEIRA, Adriana M. V.; PEIXOTO, Elane R. **O Aeroporto que virou Bairro**. Goiânia: Editora UFG, 2016.

PALLASMAA, Juhani. **A imagem corporificada:** imaginário e imaginação na arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para investigação do comportamento no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno Urbano.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

Conflitos de poder na administração das terras na Capitania do Siará Grande NA primeira metade do séc. XVIII

Rafael Ricarte da Silva[57]

Resumo

Conflitos de poder, denúncias e acusações sobre doação, posse e administração das terras na Capitania do Siará Grande ao longo do processo de efetiva conquista foram recorrentes. Capitães-mores, sesmeiros, religiosos, camaristas e demais moradores entraram em disputas de poder e interesses particulares pela posse das terras em processo de conquista. Para melhor compreender estes embates, a pesquisa ora apresentada teve como objetivo investigar a atuação dos capitães-mores na concessão de terras no Siará Grande, especialmente na primeira metade do século XVIII, analisando até que ponto estes agentes da governança local estiveram envolvidos em articulações e negociações em torno do cumprimento ou não das determinações impostas pela legislação sesmarial. Para tanto, as análises dos perfis e das trajetórias de governança e das atribuições que os capitães-mores deveriam cumprir na execução de seus serviços foram os pontos de partida da investigação. Metodologicamente, investigou-se a configuração geográfica das áreas doadas por cada capitão-mor e o período, os deveres/exigências ressaltados por cada um, as redes sociais estabelecidas entre estes agentes da governança local e os requerentes de sesmarias e os embates entre os diversos sujeitos históricos imersos neste contexto de expansão das fronteiras do sertão, especialmente o conflito de interesses e poderes envolvendo Gabriel da Silva Lago (Capitão-mor) e Cristóvão Soares Reimão (Ouvidor-Geral). O corpus documental da pesquisa foi composto por manuscritos avulsos do Conselho Ultramarino referentes ao Siará Grande, legislação sesmarial, cartas de sesmarias e registros de nomeações para o posto de capitão-mor contidos nos Registros Gerais de Mercês da Coroa portuguesa. A partir da análise documental observou-se a existência de diversos

57 Doutor em História Social e Professor Adjunto do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

embates entre os sujeitos históricos, elencados acima, nas disputas por terras e discussões das normativas legais acerca da doação e/ou posse de sesmarias.

Palavras-chave: Capitania do Siará Grande; Sesmarias; Capitães-mores.

Conflitos de poder, denúncias e acusações sobre doação, posse e administração das terras na Capitania do Siará Grande ao longo do processo de efetiva conquista foram recorrentes. Capitães-mores, sesmeiros, religiosos, camaristas e demais moradores entraram em disputas de poder e interesses particulares pela posse das terras em processo de conquista. Para melhor compreender estes embates, o presente texto tem como objetivo investigar a atuação dos capitães-mores na concessão de terras no Siará Grande, especialmente na primeira metade do século XVIII, analisando até que ponto estes agentes da governança local estiveram envolvidos em articulações e negociações em torno do cumprimento ou não das determinações impostas pela legislação sesmarial.

A seleção de agentes para os cargos de governação/administração no Império português foi heterogênea, variando de acordo com a hierarquia dos territórios e dos postos a serem ocupados, bem como ao longo de diversos contextos entre os séculos de dominação em suas conquistas ultramarinas. Quanto maior a importância/centralidade do território e/ou do cargo a ser ocupado na compreensão da estratégia de conquista e dominação lusitana, mais elevados eram os critérios e os atributos que os escolhidos deveriam possuir, sendo esses de natureza sócio familiar e/ou de experiência militar ou governação. Portanto, o processo de escolha de um Governador-Geral, Vice-Rei demandava setores, atributos e agentes diferentes de uma nomeação como a de um capitão-mor em uma capitania de menor relevância econômica e estratégica na política imperial do reino luso.

Além dos aspectos acima mencionados, devem-se levar em conta os interesses pessoais e contextuais que estavam em jogo nos diferentes domínios. Para Nuno Gonçalo F. Monteiro e Mafalda Soares da Cunha,

> [...] a nomeação dos governantes decorria tanto dos critérios sociais e de mérito pré-definidos pela monarquia para cada território, quanto da decisão individual de aceitar ou não o posto. E esta era influenciada pelo resultado das negocia-

> ções sobre mercês que o governante indigitado iniciava antes de aceitar o cargo e pela situação concreta em que se encontrava o território em causa. As benesses solicitadas podiam incidir tanto sobre as condições de exercício do cargo (ordenado, complementos remuneratórios, titulatura), quanto sobre as mercês a obter, imediatamente ou no regresso, para si e para os seus descendentes. Por parte da Coroa, os factores que intervinham no parecer final articulavam as qualidades do requerente com a situação concreta do despacho de serviços anteriores, ponderando-as com o estado de necessidade do território em causa e, por isso, com a urgência na partida para o posto. É evidente, então, que a existência de conflitos militares abertos ou outras dificuldades conhecidas reforçavam a capacidade negocial do governante indigitado e propiciavam actos de maior liberalidade da Coroa e, em geral, um abaixamento nas suas exigências usuais (Monteiro; Cunha, 2005, p. 209).

As nomeações levavam em conta elementos do contexto local, dos critérios a serem contemplados e da capacidade negocial entre postulante e Coroa na política de prestação de serviços e recompensas em forma de mercês. Ao se postular um cargo de capitão-mor, por exemplo, o candidato apresentava os serviços que já havia desempenhado em nome de *Sua Majestade* e os possíveis recursos de sua fazenda que havia gasto na execução dos mesmos, como forma de demonstrar sua qualificação e obediência como bom vassalo, aguardando em troca a recompensa em forma de mercê. Dessa maneira, "*servir a Coroa, com o objetivo de pedir em troca recompensas, tornara-se quase um modo de vida, para diferentes setores do espaço social português*" (Olival, 2001, p. 21) no reino e no ultramar, configurando, segundo Fernanda Olival, uma economia de mercês que fundamentou a lógica do recrutamento nas conquistas do Império português.

Cabe advertir, que a participação dos agentes coloniais não foi impulsionada somente a partir do interesse ou do sentimento de pertencimento na política imperial de conquista e recebimento de mercês. Deve-se levar em consideração, também, os interesses imediatos e particulares que estavam em

jogo no contexto local de conquista e afirmação de poder no momento em que se estava recrutando para determinado posto.

A seleção dos candidatos ao cargo de capitão-mor nas capitanias onde existiam menores competências e maior dependência funcional em relação a outras jurisdições governamentais recomendava "*que a boa política fosse seleccionar pessoas com menores atributos sociais exigindo-se-lhes, porém, experiência*". A escolha dos capitães-mores a partir de 1643, com a criação do Conselho Ultramarino, era realizada por meio de uma seleção e consulta desse Conselho, abrindo-se "*geralmente um prazo para a apresentação das candidaturas, findo o qual o Conselho elaborava uma consulta na qual se indicava o mais votado, normalmente com fundamentação*" (Monteiro; Cunha, 2005, p. 211-212). Após estes procedimentos, era emitido despacho real com a indicação do candidato selecionado. No século XVIII, quanto mais importante fosse a capitania, mais cedo foram eliminados estes processos de escolha por meio de editais.

A nomeação para o posto de capitão-mor da Capitania do Siará Grande obedeceu ao sistema acima mencionado. Em 1678, por exemplo, abriu-se consulta do Conselho Ultramarino para nomeação ao cargo de capitão-mor devido ao falecimento de Jorge Correia da Silva que até então o ocupava.

> Por estar vago o posto de capitão da capitania do Ceará, por falecimento de Jorge Correia da Silva, em quem estava provido, se puseram editais de quinze dias, para que as pessoas que a ele se quisessem opor, entregassem seus papéis ao secretario deste Conselho Manoel Barreto de Sampaio, e no dito termo de quinze dias os apresentaram as pessoas seguintes[58].

E no caso do Siará Grande, qual o perfil dos escolhidos entre 1679 e 1720? Prevaleceu o contexto de conquista e afirmação dos domínios territoriais, sendo selecionados os *homens de guerra* em detrimento daqueles que possuíam distinção nobiliárquica, experiência de governação? Qual a naturalidade dos capitães-mores nomeados para a Capitania do Siará Grande? Qual

58 [1678, abril, 1, Lisboa] Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará, que vagou por falecimento de Jorge Correia da Silva. Resolução régia a nomear Sebastião de Sá. Manuscritos Avulsos da Capitania do Ceará. AHU-Ceará, cx. 1, doc. 31.

a circulação/trajetória destes? Todos combateram nas guerras de Pernambuco? Participaram dos combates aos indígenas na Guerra dos Bárbaros? Prestaram serviços somente nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil? Existem alterações relevantes no perfil dos candidatos selecionados?

O primeiro desses foi Sebastião de Sá, filho de Manoel Ribeiro de Sá e natural de Olinda, que em 1678 recebeu a nomeação para o posto de capitão-mor após, aproximadamente, 27 anos de serviços prestados à Coroa portuguesa no Estado do Brasil. As atividades desempenhadas pelo candidato, segundo consta da apresentação de sua candidatura, relacionavam-se essencialmente com o contexto de conquista, expansão e afirmação de novos domínios entre as capitanias da Paraíba e do Siará Grande, conforme destacado abaixo. Dentre os serviços prestados a Vossa Alteza encontravam-se a ocupação dos postos de,

> [...] de soldado, alferes vivo e reformado, e capitão de infantaria vivo e reformado; havendo-lhe achado no decurso do referido tempo (e antes dele no princípio das ditas guerras, em que também tinha assistido) na facção da casa forte de Izabel Gonçalves, no sitio da força de Nazaré, que se tomou à escala, na entrada da Capitania da Paraíba, e assalto, que se deu a um forte nos limites de Santo André, queimando-se ao inimigo uma lancha de mantimentos e assustando-se toda a campanha, nas duas batalhas dos Guararapes, na defesa da estância do governador dos pretos [...] e passando ao Rio Grande ficar ali de guarnição até segurar os moradores dele; e indo ao Ceará domar o gentio, que inquietava aquele povo, e ultimamente nas marchas que se fizeram pelo sertão, assolar e intimidar as nações dos gentios, matando, e cativando muitos, e tornando aos Palmares buscar negros levantados, executar neles o mesmo castigo, em que entrou um irmão do rei que era toda nossa inquietação; padecendo nestas jornadas grandes fomes e trabalhos, e procedendo sempre com muito zelo e valor.[59]

59 [1678, abril, 1, Lisboa] Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará, que vagou por falecimento de Jorge Correia da Silva.

Concorreram com Sebastião de Sá os seguintes postulantes: Cristóvão Berenger de Andrade, que havia servido nas guerras de Pernambuco, presidido a Fortaleza das Cinco Pontas e era pessoa das mais nobres da Capitania Geral de Pernambuco, onde foi vereador e juiz; Antônio Botelho da Silva, consta que serviu no Reino, Alentejo, Évora, Pernambuco e no Maranhão; Cristóvão Paes de Mendonça, que serviu em Pernambuco, Paraíba e cargos da República e Mateus Vieira Botado, que desempenhou funções na cavalaria do Estado do Brasil e Corte durante oito anos e foi capitão de Infantaria no Rio de Janeiro.

Após análise dos "currículos" apresentados pelos candidatos ao cargo, os Conselheiros do Conselho Ultramarino definiram seus votos, conforme lhes pareciam mais adequado a partir das experiências dos proponentes.

> Ao Conselho parece nomear a Vossa Alteza para este posto em primeiro lugar a Antônio Botelho da Silva, por ter notícia destas partes, e servir já de capitão de Gurupá, em que procedeu com toda satisfação, e que com a mesma o fará no Ceará por sua inteligência, e cuidado: Em segundo lugar a Cristóvão Berengel. E em terceiro a Sebastião de Sá.
> Ao Doutor Carlos Cardoso Godinho lhe parece nomear em primeiro lugar Sebastião de Sá, em segundo lugar Cristóvão Berengel e em terceiro Cristóvão Paes.
> Salvador Correia de Sá [e Benevides] nomeia em primeiro lugar a Sebastião de Sá, em segundo Cristóvão Berengel e em terceiro Antônio Botelho da Silva, pelo que fica relatado de seus serviços. Lisboa, ao primeiro de abril de 1678. Conde de Val de Reis[60].

Compreende-se a divisão das indicações realizadas pelos Conselheiros a partir da análise dos perfis dos três candidatos mais recomendados. Sebastião de Sá era o único que possuía experiência na guerra contra os gentios no Siará Grande e aquele que detinha maior tempo de serviço prestado. Critérios estes

Resolução régia a nomear Sebastião de Sá. Manuscritos Avulsos da Capitania do Ceará. AHU-Ceará, cx. 1, doc. 31. Grifo meu.

60 *Idem*.

que para Salvador Correia de Sá e Benevides certamente prevaleciam dentre os atributos almejados para o cargo.

Cristóvão Berenger de Andrade, segundo postulante com maior tempo de prestação de serviços, apresentou-se como uma das pessoas mais nobres da Capitania Geral de Pernambuco, ficando em segundo lugar na indicação de todos os Conselheiros. Nesse caso, a pretensa "nobreza" não garantiu sua indicação ao posto, pois era o único a mencionar a "qualidade" distintiva. O terceiro a ser apontado como possível capitão-mor foi Antonio Botelho da Silva, único que detinha experiência como capitão-mor, o que lhe assegurou designação por uma parte dos Conselheiros.

Certamente, nesse caso, a escolha por Sebastião de Sá para ocupar o cargo de capitão-mor do Siará Grande levou em consideração o contexto de conquista e combate aos inimigos externos e internos da Coroa portuguesa, aliando maior experiência em serviço de guerras e conhecimento dos espaços a serem dominados e consolidados. Para Nuno Gonçalo F. Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, a guerra era um elemento distintivo para o processo de ocupação social do território. Ou seja, "*os diferentes graus de exigência defensiva iniciais repercutiram-se decisivamente sobre o perfil social da população recrutada para cada um dos territórios e, muito em particular, sobre os atributos dos seus governantes*" (2005, p. 200). Para além da exigência defensiva, acredita-se que a guerra ofensiva de conquista impetrada no espaço das Capitanias do Norte do Estado do Brasil reforçava a necessidade da escolha por candidatos que tivessem o perfil de *homens de guerra*, independentemente da experiência de um governo anterior como capitão-mor ou de uma diferenciação pelo *status* de nobreza.

Depreende-se do exame dos processos de nomeação ao posto de capitão-mor do Siará Grande que a lógica na seleção dos candidatos foi a escolha por sujeitos que tivessem experiência em guerras. Esta poderia ter sido adquirida em qualquer parte do império, mas que, de alguma forma, contribuísse no contexto de conquista que o indigitado iria se inserir, não importando se o selecionado era nobre, se já tinha passagem pela capitania ou se detinha o maior tempo de serviço prestado. O importante para o contexto de conquista por qual passava o Siará Grande era enquadrar-se no perfil de *homens de guerra* e não, necessariamente, em homens de governança, respeitando-se apenas o cuidado para não

nomear aqueles que possuíssem interesses nos arranjos locais. Alguns desses, como Francisco Gil Ribeiro e Pedro Lelou, foram companheiros de sesmeiros em incursões contra gentios. Já outros como Gabriel da Silva Lago, formaram redes de alianças na capitania com sesmeiros da ribeira do rio Jaguaribe.

O processo de concessão de sesmarias pelos capitães-mores do Siará Grande entre os anos de 1679 e 1720 foi essencial para a conquista da capitania e a formação de uma elite conquistadora, permitindo que algumas normativas fossem atenuadas mediante o contexto de guerra contra os gentios e a formação de redes de alianças entre sesmeiros e os próprios capitães-mores. Viu-se que, a princípio, os capitães-mores não podiam realizar doações de terras, cabendo a autoridades superiores este dever de conceder. Entretanto em 1715, certamente como forma de legitimar e incentivar a conquista dos vastos sertões das Capitanias do Norte do Estado do Brasil, a Coroa portuguesa passou a autorizar os governos locais do Siará Grande e Rio Grande a doarem, exigindo que os sesmeiros solicitassem, posteriormente, a confirmação real. Na tabela I, pode-se observar, quantitativamente, a distribuição por cada capitão-mor, bem como as suas datas-limite.

Tabela 1 - Quantidade de sesmarias concedidas por cada capitão-mor no Siará Grande (1679-1720)[61]

DATA-LIMITE	*NOME*[62]	*QUANTIDADE*
1679-1682	Sebastião de Sá[63]	016
1682-1683	Bento de Macedo de Farias	009
1689-1693	Tomás Cabral de Olival	007
1694	Fernão Carrilho[64]	003

61 A data-limite não obedece necessariamente ao período de administração, pois os capitães-mores não doaram terras todos os anos de seus governos. Não foram contabilizadas nesta tabela as concessões de retificação (04 ao todo) e de confirmação (10 no total) para o período em análise. Das sesmarias retificadas, 02 foram doadas por Gabriel da Silva Lago em 1706 e 1708 e as outras duas por Salvador Álvares da Silva em 1719. Ressalta-se também que foram concedidas 02 sesmarias por Governadores Gerais do Estado do Brasil, uma por Roque da Costa Barreto em 1681 e outra por Antonio Luis de Sousa Teles de Meneses em 1685. Datas de sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928 (Org.). *Arquivo Público do Estado do Ceará.* Fortaleza: Expressão Gráfica/Wave Media, 2006. CD-ROM.

62 Não foram identificados registros de concessões feitos pelos seguintes capitães-mores: Luis da Fonseca Carvalho, Pedro Lelou e João Freitas da Cunha.

63 Sebastião de Sá administrou a capitania uma segunda vez entre os anos de 1684 e 1687, mas não existem concessões feitas pelo mesmo nesse período.

64 Fernão Carrilho administrou a capitania uma segunda no ano de 1699, mas não existem concessões feitas pelo mesmo nesse ano.

1702	Francisco Gil Ribeiro	007
1703-1704	Jorge de Barros Leite	036
1705	João da Mota	037
1706-1710	Gabriel da Silva Lago[65]	230
1711-1713	Francisco Duarte de Vasconcelos	014
1714	Plácido de Azevedo Falcão	008
1716-1718	Manoel da Fonseca Jaime	102
1718-1720	Salvador Álvares da Silva	050
TOTAL		519

A partir dos dados arrolados pode-se concluir que existiu uma forte concentração de doações de sesmarias nas duas primeiras décadas do século XVIII, momento este de deflagração de uma guerra geral e justa aos indígenas por parte da Coroa portuguesa. Indiscutivelmente, esse contexto permitiu a existência de práticas, tanto por parte de sesmeiros como por capitães-mores, que estiveram à margem do que determinavam as normativas. Dentre essas práticas, destacaram-se a concessão de mais de uma sesmaria por requerente, a não exigência de alguns deveres e o não cumprimento de demarcações e confirmações.

Para o caso do Siará Grande, ao se examinarem as concessões realizadas por cada capitão-mor, foi possível evidenciar doações que, presumivelmente, beneficiavam direta ou indiretamente o capitão-mor que havia concedido a sesmaria ou diretamente seu parente. Na administração de Gabriel da Silva Lago, por exemplo, foram identificadas 10 concessões para sesmeiros que detinham o mesmo sobrenome do capitão-mor, consoante o exposto na tabela 19. Infelizmente, não foi possível identificar o grau de parentesco dos requerentes com o capitão-mor. Dona Mariana da Silva Lago, que recebeu duas concessões de três léguas de comprimento por uma légua de largura, seria sua esposa? Lamentavelmente, essa questão ficará em aberto por falta de dados.

Assim como Gabriel da Silva Lago, outros capitães-mores efetivaram doações para sujeitos que, provavelmente, fossem seus familiares. Em 1704, Jorge

65 Oficialmente a administração do capitão-mor Gabriel da Silva Lago acabou em 1708. Entretanto o mesmo aparece doando sesmarias até 1710, sendo 01 concessão em 1709 e 011 em 1710. Nestes dois anos a Capitania do Siará Grande foi administrada por um governo interino com membros do Senado da Câmara de São José do Ribamar de Aquiraz.

de Barros Leite doou uma sesmaria na ribeira do rio Jaguaribe para o capitão Antonio de Barros Leite. Outro a agraciar um possível parente foi João da Mota, que em 1705 concedeu a Dona Úrsula da Mota uma sesmaria na ribeira do rio Jaguaribe. Já em 1712, foi a vez de Francisco Duarte de Vasconcelos dadivar Antonio Duarte de Vasconcelos. O capitão-mor Plácido de Azevedo Falcão deferiu a solicitação de Dona Inocência de Brito Falcão em 1714. Por fim, Manuel da Fonseca Jaime doou em 1717 uma sesmaria na ribeira do rio Jaguaribe para Félix da Fonseca Jaime.

Os casos identificados acima são poucos, mas são significativos na medida em que demonstram como os capitães-mores usufruíam dos cargos para garantir vantagens para si e/ou para familiares por meio da doação de terras em excelentes áreas da capitania. Certamente, a concessão de sesmarias também foi a principal forma desses se inserirem ou constituírem redes de alianças com os conquistadores do Siará Grande.

Considerações finais

Em síntese, viu-se ao longo deste texto que existiu uma forte relação entre o contexto de conquista por qual estava passando a capitania e o perfil dos candidatos selecionados para o cargo de capitão-mor, os *homens de guerra*. Foram selecionados sujeitos que detinham experiências em combates nas variadas partes do Império português. Esses, ao administrarem as concessões de terras no Siará Grande, resguardados pela conjuntura de conquista e guerra justa frente aos indígenas, descumpriram variadas normativas, sem, contudo, jamais serem punidos por essa causa.

Referências

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CUNHA, Mafalda Soares da. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português nos séculos XVII e XVIII. *In*: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CUNHA, Mafalda Soares da; CARDIM, Pedro. (Coords.). **Optima Pars**: Elites Ibero-americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS, 2005, p. 191-252.

OLIVAL Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno**: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar, 2001.

O sequestro da estrela: apontamentos para um estudo sobre a construção subjetiva do cineasta Glauber Rocha enquanto celebridade do cinema brasileiro (1959-1978)

Romário de Moura Rocha[66]

Resumo

Pode o cineasta ser uma estrela? Sem pretensão de responder de imediato a esse questionamento, a escrita que se segue tem por objetivo analisar por quais mecanismos a figura do cineasta passa a ser pensada em termos de celebridade midiática deslocado para um espaço antes ocupado centralmente por atores e atrizes no campo cinematográfico. Analisando o caso específico de Glauber Rocha, como o cineasta brasileiro que mais se promoveu e foi promovido a esse status, a escrita problematiza a constituição da figura midiática do diretor baiano e o processo histórico que o alçou enquanto estrela do cinema brasileiro, pensando como as suas incursões midiáticas foram responsáveis por lançar uma dada forma de identificação de sua personalidade. Nosso aporte de discussão bibliográfica e teórica compreende estudos sobre o estrelismo e o importante dado de constituição de uma cultura visual em torno de Glauber Rocha partindo dos estudos de Didi-Huberman.

Palavras-chave: Estrelismo; Escrita de si; Personalidade; Cinema.

Introdução

Historicamente, na formação da cultura cinematográfica, o fenômeno do estrelato ocupou uma função bastante importante no desenvolvimento do filme como produto de consumo cultural (Staiger, [s. d.]). Do fenômeno capitalista do *star system* empreendido por Hollywood desde as primeiras décadas do século XX, ao *divismo* vivenciado no cenário europeu, o culto a persona-

66 Doutorando em História e Espaços pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGH/UFRN. Mestre em História do Brasil pelo PPGHB/UFPI. Bolsista CAPES.

lidades encarnadas pelos atores e atrizes advindos do mundo imaginário do écran para habitar entre os mortais, fascinou durante muito tempo cinéfilos e não cinéfilos do mundo inteiro.

Entretanto, uma nova perspectiva de estrelismo parecia enunciar-se. Em 1961, escrevendo ao Suplemento Dominical do Jornal do Brasil (SDJB), em artigo intitulado de "O processo cinema", Glauber Rocha elencaria uma afirmação inusitada no instante em que refletia sobre a figura do cineasta: pensar o diretor como uma estrela, semelhante ao fenômeno que atrizes e atores representaram até pelo menos os anos 1950. O contexto de sua escrita fazia pare de uma série de outros artigos em que o crítico montava suas trincheiras de ataque ao cinema comercial e aos embargos que Hollywood punha ao desenvolvimento do cinema brasileiro (Rocha, 1961).

Partindo dessa perspectiva percebemos que toda uma gama de estudos sobre Glauber Rocha dificilmente parou para analisar a formação subjetiva de sua personalidade midiática.[67] Não se parou ainda para questiona, por exemplo, como a mídia assumiu um poder de enunciação em sua própria materialidade para delinear o nome Glauber Rocha, e que peso isso acarretou na legitimidade ou incômodo com que seus discursos foram encarados, sobretudo quando se remete ao cineasta baiano como ponto de inflexão do Cinema Novo, a título de exemplificação.

Assim, este artigo tem por pretensão elencar alguns dos principais elementos que apontam para a construção da figura do cineasta como estrela (celebridade) dentro do campo cinematográfico, pensando especificamente como a atuação de Glauber Rocha e sua presença constante como sujeito midiático o forjou nesse lugar de celebridade. Trata-se de refletir sobre quais elementos concorreram para a elaboração da subjetividade de Glauber Rocha na identidade que encarnou como nome referencial do cinema brasileiro.

Pode o cineasta ser uma estrela?

67 Desde biográficas a trabalhos sobre o peso de seu nome – aqui tido como referência a identificação da personalidade – nos discursos sobre o Cinema Novo esse fato não obteve tanta atenção. Citamos aqui a biografia de João Carlos Teixeira Gomes: *Glauber Rocha*: esse vulcão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997; e a dissertação de Frederico Osanan Amorim Lima: *É que Glauber acha feio o que não é espelho*: a invenção do Cinema Brasileiro Moderno e a configuração do debate sobre o ser no cinema nacional. 2012. 238 f. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia, 2012.

Em 1959, no artigo "*Orfeu, metafísica de favela*", publicado no Suplemento Dominical do Jornal do Brasil, Glauber Rocha analisou acidamente o filme de Marcel Camus, *Orfeu Negro*, que havia vencido a Palma de Ouro no Festival de Cannes daquele ano. Um dos elementos de ataque atribuído a fita foi seu caráter exótico em explorar temas importantes, como a favela, em razão de uma visão a qual classificou de puramente comercial e distante da realidade brasileira, dado o fato de ter sido a exploração de uma temática nacional por um estrangeiro.

Além do filme propriamente dito, o critério de análise por parte de Glauber foi a própria figura do cineasta francês descaracterizado em sua condição de diretor. Para falar de sua performance como cineasta, assim Glauber elencou:

> *Pela primeira vez na história do cinema moderno o cineasta passa a primeiro plano nas unidades de produção e publicidade*. Uma inversão no sistema de produzir gerou um grupo de cineastas de várias idades, vindos de outras artes (Camus diz que vem da pintura) e da crítica para os estúdios, com filmes pretensamente revolucionários. [...] *Em Marcel Camus há uma personalidade romântica que comove a imprensa* (Rocha, 1959).

Na argumentação de Glauber Rocha para atacar Camus, a estrutura é centrada em dois aspectos concatenados: a sua *persona* midiática – vide a "personalidade romântica" –, e no diagnóstico de que há um certo deslocamento no interior do campo cinematográfico: o diretor passa a ser a figura central, alvo preferencial inclusive da publicidade. Nesse interim, Glauber chama atenção para a maneira como a personalidade de Camus é capturada pela imprensa no momento que o cineasta busca promover sua produção a partir de sua fala em "ternura humana", num certo interesse pelo Brasil.

Isso explicaria o porquê de o crítico chamar atenção para o dado do elemento midiático no atravessamento de sua crítica enquanto mais uma estratégia do cinema comercial. Não por acaso, no desfecho do artigo, Glauber acidamente colocou o critério da escolha do filme em Cannes como parte da valorização da "empreitada comercial".

No horizonte da crítica, Glauber Rocha passava a compreender uma dada dinâmica histórica em que no "cinema moderno", em meio a "política dos autores", no quadro da "nouvelle vague", a maneira de como caracterizar o diretor, e a sua aparição no centro da produção fílmica, passava a desempenhar um papel de bastante relevo. E é a esse papel do cineasta, e uma dada necessidade de caracterizar que personagem deveria ser esse – nos termos de seu questionamento, "*o 'ser' cineasta*" –, que está em questão nesses seus primeiros textos.

Em "O processo cinema", artigo supracitado de 1961, essa atmosfera seria retomada. No texto, Glauber parte da reflexão e constatação de que o filme é antes de tudo um produto, e como tal necessita de investimentos frente a tantos outros meios de comunicação que se difundiam, como o caso da televisão. Todavia, um critério de diferenciação se fazia necessário. Era preciso pensar o cinema como campo artístico em que o filme é *a priori* uma obra de outra natureza, que fosse vista e consumida pelo "espírito" que a encerra como artefato artístico e não como mero produto do mercado industrial de filmes, como colocava.

Nessa querela posta pela dinâmica da economia própria do cinema, despontaria ainda a agência do cineasta, o sujeito artista, como aquele transformado também em uma espécie de obra de consumo. Portanto, Glauber Rocha cobraria também a necessidade de tecer reflexões sobre o que deveria ser o real posicionamento da personagem do diretor de cinema nas funções que encarna na produção cinematográfica.

Nas palavras de Glauber Rocha, assim se configurava o estado geral dos cineastas:

> Se o escritor e o pintor estão, na maioria dos casos, também inscritos neste processo de imortalidade organizado pelos editores e proprietários de galerias, o cineasta, mais do que qualquer artista, está colocado no topo. Em seu trabalho produtores investem milhões. É necessário tornar o *autor intelectual do filme uma peça rara*. É preciso convertê-lo em *monstro sagrado, como antigamente era feito com as estrelas*. *Desde o neo-realismo, e mesmo antes o cinema francês, que o*

> *cineasta vem substituindo a vedete no programa publicitário*. Com o advento da *nouvelle vague*, todo um plano tradicional foi subvertido *e os jornais se viram subitamente invadidos pelas fotografias-aventuras* de Roger Vadim, Louis Malle, Claude Chabrol, François Truffaut, Alain Resnais, Marcel Camus, Robert Hossein, Georges Franju, Jean-Luc Godard, Édouard Molinaro e mais uma dezena de jovens diretores de cinema. (Rocha,1961).

Novamente vemos então o argumento da crítica feita ao diretor que passava a ser posicionado em um lugar publicitário que desqualificava o real sentido de sua função criadora como artista. Para Glauber, tal processo era resultado de investimentos que traziam o autor a frente do filme como um produto a ser consumido. Inclusive, citaria ainda no decorrer do artigo, a presença constante de nomes de destaque nas revistas de crítica que se apresentavam "lucrativamente, *portadores de certas características pessoais capazes de servir para melhor faturar novos padrões*", seguindo a atmosfera que durante anos constituiu o *star system*, e, portanto, reforçando apenas um tipo bem específico de cinema, o comercial.

Nesse contexto de crítica aquele cinema, Glauber se colocaria em um terreno ambíguo. Ao passo que condenava tais investidas, não deixou de assumir um certo tom em que ele mesmo está pensando o diretor como esse agente de proeminência sobre a obra fílmica. Assim, ao condenar a alocação do diretor nesse lugar de estrela era em tal *status* divinatório que percebia o diretor, terreno do qual a sua própria experiência como cineasta iria demonstrar.

No mesmo texto, Glauber não economizou palavras para descrever a si mesmo como exemplo maior do que nomeou de o "ser cineasta". Ao rememorar a sua recente experiência com a produção do filme *Barravento*, narrando em tom de "sacrifício penoso", o cineasta traçou seu divino labor. Marcado pela militância exaustiva em nome de um cinema que não se deixa levar pelo puro e simples consumo, que é possível, a contrapelo, pelo seu caráter paupérrimo e artesanal, comprometido com a máxima de ser "um veículo de ideias necessárias", seu exemplo se constituía assim num verdadeiro parâmetro ao qual tomar por referência. Essa espécie de signo divinatório acentuava

ainda mais a caracterização própria do estrelismo, uma vez que o fenômeno imprimiu culturalmente sobre seus sujeitos o espectro de um ser divino, um não-humano que personificava características quase que inacessíveis e posta sob a admiração dos mortais[68].

As "estrelas" do/no subdesenvolvimento

Durante os primeiros anos da década de 1950, enquanto durou a experiência industrial do cinema paulista encabeçada pela suntuosidade dos estúdios da Companhia Cinematográfica Vera Cruz (1949-1954), na aspiração de desenvolver a cinematografia nacional, a cultura cinematográfica brasileira passou cada vez mais a incentivar a modificação do *status* de simples consumidora para produtora de suas próprias estrelas (Maciel, 2011). Embora estas últimas tivessem que dividir espaço com a já consolidada hegemonia dos astros de Hollywood, amplamente divulgado pelas revistas de fãs da época, como *A cena muda* e *Cinelândia*, algumas personalidades brasileiras passaram pouco a pouco a ocupar o panteão do imaginário cinematográfico difundido nesse veículo da impressa que buscava replicar o modelo estadunidense de *star-system* (Adamatti, 2008).

A Vera Cruz, como o grande estúdio a qual se propunha, apostou em aplicar estratégias já conhecidas e difundidas pelos estúdios de Hollywood. A estruturação de um departamento de publicidade, ancorado no culto as suas próprias personalidades estrelares, da qual saiu, por exemplo, a figura de Eliane Lage, mostrou-se como um carro-chefe na busca de público para seus filmes (Maciel, 2011). Essa espécie de *star-system* à brasileira se estruturou a partir da vinculação desses departamentos com as revistas ávidas por material editorial e que buscava enquadrar o perfil hollywoodiano, já conhecido, nos atores e atrizes e brasileiros (Adamatti, 2008).

A fórmula assim descrita parecia perfeita aos olhos dos empreendedores. Todavia, tão incipiente quanto se revelaria o projeto da Vera Cruz, parece

68 Desse aspecto divino, a construção histórica da estrela variou entre a contemplação de sua superioridade até o momento em que essa passa a ser humanizada como estratégia de proximidade com o seu admirador, permanecendo sob o mesmo ângulo de culto (ADAMATTI, Margarida Maria, *op. cit.,* p. 68). Essa caracterização também já havia sido feita por Edgar Morin em *Estrelas*: mito e sedução no cinema. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

ter sido o *star-system* brasileiro. Nosso sistema estrelar embargou logo no seu aspecto decisivo: o comércio nacional de filmes. Por um lado, os filmes se mostraram escassos e, por outro, o mercado era dominado pelo filme estrangeiro, situação que colocava os figurantes dos filmes num limbo de não serem amplamente consumidos pela mídia.

No amplo quadro dessas questões, tanto das fontes de época como dessa literatura que se detêm sobre o estrelato no Brasil, o diagnóstico, ou problema central, parece apontar para o mesmo indício: o Brasil não desenvolveu grandes estrelas. No máximo, a cultura cinematográfica, sobretudo na seara da crítica cultural, colocou sempre o nome do cineasta por trás dos filmes como o espectro que ronda sua identificação.

É desse panorama histórico que em 1970 o crítico Sérgio Augusto viria afirmar justamente tal princípio: não tivemos grandes estrelas porque não tínhamos um cinema consolidado. Em seu artigo publicado pela revista *Filme Cultura*, sugestivamente intitulado de "*Divagações sobre as estrelas: um estudo do divismo no Brasil*", a argumentação apontava para tal constatação. Ao montar um panorama histórico do estrelismo no cinema brasileiro, o crítico percebe que desde as primeiras décadas do século XX, mesmo que algumas personalidades tenham passado percebidas por suas incursões na tela de cinema, não conseguiram alçar ao topo estrelar, dada a hegemonia do "produto estrangeiro", "secular síndrome de subdesenvolvimento" que marca a histórica do cinema nacional (Augusto, 1970, p. 32).

Na perspectiva adotada pelo crítico, "o moderno cinema brasileiro" [69] operou como mais um elemento agravante no sentido contrário da promoção do estrelato. Ao minimizar o peso dos atores e atrizes, em função do chavão que se popularizou sob o *slogan* do Cinema Novo, "uma câmera na mão, e idéias na cabeça" – e há aqui uma provável alusão a Glauber Rocha –, ou seja, ao apostar na estética e linguagem autoral, o campo cinematográfico acabou por

69 A concepção de cinema brasileiro moderno, como colocada, está de acordo com aquilo que Ismail Xavier defendeu como sendo essa a caracterização do momento histórico do cinema brasileiro marcado pelo movimento de exercício da autoria, de um cinema político por excelência. O estudioso conecta as discussões feitas no país, sobretudo nos anos 1960, com o que estava sendo vivenciado em outras cinematografias pelo mundo – o neo-realismo, a Nouvelle-Vague, os cinemas de Antonionni, Pasolini, entre outros – com especial atenção para o ideário de tomar a "prática do cinema como instância de reflexão crítica". XAVIER, Ismail. *O moderno cinema brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 14-15.

lançar permanentemente a "popularidade" do autor do filme. Tanto é que, para Augusto, o complexo do sujeito ator representava "*uma ameaça em certos domínios de messianismo autoral*" (Augusto, 1970, p. 32).

Tomando das dores do Cinema Novo – como fez repedidas vezes – em "*Estrelas"*, artigo de Glauber Rocha publicado em fins da década, em 1979, na *Folha de São Paulo*, o cineasta parecia fornecer conjunturalmente uma resposta ao problema que Sérgio Augusto havia anteriormente formulado[70]. Para o cineasta, que também diagnóstica o fracasso do *star-system* brasileiro, a chave de compreensão é outra: o subdesenvolvimento não produz estrelas aos moldes convencionais de Hollywood. Ademais, o problema não eram os cineastas, bem ao contrário disso, parecia ainda ser a única solução (Rocha, 1978).

Pela ótica de Glauber, se podemos dizer que tivemos nos anos 1950, mesmo que timidamente, sujeitos estrelares, esse hiato só foi possível graças a ação do diretor. No texto ele cita a passagem de Cavalcanti pela Vera Cruz, época em que lá "reinou", frisando que foi graças a ação daquele que a companhia alcançou um *status* de "fábrica de estrelas". Mas se de todos esses períodos apenas é possível se falar de um alargamento do fenômeno em solo nacional era devido a ação dos diretores do Cinema Novo – espaço o qual ele aquela época já era nome central – ao retirarem o ator de seu "complexo de inferioridade". Além do fato de que quando não era o diretor a própria "vedete do filme", havia a possibilidade de que a estrela pudesse se transmutar em diretor de cinema (Rocha, 1978).

Frente a essas perspectivas, a hipótese que se lança é que a recorrência em demarcar um dado posicionamento do diretor frente ao fenômeno do estrelato, seja como produtor ou ele mesmo como a estrela que lança o produto fílmico, era em verdade a expressão de um desejo em tornar o dito "autor intelectual do filme" em uma estrela, no caso particular de Glauber Rocha. Tomando de outra ótica, se nos parece de imediato que Sérgio Augusto embarca na contracorrente desse movimento, na verdade ele é quem mais atestou isso

70 Não queremos com isso afirmar que houve de fato uma resposta diretamente remetida a Sérgio Augusto, nos falta instrumentos para tanto. A conjectura apenas aponta para pontos de entrelaçamento dos dois textos para a mesma discussão acerca do estrelato, e em muitos pontos estão correlacionados. Isso traz para primeiro plano a evidência de que nos anos 1970 circulava um debate sobre o fato histórico de certo fracasso do *star system*, por mais que o cinema brasileiro tenha constituído suas estrelas. A trama que tecemos como "resposta" deve-se mais a esse caráter de diferentes perspectivas sobre o mesmo assunto em meio a crítica.

ao afirmar que o estrelato (no caso de atrizes e atores) não foi possível porque o centro cósmico do filme no Brasil, a alvo de "popularidade", era o diretor.

Do dizível ao visível: as imagens da celebridade glauberiana

"*E os jornais se viram subitamente invadidos [por suas] fotografias-aventuras*" (Rocha, 1961). É com essa mesma expressão cunhada por Glauber Rocha em 1961, quando parecia estarrecido com o lugar publicitário que o autor em cinema foi alocado, que de imediato melhor podemos descrever a zona da iconosfera em que a imagem do diretor de *O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro* foi constantemente consumida pela mídia. O inconfundível jogo de olhares e expressões faciais que travou constantemente com a câmera – olhos ressacados –, aqueles cabelos revoltos e nunca penteados, camisa sempre semiaberta ou mesmo sem camisa, e todo um conjunto de poses com as quais foi capturado, representou a *démarche* visual com a qual o campo midiático e cinematográfico lidou e se utilizou para montar, quando não para confirmar, a *persona* que caracterizou Glauber Rocha.

Ao lado de todo um conjunto discursivo que foi responsável por demarcar o lugar de Glauber Rocha no cinema brasileiro, aspecto sobre o qual este mesmo não cessou de empreender, bem como definir a subjetividade própria do gênio louco – como por vezes foi referido – a proliferação de fotografias do diretor nos jornais, revistas, e mais tarte na TV, já no fim de sua trajetória, foi componente essencial com a qual se montou a cenário de sua popularidade com tratamento de celebridade.

Sobretudo a partir dos anos 1970, Glauber Rocha passou cada vez mais a interessar aos editorais mais por sua figura polêmica do que por seus filmes. Sem excluir o debate cinematográfico que suscitava, é possível percebermos o quanto sua personalidade explosiva interessava a primeiro plano. Mesmo quando supostamente parecia ter caído em um ostracismo cultural[71], o personagem Glauber Rocha era contraditoriamente requisitado pela mídia. Tanto

71 O biógrafo Carlos Teixeira, entre outros referenciais, delimita uma fase em que a partir de meados dos anos 1970 Glauber é sufocado no cenário cultural devido a seus posicionamentos políticos que, sobretudo a esquerda cultural, identificou como adesismo aos militares, além dos sucessivos insucessos de seus filmes. GOMES, João Carlos Teixeira. *Glauber Rocha, esse vulcão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

é que muitas de suas entrevistas se deslocavam facilmente desse debate estritamente cinematográfico para discussões mais amplas sobre a cultura brasileira, além de tópicos mais polêmicos, como sua interpretação sobre as direções tomadas pela política nacional, sempre interessando o turbilhão que sua simples figuração de celebridade causaria.

Tal movimento que substitui a relação comumente percebida de sobreposição da obra sobre o autor, pelo sinal inverso do autor sobre a obra, faz parte das condições históricas em que a elaboração do *eu* é transformado paulatinamente em seu próprio objeto ou obra a ser consumida. A celebridade midiática é o exemplo máximo desse ser que a todo instante investe na sua produção identitária, de modo que vai aos poucos constituindo-se ele mesmo em uma obra, ou seja, o sujeito como autor de si mesmo, tanto pelas forças exteriores – a mídia – bem como seus próprios esforços particulares em elaborar-se (Sibila, 2007).

Tomando o exemplo historiográfico de boa parte da argumentação de Adamatti, ao se debruçar sobre as estratégias editoriais que montavam as *personas* estrelares, a partir de um jogo entre descrição da personalidade e materialização em imagens (fotografias), para além do que os filmes traziam, temos um modelo performático específico para ser estrela. Enquanto eminentemente se caracterizava como um produto de domínio público, a estrela tinha a necessidade de lidar com a dialética de dois componentes básicos: o espaço discursivo[72] e o espaço das imagens (Adamatti, 2008).

Como "homem de cinema"[73], Glauber sabia o poder que o corpo tinha para comunicar. De forma inconsciente ou consciente ele tomaria sobre si essa potência e se deixaria capturar, no instante em que seu corpo frequentemente aparecia como um atestado de seu espírito. É dessa relação que a

72 Conceito tomado a partir das análises sobre a discussão espacial presente na teoria foucaultiana sobre as formações discursivas. No caso específico do "espaço discursivo", o filosofo considera que as materialidades, desde livros, jornais, revistas, entre outros, constituem espaços que permitem com que os discursos possam circular no interior da sociedade. RITTER, Vivian Fetzner. Da verdade dos espaços ao espaço da verdade. A genealogia dos espaços e seus modos de subjetivação em Michel Foucault. São Leopoldo: Unisinos, 2016. p. 83. Ver também: FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

73 Expressão a qual a crítica cinematográfica, inclusive o próprio Glauber, consolidou para transformar o campo cinematográfico como um espaço essencialmente masculino, sexista, portanto. A expressão é encontrada pela primeira vez nos textos de crítica cinematográfica em fins dos anos 1950. Nos utilizamos dela aqui justamente para problematizar a inscrição do corpo de Glauber na cena que ocupa na grande imprensa.

imprensa passou com bastante incidência em investir na organização editorial para trazer, além do plano textual, a imagética do cineasta.

Segundo o historiador da arte, Didi-Huberman, as expressões corporais, as gestualidades que movem nossos rostos, não são dados naturais, antes comunicam indícios de uma realidade que é histórica e cultural. Os gestos pelos quais nos apresentamos são indissociáveis das relações sociais que estabelecemos. É certo que possuem algo identificado como subjetivo, mas essa mesma face é afetada pela cultura. Isso nos leva para a necessidade de pensar uma história que "também é *cultural* e *simbólica*, na medida em que a expressão das emoções, com os gestos que liberam sua intensidade significativa, age, constantemente, no grupo das *forças corporais* e nos das *formas sociais*" (Didi--Huberman, 2021, p. 65).

Enquanto constructo social, portanto, o corpo subjetivado faz parte de um processo em que há a "encarnação dos códigos sociais, dos modelos de corpos que circulam socialmente" (Albuquerque Jr., 2023, p. 3). Constantemente os sujeitos mobilizam seus corpos para comunicarem, para se mostrarem na cena social através de determinados códigos identitários.

Historicamente, as estrelas foram consumidas pelo corpo, pelo atrativo sensual que despertavam como signo do desejo e código comportamental a ser seguido. No caso do artista e intelectual, o cineasta, que rouba para si a cena pública enquanto celebridade maior, outros códigos corporais são performados. Se a pobreza como estética, as agruras do subdesenvolvimento, a constante penitência para fazer cinema, entre outros brados gluberianos, são elementos que se pregam como horizonte do pensamento, nada mais coerente do que incorporar sobre si tais fórmulas para se apresentar publicamente. "Para além das falas, dos discursos, dos gritos, dos xingamentos, das imprecações, das lamentações, dos impropérios, das lamúrias, há os gestos, as gesticulações, que são os signos das mobilizações das carnes, dos movimentos dos corpos" (Albuquerque Jr., 2023, p. 5).

Considerações finais

O grande conjunto de textos que inscreveu Glauber Rocha no debate público sobre o cinema, a partir de idos de 1960, especificamente no âmbito da crítica cinematográfica, tratavam sobre o pensamento do *ser* cineasta, aquilo

que o crítico iria defender em sua política dos autores. Todavia, nesses seus primeiros textos, em que debatia sobre tal política, o crítico estava propondo, nas entrelinhas, algo além do que essa teoria específica. Glauber parecia indicar uma dada percepção sobre a necessidade de uma performance ou maneira de figurar publicamente a identificação ideal do que deveria ser o cineasta. E o *ser* cineasta, dentro de sua proposta cultural, deveria ser acompanhado por uma ética e estética pública, pois sabia que o cinema de autor, consumido por seu valor de autoria, necessitava de que o intelectual assumisse posicionamentos identificáveis tanto nos filmes como na maneira como era consumido publicamente.

O teor crítico com o qual se posicionou inicialmente na constatação do cineasta como estrela – sua vedete, como por vezes se referiu – não o isentaria de performar como tal. Em distintos momentos da cena cultural no debate sobre o cinema brasileiro, em observância as devidas especificidades das condições históricas dos anos 1960 e 1970, Glauber situou a função do cineasta brasileiro, naqueles dois momentos, entrelaçada a mesma função histórica antes desempenhada por atores e atrizes na sua proeminência sobre o consumo do filme. Ao mover o cineasta por esses espaços não cristalizados, o diretor passou a perceber mais conscientemente o peso que a celebridade midiática possuía na aparição pública, o que consequentemente o fez se comportar dentro das malhas que esse quadro poderia trazer na divulgação de suas ideias e de seu próprio eu.

A sua inserção primeira no campo cinematográfico através da crítica, setor esse que já vinha se consolidado no cenário cultural (Lucas, 2008), pode ser entendido, portanto, como as primeiras investidas glauberianas na constituição de um espaço para sua projeção como artista. Ao assumir a polêmica enquanto estratégia de circulação de suas ideias para o cinema, Glauber também não omitia a personalidade que era sentida por intermédio da tonicidade dos seus discursos e nos instantes em que se inscrevia enquanto exemplo maior.

Com o passar dos anos, esse quadro levou o campo cinematográfico brasileiro a articular a criação de um terreno que historicamente fez com que o campo cultural, sobretudo através das mídias em circulação, entre as quais jornais e revistas, agenciasse as figuras do campo cinematográfico, principalmente o diretor de filmes, como entidades públicas. Importava cada vez mais

o consumo de suas personalidades forjadas no imaginário nacional, os aproximando paulatinamente da faceta de celebridade que, no caso do cinema, Glauber Rocha havia associada ao espetáculo das estrelas.

Referências

Fontes

AUGUSTO, Sérgio. Divagações sobre as estrelas: um estudo do divismo no Brasil. **Filme Cultura**, Rio de Janeiro, set./out. de 1970, n. 16.

ROCHA, Glauber. O processo cinema. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 maio, 1961.

ROCHA, Glauber. Estrelas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 set, 1978.

ROCHA, Glauber. "Orfeu metafísica de favela". **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 out. 1959.

ROCHA, Glauber. O processo cinema. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 de mai., 1961.

ROCHA, Glauber. Estrelas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 set, 1978.

Bibliografia

ADAMATTI, Margarida Maria. **A crítica cinematográfica e o star system nas revistas de fãns:** A Cena Muda e Cinelândia (1952-1955). 2008. 327 f. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2008.

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. A mobilização das carnes: história, desejo e política ao rés dos corpos. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, e2005, p. 1-21, 2023.

AUMONT, Jacques. **Moderno?** Por que o cinema se tornou a mais singular das artes. São Paulo: Papirus, 2008.

BERNARDET, Jean-Claude; REIS, Francis Vogner dos. (Org.) **O autor no cinema:** a política dos autores: França, Brasil – anos 1950 e 1960. São Paulo: Edições Sesc, 2018.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica.** Trad. Gabriel Valladão Silva. Porto Alegre: L&MP, 2019.

CARDOSO, Maurício. **O Cinema Tricontinental de Glauber Rocha:** política, estética e revolução (1969-1974). Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Povo em lágrimas, povo em armas.** São Paulo: N-1 edições, 2021.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha.** São Paulo: Editora 34, 2010.

FIGUEIROA, Alexandre. **Cinema Novo:** a onda do jovem cinema e sua recepção na França. Campinas: Papirus, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOMES, João Carlos Teixeira. **Glauber Rocha:** esse vulcão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

HOLMES, Sean P. The Hollywood Star System and the Regulation of Actors' Labour, 1916-1934. **Film History**, Vol. 12, No. 12000, p. 97-114

JÚNIOR, Arlindo Rebechi. A crítica cultural do jovem Glauber Rocha no Suplemento. Dominical do Jornal do Brasil: impasses e estratégias adotadas na chegada ao Rio de Janeiro. **Contracampo**, Niterói, nº 23, Dez. 2011.

LIMA, Frederico Osanan Amorim. **É que Glauber acha feio o que não é espelho:** a invenção do Cinema Brasileiro Moderno e a configuração do debate sobre o ser no cinema nacional. 2012. 238 f. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia, 2012.

LUCAS, Meize Regina de Lucena. Ver, ler e escrever: a imprensa e a construção da imagem no cinema brasileiro na década de 1950. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 55, janeiro-junho, p. 19-40, 2008.

MACIEL, Ana Carolina de Moura Delfim. **"Yes nós temos bananas":** Cinema industrial paulista: a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, atrizes de cinema e Eliane Lage. Brasil, anos 1950. São Paulo: Alameda, 2011.

MORIN, Edgar. **Estrelas:** mito e sedução no cinema. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

RITTER, Vivian Fetzner. **Da verdade dos espaços ao espaço da verdade.** A genealogia dos espaços e seus modos de subjetivação em Michel Foucault. São Leopoldo: Unisinos, 2016.

SIBILA, Paula. **O Show do Eu:** subjetividade nos gêneros confessionais da internet. 2007. 240f. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

STAIGER, Janet. "Dividing Labor for Production Control: Thomas Ince and the Rise of the Studio System." **Cinema Journal,** v. 18, n. 2, p. 16–25, 1979.

XAVIER, Ismail. **O moderno cinema brasileiro.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

"É preciso pisar na cabeça da serpente": movimentação de tropas durante o processo de prevenção às invasões dos sediciosos paraibanos ao Rio Grande do Norte durante o Quebra-Quilos (1874- 1875)

Francisco Urbano Alves[74]

Resumo

Durante a segunda metade do Século XIX, o Império brasileiro passou por uma série de revoltas que ameaçavam convulsionar suas províncias. Algumas decisões legislativas tocavam em pontos sensíveis para grande parte da população: laicização do Estado a partir da reedição da lei de registro civil dos nascimentos e óbitos; lei do sorteio militar; novo sistema de pesos e medidas; além do odiado imposto do chão cobrado nas feiras. Sendo assim, objetivamos analisar as estratégias e táticas produzidas pelo presidente da província do Rio Grande do Norte, João Capistrano Bandeira de Mello Filho, referente ao emprego e deslocamento de tropas durante o que consideramos movimentos de prevenção. Os movimentos considerados de prevenção estão inseridos nas movimentações e deslocamentos de tropas entre novembro de 1874 e janeiro de 1875, período em que se acreditava ser de crucial importância na contenção dos movimentos sediciosos que já ocorriam na província da Paraíba, limítrofe com o Rio Grande do Norte. Para tanto, analisamos um conjunto de 76 ofícios enviados pelo presidente Bandeira de Mello Filho, além dos presidentes da Paraíba e Pernambuco aos Ministérios do Interior, da Guerra e da Justiça, os relatórios dos citados presidentes, conjunto de novas leis do império, além de alguns periódicos. Evidenciamos, no entanto, que nesse ponto objetivamos analisar as estratégias e táticas pensadas pelos presidentes de província por meio dos movimentos de tropas. Os efeitos mais contundentes dessas movimentações, principalmente ao que se refere às ações repressoras com o emprego de violência direta como prisões, mortes e punições ultrapassam o recorte pensando.

Palavras-chave: Quebra-Quilos; Sedição; Rio Grande do Norte.

74 Doutorando em história social pelo programa de pós-graduação em história da Universidade Federal do Ceará. Urbano.matthaus@hotmail.com.

Os movimentos sediciosos ocorridos entre os anos de 1874 e 1875 em algumas províncias do Norte, passaram a ser conhecidos como Quebra-quilos. Esses movimentos seriam em resposta ao que Maria Verónica Secreto denominou de "pulsão extrativa". A segunda metade do século XIX foi um período em que se criaram ou modificaram vários mecanismos extrativos. A partir da Lei d 26 de janeiro de 1862, obrigava-se ao uso, no império, do sistema métrico francês referentes às medidas lineares, superfície, capacidade e peso. Modificações essas que foram acompanhadas por outras produzidas pelo legislativo, quais sejam: nova lei de recrutamento militar e a reedição das leis de registro civil, dos nascimentos, casamentos e óbitos (Secreto, 2011, p. 13).

A ânsia extrativa estatal corporificada pelos dispositivos legais que modificavam usos e costumes, não foi bem recebida pela população, tanto que surgiram em várias províncias movimentos contrários a essas modificações. Nosso objetivo nesse espaço é produzir pequeno esboço das estratégias colocadas em prática pelo presidente do Rio Grande do Norte entre novembro e dezembro de 1874.

No período por nós destacado, o presidente João Capistrano Bandeira de Mello Filho, apesar de bacharel em direito, percebia-se como investido em cargo militar de comandante das tropas existentes na província do Rio Grande do Norte. Esses movimentos foram nomeados por nós como *prevenção,* pois o chefe provincial acreditava que um movimento de tal envergadura como o do quebra-quilos não poderia ocorrer no Rio Grande do Norte, mas viria da província limítrofe paraibana, convulsionada desde outubro de 1874.

De seu gabinete, o presidente tentava montar uma rede de informações. Grande parte das comunicações usadas pelo Estado e seus agentes, teve no ofício seu principal meio de informação. Semelhante fato nos instiga a reflexão sobre esse importante meio de comunicação e seus usos durante os processos sediciosos dos Quebras-quilos.

Ofícios e suas demandas

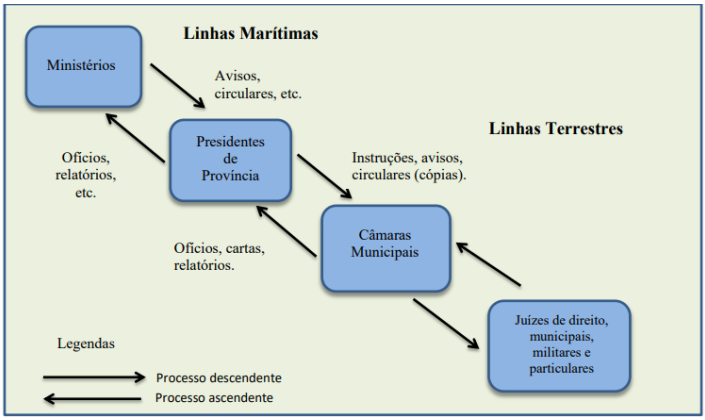
Sobre os ofícios, Heloísa Liberalli Bellotto, nos avisa de que são documentos informativos, heterógrafos, com trajetória administrativa ascendente e de tipo não-diplomático, sendo por isso, documentos de cunho arquivísti-

co. Como documentos informativos, os ofícios são os principais veículos de comunicação interna entre presidentes de províncias e seus subordinados. Os ofícios são, também, uma das maneiras mais frequentemente usadas pelos presidentes de províncias para informar sobre questões de cunho administrativo-jurídico e político, juntamente com o relatório, ao poder central, situado na Corte (Belloto, 2002, p. 76).

Como todo documento de cunho administrativo com intenção de informar, o ofício segue uma trajetória que deve ser respeitada. São sempre expedidos por subordinados para as autoridades que chefiam alguma repartição, fazendo por isso, uma trajetória ascendente. No nosso caso, para ficar mais claro, e tomando à guisa de exemplo, poderíamos considerar um desses casos em que as informações caminham desde sua base até o topo de sua trajetória. Assim sendo, no caso de algum evento que merecesse atenção de alguma autoridade em alguma vila do interior do Rio Grande do Norte, os juízes Municipais ou de Direito, Comandantes locais da Guarda Nacional, ou algum particular, enviavam suas comunicações às Câmaras Municipais, estas por sua vez enviam aos presidentes de província, que ao produzirem o seu ofício anexam o original ou produzem cópias das eventuais comunicações recebidas, para em seguida, encaminharem aos Ministérios.

Documentos que não possuem características normativas, bem como não obedecem a estruturas formais, são considerados não-diplomáticos. Os ofícios, os quais analisamos em nossa pesquisa, não seguem as estruturas formais e normativas. Essa característica peculiar não descaracteriza o valor desse tipo de documentação, pelo contrário, a possibilidade de produzir comunicações "informais", aproximando-se, muitas vezes das linguagens empregadas em cartas, termina por dar certa "liberdade" ao produtor do ofício por permitir de se tratar do máximo de assuntos possíveis e da forma que mais conveniente fosse, segundo seus próprios cálculos e interesses.

Organograma 1 - Trajetória administrativa



Fonte: Arquivo Nacional (Brasil).
Séries: Justiça; Interior; Guerra; Relatórios; Avisos; Circulares.

Ao analisar o organograma 01, atentemos para a circulação dos papéis em direções opostas, isto é, os papéis diplomáticos expedidos por autoridades de repartições (em nosso caso os Ministros, que representam ou estão numa relação comunicativa horizontal com o imperador), seguem em direção descendente até o súdito, seu destino. Em contrapartida, os papéis, em grande parte não diplomáticos, seguem caminhos inversos, subindo do súdito ao líder máximo do Império.

O ofício tem outra característica que deve ser externada. As informações contidas no documento são classificadas de acordo com o teor e o grau a que os funcionários serão ou não privados de acessar. As classificações são organizadas em *ostensivo, reservado, confidencial* e/ou *secreto*. Essas classificações, geralmente, tomam destaque e são especificadas no início do documento. Dessa maneira, o despachante responsável pela distribuição e triagem das correspondências expede aos destinatários conforme sua classificação.

Decorrente dessa classificação e, dependendo do grau de sigilo ao qual a informação contida no ofício deva ser submetida, o documento pode ser parcial ou completamente criptografado. Segundo Marcus Vinicius Correia Biaggi, em estudo sobre documentos proveniente da diplomacia brasileira, para garantir a segurança da informação "eram desenvolvidos símbolos periódicos para cada letra do alfabeto, que eram fornecidos aos diplomatas respon-

sáveis, para a criptografia do texto sigiloso, que quando recebido, era transcrito novamente pela chave igual em posse do receptor" (Biaggi, 2015, p. 4).

É frequente que os ofícios carreguem, de forma anexada, alguns documentos. Toda sorte de documentos podia ser anexada aos ofícios. Cartas, bilhetes, memorandos, informativos, tabelas comerciais, leis, materiais didáticos, notas explicativas, processos criminais, jornais impressos, discursos, ordens diretas, entre outros documentos, eram anexados tanto em sua forma original, bem como cópias manuscritas, geralmente pelo secretário, ou em sua ausência, pelo amanuense das Câmaras Municipais ou Gabinete presidencial. As cópias anexadas cumpriam importante função comunicativa, uma vez que em seu processo ascendente, a informação atingia o topo da trajetória administrativa-jurídica, sendo assim, as informações sobre as vilas e pequenas cidades dos interiores das províncias atingidas por revoltas como a do Quebra-quilos, compiladas pelos representantes do governo chegavam até os Ministros responsáveis pelas decisões a serem tomadas.

Tabela 2 - Ofícios e suas classificações

Ofícios	Origem	Reservado	Confidencial	Com anexos	Sem classificação e sem anexos
111	Gabinete presidencial (RN, PB, PE e CE)	48	02	54	7

Fonte: Arquivo Nacional (Brasil). Séries: Justiça; Interior; Guerra.

Em nossa pesquisa, levando em consideração os últimos meses do ano 1874, identificado pelas autoridades como o surgimento do movimento do Quebra-quilos, até a primeira metade do ano de 1875, quando pensou-se que o movimento havia se esgotado, conseguimos organizar e selecionar 111 ofícios enviados pelos presidentes de províncias do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará e Paraíba, às autoridades dos ministérios da Guerra, Interior e Justiça. Após a segunda metade do ano de 1875, tomamos os ofícios por outra ótica, já que percebemos o movimento do Quebra-quilos inserido em novo contexto e condições que serão analisadas em momento oportuno. Esses ofícios estão organizados em séries, convenientemente nomeadas de Interior, Guerra e Justiça, e arquivados no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

Conforme tabela 01, dos 111 ofícios selecionados, 48 ou 40.78 %, tinham a classificação de reservado, já do montante dos ofícios consultados apenas 2 ou 2.63% traziam no corpo do texto a indicação de confidencial. Já

em relação aos ofícios que continham anexos a porcentagem subiu consideravelmente a 47.36%, sendo 54 de 111. Do montante por nós compulsado, 7 ou 9.33% dos ofícios, não traziam nenhuma classificação quanto à confidencialidade, bem como não tinham documentos anexados.

Analisando esses dados podemos inferir que as informações enviadas aos chefes de repartições deveriam ser tratadas com certo cuidado pelos agentes que iriam manuseá-los. Se levarmos em consideração o que foi exposto acima, talvez seja possível produzir escala de restrição aos documentos. Tomando como base o grau de *ostensivo* como menor valor restritivo e o de *secreto* como maior, as classificações de *reservado* e *confidencial,* portanto, podem ser consideradas como graus intermediários. Pelo menos 31 desses ofícios, classificados como *reservados*, além de 2 classificados como *confidencial*, restringiam, consideravelmente, a quantidade de pessoas que teriam acessos a essas informações.

Entender, mesmo que minimamente, as restrições ao documento é um dos requisitos para a reflexão de outra característica do ofício. Apesar de ser concebido por uma pessoa, acabava que, muitas vezes, poderiam ser escritos por outras. Muito embora, o documento seja, em grande parte, de concepção intelectual assinado pelo Presidente da Província, presidente da Câmara ou agentes do governo como juízes de direito ou municipais, quem se responsabilizava pela redação manuscrita eram os secretários e/ou amanuenses. Estes últimos eram os responsáveis diretos pela tramitação do ofício de ponta a ponta na trajetória da relação jurídico-administrativa. Mais uma vez segundo Marcus Vinicius Correia Biaggi, "eles são [secretários e amanuenses], na maior parte das vezes, conhecedores do conteúdo dos documentos, seus redatores e, talvez, em alguns casos, seus próprios formuladores" (Biaggi, 2015, p. 6).

Sendo assim, ao usar os documentos informativos não-diplomáticos como fontes nesse estudo, compreendemos a necessidade de se refletir sobre as funções dos agentes administrativos numa das pontas da trajetória: secretários, amanuenses e adidos, bem como os agentes oficiais, representantes e chefes de repartições, em outra.

Para entender melhor as informações extraídas desse tipo de documento fazem-se essencial o entendimento de que seu conteúdo não é uma criação exclusiva do signatário, mas que em seu processo de elaboração os secretários,

amanuenses e adidos, têm uma participação decisiva. Os ofícios são, portanto, um documento de elaboração conjunta/coletiva, em que as motivações políticas de seus produtores se tornam latentes e esse fato deve ser levado em consideração nas análises sobre as revoltas dos Quebra-quilos.

Movimentos de tropas preventivas

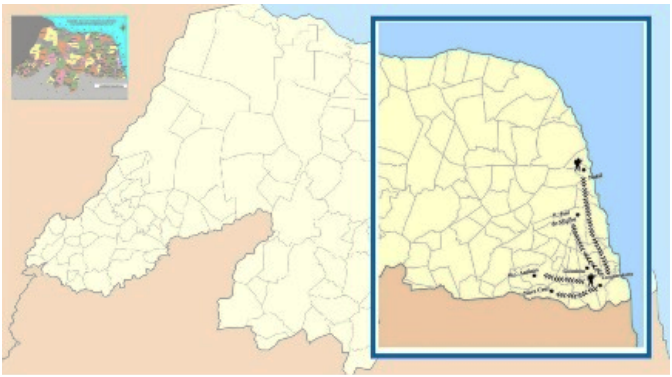
Como explicitado no início do estudo, o presidente da Província do Rio Grande do Norte, João Capistrano Bandeira de Melo Filho, deliberava a partir de seu gabinete, por meio de ofícios e cartas. Devido a rede de informações montada com a colaboração de seus subordinados, o presidente recebia notícias cada vez mais preocupantes sobre as perigosas aproximações de multidões vindas da Paraíba, província limítrofe.

Com a aproximação das multidões da Província do Rio Grande do Norte por via da povoação de Mamanguape, a 29 de novembro o presidente decidiu que era necessário antecipar-se e por isso tomou "a resolução de fazer seguir ontem mesmo para ali [Canguaretama] o Capitão do Exército João Paulo Martins Naminguer e um Subalterno no comando de 30 praças de 1ª linha, a fim de estabelecer a ordem pública, se por ventura fosse alterada por esse grupo" (Ofícios, 1874).

O primeiro movimento de tropas havia sido feito para a povoação de Canguaretama, local que o presidente acreditava ser chave na proteção do território limítrofe com a Paraíba. Canguaretama (veremos em mapa) não ficava muito distante da capital, bem como estava próximo de importantes povoações como Goianinha, São José de Mipibu e Ceará-Mirim. Esse, acreditamos, foi um dos motivos para a decisão de transportar quase todo o efetivo do exército de linha existente na capital com ordens de aquartelamento nesse local.

Ao capitão do exército, João Paulo Martins Naminguer "oficial de inteira confiança", como poderemos analisar pelo mapa a seguir, o presidente expedia ordens diretas de agir no raio fronteiriço que envolvia as povoações, vilas e cidades de Canguaretama, Goianinha, Ceará-Mirim, e por fim, caso fosse necessário, a capital da Província, Natal. As comunicações entre o capitão e seus subordinados tornava-se chave nessa estratégia, pois ao menor sinal de movimentação ofensiva dos sediciosos, as tropas deveriam rapidamente deslocar-se para se colocarem em situação de defesa (Ofícios, 1874).

Mapa 1 - Movimentações de tropas de prevenção do Rio Grande do Norte



Fonte: Arquivo Nacional (Brasil). Séries: Justiça; Interior; Guerra.

Ao analisar o mapa 01 podemos perceber que nos primeiros movimentos de prevenção as tropas seriam interiorizadas a partir de Canguaretama, ponto relativamente próximo da capital. Canguaretama foi eleita pelo presidente, como já evidenciamos, ponto nevrálgico na estratégia de prevenção às invasões dos sediciosos vindos da Paraíba. Na ótica presidencial as invasões por essa região poderiam significar a tomada pelos sediciosos da capital da Província.

Nesse sentido as tropas serviriam como contenção as possíveis invasões, bem como atuariam se deslocando com seu total ou em partes de seu efetivo para as vilas de Goianinha, Santo Antônio, Santa Cruz, São José de Mipibu, além é claro, de Ceará Mirim, Macaíba e, em última e desesperada instância em um movimento de mudança estratégica de prevenção para as ações defensivas, voltando a Capital.

Ainda no mês de novembro de 1874, a Câmara Municipal de São José de Mipibu avisava sobre movimentações consideras suspeitas. Nas avaliações produzidas pelos edis, alguns infiltrados paraibanos pretendiam *"fazer meeting"* na feira da localidade em busca de arregimentar pessoas às suas causas. Esse fato foi o bastante para que novamente fosse necessário o presidente mover seus agentes, recomendando "ao Doutor Chefe de Polícia que sem perda de tempo transportasse para o termo de São José [de Mipibu]" (Ofícios, 1874). O Chefe de Polícia Luiz Ignácio de Melo Barreto, acumulou a função de emissário de ordens do presidente que deveriam ser dadas ao Comandante da Guarda Nacional de Santa Rita, localidade que ficava em um raio de 30

quilômetros de distância, para que o Comandante pusesse seu batalhão à disposição do referido Chefe de Polícia, caso confirmadas fossem as suspeitas sobre os aliciamentos dos sediciosos paraibanos.

Cumprindo sua missão, o Chefe de Polícia de passagem por Santo Antônio, obteve informações privilegiadas do primeiro suplente do Subdelegado do distrito que havia há pouco estado nas regiões invadidas da província paraibana. Segundo essas informações "ultimamente apareceu no centro da Paraíba um numeroso grupo saqueando francamente, e aquele que se dirigia a Mamanguape, sabendo sito [disto], esperou-o para fazer junção e prosseguir nas suas carreiras". O suplente acrescenta que os chefes desses grupos eram desconhecidos ou ocultos, muito embora, fossem conhecidos os nomes de alguns "protetores" dos quais destacavam-se "Benedito Saldanha, Serafim Raposo e o facínora Liberato, muito conhecido na Vila do Teixeira na Paraíba, sendo certo que essa gente, onde chega, compra rezes para sustentar-se e dispõe de recursos" (Ofícios, 1874).

Além dessas perigosas movimentações, existia ainda o boato correndo pelas vilas de Canguaretama e Santo Antônio, dando conta de que Francisco Alves Bezerra, um temido criminoso evadido da cadeia de Canguaretama refugiara-se em Mamanguape, local onde "vive à face das autoridades e sob a proteção de seu irmão, o Tenente Coronel Francisco Bruno Jacome Bezerra, chefe do partido liberal naquela Cidade, declarara ter 200 homens para aumentar o número dos sediciosos, e que essa sedição era o que ele mais desejava" (Ofícios, 1874).

Certamente as autoridades locais avaliavam como possíveis e temiam retaliações de pessoas como Francisco Alves Bezerra, que por muitos anos foram perseguidos pelos aparelhos repressores, mas que agora fortalecido mediante importante proteção de familiares, e insuflado pelos movimentos sediciosos, poderia buscar vinganças. Naturalmente quem mantinha o maior interesse na desarticulação desses planos seria o suplente do Subdelegado de Polícia. Por meio de análises de seu ofício, inferimos como plausível o suplente ter sido uns dos responsáveis pelas perseguições a Francisco Alves Bezerra.

Mapa 2 - Raio de ação das tropas de prevenção do comandante João Paulo Martins Nanimguer na região fronteiriça com a Paraíba

Fonte: Arquivo Nacional (Brasil). Séries: Justiça; Interior; Guerra.

A área que destacamos no mapa 02 ilustra o raio de ação que as tropas de prevenção deveriam atuar sob o comando do Capitão João Paulo Martins Naminguer. Tendo Canguaretama como base de aquartelamento, as tropas tinham ordens diretas de atuar na faixa de limites com a Paraíba no lado Sul, faixa essa percebida como até então de maior perigo pela proximidade com Mamanguape, enquanto do lado Norte deveriam atentar-se a Goianinha sentido Capital, pelo Leste Santo Antônio e no Oeste ao local onde hoje existe Baía Formosa.

As informações do crescimento de grupos e formação de multidões, bem como das possíveis retaliações de criminosos da região, fizeram o presidente acreditar ainda mais que uma vindoura invasão ocorreria por Canguaretama ou Goianinha. Apesar de ter há poucos dias destacado o Capitão João Paulo Martins Naminguer com um oficial no comando de 30 praças de linha, o presidente tomou a "deliberação de fazer seguir hoje mesmo [9 de dezembro] para Canguaretama e Goianinha, Vilas distantes uma da outra 33 quilômetros, um Alferes e as 52 praças de linha, que restavam nesta Capital" (Ofícios, 1874).

Pelo que pudemos depreender dos ofícios, mediante as informações obtidas, o deslocamento do total das tropas de linha de Natal para Canguaretama, na ótica presidencial naquele momento, seria a única maneira de evitar uma terrível invasão de multidões que poderiam, juntas, passar das 3 mil pessoas.

Essas notícias foram alarmantes para a equipe do líder provincial, e como já discutimos, a proteção do território fronteiriço com Mamanguape era o carro chefe da estratégia de defesa do Rio Grande do Norte.

Ainda assim, mesmo com as informações, quase sempre exageradas, que chegavam diariamente dando conta do aumento de movimentações naquela região, não teria sido a decisão de deslocar toda a tropa de linha da capital um movimento precipitado e perigoso?

Pelo padrão de movimentação de tropas produzido até então, o comum seria algo mais, digamos, conservador, como o emprego de parte do efetivo das praças de linha com o apoio das Guardas Nacionais. Por qual motivo esse padrão foi quebrado, enfraquecendo, mesmo que temporariamente, a Capital da província? Talvez possamos nos aproximar de algumas respostas a partir das justificativas apontadas pelo próprio presidente João Capistrano de Bandeira Melo Filho.

Diante da insegurança nas fronteiras com a província da Paraíba, o emprego do restante das forças de linhas se fazia necessário, pois que "não inspirando confiança a Guarda Nacional daqueles municípios por achar-se em completa desorganização, podendo mesmo acontecer que no momento de se apresentarem os sediciosos grande parte dos que são guardas nacionais os acompanhe" (Ofícios, 1874). Os constantes pedidos de artigos bélicos, fardamentos, entre outros componentes demonstravam o grau de insatisfação do presidente em relação a Guarda Nacional, inspirando pouca ou nenhuma confiança que os Guardas Nacionais fossem capazes de repelir os vários grupos que iam se formando em atitudes perigosas. A maior preocupação, no entanto, seria a de que esses Guardas acompanhassem os sediciosos.

Pensando na perspectiva dos Guardas Nacionais, não seria nenhum absurdo que alguns realmente tomassem o partido dos sediciosos em seus protestos. Apesar de mais adiante levantarmos discussões de cunho mais específico sobre a Guarda Nacional na província do Rio Grande do Norte, nunca é demais lembrarmos que os víveres, fardamentos, animais de montaria, armas e demais instrumentos necessários às expedições militares eram custeados por conta do próprio Guarda. Tendo em vista o grau que o presidente dizia existir de desorganização inferimos que a situação financeira desses guardas não era das melhores, além de que a exigência do governo ao serviço de destacamento

fora de suas terras e domicílios impactaria ainda mais nessa situação, o que poderia gerar revoltas ou adesões ao movimento sedicioso em curso.

Tabela 3 - Relação das forças empregadas nos movimentos de prevenção no Rio Grande do Norte

Força	Quantitativo	Local	Data
Exército de linha	32	Canguaretama	29/11/1874
Exército de linha	53	Canguaretama	09/12/1874
Guarda Nacional	52	Natal	09/12/1874
Populares	Não especificado	Natal	09/12/1874
Total	+137	-	-

Fonte: Arquivo Nacional (Brasil). Séries: Justiça.

Como podemos perceber pela tabela 02, outra estratégia usada para minorar as deficiências da Guarda Nacional poderia ser o uso de populares que se ofereciam, "nesta Capital muitos cidadãos e de todas as classes me têm oferecido os seus serviços e testemunhado a sua adesão ao Governo e plena reprovação aos atos de vandalismo desses bandos sediciosos" (Ofícios, 1874). Diferentemente dos Guardas Nacionais, os populares não precisavam ficar aquartelados, muito menos fazer o policiamento de cadeias, rondas, entre outros trabalhos antes executados pela tropa de linha. Ainda assim, para a montagem da estratégia de contenção das linhas fronteiriças o apoio dos populares na Capital da Província mostrava-se essencial. O fato de os grupos de sediciosos que se aproximavam do Rio Grande do Norte se locomoverem com velocidade acentuada, colocava em alerta os agentes governamentais situados na Capital, sendo por isso, necessário manter, mesmo que de forma improvisada, pequenas tropas de populares capazes de responderem a uma necessidade de defesa específica e rápida.

Considerações finais

As movimentações de tropas pensada pelo presidente concentravam-se na região de Canguaretama e Goianinha, fronteira com a Paraíba. Local onde o presidente acreditava ser o ponto de invasão. Aliás, o mandatário da província do Rio Grande do Norte demonstrava incapacidade estratégica ao não reconhecer a província como local em potencial ao surgimento espontâneo dos movimentos sediciosos. Ao não reconhecer as ações do uso de pesos e

medidas antigos ainda no mês de novembro, o presidente se negava a percebe algo que era irreversível.

A estratégia de concentração de tropas como estacionarias no primeiro momento, e em seguida com ordens de deslocamento em raio entre a capital e as fronteiras do lado sul, desguarneciam os interiores. Da mesma maneira que o presidente tinha seus canais de comunicação e procurava angariar informações, os grupos de sediciosos usavam de todos os meios possíveis para se criar também os seus canais de informações.

Não fica claro na documentação por nós consultada se o comando das tropas no movimento de prevenção foi assumido pelo próprio presidente João Capistrano de Melo Filho, ou foi designado por algum poder ministerial. O fato é que por não ser militar, nem possuir conhecimentos militares estratégicos, movimentou as tropas baseadas em informações de aproximações de multidões, não levando em considerações os demais pontos. A própria composição das tropas, com a designação apenas de um oficial comandante, demonstrava que o presidente não pretendia dividi-las tão pouco formar pequenas expedições, a intenção parecia ser, de fato, a de proteção de todo o território provincial ao segurar os "invasores" paraibanos pela fronteira do lado sul.

Bibliografia e fontes:

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Série Justiça. Código de fundo AI. Notação IJ[1]318, Ofícios de Presidentes, Rio Grande do Norte. Ofício do Presidente de Província João Capistrano de Bandeira Melo Filho com informações sobre notícias recebidas sobre as perigosas movimentações dos sediciosos vindos da província da Paraíba. 2ª seção, número 179, encaminhado como cópia para o ministro da Justiça Sr. Conselheiro Manoel Antônio Duarte de Azevedo. 30 de novembro de 1874.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Série Justiça. Código de fundo AI. Notação IJ[1]318, Ofícios de Presidentes, Rio Grande do Norte. Ofício do Presidente de Província João Capistrano de Bandeira Melo Filho, em aditamento ao ofício de número 179 com notícias recebidas sobre as perigosas movimentações dos sediciosos vindos da província da Paraíba. 2ª seção, número 182, enviado ao

ministro da Justiça Sr. Conselheiro Manoel Antônio Duarte de Azevedo. 04 de dezembro de 1874

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Série Justiça. Código de fundo AI. Notação IJ[1]318, Ofícios de Presidentes, Rio Grande do Norte. Ofício do Presidente de Província João Capistrano de Bandeira Melo Filho, com informações de notícias recebidas sobre as perigosas movimentações dos sediciosos vindos da província da Paraíba. 2ª seção, número 133, enviado ao ministro da Justiça Sr. Conselheiro Manoel Antônio Duarte de Azevedo. Reservado. 09 de dezembro de 1874.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Série Justiça. Código de fundo AI. Notação IJ[1]318, Ofícios de Presidentes, Rio Grande do Norte. Ofício do Presidente de Província João Capistrano de Bandeira Melo Filho, com informações sobre as estratégias de prevenção colocadas em práticas na província. Anexo como cópia o auto de perguntas feito pelo Delegado de Polícia da cidade de Natal Joaquim Germano Ramos, que tinha como alvo dois indivíduos suspeitos de nomes José Correia de Araújo e Antônio Pedro de Alcântara produzido na Chefatura de Polícia do Rio Grande do Norte, situado na cidade de Natal, 10 de dezembro de 1874. 2ª seção, número 134, enviado ao ministro da Justiça Sr. Conselheiro Manoel Antônio Duarte de Azevedo. Reservado. 11 de dezembro de 1874.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial, 2002.

Biaggi, Marcus Vinicius Correia. Ofícios da diplomacia do Império do Brasil como fonte para a história das relações internacionais. **XXVIII Simpósio Nacional de História.** Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, 2015.

SECRETO, Maria Verónica. **(Des)medidos**: a revolta dos quebra-quilos (1874-1876). Mauad X; FAPERJ, Rio de Janeiro, 2011.

Nas páginas do jornal e nos arquivos da História: a Igreja Católica capixaba e a ditadura militar

Ana Carolina Ronchi[75]

Resumo

Entender a atuação da Igreja Católica ao longo dos 21 anos de ditadura militar no Brasil é voltar-se a um cenário de contradições – primeiro, com os setores dessa que apoiaram o golpe e a queda de João Goulart, em 1964. Depois, com as pastorais, movimentos sociais e religiosos(as) que se articulavam em todo o território nacional tornando-se porta-vozes a favor da luta pela democracia. Nosso trabalho, por meio da análise de conteúdo, tem o intuito de refletir a respeito da atuação da Igreja Católica em terras capixabas, especialmente, a partir das representações encontradas no jornal alternativo Posição (1976-1979) e nos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo, DOPS. Como uma das grandes referências da Igreja progressista no Brasil, a Arquidiocese de Vitória, sob o comando de Dom João Batista da Mota e Albuquerque e seu auxiliar, Dom Luís Gonzaga Fernandes, esteve à frente da implementação das reformas propostas pelo Concílio Vaticano II. Temos o intuito de lançar reflexões sobre a vigilância militar em torno da instituição, mapear como a censura influenciava sua atuação e de que forma o cenário imposto pautava o jornalismo alternativo capixaba e a sua cobertura.

Palavras-chave: Ditadura militar; Igreja Católica; DOPS; Jornalismo alternativo.

Os vigiados do sistema

A Igreja Católica, por definição, é uma instituição de posicionamento conservador. Ao buscarmos tecer análises sobre esta ao longo da ditadura militar no Brasil, notamos que há momentos em que ela emitiu posicionamen-

75 Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Mestra em Comunicação e Territorialidades pela mesma instituição. Bacharel em jornalismo pela Universidade Vila Velha. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

tos que dialogavam com campos mais progressistas, contudo, mesmo nesses momentos mais próximos de grupos marginalizados e/ou de movimentos sociais sua essência não foi integralmente alterada.

Buscar entender sobre a atuação entre 1964 e 1985 perpassa necessariamente por visualizar as transformações trazidas pelo Concílio Vaticano II, com fim em 1965, e a Conferência de Medellín, ocorrida em 1969. A partir desses eventos, e o compromisso de membros do clero e dos laicatos com movimentos de transformação social novos elementos para análise da Igreja foram lançados no campo historiográfico, trazendo novas matizes e propondo olhares que não limitassem a atuação da Igreja Católica como apenas instituição legitimadora do *status quo.*

As pesquisas históricas que passaram a surgir sobre a Igreja desde a época da ditadura buscaram compreender o debate que até então estava sendo travado dentro da própria Igreja e que, de alguma forma, determinava as novas estratégias estabelecidas para a manutenção da sua influência sobre a sociedade. Especialmente a partir dos anos 1960, houve o crescimento da percepção de que era necessária uma aproximação radical com os setores populares sob pena de perderem parte significativa do rebanho. Essas análises, no campo historiográfico, não eram e ainda não são passíveis de consenso e as disputas por memórias dentro e fora da instituição sempre se fizeram presentes.

Sabemos que, ao longo da segunda metade do século XX, parte significativa do clero e do laicato se posicionou a favor dos projetos de transformação política e social, e isso marcou a conjuntura do cenário latino-americano. A Igreja Latino-Americana passou por momentos dramáticos para aqueles que buscavam construir uma nova maioria dentro do aparato eclesiástico, resultando na perseguição, prisão e assassinato de muitos padres, leigos e até bispos, especialmente com os endurecimentos das ditaduras enfrentadas por países como o Brasil (Souza, 2008, p. 68).

Pelas mudanças trazidas pelos Concílios, as aproximações com a Teologia da Libertação e os posicionamentos em torno da justiça social e dos direitos humanos a Igreja Católica passou a ser visada pela ditadura e por aqueles que estavam à frente do aparato militar. Os jornais brasileiros foram proibidos de noticiar informações sobre referências eclesiais, como Dom Hélder Câmara, por exemplo, e os órgãos de informação passaram a tecer uma série de fiscali-

zações em torno do clero e de atores sociais que tivessem envolvimento com a Igreja.

Especialmente a partir do Ato Institucional nº 5, em 1968, a Igreja passa a ser atacada de forma mais direta. Centenas de militantes cristãos foram sequestrados, torturados e assassinados. Exemplos destes foram o Frei Tito de Alencar e Frei Beto, que estiveram presos por quatro anos (com alguns anos de torturas, o que levou o primeiro ao suicídio mais tarde). Os padres Rodolfo Lunkenbein e João Bosco Penido Bumier, que foram assassinados. Em 22 de junho de 1982 ainda eram condenados os padres Aristides Camio e François Gouriou a 15 e dez anos de prisão, por seus compromissos com os camponeses em São Geraldo do Araguaia, no Pará.

Dessa forma, Mainwaring (1989, p. 103) entende que as próprias ações do governo militar contribuíram para que os bispos se tornassem mais progressistas. Isso porque, a Igreja passa a assistir a uma série de violações generalizadas dos direitos humanos, a marginalização das classes populares, a repressão contra a própria Igreja e o fechamento de outros canais de dissidência.

Dessa forma, nota-se que o período em que a ditadura se desenvolveu no Brasil coincidiu com o momento de *aggiornamento* da Igreja, ou seja, de sua atualização. Um dos reflexos diretos dessa movimentação (e do Concílio Vaticano II), por exemplo, foi a crescente preocupação com o pobre e as causas sociais. Como consequência desse momento, diversos religiosos migraram e passaram a morar nas periferias e nas zonas rurais, em pequenas comunidades, partilhando as condições de vida dos empobrecidos. Essa mudança de condições sociais levou amplos setores da Igreja a um rápido distanciamento do governo militar. Em 1968 muitos padres e religiosos participaram, no Rio de Janeiro, da "Marcha dos Cem Mil", um ato de contestação, pedindo o fim do governo militar (Andrade, 2007, p. 391).

Assim sendo, o espaço eclesial (leia-se também o físico-territorial) das igrejas e capelas espalhadas pelo Brasil passa a ser visto como *lócus* privilegiado de encontros de reuniões e de militância como um todo, - já que sindicatos e outras formas de organizações populares também sofriam com as censuras e as repressões.

À medida que aumentavam as movimentações das atuações sociopolíticas da Igreja e de grupos ligados à ela, foi reforçada também a fiscalização em

torno dessas ações. Os órgãos de informações passaram a mapear os encontros nas igrejas e a tecer verdadeiros dossiês sobre o clero brasileiro e os leigos ativos nos movimentos sociais.

Neste artigo destacamos mais enfaticamente a atuação da Igreja Católica no Espírito Santo, na figura do arcebispo da Arquidiocese de Vitória, Dom João Batista da Mota e Albuquerque (1958 a 1984). Buscaremos refletir por meio da análise de conteúdo de Bardin (2009)[76] como os documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo, DOPS, e o jornal alternativo *Posição,* narraram sobre o cenário ditatorial e as ações da Igreja.

A Igreja na mira dos órgãos de informação

Quando comparada às arquidioceses de outros estados do Sudeste, a Arquidiocese de Vitória, no Espírito Santo, é recente. Isso porque até 1895, a Igreja no estado estava hierarquicamente vinculada à Diocese de Niterói, no estado do Rio de Janeiro. A criação da primeira diocese ocorreu somente em 15 de novembro de 1895, promulgada pelo Papa Leão XIII, com o nome de Diocese do Espírito Santo, abrangendo a extensão do próprio estado.

O primeiro bispo responsável pela recém-diocese foi Dom João Baptista Corrêa Nery, que esteve nos cuidados até 1901. Em 1958 a então Diocese do Espírito Santo recebeu o título de Arquidiocese (Bula *Cum Territorium*, do Papa Pio XII). Tal fato fez com que fossem criadas as Dioceses de Cachoeiro de Itapemirim e de São Mateus.

Ao longo da ditadura militar passaram dois arcebispos pela Arquidiocese de Vitória, Dom João Batista da Mota e Albuquerque (1958 a 1984) e Dom Silvestre Luiz Scandian (1984 a 2004). Dois bispos auxiliares, D. Luiz Gonzaga Fernandes (1966 a 1981) e D. Geraldo Lyrio Rocha (1984 a 1990) e um arcebispo coadjutor, D. Silvestre Luiz Scandian (1981 a 1984).

A figura de Dom João Batista da Mota e Albuquerque é sempre lembrada como referência da igreja progressista de Vitória. E isso se dá tanto pelo

76 Conforme a proposta de Laurence Bardin (2009), buscaremos por meio do método de análise de conteúdo, descrever de forma sistematizada o conteúdo das mensagens encontradas nos arquivos no DOPS e do jornal, mas não se esgotando nelas. Isso porque, a partir da análise dos textos é possível fazer implicações sobre eles e suas condições de produção, assim como localizar o DOPS e *Posição* dentro do processo histórico que descreve a atuação da Igreja Católica em território capixaba.

tempo à frente da Arquidiocese, como por ter participado de forma ativa do Concílio Vaticano II. E por durante o evento, estar em união com o grupo de bispos da chamada "Igreja dos Pobres". Estes pregavam uma vida de simplicidade e pobreza, mais próxima do povo e das suas necessidades. Esse compromisso o marcou por toda vida clerical.

Com a ajuda do bispo auxiliar, Dom Luís Gonzaga Fernandes, Dom João trabalhou na implantação das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs que encontraram no Espírito Santo um terreno fértil para florescer. Dom João Albuquerque foi um forte incentivador da participação dos leigos na Igreja, apoiando o trabalho das pastorais no estado. Sob os cuidados do arcebispo, a Igreja de Vitória passou a ser reconhecida, especialmente nos anos de 1970, como uma Igreja progressista e afinada com a realidade social que a cercava.

Enquanto esteve à frente da Igreja de Vitória, Dom João se mostrou solidário aos primeiros movimentos grevistas que surgiram no país depois do golpe militar de 1964. Com o apoio do arcebispo foi criada a Comissão Justiça e Paz, que teve importante papel nos movimentos em defesa da moradia e dos direitos dos presos – algumas das reivindicações que o arcebispo apoiava.

Importante salientar que especialmente ao longo da década de 1970 o estado do Espírito Santo passava por um drástico projeto de industrialização, com a instalação de projetos industriais na Região Metropolitana da Grande Vitória e um adensamento populacional desordenado graças ao êxodo rural.

Este cenário fez com que as desigualdades sociais fossem cada vez mais enfatizadas em território capixaba. E, por conta da censura e repressão, manifestantes encontraram dentro do ambiente da Igreja espaço de mobilização e discussão da realidade que os afetava. Atualmente, por meio dos documentos encontrados no DOPS/ES, é possível verificar que tal movimentação não ficou alheia aos órgãos de informação que operaram ao longo da ditadura.

Lucas Figueiredo (2015, p. 16) salienta que, antes mesmo de ascender ao poder, Arthur da Costa e Silva já defendia que os militares deveriam reforçar as estruturas dos serviços secretos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica no país, fazendo com que esses fossem transformados em órgãos centrais da repressão. Para o general tal objetivo seria alcançado a partir de duas mudanças profundas no desenho institucional das Forças Armadas. A primeira, seria que as Forças Armadas não se ocupariam apenas da coleta e análise de infor-

mações, como já acontecia com os serviços secretos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Eles participaram diretamente da luta. Seriam transformados em grupos de elite trabalhando ao mesmo tempo com informação e força. Uma espécie de super-polícia política voltada para o estudo, o combate e a aniquilação do chamado "inimigo interno". Ou seja, qualquer indivíduo ou grupo identificado como opositor ao regime militar.

O Serviço Nacional de Informação, o SNI, assim, passou a desempenhar importante papel ao longo de toda a ditadura. O órgão estava diretamente subordinado ao Presidente da República e seu chefe tinha status de ministro de Estado, além de um gabinete no Palácio do Planalto. O SNI passou a ser tão influente dentro do governo e no Alto-Comando das Forças Armadas que dois dos seus ministros-chefes viriam a ser presidentes da república – Médici (1964-74), e Figueiredo (1979-85).

Ao contrário do CIE, do Cisa e do Cenimar, o SNI não atuava diretamente na repressão. Ou seja, não sequestrava, prendia, nem torturava. Pelo menos não de forma direta. O órgão, entretanto, concentrava seus esforços na coleta, análise e difusão de informações. Quem fazia uso dos seus serviços eram, especialmente, a Presidência da República e os serviços secretos militares do Brasil.

Carlos Fico (2001, p. 95) também discorre sobre a produção de informações durante a ditadura militar. O autor pontua que a matéria-prima desses órgãos era o informe, ou seja, as notícias, os dados e os esclarecimentos sobre qualquer questão considerada relevante pela lógica do sistema.

Fico (2001, p. 95) reforça que, na teoria, a produção dessas informações deveria levar em conta alguns princípios básicos, como a objetividade, a segurança, a clareza, e a imparcialidade, por exemplo. Na prática, entretanto, a informação era composta de um texto bastante subjetivo e inteiramente parcial. Dos documentos rotineiramente produzidos pelos órgãos de informações, os formatos pré-estabelecidos eram, em especial, o levantamento de dados biográficos, a ficha-conceito, o prontuário e o juízo sintético.

À respeito dos documentos produzidos sobre o clero brasileiro, Carlos Fico (2001, p. 192) salienta que os bispos e padres mais afinados contra o regime passaram a ser identificados como "clero progressista" e se tornaram alvo das comunidades de segurança e de informações. Mesmo os membros

da alta hierarquia da Igreja católica, que se comportavam como moderados em relação à ditadura, eram acusados de planejar ações contrárias ao regime.

Essa atitude dos militares em relação à Igreja Católica influenciou diretamente na forma como o clero e os militantes ligados à instituição fossem representados nos documentos produzidos pelos órgãos de informação e controle. Seguindo um padrão nacional, no Espírito Santo, ao longo da ditadura, não só padres e bispos foram fichados, mas também militantes que se relacionavam com os eventos da Igreja, fossem eles católicos ou não. Veremos mais sobre essa temática no tópico a seguir.

Da fiscalização à subversão: A Igreja de Vitória como símbolo da atuação progressista

No ano de 2008 o Arquivo Público do Espírito Santo ingressou no projeto "Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil", coordenado pelo Arquivo Nacional. Dessa forma, a documentação do DOPS/ES passou a ser catalogada e reproduzida de forma digital, via internet. O acervo é constituído de relatórios, fotografias, livros, cartazes, panfletos, dossiês, inquéritos policiais, atestados de conduta ideológica, entre outros[77].

As informações do DOPS/ES são listadas pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo em um documento de 40 páginas. À respeito de atividades religiosas, por exemplo, é possível encontrar arquivos de dossiês com os títulos "Atividades de paróquias e igrejas católicas" e "investigações sobre igrejas, seitas e associações civis". Nestes, é possível observar como os órgãos de fiscalização mapeavam o clero católico - como os padres do estado e o arcebispo Dom João da Motta e Albuquerque -, assim como visualizar como o regime categorizava as mobilizações sociais que nasciam e se articulavam por meio da Igreja.

Como reforça Carlos Fico (2001, p. 21), os milhares de papéis sigilosos que a comunidade de informação fazia circular durante a ditadura, tinham como público alvo ela mesma, assim como geravam informações para as autoridades militares e civis que não a integravam diretamente. O autor enten-

77 Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br. Acesso em: 30 fev. 2024.

de que as diversas informações produzidas não se configuravam como um "amontoado caótico de folhas dispersas abordando temas fragmentados". Ao contrário, elas formavam uma rede "intertextual produtora de eficazes efeitos de sentido e de convicção".

Pedro Ernesto Fagundes (2011, p. 29) destaca que a partir dos anos de 1970 houve um aumento significativo na produção de documentos pelo DOPS/ES. Panfletos, cartazes, fotografias e dossiês foram algumas das informações produzidas pelo órgão. O autor salienta ainda que a estrutura repressiva existente no Espírito Santo nasce no início do século XX e vai se aperfeiçoando até que a Polícia Política chegue ao seu auge durante a ditadura militar.

Para esta pesquisa, nos centramos em dois dossiês encontrados na documentação do DOPS/ES, ambos concentrando informações sobre as atuações do arcebispo Dom João da Mota e Albuquerque. O "52529_48516", de 101 páginas e o "52529_48517", de 53 páginas. Na busca de encontrar novos olhares sobre a Igreja que não fossem a partir da produção da mesma, nem vinculados à imprensa tradicional, nos propomos a analisar também matérias do Jornal *Posição*[78]. O periódico, de caráter alternativo, circulou entre os anos de 1976 e 1979 no Espírito Santo. Através desses documentos nos propomos a analisar as representações sobre a Igreja Católica capixaba.

Ao longo das edições de *Posição*, encontramos matérias que apontam a Igreja como instituição com caráter de denúncia e espaço de escuta, especialmente da classe trabalhadora. No recorte abaixo, da 4ª edição do jornal, datada de quatro de dezembro de 1976, visualizamos primeiro a nota "Informação". Na ocasião, o jornal noticiava que o boletim *Renovação*, da Diocese de São Mateus (Norte do Espírito Santo), realizava a reprodução na íntegra da "Comunicação Pastoral ao povo de Deus", documento na época produzido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A nota informa ainda que o boletim trazia aos seus leitores a proposta de uma "reflexão serena sobre a série de acontecimentos violentos - sequestros, assassinatos - que atingiram recentemente membros da Igreja no Brasil".

78 Acervo disponível no site do Instituto Jones dos Santos Neves: https://ijsn.es.gov.br/.

Figura 25 - 4ª edição de Posição – 17 dez. 1976

INFORMAÇÃO

Discreto, sóbrio e sem muitos recursos financeiros, o Boletim Informativo nº 15 da Diocese de São Mateus – "Renovação" – já está sendo distribuído entre os fiéis capixabas. O Boletim, realmente informativo, em termos jornalísticos, está "muito rico e bonito", como diz, na apresentação, o bispo de São Mateus, dom Aldo Gerna. Além de manter seus leitores informados sobre todo o tipo de trabalho que foi apresentado na Assembléia dos Bispos da Regional Leste, realizada em Belo Horizonte, reproduz alguns trechos de um documento preparado pela Arquidiocese de Olinda e Recife. A maior parte do Boletim, porém, é consagrada à transcrição, na íntegra, da "Comunicação Pastoral ao Povo de Deus", documento preparado pela Comissão Representativa dos Bispos da CNBB em outubro. O documento convida à reflexão serena sobre a série de acontecimentos violentos – sequestros, assassinatos – que atingiram recentemente membros da Igreja no Brasil. Por motivos já explicados na imprensa, esse documento somente foi divulgado depois do dia 15 de novembro e, assim mesmo, apenas **O Estado de São Paulo** o publicou na íntegra.

A nota de *Posição* aproveitava para informar que em todo o Brasil apenas o jornal *O Estado de São Paulo* havia publicado tal documento na íntegra. Este fato nos remete a pensar a disputa de narrativas sobre a ditadura presente entre as imprensas alternativas e as tradicionais. Leva também a refletir sobre os silenciamentos da imprensa tradicional no que tange aos acontecimentos ao longo da ditadura - a não cobertura se dava pelo medo da retaliação, ou os veículos faziam parte do conglomerado de mídias que estiveram ao lado do golpe e da continuidade do regime no Brasil?

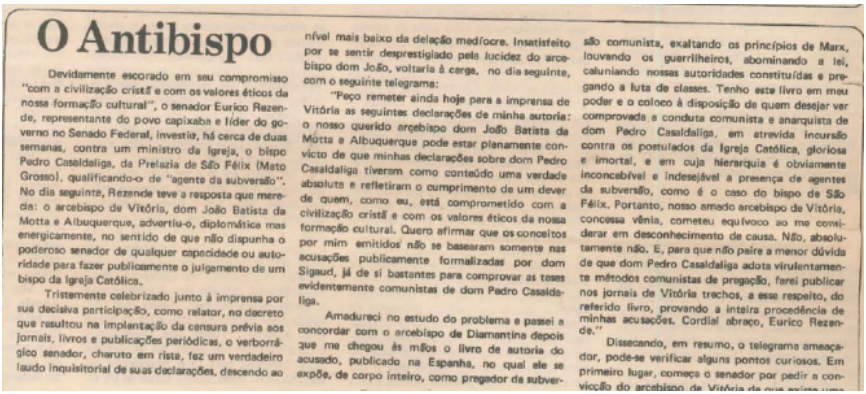
A presença do boletim *Renovação* também ilustra o que é apontado por Bernardo Kucinski (1991). De que ao longo da ditadura militar inúmeras obras intelectuais ganharam vida como forma de mobilização e de denúncia. Lançados no seio dos movimentos sociais, cartazes, panfletos e revistas eram produzidos até mesmo de forma clandestina. E, também por isso, não persistiram ativos por longos períodos.

Na 13ª edição de *Posição* encontramos uma matéria especial de duas páginas denominada "Não podemos ficar à margem da História". O material, produzido pelo jornal, se tratava de uma entrevista realizada com o então arcebispo da Arquidiocese de Vitória, Dom João da Mota e Albuquerque. Com trechos como o abaixo nota-se o porquê do arcebispo ser considerado uma referência da Igreja com um viés mais progressista e como ele inseriu na realidade capixaba as decisões do Concílio Vaticano II:

> Trata-se de despertar, através da leitura do Evangelho, o homem para as suas verdadeiras responsabilidades sociais. Nenhum de nós pode permanecer à margem da História. Nenhum de nós pode dizer "Nada tenho a ver com isso". De uma maneira ou de outra, pelo silêncio, pela indiferença ou pelo aplauso que damos a certas atitudes, cada um de nós toma uma posição e concorre ou para a libertação ou para a opressão de nossos semelhantes (Posição, 1977, p. 6).

Na mesma página da entrevista com o arcebispo, Posição trazia um contraponto:

Figura 26 - 13ª edição de Posição - 28 maio 1977



O Antibispo

Devidamente escorado em seu compromisso "com a civilização cristã e com os valores éticos da nossa formação cultural", o senador Eurico Rezende, representante do povo capixaba e líder do governo no Senado Federal, investiu, há cerca de duas semanas, contra um ministro da Igreja, o bispo Pedro Casaldaliga, da Prelazia de São Félix (Mato Grosso), qualificando-o de "agente da subversão". No dia seguinte, Rezende teve a resposta que merecia: o arcebispo de Vitória, dom João Batista da Motta e Albuquerque, advertiu-o, diplomática mas energicamente, no sentido de que não dispunha o poderoso senador de qualquer capacidade ou autoridade para fazer publicamente o julgamento de um bispo da Igreja Católica.

Tristemente celebrizado junto à imprensa por sua decisiva participação, como relator, no decreto que resultou na implantação da censura prévia aos jornais, livros e publicações periódicas, o verborrágico senador, charuto em riste, fez um verdadeiro laudo inquisitorial de suas declarações, descendo ao nível mais baixo da delação medíocre. Insatisfeito por se sentir desprestigiado pelo lucidez do arcebispo dom João, voltaria à carga, no dia seguinte, com o seguinte telegrama:

"Peço remeter ainda hoje para a imprensa de Vitória as seguintes declarações de minha autoria: o nosso querido arcebispo dom João Batista da Motta e Albuquerque pode estar planamente convicto de que minhas declarações sobre dom Pedro Casaldaliga tiveram como conteúdo uma verdade absoluta e refletiram o cumprimento de um dever de quem, como eu, está comprometido com a civilização cristã e com os valores éticos da nossa formação cultural. Quero afirmar que os conceitos por mim emitidos não se basearam somente nas acusações publicamente formalizadas por dom Sigaud, já de si bastantes para comprovar as teses evidentemente comunistas de dom Pedro Casaldaliga.

Amadureci no estudo do problema e passei a concordar com o arcebispo de Diamantina depois que me chegou às mãos o livro de autoria do acusado, publicado na Espanha, no qual ele se expõe, de corpo inteiro, como pregador da subversão comunista, exaltando os princípios de Marx, louvando os guerrilheiros, abominando a lei, caluniando nossas autoridades constituídas e pregando a luta de classes. Tenho este livro em meu poder e o coloco à disposição de quem desejar ver comprovada a conduta comunista e anarquista de dom Pedro Casaldaliga, em atrevida incursão contra os postulados da Igreja Católica, gloriosa e imortal, e em cuja hierarquia é obviamente inconcebível e indesejável a presença de agentes da subversão, como é o caso do bispo de São Félix. Portanto, nosso amado arcebispo de Vitória, concessa vênia, cometeu equívoco ao me considerar em desconhecimento de causa. Não, absolutamente não. E, para que não paire a menor dúvida de que dom Pedro Casaldaliga adota virulentamente métodos comunistas de pregação, farei publicar nos jornais de Vitória trechos, a esse respeito, do referido livro, provando a inteira procedência de minhas acusações. Cordial abraço, Eurico Rezende."

Dissecando, em resumo, o telegrama ameaçador, pode-se verificar alguns pontos curiosos. Em primeiro lugar, começa o senador por pedir a convicção do arcebispo de Vitória de que existe uma

Em uma nota denominada "O Antibispo", o jornal tece enfáticas críticas ao então senador e líder do governo no Senado Federal, Eurico Rezende. Na ocasião, segundo o jornal, o político "investiu, há cerca de duas semanas, contra um ministro da Igreja, o bispo Pedro Casaldaliga, [sic] da Prelazia de

São Félix (Mato Grosso), qualificando-o de 'agente da subversão'. Pelo ataque ao bispo do Centro-Oeste, o jornal informava que Dom João teria advertido o senador "diplomática, mas energicamente". E o próprio periódico tece críticas ao político antes de relatar no texto a réplica do mesmo ao arcebispo da Arquidiocese de Vitória:

> Tristemente celebrizado junto à imprensa por sua decisiva participação, como relator, no decreto que resultou na implantação da censura prévia aos jornais, livros e publicações periódicas, o verborrágico senador, charuto em riste, fez um verdadeiro laudo inquisitorial de suas declarações, descendo ao nível mais baixo da delação medíocre. Insatisfeito por se sentir desprestigiado pela lucidez do arcebispo dom joão, voltaria à cara, no dia seguinte, com o seguinte telegrama [sic] (Posição, 1977, p. 6).

Por meio de *Posição* vemos que a cultura política anticomunista, como aponta Rodrigo Patto Sá Motta (2013), foi antes, durante e depois da ditadura uma das suas justificativas para os 21 anos de regime militar, assim como baliza para atacar todos aqueles vistos como "subversivos" pelo sistema. Isso é ilustrado pela resposta dada por Eurico Rezende ao arcebispo Albuquerque:

> Amadureci no assunto do problema e passei a concordar com o arcebispo de diamantina depois que me chegou às mãos o livro de autoria do acusado, publicado na espanha, no qual ele se expõe, de corpo inteiro, como pregador da subversão comunista, exaltando os princípios de Marx, louvando os guerrilheiros abominando a lei, caluniando nossas autoridades constituídas e pregando a luta de classes (Posição, 1977, p. 6).

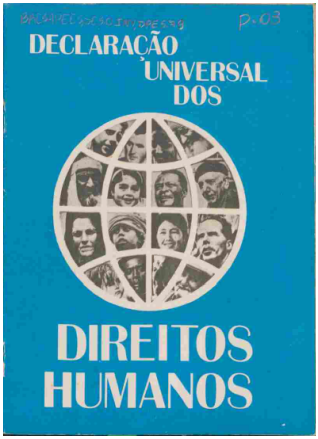
Vale salientar também o caráter alternativo do jornal *Posição.* Como reforça Lino Resende (2006, p. 6), graças à sua integração aos movimentos sociais e ao trabalho de intelectuais orgânicos, o jornal Posição, exerceu um papel

contra hegemônico, ajudando na desconstrução do discurso do regime, se contrapondo às diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional e difundindo uma nova ideologia, a democracia. O periódico também foi importante, pois levou ao público leitor uma visão crítica da realidade estadual, não abordada pela mídia tradicional, alinhada ao regime e controlada com o exercício da censura oficial ou da autocensura.

Outro olhar que nos permite pensar na atuação da Igreja capixaba ao longo da ditadura é por meio dos documentos do DOPS/ES. Nos dois dossiês analisados que trazem como temática Dom João da Mota e Albuquerque encontramos materiais de diversas temáticas e origens.

Os dossiês buscaram reunir na íntegra as matérias publicadas sobre Albuquerque. Especialmente as entrevistas dadas pelo arcebispo nos diversos veículos capixabas. Como exemplo, há a reprodução da entrevista cedida ao Caderno Dois de *A Gazeta* em quatro de janeiro de 1981 intitulada "... 'O povo está cada vez mais pobre". Os dossiês reúnem também os materiais de cunho religioso usado nas formações, fornecidos pela CNBB ou sinalizados pelo arcebispo nas entrevistas, como é o caso dos cadernos abaixo, copiados na íntegra pelo dossiê:

Figura 27 - Cadernos de Justiça e Paz e Declaração Universal dos Direitos Humanos



No que diz respeito à Igreja ao longo da ditadura militar podemos notar que o DOPS/ES produziu documentos sobre as manifestações, os indivíduos, o clero e demais temáticas que pudessem ser consideradas "subversivas" ao

regime. Além de arquivar conteúdos publicados pelos movimentos da Igreja, a própria estrutura eclesial esteve sob vigilância do regime. Exemplo disso é o documento intitulado "Infiltração esquerdista na Arquidiocese de Vitória", publicado em 1983.

É possível notar que o clero capixaba, assim como os demais manifestantes que estavam de alguma forma vinculados à Igreja, eram alvo de investigação. Carlos Fico (2001, p. 76) aponta que, especialmente a partir do Ato Institucional nº 5, em 1968, as necessidades de informações do regime militar foram sendo mais enfáticas. Não se tratava, apenas, de reunir dados indispensáveis para o presidente da República, mas de interagir com a polícia política. Ou seja, com o sistema de segurança que naquele momento buscava se aperfeiçoar. Sob a concepção de "guerra revolucionária" ou "guerra interna", brasileiros passaram a ser considerados verdadeiros "inimigos de guerra" do regime. E contra esse inimigo todas as armas deveriam ser utilizadas, inclusive as de efeito moral ou psicológico.

Assim, no Espírito Santo, parte dos considerados "inimigos" do regime estavam também ligados aos movimentos da Igreja Católica. Em 1979, por exemplo, um dos dossiês do DOPS/ES descreveu a "Atuação da Esquerda Clerical – Arquidiocese de Vitória". O primeiro tópico do documento se refere à "ambientação". Nele os militares pontuavam que a Diocese de Vitória/ES, através do arcebispo, Dom João Batista da Mota e Albuquerque, e do Bispo Auxiliar, Dom Luís Gonzaga Fernandes, estavam desenvolvendo "ações contestatórias ao regime político vigente, principalmente aos governos Federal e Estadual, e de apoio a diversos segmentos da sociedade nos seus movimentos reivindicatórios" (SNI, 1979, p. 2).

Conclusão

Com o intuito de lançar novos olhares sobre a Igreja Católica ao longo da ditadura militar, nos voltamos aos dossiês organizados pelo DOPS/ES e os materiais divulgados no veículo alternativo *Posição.* A partir da análise de tais documentações podemos tecer reflexões sobre as disputas de narrativas existentes entre a imprensa tradicional e a alternativa, assim como compreender como os órgãos de informação fiscalizavam as ações da Igreja ou de grupos a ela ligados e considerados "subversivos".

Apesar de historicamente ser referência do conservadorismo, é possível notar como a Igreja – especialmente a que aderiu de forma mais enfática às mudanças trazidas por concílios, como o Vaticano II, como é o caso da do Espírito Santo - ao longo da ditadura se tornou um *lócus de* abertura e capilaridade dos movimentos sociais – censurados em outros ambiente e instâncias.

Importante refletir também sobre a importância dos veículos alternativos que propiciaram novos olhares e narrativas sobre a ditadura – já que a maioria da mídia tradicional esteve ao lado do golpe. Contudo, há de se reforçar que o alcance desses veículos alternativos era limitado, especialmente no que tange à questão financeira, fazendo que eles não sobrevivessem por longos anos – como *Posição,* que circulou por três anos apenas.

Há de se salientar também que embora veículos alternativos detivessem narrativas que, em muitos casos destoassem da mídia hegemônica, essa imprensa nanica (como ficou conhecida) e os conteúdos por ela produzidos não podem ser analisados de forma ingênua. Isso porque, por trás de cada veículo há uma série de jogos de interesses financeiros e empresariais que faz com que a compreensão de mundo e a consequente narrativa desse seja realizada por meio de filtros.

Referências

ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. A Igreja Católica e o Estado Brasileiro. *In:* AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro**: uma introdução. São Paulo: Unesp, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2009.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Foi sempre assim: Modus Operandi da Polícia Política do Estado do Espírito Santo (1930-1985). *In*: FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). **Arquivos da Repressão Política no Estado do Espírito Santo (1930-1985)**. Vitória: GM Editora, p. 11-34, 2011.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar espionagem e polícia política. Editora Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum:** militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura. Editora Companhia das Letras, 2015.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários.** No tempo da imprensa alternativa. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil** (1916-1985). São Paulo. Brasiliense, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 14, p. 62-85, 2013. Disponível em:https://doi.org/10.1590/2237-101X014026005. Acesso em: 08 nov. 2023.

RESENDE, Lino Geraldo. **Mídia, ditadura e contra-hegemonia**: a ação do jornal Posição no Espírito Santo. 2006, 173 fls. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós Graduação em História, Mestrado em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

SOUZA, Jesse Jane Vieira de. A Igreja Católica e a política na Argentina: um debate historiográfico. **Dimensões**, n. 20, 2008.

A forma da teoria: algumas reflexões sobre como a história pode fazer da literatura sua "ficção teórica"

José Dércio Braúna[79]

Resumo

A reflexão proposta para esta comunicação parte da inquietante tese formulada por Michel de Certeau num dos capítulos (terceiro) de História e psicanálise, segundo a qual a literatura pode ser tomada como um discurso teórico dos processos históricos. Em sua argumentação, Certeau propõe que ao dar acesso a uma "formalização" às operações de uma sociedade, a literatura "torna pensável" essas operações que, doutro modo, não teriam uma formalização que as torne pensáveis, e, portanto, observáveis, legíveis. Nessa perspectiva, entendo seja de relevância uma reflexão sobre a forma dessa literatura tomada como "discurso teórico" da história pela historiografia. Ou, dizendo doutro modo: que formalizações literárias servem à história enquanto teoria? Quais têm servido, quais têm sido descartadas? Somente textos literários que tratem da história e seus temas (questão de conteúdo)? Ou textos produzidos sem essa finalidade (de tratarem da história enquanto matéria e conteúdo) podem servir a esse intento de "tornar pensável"? Para nortear essa reflexão, toma-se aqui em análise o trabalho literário do escritor português Gonçalo Manuel Tavares (1970-) em diálogo com a noção de "ficção teórica" presente no trabalho historiográfico de Michel de Certeau (1925-1986), que a foi buscar e desenvolver a partir do trabalho de Sigmund Freud. Tendo sempre em consideração a longa e velha querela de fronteira entre história e literatura, o que aqui se propõe, a partir da práticapensante de um historiógrafo (Certeau) e de um literato (Tavares), é a possibilidade de se pensar como a "maneira" (a forma) do texto ficcional pode levar a que essa escrita possa tornar-se (ser leva a assumir uma função) teórica. Trata-se, assim, de refletir sobre como uma maneira de escrita pode configurar uma maneira de abordar, abrindo brechas em maneiras de pensar e escrever história. Em termos de análise, toma-se em consideração a obra de Gonçalo Tavares, especialmente (mas não apenas) seus

79 Doutor em história social, Universidade Federal do Ceará.

livros Matteo perdeu o emprego (2010), O senhor Swedenborg e as investigações geométricas (2011) e Enciclopédia 1-2-3 (breves notas sobre ciência, breves notas sobre o medo, breves notas sobre as ligações (2012). Tratam-se de obras cuja maneira de escrita se faz por desenhos geométricos comentados, por narrativas breves ordenadas alfabeticamente, por breves textos-pensantes, não sendo, portanto, obras que tragam conteúdos propriamente (ou vistos como propriamente) históricos. Tratam-se de textos que assumem um caráter reflexivo, provocador, que deixam ler um intento teórico à medida que propõem ao leitor desvios ao pensamento estabelecido. "Talvez seja ingênuo exigir que uma linguagem declare para o que ela existe" (Michel de Certeau, La Prise de parole): nasceste para que utilidade? Se assim é, e considerando-se que teoria pressupõe linguagem, há que se ter em mente que, por vezes, é "esquecido da intenção [da utilidade], que o homem conhece" (Gonçalo M. Tavares, Enciclopédia 1-2-3). Na comunicação proposta, busca-se pensar como certos textos literários, não nascidos para utilidade da história, podem lhe ser de grande valia quando tomados como "ficções teóricas".

Palavras-chave: Teoria da história; Ficções teóricas; História e literatura.

Num livro de investigações geométricas se diz que "a forma é a Memória da Matéria", sendo que essa memória não é imutável, pois que não consegue vencer o seu "mais sutil transformador", o tempo; o que é dizer que a forma se transforma. Para aquele que escreve essas investigações, essa impermanência da forma seria justamente o que a pode fazer feliz: "o que é uma forma feliz?", é perguntado; a resposta dada é que feliz "é a forma que muda com o tempo e não sente angústia. Pelo contrário, alegria". Diante desse inevitável, duas distintas "posições do espírito" seriam observáveis ao se considerar uma forma: "infeliz com o tempo (empurrado)" e "feliz com o tempo (dançarino)" (Tavares, 2011). Para dar a ver o dizer, eis abaixo essas duas posições do espírito:

Figura 28 - Detalhe de página de O senhor Swedenborg e as investigações geométricas

Fonte: Tavares, 2011, p. 44.

Tal livro, de investigações geométricas, constitui-se unindo demonstrações de formas (desenhos) e escritura (textos). Seu corpo se forma na união dessas duas linguagens que a ciência moderna, por seu método maior (o estabelecimento de fronteiras entre o que uma disciplina controla e o *resto,* o além-fronteiras) separou em distintos campos. Nesse livro, na forma que ele é, penso estarmos diante de obra de autoria do que se poderia chamar de "*terceiro homem*", alguém "capaz de reunir em si a ciência e a arte". Esse pensamento me vem a partir da leitura de um infronteiriço pensador, que por sua vez já o trouxe de outros, de antes: "como o pensa [Christian] Wolff já em 1740 (depois de [Emanuel] Swedenborg [...])". Por esse pensamento, esse "terceiro homem" seria um "mediador entre 'o homem do teorema' e 'o homem da experiência'". Nessa perspectiva, entre arte e ciência, não se trata de uma questão de "alternativa" (*ou* esta *ou* aquela) mas de "complementaridade e, se possível, articulação" (Certeau, 2009, p. 131-132). Como leio o texto das investigações geométricas até aqui comentado – porém ainda não nominado –, seu investigador, ao unir, numa *ficção,* elementos *pertencentes* a uma ciência (geometria) e a uma arte (literatura) estaria praticando a mediação, a articulação desejada pelo senhor pensador aqui comentado – e também ainda não nominado.

Que os não ditos se revelem, pois.

(Mas antes, um breve parêntese: por questões de forma, de regras e ditames de um campo de saber – o historiográfico –, o que eu gostaria de não ter revelado até aqui já o foi, mesmo que incompletamente; o caro leitor, a cara leitora já ficou a saber que o *investigador* se nomina "TAVARES" e que o senhor pensador se nomina "CERTEAU"; por obrigatoriedades das regras de citação tive de deixar exposto já antes o que só gostaria de fazê-lo agora. São as regras de um saber, os ossos do ofício; obedeçamos, pois).

Pois bem. O fazedor das investigações aqui tratadas é o escritor português Gonçalo M. Tavares (1970-), em seu livro *O senhor Swedenborg e as investigações geométricas* (2011); já o senhor pensador comentado é Michel de Certeau (1925-1986), em seu livro *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer* (2009 [1990]), mais especificamente seu capítulo cinco, intitulado "Artes da teoria". Unir reflexões de ambos num texto sobre forma, ou mais propriamente, sobre a forma da teoria, teve o intento de fazer pensar como esses dois autores infronteiriços (que escapam às delimitações disciplinares, às cercas dos campos instituídos) elaboraram pensamentos que entendo poderem ser aproximados para fazer refletir sobre o que é ou possa ser uma teoria em história, e ainda, sobre a possibilidade de a literatura poder desempenhar, para a história, uma função teórica.

Expondo a tese

Há tempos lida, uma tese – inquietante, eu a considerei e permaneço a considerar – exposta por Michel de Certeau propõe que "a literatura é o discurso teórico dos processos históricos"; ele não diz, atentemos bem, que a literatura *pode ser,* mas que ela *é* o discurso teórico da história; a inquietude que a tese pode suscitar se torna ainda mais provocadora pelo tempo verbal de sua afirmação. Para Michel de Certeau, a literatura tem a capacidade de criar um "não lugar" no qual "as operações efetivas de uma sociedade têm acesso a uma formalização". A literatura dá forma ao informe, ao ainda não definido, não catalogado, não etiquetado, não nominado, não apontado. Por tal, ela não seria a "'expressão' de um referencial"; sendo o que é, "ficção", seu contributo é o de *tornar pensável* o que não o seria dentro das fronteiras da ciência estabelecida (Certeau, 2011, p. 92). "Portanto, os debates sobre teoria na história sempre afetam credenciais disciplinares" (Lorenz, 2015, p. 52).

"Toda a literatura é abstracta, concretas são as pedras". "A literatura não é uma cópia dos objectos do mundo". Portanto, "não confundas um escritor com um arrumador de mobílias". A boa literatura – a que não é "miserável", "reduzível" – não é obediente, não estabelece nem fixa sentidos (não é pesada como uma mobília), seu trabalho é antes o de investigar "estratégias de aproximação". "O que interessa à literatura-Bloom", como a denomina Gonçalo Tavares, "é tudo *o que é assim,* mas poderia ainda *ser de outra maneira*". O que faz com que, em verdade, tudo seja de interesse à "literatura-Bloom", já que "nada há que não possa ser de outra maneira. Tudo o que é, é uma hipótese; tudo o que é, é apenas um lado de si próprio", daí decorrendo o que se poderia chamar de um "método--Bloom", que "tem por base a alteração constante de processos"; sua forma será a busca, constante, pela não-fixidez, pelo movimento transformador da forma anterior em forma nova, melhorada justamente pela impossibilidade da repetição, do confinamento sob uma categorização fechada, pela impertinência de uma medição. "A literatura deverá funcionar como um enxame assustado e nunca a desordem aceitou fita métrica". Por isso uma literatura-Bloom "é não medível". Deixar-se medir é morrer. "A morte da literatura começa no momento em que o leitor é capaz de prever comportamentos das frases seguintes". Isso seria ter um lugar *próprio,* o que a literatura não tem. "Na literatura os mapas surgirão em indícios". "O mapa de indícios e não de evidências é um método para prolongar o olhar". "Na literatura o mapa eficaz não é o que de imediato nos mostra onde estamos, o destino, e os caminhos". Em literatura, "mapa eficaz" seria aquele que nos faz andar "melhor", que não nos leva a um ponto de chegada, porque ele não há; afinal, literatura é um "sítio que não tem nome de mapa" (Tavares, 2018).

Considerando-se a tese de Certeau e as ponderações de Tavares, creio poder--se aproximá-las, poder-se ler em ambas um campo perceptivo aproximado, que afasta a literatura, peremptoriamente, de uma função referencial, aproximando-a de uma função teórica. Aqui, vemo-nos diante de concepções pelas quais a literatura é boa para fazer pensar (teoria) e não apenas para ser pensada (fonte), uma concepção ainda dominante, assim creio, nos domínios da história.

Tornando à tese de Certeau, estejamos em atenção que ela é exposta num texto intitulado "O 'romance' psicanalítico. História e literatura". Cujo início traz uma pergunta, mote inicial das discussões de Certeau: "Qual é o impacto do freudismo sobre a configuração que, nos últimos três séculos, tem orientado as relações entre história e literatura?" Ou seja, o texto parte de querer

saber onde entra Freud e seu trabalho no *quiproquó* de uma fronteira – a que se traça entre história e literatura. Uma distinção que, segundo Certeau, se tornou "objeto de uma revisão", na qual "a literatura desempenhou um papel de vanguarda". Seria um exemplo desse papel vanguardista, para Certeau, o "romance fantástico". Em nota de rodapé, Certeau (fazendo referência a Tzvetan Todorov) aponta que tal papel vanguardista, "no século XIX", adveio justamente do fato de que o romance fantástico "utiliza/confunde [*joue/déjoue*] a fronteira que a ciência positiva estabelece entre o real e o imaginário" (Certeau, 2011, p. 91), ou seja, por *tornar pensável* o que ainda não tinha forma na realidade. Se "para a psicanálise, disciplina filha da revolução científica da modernidade, uma questão central envolveu, desde seus primórdios, a possibilidade de produzir conhecimento dentro dos moldes científicos sobre algo que escapa à razão, que é da ordem da experiência", literatura e psicanálise se aproximariam por esse trabalho sobre o limite (do pensável, do racional) (Rubin, 2021, p. 212).

Freud: ficcionador, romancista

Qual o impacto do freudismo nas relações entre história e literatura?, foi a pergunta de Certeau. Para responder sua questão ele se debruça sobre a maneira de fazer de Freud. É debruçando-se sobre um modo de praticar que Certeau propõe/expõe sua noção de "romance" e de "ficção teórica" a partir do trabalho de Freud; uma dívida (um "empréstimo") reiteradamente por ele confessada (Certeau, 2011, p. 91-115; Certeau, 2009, p. 221; Certeau, 2017, p. 331-384). E aqui cabe de já atentar a que a reiteração do empréstimo tem a ver com a percepção de Certeau de que a maneira de fazer de Freud pode ser de bom uso também no fazer historiográfico. É que em seu entender, "a importância atribuída a uma historicidade é precisamente o que o leva [Freud] a uma forma romanesca", a uma prática de ficção. Em Freud, "sua maneira de abordar [...] transforma sua maneira de escrever". "A 'maneira' do romance torna-se a escrita teórica", "com função teórica" (Certeau, 2011, p. 94-95).

Nessa sua análise da prática de Freud, Certeau principia por dizer de como ele, "alimentado pela *Aufklärung* [iluminação, esclarecimento] científica do século XIX", pela qual buscava dar a seu trabalho o arcabouço da cientificidade que os saberes instituídos careciam, viu-se surpreendido, "de forma bastante irônica",

pelo fato de que suas "histórias de pacientes" fossem lidas "como se fossem romances". Ou seja, na sua prática, tal como se dava na análise de seus pacientes, ironicamente, o *recalcado* (o romance, a ficção) *retornava* (Certeau, 2011, p. 94).

E tal retorno era provocado pela historicidade. Ao contarem as experiências de seus sofrimentos (uma desordem vivenciada), os pacientes de Freud transformavam o diagnóstico pronto e acabado (uma estrutura preestabelecida) da doença. A partir dessa percepção, Certeau destaca "três aspectos" que dão dimensão a essa sua argumentação. O primeiro deles é que:

> Para Freud, a própria definição do 'romance' consiste em combinar no mesmo texto, por um lado, 'os sintomas da doença' (*Krankheitssymptome*), ou seja, uma semiologia baseada na identificação de estruturas patológicas e, por outro, a 'história do sofrimento' (*Leidensgeschichtei*), ou seja, uma série de acontecimentos relacionais que surpreendem e alteram o modelo estrutural.

"Adotar o estilo do romance", tal como a prática de Freud, era abandonar os *quadros* coerentes e fechados, acabados e definitivos dos diagnósticos da doença e considerar também os "acontecimentos" (a experiência dos pacientes) que integram e alteram esse *quadro.* Em lugar de uma estrutura canônica, opta-se por um "funcionamento dialogal". Nessa perspectiva, "o romance", nesse sentido proposto por Certeau a partir de Freud, "resulta da alteração que o sofrimento do outro introduz nesse quadro" (Certeau, 2011, p. 95-96).

O segundo aspecto destacado por Certeau para se compreender sua noção de "romance" a partir de Freud diz respeito ao fato de que ele, o analista (o que detém a *teoria*), estava também "implicado na relação com seu interlocutor" (a *fonte* de sua análise). "Desse ponto de vista, o romance é a relação que a teoria estabelece com a aparição factual [*événementielle*] de seus limites" (Certeau, 2011, 96).

Já o terceiro aspecto destacado por Certeau aponta que, em seu entender, "a concepção de Freud a respeito de sua escrita ensina a ler outros documentos. Ela permite vislumbrar qualquer narrativa como uma relação entre uma

estrutura e acontecimentos, ou seja, entre um sistema (explícito ou não) e os vestígio nesse sistema de algo diferente" (Certeau, 2011, p. 97).

De todas essas considerações sobre a maneira de Certeau compreender a prática de Freud, ressalta-se essa dimensão dialogal: entre uma estrutura e acontecimentos, entre um quadro de definições e a historicidade que o altera. Estamos diante de um "jogo [...] entre o objeto explicado e o discurso analisador", escrevendo-se no mesmo texto, numa "autoanálise da construção (ou 'ficção') escriturária". "O *lugar* de onde Freud escreve e a produção de sua *escrita* entram no texto com o *objeto* do qual ele trata" (Certeau, 2017, p. 331-336). "Sendo assim, a fronteira entre esse *próprio* e seu *outro* atravessa tanto a prática que busca a distinção entre o aparato da pesquisa e o material por ela tratado, quanto a 'encenação escriturária' na qual o discurso do saber domina" o objeto tratado (Miranda Júnior, 2021, p. 192). "No texto de Freud, a elucidação não escapou ao que explicava" (Miranda Júnior, 2020, p. 204). "Esta teoria da ficção é uma 'ficção teórica'", portanto (Certeau, 2017, p. 332).

Deambulando pela escrita de Certeau, eis como pude compreender essas suas inquietantes noções.

Paisagem e inundação

Uma compreensão que me veio pelas investigações e pela escrita de outro, concebedor – segundo estudo de sua obra – da ideia de literatura "como um corpo-dançarino entre a ficção e o ensaio", "como um corpo que se pergunta o tempo inteiro se é capaz de dançar", uma escrita que incorpora "algumas capacidades de um *estado de dança* para mover o corpo da história a partir de seus vestígios, desconfianças e suspeições – *as sobrevivências*", numa "tentativa de deslocar todos os marcos de fronteira e reposicioná-los através da imaginação como um limiar da história" (Studart, 2016, p. 21-32). Uma concepção que, como a leio, muito se aproxima da indagação nos deixada por Certeau a respeito do que a *maneira de fazer* de Freud legou à história: "Em me pergunto: que inquietante estranheza traça a escrita freudiana no 'território do historiador', no qual entra dançando?" (Certeau, 2017, p. 332). E como observa Gonçalo Tavares, "é engraçado pensar que dançar não é estar parado, mas também não é mudar de sítio, é uma terceira hipótese que é uma mistura

da utilidade do movimento e da inutilidade da imobilidade" (*apud* Studart, 2016, p. 256). Dançar é não ter um lugar *próprio.* De certa maneira, dançar seria estabelecer conexões entre esses dois estados, entre estar parado (uma estrutura, podemos pensar) e mover-se (uma inundação, metaforizemos).

E uma conexão que faz melhorar, como propõe certo verso de um poeta (Joseph Brodsky) investigado (ficcionalmente) por Gonçalo Tavares. Verso que diz: "Uma paisagem absolutamente canónica, melhorada pela inundação" (Brodsky, 2001, p. 237). E eis como, em conclusão, pensa Tavares sobre o verso:

> Brodsky diz neste verso, nos parece, que a criação artística é um processo iniciado por uma estrutura, por uma certa solidez, por um domínio de determinadas técnicas, mas que tal é apenas a primeira etapa da construção de uma obra de arte. A etapa mais importante vem a seguir, a etapa que aperfeiçoa, que dá o último toque, esse toque que desloca ligeiramente a ordem e faz nascer algo de verdadeiramente novo; esse último toque é dado pelo aleatório, pelo convulsivo, pela força que o próprio sujeito não controla nem prevê, mas que rapidamente se assume como a potência que comanda esse momento. Inunda a perfeição e terás uma obra de arte. É isto, no fundo, que Brodsky disse com este verso (Tavares, 2012a, p. 69-70).

Na leitura de Tavares – ou mais propriamente, de Sr. Eliot, numa de suas conferências no livro *O senhor Eliot e as conferências* –, esse verso de Brodsky nos coloca diante de um problema científico e não poético. Ele põe em causa nossos instrumentos de medição e avaliação das ideias: o que é, afinal, uma inundação? Como lidamos com o que desloca/modifica as estruturas do que temos por canônico? Eis as inquietantes questões pensadas por Tavares (ou, Sr. Eliot), a partir de um verso de Brodsky. Diante da ciência, o "deus-óbvio" (Tavares, 2008, p. 14), valer-se e valorizar o "Método SURPREENDENTE", que opera por "bicadas e voo" e não por uma "convicção-cão" (aquela que aferra "os dentes nas ideias" e não larga) (Tavares, 2002, p. 62), eis a proposta.

Pela leitura e análise de Certeau, o método de Freud é surpreendente para a história porque ele "trata precisamente do que a historiografia postula e põe fora de campo" (Certeau, 2017, p. 341), ou seja, o seu processo de fabricação. "O autor acusa seu próprio trabalho". "Esta é a situação do texto [em Freud]. Ele não escapa do processo que analisa. Ele o persegue. Não encontra uma posição segura, observadora, ao abrigo da 'dúvida'." "A forma, mais do que o conteúdo, é portadora do que há para ouvir". Em suma, para Certeau, em Freud, "*a prática produtora do texto é a teoria*". "*'Fazer o texto'* é 'fazer a teoria'. Sob este aspecto existe realmente ficção teórica. A teoria, inteiramente investida na operação de se escrever". Em suma (porque a primeira não foi bastante), "a *teoria,* em Freud, se exerce a partir e no interior da ficção" (Certeau, 2017, p. 358-363. Grifos do autor). Por essa *maneira de fazer,* ao expor o que a historiografia, via de regra, escamoteia no texto que lhe dá corpo escrito, Freud seria tão inquietante para o território do historiador – no qual entra *dançando*.

Teoria: uma maneira de fazer funcionar

Pelo que até aqui se leu, creio ter sido possível ter dado a ver as concepções de romance e de ficção propostas por Certeau a partir do trabalho de Freud. Creio também ter podido suscitar a percepção – a desconfiança ao menos – de que Freud não escreveu propriamente uma teoria, menos ainda uma teoria da história. Foi Certeau (o historiógrafo) que, lendo Freud de uma determinada maneira, fez sua escrita *funcionar como* teoria. Foi Certeau quem fez com que uma escrita praticada num outro território (a psicanálise) *funcionasse como* teoria ao ser trazida ao território da história. Foi Certeau quem tomou a *maneira de fazer* de Freud como uma *ficção teórica* com validade de uso para a história.

O que nos coloca diante de uma questão: o que é, o que pode ser um texto teórico? O que é, o que pode ser uma teoria para a história? Refletindo sobre as "artes da teoria", Michel de Certeau nos diz de como, apesar do tempo e seus avatares, paira sobre a palavra e suas significações o peso da distinção, da ostensiva fronteira entre o pensar e o fazer:

> Sobre três séculos, malgrado os avatares históricos da consciência ou as definições sucessivas do conhecimento, paira sempre a combinação entre dois termos distintos, de uma parte um conhecimento referencial e "inculto" e, de outra, um discurso elucidador que à plena luz produz a representação inversa de sua fonte opaca. Este discurso é "teoria". Conserva da palavra o seu sentido antigo e clássico de "ver/fazer ver" ou de "contemplar" *(theorein).* É "esclarecido" (Certeau, 2009, p. 135).

Teoria: o discurso que esclarece, que faz ver; eis o senso mais comum, eis o que mais se conserva e transmite nos territórios estabelecidos dos saberes constituídos, disciplinados.

Seria essa a sua fatalidade?: "a fatalidade da teoria é a de ser transformada em método pela instituição acadêmica" (Compagnon, 2010, p. 18). Um sentido – esse, disciplinado, metodizado, repetido sem o espanto criador – a que falta, na concepção certeauniana, a consciência do processo fabricador, a consciência de que *fazer o texto é fazer a teoria.* Uma falta que, justamente, não estaria em Freud e suas ficções teóricas: seu texto analítico pensa enquanto se faz, se faz enquanto pensa – tanto o *objeto* de que trata quanto a construção da escrita-pensante. Freud trabalharia (assim como Foucault e Bourdieu) à beira da falésia, enfrentando um confronto (o do limite do pensável) que a ciência evita:

> Surge um problema particular quando, em vez de ser, como acontece habitualmente, um discurso sobre outros discursos, a teoria deve desbravar um terreno onde não há mais discursos. Desnivelamento repentino: começa a faltar o terreno da linguagem verbal. A operação teorizante se encontra aí nos limites do terreno onde funciona normalmente, como um carro à beira de uma falésia. Adiante, estende-se o mar... (Certeau, 2009, p. 123).

A ciência evita esse "mar..." – reticente, aberto – do insabido, do ainda não pensado, não cartografado, não escriturado por um saber disciplinado:

> Uma ciência particular evita esse confronto direto. Ela estabelece as condições a priori para só encontrar as coisas num campo próprio e limitado onde as "verbaliza". Ela as espera na rede de modelos e hipóteses onde é capaz de "fazê-las falar", e esse aparelho investigador, como uma armadilha de caçador, transforma o seu mutismo em "respostas", portanto em linguagem: é a experimentação. A interrogação teórica, pelo contrário, não *esquece*, não pode esquecer que além da relação desses discursos científicos, uns com os outros, existe a sua relação comum com aquilo que eles tomaram cuidado para excluir de seu campo para constituí-lo. [...] Ela é *a memória desse "resto"* (Certeau, 2009, p. 123).

Lendo o pensamento escriturado de Certeau, não será excessivo pensar, creio eu, que teoria é sobretudo *interrogação teórica* no próprio corpo da *prática investigadora.* Teoria é uma prática-pensante sobre o limite do pensável – à beira da falésia dita.

E aqui, no agora da escrita dessas linhas, me vem à mente a inquietante confissão de Michel Foucault com que ele principia *As palavras e as coisas* (1999 [1966]), esse livro reconhecidamente fundamental às reflexões nas ciências humanas de nossos tempos:

> Este livro nasceu de um texto de Borges. Do riso que, com sua leitura, perturba todas as familiaridades do pensamento — do nosso: daquele que tem nossa idade e nossa geografia —, abalando todas as superfícies ordenadas e todos os planos que tornam sensata para nós a profusão dos seres, fazendo vacilar e inquietando, por muito tempo, nossa prática milenar do Mesmo e do Outro. Esse texto cita "uma certa enciclopédia chinesa" onde será escrito que "os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pêlo

> de camelo, l) et cetera, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas". No deslumbramento dessa taxinomia, o que de súbito atingimos, o que, graças ao apólogo, nos é indicado como o encanto exótico de um outro pensamento, é o limite do nosso: a impossibilidade patente de pensar isso. Que coisa, pois, é impossível pensar, e de que impossibilidade se trata? (Foucault, 1999, p. IX).

Talvez – arrisco-me a propor – se possa tomar as indagações finais de Foucault – "Que coisa, pois, é impossível pensar, e de que impossibilidade se trata" – como sinônimo da pergunta *o que é teoria?* Talvez – arrisco-me na aproximação – o que o texto de Borges foi para Foucault tenha sido o mesmo que o texto de Freud foi para Certeau. Em ambos os casos, o poder da estranheza de abrir brechas, fendas no pensamento feito cria novas possibilidades de alargamento da fronteira do pensável – "(e às fendas poderá chamar possibilidades)" (Tavares, 2011, p. 61).

Possibilidades de teoria

Ante as reflexões até aqui expostas, eis que cabe agora interrogar, ou antes explicitar, a inquietação que a moveu e percorreu: há uma forma *própria* à teoria? Ou, doutro modo dizendo: haverá um uniforme textual com que obrigatoriamente se deva vestir a teoria? Investigações geométricas ou investigações poéticas podem ser teoria? E mais: podem ser para a história?

Estas interrogações remetem ao princípio deste texto, à ficção (investigações geométricas) de senhor Gonçalo Tavares. Ter principiado por ela teve seu intento: o de poder agora, após um percurso pelo pensamento de Michel de Certeau, questionar se as proposições certeaunianas, a partir do trabalho de Freud, não estariam próximas às investigações de Gonçalo Tavares? Ou ainda: se a maneira de Certeau ler/explorar o trabalho de Freud (tomando-o como *ficção teórica*) não pode ser a nossa – historiadores/historiadoras – de tomar uma ficção como a de senhor Tavares como teoria?

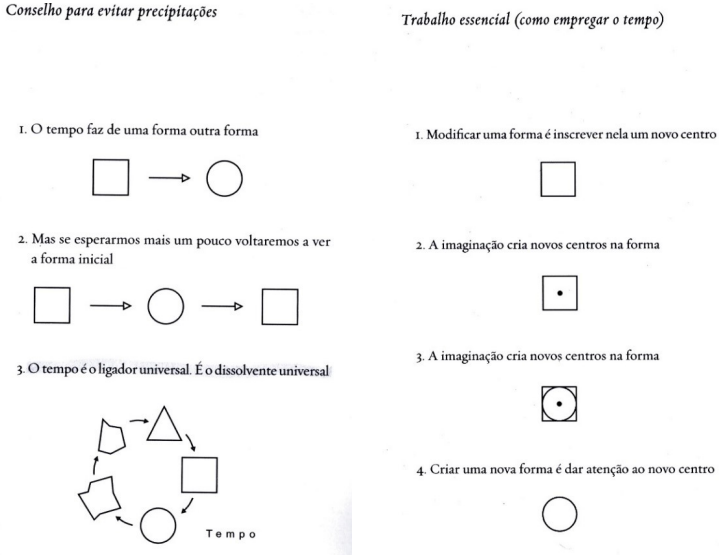
A teoria, na história, tem uma forma *própria*? Ela é uma estrutura *absolutamente canônica* que não aceita ser *melhorada pela inundação* do que vem

de fora de seus territórios? Ou sua forma, pelo trabalho do *tempo dançarino,* pode se transformar e acolher o que lhe é estrangeiro? Uma página despida da vestimenta usual de um texto teórico – citações, remissões, notas, etc. – está autorizada a ser dita como uma página teórica? Ela pode ser boa para fazer pensar, para colocar questões à reflexão?

"Como se articulam a forma literária e o conteúdo cognitivo do conhecimento histórico?", perguntou Jörn Rüsen, acrescentando que "essa não é meramente uma questão relativa a uma reflexão posterior sobre as apresentações históricas já produzidas, mas um problema do próprio processo cognitivo." (Rüsen, 2015, p. 35). A forma pensa enquanto diz (enquanto se faz em escrita).

Páginas como as que a seguir se deixam reproduzidas poderão ocupar um lugar teórico? Poderão ter esse uso? Poderão cumprir essa função? Um livro constituído de páginas semelhantes a elas poderá figurar entre os *referenciais teóricos* de bibliografias de cursos, disciplinas, projetos de estudo, seleções de mestrado ou doutorado? Qual a forma da teoria? Eis, em suma, a questão a ser pensada à vista do que logo a seguir vemos.

Figura 29 - Páginas de O senhor Swedenborg e as investigações geométricas



Fonte: Tavares, 2011, p. 32 e p. 79.

Teoria, essas formas? Questão de essência ou de modos de uso? Pensemos.

Talvez valha aqui considerar, com senhor Tavares, algumas de suas breves notas sobre o tema (da teoria):

> **A teoria da neve**
> Sabemos o que é a neve. Encanta, hoje. Brincamos com ela. Olhamos em volta e só vemos a sua cor branca. O nosso mundo foi ocupado pela neve.
> Sabemos, pois, o que é a neve. E sabemos o que é uma teoria científica.
> Só que o Inverno não é eterno (Tavares, 2012, p. 33).
>
> **Nova teoria**
> Uma nova teoria reposiciona o pormenor (ou mesmo o insignificante) tornando-o centro.
> Tudo aquilo que é pequeno pode ser posicionado de modo a que aos nossos olhos pareça grande. Lembra-te da experiência brutal de o teu dedo ser maior do que o arranha-céus (Tavares, 2012, p. 80).

Penso que, vendo-se e lendo-se a escrita-pensante de Gonçalo Tavares, não seria o caso de se pensar estarmos diante de alguém que concebe e pratica a escrita tal como o dito – e já antes referido – "terceiro homem" ("capaz de reunir em si a ciência e a arte", lembremos), alguém que, por essa capacidade religadora, "poria remédio à enfermidade dos teóricos", qual seja: a de desconsiderar o mundo da experiência, da prática (Certeau, 2009, p. 131). "Pensar não é um acto menor, assim como agir não é um pensamento menor" (Tavares, 2012, p. 253). Na operação que é historiografar, "método e teoria não podem ser separados de modo algum" (Heller, 1993, p. 177). Entre ambos, talvez seja como a relação entre ferramentas e problemas a resolver, e as boas perguntas que devemos fazer a fim de manter a inquietude longe da imobilidade:

> — Com estas ferramentas que problemas posso resolver?
> (Esta é a pergunta tonta.)
> — Com estes problemas de que ferramentas preciso?

> (Esta pergunta é melhor.)
> — Com estes problemas que ferramentas tenho de aprender a utilizar?
> (Esta pergunta ainda é melhor: pressupõe vontade e um plano de ação) (Tavares, 2012, p. 116)

Perguntar pela forma da teoria, e fazê-lo a partir do diálogo entre um pensamento historiográfico (Certeau) e uma prática ficcional (Tavares) tal como aqui se fez, é considerar, com relevância e inquieta curiosidade, a tese certeauniana de que pode a literatura ser sim um discurso teórico dos processos históricos, de que a ficção pode tornar pensável certos processos e, assim, ampliar as fronteiras dos territórios da história.

"Mas porquê esse limite aí? Ou naquele outro sítio?" (Tavares, 2012, p. 88). Pensemos nisto. E perguntemos sempre.

Referências

BRODSKY, Jospeh. **Paisagem com inundação.** Trad. Carlos Leite. Lisboa: Cotovia, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3 ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** 16 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009 ["Artes da Teoria", Cap. 5, p. 131-149].

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise:** entre ciência e ficção. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. 2 ed. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. Trad. Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história**. Trad. Dilson Bento de Faria Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

LORENZ, Cris. **Entre filosofía e historia** [vol. 1: Exploraciones en filosofía de la historia]. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2015.

MIRANDA JUNIOR, Robson Freitas. Michel de Certeau como leitor de Freud: as escritas freudianas e a escritura da história. *In:* MARCELINO, Douglas Attila (Org.). **Ritualizações do passado**: a história como prática escrita e rememorativa. Curitiba: CRV, 2020 [p. 191-211].

MIRANDA JUNIOR, Robson Freitas. Michel de Certeau e a psicanálise: as estratégias do tempo e as fronteiras da história com a literatura. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 23, n. 2, p. 185–209, 2021. Disponível em: https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/65390. Acesso em: 19 mar. 2024.

RUBIN, Aline Librelotto. No rastro historiográfico da Psicanálise no Brasil: Reencontrando a escrita da sua ficção. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 23, n. 2, p. 210–229, 2021. Disponível em: https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/65241. Acesso em: 19 mar. 2024.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Trad. Estevão C. de Rezende Martins. Editora UFPR, 2015.

STUDART, Júlia. **O dançarino subtil:** Gonçalo M. Tavares entre as esferas. O Bairro e O Reino. Lisboa: Caminho, 2016.

TAVARES, Gonçalo M. **Investigações. Novalis**. Algés(Portugal): Difel, 2002.

TAVARES, Gonçalo M. **Livro da dança**. Florianópolis: Editora da casa, 2008.

TAVARES, Gonçalo M. **O senhor Eliot e as conferências.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012a.

TAVARES, Gonçalo M. **O senhor Swedenborg e as investigações geométricas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavras, 2011.

TAVARES, Gonçalo. **Breves notas sobre ciência; breves notas sobre o medo; breves notas sobre as ligações (Llansol, Molder e Zambrano).** Lisboa: Relógio D'Água, 2012.

TAVARES, Gonçalo. **Breves notas sobre literatura-Bloom:** dicionário literário. Lisboa: Relógio D'Água, 2018.

Os atos necessários a administração municipal para a efetivação de políticas de infraestrutura durante o Império

Arthur da Costa Orlando[80]

Resumo

O objetivo deste trabalho foi apresentar as ações que eram necessárias aos representantes políticos municipais para a efetivação de políticas de infraestrutura durante o Império do Brasil. Trata-se de um estudo direcionado à análise da burocracia dos processos administrativos municipais. Todavia, a intenção foi de apresentar o prescrito sobre a temática nas diretrizes dos diferentes níveis de governo e como acontecera na prática. Por isso, para consecução desse segundo aspecto mencionado, observou-se as informações presentes nas atas da Câmara Municipal de São Paulo do Muriahé (atual Muriaé-MG), mais especificadamente as relacionadas com as questões em discussão. Assim, foram feitas considerações que possibilitaram o conhecimento dos processos e, com isso, o desenvolvimento da temática, uma vez que ainda é pouco debatida pela historiografia, porém é essencial para o entendimento da formação administrativa do país. Ademais, novas interpretações possibilitam a desmitificação de paradigmas que, por muito tempo, foram vistos como verdades absolutas.

Palavras-chave: Administração Municipal; Políticas de Infraestrutura; Legislações.

Introdução

Com um olhar direcionado a administração municipal durante o Império, o objetivo do presente artigo foi analisar as ações necessárias aos agentes políticos municipais para a realização de políticas de infraestrutura. Para isso,

80 Mestre e doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira – Niterói – RJ. Bolsista Capes.

analisou-se as diretrizes promulgadas pelos níveis de governo que regulamentavam a temática, como a lei Imperial de 29 de agosto de 1828 e a de 1° de outubro de 1828. Para além disso, com a intenção de verificar se os atos dos representantes locais, quando tratavam desta questão, estavam em conformidade com as legislações, observou-se uma situação com informações relativas ao desenvolvimento de uma infraestrutura presente nas atas da Câmara Municipal de São Paulo do Muriahé (atual Muriaé-MG), município localizado na Zona da Mata mineira, durante os anos de 1881-1882. A escolha da localidade decorreu-se em razão do autor possuir tais documentos já catalogados, uma vez que utiliza desses para estruturação de sua tese de doutoramento no PPGH da Universidade Salgado de Oliveira – Campus- Niterói – RJ.

Ainda que primordiais para o desenvolvimento do estudo, os documentos escolhidos como principais são sujeitos a críticas quando servem à utilização em pesquisas históricas. Dentre tais críticas, a de que foram produzidos pela classe dominante da sociedade e, por isso, não retrataram todos os conflitos sociais, assim como de que as leis e resoluções, independentemente do nível de governo, não necessariamente se concretizavam. Contudo, ainda que se reconheçam as características relativas a elaboração dos documentos em questão, estes não devem ser tratados como insignificantes, posto que representam os resultados das práticas de registro e de organização das sociedades históricas, sendo artifícios que resistiram ao tempo. Desse modo, seguindo os ensinamentos dos Annales, são reconhecidos os riscos e as limitações do emprego dessas fontes, mas foram aplicados procedimentos metodológicos capazes de extrair as informações necessárias, uma vez que não há documento que diga verdade e/ou mentira (Le Goff, 1990, p. 473).

Para que o trabalho não se transformasse em uma obra positivista, isto é, num simples texto com descrição de documentos, optamos pela análise minuciosa com críticas interpretativas durante as leituras, uma vez que "há muito tempo estamos alertados no sentido de não aceitar cegamente todos os testemunhos históricos" (Bloch, 2002, p. 89). Além disso, concordamos que "o documento deve ser submetido a uma crítica mais radical" (Le Goff, *op. cit.*, p. 468), para que se consiga extrair informações que eles próprios são incapazes de formular, pois entendemos, assim como enfatizou Carlos Bacellar, "que a elaboração de um documento não necessariamente significa que seguiram as normas de conteúdo informacional originalmente previstas" (Bacellar,

2004, p. 44). Desse modo, durante o estudo documental, atentou-se para a identificação das características gerais de cada um.

Ademais, optou-se pelo método qualitativo sobre ambos documentos. Tal procedimento exige do pesquisador bastante atenção e perspicácia durante a realização de leituras e extração das informações. As duas leis imperiais estão disponíveis para o acesso na internet, no sítio eletrônico do planalto federal.[81] Já a documentação municipal encontra-se disponível para o acesso no Arquivo Público Municipal de Muriaé – MG. Após as legislações serem selecionados foram realizadas leituras interpretativas sobre os dados e digitadas as informações no software Word[82]. Em seguida, foi feito a separação dos itens no Excel,[83] uma vez que, em muitos casos, uma política de infraestrutura debatida não se decidia em apenas uma reunião, pois precisava passar pelos trâmites necessários até ocorrer a aprovação ou não. Ainda, depois de todos processos ocorria a fiscalização do que foi estruturado, o que fazia com que o assunto retornasse à assembleia.

Desse modo, o trabalho está arquitetado da seguinte maneira, a princípio, estão as considerações sobre o contexto e as características das leis imperiais voltadas para a regulamentação das municipalidades. Posteriormente, externaram-se as situações relativas as obras de infraestrutura procedidas pelos agentes políticos com mandato em vigor no município de Muriaé.

Obras públicas e municípios após a independência do Brasil

A proclamação da independência fez com que as autoridades políticas brasileiras organizassem e instituíssem as normas do país. Várias temáticas precisavam de regulamentação, como a divisão do país, número de cargos

81 A lei de 29 de agosto de 1828 pode ser consultada no link : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-29-8-1828.htm#:~:text=LEI%20DE%2029%20DE%20AGOSTO,%2C%20pontes%2C%20calcadas%20ou%20aqueductos. Já a lei de 1° de outubro de 1828 em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm#:~:text=LEI%20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO,e%20dos%20Juizes%20de%20Paz.&text=Art.,sete%2C%20e%20de%20um%20Secretario.

82 O Microsoft Word é um software aplicativo de textos que opera no ambiente Windows. Um processador de textos é um programa usado para criar e editar documentos, visando facilitar o trabalho do usuário nesta tarefa.

83 Excel é o nome pelo qual é conhecido o software desenvolvido pela empresa Microsoft, amplamente usado por empresas e particulares para a realização de operações financeiras e contabilísticas através de planilhas eletrônicas. As planilhas são constituídas por células organizadas em linhas e colunas.

políticos, níveis de governo, segurança pública, dentre outras. Em 1824, após um período de quase dois anos da independência, a Constituição do país foi promulgada e, nos anos subsequentes, outros códigos foram sendo publicados. No ano de 1828 ocorreu a implementação da lei que estabelecera regras para a construção de obras públicas, como também a que previa as atribuições das Câmaras Municipais. Ambas, são importantes para o desenvolvimento do presente estudo, porém dar-se-á ênfase na primeira, pois tratava especificamente dos atos necessários à edificação de obras públicas no país. A regulamentação das edilidades ainda sofreu influência do Ato Adicional de 1834, como também da lei interpretativa desse, de 1840, por isso, foram feitas menções contextualizando-as e mencionando pontos interligados à relação de infraestruturas.

Nesse sentido, a lei de 29 de agosto de 1828 estava organizada em dezoito artigos e abordava diferentes questões relativas as regras para construção de obras públicas que detinham por objeto a navegação dos rios, abertura de canais, edificação de estradas, pontes, calçadas ou aquedutos. Itens essenciais de construção nas mais diversas partes do território.

A princípio, a diretriz enfatizara que a consecução de tais poderia ser desempenhada por empresários nacionais, estrangeiros, ou associados em companhia (Brasil, 1828a). Isso trazia uma alternativa a realização dos empreendimentos, mas não uma definição. Em seguida, tratou da responsabilidade de cada nível de governo. Nesse ponto, ressaltou que todas as obras pertencentes à província capital do Império (Rio de Janeiro), ou a mais de uma província, seriam promovidas pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Não obstante, os presidentes e conselhos de província arcariam com as privativas de suas respectivas áreas, porém as realizadas nos termos dos municípios seriam de responsabilidade das respectivas Câmaras Municipais (Brasil, 1828a).

Para que a definição da responsabilidade entre província e município não ficasse confusa, optou-se pela inserção de artigos presentes no Ato Adicional de 1834 e de alguns da lei n° 105, de 12 de maio de 1840 (interpretação do Ato Adicional). Na primeira, que foi pouco alterada pela segunda (Dolhnikoff, 2005, p. 137-141), houve o estabelecimento de que competia as

Assembleias legislativas provinciais legislar tanto sobre a polícia[84] e economia municipal quanto sobre obras públicas, estradas e navegação no interior da respectiva Província, que não pertencesse a administração geral do Estado (Brasil, 1834). Tudo isso, desde que fundamentado nas propostas que as câmaras enviavam todo ano a entidade provincial. Com o poder de organizar a recursos financeiros dos municípios, os políticos provinciais possuíam o poder de alterar e organizar os orçamentos anuais das câmaras municipais, discriminando os valores das despesas disponíveis para serem empenhadas.

Para além disso, o órgão provincial também determinava que as edilidades só poderiam destinar recursos financeiros as atribuições que estivessem prescritas em suas posturas. Estas, formuladas anualmente pelos agentes políticos municipais, durante a primeira reunião, e só liberadas para entrar em vigor após aprovação da Assembleia Provincial (Brasil, 1828b). Quaisquer dispêndios financeiros realizados fora do previsto estariam em desconformidade, tanto que no art. 75°, da lei de 1° de outubro de 1828, a qual regulamentava as ações das edilidades municipais, estava definido que o procurador do município só poderia efetuar empenhos relacionados a itens presentes nas posturas ou por deliberação da câmara (Brasil, 1828b).

Todavia, a historiografia consolidou a perspectiva de que as atribuições municipais eram inúmeras, porém os recursos financeiros disponíveis para efetuação eram escassos.[85] Responsabilidades que abrangiam a manutenção da ordem, organização do espaço municipal, assistência social, efetivação de obras públicas, dentre outras. (Brasil, 1828b). Talvez, por terem consciência disso, houve a inclusão, por parte dos formuladores da legislação camarária de 1828, de que em caso de não conseguirem prover todos os objetos de suas atribuições, os agentes políticos municipais deveriam efetuar somente aquelas que fossem mais urgentes (Brasil, 1828b).

84 Polícia é um vocábulo de origem grega (politeia), e passou para o latim (politia), com o mesmo sentido: "governo de uma cidade, administração, forma de governo". Disponível em: https://www.ssp.sp.gov.br/Institucional/Historico/Historico.aspx.

85 Dentre a historiografia, ver: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil – 7ªed – São Paulo: Companhia das letras, 2012. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. OLIVEIRA, Kelly Eleutério de Mariana. *No laboratório da nação*: a Câmara Municipal de Mariana e a construção do estado nacional brasileiro (1828-1836). Ebook – Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2021, dentre outros.

Diante desse painel e observando diferentes documentações, percebemos que para as questões relativas as obras públicas, a Província de Minas possuía duas formas de destinação de recursos financeiros. Um modelo ocorria anualmente, quando da destinação de capitais para a efetuação das despesas municipais, já o outro, acontecia na ocasião de ser votado e aprovado a efetuação de uma determinada política em algum município. A exemplo do primeiro protótipo, podemos citar as despesas de São Paulo do Muriahé para o ano de 1864, as quais perfizeram um total de 1:430$000 (um conto, quatrocentos e trinta mil réis), sendo os gastos com: secretário, 200$; [...] obras públicas, 417$ e demais (Província de Minas Gerais, 1864). Já sobre o segundo modelo, podemos citar a lei 1.811 de 10 de outubro de 1871, em que foram destinados ao município a quantia de 1:000$000 para auxílio na construção de um paredão no adro da matriz (Província de Minas Gerais, 1871).

Percebeu-se que sobre o segundo modelo havia a especificação sobre como o empenho deveria ocorrer, enquanto que, do primeiro, não, bastava que estivesse previsto nas posturas municipais o gasto com obras públicas. Algo que, consequentemente, existia. Com isso, os vereadores podiam utilizar daquele recurso para edificações públicas, até o máximo previsto pelo item nas despesas anuais. Isso dava uma certa autonomia aos representantes políticos do município, que podiam deliberar recursos para determinados empreendimentos, desde que a maioria deliberasse.

Depois de tratar sobre a responsabilidade dos níveis de governo para com as despesas das obras, o terceiro artigo da lei de 29 de agosto de 1828, fixava os processos a serem seguidos para consecução dos empreendimentos. Estes, após serem projetados, precisavam ter sua planta, plano e orçamento elaborados pelas autoridades públicas, que contratariam, para tal fim, engenheiros ou, em caso da não existência, "pessoas inteligentes" (as quais eram aqueles com conhecimentos sobre obras) (Brasil, 1828a). Posteriormente, com as informações organizadas, afixavam-se os documentos em locais públicos no prazo entre 1 a 6 meses e convidavam os cidadãos para, caso conviesse, tecerem observações e/ou reclamações. Sendo os projetos aprovados, imediatamente estruturavam os editais e, novamente, realizavam a afixação em locais públicos para que houvesse a possibilidade da elaboração de um contrato com o empresário que oferecesse maiores vantagens, as quais não estavam apresentadas, mas acredita-se que poderia ser menor preço e tempo para a consolidação da estrutura. Todas as premissas referentes a estrutura a ser cons-

truída deveriam estar escrituradas no acordo firmado entre o poder público e o empreendedor, desde os prazos firmados até as formas de pagamento (Brasil, 1828a).

O último item mencionado poderia ocorrer de duas formas; de maneira direta, quando o recurso financeiro era destinado ao empresário após todas as verificações e o bem ficava em posse do poder público, ou então em forma de concessão, quando o empresário recebia possessão do elemento construído por um determinado período de anos e, para obter o recebimento dos recursos gastos, realizava cobrança de taxas aqueles habitantes que o utilizassem. Essa modalidade poderia ser usada pelos órgãos governamentais para indenização quando as obras fossem realizadas com os recursos públicos, em virtude de não terem sido arrematadas por empresários. Para isso, todas as informações deveriam ser apresentadas à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro do Império (Brasil, 1828a).

Para o cálculo da taxa, levava-se em consideração a soma de todo capital investido. Os valores diferenciavam conforme a estrutura, e a cobrança só se iniciaria no período estipulado em contrato, a partir da finalização da construção. Durante todo período de concessão, o empresário, a suas expensas, possuía a obrigação de realizar manutenções. Responsabilidade que passava para o poder público no momento em que encerrava o vínculo entre as duas partes. Sob a incumbência de qualquer um dos dois havia a obrigatoriedade de isentar a cobrança daqueles que as utilizassem em virtude de estarem em função do serviço nacional (Brasil, 1828a).

A lei ainda definia que todos os proprietários cujos terrenos tivessem sido usados para a implementação de alguma infraestrutura pública seriam indenizados conforme os dispositivos presentes na lei de 9 de setembro de 1826, a qual tratava da questão. Por fim, revogava todos os dispositivos que haviam sido promulgadas anteriormente e estavam em contrário (Brasil, 1828a). Com todos os artigos a diretriz representava o marco regulatório sobre os processos relativos a realização de obras públicas. Assim, todas as legislações promulgadas posteriormente que, em algum momento, abordasse a temática, precisavam estar em consonância.

Ao abordar as atribuições relativas às câmaras municipais, a lei de 1° de outubro, ao dispor sobre as maneiras de como seriam efetuadas infraestruturas, mais especificamente o artigo 47°, externava que os órgãos municipais;

> [...] poderão ajustar de empreitada as obras que se houverem de fazer, metendo-as primeiramente em pregão, para preferirem aqueles que se oferecerem por menor preço, precedendo vistoria legal, publicação do plano, e sua avaliação; e na falta de empreiteiros, as poderão fazer por jornal. E quando as obras forem de grande importância, e alguns sócios, ou empreendedores se oferecerem a fazê-las, as percebendo algumas vantagens para sua indenização, enviarão as propostas aos Conselhos Gerais de Província (Brasil, 1828b).

Preceitos em conformidade com vários artigos da diretriz sobre obras públicas, mais especificamente com o artigo 5° que mencionava melhores vantagens (Brasil, 1828a). Na legislação das câmaras, houve o detalhamento de que essas seriam menor preço, vistoria legal, publicação de plano e avaliação ao final (Brasil, 1828b). Em seguida, dava espaço a pessoas inteligentes na falta de engenheiros, bem como abria a possibilidade de concessões ao poder privado, porém ressaltava a necessidade do aval do Conselho Geral de Província. Todos esses pressupostos deveriam estar nas posturas de cada município, pois, assim, após serem aprovadas pelos representantes provinciais estavam liberadas para que os vereadores pudessem coloca-las em prática.

Com os termos reguladores explícitos, adiante, de modo a entendermos como acontecia todo o processo na prática, será exposto um estudo de caso ocorrido no município de São Paulo do Muriahé.

São Paulo do Muriahé e os trâmites para realização de uma obra de infraestrutura pelo poder público durante o império

Localizado na parte central da atual região da Zona da Mata mineira e, com isso, distante das áreas próximas ao Caminho Novo[86], (que eram mais dinâmicas no período setecentista), o primeiro registro oficial de ocupação de São Paulo do Muriahé só ocorreu em 1819. Neste ano, sob as ordens de

86 Principal rota de interligação entre os portos da cidade do Rio de Janeiro à área central mineira, fundado no início do século XVIII. Para a realização de tal trajeto, o caminho tinha um trecho nas áreas ao sul da Zona da Mata mineira.

Guido Thomas Marliére, então diretor geral dos índios, Constantino Pinto ficou responsável por realizar a demarcação de um aldeamento indígena para os índios puris no Sertão do Muriahé. Medição que deveria conter terras suficientes para o desenvolvimento da cultura e sustentação dos nativos e, ainda, uma igreja para catequização (APM, 1819). Esta, autorizada para edificação pela fazenda pública em 1825. No ano de 1841, em razão da Lei Provincial n°. 211, de 07 de abril de 1841, a localidade na posição de curato foi elevada à categoria de distrito de paz. Em 16 de maio de 1855, por ação da Lei Provincial n°. 724, São Paulo do Muriahé adquiriu sua autonomia municipal ao ser elevado a condição de vila (Província de Minas Gerais, 1855). Anos mais tarde, mais especificamente, em 1865, a localidade adquiriu o título de cidade por meio da diretriz n.° 1.257, de 25 de novembro de 1865 (Província de Minas Gerais, 1865).

Em 1866 ocorreu a divulgação do primeiro conjunto de normas do município. Documento organizado em 15 (quinze) capítulos e 213 (duzentos e treze) artigos que versavam sobre diferentes temáticas, desde a definição de conceitos até os impostos. As diretrizes referentes às obras públicas estavam no quarto capítulo, dentre os artigos 45° ao 54°. Já no primeiro havia a definição de que,

> [...] a conservação e reparo das muralhas, paredões ou outras obras feitas para segurança dos edifícios, ou prisões públicas, calçadas, pontes, chafarizes, regos, aquedutos, poços, tanques e quaisquer outras construções em benefício comum, ou para decoro das povoações serão feitas pela Câmara (Província de Minas Gerais, 1866).

Exceções ao previsto seriam as obras cuja fatura não era de obrigação da Câmara, a menos que fosse edificada num momento de necessidade. Acredita-se que neste caso, o §1° referia-se as obras estruturadas no município, porém debatidas e aprovadas pelos representantes provinciais. Aquelas que fossem contratadas e indenizadas com concessões a particulares, seguindo a lei de 29 de agosto de 1828, também não seriam de responsabilidade do poder político local. A lei ainda abordara outras questões referentes a temática como a definição dos pressupostos necessários a particulares que realizassem

obras públicas, bem como dos casos em que um bem público tivesse que passar em alguma propriedade e sobre a concessão de licenças (Brasil, 1828a).

A legislação dava aval para a utilização dos recursos das despesas orçamentárias anuais referentes às obras públicas para quaisquer construções em benefício do bem comum. Com isso, o poder público definia as bases para estrutura arquitetônica do urbano e da cidade em geral. Para concretização disso, criava mecanismos de fiscalização e controle das ações de infraestrutura dos moradores, como exigência de licenças, definição de medidas, contratação de fiscais e aplicação de multas.

Todavia, acreditou-se ser importante destacar que mesmo estando especificado nas legislações de níveis superiores a necessidade de formulação anual dos códigos de posturas, percebemos algo controverso. Ao observamos as posturas de outros anos de São Paulo do Muriahé, constatamos que muitos dos artigos não sofriam alterações significativas em seus conteúdos e outros não mudavam. Em muitos casos apenas iam sendo acrescentados termos àquela primeira legislação prevista e, posteriormente, enviava-se para a Assembleia aprovar. Além disso, textos de muitas legislações escrituradas em determinadas cidades foram, com breves alterações, aproveitados por outras cidades. Isso ocorria de forma legal e acreditamos que até de modo costumeiro. A afirmação se justifica porque, quando em consultas, verificou-se que no artigo 1° da Resolução n° 3.401, de 22 de julho de 1886, estava descrito que ficavam adotadas para o município de São Paulo do Muriahé as posturas da Câmara Municipal do Rio Novo constantes na Resolução n.° 2.368, de 12 de julho de 1876, com as seguintes alterações. E, daí em diante, apontados alguns dos itens que seriam modificados nos artigos na legislação. Porém, ainda que com suas devidas alterações, quando tratou, no capítulo 8, "do alinhamento, nivelamento e elegância dos edifícios para a aformoseamento das praças públicas e ruas; reparo das obras públicas", o artigo 103 previa que;

> [...] a conservação e reparo das muralhas, paredões ou outras obras feitas para segurança dos edifícios públicos ou prisões, calçadas de praça, ruas e travessas, pontes, chafarizes, regos aquedutos, poços, tanques, arvoredos, ajardinamentos e outras construções em benefício comum e para aformoseamento das povoações

> serão feitas pela Câmara (Província de Minas Gerais, 1876).

Ou seja, ainda que com algumas alterações na numeração dos artigos e na morfologia de algumas palavras, o significado da legislação era igual, mesmo que em anos diferentes. Até mesmo as exceções seguiam o mesmo padrão. Acreditou-se que isso ocorria em virtude do grande trabalho dado aos deputados provinciais que precisavam analisar inúmeros códigos de posturas, mais à pouca eficiência existente nas comunas municipais, em razão das inúmeras funções e dos poucos funcionários para auxílio. Nesse sentido, percebeu-se que grande parte das medidas instituídas nas posturas de 1866, por um bom tempo, permaneceram sendo as responsáveis pela ordenação do território da cidade em observação, especialmente, as relativas às obras públicas, vistas alterações mínimas executadas em versões posteriores da legislação que vigorou no município.

Sendo assim, podemos analisar, com nitidez, o caso de uma das infraestruturas erguidas no município, mais especificamente, no distrito sede. No dia 27 de julho de 1881, o vereador Dr. Jerônimo Máximo Versiani(e) e Castro indicou que a Câmara Municipal de São Paulo do Muriahé nomeasse uma comissão para examinar o melhor lugar para construção de uma ponte sobre o rio Muriahé, na parte (inelegível) e apresentasse um orçamento. Com a ação, o vereador estava em consonância com o artigo terceiro da diretriz de obras públicas de 1828. Durante a mesma reunião, o projeto levantado foi discutido e aprovado (Muriaé-MG, 1881).

O assunto retornou ao debate na assembleia municipal em quatro de outubro do mesmo ano, quando,

> [...] foi escolhido o local, próximo a cachoeira e da casa do engenheiro Alferes Tostes Soares de Azevedo. A ponte deveria ser construída com dois pilhares de pedra e cal, com altura de 14 palmos sobre a superfície da água e acompanhar as paredes em até trinta e dois. Entre as paredes o espaço deveria possuir quarenta palmos. Serão colocadas quatro vigas de ipê ou sapucaia que deverão ter dois palmos de grossura em

> quadro, em cada uma das vigas ocupará uma mão francesa, com cinco dúzias de partes do ipê com oito centímetros de grossura para assoalho, e sobre estes levará duas contra vigas onde serão colocados os corrimãos (Muriaé-MG, 1882).

Definidos os materiais, na mesma reunião, as autoridades políticas prontificaram-se em estruturar os editais para expô-los em hasta pública. Ademais, autorizaram o presidente para que, em caso de não aparecimento de arrematante, no prazo de oito dias, efetivasse contratos com quem se responsabilizasse a fazer a obra.

Conforme em tela, observou-se que os elementos previstos na legislação imperial de infraestruturas estavam sendo fielmente seguidos, até o momento em que os vereadores deliberaram um curto prazo para divulgação do edital, mais a autonomia dada ao presidente para concretizar um acordo para a estruturação da edificação àquele empreiteiro que se apresentasse disposto a realizá-la. Todavia, tais atos possuíam legalidade quando observados os artigos da lei de organização das câmaras. Conforme apresentado anteriormente, no artigo 47°, a princípio, a diretriz enfatizava a necessidade dos agentes políticos municipais buscarem acordos com empreiteiros que oferecessem menores preços, vistorias, publicações do plano e avaliação, porém, as exigências sucumbiam em caso de não surgimento de interessados pela execução das infraestruturas, e surgia a possibilidade da contratação por jornal, isto é, pessoas que trabalhavam com pagamento diário. Com relação ao prazo, não havia especificação do período em divulgação da obra, no entanto, oito dias, como fizeram os políticos de São Paulo do Muriahé, diferenciava muito dos 30 a 180 dias previstos na lei imperial de obras públicas. A referida atitude podia estar relacionada a busca pela concretização rápida do empreendimento, em vista da urgência, como também à tentativa de direcionamento a determinado empreendedor. Destarte, a obra só retornou ao debate na reunião de 28 (vinte e oito) de fevereiro de 1882, quando foi lida a petição de Laurindo (sobrenome inelegível) pedindo a Câmara mais quarenta e cinco dias para conclusão da ponte. Solicitação, imediatamente, remetida a comissão responsável e, em seguida, aprovada a concessão para entrega da infraestrutura em 13 (treze) de abril daquele ano (Muriaé-MG, 1882).

No dia 18 (dezoito) de abril de 1882, a comissão responsável, após leitura do relatório de fiscalização da obra, deu parecer para que fosse realizada a indenização, no valor de 2:600$000 (dois contos e seiscentos mil reis), ao empreiteiro Laurindo. No entanto, pelo valor representar mais que o dobro do valor que havia sido acordado quando da arrematação, os representantes políticos solicitaram ao empreiteiro documentos que comprovassem os gastos. Após reuni-los e apresentá-los poderia dirigir-se a coletoria municipal e receber os valores devidos (Muriaé-MG, 1882).

Todavia, mesmo após o cumprimento das exigências para a execução da infraestrutura municipal e com autorização das posturas para haver o dispêndio, mais a conformidade dos atos com as leis imperiais, a fase do encerramento não foi de maneira tranquila. Em 22 de abril, o presidente da câmara tornou a solicitar uma avaliação da ponte, mas por uma comissão externa, com membros diferentes. A verificação foi feita e o parecer foi igual ao da antecedente. Entretanto, ao ser apresentada, a decisão obteve contestação da comissão municipal, que externou um parecer com alegação de que o pagamento deveria ocorrer somente após a Assembleia Provincial estar ciente e ainda, com recursos desta. Tal ação não foi bem recebida e os demais vereadores, integrantes dos outros comitês, refutaram. Eles alegavam que pela obra ter sido contratada com a responsabilidade municipal, não havia sentido notificar o governo provincial e, muito menos, solicitar a quitação do empreendimento. Perspectiva seguida pela maioria dos membros. Com isso, ao final, o pagamento foi realizado com recursos do cofre municipal (Muriaé-MG, 1882).

Ainda que com questionamentos ao final em relação ao nível de poder responsável pela efetuação do pagamento da infraestrutura, pode-se perceber que os vereadores procuravam embasar suas ações para consecução de obras públicas em consonância com as legislações dos níveis superiores. Questões que possibilitaram a realização de considerações que serão externadas adiante.

Considerações finais

O artigo demonstrou como estavam definidos, pela legislação, todos os processos que os agentes políticos municipais precisavam cumprir para a concretização de uma infraestrutura pública. Outrossim, apresentou-se a necessidade da interligação de legislações para a compreensão de atos promulgados

pelos vereadores. Com o estudo de caso, percebeu-se que os atores políticos de São Paulo do Muriahé procuravam desempenhar seus atos relativos a temática em conformidade com o estabelecido pelas diretrizes dos níveis de governo superiores. Ademais, pôde-se reafirmar o quanto às atas da Câmara Municipal são importantes para a pesquisa histórica, pois, além de possibilitar reflexões sobre a sua utilização, também contém variadas informações a respeito de um município que podem ser trabalhadas.

Em virtude da delimitação de páginas exigida, não foram externadas outras edificações efetivadas pelo poder público municipal, porém estarão disponíveis em minha tese de doutoramento. A observação sobre todos os processos das obras é importante, pois ajuda-nos a detectar desavenças e diferentes percepções do período, como houve, no caso observado, a divergência ao final sobre o nível de governo responsável pelo pagamento. Itens primordiais ao entendimento de uma parte da formação administrativa nacional, assim como para o desenvolvimento de estudos interdisciplinares. Além disso, acrescentamos que o intuito não foi de encerrar o debate, mas fomentá-lo para que novas interpretações possam surgir e cada vez mais ocorra o aprimoramento da historiografia.

Fontes documentais

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE MURIAÉ-MG. Livro de atas da Câmara Municipal n° 2, de 18 de dezembro de 1879 a 19 de agosto de 1885.

BRASIL. Lei de 29 de Agosto de 1828. Estabelece regras para a construção das obras públicas, que tiverem por objeto a navegação de rios, abertura de canais, edificação de estradas, pontes, calcadas ou aquedutos. Disponível em: *LIM-29-8-1828 - OBRAS PÚBLICAS.pdf. Acesso em: dez. 2023.

BRASIL. Lei de 01 de outubro de 1828. Dá nova forma às câmaras municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos juízes de paz. Disponível em: LIM-1-10-1828 (planalto.gov.br). Acesso em: maio 2023.

PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. Lei n.° 724, de 16 de maio de 1855. Disponível em: http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2012/12/Leis_Mineiras_1855.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. Lei de 20 de agosto de 1864. Disponível em: DSpace ALMG: 01 Collecção das Leis da Assembléa Legislativa da Província de Minas Geraes (1835-1888). Acesso em: jan. 2023.

PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. Lei n.º 1.257, de 25 de novembro de 1865. Carta de lei que eleva a categoria de cidade a vila de São Paulo do Muriahé. Disponível em: http:www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/photo.php?lid=66812. Acesso em: 25 mar. 2023.

PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. Resolução nº 1.374, de 09 de novembro de 1866. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3105. Acesso em: 20 jun. 2023.

PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. lei 1.811 de 10 de outubro de 1871. Disponível em: DSpace ALMG: 01 Collecção das Leis da Assembléa Legislativa da Província de Minas Geraes (1835-1888). Acesso em: 20 jun. 2023.

PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. Resolução nº 2.368, de 12 de junho de 1876. Disponível em: DSpace ALMG: 01 Collecção das Leis da Assembléa Legislativa da Província de Minas Geraes (1835-1888). Acesso em: 20 jun. 2023.

PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. Resolução nº 3.401, de 22 de junho de 1886. Disponível em: DSpace ALMG: 01 Collecção das Leis da Assembléa Legislativa da Província de Minas Geraes (1835-1888). Acesso em: 20 jun. 2023.

Referências

BACELLAR, Carlos. O uso e mau uso dos arquivos. *In:* PINSK, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Editora Contexto, p. 23-79, 2005.

BARROS, José D' Assunção. **O campo da História:** especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial:** origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil – 7ªed – São Paulo: Companhia das letras, 2012.

OLIVEIRA, Kelly Eleutério de Mariana. **No laboratório da nação:** a Câmara Municipal de Mariana e a construção do estado nacional brasileiro (1828-1836). Ebook – Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2021.

Homens sendo mortos por suas próprias tramas: Lula Côrtes e a resistência ao mundo moderno

Álvaro de Sousa Coelho[87]

Resumo

Esta comunicação surge a partir dos resultados parciais de um aspecto ainda em desenvolvimento da pesquisa de mestrado do autor, ao qual estuda a literatura do escritor, pintor, músico, psicodélico e eternamente preocupado com o bem-estar social Lula Côrtes (1950-2011). Lula publicou, em 1975, a crônica Santo Amaro Sol, em que ele caminha pela periferia do bairro de Santo Amaro, em Recife, e descreve o que vê, ouve, sente e pensa ao longo de suas caminhadas. Assim, através da metodologia que propõe os possíveis usos da literatura e da crônica para o saber histórico, e ressaltando a conexão de Lula com o efervescente universo contracultural que promove uma rejeição ao mundo moderno, industrial e civilizado, o objetivo deste trabalho é, principalmente, mostrar a obra de Lula como uma narrativa que rejeita a violência estrutural que o capitalismo propicia e propõe saídas para tal. Quer dizer, o desigual lugar de onde Lula observa, ao qual se vê, ao longe, os enormes arranha-céus recifenses e, ao seu lado, os alagados, os mocambos, o lixo, a lama e a onipresente tristeza no olhar dos transeuntes que parecem carregar a vida como um fardo, diariamente acordando cedo para a "luta diária", mostram o modo de produção capitalista quase que como uma distopia. Sendo assim, caminhando por esse cenário periférico e a partir de alguns dolorosos relatos, Lula denuncia as crueldades a sua volta e documenta a exclusão social para com a população pobre daquele bairro, ao mesmo tempo em que promove uma rejeição a essa forma de opressão contemporânea, indicando que esta deve ser feita a partir de uma resistência cotidiana e de uma libertação individual. Para finalizar essa comunicação citando um exemplo que evidencie como os habitantes de Santo Amaro são engolidos pelos "progressos" urbanos, são tratados com descaso pelas autoridades públicas e sofrem com o modelo econômico a que são submetidos, cito Lula narrando o momento em

87 Mestrando em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), bolsista pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ-PB).

que, instantes depois do meio dia, um homem com um lenço na cabeça, um rosto vermelho, suado, com rugas profundas e "com desenhos de dor esbranquiçados" está de mãos dadas com uma menina de mais ou menos 5 anos, que veste uma desbotada e remendada farda escolar. Estão tentando atravessar uma avenida recentemente inaugurada e que corta a favela em duas. O homem aperta a mão da criança e olha a rua apreensivo, aguarda apenas uma oportunidade para atravessar. Mas parece ser impossível, o movimento dos carros o impede. O semáforo próximo não aponta nem para o "pare", nem para o "siga", "o sinal é apenas de atenção constante". Ele vê uma oportunidade e dá um passo, "mas vem um Jipe da C.H.E.S.F. correndo muito", e ele é obrigado a puxar bruscamente a mão da criança e retornar ao acostamento, retrocedendo aquele passo que tanto havia dado trabalho para dar. Após insistentes tentativas., uma sirene na fábrica da Tacaruna toca, e o homem desiste da travessia. Com os olhos fitados no chão, ele recua e vai embora, afinal, já é hora de regressar ao trabalho.

Palavras-chave: Libertação Individual; Lula Côrtes; Mundo Moderno; Resistência.

A proposta deste trabalho surge a partir dos resultados parciais de um aspecto ainda em desenvolvimento da pesquisa de mestrado do autor, ao qual estuda a arte do escritor, pintor, músico, psicodélico e eternamente preocupado com o bem-estar social Lula Côrtes (1950-2011). Nascido em Recife, Lula publicou seu primeiro livro em 1969, *Hábito ou Vício*. Nos anos seguintes publicou também *Bom Era Meu Irmão… Ele Morreu e Eu Não* (1970) e *Rarucorp* (1971). Hoje é mais conhecido pela sua carreira musical, em que contribuiu para os discos do momento psicodélico que Recife passou na primeira metade da década de 1970 conhecido como *Udigrudi*, discos aos quais dois carregam seu nome na autoria: *Satwa* (1973) e *Paêbirú: O caminho da montanha do sol* (1975). Também em 1975 publicou *O Livro das Transformações*, livro dividido em quatro partes, respectivamente, *Sr. N.*, *Santo Amaro Sol*, *A Chamada* e *Anotações Diárias*. O título deste trabalho surge de um fragmento da segunda parte dessa obra – que terá grande importância ao longo deste texto –, uma escrita que muito assemelha-se a uma crônica, em que Lula caminha pela periferia do bairro recifense de Santo Amaro, e descreve o que vê, ouve, sente e pensa ao longo de suas caminhadas. No entanto, este trabalho

buscará dialogar também com outras obras lançadas naquela década de 1970, como o próprio *Paêbiru* (1975) e, fechando a década, *Rosa de Sangue* (1980), que também evidenciam fortes resistências e desencantos ao estilo de vida moderno.

O estilo de vida moderno a que me refiro é o tipicamente urbano, que iniciou uma transição mais acelerada especialmente a partir da segunda metade do século XIX, momento em que as cidades, nesse primeiro momento referindo-se às europeias, começaram a crescer desenfreadamente em número de habitantes e em extensão, favorecendo um caos urbano (Raminelli, 1997). São muitas as novas mudanças, que colocam pessoas em situações novas. Por exemplo, como lembra Simmel (1912), antes de se popularizar os ônibus, os trens e os bondes, as pessoas sequer imaginavam ter que observar o outro por horas, sem sequer lhe dirigir uma palavra. Situação que só a dinâmica da cidade permite. As cidades também passam a se encher, o que proporciona a invisibilidade do sujeito frente à multidão; a expansão do comércio e do capitalismo transformam o dia a dia das pessoas em pura correria, o que estabelece novas relações humanas baseadas em vendedor-cliente. Isto é, enquanto o modernismo se expande, o capitalismo se fortifica, e as relações entre sujeitos, consequentemente, se modificam.

Como observa Simmel (1979) esse estilo de vida tipicamente urbano, inato às cidades modernas, é caracterizado pela velocidade, de forma que a vida econômica e social dos centros urbanos é pautada pela correria e pelo nervosismo. Mas, mais do que tudo, as cidades são pautadas pela economia monetária, para que a economia "funcione", tudo corre pelo dinheiro. Waizbort (2006), contribui para essa percepção, mostrando que "A intensidade e velocidade das imagens e dos impulsos é tão grande, que sem um mecanismo de defesa o indivíduo está ameaçado a como que se desintegrar" (Waizbort, 2006, p. 319). Sem contar que, ainda segundo Simmel (1979), o fluxo do urbano e o dinheiro nos coloca de lado dentro da cidade, Waizbort (2006) complementa: a aceleração da velocidade da vida não tem tempo de parar. Tudo é tão rápido que o que passou está perdido. Dessa forma, cenas como as que Lula observa, se não fossem registradas por esse ser contrário ao fluxo urbano que é Lula Côrtes, seriam perdidas. "O moderno é indiferente ao passado e ao futuro" (Waizbort, 2006, p. 332).

Como metaforizou Brescianni (1988), a cidade soa como um formigueiro imenso, um "mundo muito atarefado". As pessoas caminham pela rua, face a face, lado a lado, anonimamente, confundindo-se com a multiplicidade de objetos, cores, luzes e formas. E nessas novas dinâmicas de como o indivíduo recepciona e é recepcionado pela cidade, pode-se lembrar da poética de Poe (2008), em que, em *O Homem da Multidão*, narra a enorme Londres dos anos 1840, onde o personagem narrador apenas senta-se à janela de um café, observa e reflete sobre a enorme multidão que passa às ruas, sendo esta uma característica imensamente explorada nas artes, ainda mais em um momento de novidade e que causava deslumbramento, como ao longo do século XIX e início do século XX.

Claro que são cerca de 130 anos de diferença entre a narrativa de Poe e as narrativas de Lula Côrtes, o que não representa uma diminuição nesse quesito populacional. Na verdade, a cidade hoje é muito mais populosa que era séculos atrás, esse quesito do deslumbramento é que deixou de ser tão forte, visto que nos acostumamos a ver as cidades cheias dessa forma. Sendo assim, a multidão não é mais uma novidade, mas algo rotineiro. Recife, em 1970, por exemplo, contava com pouco mais de 1 milhão de habitantes.

E dentre esses 130 anos de diferença, muitas outras novidades surgiram, como não poderia deixar de ser. Os equipamentos também se modernizaram: automóveis, luz elétrica, telefone, equipamentos de indústria, desenvolvimento de armas de fogo, de bombas nucleares, de foguetes, entre tantos outros. O avião, progresso tecnológico encantador que permitiu o ser humano voar pelos ares, foi utilizado como arma nas duas grandes guerras, o capitalismo intensificou-se, e diversos processos aconteceram para encontrarmos o mundo tal qual é hoje. Nesse processo de modernização intenso e constante, surgem diferentes pensamentos que podem louvar a modernização, mas também podem a rejeitar intensamente, como foi o caso do efervescente universo contracultural que o mundo ocidental viveu a partir da década de 1950. Quer dizer, no contexto de pós-Segunda Guerra Mundial e contemporâneo à Guerra Fria, o mundo ocidental presenciou uma espécie de crise existencial, e jovens passaram a questionar fortemente a racionalidade ocidental, rejeitando esse mundo moderno, industrial e civilizado. Vale lembrar, na verdade, que essa dimensão de descrença com os valores ocidentais existe desde o início do século, mas é este inegavelmente seu momento mais intenso (Guerriero,

2009). Sendo assim, movimentos como o *Beatnik* e o *Hippie*, iniciados nos Estados Unidos, representaram um estilo de mobilização e contestação social diferentes da prática política da esquerda tradicional, e divulgam "novas maneiras de pensar, modos diferentes de encarar e de se relacionar com o mundo e com as pessoas" (Pereira, 1984, p.8). Essas diferentes formas de contestação social se dão a partir do desafio ao modelo da sociedade capitalista, promovendo estilos de vida alternativos a esse modelo. Se tomarmos como exemplo os *Hippies*, propunham um estilo comunitário em oposição ao individualismo egoísta típico do capitalismo, visualmente vestiam-se diferente daquilo que os valores comuns da sociedade consideravam normais e negavam o consumismo desenfreado que a sociedade norte-americana buscava propagar.

Outro importante aspecto dessas contraculturas é que, localizadas nesse mundo desinteressante e visto até como destruído, passam a tentar reencantá-lo, e um dos caminhos tomados é fomentando um retorno às cosmologias antigas, fomento esse que muito existe através da influência das "plantas mestras", também conhecidas como enteógenos, alucinógenos ou, por se envolver na dimensão do estado psíquico, como droga. Essas plantas exercem uma importância ímpar na arte de Lula Côrtes a partir do momento em que fornecem um dom de adquirir a capacidade de imaginar e, principalmente, vivenciar outros mundos que lhe sejam mais coerentes e alegres, capacidade importante quando se está em um mundo caracterizado pelos desmandos da modernidade, permitindo que se resista a ele. É dessa capacidade característica da arte de Lula Côrtes que leva seu nome a sempre estar envolvido com "psicodelismo", isto é, uma arte que é comumente associada ao uso dessas "drogas psicodélicas", que traz um caráter lisérgico. Seja em *Santo Amaro Sol*, seja no *Paêbirú*, essa influência é característica essencial do autor. No primeiro caso, as caminhadas pelo bairro de Santo Amaro são sob seu uso, que o permite vivenciar elementos que outros transeuntes não vivenciam; no segundo caso, o permite tornar vivas as lendas e mistérios que cercam uma misteriosa pedra localizada em uma pequena cidade do agreste da Paraíba.

Ainda antes de adentrarmos mais profundamente na obra de Lula, também é importante observar como Bosi (2002) vê a relação entre resistência e arte – em seu caso, como crítico literário, referindo-se à literatura. Mas, por mais que seja o caso de analisar essa resistência à modernidade pela literatura de Lula, a literatura como resistência traz uma ideia extensiva às demais ma-

nifestações artísticas, onde pode-se expandir para a relação da arte e da resistência. Pois bem, para Bosi (2002), a resistência seria não ceder a uma força que nos oprime, se postando de maneira reativa àquela violência.

Talvez seja de costume associar violências à experiências distintas das que Lula têm, como de governos autoritários (sabendo que, embora em seu contexto estivesse acontecendo a ditadura civil-militar brasileira, não parece existir menções diretas ou indiretas a ela em sua narrativa), colonialismos, guerras e demais experiências traumáticas, assim como quando pensamos a ideia de literatura de testemunho, também chamadas de literaturas do trauma, do caos ou da catástrofe, isto é, literaturas escritas por pessoas que viveram experiências traumáticas, portanto, que possuem uma forte ligação com a memória, costumamos relacioná-las a pessoas que vivenciaram esses e outros eventos citados. Mas o quão doloroso está para Lula experienciar o capitalismo e observar as cenas que ele observa, que serão descritas logo mais? Claro que são dimensões diferentes estar na linha de frente em eventos marcantes e dolorosos como as guerras mundiais, mas podemos sim pensar essa experiência dolorosa como sendo a própria modernidade – ou, de forma mais direta, o capitalismo –, este sendo a força opressora que promove uma existência agressiva e desencantadora, e, por isso, leva jovens do mundo inteiro a opor-se a seus desmandos. Assim, a experiência do capitalismo é que surge como uma experiência dolorosa, pois demonstra uma violência estrutural e exclusiva. A arte entra como a ferramenta que esses jovens utilizam para expressar seus descontentamentos, e não à toa, em determinado momento da narrativa *Santo Amaro Sol*, Lula questiona-se "Sou como um espectador somente? [...] Engolindo estes dias sangrentos pelos olhos?".

O movimento que Lula Côrtes faz na referida narrativa tem semelhanças ao que o flâneur baudelairiano, descrito por Benjamin (1991), realizaria no ápice das transformações modernas, na Paris de meados do século XIX, isto é, a figura que caminha pela cidade para experimentá-la. Aquele que observa os "progressos". Quer dizer, Baudelaire – um lírico no auge do capitalismo –, em Paris, observava todos os enormes bulevares, lojas, cafés, monumentos, etc., e como a multidão se deslumbrava com aquilo, sendo esta uma experiência que o capitalismo e a constante evidência da mercadoria promove, novas complexidades que fazem com que o flâneur caia numa espécie de armadilha: ao misturar-se na multidão, o flâneur busca refúgio no anonimato para melhor

observá-la; porém, assim como observa, é também objeto de observação, e assim como ele atribui sentidos, é também significado pela multidão e pelo ambiente que o circunda. Quer dizer, o flâneur acaba sendo um abandonado na multidão. Aliás, o próprio Baudelaire (2011), receptor ferrenho dessa modernidade, defendeu o uso de drogas (em seu caso, o Haxixe) como antídoto para seus desencantos. A cidade e sua dinâmica não dá espaço para um flâneur. Nem para um Lula Côrtes.

Sendo assim, em *Santo Amaro Sol*, como pode-se pressupor de uma (aparente) crônica, o principal caminho que Lula toma para mostrar esse desencantamento com a modernidade é através da experimentação de sua dinâmica, isto é, vivenciando-a. Como mostra Aranha (2014), a crônica é fruto dessa experimentação, mas são imagens do cotidiano que o autor presencia e recorta, as significando, mas claro que sem a retirar deste espaço que a gerou. Essa significação se dá a partir da inserção do autor no mundo em que viveu, ao qual absolveu "tanto quanto seus contemporâneos, os valores e a cultura da época, tendo ainda participado de suas angústias, seus dramas, suas esperanças" (Aranha, 2014, p. 398), sendo que as angústias são ponto-chave para que entenda-se as contraculturas e a arte proposta por Lula.

Ao contrário de Baudelaire, Lula não fala a partir dos grandes centros modernizados, mas sim a partir do que é excluído desse espaço modernizado: a favela. Dessa forma, a constância da narrativa não é no deslumbramento com os grandes monumentos, mas sim do desencantamento com as desigualdades e injustiças., e esse desigual lugar de onde Lula observa se vê, ao longe, os enormes arranha-céus recifenses e, ao seu lado, os alagados, os mocambos, o lixo, a lama e a onipresente tristeza no olhar dos transeuntes que parecem carregar a vida como um fardo, diariamente acordando cedo para a "luta diária" e vivendo suas vidas de forma artificial, mostram o modo de produção capitalista quase que como uma distopia. É caminhando por esse cenário periférico e contando alguns dolorosos relatos que Lula denuncia as crueldades a sua volta e documenta a exclusão social para com a população pobre daquele bairro, ao mesmo tempo em que promove uma rejeição a essa forma de opressão contemporânea, indicando que esta deve ser feita a partir de uma resistência cotidiana e de uma libertação individual.

Bem, é por isso que nessa obra, Lula evidencia o fato de que às 6 horas o mundo parece se iniciar. É a hora em que o sol atinge um ponto alto no

céu e cada casa se transforma em um forno quente. É a hora que as pessoas despertam para a árdua vida. Em questão de segundos, Santo Amaro recebe tantas pessoas quanto grãos de areia, e assim as ruas se enchem de pessoas, e se enchendo de pessoas, se enchem de correria: "Numa rua (cor de rua) um homem passa agitado"; "Numa porta (como porta), um homem passa agitado"; "No cinema como (um filme) um homem passa agitado"; "No caminho (como um louco) um homem passa agitado"; "No compasso da cidade, um homem passa agitado".

Lula Côrtes, em *Santo Amaro Sol*, observa esse fluxo e essa multidão de Recife de perto, mas sem fazer parte deles. Suas caminhadas pelo bairro são sem pressa, sem ser limitado pela obrigação da pontualidade de horários. Sem seguir uma rotina definida e sistemática, ele é um caminhante solitário e livre por Santo Amaro. Está subentendido nas páginas de *Santo Amaro Sol* que, por vezes, as drogas psicodélicas o deixam acordado dias e noites em sequência, sem sentir a necessidade de dormir. Isso faz com que ele observe o fluxo do urbano nascer, acabar no início da noite, e renascer às 6 horas do dia seguinte. Quando cansa seus descalços pés, ele se encosta em uma árvore, ou senta em uma barraquinha de rua, e espera o tempo passar, eventualmente conversando com indivíduos próximos, até que seus pés estejam recuperados e continue sua caminhada na direção que seu nariz apontar.

Observemos um trecho notável de sua narrativa: Lula narra o momento que observa um homem tentando atravessar uma avenida para levar sua filha à escola. Descrito como possuindo um lenço na cabeça, tendo um rosto vermelho, suado, com rugas profundas e "com desenhos de dor esbranquiçados", o homem se esforça para, repito, simplesmente atravessar uma avenida. Avenida que não está ali por acaso, ele faz questão de ressaltar que foi recentemente criada, e que corta a favela em duas. Coelho (2022) analisou como constantemente o bairro passa por mudanças, a questão é que essas mudanças não colaboram em nada para a vida daqueles que usufruem daquele espaço. Quer dizer, a avenida recentemente criada dificulta o destino do homem que precisa levar sua filha à escola, fazendo com que seu simples destino torne-se trágico, mas não trágico no sentido de uma fatalidade, mas o trágico do absurdo de não se conseguir atravessar uma simples rua. A cada tentativa, o movimento dos carros parece crescer e o impede. O semáforo próximo não está disponível, não aponta nem para o "pare", nem para o "siga", "o sinal é apenas

de atenção constante". Após insistentes tentativas, uma sirene na fábrica da Tacaruna toca, e o homem desiste da travessia. Com os olhos fitados no chão, ele recua e vai embora, afinal, já é hora de regressar ao trabalho.

E percebe-se quantos equipamentos referentes ao moderno, como semáforos, placas, acrescentando-se as luzes de néon-iodo e aos constantes agigantamentos das cidades relatados por Lula se mostram sem sentido existirem. Ora, o semáforo sequer está a postos para auxiliar a travessia do homem, então qual o motivo de ter sido colocado ali? A cidade cresce em extensão e em equipamentos que expõem a metrópole que é Recife, mas os problemas de parte da população continuam os mesmos. Na verdade, pioram. Esse é o puro retrato do meio urbano em *Santo Amaro Sol*. São as pessoas sendo engolidas e esquecidas em meio aos "progressos" que vão chegando à cidade. As cidades vão incontrolavelmente agigantando-se, mas onde fica o indivíduo nessa história? O pobre homem é obrigado a recuar, pois o relógio já bate uma da tarde e ele precisa regressar ao trabalho na fábrica da Tacaruna, após não ter sucesso na simples missão de atravessar uma rua e deixar sua filha na escola.

Harvey (2014) traz a definição de Park (1967) de "cidade" como:

> [...] a tentativa mais coerente e, em termos gerais, mais bem-sucedida de refazer o mundo em que se vive, e de fazê-lo de acordo com seus mais profundos desejos. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo (Park, 1967, p. 3).

Se a definição de cidade é o homem fazê-la em direção aos seus desejos, porque Lula percebe a tristeza no olhar de cada transeunte que cruza o caminho com o seu pelas ruas de Santo Amaro? A cidade não atinge seu objetivo, e a vida, na verdade, parece estar sendo carregada como um fardo, longe de seus desejos. Se a cidade é elaborada por homens, então a definição de Lula parece ser mais coerente: "Homens mortos por suas próprias tramas". Afinal, a organização dela, de caráter brutal, expõem contradições sociais que reve-

lam quem é quem no sistema de mando, na política, na economia, no padrão de consumo e, por extensão, no direito à cidade.

Harvey (2014) lembra que, se essa definição de Park (1967) estiver correta, o direito à cidade é mais coletivo do que individual. Assim sendo, o poder de reinventar a cidade dependeria de um poder coletivo sobre a urbanização, o que parece não existir nos relatos de Lula. Ora, o pobre homem em Santo Amaro é deixado de lado a partir da construção de uma avenida que corta a favela em duas, que certamente foi realizada a mando das autoridades públicas, que tratam o homem e os outros moradores do bairro com descaso, unindo-se ao fato de já sofrerem com o modelo econômico a que foram submetidos.

E o descaso público não existe apenas nessa dimensão urbanizadora, mas na falta de auxílio em diversos sentidos. Lula presencia as chuvas recifenses, que levam lama às ruas e enchem os alagados de água, transformando cada pequena moradia em mar e levando a malária para dentro dos cômodos; os que saem de casa sem se alimentar; o lixo no canal, e crianças se alimentando dele. A cidade que Lula mostra não é, em nenhum sentido, coerente aos desejos de seus moradores, sendo ainda menos coletiva. Parece muito mais um lugar onde cada indivíduo luta por sua própria sobrevivência, é como se "a guerra de viver dos animais ferozes possuísse a todos". O "espectro da cidade", para Lula, é "magro e de ferro entrelaçado" "com os espantos dos desastres" e "com os martírios dos contrastes".

É por isso que Lula canta na canção *Balada da Calma*, localizada no álbum *Rosa de Sangue* (1980): "Qualquer dia desse / A gente se encontra / Pra bater um papo calmo / Pra ficar calmo / E calmamente conversar / Conversar, bater na porta da alma / Longe da loucura, longe da loucura / E do barulho dessa cidade". Isto é, ao expor tantas injustiças e desencantos com a forma como nos organizamos em *Santo Amaro Sol*, Lula promove uma fuga desse meio urbano. E essa fuga é melhor contada ao evidenciar um encanto, que surge como o contraponto: a natureza (Coelho, 2022). Por esse motivo, ainda em *Santo Amaro Sol*, ao observar algumas abelhas, Lula faz questão de destacar como é lindo o trabalho realizado por elas. Armazenar pólen para o inverno é "O ato de produzir por mera força de viver", trabalhar para manter seu grupo, seu coletivo, vivo. Isto é, a natureza é a força motivadora do mundo, e é por

isso que na arte de Lula existe uma recorrência muito forte dessa contemplação à natureza, como a música seguinte à *Balada da Calma*, no disco referido anteriormente, em que Lula canta seu desejo de vestir um casaco de pedras, pois assim poderia ficar deitado ouvindo a chuva e vendo o sol nascer.

E esse encanto, digo, essa força da natureza, está presente em várias das outras obras de Lula. Destacável, por exemplo, em seu trabalho mais famoso, o *Paêbirú: O Caminho da Montanha do Sol* (1975), em que viaja com alguns amigos próximos a uma misteriosa pedra na cidade de Ingá, na Paraíba, com interesses místicos, tentando desvendar os mistérios do local, que os fazem retornar às lendas vindas de culturas pré-industriais, bem como observar todo o fluxo da natureza existente naquela região. Não à toa, a composição sonora da experiência é dividida em quatro partes, cada uma homenageando um elemento da natureza – respectivamente, no disco, terra, ar, fogo e água. Além, claro, da contribuição das drogas psicodélicas para a experiência, que os fazem quebrar com a despersonalização da natureza presente na cultura ocidental contemporânea e afirmar que aquela pedra estava viva.

Sendo assim, Lula divulga, através de sua arte, uma existência que seja mais agradável do que àquelas que os cidadãos de Santo Amaro, e por extensão qualquer um que experiencie do capitalismo sem ser um de seus poderosos, vivem. A vida está aí, e existe para ser vivida com beleza, só precisamos nos revoltar com o que nos aflige e encontrar essa beleza.

Referências

ARANHA, Gervácio Batista. Retratos urbanos: o cotidiano da cidade na ótica dos cronistas. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 29, n. 2, p. 389-412, jul./dez. 2014. p. 398.

BAUDELAIRE, Charles. O Poema do Haxixe. In: BAUDELAIRE, Charles. **Paraísos Artificiais:** O haxixe, o ópio e o vinho. Porto Alegre: L&PM, 2011.

BENJAMIN, Walter. O Flâneur. *In:* **Charles Baudelaire:** um lírico no auge do capitalismo. Tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Batista, 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BOSI, Alfredo. Narrativa e Resistência. *In:* BOSI, Alfredo. **Literatura e Resistência.** São Paulo: Companhia das Letras, p. 118-135, 2002.

BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso (pp. 237-258). In Freitas, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1988.

CASTAÑEDA, Carlos. **A Erva do Diabo:** Os ensinamentos de Dom Juan. 39. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2013.

COELHO, Álvaro de Sousa. **O Livro das Transformações:** a psicodelia recifense da década de 1970 na literatura. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2022.

COELHO, Álvaro de Sousa. Narrativas e Práticas Experimentais e Contraculturais nas Obras Literárias de Lula Côrtes e Katia Mesel. *In:* NETO, Joachin Melo Azevedo (Org.). **História, Literatura e Sociedade:** políticas, reflexões e memórias em pesquisa. Guarujá: Ed. Científica Digital, v. 1, p. 185-193, 2022.

CÔRTES, Lula. **O Livro das Transformações.** Recife: Abrakadabra, 1975.

GUERRIERO, Silas. Caminhos e Descaminhos da Contracultura no Brasil: o caso do Movimento Hare Krishna. **Revista Nures.** Núcleo de Estudos Religião e Sociedade. n. 12. maio/ago. 2009.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HUXLEY, Aldous. **As Portas da Percepção:** céu e inferno. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015.

PARK, Robert. **On Social Control and Collective Behavior.** Chicago: Chicago University Press, 1967.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **O que é contracultura.** São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1984.

POE, Edgad Allan. O homem da multidão. (conto). *In:* **Histórias extraordinárias.** Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. In Cardoso, Ciro Flamarion e Vainfas, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. In Velho, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano.** 4ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SIMMEL, Georg. **Mélanges de philosophie rélativiste.** Contribution ä la culture philosophique. Trad. A. Guillain, Paris, 1912, p. 26-27.

WAIZBORT, Leopoldo. A cidade, grande e moderna (pp. 339). *In:* **As aventuras de Georg Simmel.** 2 ed. - São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia; Editora 34, 2006.

Outros caminhos de aprendizagem: o ensino de história a partir da inserção de recursos didáticos sobre a história local (Caxias/MA)

Aldeanne Silva de Sousa[88]
Jakson dos Santos Ribeiro[89]

Resumo

O ensino de história torna-se mais dinâmico a partir da inserção de recursos didáticos. Nesse caso, a proposição deste texto é apresentar como o processo de aprendizagem da História Local pode ser desenvolvido a partir do uso de recursos didáticos que ampliem as possibilidades de compreensão dessa história, com o uso desses instrumentos pedagógicos. Por essa via, é necessário apontar que tal abordagem visa estabelecer uma conexão com os conteúdos e temáticas que não são contemplados no currículo. No cerne dessa proposta, busca-se aprimorar a compreensão do processo de aprendizagem ao incorporar recursos didáticos que possibilitem o aprimoramento da aprendizagem da história local em sala de aula. Desse modo, ressaltamos que a proposta não é apenas transmitir conhecimento histórico, mas também promover uma experiência educacional problematizadora e contextualizada. Assim, a metodologia adotada neste estudo baseia-se em uma abordagem à luz da observa-

88 Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Maranhão CESC - UEMA Especialista em História do Brasil: Cultura e sociedade, pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). Graduada Bacharelado em Direito no Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão - UniFacema. Supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - P*Ibid.* Membro do Grupo de Estudo "Gêneros do Maranhão" – GRUGEM. E-mail: aldeannesilva1234@gmail.com.

89 Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Maranhão. Especialista em História do Maranhão pelo IESF (Instituto de Ensino Superior Franciscano)). Graduado no Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Maranhão (Centro de Estudos Superiores de Caxias-MA). Professor do Programa de Pós-Graduação em História MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL (PPGHIST), na Universidade Estadual do Maranhão. Professor do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI/UEMA). Coordenador do Grupo de Estudos de Gêneros do Maranhão- GRUGEM/UEMA. Bolsista de produtividade em pesquisa - UEMA - 2021-2022. Diretor do curso de História, Campus Caxias. Professor Adjunto II na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Coordenador do PIBID- 2022- 2024. Desenvolvo pesquisa sobre História e Gênero, masculinidades, feminilidades, sexualidades, surdez e sexualidade, História e Imprensa, História e Cidade, História e Literatura, sociabilidades, festas, infância, ensino de história e prática do ensino e questões étnicos raciais.jaksonribeiro@professor.uema.br.

ção participante, visando enriquecer o ensino de história local. Inicialmente, faz-se uma discussão acerca da relevância do uso de recursos didáticos no ensino de história local. Em seguida, o método de observação desempenhará um papel crucial, pois é através dele que poderá notar-se o quanto o uso desses recursos pode ser transformador no processo de aprendizagem para o ensino da história local, como também o diálogo e a colaboração dos alunos serão fatores-chave para o sucesso desta metodologia, permitindo uma experiência de aprendizado mais rica e significativa. Com isso, os resultados desta abordagem revelaram um aumento significativo no interesse e engajamento dos alunos no estudo da história local. O uso de recursos didáticos promoveu discussões mais aprofundadas em sala de aula, evidenciando uma compreensão mais robusta dos eventos históricos locais. Além disso, os resultados indicam que a integração de recursos didáticos sobre a história local não apenas aprimora a compreensão histórica, mas também promove um aprendizado mais participativo, conectando os alunos de forma mais significativa com sua herança e identidade local. Portanto, o uso de recursos didáticos centrados na história local revelou-se eficaz, proporcionando um ambiente de aprendizado mais envolvente e conectado. O aumento do interesse dos alunos, o engajamento nas atividades práticas e a autonomia demonstrada nos projetos de pesquisa destacam a relevância de incorporar recursos didáticos no ensino de história local. Essa estratégia não apenas enriquece o conhecimento histórico, mas também fortalece os vínculos entre os alunos, a comunidade e sua própria história, promovendo um aprendizado mais significativo e duradouro.

Palavras-chave: Aprendizagem; História Local; Recursos Didáticos.

Introdução

O presente texto decorre das experiências estabelecidas a partir do Programa de Iniciação à Docência – PIBID, desenvolvido como subprojeto em escolas da cidade de Caxias-MA. A proposta desse subprojeto é construir recursos didáticos para o ensino de História na Educação Básica. Assim, a ideia principal é elaborar estratégias que ampliem a compreensão dos conteúdos na rotina da sala de aula. Nesse sentido, em decorrência dos diversos elementos da abordagem histórica e elaboração de recursos didáticos, elencamos para esta análise a abordagem do ensino da história local a partir da produção de

materiais didáticos. Neste caso, os recursos produzidos tiveram como eixos temáticos o movimento da Balaiada e "O Outro" (Kelvin).

Partindo desse pressuposto, nossa problemática está em torno de pensar quais aprendizagens podem ser identificadas no ensino de história por meio da inserção dos recursos didáticos, considerando ainda que o grupo participante foram os estudantes dos anos finais do ensino fundamental (7º, 8º e 9º).

A base teórica do presente estudo foi constituída por Bittencourt (1997), Fonseca (2003), Barros (2013) e Rüsen (2011). Salientamos assim que os teóricos referidos permitiram a compreensão dos conceitos de recursos didáticos, ensino de história e história local.

O professor de história, ao integrar na sua prática docente o uso de materiais didáticos, pode romper com a dominação que o livro didático exerce no sistema de ensino brasileiro, o qual muitas vezes traz conteúdo que não representa a realidade da sua comunidade escolar. Com isso, nota-se que o uso dos periódicos é um aliado para o ensino da História local, como meio de ferramenta e como fonte de pesquisa historiográfica.

O estudo da História Local pode possibilitar aos estudantes a compreensão da realidade histórica, como também a percepção dos aspectos identitários relevantes para valorizar o passado e as experiências outrora. Assim, é válido apontar que, a partir do momento em que se colocam temas e fatos no cotidiano das aulas de História, acerca da História da Cidade, abre-se um leque de possibilidades para inserir olhares sobre o espaço em que esses estudantes e comunidade local fazem parte.

> [...] quando o professor consegue cativar seus alunos com assuntos que lhe chamam a atenção, com temáticas que o fazem refletir e associar o seu dia-a-dia com os conteúdos escolares, os conteúdos tornam-se mais compreensíveis. Desta forma, os alunos passam a gostar de aprender história (Paim; Picolli, 2007, p. 22).

Com abordagem da História local, os educandos podem compreender que a realidade histórica na qual estão inseridos faz parte de um contexto maior no processo histórico, que não está isolado no mundo, e que seu coti-

diano, suas vivências e relações são história. Ademais, aprendem a valorizar as multiplicidades de identidades sociais e culturais.

> O ensino da história local trata das especificidades das localidades, tem uma grande importância, pois ele pode de diferentes formas apresentar aos alunos uma história que parta de um acontecimento ou de um cotidiano que eles conhecem empiricamente e, assim, estudar e relacionar os acontecimentos locais com os acontecimentos globais (Paim; Picolli, 2007, p. 32).

Ao pensar no processo de seleção ou elaboração dos recursos didáticos, é importante salientar que os/as professores/as devem levar em consideração o aspecto da aprendizagem e os diálogos que o uso desse material poderá acarretar na sala de aula, com os/as estudantes envolvidos/as. Pensando por esse viés, cabe mencionar que as dimensões da aprendizagem são resultados das formas e temáticas abordadas nesses recursos. Em nosso caso, onde consideramos a história local como foco dessa aprendizagem, notamos que o uso desses recursos se envereda como vias para aproximar os/as estudantes à história em que eles/as estão inseridos/as.

O ensino de história e a história local

A sala de aula é um espaço no qual o professor estabelece a construção de conhecimento a partir de suas interlocuções com o saber. Nesse sentido, a aula de história torna-se um momento importante para que se possa abrir caminhos sobre os fatos históricos, os sujeitos e suas experiências no tempo e espaço. Assim, é relevante, a partir da prática do/a professor de história, a realização de ações que possam estabelecer interlocuções entre os estudantes e o lugar ao qual eles pertencem.

Desse modo, o ensino da história local é percurso necessário na educação básica, principalmente por edificar pensamentos e reflexões sobre o lugar e suas experiências históricas. Em vista disso, cabe ao professor de história criar ações didático-pedagógicas que tragam a história desse lugar para a sala de aula. Por esse viés, é necessário a inserção de elementos históricos pertencen-

tes à realidade desses alunos como forma de oportunizar reflexões sobre os significados históricos de tais elementos, a fim de mostrar o valor histórico e cultural desse lugar. Selva Fonseca (2003, p. 71) infere que:

> [...] o professor de história, com sua maneira própria de ser, pensar e ensinar, transforma seu conjunto de complexos saberes em conhecimentos efetivamente ensináveis, faz com que o aluno não apenas compreenda, mas assimile, incorpore e reflita sobre esses ensinamentos de variadas formas. É uma reinvenção permanente.

Nesse sentido, é importante considerar que o conjunto de saberes estabelecidos em sala de aula sobre a história local torna a compreensão histórica mais acessível, visto que os agentes estão inseridos no espaço de pertencimento. Por essa ótica, Toledo (2010) aponta que a história local passa a ser entendida como uma modalidade em que os estudos históricos são compreendidos por escalas diferentes, pois viabiliza entender sujeitos sociais e suas inserções nos processos históricos.

Gonçalves (2007), em sua obra, defende a ideia da história local como a compreensão das vivências humanas em uma área específica e suas interações. A compreensão histórica da dimensão local tem o potencial de fomentar uma "determinada consciência histórica, a mesma pressupõe, como toda consciência, como todo saber sobre algo, usos, valores e sentidos" (Gonçalves, 2007, p. 176-177). Portanto, isso implica uma percepção das questões pertinentes ao local, das experiências humanas ocorridas ali e dos modos de vida específicos.

A construção de recursos didáticos no processo de aprendizagem histórica

O contexto de aprendizagem estabelecido em sala de aula deve promover interlocuções entre diversos saberes, pois possibilita a contemplação das realidades e das formas como esses sujeitos se relacionam em seu cotidiano. Por esse viés, é relevante inserir na prática docente aspectos e características em que os estudantes consigam ampliar os horizontes para reflexões sobre as dimensões social, política e cultural.

> A ação docente está, portanto, relacionada aos caminhos didático-pedagógicos e educacionais na orientação dos saberes científicos em sala de aula, para promover uma aprendizagem significativa. Realizar uma prática mediática que contribua para a evolução conceitual dos alunos, refletindo sobre a realidade vivida por eles, respeitando suas histórias de vida e contribuindo para que entendam o seu papel na sociedade: o de cidadãos (Sacramento, 2015, p. 11).

Pensando por essa ótica, a prática docente deve estar imersa em um cenário de caminhos metodológicos capazes de apontar direcionamentos no campo da aprendizagem, mas também da própria formação crítica desses estudantes. Nesse sentido, vale ressaltar que a sala de aula passa a ser um laboratório com realidades sociais diferentes, porém não se tira o mérito da chance de oportunizar aos estudantes experiências novas e inovadoras, muitas vezes sem o grau elevado de tecnologia que configure um perfil necessário na formação desses estudantes.

> [...] procurar com que os alunos consigam fazer as suas aprendizagens tornando significativos para as suas vidas estes mesmos conteúdos. [...] procurar construir as ferramentas teóricas para entender o mundo e para as pessoas se entenderem como sujeitos nesse mundo, reconhecendo a espacialidade dos fenômenos sociais (Callai, 2011, p. 15).

Visto isso, é importante mencionar a relevância das diversas práticas que lançam seu olhar para a articulação dessa aprendizagem a partir de materiais didáticos, pois esses vetores mencionados sobre as formas de aprender, em muitos casos, são oriundos das experiências docentes à luz dessa realidade em que os estudantes estão inseridos. Ademais, segundo Souza (2007), os materiais didáticos funcionam como estímulo para um maior interesse dos alunos nas aulas; qualquer recurso ou método que se diferencie do padrão usual adotado pelo professor pode ser extremamente benéfico, proporcionando um suporte adicional para o processo de ensino. Nesse contexto, a autora define recurso didático

como qualquer material empregado para auxiliar no ensino e aprendizagem do conteúdo proposto, a ser aplicado pelo docente aos seus discentes.

Com a utilização dos recursos didáticos, as aulas tornam-se mais dinâmicas e interativas, possibilitando aos alunos ter a oportunidade de compreender melhor os conteúdos, além de desenvolver habilidades como criatividade, coordenação e pensamento crítico. A abordagem dialogada e a interação com os recursos didáticos podem tornar o processo de aprendizagem mais envolvente e estimulante para os estudantes, contribuindo para um aprendizado mais eficaz e duradouro. Conforme Souza (2007, p. 112-113):

> [...] utilizar recursos didáticos no processo de ensino-aprendizagem é importante para que o aluno assimile o conteúdo trabalhado, desenvolvendo sua criatividade, coordenação motora e habilidade de manusear objetos diversos que poderão ser utilizados pelo professor na aplicação de suas aulas.

Tendo isso em vista, é fundamental garantir que os recursos didáticos estejam alinhados com os objetivos de ensino e aprendizagem. Isso implica em escolher materiais que sejam relevantes e adequados ao conteúdo que está sendo estudado ou será estudado pelos alunos.

Dessa forma, podem ser utilizados uma variedade de recursos, como músicas, jogos, brincadeiras, aparelhos tecnológicos, cartazes, entre outros materiais que auxiliem no processo. Portanto, no que tange ao ensino de história local, a utilização desses materiais didáticos necessita estar alinhada a temas relacionados à cultura e à história que caracterizam um determinado lugar, facilitando aos aprendentes a absorção de conhecimento acerca da realidade em que estão inseridos.

Jogos da balaiada e o jogo da memória sobre Caxias

No ano de 2022, foi iniciado o projeto do Programa de Iniciação à Docência – PIBID, o qual consiste na construção de recursos didáticos para serem aplicados nas aulas de história dos anos finais do ensino fundamental.

O referido projeto está sendo desenvolvido com os acadêmicos do Curso de História, pertencente à Universidade Estadual do Maranhão, na escola municipal Unidade Integrada Municipal Filomena Machado Teixeira, situada na cidade de Caxias-MA. Os primeiros meses do projeto foram direcionados, essencialmente, à discussão teórica dos temas relacionados à utilização de recursos didáticos no processo de aprendizagem. Após esse conhecimento teórico, os pibidianos[90] começaram a frequentar a instituição escolar, inicialmente com a observação do espaço escolar, conhecendo a infraestrutura, e depois conhecendo o corpo docente e discente da escola.

Com a ambientação do espaço escolar, os bolsistas começaram a aplicar os recursos produzidos. É importante destacar que os recursos didáticos elaborados envolvem conteúdos de história geral, da história do Brasil e da história local. No que tange à aprendizagem da história local por meio de recursos didáticos, é notório que esse processo ocorre de maneira mais efetiva, haja vista que os alunos conseguem visualizar melhor a realidade que os cerca.

Assim, os recursos didáticos foram sendo aplicados ao longo do projeto, sendo perceptíveis as mudanças de comportamento e de aprendizagem dos alunos, mostrando-se mais interessados tanto em aprender quanto em participar dos recursos didáticos. Assim, é notório o quanto a utilização de métodos diferentes na sala de aula, especialmente no ensino de história, proporciona uma aula mais prazerosa e dinâmica. Referente ao ensino da história local, percebeu-se que a inserção dos recursos didáticos possibilitou um olhar diferenciado dos alunos, pois por diversas vezes eles relataram que não sabiam que determinados locais ou espaços tinham ou eram tão importantes no processo de construção da sua cidade.

Nesse contexto, dentre os recursos didáticos construídos que mais prenderam a atenção dos alunos, destacam-se o quebra-cabeça sobre a Balaiada, revolta que ocorreu durante o período regencial do Brasil, e na cidade de Caxias teve vários confrontos, tendo o desfecho com a derrota de seus líderes. No recurso didático, focou-se principalmente nas imagens que identificam a revolta e que atualmente ainda têm resquícios desse período, como as ruínas da revolta mencionada, e que muitas vezes os alunos já passaram pelo local e não sabiam que ali havia sido palco de uma revolta tão importante para a sociedade.

90 Termo utilizado em referência aos alunos bolsistas.

Quando foi aplicado o referido recurso, os estudantes logo despertaram e reconheceram alguns espaços e personalidades que foram importantes para a revolta, conseguiram participar e fazer associações com sua realidade. Além do quebra-cabeça sobre a Revolta da Balaiada, outro recurso aplicado foi o Jogo da Memória sobre o patrimônio histórico de Caxias. A referida cidade possui uma grande representatividade no estado do Maranhão e nacionalmente, principalmente por seus prédios centenários e seus poetas, pintores e escritores.

Com o jogo da memória, os alunos puderam conhecer mais sobre a história de sua cidade, através das suas praças, igrejas, fábrica têxtil, que muitas vezes são espaços que muitos frequentam e não sabem o nome e a importância que determinado patrimônio representou no processo de construção da historiografia da cidade e principalmente no processo de aprendizagem dos alunos.

Ademais, o interesse dos alunos em conhecer mais da história da sua cidade foi satisfatório, os questionamentos e interesse pelo assunto foram satisfatórios. Portanto, quando os recursos didáticos começaram a ser mais presentes nas salas de aula, permitiram uma aprendizagem mais eficiente e prazerosa. E quando se trata de história local, a qual o assunto não está inserido no livro didático, sendo abordada desta maneira, os alunos conseguem assimilar melhor e compreender a realidade que os cerca, dando sentido e conhecimento necessário no processo de construção de sua identidade e pertencimento a determinado local.

Considerações finais

O texto mostra, que a dimensão da aprendizagem pode ocorrer de forma, diversa no âmbito da sala de aula. Nesse caso, o conceito de ensinar amplia-se, mas também a forma como se aprende. Outro elemento possível de considerar a luz dessa experiência é própria dimensão social que os conteúdos de história podem assumir no cotidiano da sala de aula, pois viabiliza os estudantes se aproximarem da sua realidade e da história da qual eles/as fazem parte.

Nesse sentido, cabe salientar a relevância de articular materiais didáticos aos temas da história local, pois agrega sentidos aos espaços de memórias e as figuras que atravessam o tempo e espaço no cotidiano dos lugares.

Assim é relevante pontuar que as experiências de políticas educacionais, como o Programa de Iniciação à Docência, se destacam diante da ampliação de oportunidades para se aprender mais sobre o cotidiano da escola e os desafios para o desenvolvimento de aprendizagem significativas para constituição de consciências críticas desses futuros/as professores/as.

Por essa ótica, o trabalho docente que apresenta desafios, também se torna importante principalmente pelas articulações didático pedagógicas, que se pode fazer com o espaço-tempo da história, tornando um aprendizado mais integrado com a dimensão social e política que esses estudantes fazem parte, tanto no âmbito da formação inicial, como dos futuros professores/as, e os/as estudantes que se encontram no âmbito da Educação Básica.

Referências

BARROS, José d'Assunção. **O Lugar da História Local**. *In:* BARROS, José d'Assunção. A expansão da História. Petrópolis: Vozes, 2013.

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**: experiência, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papirus, 1994. (Col. Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico).

GONÇALVES, Márcia de Almeida. História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. *In:* MONTEIRO, Ana Maria F. C.; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). **Ensino de história:** sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

PAIM, Elison Antonio; PICOLLI, Vanessa. **Ensinar história regional e local no ensino médio**: experiências e desafios. História & Ensino: Londrina, 2007.

RÜSEN, Jörn. O livro didático ideal. *In:* SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história.** Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SACRAMENTO, Ana C. R. A mediação do conhecimento: a importância de se pensar o trabalho docente de Geografia. *In:* SACRAMENTO, Ana C. R., ANTUNES, Charlles de França, FILHO, Manoel Martins de Santana (Orgs.). **Ensino de geografia produção do espaço e processos formativos**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 11-32, 2015.

SOUZA, S. E. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. *In:* I ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, IV JORNADA DE PRÁTICA DE ENSINO, XIII SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM, Maringá, 2007. **Arq. Mudi. Periódicos**. Disponível em: http://www.pec.uem.br/pec_uem/revistas/arqmudi/volume_11/suplemento_02/artigos/019.pdf. Acesso em: 05 fev. 2024.

amília e escravidão na Belém oitocentista: uma análise das relações de compadrio por meio dos registros de batismo da Freguesia da Sé (1810-1820)

Ruan Souza dos Santos[91]

Resumo

Na Amazônia, as práticas culturais e as relações de compadrio de escravos ocorridas no início do século XIX, mesmo pouco analisadas, apresentam grandes possibilidades metodológicas e um amplo acervo de fontes que podem ser lidas para expandir a compreensão das relações de parentesco espiritual entre os sujeitos cativos, para além do poder econômico e político, levando em consideração que os laços de compadrio eram atravessados por conjunto de inter-relações e interesses, e o lugar social dos cativos era central nessa trama, sendo que o parentesco espiritual nos mostra mais "independência" em relação ao poder senhorial do que o matrimônio. A partir da pesquisa bibliográfica e da análise do banco de dados — composto por 6175 assentos de batismos, sendo 83 de escravos adultos de diferentes etnias africanas — foi possível identificar alguns aspectos que demarcam as relações de compadrio: o grau de autonomia conquistado, as necessidades momentâneas e as relações exógenas entre diferentes senhores e senhoras de escravos na Freguesia da Sé. Dessa maneira, o presente trabalho tem como objetivo examinar as práticas de compadrio da população escravizada de Belém, nas primeiras décadas do século XIX, por meio da análise de registros de batismo da freguesia da Sé, entre 1810 e 1822, de modo que este se configura como um importante mecanismo de reprodução social, tendo em vista que se tratava de um contexto em que o tráfico Atlântico para o Grão-Pará perdia forças. Para esta perspectiva de narrativa histórica, lemos obras que trataram da temática da escravidão, compadrio e analisamos os registros de batismo da Freguesia da Sé, o que permitiu observar os diferentes parâmetros de interação social dos cativos vindos de lá e os que aqui já estavam com suas redes de sociabilidade

91 Mestrando em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA).

bem estabelecidas. Além disso, foi possível compreender as diferentes estratégias de reprodução social, os movimentos da população escravizada de Belém, suas redes de solidariedade com pessoas das mais variadas origens étnicas e sociais a partir do compadrio, e trazer para a superfície da história os sujeitos subalternos no contexto em tela.

Palavras-chave: Escravidão; Compadrio; Tráfico Atlântico; Reprodução Social.

Introdução

Na Amazônia, os estudos sobre a escravidão negra, Segundo Daniel Barroso, por um grande período representaram uma "zona de opacidade", em comparação ao restante do Brasil. Buscando contribuir com essa historiografia que tem se preocupado com o processo de escravidão e superação do silêncio que insiste em apagar as memórias, histórias e trajetórias da população escravizada, o presente trabalho busca analisar as práticas de compadrio em Belém a partir do Livro de Batismos da Freguesia da Sé (1810-1820)[92], contexto importante para a cidade, tendo em vista que o tráfico Atlântico perdia forças na primeira metade do século XIX[93], e o compadrio figurou-se como um importante mecanismo de reprodução social, através de diferentes parâmetros de interação social, pois por se tratar de um corpo documental democrático, na qual todos os setores da sociedade são incluídos, torna-se central para entender e analisar demografia da escravidão na Belém do Grão-Pará nesse período, e observar as diferentes práticas de compadrio estabelecidas na freguesia, entre os diversos segmentos sociais que apadrinhavam ou que eram batizados: crianças escravas, escravos adultos africanos, indígenas e livres. Os dados seriais foram coletados e organizados, e preliminarmente, temos um banco de dados composto por 1604 assentos de batismos.

No clássico "Na senzala, uma flor", Robert Slenes sublinha que, no Brasil, a vida íntima nas "senzalas" permaneceu constante até a década de 1970: "constatavam-se, em todo o período, sombrias cenas de promiscuidade sexual,

92 Foram coletados, organizados e analisados 1604 assentos de batismos da freguesia estudada.

93 José Maia Bezerra Neto aponta que para o contexto em tela de 1811 a 1820, foram quantificados 6.175 chegados em Belém pelo tráfico Atlântico, diferente das primeiras décadas do século XIX que o quantitativo chegou entre 1778 e 1800, com o fim da Companhia, 17.970, entre 1801 e 1810 o quantitativo foi de 10.927.

uniões conjugais instáveis, filhos crescendo sem a presença paterna" (Slenes, 1999, p. 29), visões de Gilberto Freyre e Caio Padro Junior faziam parte dessa corrente que pensavam o sujeito escravo como "promíscuo". Nesse sentido, "se o quadro continuava o mesmo, a moldura havia mudado", Freyre, ao tentar mudar o paradigma[94] destaca que a "corrupção" não era advinda do negro, mas do senhor, isto é, "o negro foi patogênico, mas a seroso do branco". Padro Jr. seguindo, em parte, a perspectiva freyreana, mas recusando a ideia de "civilização" no cativeiro, aponta que o processo de escravidão e trabalho forçado privam o sujeito escravo de qualquer "conteúdo cultural", ou seja, a deformação da cultura a partir do escravismo, sinalizando para uma prévia da ideia de "anomia social".

A Escola Paulista de Sociologia, influenciada pela perspectiva de Caio Prado, buscou, segundo (Slenes, 1999), aprofundar os estudos sobre o escravismo e vitimização do cativo por esse sistema. Florestan Fernandes, um dos seus membros mais antigos, analisou os impactos da escravidão sobre o negro e concluiu que as duras práticas de repressão dos senhores contra as relações de solidariedade entre os cativos, tornou os grupos de parentescos inviáveis e destruiu as normas familiares dos cativos "deixando os sem regras para a conduta sexual e sem um imperativo cultural que incentivasse a formação de unidades familiares ancoradas no tempo" (Slenes, 1999, p. 31). Isso prejudicou, inclusive, os afrodescendentes após a Abolição, pois não podiam se mobilizar na construção de laços familiares. Concluiu, então, que a "Revolução Burguesa" no Brasil foi dirigida pelos fazendeiros do Oeste Paulista e o imigrante, pois os "escravos anômicos", desprovidos de "laços de solidariedade", não desempenharam papel de relevância nesse processo.

Diante desse quadro teórico da historiografia brasileira, a escravidão negra na Amazônia também era pensada a partir dessa perspectiva, ou seja, a presença desses sujeitos era dada de forma reduzida e limitada. A ideia era de que a força de trabalho das antigas capitanias e província do Grão-Pará, extrativista, era basicamente indígena e em momento posterior suportada pela mão de obra de retirantes nordestinos, aspecto que encobriu outras formas de trabalho, deixando-as em segundo plano, negligenciando sua importância na dinâmica da economia amazônica. Na tentativa reconstruir a emergência des-

94 O paradigma que Robert Slenes se refere é em relação a vida íntima nas senzalas que segundo ele, permaneciam constantes.

ses novos sujeitos e destacar sua presença na sociedade paraense, Patrícia Melo Sampaio ao estudar a presença negra na Amazônia destaca que a presença dos sujeitos africanos no Grão-Pará movimenta essas questões mais gerais, aspecto que não pode ser compreendido apenas por números.

A presença dos sujeitos escravizados não deve então ser lida apenas por algarismos, nesse sentido, estudos mais recentes mostram que os cativos foram atores em diferentes processos históricos, em Belém não foi diferente. Dessa maneira, é uma fase do conhecimento historiográfico que não é mais um problema, sabe-se que que as relações familiares entre os cativos existiram, poucos são os historiadores que duvidam da importância dessas relações na vida dos escravos, conforme sublinham Manolo Florentino e José Roberto Góes.[95]

Família, compadrio e a criação de parentescos espirituais

Tenente Coronel Pedro de Mello, Brigadeiro João Antônio Martins, Tenente Joaquim Antônio da Silva, Capitão João da Fonseca Freitas, Capitão Marcellino Herculano Perdigão, D. Theresa de Jesus do Rêgo Barbosa, D. Luciana Margarida do Rego Barbosa, D. Thereza Ignacia de Oliveira e o "Ilustríssimo Intendente João Antônio Rodrigues Martins" são alguns dos sujeitos que estabeleceram diferentes parâmetros de interação social no contexto urbano de Belém, a partir das práticas de compadrio na primeira metade do século XIX, não só batizando e promovendo a criação de parentesco espiritual entre os sujeitos escravos, livres, forros e indígenas, mas também estabelecendo redes de sociabilidade e poder dentro e fora dos seus núcleos familiares. No entanto — considerando as redes de poder estabelecidas na freguesia da Sé pelos proprietários e proprietárias — os cativos também foram agentes históricos nas relações estabelecidas de compadrio na cidade de Belém, seja na consolidação de rede sociabilidade e solidariedade, ou na criação dos laços de parentesco espiritual.

Os proprietários e proprietárias de escravos (as) supracitados, foram identificados em diferentes assentos de batismo da Igreja da Sé (1810-1820), o que permitiu observar diversas práticas de compadrio. Chama atenção ini-

95 Ao estudarem a família escrava no Rio de Janeiro entre 1790-1850, os autores concluíram que esse desconhecimento da família escrava ocorria, era porque eram tidas como economicamente inviáveis.

cialmente o fato de que todos os mencionados possuem pelo menos 5 escravos sendo batizados, sendo que dos 1604 assentos de batismos, 886 são homens, 718 mulheres e 667 são registros de sujeitos escravizados, ou seja, 41% dos assentos são de cativos.

A exemplo do estabelecimento de redes de sociabilidade dentro do próprio núcleo familiar, em 5 de maio de 1810, o registro de batismo da cativa Laurinda, escrava do Tenente Coronel Pedro de Mello, na qual seu padrinho foi Marcellino José de Mello, nos chama a atenção, pois mostra Marcellino sendo padrinho em mais de um batismo, podemos inferir então que essa parentela buscava consolidar ainda mais suas influências nesse espaço, sem interesses externos a propriedade, Pedro de Mello não demonstra interesse em escolher como padrinhos e madrinhas cativos ou pessoas livres de fora da comunidade, aspecto que demonstra diferente parâmetro de interação social na Zona Urbana de Belém, se compararmos com a Zona Guajarina. O batismo de Felippe que acorreu em 2 de maio de 1810 também é sugestivo nesse sentido, pois além de não ter madrinha, nem mesmo a "Nossa Senhora", teve dois padrinhos, foram estes, Francisco José de Mello e João Lourenço de Mello.

Ainda em relação a família "de Mello", nos inquieta o fato de todas as madrinhas serem "Nossa Senhora" e apenas identificarmos os padrinhos, além de que em todos os assentos da família, os cativos e cativas aparecem sem pai e em relação a mãe "adulta ainda não batizada", podemos inferir que se trata da mesma mãe cativa, e de uma família escrava, tendo em vista que na página onde identificamos os registros, o primeiro registro, na qual Albina é a inocente batizada, observamos que esta aparece como filha da "adulta ainda não batizada", e em seguida, nos batismos de Maria, Estanislau, Maria, Miguel, constam apenas como filhos da "adulta", ao que tudo indica, um referência a adulta que ainda não foi batizada referida no início da página, além de que todos são cativos de Pedro de Mello, aspecto que reforça a existência de uma possível família escrava sob posse da família de Mello e com exceção do batismo de Albina que ocorreu no dia 7 de maio de 1810, os batismos de Maria, Estanislau, Maria, Miguel ocorreram no dia 8 de maio de 1810 e João Lourenço de Mello foi padrinho de Estanislau e Marcellino José de Mello apadrinhou Albina, Maria, Maria e Miguel. Nesse sentido, ainda que Albina tenha sido batizada em um dia antes que os outros inocentes, a sugestão da mãe "adulta ainda não batizada", nos sugere que se trata de uma família escrava

recém-chegada em Belém, na qual Tenente Coronel Pedro de Mello buscou inserir imediatamente no núcleo urbano de Belém através do batismo, antes mesmo da mãe ainda não batizada.

Se em relação a família Mello observamos a tendência em os homens estabelecerem as práticas de compadrio, a família "Rego Barbosa" nos mostra essas práticas sendo estabelecidas pelas mulheres da família, contabilizando um total de 21 registros de bastimos, e que no recorte escolhido, temos em média 2 batismos por ano. Sendo que D. Lucinda Margarida do Rego Barbosa é proprietária de 1 dos cativos, D. Luciana Margarida do Rego Barbosa de 3 e D. Theresa de Jesus do Rego Barbosa que possuía 16 cativos e 1 liberto.

São estes os assentos de Felippa ocorrido em 17 de maio de 1810, Aleixo em 2 de agosto de 1811, Ignez, ocorrido em 9 de agosto de 1811 e Candido em 25 de outubro de 1816, sendo que Felippa é escrava de D. Lucinda Margarida do Rego Barbosa e Aleixo, Ignez e Candido de D. Luciana Margarida do Rego Barbosa. Os batismos de Felippa e Ignez são instigantes pois identificamos que o pai de Felippa, Pedro Alexandrino, índio e escravo de D. Luciana, apadrinhou, junto com Claudia, a inocente Ignez, vínculo que sugere algum grau de parentesco entre as famílias. Mais um rastro desses laços é que em 9 de agosto de 1811 os pretos João Emanuel e sua esposa Joanna entregam aos santos óleos Ignez e em 25 de outubro de 1816, quase 5 anos depois, Candido, irmão de Ignez é batizado. Parece-nos um indicativo de prestígio da família de João e Joanna na hierarquia social, levando-se em consideração o tempo de união e a possibilidade da reprodução natural da família entre os quase 5 anos que separam os dois batismos.

Não podemos precisar a localização de cada indivíduo da família Rego Barbosa, no entanto, ao analisar os assentos de batismo dos escravos de D. Theresa de Jesus do Rego Barbosa, percebemos que a prática apadrinhamentos por cativos não é comum nesse núcleo familiar, com exceção de Sabino escravo de D. Luciana, batizado em 13 de janeiro de 1811, cujo sua madrinha foi a mulata Domingas, caracterizando uma escolha "horizontal" que visava, ao que sugere, fortalecer as alianças dentro do grupo. Os 5 assentos em que consta D. Theresa como proprietária dos cativos, não identificamos nenhum cativo apadrinhando os inocentes e de D. Luciana, dos 5, apenas 1. Nesse sentido, percebemos então que não era uma prática recorrente, o que pode

configurar uma estratégia das irmãs Rego Barbosa para impedir a expansão e extensão bem mais definida e consolidada das relações de parentesco entre os cativos que estavam na gerência, mais ainda se considerarmos que os indivíduos livres escolhidos, não indicam ter nenhuma relação de sociabilidade com os inocentes postos aos santos óleos. Contudo, não podemos deixar de considerar que ainda assim, as estratégias eram tracejadas, como aconteceu no batismo de Ignez, apadrinhada pelo indígena Pedro Alexandrino e Sabino apadrinhado pelo indígena Noberto e a mulata Domingas, aspecto que sugere a tentativa desses agentes de fortalecer seus vínculos de natureza social.

O batismo de Joaquim, ocorrido no dia 25 de agosto de 1816, na qual Antonio do Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores foram seus padrinhos, nos apresenta essa informação, podemos identificar então "puz os santos óleos o inocente Joaquim filho da preta Joaquina, pai incógnito. Escrava de D. Anna Maria que declarou liberto? Já recebido valor deste inocente em moeda corrente". O assento de Manoel ocorrido no dia 10 de setembro de 1810 também é pertinente para a compressão dessas relações diante da pia batismal, filho da preta Maria e escravo do Capitão Manoel Nunes Duarte identificamos o seguinte "declarou o dito senhor na pia que dava a liberdade a este inocente, frisando desde já liberto" não é possível precisar a posição de Maria na hierarquia social, no entanto, chama a atenção que, justamente no momento que o tráfico para Belém estava perdendo força e a reprodução social se tornou uma alternativa, Joaquim ganha sua liberdade, passando então a condição de liberto, parece nos então que de fato, é um indicativo das relações bem estabelecidas por sua mãe Maria.

A família Rego Barbosa ao escolher os compadres e as comadres, nos permitem identificar diferentes parâmetros de interação social daqueles estabelecidos pelos de Mello, tendo em vista que estes últimos buscavam consolidar as relações de reprodução social endógenas entre os cativos, já as irmãs Theresa, Laurinda e Luciana parecem ter buscado estabelecer relações de poder para além dos seus núcleos familiares, buscando alianças mais largas, o que sugere a busca da proteção de pessoas mais bem situadas na sociedade, considerando que no assento de batismo de Antonio, o mesmo que foi alforriado diante da pia batismal e D. Theresa de Jesus do Rego Barbosa escolheu o Capitão Antonio Pereira Lima para apadrinhá-lo.

Essa prática é um rastro, pois ao fazer uma busca nominal em relação ao capitão Antonio Pereira de Lima, identificamos que este era proprietário da cativa Anna, batizada em 19 de janeiro de 1817 e de Belchior batizado em 15 de outubro 1820, isso nos permite julgar que D. Theresa de Jesus também sendo proprietária de escravos, buscava estreitar essas relações de poder com outros proprietários do núcleo urbano de Belém, visto que é intrigante o fato de Antonio Pereira de Lima apadrinhar especialmente o cativo Antonio que foi alforriado na pia batismal, aspecto que pode corroborar mais ainda a hipótese de certo grau de prestígio deste e de sua mãe Bernarda de Jesus na hierarquia social, esta que teve como padrinho do batismo de seu filho outro proprietário de escravos.

Outras práticas de compadrio que chamam atenção são as identificadas a partir de assentos de batismos em que o Capitão João da Fonseca Freitas consta como proprietário dos cativos e cativas. Em primeiro lugar é instigante o fato de que todos os batizados são escravos crioulos, não encontramos registros de batismos de escravos adultos africanos, além de que, assim como os de Mello, os registros coletados e analisados do senhor João da Fonseca Freitas nos sugerem que este também buscava consolidar e estreitar suas relações de parentesco a partir do compadrio, ou seja, dos 15 registros de batismos, 53% dos 15 casos foram assentos que os padrinhos ou madrinhas detinham algum grau de parentesco com João, como no caso do batismo dos cativos Gertrudes ocorrido em 3 de março de 1816, Mariana em 10 de gosto de 1816, Feliciana 27 de abril de 1819 e Bernardino ocorrido em 24 de setembro de 1820 em que Joaquim Gomes d'Oliveira foi padrinho em todos esses sacramentos. Além disso, a madrinha de Feliciana foi a D. Felippa Gomes d'Oliveira e de Bernardino a D. Maria Gomes d'Oliveira, o que sugere também algum grau de parentesco entre as madrinhas, se considerarmos os sobrenomes destas. No entanto, observamos que para além da prática de consolidação de relações familiares entre proprietário e parentela, há também a reprodução social de o que se desconfia, de uma família escrava.

O assento de Cyriaca é instigante nesse sentido, pois esta foi apadrinhada pelos pretos Paulo Victorino e Celestina, sendo o primeiro filho legítimo dos pretos Gregorio e Eugenia. Além disso, quem tocou a prenda foi Candida, filha legítima dos pretos Henriques e Silveria. Dessa maneira, as relações de compadrio estabelecidas nesse assento, sugerem uma rede de sociabilidade

bem complexa dentro do núcleo urbano de Belém, a julgar pelos padrinhos e quem tocou a prenda, não sendo recorrente um escravo ou escrava tocar a prenda nesta freguesia.

Na Zona Urbana essas interações são diferentes, para além dos assentos que temos indígenas apadrinhando pretos, ou livres criando laços de parentesco espiritual com escravos, libertos apadrinhando escravos, ou os próprios escravos batizando outros escravos como supracitado, podemos observar a sazonalidade de alguns desses sujeitos, como no assento dos cativos Elias batizado no dia 22 de junho de 1811 e Florentino batizado no mesmo dia, sendo este último natural de Moçambique, a sazonalidade pode ser identificada no local de batismo desses sujeitos que ocorreram no oratório de Lourenço Antonio de Oliveira Pantoja, na qual Antonio de Brandão da Costa foi padrinho dos dois cativos e Anna Francisca madrinha de Elias e Marinha Maria Francisca de Florentino, esses registros nos fazem desconfiar que os parâmetros de interação social entre os sujeitos que viviam no núcleo urbano de Belém não se restringia a esses espaço, especialmente por se tratar de assentos de batismo da igreja da Sé, mas que ocorreram em oratórios de particulares.

Mais que inocentes: práticas de compadrio de escravos adultos em Belém

Ainda que os algarismos do tráfico tenham diminuído nesse contexto, as práticas de compadrio na freguesia da Sé, figuram como importante mecanismo de reprodução social de recém-chegados, através das relações de compadrio. Dos 83 assentos de escravos adultos identificados observamos as etnias: Cabinda, Angola, Mandiga, Moçambique, Congo, Benguela, sendo que 60 registros são de homens e 23 são de mulheres. Incialmente, um marcador de inserção desses sujeitos no núcleo urbano de Belém que chama atenção, é o fato de que encontrarmos mais de um caso de cativos sendo batizados no mesmo dia e naturais da mesma região[96], em contrapartida, nos 23 assentos das cativas identificadas, não encontramos essa prática.

Dois assentos com essa prática identificada foram os assentos de batismo de Gregório e João, naturais de Cabinda, que ocorreu no dia 7 de agosto de

96 Foram quantificados 12 batismos que ocorreram no mesmo dia e com sujeitos da mesma região.

1820, um primeiro indicador de uma rede de sociabilidade não estabelecida é que no batismo de Gregório, seu padrinho foi o seu próprio proprietário Roberto Antonio Vieira, no batismo de João, escravo de Antonio Bernardo de Sousa, seu padrinho foi Roberto Antonio Vieira e a madrinha de ambos foi Nossa Senhora da Conceição. Ainda que entre as cativas essa prática não tenha sido identificada, chama atenção o batismo de Anna também natural de Cabinda que ocorreu no mesmo dia e assim como Gregório seu padrinho foi o seu próprio proprietário Roberto Antonio Vieira. Podemos concluir então que além do fato de serem batizados no mesmo dia, foram apadrinhados por proprietários, por isso, esses assentos nos sugerem uma tentativa de criação de laços de parentesco espiritual para esses sujeitos que acabavam de chegar em Belém.

Nesse sentido, assim como para Sheila de Castro Faria a origem dos escravos é de suma importância para entender as opções que fizeram, na análise dos assentos de batismo da Igreja Sé também foi. Mesmo que a identificação de comunidades escravas são seja possível, algumas práticas de compadrio de escravos adultos africanos, são sugestivas no sentido de inserção desses sujeitos de uma mesma região em um mesmo dia, o que sugere que além de recém-chegados, vieram de lá, juntos.

Os assentos de batismo que chamam atenção são os assentos do cativo Benedicto, adulto, da nação Cambimba, batizado no dia 14 de agosto de 1816, na qual seu padrinho foi Antonio Joaquim Ferreira de Moraes que também consta como seu proprietário, chama atenção nesse caso, porque além de existir para esse freguesia uma baixa incidência de assentos em que os próprios proprietários assumem a condição de parentesco espiritual, os poucos casos que encontramos essa prática, foi em relação aos batismos de sujeitos escravizados adultos africanos, podemos considerar que por se tratar de cativos recém chegados a Belém, a rede de sociabilidade não fosse bem estabelecida como identificamos nos assentos dos escravos inocentes aqui nascidos, na qual identificamos, inclusive, alforrias diante da pia batismal, como já foi apresentado.

O assento de Antônio, Jose e João nos sugerem algumas práticas nesse sentido, pois além de terem ocorrido no mesmo dia 9 de setembro de 1816 na freguesia da Sé, trata-se de sujeitos adultos de mesma naturalidade, todos cativos naturais de Mandiga e todos foram apadrinhados pelos pretos José

Ribeiro e Joanna Benedicta, sendo todos escravos do Capitão José Reis de Vasconcellos. O apadrinhamento dos escravos africanos pelos pretos João e Joanna é instigante porque é recorrente na historiografia brasileira a discussão sobre a rivalidade entre escravos nascidos no Brasil e nascidos na África, Sheila de Castro Faria em ensaio sobre as comunidades escravas destaca que:

> Tenho convicção de ser real, em algumas regiões, a rivalidade entre os nascidos no Brasil e os nascidos na África, gerando diferenças de identidade, conforme aludem depoimentos transcritos em vários trabalhos historiográficos. São documentos em que se relatam disputas ou intolerância entre uns e outros. Mas, por outro lado, há outras fontes que evidenciam que as relações parentais e conjunturais interétnicas foram muito freqüentes, inclusive entre nascidos na África e no Brasil.

Os registros de batismo, nesse sentido, permitem observar essas relações parentais e interétnicas, entre crioulos e africanos. A prática de isenção conjunta desses sujeitos vindos de lá, no núcleo urbano de Belém, talvez se configure em uma estratégia para criar, ao menos, uma pequena rede de sociabilidade e interação social, tendo em vista que sujeitos aqui já estabelecidos já tivesse essas redes bem definidas, por isso, a escolha dos pretos José e Joanna para apadrinharem os sujeitos, como uma tentativa de criar vínculos sociais, considerando que na maioria dos registros de compadrio de cativos adultos, não podemos identificar essa preocupação, mas sim a preocupação de criar vínculos eminentemente religiosos, devido a considerável incidência de santas como madrinhas nos assentos.

Os 23 assentos de batismo em que o Tenente Coronel João Antonio Martins consta em 22 como proprietário dos cativos e cativas sendo batizados, apenas em 1 aparece como padrinho de um indivíduo livre – nos são sugestivos nesse sentido, primeiro porque nos permite acompanhar parte de sua trajetória como militar[97], mas também porque permite identificar as diferen-

97 João Antonio Martins aparece em 22 de junho de 1810 como Tenente Coronel, na sua primeira aparição nos registros do livro de batismos da Sé, no entanto, em 25 de fevereiro de 1816, encontra-

tes práticas de compadrio em que os sujeitos cativos estão inseridos e participando do sacramento. Se por um lado, dos 22 assentos, 9 não ocorreram no mesmo dia, foram esses os assentos de Silveria, Rita, Francisco, Leferina, Rufino, Marcellino, Lina, Antonia e Carolino. Por outro lado, os outros 13 assentos de Domingos e Maria, adultos, que foram batizados no dia 26 de maio de 1811, na qual tiveram como padrinho Domingos Miguel da Cruz e madrinha Maria Joaquina e os assentos que ocorreram em 28 de dezembro de 1816 – quando Joao Antonio já tinha o título de Brigadeiro – de Marcellino, Agostinho e Anacleto, adultos e naturais da Angola, além dos assentos de Miguel, Thomé, Florentino e Joaquim que ocorreram no dia 25 de maio de 1817, e os batismos de Paulo, José, José, Pedro e Estevão ocorridos no dia 22 de junho de 1817, nos sugerem essa preocupação em inserir esses sujeito – naturais da mesma região – conjuntamente em Belém, considerando que não tinham uma rede de sociabilidade bem estabelecida.

Podemos concluir essa hipótese por meio de dois fatores, em primeiro lugar, são batismos de sujeitos adultos, e o sacramento do batismo era o momento em que o indivíduo se tornava um ser espiritual com a constituição de uma nova família, representada pelos padrinhos, em segundo lugar, foram batizados nas mesmas datas, aspecto que sugere se tratar não só de sujeitos escravizados que não tinham redes de sociabilidade e solidariedade estabelecidas, mas também de cativos que chegaram juntos na cidade, talvez por isso, a tentativa de inserção conjunta no núcleo urbano por parte de João Antonio.

Temos então diferentes parâmetros de interação social, no primeiro caso, podemos entrever que são inocentes que fazem parte de uma rede de sociabilidade mais consolidada, principalmente se considerarmos que nos assentos de Silveria ocorrido no dia 22 de junho de 1810, Rita ocorrido no dia de 13 de agosto de 1810 e o assento de Florentino que aconteceu no dia 25 de maio de 1817, pois ambas as cativas tiveram como madrinhas as pretas Carlota e Valentina, e Florentino teve como padrinho preto Miguel Felix, os dois primeiros mostram um forte marcador de gênero na escolha das madrinhas, considerando que nos dois assentos de Silveria e Rita os padrinhos foram dois sujeitos diferentes em que ambos são homens livres.

---

mos o mesmo sujeito batizando outros dos seus cativos, sendo identificado como "Brigadeiro" e nos registros posteriores também, como no de 28 de dezembro do mesmo ano.

Além disso, os registros mostram a presença das mães das inocentes na consolidação do sacramento, a preta Genoveva mãe de Silveria e Maria Rosa, mãe de Rita, aspecto que sugere certo grau de importância das cativas na hierarquia social, tendo em vista que entre todos os 22 assentos, em que o Tenente Coronel João Antonio Martins é o proprietário, apenas esses 2 encontramos cativas como madrinhas e apenas o assento de Florentino com um padrinho escravizado. O assento de Florentino chama atenção porque além de ter sido o único cativo apadrinhado por um escravo, também era um, de 5 cativos adultos que foram batizados coletivamente, ainda que não possamos precisar seu grau de sociabilidade, essa prática também sugere certa importância do cativo nas relações de parentesco, juntamente com seu padrinho Miguel Felix, ou mesmo a tentativa de criação de laços de solidariedade e sociabilidade.

O batismo de Silveria e Rita também nos sugerem que se tratava da prática que buscava a criação de vínculos sociais, considerando a escolha de madrinhas escravas para o apadrinhamento das inocentes, no entanto, não podemos assegurar os limites e extensão de sociabilidade de Carlota e Valentina com os padrinhos, Silvestre José e José Angelo[98].

As diferentes práticas de compadrio identificadas nos registros de batismo supracitados, nos apresenta a complexidade desse corpo documental, aspecto que permitiu a produção de um conjunto de trabalhos que discutiram a temática, no entanto, essa empreitada foi feita por meio de diferentes perspectivas. Se Daniel Barroso ao estudar a comunidade escrava de Bom Intento não identificou escravos africanos adultos sendo batizados, encontramos um conjunto significativo desses registros, Solange Rocha, ainda que tenha encontrado na capital da província da Paraíba do Norte 46 africanos, nos assentos da freguesia da Sé analisados encontramos 83. Contudo, se não conseguimos identificar, nenhum registro que permita identificar a idade dos sujeitos batizados, Donald Ramos identifica e analisa um conjunto considerável para Vila Rica.

98 Donald Ramos ao estudar batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica aponta para essa tendência, devido as mulheres traçarem com mais frequência relações exógenas.

Considerações finais

O Livro de Batismos da Freguesia da Sé (1810-1820) serviu-nos, como um importante arranjo documental para entrever, rastrear e localizar as diferentes práticas de compadrio em Belém nas primeiras décadas do século XIX, além de lançar luz sobre as diversas formas de reprodução social da população escravizada, livre, e forra da cidade, em um contexto que o tráfico atlântico estava perdendo força na capital amazônica. Nos permitiu também compreender as diferentes práticas de criação de vínculos sociais e religiosos, por diferentes parâmetros de interação social, seja pelo parâmetro de interação social de escravizados adultos africanos que chegavam na cidade e não tinham uma rede de sociabilidade e solidariedade bem estabelecida – mesmo aqueles que, em casos isolados, eram apadrinhados por crioulos – e precisaram acionar estratégias para tentar construir esses laços.

Seja por outro parâmetro de interação social, na qual foi possível identificar, a partir de registros de batismo de maior destaque, diferentes práticas de cativos inocentes que tinham uma ampla e bem estabelecida rede de sociabilidade dentro do núcleo urbano de Belém, antes mesmo do sacramento do batismo e diante da pia batismal, como observamos nos casos de escravizados que tiveram sua liberdade comprada na pia.

Além de perceber, para além dos diferentes parâmetros de interação social estabelecidos no núcleo urbano de Belém, o movimento de diferentes sujeitos de áreas que não compõem o núcleo urbano da cidade, fosse para apadrinhar, fossem proprietários de escravos, fossem moradores do Igarapé Jundiai, Igarapé Jundiai Janipauba, Bujare[99], essas movimentações sugerem existir práticas de apadrinhamento que transpassam os limites da Freguesia da Sé. Esses parâmetros de interação social, esses movimentos de sazonalidade, provocados pelo sacramento do batismo na Freguesia da Sé, lançam luz para diferentes práticas de compadrio em Belém, enquanto um elemento de reprodução social, em um contexto que o tráfico atlântico para a cidade perdia forças e buscavam-se outras opções de renovamento da população cativa.

99 No assento de batismo de Caetana que aconteceu em 12 de junho dee 1820, a localidade da sua madrinha Florinda Maria consta como "Bujare". Cúria Metropolitana de Belém (CMB). *Livro I de Registros de Batismos da Freguesia da Sé,* p. 117.

Fontes

1. Registros de Batismos: Cúria Metropolitana de Belém (CMB). Livro I de Registros de Batismos da Freguesia da Sé (1810-1820).

1.1 Registros de Batismos citados no trabalho:

- Cúria Metropolitana de Belém (CMB). Livro I de Registros de Batismos da Freguesia da Sé, p. 5-125.

Referências

BACELLAR, C. A. P. XXVI Simpósio Nacional de História. **Os compadres e as comadres de escravos:** um balanço da produção historiográfica brasileira. 2011. (Simpósio).

BARROSO, Daniel S.. Múltiplos do Cativeiro: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870). **Afro-Ásia (UFBA. Impresso)**, v. 50, p. 93-128, 2014.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará (sécs. XVII-XIX).** 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2011.

FARIA, S. DE C.. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. **Tempo**, v. 11, n. 22, p. 122–146, 2007.

FLORENTINO, MANOLO; GÓES, J. R. **A Paz das Senzalas** (Famílias Escravas e Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850). 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2017. v. 1. 2011p.

NACIF, P. C. M. **Diante da pia batismal:** as alianças de compadrio em Minas Gerais durante o período colonial. Dissertação (Mestrado em História Moderna) Rio de Janeiro: UFF, 2014.

NADALIN, S. O.; CHAGAS, Paula Roberta. "Para o mundo e para a eternidade: a idade do batismo nas atas paroquiais (Curitiba, séculos XVIII-XIX)". *In:* XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2008, Caxambú, Minas Gerais. **ANAIS...**/XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS: AS DESIGUALDADES SÓCIO-DEMOGRÁFICAS E OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL. Caxambú: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS - ABEP, 2008. p. 1-18.

PASTANA, Andréa da Silva. **Em nome de Deus, amém!:** mulheres, escravos, famílias e heranças através dos testamentos em Belém do Grão-Pará na primeira metade do século XIX. 2008. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes.** 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009. v. 1. 333p.

RAMOS, Donald. Teias Sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia História**, nº 31, janeiro, 2004.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **O fim do silêncio.** Presença negra na Amazônia. Belém: Editora AÇAI/CNPq, 2011ISBN 978-85-61586-30-0, 298 p.

SLENES, Robert Wayne Andrew. **Na Senzala, Uma Flor:** Esperanças e Recordações Na Formação da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX). Rio de Janeiro - RJ: Nova Fronteira, 1999.

Curadores e feiticeiros: o oficial e o ancestral na busca pela cura da alma e do corpo em Belém (1890-1897)

Hanna Ingrid Pororoca Leite[100]

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a continuidade das práticas de cura popular baseadas em conhecimentos ancestrais dentro do cenário de inserção de médicos diplomados e da medicina dita oficial na cidade de Belém, durante a virada do século XIX para o século XX. Diante do novo ideal modernizador e com a recente concepção republicana tornou-se necessário para o poder público transformar e modernizar a capital paraense proibindo atividades vistas como irregulares, incluso o ofício dos pajés e curadores. O objetivo do trabalho consiste em analisar o impacto das transformações socioculturais e médico higienistas que interferem em outras práticas de cura que não seja a medicina dita oficial, considerando o momento de mudanças entre os costumes e modos de vida que regiam a província e a sua transição para a República. Uso como fonte os principais jornais que circulavam na época através de uma metodologia micro-histórica, realizando uma análise minuciosa das fontes utilizando ao máximo as informações obtidas nas notícias e nos discursos contidos nos periódicos. Como resultado foi observado que a presença da pajelança nos primeiros anos da república está relacionada com a formação das manifestações de religiosidade, juntamente com saberes da cura indígena ancestral atrelados a presença do catolicismo popular e de religiões de matriz africana, que formam um conjunto de peças importantes para os indivíduos constituindo elementos culturais intrínsecos na sociedade. Por fim, busquei contribuir com a historiografia existente sobre o assunto dialogando com religião e cultura, evidenciando os sujeitos atuantes como curadores e feiticeiros que por vezes são esquecidos ou apagados da história, mostrando seus percursos, seus movimentos de proteção e o porquê da continuidade da prática de cura popular no cotidiano da população belenense.

Palavras-chave: Práticas de Cura; Feitiçaria; Pajelança; Medicina.

100 Graduada em História (FAHIS/UFPA).

Introdução

A cidade de Belém nos primeiros anos da República passou por significativas transformações urbanas e sanitárias que geraram grande impacto na vida e nas interações sociais dos moradores. Entre tais mudanças estava a inserção de médicos diplomados com métodos, instrumentos e práticas diferentes das quais a população estava acostumada (Gomes, 2015, p. 2), iniciando um combate a outras práticas de cura como forma de inserir a capital no almejado padrão europeu.

A partir do Código Penal da República de 1890, nos artigos 157 e 158[101], ficava proibida a prática do curandeirismo, espiritismo, magia e qualquer outra atividade com o objetivo de curar doenças curáveis ou incuráveis, e ministrar qualquer substância com o intuito de tratar essas doenças passou a ser crime, tornando-se comum diligências policiais para prender aqueles que exerciam essas atividades, que até antes da publicação do Código Penal não eram ilícitas. Entretanto, existe uma certa sobreposição de normas, visto que, ao mesmo tempo que o Código Penal dos Estados Unidos do Brazil de 1890, em pleno exercício naquele período, perseguia e punia esses curadores cotidianamente, a Constituição Federal de 1889 em seu artigo 5° garantia a liberdade de crença e consciência, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos, proteção aos locais de culto e a suas liturgias (Amaral, 2015, p. 2).

O direito à liberdade religiosa e de crença poderia ser exercido com certos limites, no qual curadores e pajés não se enquadravam. Além da forma como essas práticas constantemente eram vistas como um mal que deveria ser tratado deixa transparecer a visão que se tinha deles. A prática do curandeirismo além de ser enquadrada no Código Penal Republicano passou a ser entendida também como prática ilegal da medicina, sendo vista como o lado ruim da mesma, um contraste ao método científico medicinal.

101 Brasil. Decreto nº 847, de 11 de Outubro de 1890. Art.º 157: Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica; Artº 158: Ministrar, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro. Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm.

Durante a primeira metade do século XIX, havia uma relação de proximidade e apropriação entre médicos e curadores providos pelo saber indígena (Henrique, 2023, p. 7), entretanto, essa relação foi mudando durante a segunda metade do século XIX e delimitando o território de atuação dos médicos diplomados. Os primeiros anos da República exprimem esse momento transitório entre os costumes e uma dualidade entre o saber médico e o saber popular pautada na tentativa de sobreposição da medicina científica sobre outras formas de cura. Desse modo, a prisão dos curadores está mais relacionada, nesse primeiro momento, com seu caráter não oficial em decorrência da não comprovação científica de seus métodos do que pela ocorrência de um crime.

O fato de existir uma grande repressão e perseguição a esses curadores pode-se deduzir que havia uma quantidade significativa de indivíduos que praticavam esse ofício e uma certa demanda pelos serviços oferecidos por eles. O que também implicava no oficio dos pajés era a acusação de prática ilegal da medicina e a presença frequente da figura do charlatão, que utilizava de falsos feitiços e de beberagens que tinham por objetivo ludibriar os enfermos visando apenas o seu próprio ganho financeiro, mesmo sem crença alguma em sua eficácia, sendo este colocado no mesmo conjunto dos pajés, e um mal que os médicos diplomados buscavam ao máximo se desvencilhar através da cientificidade de seus métodos.

Mesmo com a proibição legal, a prática popular ainda permanecia entre as famílias em meio a estruturação urbana e sanitária da cidade e a reorganização do sistema de saúde. Portanto, a pesquisa possibilitará contribuir com a historiografia brasileira existente acerca das temáticas citadas, repensando os significados e representações dos curadores no meio religioso, cultural e medicinal, além de destacar seus personagens e suas narrativas.

Novo modo de viver e curar na República

No decorrer dos primeiros anos da República ainda se discutia a institucionalização de práticas e modos de vida para a sociedade, a melhor maneira seria a implementação de uma legislação que criminalizava e punia as práticas de cura popular de origem africana e indígena reelaboradas ao longo da

colonização e no império nas áreas rurais e arrabalde urbanos do país, para a transformação da capital não somente no que concerne a mudanças estruturais, como também a novas formas de se viver na cidade.

Parte dos investimentos do lucro das atividades extrativistas da borracha foram aplicados no meio urbano, em reformas de edifícios, mudanças no calçamento, implementação da luz elétrica e posteriormente a construção da companhia de água, que obrigava de forma indireta a uma reordenação do espaço interno de moradia e também do espaço público externo, aplicando mudanças em algumas atividades. Além dessas mudanças, houve a criação de novos bairros como Nazaré, Batista Campos, Marco e Umarizal, que surgem da expansão da cidade devido ao *boom* demográfico que ocorreu no período de 1870 a 1900 em decorrência do fluxo de migrantes e pela necessidade da elite em se estabelecer em espaços longe da desordem da zona comercial de Belém (Sarges, 2010, p. 82-85).

Diante dessa reordenação da cidade fez-se necessário para o poder público e para as autoridades médico-higienistas recriar os espaços urbanos e promover novos costumes. No que concerne ao mundo do trabalho, havia a necessidade de implementar uma nova noção do mesmo não mais baseada na exploração do cativo, e sim na realização de uma atividade mediante um pagamento. Entretanto, ainda nas décadas iniciais do período Republicano a visão de trabalho era diferente. De acordo com Sidney Chalhoub, ao analisar os trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro:

> Era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valoração positiva, articulando-se então com conceitos vizinhos como os de "ordem" e "progresso" para impulsionar o país no sentido do "novo", da "civilização", isto é, no sentido da constituição de uma ordem social burguesa. O conceito de trabalho se erige, então, no princípio regulador da sociedade, conceito este que aos poucos se reveste de uma roupagem dignificadora e civilizadora, valor supremo de uma sociedade que se queria ver assentada na expropriação absoluta do trabalhador direto [...] (Chalhoub, 1986. p. 62).

Nesse cenário, ofícios e trabalhos considerados como atividades irregulares não eram bem vistas aos olhos do Estado e da burguesia. Atividades comerciais como as de ambulante, jogadores profissionais, mendigos, biscateiros, etc. (Chalhoub, 1986, p. 62), eram condenadas e por vezes consideradas como vadiagem, por não serem vistas como um trabalho que iria dignificar o homem, além de estarem incluídos nos padrões de vida considerados repudiáveis cercados de bebidas e fumo. Nesse ínterim, atividades no âmbito medicinal também passaram a ter essa visão de ilegalidade, englobando os ofícios de pajés, curandeiros, parteiras e homeopatas, que eram vistos como concorrentes da medicina dita oficial (Rodrigues, 2010, p. 2).

Tais transformações não eram algo específico da cidade de Belém, elas faziam parte de um contexto nacional de reconhecimento da responsabilidade do Estado com a saúde pública (Abreu Junior, 2018, p. 79). Por isso, esses sujeitos eram perseguidos pelas autoridades policiais, visto que as dificuldades em prender um pajé eram diversas, desde o medo e receio dos moradores em apontar quem eram essas pessoas, ou pelo apreço que os moradores possuíam pelo trabalho desses curadores, exigindo das autoridades medidas de maior eficácia (Abreu Junior, 2018, p. 79).

No contexto de transformações urbanas e sanitárias, a implementação de hospitais públicos ainda era muito escassa, o acesso a serviços de saúde mostrava-se cada vez mais ineficiente. O sistema de saúde pública deixava a população pobre às margens de cuidados, o que garantia um espaço maior de atuação dos curadores e pajés (Silva, 2014, p. 40), entretanto, não era a única justificativa para a procura desses especialistas da cura popular.

Os avanços científicos tornavam a sociedade cada vez mais desenvolvida, mas a estranheza com a qual as camadas populares, fora do meio científico, receberam tais mudanças ainda era um problema (Hobsbawm, 2008, p. 407). A familiaridade das populações pobres era de maior proximidade com crenças tradicionais, do que com os avanços científicos do período, como a criação da luz elétrica ou o uso do telefone. Sua aproximação com o místico e o mitológico tornava o trabalho de pajés e curadores com rezas e cerimônias ritualísticas algo comum em sua rotina, mas o contato com alguns remédios, ferramentas cirúrgicas e aparelhos mirabolantes era de certo modo assustador. O mistério em torno do funcionamento de pílulas e medicamentos minúscu-

los comparados às ervas usadas em garrafadas geravam uma certa desconfiança de sua procedência (Souza; Sarraf-Pacheco, 2021, p. 101).

Em decorrência disso, pode-se entender a grande quantidade de propagandas de médicos e remédios milagrosos expostos nos jornais como uma tentativa de disseminar o saber médico e transformar a visão da população em relação a esse tratamento. Os jornais eram a melhor forma de divulgar notícias, sendo o melhor meio para a propagação desses serviços. Os anúncios de remédios estavam geralmente ligados a algum médico especialista no assunto, formado em alguma universidade renomada no Brasil ou no exterior.

As práticas envolvendo a medicina científica eram baseadas em comprovações de uma suposta ciência objetiva (Gomes, 2015, p. 2), o reconhecimento dos médicos e o uso de relatos dos populares sobre a utilização desses medicamentos milagrosos podem ser compreendidos como uma estratégia para garantir credibilidade a esses fármacos que prometiam curar várias doenças e assim mostrariam sua eficácia e superioridade em relação a outros remédios.

No dia 30 de janeiro de 1896, o jornal "Folha do Norte" trazia em sua última página uma seção destinada aos diferentes tipos de anúncios, entretanto, o que se sobressai novamente são os anúncios de remédios como "As pílulas febris de Nossa Senhora de Nazareth". Estas eram produzidas e comercializadas unicamente na Drogaria Nazareth, que afirmava não temer a concorrência. Em seu anúncio propagandeava que as pílulas eram "um thesouro de inestimáveis virtudes therapeuticas", e além disso, garantia que:

> Ellas debelam as febres palustres intermittentes de maneira prodigiosa; o seu exito é verdadeiramente milagroso, e a eficácia nos casos mais rebeldés d'esse terivel mal, esta provada por um sem numero de attestados espontaneos que nos tem sido remettidos d'aqui e de todo o interior (Folha do Norte, 30/01/1896, p. 4).

O seu uso ainda era indicado para quem fosse viajar para o interior do estado, mesmo que não estivessem enfermos, mas para usá-las como forma de prevenir as doenças, que neste caso, seria a febre. Estes anúncios compõem um jogo de estratégia para a inclusão de médicos e farmacêuticos no cotidia-

no dos moradores de Belém. A batalha dos médicos diplomados com outras práticas de cura alternativa era extremamente difícil, devido ao fácil acesso da população a outros métodos terapêuticos, incluindo as garrafadas e beberagens dos pajés e curadores (Silva, 2014, p. 52).

Em contrapartida, os periódicos dividiam suas páginas com notícias entre o milagroso e o científico (Silva, 2014, p. 148), que relatavam também sobre prisões e apreensões de pajés e curadores. De acordo com a fala dos representantes da polícia que realizavam essas prisões e das pessoas que utilizavam os serviços desses curadores, seus trabalhos também eram baseados em curas milagrosas, tanto no que concerne à saúde física quanto no tocante a dores amorosas ou por "cousa feita".

No dia 2 de fevereiro de 1897, foi manchete no jornal "Folha do Norte", na coluna intitulada "Echos de notícias", a diligência policial que ocorreu na casa de Elias Pedro dos Santos, localizada no "Chapéo Virado" em Mosqueiro, após diversas denúncias de que este exercia a "profissão de pajé" e curandeiro, o subprefeito e seus praças dirigiram-se a sua residência e o encontraram no momento de uma de suas sessões de cura:

> Ao centro da sala estava Elias dos Santos, nú até a cintura, passado um lenço em torno da cabeça, pendente da bocca um comprido e esguio cigarro de tauary. Em volta d'elle agrupavam-se vários homens e mulheres que no momento estavam consultando o pagé e aguardando-lhe as prescrições medicas (Folha do Norte, 02/02/1897, p. 2).

O cenário encontrado pelo subprefeito de Mosqueiro era comum durante as sessões de cura de pajés e curadores. É utilizado no jornal o termo "prescrições medicas" para se referir ao trabalho exercido ali na casa do pajé, entretanto, pode-se entender como uma forma provocativa de referir-se às rezas e garrafadas receitadas pelo mesmo. Além disso, foram apreendidas na casa do Pajé Elias frascos de beberagens, maracás e raízes de plantas para defumação.

A notícia seguinte na mesma página do jornal trazia outra atividade do pajé Elias. O mesmo estava sendo acusado da morte de uma mulher chamada

Etelvina, que havia falecido há cerca de 10 dias, após o pajé ter sido encontrado "medicando" a referida mulher. A notícia dá ênfase que "dizia-se por ali" que o causador da morte de Etelvina teria sido a beberagem receitada pelo pajé e não a sua enfermidade (Folha do Norte, 1897, p. 2).

Diante de ambas as notícias envolvendo a personagem do pajé Elias podemos perceber dois movimentos. O primeiro refere-se à relação das denúncias recebidas pelo subprefeito de Mosqueiro logo após a morte de Etelvina, que colocou o pajé como principal suspeito, o que pode ter instigado a diligência realizada que resultou em sua prisão. E o segundo, também relacionado a morte de Etelvina, mas mesmo com o conhecimento público do possível envolvimento culposo do pajé, a procura por seus serviços ainda acontecia cotidianamente, ou seja, o risco de uso de rezas e beberagens não intimidava a população que procurava por esses serviços, mesmo que não possuísse autorização da "Inspectoria Geral de Hygiene Publica dos Estados-Unidos do Brasil" (A República, 1893, p. 1).

No dia 3 de fevereiro de 1897, foi notícia novamente no jornal Folha do Norte que o pajé Elias já estava posto em liberdade. Ele alegava que curava pessoas a longos anos de enfermidades causadas por feitiços e dizia que acreditava que sua profissão fosse lícita, mas que após sua prisão iria abandoná-la e se dedicar à lavoura. Porém, logo em seguida Elias relata que nunca acreditou nos feitiços ou nos trâmites que o cercavam, como a presença dos caruanas[102] e o uso do cigarro de tauary, ele declara que fazia unicamente para agradar os fregueses mediante o pagamento (Folha do Norte, 1897, p. 2).

A fala do pajé pode ser interpretada como forma de escapar das punições e possíveis futuras perseguições em sua residência, visto que já era de conhecimento público a sua moradia no Chapéu Virado, o que lhe deixava vulnerável às ações da polícia. Para corroborar essa narrativa, Elias denunciou que em Carananduba, ainda em Mosqueiro, havia uma mulher, de nome não identificado, que exercia os "misteres de curandeira". Ele declara que ela atendia

102 De acordo com Raymundo Heraldo Maués, os caruanas são seres encantados que se manifestam no corpo do pajé ou xamã, realizando cantos e bênçãos enquanto o seu receptor permanece inconsciente das atitudes de seu próprio corpo, que passa a responder aos comandos do caruana, conhecido também como "companheiros de fundo", "guias" ou "oiaras". Durante as sessões o pajé pode receber um ou mais caruanas em seu corpo, estes são responsáveis por defumar, benzer e tratar os doentes, após a consulta abandonam o corpo do pajé, deixando inconsciente aos cuidados de seus ajudantes (Maués, 1994, p. 74).

semanalmente muitas pessoas da capital Belém, que buscavam curar-se de "cousa feita" e aprender meios de conseguir dinheiro.

É interessante notar que a clientela atendida pela suposta curandeira deslocava-se da cidade de Belém para o distrito de Mosqueiro em busca de seus trabalhos. Na cidade existiam outros curandeiros conhecidos e que poderiam tratar das queixas desses clientes, mas a preferência desse grupo de pessoas representa uma escolha em específico por seus serviços em detrimento de outros curadores, ou mesmo, em relação ao trabalho dos médicos oficiais e remédios milagrosos, que certamente seriam encontrados nas farmácias da cidade sem a necessidade de percorrer longas distâncias até Mosqueiro. Diante das inúmeras possibilidades de cura, os moradores exerciam sua preferência por aquela que estavam habituados a utilizar e que resolveria suas queixas e moléstias, independentemente da legalidade do procedimento, do profissional que a exercia e da distância necessária para acessá-lo.

Durante a prisão de Elias Pedro dos Santos, somente foram aplicadas multas para ele e para os seus clientes. Mas de acordo com o Código Penal da República de 1890, que estava em vigor no ano de sua prisão, a pena para o crime de curandeirismo variava entre prisão "cellular" de seis meses e multa de 100$ a 500$000. E nos casos em que houvesse morte do enfermo, a pena seria a prisão celular de duração mínima de seis anos e a máxima de vinte e quatro anos. Para a sorte do pajé, não foi comprovada sua culpa na morte de Etelvina, e em relação às suas sessões não houve punição com privação de liberdade.

Cura para "cousa feita" e nos tocantes ao amor

Era quarta-feira, dia 17 de junho de 1896 e iniciava-se uma nova coluna no jornal Folha do Norte intitulada "ICARIAL". Tratava-se de um relato anônimo publicado por um homem sob o pseudônimo de Nourvady, dividido em 14 partes, publicadas em edições distintas no referido jornal. A história segue a narrativa de um "facto hediondo" que aconteceu na cidade de Belém, uma mulher a qual Nourvady chama de Julia cometeu adultério se envolvendo com um imigrante russo fugitivo da polícia.

Entretanto, o marido chamado na história de Luciano, para preservar sua identidade verdadeira, ficou desiludido com as atitudes da moça, atormenta-

do por uma sensação de desânimo e desconfiança devido ao comportamento de sua esposa que parecia distante. Enquanto a mulher, que sofria pela fuga de seu amante, estava em completo desamparo, pois descobrira que estava grávida do fugitivo, o que resultou em seu abandono por parte do marido.

Com a fuga de seu amante, o abandono do marido, a gravidez indesejada e a condenação pública de sua conduta exposta no jornal, Julia não via solução para sua "prostração" e "visiveis melancolias", além de entregar-se aos cuidados de um pajé chamado Procopio. Gabriella, uma leitora da coluna e amiga da moça, compadecia-se com a situação em que Julia se encontrava. Em carta encaminhada ao jornal Folha do Norte, pedia a suspensão da coluna, acreditando que a "infeliz" sofreu demais e que estava punida por seus pecados. Obteve do senhor Nourvady a seguinte resposta.

> Dê me Gabriella suas fidalgas mãos e vamos até á casa do pagé Procopio. Veja em que promiscuidade de gente ignorante e encaxaçada metteu-se sua amiga. O pagé vae cantar, vae tirar-lhe o bixo da barriga, vae abraçal-a, vae fazel-a beber cachaça pela mesma cuia por onde no mesmo momento beberam também meia duzia de negros estupidos e repellentes e outros tantos caboclos asselvajados (Folha do Norte, 30/07/1896, p. 1).

Os periódicos destacavam o uso de bebidas alcoólicas e a presença de negros, mestiços e pobres nos rituais de pajelança como forma de desvalidar esse tipo de saber (Souza; Sarraf-Pacheco, 2021, p. 14). O ato de beber era relacionado com a vagabundagem e com atividades relacionadas à vida noturna. Dentro do discurso apresentado no jornal, que buscava castigar a moça por seu ato infiel, a busca por ajuda ao pajé seria interpretada como pertencente a pessoas "ignorantes, estúpidas e promíscuas", invalidando a credibilidade de sua busca por cura e condenando-a de vez por seus atos.

Na busca por tratar do estado de melancolia de Julia, Procopio buscou ajuda com três conhecidos pajés para ajudá-lo no ritual. São eles Francisco Honório Ribeiro, conhecido como Pirapema da Bocca do Guamá, outro chamado de Mestre Belém e um terceiro que não teve seu nome revelado,

mas sabe-se que residia no Chapéu Virado em Mosqueiro, existindo a possibilidade de ser o já mencionado Pajé Elias, conhecido morador e curador da mesma localidade. Segundo o jornalista, os quatro pajés reuniram-se em um quarto munidos de um galão de cachaça para discutir o melhor tratamento para Julia.

A pajelança tal qual nós conhecemos hoje em dia é formada por um conjunto de elementos advindos tanto de práticas de cura indígenas, como da formação de uma pajelança cabocla misturada com elementos do catolicismo popular e de religiões de matrizes africanas, que em sua composição ritualística possuem elementos semelhantes, como o uso de instrumentos musicais, a presença de plantas e ervas com propriedades curativas, além das rezas e orações com preces aos santos (Santos, 2014, p. 3).

A junção de todos estes elementos é encontrada na descrição de Nourvady sobre a procedência do ritual de cura ao qual Julia foi submetida. A presença de santos do catolicismo e um altar a Cristo podem ser interpretados não somente como uma composição de elementos ritualísticos, mas possivelmente a crença na própria religiosidade. Um coro junto aos pajés acompanhados de instrumentos como violão, rabeca, cavaquinho e uma harmônica seguidos por um cântico suplicando aos santos pelos cuidados da alma. A doença da alma era entendida como aquela que não poderia ser tratada por um médico comum, sendo somente o pajé capaz de tratar tal infortúnio (Santos, 2014, p. 6).

Em 5 de setembro de 1896, novamente aparece o nome de Pirapema nas páginas dos jornais, para referir-se às "altas funções" exercidas pelo mesmo e denunciar o "gabinete de consultas" de Antonio Manoel de Brito (Folha do Norte, 1896, p. 2), preto sexagenario, chamado pela autoridade policial de feiticeiro, sendo sua especialidade no "tocante a amores, junta e separa casais, faz nascer paixões mediante um pagamento". A prisão do mesmo se deu através de um esquema realizado pelo subprefeito da Sé.

> Suppondo-o algum *cliente*, isto é, algum enfermo de amores, Brito recebeu-o com o sorriso nos labios, perguntando-lhe logo: quer esquecel-a ou quer que ella ande atraz de você? Temos aqui esta *garrafada* que custa 10$000 e essa oração de S.

> Marcos que lhe dou por 15$000. O effeito é certo, o que preciso antes é que o amigo se defume (Folha do Norte, 05/09/1896, p. 2).

Assim como pajés, curadores e feiticeiros buscavam meios de se protegerem e preservarem seu local de cura das diligências policiais, realizando atendimentos em dias e horários específicos e mudando-se para lugares distantes quando necessário, os praças e os subprefeitos das chefaturas de polícia encontravam novos meios de prendê-los, seja se disfarçando como clientes ou aguardando na esquina o início dos batuques e da fumaça vindas da defumação.

Veridiano Belém Pereira (Folha do Norte, 1896, p. 2), conhecido pajé, costumava realizar sessões de cura em sua casa todas as noites. Seu público principal eram mulheres que buscavam curar-se de aborrecimentos causados por vizinhos ou aos seus maridos. Durante a realização da sessão em que foi preso, o mesmo tratou de Raymunda Gomes de Souza, tirou dela um gafanhoto morto, garantindo que este era o motivo de sua caruara e do aborrecimento de seu companheiro, e a culpada por tal feitiço era uma mulher residente a rua do Rosario. Essa desejava ver Raymunda definhar juntamente com o gafanhoto até o momento de sua morte.

O uso de insetos e animais como sapos, cobras, galos, coelhos, gatos, dentre outros, pode ter inúmeros propósitos e significados, partindo de uma interação místico-religiosa dentro de um ritual (Neto, 2002, p. 97). Os animais têm suas partes (olhos, unha, pata, asa, casca) usadas como elementos ritualísticos ou o seu próprio sacrifício, juntamente com outros componentes como plantas, rezas e defumações empregadas para invocar ou tratar questões da alma. A junção de todos os ingredientes compõe a "receita" do feitiço, sendo frequentemente associada às religiões de matriz africana (Neto, 2002, p. 97).

Diante disso, era comum o uso desses animais na realização de feitiços, principalmente nos tocantes ao amor ou ao aborrecimento. Uma moça chamada Olivia Teixeira, mulata, após não ter seu amor correspondido por um caixeiro procurou a Sra. D. Fortunata, portuguesa, esta era conhecida por realizar trabalhos de cartomancia e feitiçaria. Para vingar-se por seu amor não correspondido pelo único homem que a rejeitara, apesar de sua beleza, foi aconselhada a fazer um feitiço, a consequência foi divulgada no jornal:

> O resultado d'isto tudo foi ter o pobre caixeiro encontrado hotem um grande sapo morto, com a bocca cosida todo salpicado de *cajurú*, e amarrado n'um fio de uma de suas ceroulas, uma oração, que dizem, é consagrada a S. Marcos [...] Uns dizem: e's um infeliz, has de morrer tão inchado como o sapo. Outros affirmam: no dia em que o sapo ficar pôdre, tu iras para o buraco (Correio Paraense, 05/09/1893, p. 2).

Os feitiços eram encontrados geralmente na porta da casa da pessoa que devia ser atingida e em alguns casos envolviam a utilização de algum de seus pertences. A reação a essa prática mostra tanto o medo em serem vítimas de tal maldade quanto a crença na eficácia de tais feitiços que gerava o medo nas pessoas, não sendo observada em nenhuma das fontes falas ou relatos desacreditando da consequência do feitiço de amor ou de aborrecimento, diferentemente da postura adotada para referir-se aos feitiços para curar doenças do corpo, vistas pelas autoridades policiais como enganação.

Além disso, percebe-se a busca por feitiços de amor como algo aceitável e acessível. No jornal Correio Paraense, foram divulgados alguns feitiços com o intuito de garantir o amor. Na coluna intitulada "Carteira do Repórter", foi publicado o passo-a-passo do "Feitiço do sapo com os olhos cosidos" (Correio Paraense, 1893, p. 2). De acordo com o jornal, tratava-se de um feitiço do livro de São Cipriano. A realização do feitiço é seguida por passar o sapo por baixo do ventre, costurar os olhos, prendê-lo e depois cozinhá-lo. Após isso se diz as palavras:

> Eu, pelo poder de Lucifer, o principe Belzebuth, cosi os teus olhos, o que devia fazer a fulano (dà-se o nome da pessoa) para que elle ou ella não tenha socego nem descanço em parte alguma do mundo sem a minha companhia, e ande cego por todas as mulheres (ou homens). Só unicamente me veja a mim e so a mim tenha o pensamento [...] Fulano aqui estas preso e amarrado sem que vejas sol nem lua emquanto me não amares (Correio Paraense, 05/09/1893, p. 2).

O medo de ser vítima dos feitiços de amor era justamente o receio em ficar em um estado de desorientação e definhar de tristeza pelo resto de sua vida. A presença dos feitiços era tão cotidiana que seu uso era compartilhado como solução para aqueles que não viam outra alternativa para seus problemas. Além de explicar detalhadamente como fazê-los, havia também a precaução com o que não fazer para dar errado e acabar ferindo fisicamente a pessoa a qual o feitiço seria direcionado. Por fim, é visível uma abordagem diferente nos jornais da prática desses rituais: quando realizados pelo pajé ou feiticeiro, são caracterizados como maldade, algo do qual as pessoas deveriam se proteger, se livrar. Mas esses feitiços são divulgados, utilizando de procedimento ritualístico similar com animais, rezas e orações, sem receber qualquer tipo de comentário depreciativo em sua publicação.

Considerações finais

Conclui-se que é evidente nas fontes que não havia uma urgência em tratar-se com os feiticeiros para se curar-se de coisa feita, independente da distância para acessar esses serviços, não passava pelo questionamento de existir ou não esse mal mas sim de querer tratar suas enfermidades com o método de sua escolha. A principal justificativa para a perseguição aos locais de cura está relacionada com a necessidade de sobrepor a cientificidade racional em detrimento do conhecimento ancestral, no que concerne ao saber médico. A presença da pajelança nos primeiros anos da república e até os dias atuais está relacionada com a formação das manifestações de religiosidade, os resquícios da cura indígena atrelados a presença do catolicismo popular e de matriz africana formam um conjunto de elementos importantes para tornar-se intrínseco na sociedade.

Neste trabalho busquei identificar os sujeitos atuantes como curadores e feiticeiros da cidade de Belém, mostrando seus percursos e seus movimentos de proteção, evidenciando o nome dos pajés Elias, Pirapema, Procópio, Mestre Belém, Antonio Manoel, Veridiano e de Dona Fortunata, sujeitos conhecidos em seu tempo e agora reconhecidos nesta pesquisa.

Fontes

Jornal Correio Paraense: Edição 00171/1892. Edição 00150/1892. Edição 00324/1893. Edição 00368/1893. Edição 00448/1893. Edição 00454/1893.

Jornal Folha do norte: Edição 00138/1896. Edição 00249/1896. Edição 00326/1896. Edição 00240/1896. Edição 00319/1896. Edição 00221/1896. Edição 237/1896. Edição 00398/1897. Edição 00399/1897.

Jornal A República: Edição 00428/1891. Edição 900/1893.

Referências

ABREU JÚNIOR, José Maria de Castro. **O Vírus e a cidade:** rastros da gripe espanhola no cotidiano da cidade de Belém (1918). 1 ed. Belém (PA). Paka-Tatu, 2018.

AMARAL, Wherlla Raissa Pereira do. Abolitio Criminis do Crime de Curandeirismo. **Revista Transgressões**, v. 2, n. 1, p. 21-32, 9 fev. 2015.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GOMES, Elane Cristina Rodrigues. Divergências terapêuticas: os esculápios e a medicina científica na cidade de Belém, no final do século XIX e início do XX. ***XXVIII Simpósio Nacional de História.*** Florianópolis, SC. 2015.

HENRIQUE, Márcio Couto. Do índio Passos ao doutor Chernoviz: experiências de cura da lepra no Pará do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinho**, v. 30, e2023027, 2023.

HOBSBAWM, Eric. Feiticeiros e Aprendizes: As Ciências Naturais. *In:* HOBSBAWN, Eric. **A Era dos extremos:** o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Medicinas populares e "pajelança cabocla" na Amazônia. *In:* ALVES, Paulo César., e MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). **Saúde e doença:** um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. 174p.

NETO, Eraldo Medeiros Costa. The ritual use of insects in different socio-cultural contexts. **Sitientibus,** série Ciências Biológicas, v. 2, n. 1/2, 97-103, 2002.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. Senhores da cura: negociações e conflitos no diversificado universo da cura no extremo norte do Brasil (1889-1919). **Histórica - Revista eletrônica do Arquivo Público de São Paulo**, n° 44, Out. 2010.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém:** riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). 3 ed. Belém (PA). Paka-Tatu, 2010.

SANTOS, Tiago Lima. **Pajelança:** religião e sociedade no século XIX e XX. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Agosto de 2014, Natal/RN.

SOUZA, Sergio Roberto Gomes de; SARRAF-PACHECO, Agenor. (Saberes médicos e outras artes de curar na Amazônia: conflitos e ambiguidades. (1890 – 1910). **Jamaxi**, v. 5, n. 1. Jul-Dez, 2021.

SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. **Em busca da cura:** a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas, entre 1889 e 1925. 208f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Estilo historiográfico em E. P. Thompson: uma análise a partir de *Costumes em Comum*

Saulo Artur Cordeiro Leite Julião[103]

Resumo

Neste artigo, realizamos uma breve reflexão sobre a escrita da História desenvolvida pelo autor inglês E. P. Thompson, em sua obra Costumes em comum. Para tanto, faremos uso essencialmente da abordagem do estilo historiográfico proposta por Peter Gay em O estilo na história. O objetivo do presente texto *é* sintetizar pontos centrais da pesquisa desenvolvida em nossa dissertação, tentando delinear os pontos-chaves de cada capítulo com a intenção de, possivelmente, direcionar o leitor deste texto para a leitura integral da pesquisa desenvolvida em nossa formação de mestrado.

Palavras-chave: Estilo; E. P. Thompson; Costumes em comum.

Introdução

Este artigo busca apresentar brevemente alguns desenvolvimentos e conclusões aos quais chegamos por meio da pesquisa desenvolvida em nossa dissertação Estilo historiográfico em E. P. Thompson: uma análise a partir de *Costumes em comum*. Este texto, portanto, é um recorte e um a síntese da mesma dissertação defendida em 2023 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Ceará - Programa de Pós-Gradução em História, Culturas e Espacialidades da Universidade Estadual do Ceará (PPGHCE-UECE).

Nela, buscamos analisar a escrita da história produzida por E. P. Thompson em uma de suas últimas obras, *Costumes em comum*. Como aporte teórico e metodológico essencial, nos apropriamos da noção tripartite de estilo apresentada por Peter Gay em *O estilo na história*. Tal opção deveu-se a nossa

103 Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades da Universidade Estadual do Ceará (PPGHCE-UECE) e servidor efetivo da SEDUC-CE.

percepção de que sua proposta de análise estilística é mais plural e menos determinista que a proposta exposta por Hayden White em *Meta-história* e, ao mesmo tempo, menos generalizante e mais centrada na escrita da História que as abordagens de Paul Ricceur (2011) mais focada em refletir sobre a narrativa de modo geral.

A estrutura de nossa dissertação acompanhou a proposta tripartite de Peter Gay, dividindo-se em capítulos que enfocavam o estilo emocional, o estilo profissional e o estilo literário, sem deixar de compreender, contudo, que esta divisão só serve para fins analítico-didáticos, pois, na concretude da escrita do historiador, são, de fato, inseparáveis se encontrados em uma relação complexa de determinações recíprocas. A seguir, buscamos sintetizar as linhas gerais de cada capítulo da referida dissertação.

Entre a heresia e a tradição: o estilo emocional de E. P. Thompson em *Costumes em comum*

Seguindo a análise tripartite do estilo proposta por Peter Gay, dedicamos nosso capítulo inicial às questões subjetivas e afetivas que perpassam a escrita da História, ou seja, nos dedicamos ao que o historiador mencionado conceituou como estilo emocional.

Para adentrarmos o mundo mais íntimo e pessoal do autor em questão, fizemos uso de bibliografia especializada, optando, sobretudo, por obras cujos autores tiveram algum nível de contato pessoal ou com os arquivos pessoais de E. P. Thompson (Palmer, 1996, Linebaugh, 2014; Efstathiou, 2015).

Facilitou nosso trabalho de crítica bibliográfica o fato de os três autores mencionados analisarem E. P. Thompson através de perspectivas bastante distintas. Mesmo assim, a convergência entre eles é grande em vários pontos, ambos citam, por exemplo, uma faceta essencial e constante da personalidade de E. P. Thompson, seu apreço pela dissidência, ou, nos termos em que o próprio colocou, em *A miséria da teoria*, pela heresia. Ressaltam, também, o apego deste para com uma noção de disciplina vinculada à tradição marxista, que sempre parece figurar como antítese necessária a uma heresia que, sem contrapontos, poderia caminhar para uma atitude meramente niilista ou sectária, afinal, Segundo Palmer (1996), foi o próprio Thompson que assim

descreveu, nos cursos dos anos 1970, os riscos da indisciplina das atitudes contestatórias juvenis:

> A juventude, se deixada à vontade, tende a ficar cabeluda, dormir até a hora do almoço, faltar às aulas, preocupar-se mais com o estilo do que com a consequência de suas ações e cometer diversos pecados de purismo político presunçoso e arrogância intelectual" (Thompson *apud* Palmer, 1996, p. 151).

Percebe-se, portanto, que, para Thompson, a questão da disciplina aparece atrelada à construção de movimentos políticos em que o purismo sectário e o desprendimento juvenil figuravam enquanto elementos políticos dissolventes. Unindo sempre escrita da História e engajamento político, não é de se surpreender que o historiador inglês tenha transportado esse caro tema político para sua escrita da História. Já em *A miséria da teoria*¸ Thompson buscara inserir sua produção histórica em uma forma disciplinada pelas tradições de pesquisa dos historiadores e pela tradição marxista. Desse modo, o autor exaltava a "concepção materialista da História" apontando que: "[...] ela é talvez a mais forte disciplina derivada da tradição marxista". Já com relação à prática científica no geral, defende que esta seria impossível sem a existência de "[...] um tribunal de recursos científico ou disciplinar" (p. 20).

Em *Costumes em comum*, por sua vez, as temáticas da disciplina e da tradição são diretamente abordadas em seis dos oito capítulos da obra, sendo que em todos encontram-se relevantes reflexões sobre ambas as temáticas. No capítulo introdutório, Thompson preocupa-se em redefinir a noção de tradição para vinculá-la aos atos de rebeldia plebeia. No capítulo 2, trata de como a tradição compunha uma argamassa que disciplinava as heterogêneas reivindicações e estratificações plebeias, dando-lhes um caráter de classe mais disciplinado. O capítulo 3 volta-se para o papel do costume como força instituinte de organizações plebeias ligadas à disciplina das relações comunais. Os capítulos 4 e 5 trazem o conhecido debate sobre a economia moral da multidão, que não deixa de ser uma forma tradicional da cultural plebeia voltada a exercer certa disciplina sobre o mercado. No sexto capítulo, por sua vez, temos o influente estudo de Thompson sobre a disciplina de trabalho.

Por fim, os capítulos 8 e 9 dedicam-se ao estudo de caso de formas costumeiras voltadas para a auto-organização e, em alguns casos, autogestão, das comunidades plebeias.

Se tradição e disciplina são temas recorrentes, humor, jocosidade, ironia e abertura herética também o são. Thompson constantemente mostra os limites de suas conceituações e sua narrativa, evidenciando, sempre, que há margens da experiência real que escapam a qualquer disciplina de escrita. Emprega, inclusive, atos irônicos contra si próprio a fim de elucidar que sua narração jamais abarcará a realidade em tudo que lhe é essencial, de modo que narrativas suplementares e mesmo revisionistas sempre serão necessárias. Interessante, nesse sentido, é a passagem que segue:

> Há alguns anos, ingenuamente, acreditei ter descoberto a chave para compreender a realidade dos usos do direito comum nas compilações de costumes do século XVIII ainda existentes, especialmente os regulamentos da aldeia que ainda são promulgados com vigor nos tribunais senhoriais, ou em outras formas de assembleia paroquiana, por todo o século. Criei, então, o hábito de esquadrinhar o fichário e coletar exemplos de regulamentação local, sempre que visitava a repartição de registros civis de um condado. Mas, ai de mim, quando comecei a esboçar o presente ensaio e virei esse saco de notas sobre o chão do meu escritório, eu me vi fitando com perplexidade e desalento essa promíscua respiga de espigas de vários condados. Aprendi pelo menos um pouco de humildade. Pois essa *lex loci*, ela própria apenas um guia parcial à *praxis loci* só adquire significado quando inserida no estudo disciplinado do contexto local (Thompson, 1998, p. 119)

Conforme a citação acima, Thompson pensou, a certa altura, ser capaz de disciplinar, através de sua escrita, as múltiplas experiências plebeias em um denominador comum, contudo, os plebeus lhe enganaram, e seu exaustivo inventário de fontes mostrou-se ser apenas a superfície de uma vasta

complexidade e de usos e costumes que furtivamente não deixavam rastros documentais dos mais claros.

A passagem supracitada, porém, não é a única em que Thompson deixa a complexidade da experiência levar a questão para longe de suas mãos de escritor. Em quase todas a finalizações de seus capítulos, a mesma situação se repete, embora com teor menos autoirônico. Dos oito capítulos de *Costumes em comum*, cinco terminam com a narrativa escapando das mãos do autor, para ser ulteriormente suplementada. A fim de não cansar o leitor, reproduziremos apenas um desses cinco:

> A investigação comparativa do que é "a moral" (quer como norma, quer como estrutura cognitiva) nos ajudará a compreender essas ideias. Ela constitui uma agenda para a pesquisa futura. Seria uma lástima deixar os futuros historiadores sem nada para fazer. De qualquer forma, se eu realmente fui o pai da expressão "economia moral" no discurso acadêmico corrente, o termo há muito tempo esqueceu sua filiação. Não o renego, mas ele já atingiu sua maioridade, e não sou mais responsável por suas ações. Será interessante ver como isso vai continuar (Thompson, 1998, p. 266).

Com esse tom de abertura e uma pitada de humor, Thompson aponta para pesquisas comparativas de teor globalizante sobre a economia moral, tal como os trabalhos de James S. Scott citados antes do trecho destacado. Novamente, Thompson pede por suplementação, pois a experiência é maior do que sua linguagem pode abarcar.

Procedimentos semelhantes, de relativização e abertura de suas próprias conclusões, são encontrados também vastamente espalhadas por todo o corpo do livro. Esses abundantes exemplos foram por nós compreendidos como marcadores discursivos essenciais, que visam criar frestas de abertura para além da narrativa de Thompson, conferindo ar de provisoriedade a sua pesquisa e suas conclusões. Em todos os oito capítulos, deparamo-nos com exemplares desse tipo de demarcação de modo que seria impossível apontar

todos aqui, contudo, convidamos os interassados em conferir a questão em nossa dissertação, especialmente nas páginas 91-93 e 200-204.

Mais indícios da heresia thompsoniana podem ser encontrados em seu gosto por retratar (citando exaustivamente) cenas e imagens jocosas e histriônicas da cultura plebeia. Para mencionar alguns exemplos, temos o simbolismo do nabo (p. 71-72), os insultos femininos (p. 253-255), as cenas dos mercados plebeus espalhadas por todo o capítulo 7 e, claro, as imagens 4, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, ou seja, 19 das 32 imagens que ilustram o livro. Sendo assim, pareceu-nos plausível concluir que a formação política e pessoal de Thompson, intimamente perpassada pela dualidade da disciplina e da heresia, deixou marcas significativas na narrativa de *Costumes em comum*, significativas o bastante para darem, inclusive, certo ar estruturante a todo o livro, além de direcionarem seu olhar para os eventos que ressaltou em meio à vastidão da cultura plebeia.

Entre a totalidade provisória e os fatos ambivalentes: o estilo profissional em *Costumes em comum*

Intimamente conectado ao estilo emocional e, ao mesmo tempo, causa e resultado deste, o estilo profissional, para Peter Gay (1990) conecta-se às concepções de processo histórico e historiografia desenvolvidos em meio à formação sócio-intelectual de um historiador. No caso de E. P. Thompson, é farta a bibliografia especializada (Mattos, 2012) que aponta sua formação em meio aos debates historiográficos da tradição marxista, assim como sua conexão com os autores românticos, e sobre tal conexão também já existem alguns relevantes apontamentos (Löwy; Sayre, 1993).

Em *A miséria da teoria*, é possível perceber a relevância tanto do marxismo e de correntes do Romantismo para a construção das noções de processo histórico e de historiografia. De modo que, revindicando-se adepto da tradição marxista, o autor assim apontava a noção de História dela decorrente:

> Embora os historiadores possam tomar a decisão de selecionar essas evidências, e escrever uma história de aspectos isolados do todo, o objeto real continua unitário. O passado huma-

> no não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionam de certas maneiras (Thompson, 1981, p. 50).

O que fica explícito nessa citação é que o processo histórico é ontologicamente totalizante, daí a necessidade de uma abordagem historiográfica que busque aproximar-se dessa totalidade: o materialismo histórico. Que, conforme o autor, busca aproximar-se de "uma história total da sociedade na qual todas as outras histórias setoriais estão reunidas" (Thompson, 1981, p. 82).

Contudo, Thompson tem ciência de que a historiografia opera apenas enquanto aproximação ao processo real, jamais como reprodução, mesmo que sintética deste. Desse modo, sempre persistem particularidades que escapam a qualquer escrita totalizante. Do mesmo modo, Thompson demonstra ter ciência das contratendências e resistências que se impõem ao processo totalizante real. Desse modo, existe a necessidade de o autor dialogar com uma outra visão da História que não enfatize apenas a totalidade, mas, também, as potencialidades insurgentes e desestabilizantes do particular. Parece vir dessa demanda o diálogo do historiador inglês com o Romantismo e a apresentação da relevância teórica de William Blake por Thompson aparentemente confirma a nossa interpretação:

> Blake nos recorda uma tradição muito antiga, às vezes reputada, outras misteriosa e hermética - frequentemente uma tradição de poetas - que buscava articular modos de apreensão adequados a uma realidade que está sempre em fluxo, em conflito, em decadência e em processo de vir-a-ser. Contra a "visão única" do materialismo mecânico, Blake procurou pensar e conseguiu "estados contrários" coexistentes e casar o céu e o inferno (Thompson, 1981, p. 128).

Dialogar com William Blake para representar adequadamente o fluxo, o conflito, o coexistente, o vir-a-ser, parece-nos que é em nome de uma relati-

vização da totalidade que Thompson (1981, p. 61) busca guarida na tradição romântica, concebendo a totalidade não como "uma 'verdade' teórica acavanda", mas como "um conhecimento em desenvolvimento, muito embora provisório e aproximado", cujo desenvolvimento "se dá tanto na teoria quanto na prática".

Em outras palavras, no próprio processo histórico real, a História tem o caráter ontológico cambiante de uma totalidade provisória, sendo, assim, apenas uma narrativa que conjugue totalização e fluxo é capaz de produzir uma representação aproximada (embora incompleta e cambiante) ao processo histórico concreto.

Como essas noções de processo histórico e historiografia aparecem em *Costumes em comum*? Ao nosso ver, formam o grosso da estrutura do livro, daí as incontáveis idas e vindas de Thompson entre processos totalizantes (a expansão global capitalista, os cercamentos, a cultura plebeia) e particularidades (os usos extremamente locais do comum, a heterogeneidade da plebe inglesa, as particularidades dos costumes plebeus). Daí que Thompson se reporte ao nível da totalização capitalista em termos relativizantes e abertos, apontando-a, como outrora fizera Karl Marx em *Grundrisse*, como uma ou "uma atmosfera especial que define a gravidade específica de tudo que nela se encontra". (Marx *apud* Thompson, 1998, p. 70).

Daí, também, que Thompson ressalte, continuamente, os elementos desordenadores nessa "atmosfera específica", tendo em vista que "o desenvolvimento da consciência social, como o desenvolvimento da mente de um poeta, jamais pode ser, em última análise, planejado" (Thompson, 1998, p. 304). Tal fator não significa que os fatos particulares se agregam à totalização narrativa de modo meramente aditivo, pelo contrário, exige que a narrativa seja repensada e reapresentada na tensão com dado concreto novo, bem como em relação com às ambivalências e ambiguidades que todo dado comporta e das quais o historiador muito dificilmente consegue escapar. Exemplo dessa concepção complexa do fato histórico é a forma um tanto irônica com que Thompson trata uma importante documentação sobre os ritos populares, o levantamento de P. Fortier-Beaulieu sobre a *charivari* na França. Preocupado em quantificar precisamente essa manifestação popular, Fortier-Beaulieu aplicara incansáveis questionários, cuja conclusão fora de que "em 92,5%

dos casos examinados, o motivo do *charivari* era um segundo casamento" (Thompson, 1998, p. 401).

Todavia, a conclusão precisa de Fortier-Beaulieu só era possível ao se passar por cima da ambiguidade das fontes, pois, como aponta Thompson:

> [...] uma resposta (ao questionário) merece citação – uma resposta lançada, talvez, como segunda reflexão: Às vezes, se realiza o "*callabari*" para outras pessoas além de viúvos e viúvas – por exemplo, para os curas, mestres-escolas, funcionários públicos que moram nas aldeias, quando a população tem queixas contra eles". Essa evidência demole a suposta estatística de "92,5%" (Thompson, 1998, p. 405).

Outra vez, portanto (em nosso primeiro tópico apresentamos a narrativa sobre o saco de espigas), o saber local aplica sutis falsetas ao saber disciplinador acadêmico, afinal, o ritual havia passado por processos de renomeação e reorientação em termos de suas funções, todavia, a totalização abstrata e absolutizante promovida por Fortier-Beaulieu não comportava nenhum contraponto particularizante (tal qual o Romantismo para Thompson), sendo assim, o autor cravava uma verdade única e matemática, mas sem impedir que a polifonia e ambivalência das fontes se infiltrasse nela. O fato de Thompson sugerir este ponto mais como uma reflexão que como uma simples resposta, nos leva a crer que o próprio tinha ciência de que sua escrita estava fadada a mesma condição de falibilidade e provisoriedade. Mas, como combinar uma escrita com esses traços com uma escrita marxista em busca da totalidade?

Entre o neoclassicismo e o romantismo: o estilo literário em *Costumes em comum*

Acompanhando novamente o raciocínio estilístico de Peter Gay (1990), temos a situação em que o estilo emocional e o estilo profissional nada são isoladamente, uma vez que só passam a existir de fato quando se materializam sob a forma de um estilo literário, condição que não acontece antes ou depois da formação de aspectos emocionais e profissionais, mas simultaneamente.

Sendo assim, tivemos de nos perguntar quais estratégias de escrita, cosmovisões e técnicas literárias, podem ser empregadas por um historiador cuja ambição (nada modesta) passa por organizar a relação entre disciplina/tradição e heresia/abertura, bem como entre uma totalidade considerada provisória e evidências tidas como ambíguas e ambivalentes.

Buscando responder a tal questão, o *insight* proporcionado por Perry Anderson, em sua obra *Espectro,* foi-nos de enorme importância, haja vista que, para o autor, Thompson desenvolveu, desde os anos 70, pelo menos, um arrojado estilo híbrido que conseguia se apropriar de elementos de uma estética Iluminista e neoclássica ao mesmo tempo em que se inebriava em diálogo com as formulações literárias românticas.

Para analisar como este estilo híbrido se concretizou na escrita de *Costumes em comum*, foi essencial nos apropriarmos de reflexões da crítica literária e da sociologia da cultura. Só assim conseguimos perceber o manejo hábil que Thompson efetua com convenções de um estilo ou outro, por vezes, inclusive, adaptando convenções de estilo às cosmovisões e funções procedentes de outro.

A fim de sintetizar as conclusões as quais chegamos, podemos apontar que os tópicos elencados pelos críticos literários Anatol Rosenfeld e Jacó Guinsburg (2012), como caraterísticas indispensáveis ao estilo literário neoclássico, fazem-se todos presentes na escrita de *Costumes em comum*. Por outro lado, características nevrálgicas do estilo literário romântico apontadas pela estudiosa das relações entre estilo romântico e psicanálise, Inês Loureiro (2002) e pelos sociólogos da cultura Michel Löwy e Robert Sayre (1993, 2021), também nos parecem presentes nesse mesmo livro.

A construção de modelos gerais e tipificações, o desenvolvimento de uma mimese objetivista, o comedimento, a ambição formativa, o apreço pela disciplina intelectual, a normatização, o diálogo com a tradição, assim como a vinculação direta de seu discurso com a razão estão, ao nosso ver, presentes por todos os capítulos de *Costumes em comum*, concretizados, especialmente, sob a maneira descrita por Perry Anderson (2012, p. 214): "Num gesto de mimese, a abundância romântica dá lugar a uma elegância mais econômica, cuja expressão de paixão é mais frequentemente irônica do que filípica".

Parece-nos difícil encontrar termos mais breves para descrever o uso do neoclassicismo em *Costumes em comum*, onde a heterogeneidade dos costumes e a infinita particularidade das práticas plebeias são coadunadas por atos sintéticos que permitem ao autor construir as noções mais generalizáveis de "multidão", "economia moral" ou "cultura plebeia". O segundo capítulo deste livro, por exemplo, nos parece um esforço de síntese gigantesco, pois ali se delineiam os termos gerais, ao menos internamente, do século XVIII inglês, aquilo que Thompson chama de campo de forças entre os patrícios e plebeus, um modo, a nosso ver, flexibilizado de se reportar ao que os marxistas clássicos chamariam de uma formação social com suas especificidades em termos de lutas de classes.

As paixões de E. P. Thompson também nos parecem, em *Costumes em comum*, igualmente ordenadas e, salvo uma ou outra explosão de fúria, o riso mordaz e demolidor visto em *A miséria da teoria* se converte em uma ironia moderada e refinada, bem mais ao gosto de um filósofo Iluminista que de um poeta excêntrico como William Blake. Relembremos, nesse caso, a passagem autoirônica, já citada, sobre o saco de espigas, temos ali uma ironia controlada, com fins de desconfiança não de destruição de todo um sistema de pensamento.

Esse controle e precisão neoclássicos, contudo, se hibridizam com passagens de teor ainda romântico. Perry Anderson (2012), comparando o novo estilo de Thompson a uma passagem metafórica da obra ficcional daquele autor, *The Sykaos Papers* assinalou que: "O clímax antes da destruição da Terra é um idílio em que a razão se torna sexualmente encarnada, quando a heroína prende a estrela em seus braços - num parque arcádico 'criado nos anos 1740' e reformado no começo do século XIX'".

Assim é a escrita neoclássica de Thompson, "criada nos anos 1740", mas "reformada no começo do século XIX" por uma racionalidade emotiva de teor romântico. Daí que o historiador inglês continue empregando suas largas descrições da abundância, bastante românticas e, outrora, características de obras anteriores. A diferença é que, em *Costumes em comum*, a abundância é sempre, depois, arrematada por um sentido mais totalizante, embora uma totalização em suspenso, provisória, que pede suplementação.

Gosto pela abundância, pelo heterogêneo, desejo pela totalidade, mesmo que uma totalidade, a rigor, impossível são as características marcantes, ao menos de uma parcela do movimento romântico, que, conforme analisa Inês Loureiro (2002), demonstram "aguda consciência da fragmentariedade, parcialidade e provisoriedade que acompanham teorização" (p. 287), mas, quase que contraditoriamente, sonham e desejam a totalidade, haja vista que: "é desta ambição que não abdicam os saberes românticos, em seu anseio de totalização, de unificação das disciplinas em direção a um conhecimento uno e completo" (p. 286).

Por fim, gostaríamos de chamar atenção para uma característica central do Romantismo, que, para Michael Löwy e Robert Sayre (1993, 2021), se constituem no componente unificador do movimento romântico em sua imensa amplidão, bem como é o componente basilar de uma cosmovisão romântica.

Se o essencial do Neoclassicismo se conecta à centralidade da razão, para a cosmovisão romântica, a questão central, conforme Michael Löwy e Robert Sayre (1993, 2021), parece residir na radical recusa da modernidade.

Geralmente, essa recusa da modernidade assumirá o ar de uma certa nostalgia pelo passado, e, em alguns casos, o desejo de retorno do passado para que, em um movimento dialético com a contemporaneidade, forme uma nova síntese, onde o melhor do passado e o melhor do hoje se encontrariam preservados. Ora, parece-nos ser exatamente essa visão que marca toda a busca de *Costumes em comum* pela cultura plebeia do século XVIII. Thompson, afinal, declara na obra:

> Isso não poderia até nos preparar para uma época em que se dissolvessem as necessidades e expectativas do capitalismo e do comunismo estatal, permitindo que a natureza humana fosse reconstruída sob uma nova forma? É possível que eu esteja querendo demais. Seria invocar a possibilidade da redescoberta, sob novas formas, de um novo tipo de "consciência costumeira", quando mais uma vez as gerações sucessivas aprendessem umas com as outras: quando as satisfações materiais permanecessem estáveis (se distribuídas de modo mais igualitário), e só

> as satisfações culturais se ampliassem; quando as expectativas atingissem uma situação de equilíbrio permanente dos costumes (Thompson, 1998, p. 23-24).

É essa perspectiva de diálogo temporal entre o presente e o que pode reemergir em formas atualizadas do passado que parecem nortear cada capítulo de *Costumes em comum*. Sua preocupação com formas populares de regulação do mercado, com a inventividade de rituais e costumes que auxiliavam na auto-organização de comunidades plebeias, bem como na instituição e disciplinamento de relações comunais. Tudo isso não poderia ser atualizado nas lutas do presente como contributo à emergência futura de um socialismo organizado e disciplinado pelos de baixo?

Por isso, pensamos encontrar na escrita de Thompson algo muito além do regime de historicidade moderno que marcou o Iluminismo, cultor indubitável da razão, tal como os iluministas, Thompson, todavia, desconfia da razão absoluta da modernidade e se conecta a um outro regime de temporalidade, o regime de historicidade romântico, que foi sintetizado nos seguintes termos por Löwy e Sayre (2021, p. 18):

> A perspectiva romântica, portanto, está em contradição direta com o que foi chamado de "regime moderno de historicidade", baseado na crença na inevitabilidade do "progresso" e na rejeição do passado pré-moderno como "arcaico". [...] Essa sombra (o regime romântico) é justamente sua inversão, uma vez que o passado desprezado pelo regime moderno de historicidade é reivindicado pelo regime romântico, que o invoca para criticar o presente moderno e imaginar o futuro.

A perspectiva de Thompson não nos parece ser outra, conciliar dois estilos, conciliar dois tempos, reimaginar as possibilidades de futuro a partir do passado e, no presente, construir uma nova síntese revolucionária em que a consciência costumeira se encontre com um mundo mais universalista e equitativo.

Conclusões

Nas páginas anteriores, buscamos apresentar, de forma bastante resumida, os pontos centrais abordados em nossa dissertação de mestrado defendida em 2023. Primeiramente, acompanhamos a construção do estilo de Thompson em conexão com sua subjetividade, buscando mostrar o quão caros eram os temas da heresia, da disciplina e da tradição para a sensibilidade pessoal e política desse autor e de que modo fatores como esses acabam por ressoar em sua escrita da História em *Costumes em comum*.

Em um segundo momento, nos dedicamos a sintetizar as relações de Thompson com o pensamento marxista e o movimento romântico, de modo a deixar claro que suas noções de processo histórico e historiografia são construídas em meio a esses diálogos, com claras repercussões, é claro, na elaboração da narrativa histórica de *Costumes em comum*.

Em um terceiro tópico, nos debruçamos sobre o diálogo de Thompson com as formas narrativas, pensadas e repensadas por esse autor a fim de melhor representar a realidade histórica, tal como ele a compreendia. Enfim, parece-nos que a narrativa histórica em *Costumes em comum* gira, em vários ângulos de observação, em torno de costurar, na representação historiográfica, a tensão entre o geral e o particular, às vezes sobre a tensão entre heresia e disciplina, em outros momentos, através da tensão entre totalidade provisória e evidências complexas e, continuadamente, através da tensão entre dois estilos literários, o neoclássico e o romântico.

Referências

ANDERSON, P. **Espectro**: da direita à esquerda no mundo das ideias. São Paulo: Boitempo, 2012.

EFSTATHIOU, C. **E. P. Thompson**: a twentieth century romantic. London: Merlin Press, 2015.

GAY, P. **O estilo na história**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

LINEBAUGH, P. **Stop, Thief!**: the commons, enclosures, and resistance. Oakland, CA: PM Press, 2014.

LOUREIRO, I. **O carvalho e o pinheiro**: Freud e o estilo romântico. São Paulo: Escuta, 2002.

LÖWY, M.; SAYRE, R. **Anticapitalismo romântico e natureza**: o jardim encantado. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

LÖWY, M.; SAYRE, R. **Romantismo e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MATTOS, M. B. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

PALMER, B. D. **Edward Palmer Thompson**: objeções e oposições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

RICOUER, P. **Tempo e narrativa**. (Tomo 1, II e III). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

ROSENFELD, A.; GUINSBURG, J. Um conceito de classicismo. *In*: GUINSBURG, J. (org.). **O classicismo**. São Paulo: Perspectiva, p. 373-376, 2012.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Alimentação e abastecimento no caminho fluvial entre o Grão-Pará e o Mato Grosso (1750-1777)

Vanice Siqueira de Melo[104]

Resumo

Em 1752, após anos de debates entre os membros da coroa portuguesa e a burocracia colonial, a realeza lusa autorizou a navegação fluvial, por meio dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, entre o Estado do Grão-Pará e a recém-criada capitania do Mato Grosso, localizada no Estado do Brasil. Essa medida real explicava-se a partir da necessidade da coroa portuguesa em assegurar e proteger domínios territoriais após a assinatura do Tratado de Madri, firmado em 1750 e fundamentado no princípio do Utis possidetis. Esse caminho fluvial era frequentado por diversos tipos de expedições, como os militares (ou que transportavam produtos bélicos) e as comerciais. Essas viagens duravam meses. Nesse sentido, embora as expedições iniciassem as viagens com alimentos para atender as demandas, durante a viagem era necessário fazer reabastecimentos. A partir de relatos de viajantes, dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo Público do Pará e do Arquivo Público do Mato Grosso, pretende-se apresentar uma reflexão sobre o abastecimento e alimentação das expedições durante as viagens. Observa-se a partir da documentação: como ocorria esse abastecimento nas vilas localizadas no caminho fluvial; quais alimentos consumiam; a diferenciação existente entre os alimentos consumidos no Mato Grosso e no Grão-Pará; e os conflitos e interesses que permeavam a disponibilidade, ou não, dos gêneros alimentícios. Considera-se, então, como garantir a disponibilidade desses alimentos era fundamental para consolidação do caminho fluvial e que essa disponibilidade estava, em algumas situações, relacionada às questões naturais e moradores do Grão-Pará e Mato Grosso.

Palavras-chave: Alimentação; Abastecimento; Grão-Pará; Mato Grosso; *Século XVIII.*

---

104 Doutora em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Docente do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Oeste do Pará. As reflexões presentes nesse texto estão presentes na minha tese de doutorado que desenvolvi com financiamento da bolsa Capes/Produtoral.

Em 1742, um grupo de homens que exercia a atividade mineradora na região que se tornou a capitania do Mato Grosso iniciou uma viagem que alcançou as missões espanholas situadas na margem ocidental do rio Guaporé e, posteriormente, chegou na capitania do Pará, localizada no Estado do Maranhão e Grão-Pará[105], por meio da navegação dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira. Refiro-me a expedição foi comandada pelo Manuel Félix de Lima.

Durante a viagem, quando Manuel Félix de Lima descia o rio Madeira, avistou "algumas marrecas num terreno plano que lhe pareceu areia escura". O mineiro desembarcou para persegui-las e "matando logo três de um tiro" correu para apanhá-las "quando, por desgraça sua, atolando-se até a cintura viu se um pântano seco por cima o que tomara por areia", de onde foi resgatado por um dos escravos que participavam da comitiva (Southey, 1862, p. 430).

A tentativa de captura dos marrecos pelo minerador Félix de Lima explica-se pela necessidade de reabastecer a expedição para alimentar os participantes, embora ele tenha iniciado a viagem com gêneros alimentares. No século XVIII, a viagem entre a capitania do Pará e o Mato Grosso era demorada: o deslocamento do Pará até o Mato Grosso poderia ser realizado em, pelo menos, seis meses; enquanto a viagem do Mato Grosso ao Pará poderia ser feita em, aproximadamente, dois meses (Melo, 2022, p. 151). Uma vez que era uma viagem duradoura, tornava-se imperativo o reabastecimento continuo das expedições durante o trajeto, como o grupo de mineradores fez.

O deslocamento feito pela comitiva liderada pelo Manuel Félix de Lima foi realizada em um período no qual vigorava uma lei, emitida em outubro de 1733, que proibia a abertura de "novos caminhos ou picadas, para quaisquer Minas" descobertas ou que se descobrissem (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 22, D. 2101). De fato, não havia um trânsito de viagens entre o Pará e o Mato Grosso até a expedição feita pelo Félix de Lima. Por isso, o governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará entendeu que os mineradores estavam in-

105 Duas nomenclaturas são usadas no texto: "Estado do Maranhão e Grão-Pará" e "Estado do Grão-Pará e Maranhão" Ambas foram usadas para designar o que atualmente é conhecido, aproximadamente, com a Amazônia. A escolha pelo uso das duas designações é uma opção para referenciar o espaço analisado a partir da maneira pela qual ele era denominado em períodos distintos: para as reflexões que contemplam a primeira metade do XVIII, até 1751, é utilizada a expressão "Estado do Maranhão e Grão-Pará". Quanto a designação "Estado do Grão-Pará e Maranhão" é usada para referenciar o território a partir da segunda metade do século XVIII

cursos na referida lei e que comunicaria ao ouvidor-geral para que procedesse conforme a legislação (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 25, D. 2387).

Após dez anos da viagem feita pelo Manuel Félix de Lima, é que D. José I, rei de Portugal, emitiu uma resolução, em outubro de 1752, na qual permitia "abrir e frequentar" a "comunicação e comercio" entre o Estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso unicamente pelo rio Madeira (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 33, D 3129; Davidson 1970, p. 64). Viabilizar e incentivar a frequência da navegação pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé era percebido pela coroa portuguesa como um meio de assegurar o domínio espacial da área que abrange esses rios, uma vez que esses leitos fluviais eram usados como limites territoriais entre os reinos ibéricos (Melo, 2022, p. 67-83). A preocupação da coroa portuguesa em consolidar a posse territorial fundamentava-se no Tratado de Madri, assinado em 1750, que tinha como um dos princípios o *uti possidetis*, o qual determinava que as partes conservassem o que ocupassem no terreno (Góes Filho, 2015, p. 27).

Pretende-se, então, nesse texto, analisar como ocorria a alimentação e o abastecimento das expedições que percorriam o caminho fluvial formado pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, sobretudo a partir da abertura do caminho fluvial que conectava o Estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso.

As expedições, a alimentação e o abastecimento

A reflexão sobre a colonização portuguesa não deve ser realizada apenas a partir da extração do ouro, diamantes, madeiras e coleta de frutos. É necessário analisar outros elementos e condições físicas, como água potável e alimentos, para nutrir os envolvidos nos processos de ocupação e expedições que se transitavam pelo interior da América portuguesa. O abastecimento dos expedicionários era tão importante quando a segurança (Kettle, 2020, p. 405) e essa preocupação mostra-se nas correspondências trocadas entre os agentes da administração e nas instruções que os governadores recebiam. Nesse sentido, o projeto lusitano de estabelecimento da comunicação fluvial entre o Estado do Grão-Pará e a capitania do Mato Grosso perpassava, também, pela política de garantia de mantimentos aos expedicionários. Percorrer extensas distâncias, por vias fluviais ou terrestres, demandava, frequentemente, a procura

por alimentos que sustentassem aqueles que participavam das expedições que navegavam entre o Estado do Grão-Pará e a Capitania do Mato Grosso.

As expedições iniciavam a viagem para a capitania do Mato Grosso ou para o Estado do Grão-Pará e Maranhão com quantidades de alimentos que eram fornecidos pela Fazenda Real. Arroz, tainhas, farinha, carimã, açúcar, sal, carne seca, vinho, aguardente (do reino e da terra) e tabaco são exemplos de gêneros alimentícios que eram entregues aos expedicionários. Esses alimentos eram transportados em paneiros (cestaria indígena), frascos, potes e em sacos (Borrego, 2020, p. 143).

Após as expedições saírem de porto de Belém, navegavam durante dias pelo Amazonas até chegarem ao Madeira. A viagem era caracterizada pelo pouso em diversos núcleos de povoamento, como as vilas e as fortalezas existentes no caminho, para reabastecer, continuamente, com alimentos. No dia 14 de setembro de 1762, por exemplo, o tenente João de Sampaio, que comandava um destacamento que se dirigia ao Mato Grosso, chegou na vila de Santarém, onde recebeu 462 alqueires de farinha para prosseguira viagem (APEP, Códice 117, fl. 349). Exemplar igualmente dessa perspectiva é o consumo de tartarugas no rio Madeira. No ano de 1765, na vila de Borba, foram preparadas duas canoas "de montaria para pôr no mar as tartarugas e desta sorte não padecer" a comitiva do Antônio Rolim de Moura, que tinha partido do Mato Grosso e descia pelo rio Madeira (APEP, Códice 151, doc. 13, fl. 26).

Embora as expedições iniciassem as viagens com alimentos, durante o deslocamento era preciso recorrer à caça, pesca e coleta de frutos para o provimento da tropa. Por essa razão, as expedições eram aprovisionadas com instrumentos como lanças de pescar, anzóis e arpões para Tambaqui e arpões de tartaruga e peixe-boi, por exemplo. Esses instrumentos de captura dos animais aquáticos apontam como eles eram importantes para o sustento dos expedicionários e como o conhecimento dos indígenas foi essencial na preparação da alimentação dos expedicionários (Kettle, 2020, p. 405).

Uma vez que o abastecimento das expedições que navegavam entre a capitania do Mato Grosso e o estado do Grão-Pará era realizado, também, durante o percurso, o governo colonial necessitava assegurar que haveria o fornecimento de alimentos para os expedicionários no caminho. A administração colonial preocupava-se com o desenvolvimento de roças que seriam usadas no aprovisionamento das tropas.

No mês de novembro de 1752, o governador Mendonça Furtado escreveu aos prelados da capitania do Pará e explicou que "como as demarcações dos Reais Domínios de S.M. se há de ocupar muita gente", necessitava de gêneros e, por isso, deveria ordenar a todos os missionários que das "aldeias que cada um administra" obrigassem aos índios para que, "conforme a família que tiverem", produzissem "um alqueire de farinha por cabeça, à proporção do número das pessoas que tiverem". A farinha deveria "estar pronta do S. João de 1753 por diante". Além disso, deveria recomendar aos indígenas que "cuidem muito em ter grande criação de galinhas, patos, porcos, e toda casta de comestíveis" e que tudo seria financiado pela Fazenda Real (Mendonça, 2005, p. 419-420).

A ordem de dar a farinha por derrama não foi bem recebida por alguns sujeitos. A derrama sobre a produção desse gênero durante o "período missionário" não era aplicada às aldeias e às propriedades eclesiásticas. A partir de meados do século XVIII, como um meio de integrar as aldeias aos objetivos econômicos da administração lusitana, as derramas da farinha começaram a ser feitas com maior frequência. Havia, de fato, uma demanda maior pela farinha de mandioca para abastecer as expedições demarcatórias (Ravena, 1994, p. 110-112).

Mendonça Furtado encontrava-se no Arraial de Mariuá, no rio Negro, quando escreveu para Sebastião José de Carvalho e Melo. Na carta, relatou que o tenente Diogo Antonio mandou "resgatar farinhas para municiar os soldados" e teria sido insultado por um dos religiosos[106] que estavam naquela aldeia "sendo o único fim de toda esta bulha o querer fazer um rigoroso monopólio das farinhas para vender aos homens que vão para o Mato Grosso" (Mendonça, 2005, p. 525-527).

Assim, em Borba, a venda da farinha para as tropas que navegavam entre o Grão-Pará e o Mato Grosso foi permeada por conflitos envolvendo religiosos e a administração portuguesa. Essa contenda envolvendo, de um lado, Mendonça Furtado e o tenente Diogo Antônio e, de outro, os missionários jesuítas, explica-se a partir do conflito entre o governo português e a Companhia de Jesus e manifesta-se na disputa pelo acesso à farinha. Uma vez que as expedições passariam a frequentar o caminho fluvial conectando o Mato

106 Provavelmente, eram os padres Antonio Meisterbourg e Anselmo Eckart que estavam no Madeira.

Grosso e o Grão-Pará, a tentativa do governo lusitano de ter acesso a maiores quantidades de farinha contrariou os religiosos que atuavam na entrada do rio Madeira, pois estariam interessados em vendê-las aos expedicionários que navegavam entre Vila Bela e Belém. Assim, a oficialização da navegação pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, a partir de meados do século XVIII, incentivou o aparecimento de novas demandas, como a do abastecimento, e de sujeitos que procuraram beneficiar-se das novas requisições.

Dependendo do período em que a expedição era realizada, a caça e a pesca tornavam-se inviáveis. A escassez de alimentos fez parte, por exemplo, da expedição comandada pelo sargento Luís Fagundes Machado. A tropa do sargento-mor já navegava pelo Guaporé em direção ao Mato Grosso e quando o ajudante da escolta, Ancieto Francisco de Távora, "que levava a seu cargo os mantimentos com que se assistia aos soldados e índios", comunicou ao Fagundes Machado "que o armazém não se achava com farinha" para atender oito dias de viagem, mesmo "dando-se uma só ração por dia, como já se dava". Alguns mineradores que retornavam do Grão-Pará também apresentaram "a necessidade em que se achavam" e sustentavam sua comitiva apenas "com palmito do mato", que nem sempre era encontrado na área. Havia uma insuficiência de caça e de peixes. Segundo Gonçalves Fonseca, o rio "não ministrava peixe, em razão da cheia que o havia levado para o centro do mato" e "este não contribuía com gênero algum de caça porque alguma que podia haver, se retirava para a terra firme" (Fonseca, 1860, p. 379).

Nesse período, a expedição de Fagundes Machado encontrou alguns indígenas que "saíram do porto da aldeia que se achava a vista". Os indígenas foram até a canoa do comandante Fagundes Machado e os vassalos luso perguntaram eles "se havia alguma farinha de milho e galinhas para vender por anzóis, agulha, velório, etc." e "aceitaram a proposta com alvoroço, e se fizeram na volta de ir buscar os mantimentos mencionados". Como "um índio doméstico do Missionário" e "prático no idioma espanhol, que logo conheceu os mineiros João Leme e seu irmão", disse que viviam nas aldeias "sem faculdade do Padre não venderiam coisa de consideração" (Fonseca, 1860, p. 380).

Por essa razão, José Leme com seu irmão e uma pequena tropa foram à aldeia "negociar mantimentos" e pediram ao padre da aldeia a "faculdade para se negociar com os índios" dela "algum mantimento", pois necessitavam para

prosseguir a viagem. O religioso chamou "o Cacique e o alcaide, e lhes mandou avisassem os aldeões" que vendessem aos mineradores "todo mantimento de que necessitassem" e que "se esquartejasse uma rês", que foi ofertada aos expedicionários. José Leme e os demais retornaram para o porto e "em breve tempo concorreram os aldeões em grande número a fazer venda de aves, farinhas de milho, e frutas". Os expedicionários acreditavam que o fornecimento que conseguiram "poderia chegar até a Ilha Grande", na qual "havia moradores do Mato Grosso, de cujas roças se esperava fazer provimento de milho em grão porquanto a farinha" produzida pelos "aldeões não era bem torrada, e não podia durar sem corrupção todo o resto da viagem" (Fonseca, 1860, p. 385).

Na permuta que essa expedição realizou com os índios das missões castelhanas, um dos alimentos conseguidos pela tropa portuguesa foi o milho, alimento importante para os habitantes de Mojos. Segundo David Block, em Mojos,

> Los cultivos alimentícios tradicionales – yuca, ñame y maíz – siguieron ocupando la mayor parte de las tierras altas ribereñas. Bajo el régimen jesuítico estas plantaciones compartían el espacio con aportes europeos, especialmente el algodón, el cacao y la caña Dulce (Block, 1997, p. 98)

Como lembrou Sérgio Buarque de Holanda, a farinha de milho era muito consumida pelos paulistas também. Inúmeros fatores justificam essa preferência pelo milho: o produto poderia ser cultivado em áreas de serra acima, era transportado com mais facilidade que as ramas de mandioca e produzia frutos, aproximadamente, cinco ou seis meses após o plantio (Holanda, 2017, p. 225).

A aquisição do milho pela tropa que partiu de Belém sinaliza para a mudança no consumo de alimentos das tropas que percorriam o extenso caminho fluvial que comunicava o Mato Grosso ao Estado do Maranhão e Grão-Pará. Uma vez que a tropa do Luís de Fagundes Machado adquiriu milho com os indígenas espanhóis, é possível que o consumo do milho tenha impactado a dieta alimentar dos participantes da tropa e, principalmente, dos indígenas que saíram do Pará.

O milho não era um alimento fundamental na alimentação dos moradores do Estado do Maranhão e Grão-Pará. A farinha de mandioca era basilar nas viagens que percorriam o interior desse Estado. Além disso, a farinha de mandioca fazia parte da cosmologia de muitos povos indígenas, pois representava uma conexão com seus antepassados. Nesse sentido, ainda que existissem roças de milho, a farinha de mandioca era mais importante na cultura alimentar dos indígenas do Estado do Maranhão e Grão-Pará (Chambouleyron, 2020; Cruz, 2011).

O milho, o feijão e o toucinho eram considerados os mantimentos fundamentais para alimentar os expedicionários pelo primeiro da capitania do Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura. Em um oficio que Rolim de Moura encaminhou ao Secretário de Estado Tomé Joaquim da Costa Corte Real explicava que uma das justificativas para o estabelecimento do povoamento Nossa Senhora da Boa Viagem, no Madeira, era facilitar o comércio entre o Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará, pois quando os expedicionários chegavam nesse local estavam "muito faltos de mantimentos pois no Pará não há os que são mais próprios para estas viagens que é a farinha de milho, feijão e toucinho" (AHU, Avulsos do Mato Grosso, Cx. 10, D. 597).

A base alimentar de Vila Bela, segundo Masília Gomes, era composta pelo milho, o feijão, a mandioca e o arroz, dos quais o milho e o feijão eram os mais cultivados. O milho atendia à demanda alimentar dos moradores de Vila Bela, dos animais domésticos e dos que eram utilizados no transporte de pessoas e de mercadorias, como as mulas e os cavalos. Além disso, o milho e o feijão eram produtos que possuíam bom rendimento e de fácil cultivo e beneficiamento (Gomes, 2008, p. 101-110).

Considerações finais

As expedições que viajavam o caminho fluvial que conectava o Estado do Grão-Pará ao Mato Grosso percorriam um extenso caminho fluvial. Esse percurso era heterogêneo. Ao longo dele, era possível encontrar diversos tipos de carnes que compunham a alimentação das tropas. Além disso, ainda que conectada pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, a capitania do Mato Grosso possuía uma cultura alimentar que, ao que tudo indica, não era se-

melhante à do Estado do Grão Pará. Nesse sentido, essa diferenciação, provavelmente, manifestava-se nos provimentos que eram oferecidos às tropas que navegavam entre o Mato Grosso e o Grão-Pará. Ou seja, as tropas que partiam de Vila Bela em direção ao Estado do Grão-Pará, ao que tudo indica, eram abastecidas a partir da cultura alimentar da Capitania do Mato Grosso. Enquanto as tropas que partiam do Estado do Grão-Pará em direção ao Mato Grosso iniciavam a viagem conduzindo, prioritariamente, os alimentos que faziam parte da base alimentar desse Estado, como a farinha de mandioca e o peixe seco.

Fontes

Fontes Impressas

FONSECA, José Gonçalves da. Navegação feita da cidade do Gram Pará até à bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subio às Minas do Mato Grosso por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749, escripta por Jose Gonsalves da Fonseca no mesmo anno. In: ALMEIDA, Candido Mendes de. **Memorias para história do extincto Estado do Maranhão**. Rio de Janeiro: Nova Typographia de J. Paulo Hieldebrandt, 1860, t. II, p. 269-415.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina:** correspondência do governador e capitão-general do estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. Brasília, DF: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005. v. II

SOUTHEY, Robert. **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862. t. v

Arquivo Público do Pará (APEP)

Carta de José Agostinho Denis para o governador do Pará. Borba, 11 de janeiro de 1765. APEP, Códice 151, doc. 13, fl. 26.

Carta de Domingos da Silva Pinheiro para o governador Manoel Bernardo de Melo e Castro. Santarém, 25 de setembro de 1762. APEP, Códice 117, fl. 349.

Arquivo Histórico Ultramarino
Avulsos do Pará

Carta do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V. Belém, 12 de outubro de 1739. AHU, Cx. 22, D. 2101

Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei D. João V. Pará, 24 de fevereiro de 1743. AHU, Cx. 25, D. 2387.

Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. José, sobre a formação de Regimentos Militares para assegurar a comunicação das minas no Rio Tocantins com as vilas da capitania do Pará. Lisboa, 7 de agosto de 1752. AHU, Cx. 33, D. 3129.

Avulsos do Mato Grosso

Ofício do governador António Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila Bela, 23 de dezembro de 1758. AHU, Cx. 10, D. 597

Referências

BLOCK, David. **La cultura reduccional de los llanos de Mojos**: tradición autóctona, empresa jesuítica & política civil, 1660-1880. Sucre, Bolívia: Historia Boliviana, 1997.

BORREGO, Maria Aparecida M.; SANTOS, João Carlos Cândido Silva Libardi. As cargas das canoas: alimentos e artefatos na rota das monções. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira (Org.). **História e alimentação**: Brasil séculos XVI-XXI. Belém: Paka-Tatu, p. 132-157, 2020.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Alimentos, pagamentos e trocas na Amazônia colonial (século XVII e XVIII). *In:* ALGRANTI, Leila Mezan; MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira (Org.). **História e alimentação:** Brasil séculos XVI-XXI. Belém: Paka-Tatu, p. 111-131, 2020.

CRUZ, Roberto Borges da. **Farinha de "pau" e de "guerra":** os usos da farinha de mandioca no extremo norte (1722-1759). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

DAVIDSON, David Michel. **Rivers & empire**: the Madeira route and the incorporation of the Brazilian far west, 1737-1808. 1970. Tese (Doutorado em História), Yale University, EUA, 1970.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas:** um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. Brasília: FUNAG, 2015.

GOMES, Masília Aparecida da Silva. **Produção agrícola e práticas alimentares na fronteira oeste:** Vila Bela da Santíssima Trindade. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia da Letras, 2017.

KETTLE, Wesley Oliveira. Cozinha em movimento: novos sabores na Amazônia colonial. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira (Org.). **História e alimentação**: Brasil séculos XVI-XXI. Belém: Paka-Tatu, p. 397-417, 2020.

MELO, Vanice Siqueira de. **Caminhos fluviais e mobilidade**: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (Séculos XVII e XVIII). 2022 (Tese em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

RAVENA, Nirvia. **Abastecimento:** falta, escassez do "pão ordinário" em vilas e aldeias do Grão-Pará. 1994. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

"Das penas do Purgatório para a salvação eterna": a requisição de altares privilegiados no Rio de Janeiro setecentista

Anne Elise Reis da Paixão[107]

Resumo

A presente comunicação tem como objetivo analisar a requisição de altares privilegiados no Rio de Janeiro no século XVIII e sua relação com a salvação católica e o Purgatório. O altar privilegiado era aquele em que as missas fúnebres ali rezadas confeririam indulgência plenária para as almas. Isso significa que a alma a qual a missa foi intencionada teria suas penas do Purgatório remidas e poderia, então, alcançar a salvação eterna. Para engrandecer um altar como privilegiado, os fiéis deveriam requerer a graça à Cúria Romana. Com a obtenção de um breve apostólico, eles deveriam apresentá-lo em sua diocese para que a graça fosse aceita e validada. O registro de todo esse procedimento pode ser consultado na série "Breves Apostólicos" depositada no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Nesse sentido, buscaremos nessa comunicação apresentar como era feita essa requisição, quem eram os impetrantes dessas graças, quais fiéis poderiam se beneficiar desses altares, além de esclarecer os significados religiosos das missas fúnebres e das indulgências no contexto da salvação das almas e crença no Purgatório no catolicismo moderno.

Palavras-chave: Purgatório; Salvação; Missas pelas almas; Altares privilegiados.

O catolicismo é, sobretudo, uma religião voltada à salvação da alma. No período moderno, as inquietudes relacionadas à morte podem ser verificadas entre os mais diversos rituais e práticas católicas cuja finalidade era garantir a salvação da alma. Nessa comunicação, que resulta da minha pesquisa de doutorado, será analisada a requisição de altares privilegiados no Rio de Ja-

107 Doutora em História pela Universidade Federal do Estado de Rio de Janeiro (2020).

neiro setecentista, buscando apresentar como era feita essa requisição, quem eram os impetrantes dessas graças, quais fiéis poderiam se beneficiar desses altares, além de esclarecer os significados religiosos das missas fúnebres e das indulgências no contexto da salvação das almas e crença no Purgatório no catolicismo moderno.

Para entendermos Purgatório, indulgência e altar privilegiado é preciso compreender o que a instituição eclesiástica denominou como *pecado*. Pecar seria ofender a Deus, transgredir sua lei. O pecado tinha em si dois elementos: a culpa (*culpa*) e a pena (*poena*). A culpa seria tratada no confessionário, momento em que o fiel, arrependido por sua falta, poderia confessar como violou a lei divina. Já a pena seria a punição recebida pelo pecado cometido, aplicada pela Igreja. Estando contrito e tendo cumprido a sua pena, o cristão estaria novamente em harmonia com Deus. Era, então, por meio do sacramento da penitência que o fiel emendava-se com o Senhor (Le Goff, 1995, p. 256).

Os pecados dividiam-se em mortais (graves) ou veniais (menores). As grandezas, quantidades e qualidades dos pecados foram tema de discussão entre os teólogos medievais, tendo variáveis interpretações. O que era certo e ensinado pela Igreja era que o homem é um ser pecador por natureza, sua própria concepção é fruto do pecado original que só seria remido via batismo. Aos novos pecados, a instituição eclesiástica ofereceria os bálsamos para mitigar tais faltas (Casagrande, Vecchio, 2002, p. 348).

Compreender o papel central do pecado na pastoral católica nos permite entender a divisão do além-mundo cristão. Inicialmente, ensinava-se que aqueles que morriam sem pecados, em estado de graça, iriam para o Paraíso. Aos pecadores restava a condenação ao Inferno. Entre o final do século XII e XIII, constrói-se paulatinamente a ideia de *Purgatório*. A confirmação da existência de um lugar denominado "Purgatório" ocorreu durante o I Concílio de Lyon em 1245 (Moreira, 2010, p. 5). Esse seria um terceiro lugar do além-mundo, destinado às almas manchadas por pecados veniais ou penas temporais não remidas em vida. O Purgatório é esse local intermediário de fogo purificador destinado às almas não tão puras para o céu e nem tão maculadas para o Inferno. Controlado por Deus, o Purgatório é uma chance após a morte para as almas, um espaço para cumprirem as penas temporais restantes antes de gozar a glória eterna (Le Goff, 1995, p. 20-21).

Diferentemente do Paraíso e do Inferno, o Purgatório não era eterno, mas sim temporário. As almas ficariam confinadas por um tempo proporcional às penas temporais pendentes de remissão. Dessa maneira, o tempo de encarceramento era pessoal e variável de acordo com cada biografia. Essa purgação poderia ser abreviada por meio do auxílio dos vivos ao realizarem *sufrágios*. Orações, doações e missas em intenção a determinada alma ajudaria a reduzir o tempo de purgação. Criava-se, assim, um laço de solidariedade entre vivos e mortos. As almas do Purgatório nada poderiam fazer para conquistar a salvação, estavam em estado de impotência. Restava apenas contar com a lembrança dos vivos para a execução de sufrágios a fim de encurtar seus tormentos (Campos, 2013, p. 27- 28).

Além dos sufrágios, outra forma de auxiliar uma alma no Purgatório seria através da aplicação de uma indulgência. A indulgência era o perdão das penas decorrentes de um pecado. Como visto, o pecado comportava a culpa e a pena. O cristão precisava se confessar, momento em que teria a culpa absolvida. Sobrava a pena que poderia ser apagada por meio da aquisição de uma indulgência. Entendia-se que tal absolvição era um ato de jurisdição da Igreja. A partir do século XIII, essas relaxações de penas passaram a ser chamadas de *indulgentia* pelos teólogos dominicanos (Shaffern, 1992, p. 367).

Em outras palavras, uma indulgência servia para remir exatamente aquilo que as almas do Purgatório tinham em débito. Entretanto, o Purgatório era um local sob jurisdição divina, estando fora da jurisdição eclesiástica. Há então discussões entre os teólogos sobre a autoridade e jurisdição da Igreja no que toca os mortos e a recepção de indulgências. O papa Inocêncio (1243-1254) confirmou a aplicabilidade dessas graças a uma alma do Purgatório desde que fosse feita alguma boa obra em nome da mesma (Shaffern, 1992, p. 374-375). A primeira indulgência plenária aplicada aos mortos que se tem notícia foi com papa Sisto IV em 1476. Ao doar esmolas em intenção de um defunto, essa alma poderia gozar de uma plenária. Dessa forma, a Igreja poderia aplicar a indulgência por modo de sufrágio, esquivando-se dos impasses jurisdicionais. A partir de então, a instituição eclesiástica aplicou numerosas absolvições às almas, entendendo-as como um complemento aos sufrágios e não como concorrentes aos mesmos (Tingle, 2015, p. 20).

No alvorecer do período moderno, a prática das indulgências estava popularizada entre os fiéis, a ponto dessas graças serem comercializadas como o

perdão de pecados. Para uma religião focada na salvação, calcada numa pastoral do medo, as indulgências facilmente se proliferaram, mas não sem abusos. Numa visão distorcida da concepção inicial do que era indulgência, passa-se a vender então a *salvação* (Delumeau, 2003, p. 564-576, 613-614). A prática das indulgências foi bastante criticada pelos reformadores do século XVI, especialmente Martinho Lutero. O monge via nas indulgências uma maneira fácil dos cristãos alcançarem o perdão, sem que tivesse sido fomentado o amor no coração daquele fiel. Para ele, ajudar o próximo traria muito mais benefícios espirituais do que obter uma indulgência (Lutero, 1987, p. 26).

Ao final do Concílio de Trento, na Sessão XXV em 1563, foi promulgado o *Decreto das Indulgências*. No decreto, reafirma-se a eficácia dessas absolvições, reconhecem-se os abusos cometidos, além da proibição de ganhos indevidos com as indulgências. Os bispos seriam responsáveis por verificar e fiscalizar as indulgências ilícitas em suas dioceses. A partir de então, as indulgências passariam por um maior controle eclesiástico visando conservá-las como um hábito saudável (Sacrosanto..., 1781, p. 485 - 488). Após Trento, a prática das indulgências fica sob a gerência da Cúria Romana, sendo a responsável por dispensar os perdões no mundo católico. As indulgências passam a ser veículos para uma vida mais virtuosa, pois incentivava a participação dos cristãos nos rituais e práticas católicas e fomentava ainda a caridade por meio de boas obras (Tingle, 2015, p. 26, 31-34).

Aqueles que quisessem obter uma indulgência poderiam requisitá-la diretamente à Santa Sé. Uma das formas de aquisição era por meio de um breve apostólico. Esse documento era um ato pontifício utilizado pela instituição eclesiástica para assuntos rápidos e outras súplicas menores (Poncet, 1996, p. 385-387). Para o Rio de Janeiro setecentista, é possível localizar essa documentação por meio da série "Breve apostólicos" depositada no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ). O arquivo dispõe de 66 envelopes que contêm 83 processos para a aquisição de diversas indulgências.[108]

No rol dos perdões a serem pleiteados à Santa Sé estava a indulgência plenária aplicada por modo de sufrágio em altar privilegiado. O grande dife-

108 Nessa comunicação são analisadas as requisições referentes aos altares privilegiados. Demais pedidos de indulgências para visitas às igrejas, porte de objetos religiosos, devoção às 40 horas, entre outras, podem ser consultados no capítulo 2: PAIXÃO, Anne. *No cárcere divino. Purgatório, indulgências e missas pelas almas no Rio de Janeiro setecentista.* Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

rencial de um altar privilegiado era que toda missa fúnebre ali celebrada teria o poder de conceder uma plenária para a alma intencionada. Isso significava que aquela missa, enquanto sufrágio, estaria engrandecida com o perdão das penas temporais, o que seria de grande valia para as almas em purgação. Entre os breves analisados para o Rio de Janeiro colonial, esse foi tipo de indulgência mais requerido. É importante ressaltar que esse tipo de indulgência seria lucrado apenas pelas almas, não sendo um benefício a ser colhido em vida. Assim, podemos observar a preocupação dos vivos com os mortos, em fornecê-los os meios para que se salvassem do fogo purgatório. Essa ação está inserida na prática de bem-morrer, na qual a Igreja Católica ensinava que os cuidados com a morte se iniciavam em vida. Os cristãos deviam levar uma vida sem vícios, praticando a atividade devocional, meditando sobre a morte, redigindo um testamento, entre outras ações. Era desejável que na iminência da morte o fiel estivesse bem aparelhado para morrer conforme os ditames da Igreja (Rodrigues, 2008, p. 255-265). Já morto, sem nenhuma possibilidade de ajudar a si próprio, uma missa fúnebre em altar privilegiado se configurava em um poderoso passo para a salvação.

Para o Rio de Janeiro temos 40 pedidos de altares privilegiados, dos quais 37 tiveram aprovação na Câmara Eclesiástica do Rio de Janeiro. Conforme mencionado, os breves apostólicos eram obtidos diretamente com a Cúria Romana. Entretanto, essa concessão precisava da validação na diocese. É dessa maneira que temos acesso a esses breves, pois esses documentos ficaram sob posse da Câmara Eclesiástica ao serem costurados nos processos para aprovação. Por essa razão, não temos como verificar de que forma os fiéis conseguiram esses breves apostólicos, pois no momento de autuação do processo o documento já estava sob posse do impetrante. Habitualmente, o impetrante – um indivíduo ou um grupo de pessoas, como uma irmandade – apresentava o breve apostólico junto a uma petição, certidão ou algum documento solicitando a validação da indulgência obtida. No decorrer do processo, o breve apostólico era traduzido do latim para o português. Assim, seria de conhecimento as condições impostas pela Santa Sé para a validação daquela graça. Comprovadas as informações, a graça seria validada e seria passado edital.

A princípio, todos poderiam requerer essa graça à Santa Sé. No quadro abaixo, pode-se observar quais foram os impetrantes dos 37 altares privilegiados aprovados.

Quadro 1 - Número de breves apostólicos para altares privilegiados por impetrantes

Impetrantes	Número de breves
Irmandade	21
Ordem Terceira	5
Paróquia	4
Convento	2
Recolhimento	2
Oratório	2
Capela particular	1
Total	37

Fonte: ACMRJ. *Série: Breves apostólicos*, notações: 5, 17, 36A, 50, 52, 89, 93A, 103, 105, 128, 141A, 154, 160, 172, 186, 187, 188, 189, 191, 213, 233, 234, 239, 242, 244, 255, 264, 269, 285, 286, 295, 299, 302, 303, 317.

Ao observar o quadro acima, indica-se que as maiores impetrantes foram as irmandades. Essas eram associações leigas reunidas em torno de uma devoção específica, configurando, assim, um coletivo de fiéis. Penso ser provável que as irmandades, assim como as ordens terceiras e os conventos, tenham sido as principais requisitantes dos altares privilegiados, pois adquirir um breve apostólico deveria ser um procedimento dispendioso. Essas instituições poderiam se organizar financeiramente para pleitear as diversas indulgências que a Santa Sé dispensava, enquanto as paróquias sustentavam-se com as rendas do padroado e de esmolas.

Participar de uma irmandade, para além das atividades confraternais em vida, significava receber, no momento da morte, cuidados especiais fixados nos estatutos dessas associações. Os irmãos defuntos poderiam receber, por exemplo, orações e missas fúnebres custeadas pela própria irmandade. Assim, a existência de um altar privilegiado para essas associações era benéfica espiritualmente, pois auxiliaria seus irmãos defuntos no fogo purgatório, e materialmente, já que a existência de indulgências específicas para esses associados seria um atrativo para a adesão de novos irmãos, o que contribuiria para acrescer mais rendimentos à instituição[109].

109 Estudos mostram como as irmandades buscavam alcançar indulgências como forma de atração para a adesão de novos irmãos, consultar: DESMETTE, Philippe. *Dans Le sillage de la Réforme catholique: les confréries religieuses dans le Nord du diocèse de Cambrai (1559- 1802).* Tese (Doutorado em Filosofia e Letras) - Université Catholique de Louvain, 2005 e FROESCHLÉ-CHOPARD, Marie-Hélène.

Era comum que as irmandades solicitassem que seus altares fossem privilegiados para a celebração de missas fúnebres intencionadas aos seus irmãos. Ou seja, missas fúnebres rezadas naquele altar para uma alma que não pertencia àquela instituição não seriam engrandecidas com uma indulgência, seriam sufrágios convencionais. Dos 37 altares privilegiados aprovados, apenas 10 não tinham restrição a quem a missa fúnebre seria tencionada, seria de usufruto de todo cristão. Os outros 27 altares estavam privilegiados para certas almas, como as dos irmãos, recolhidas, particulares etc. Isso nos mostra como a possibilidade de receber uma indulgência por modo de sufrágio no Rio de Janeiro colonial não era necessariamente um benefício acessível a todos. Ao mesmo tempo, nos revela que não só os fiéis tinham notícias sobre a possibilidade de privilegiar seus altares como também é um indicativo da preocupação que tinham com a salvação, tendo sido essa a forma mais buscada para a obtenção de uma indulgência.

Vejamos um exemplo.

Em 27 de outubro de 1746, os irmãos da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Conceição solicitaram a validação de um breve apostólico para um altar privilegiado na Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Hospício dos Pardos. Apresentaram à Câmara Eclesiástica o breve e uma petição do pároco da freguesia da Candelária.

No texto do breve, o papa Bento XIV informava que:

> Aplicados com paternal caridade ao bem de todos honramos algumas vezes os lugares sagrados com dons espirituais das Indulgências, para que por este meio as almas dos fiéis defuntos possam conseguir os sufrágios dos merecimentos de N. Senhor Jesus Cristo, e de seus santos, e ajudados com eles, *serem levadas pela Divina misericórdia das penas do Purgatório à eterna salvação*. Querendo pois ilustrar com esta especial graça a Igreja da Bem aventurada Virgem Maria da Boa Morte e Conceição da cidade do Rio De Janeiro, e nela semelhante-

Dieu pour tous et Dieu pour soi: Histoire des confréries et de leurs images à l'époque moderne. Paris: L'Harmattan, 2006.

> mente o altar da Confraria intitulada da Boa Morte, e Conceição, até o presente de nenhum modo com semelhante graça enobrecida, confiados na misericórdia de Deus todo poderoso, e na autoridade dos bem aventurados Apóstolos S. Pedro, e S. Paulo concedemos e facultamos que todas as vezes que algum sacerdote secular, ou regular no altar sobredito celebrar missa de defuntos em dia da comemoração dos defuntos, e em cada um dos dias do seu oitavário, e na segunda feira de cada semana por a alma de qualquer Irmão, ou Irmã da dita confraria, que desta vida saíssem em graça de Deus, essa mesma alma lucre do tesouro da Igreja por modo de sufrágio Indulgência, de sorte que, valendo- lhe os merecimentos de N. S. Jesus Cristo, da Bem aventurada Virgem Maria, e de todos os santos, *seja livre das penas do Purgatório*: não obstando quaisquer outras em contrário as presentes letras, que valerão somente por dez anos. Dado em Roma em Santa Maria maior debaixo do anel do Pescador no dia dezessete de março de mil setecentos e quarenta e seis do nosso pontificado ano sexto [grifo meu] (ACMRJ, Série Breves apostólicos, not. 89, f. 3).

No breve, o pontífice expõe a fundamentação teológica para a concessão dessa absolvição, possibilitada pelos merecimentos de Jesus Cristo e seu sacrifício na cruz.[110] É através da imolação de Cristo que os fiéis defuntos poderiam lucrar uma indulgência cujo poder seria o de libertá-las das penas do Purgatório, desencarcerando-as para a salvação eterna no Paraíso. Assim, o texto papal demonstra a vinculação entre as indulgências e a doutrina do Purgatório. Esse como um local de penas após a morte, aquelas como a absolvição dessas penas. As indulgências concedidas após a morte só tomam sentido à luz da crença no Purgatório.

110 Para explicação sobre a fundamentação teológica das indulgências e a distribuição do "Tesouro dos Méritos" consultar: SHAFFERN, Robert W. The Medieval Theology of Indulgences. In: SWANSON, Robert N. (org.). *Promissory Notes on the Treasury of Merits* - Indulgences in Late Medieval Europe. Boston: Brill, 2006.

A missa em altar privilegiado é o veículo desse perdão até as almas. Entretanto, a execução dessas missas deveria respeitar certas condições. A celebração deveria ser destinada a uma única alma, isto é, a cada missa uma determinada alma lucraria essa graça. Não é um perdão para o coletivo das almas do Purgatório, mas sim para uma especificamente. Era necessário também que essa missa ocorresse nos dias estipulados nesse breve: dia de comemoração dos defuntos (02 de novembro), segundas-feiras e os dias do oitavário. Ao analisar os breves apostólicos, notei que tais datas poderiam variar. É possível que os solicitantes da indulgência escolhessem os dias no pleito à Cúria Romana, entretanto não tenho acesso a essa documentação. O que pude notar é que há uma pequena variação nos dias da semana, mas o dia de comemoração dos defuntos e os dias do oitavário são os que mais escolhidos. A partir da década de 1770, pude encontrar breves apostólicos que não restringiam mais os dias da semana e todas as missas fúnebres ali rezadas seriam privilegiadas.[111]

As datas em que os altares estariam privilegiados para a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Conceição são todas ligadas às crenças católicas sobre a morte, um tópico que era evidentemente caro a essa associação leiga. O dia de comemoração dos defuntos compõe o calendário litúrgico logo após a comemoração do dia de todos os santos (01 de novembro). Aquela era uma festividade em que os vivos se lembravam dos que já partiram, reforçando tais laços de solidariedade e realizando sufrágios (Araújo, 2010, p. 109-110). A segunda-feira, por sua vez, seria o dia em que as almas do Purgatório voltavam a sofrer seus tormentos, pois no domingo, dia do Senhor, tais penas eram suspendidas. Dessa maneira, a segunda-feira seria um dia de grande aflição para as encarceradas (Campos, 2013, p. 96-98). Por fim, o oitavário consistia nos oitos dias subsequentes ao falecimento de um indivíduo (Bluteau, 1712- 1728, p. 51).

O breve apostólico supracitado finaliza indicando a validade da graça, que seria de dez anos. Nos breves apostólicos analisados as indulgências tinham prazos variados, sendo algumas concedidas perpetuamente. Essas graças não eram cumulativas no mesmo altar. Nos processos, comumente era preciso confirmar que aquele altar não estava privilegiado em nenhuma outra ocasião. Isso explica o trecho em que o pontífice indica que aquele altar na Igreja

111 Para saber mais sobre as datas em que os altares estavam privilegiados, consultar o quadro 2 em: PAIXÃO, 2022, p. 213.

do Hospício estava "até o presente de nenhum modo com semelhante graça enobrecida". Igualmente, demonstra o cuidado para evitar abusos na prática das indulgências e também o dever das dioceses em verificar se as informações estavam corretas para assim validar a graça pontifícia.

Por tal razão, a Câmara Eclesiástica solicitava informações a fim de conferir não só legitimidade do breve apostólico como também o seu conteúdo. Nos documentos analisados, é possível observar que os impetrantes precisavam comprovar que eram os mesmos a quem o breve apostólico se referia, se o altar mencionado existia, se tinha a imagem do santo no altar, se naquele altar eram celebradas missas fúnebres, entre outros.

Provavelmente buscando se antecipar a essas comprovações, a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Conceição apresentou o breve apostólico juntamente a um documento assinado pelo pároco da Candelária – uma das maiores freguesias do Rio de Janeiro à época e também a igreja matriz da Igreja do Hospício – em que o mesmo atestava serem os ditos irmãos os verdadeiros impetrantes da graça. Certificou também que o benefício seria usufruído pelos irmãos e que o referido altar não tinha nenhuma graça "que ainda dure" (ACMRJ, Série Breves apostólicos, not. 89, f. 4). A partir do exposto pelo pároco, é possível que essa não tenha sido a primeira vez que o referido altar foi privilegiado, poderia se tratar de uma renovação do privilégio.

Os documentos apresentados inicialmente não foram suficientes. Para o provisor ainda não estava tudo provado. Pediu, então, aos irmãos a confirmação de que no altar-mor da igreja estavam as imagens de Nossa Senhora da Boa Morte e da Conceição e que não havia nenhuma outra graça semelhante vigente no momento. Assim, três irmãos foram testemunhar sobre esses pontos. Infelizmente, essa folha no processo se encontra deteriorada, impossibilitando sua leitura completa. Porém, penso que em algum momento os testemunhos se contradisseram, já que o provisor indicou que os impetrantes não eram os mesmos que obtiveram a graça papal. Passados dois dias, mais dois testemunhos foram colhidos e a graça finalmente foi aprovada em 09 de novembro de 1746. Os irmãos receberiam um edital, no qual constariam todas as informações para o funcionamento daquele altar privilegiado, e deveriam pagar as custas do processo.

Esse exemplo da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Conceição é interessante na medida em que nos mostra como somente a conquista de um breve apostólico não significava automaticamente na aprovação do mesmo na diocese. Era preciso uma afiada apuração das informações contidas no documento, contrapondo-as com a realidade local. Por essa razão, penso que uma análise da petição por uma indulgência à Cúria Romana conjugada a esses processos seria muito profícua para avançarmos nos estudos referentes à prática das indulgências.

Nessa breve comunicação, analisamos como a principal forma de indulgência requisitada pelos fiéis do Rio de Janeiro setecentista foi por meio de altares privilegiados. Um perdão de penas que atenderia somente os defuntos, sendo capaz de levar as almas "das penas do Purgatório para a eterna salvação", conforme as palavras de Bento XIV. Igualmente, pudemos observar que a maior parte dos impetrantes dos altares privilegiados foram as associações religiosas, fazendo com que essas graças fossem usufruídas por grupos específicos, ao mesmo tempo em que era um atrativo para a adesão de mais irmãos. Por fim, mostramos como a vinculação das indulgências às missas fúnebres reflete diretamente na crença no Purgatório, materializando-a nos diversos sufrágios cuja finalidade era exclusivamente auxiliar as almas em purgação.

Fontes manuscritas

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ)

Série Breves apostólicos

Notações: 5, 17, 36A, 50, 52, 89, 93A, 103, 105, 128, 141A, 154, 160, 172, 186, 187, 188, 189, 191, 213, 233, 234, 239, 242, 244, 255, 264, 269, 285, 286, 295, 299, 302, 303, 317.

Referências

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas da época moderna. **Comunicação & Cultura**, Lisboa, nº 10, 2010.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino:** aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, vol. 6, 1712 – 1728.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **As irmandades de São Miguel e as almas do purgatório:** culto e iconografia no setecentos mineiro. Belo Horizonte: C/ Arte, 2013.

CASAGRANDE, C., VECCHIO, S. Pecado. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval.** São Paulo: Edusc, v. 2, 2002.

DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo.** A culpabilização no Ocidente (séculos 13-18). São Paulo: Edusc, 2003.

DESMETTE, Philippe. **Dans le sillage de la Réforme catholique:** les confréries religieuses dans le Nord du diocèse de Cambrai (1559-1802). Tese (Doutorado em Filosofia e Letras) - Université Catholique de Louvain, 2005, 832p.

FROESCHLÉ-CHOPARD, Marie-Hélène. **Dieu pour tous et Dieu pour soi:** Histoire des confréries et de leurs images à l'époque moderne. Paris: L'Harmattan, 2006.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório.** Lisboa: Nova Estampa, 1995.

LUTERO, Martinho. **Obras Selecionadas.** Os primórdios – Escritos de 1517 a 1519. São Leopoldo: Editora Sinodal, vol. 1, 1987.

MOREIRA, Isabel. **Heaven's purge.** Purgatory in Late Antiquity. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.

SACROSANTO e **Ecumenico Concilio de Trento Em Latim, e Portuguez...** Lisboa: Officina Patriare de Francisco Luiz Ameno, 1781, t.I, II.

PAIXÃO, Anne. **No cárcere divino.** Purgatório, indulgências e missas pelas almas no Rio de Janeiro setecentista. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

PONCET, Olivier. Secrétairerie des brefs, papauté et curie romaine. Plaidoyer pour une édition. **Mélanges de l'Ecole française de Rome.** Italie et Méditerranée, t. 108, n°1, 1996.

RODRIGUES, Claudia. A arte de *bem morrer* no Rio de Janeiro setecentista. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 24, nº 39, p. 255-272, jan./jun., 2008.

SHAFFERN, Robert W. Learned Discussions of Indulgences for the Dead in the Middle Ages**. Church History**, v. 61, nº. 4, p. 367-381, dez-1992.

SHAFFERN, Robert W. The Medieval Theology of Indulgences. In: SWANSON, Robert N. (Org.). **Promissory Notes on the Treasury of Merits -** Indulgences in Late Medieval Europe. Boston: Brill, 2006.

TINGLE, Elizabeth C. **Indulgences after Luther:** Pardons in Counter-Reformation France, 1520–1720. Londres: Routledge, 2015.

Quando o carcará encontra o super-herói: Arnaldo Albuquerque e as curtições da juventude teresinense na década de 1970

Paulo Neto Souza Araújo[112]

Resumo

Este estudo objetiva investigar a emergência da contracultura em Teresina nos anos 1970, tendo como principal vetor a obra do jovem artista e agitador cultural Arnaldo Albuquerque. Arnaldo pertence a uma geração de jovens, autodenominada Curtinália, que desejava demarcar novas experimentações, estéticas e modas, colocando-se diretamente contra as convenções sociais da época. Essa cultura jovem é aqui percebida como amálgama das experiências vividas na pequena capital piauiense com as influências culturais vindas de outras partes do mundo, por meio da crescente globalização. Para empreender essa análise, utilizamos como principais fontes alguns filmes em formato super-8 produzidos por este grupo, sobretudo as primeiras animações piauienses feitas por Arnaldo Albuquerque, como Carcará, pega, mata e come; Vã-pirações e Mergulho; e a HQ Humor Sangrento, também do mesmo autor. O trabalho é norteado pela História Cultural e discussões nos eixos de juventudes, identidades e imagens, tendo como base autores como Michel Foucault (2006), Peter Burke (2019), Sandra Pesavento (2008), Stuart Hall (2006), Durval Muniz (2011), Leon Kaminski (2022), Edwar Castelo Branco (2005) e Fábio Leonardo Brito (2016).

Palavras-chave: História; Cultura; Juventudes; Super-8; Arnaldo Albuquerque.

Introdução

Nascido na capital piauiense em 1952, Arnaldo Albuquerque foi um dos mais proeminentes agitadores do cenário juvenil teresinense nos anos 1970. Considerado por muitos o primeiro quadrinista e chargista do Piauí, ainda

112 Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI). Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

em 1969 ganha o primeiro lugar no I Salão Municipal de Artes Plásticas de Teresina. Ao longo da década seguinte, publica seus trabalhos em jornais da grande imprensa local, como *O Dia*, e também em periódicos alternativos de Teresina, como o *Gramma*, *O Estado Interessante* e *Boquitas Rouge*, e n'*O Pasquim*, do Rio de Janeiro. Expôs suas obras, organizou e participou de eventos artísticos em Teresina, São Luís, São Paulo e Rio de Janeiro, e recebeu prêmios em alguns deles. Além disso, também atuou na produção de curtas-metragem amadores, tendo sido o câmera de filmes como *O Terror da Vermelha* (1972), de Torquato Neto. Arnaldo também produziu os seus próprios filmes, a maioria com pouco mais de um minuto e alguns sem data de fabricação exata conhecida, mas que pela análise conjunta à outras fontes e testemunhos, podemos considerar terem sido realizados entre os anos 1970 e primeiros anos da década seguinte. Podemos citar os desenhos *Carcará, pega, mata e come* (1976), *Mergulho* (1980) e *Vã-Pirações* (s.d.). Pela primeira delas, é premiado na Argentina em um festival promovido pela embaixada brasileira. Em 1977 publica a primeira história em quadrinhos (HQ) do Piauí, *Humor Sangrento* (1977). Nas décadas seguintes, continua a publicar desenhos em jornais e livros, e recebe homenagens.

Esse breve panorama nos apresenta um sujeito que legou uma vasta obra em quadrinhos, charges, filmes, pinturas, crônicas e performances, sendo um pioneiro na produção de algumas dessas artes no Piauí. Não é à toa, portanto, que um de seus amigos da juventude, Edmar Oliveira, o tenha definido como "o mais genioso e genial de nós" (Oliveira, 2021 (a)). Edmar Oliveira faz referência ao grupo de jovens rebeldes na cidade de Teresina, que costumava se reunir para consumir, produzir e divulgar contracultura. Além de Edmar e Arnaldo, o grupo contava com nomes como Antônio Noronha, Carlos Galvão, Durvalino Couto, Paulo José Cunha, Haroldo Barradas, Xico Pereira, Marcos Igreja, entre outros. Devido à influência e inspiração na figura do jornalista, poeta, compositor e cineasta piauiense Torquato Neto, que chegou a participar das primeiras produções do grupo, estes jovens foram eternizados na história sob a alcunha de "Geração Torquato Neto". Gostavam de experimentar novas tendências e enveredaram por várias maneiras de criar arte, sejam elas textuais, imagéticas, musicais ou corporais. Por meio de seus estilos e comportamentos, buscavam se afastar dos padrões da sociedade, demarcando aquilo que chamavam de *Curtinália*: aqueles interessados em curtir a juventude, a liberdade e as novidades, longe da "caretice" do resto da cidade.

Estudantes universitários e vindos de famílias de classe média, com boa condição financeira e contatos em outras capitais do país, estes jovens tinham maior facilidade de acesso às tendências e expressões artísticas de outras partes do Brasil e do mundo. Dessa forma, com a popularização de novas tecnologias entre as décadas de 1960 e 1970, o grupo do qual Arnaldo fazia parte entrava em sintonia com as modas, os comportamentos, livros, discos e filmes que faziam sucesso entre a juventude em nível global. Ao passo em que essas novidades influem diretamente em suas subjetividades, estimulando a criatividade e novas visões de mundo, também os direcionava cada vez mais para as margens, através da contrariedade aos padrões sociais, do afastamento em relação às gerações anteriores, e da sensação de que a capital e sociedade teresinenses eram limitantes, atrasadas e opressivas com suas aspirações.

Por outro lado, acabavam por negar ainda que pertenciam a algum movimento maior, sobretudo estrangeiro, e reafirmavam sua experiência única enquanto piauienses. Nesse sentido, este trabalho visa compreender esse espectro juvenil que emerge na Teresina dos anos 1970, tendo como base a trajetória e a obra de Arnaldo Albuquerque. Assim, buscamos entender como esses jovens se percebiam diante da mundialização de certos aspectos culturais e da manutenção de sua cultura local. Utilizamos aqui os quadrinhos de *Humor Sangrento* como elementos de análise de maneiras de identificar-se tanto na aceitação quanto na rejeição desse caldeirão que vai do local ao global.

Arnaldo Albuquerque entre as vertigens da pós-modernidade

Nas décadas de 1960 e 1970, tempos da emergência de uma pós-modernidade brasileira (Castelo Branco, 2004), intelectuais e artistas pelo Brasil todo inquietavam-se diante de tamanhas confusões e incertezas no entendimento de seus tempos. As controvérsias não assumiram somente o aspecto temporal, como também espaciais. Nos anos em que a mundialização impõe intercâmbios culturais a ponto de formar-se uma espécie de aldeia global (Castelo Branco, 2004), a cultura nacional via-se diante do estrangeiro. Os tropicalistas, por exemplo, percebiam que entre os ingredientes da geleia geral brasileira, ia-se das "relíquias do Brasil" ao "LP de Sinatra"[113]. No entanto, essas relações eram

113 Trechos da música *Geléia Geral*, composição de Gilberto Gil e Torquato Neto. *In:* GIL, Gilberto; NETO, Torquato. Geléia Geral. *In:* VÁRIOS ARTISTAS. *Tropicália ou Panis et Circensis*. Barueri:

também conflituosas, pelo entendimento de que as tendências "de fora" estavam tomando o espaço daquilo que seria genuinamente "nacional". Em alguns momentos, as revoltas eram explícitas: em 1967, uma marcha contra a guitarra elétrica e em defesa da música nacional frente a uma "americanização" reuniu artistas como Elis Regina, Gilberto Gil e Geraldo Vandré, e ainda assim, alguns destes se renderam a tais influências em suas obras.

Da Tropicália ao Movimento Armorial, do Cinema Novo ao Teatro Oficina, a definição de "brasilidade" se colocava como central (Brito, 2018). Um dos grandes debates que atravessam esses contemporâneos ao se deparar com as manifestações vindas do exterior, essa brasilidade enxergaria ali um semelhante a confraternizar e trocar ideias, ou o diferente, e a partir dele, demarcar a singularidade que os afastaria. Edwar Castelo Branco assim resume essas disputas:

> Mas é certo também que no Brasil, efetivamente, a questão da decodificação das expressões da arte, no período, passará necessariamente pelo confronto entre uma arte engajada, nacionalista e defensora da "pureza" da cultura nacional "contra as forças dissolventes do mercado e da cultura de massas" [...] e uma arte cujo argumento será justamente a deglutição e superação da ilha exótica e tropical representada pela "nação brasileira" (Castelo Branco, 2004, p. 54-55).

Simultaneamente à invenção de uma identidade nacional por estes pensadores, há também o processo de redefinição, e reforço, de identidades regionais. No imaginário nacional, é comum a dicotomia entre um Sul, encabeçado por São Paulo e Rio de Janeiro, metropolitano, avançado, cosmopolita; e um Nordeste-uno, rural, onde ainda residia intocada a "cultura genuinamente brasileira", fundado na saudade e na tradição, sacralizado em figuras como a seca, o sertão, o cangaço e a religiosidade messiânica (Albuquerque Júnior, 2011), que acabam por apagar a multiplicidade de experiências nessa região tão grande. Imagem esta que, de acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior, serve de reação à "globalização do mundo pelas relações sociais e eco-

Philips, 1968. disco sonoro.

nômicas capitalistas, pelos fluxos culturais globais provenientes da modernidade" (2011, p. 90-91).

A Teresina dos anos 1970 curtida por estes jovens é um organismo passando por metamorfoses. Sob signo do desenvolvimentismo conservador do governo militar, a cidade assistia a uma súbita mudança em suas feições, com a construção e reforma de edifícios, avenidas e praças. Soma-se a isso a popularização de bens de consumo e novas tecnologias, a exemplo dos telefones, televisores, carros e câmeras super-8, e com eles, comunicações mais rápidas, novas formas de lazer e informar-se. Programas de TV, cinema, discos e escritos tornaram-se mais acessíveis – mas não completamente a todos os extratos da sociedade – e dessa forma, proporcionavam maiores contatos entre os teresinenses e as modas que se disseminavam pelo Brasil e pelo mundo.

Para muitos, sobretudo os mais velhos, a modernização frenética assustava. Em uma crônica do jornal *O Estado*, um dos principais da capital, reclamava-se que a cidade já não era aquela de outrora: as pessoas já não se sentavam mais na calçada para conversar, preferiam ver televisão; já não se falava mais na folclórica Não-Se-Pode, mas sim da Guerra do Vietnã e ouvia-se rock (O Estado, 1972). A modernidade parecia levar consigo as antigas tradições, histórias e modelos locais de divertimentos e, em contrapartida, trazia em seu lugar assuntos e modas que não pertenciam àquele lugar pacato.

Por outro lado, para muitos jovens, aquelas transformações estavam longe de serem suficientes. Teresina nessa percepção ainda era uma cidade provinciana, e sua população, tão conservadora ao ponto de se incomodar com a escolha de alguns rapazes de manter o cabelo longo. Assim, ao mesmo tempo em que curtiam a cidade, estes jovens sentiam-se sufocados por ela:

> Nós éramos os "cabeludos, hippies, maconheiros" da cidade. O preconceito era muito forte. [...] Todos nós amávamos a cidade, apesar de ela não gostar da gente. Torquato certa vez escreveu, "todo mundo louva sua terra, também vou louvar a minha". [...] Teresina é um moedor de talentos. Alguns dos nossos que por aqui ficaram foram moídos por essa engrenagem tacanha e mesquinha da cidade. **Um Arnaldo Albuquerque, certamente, adoeceu de "Teresina"** (Oliveira, 2021 (b), grifo nosso).

No trecho da entrevista acima, Edmar Oliveira cita Arnaldo Albuquerque como um dos sujeitos mais dilacerados pelo preconceito da cidade aos novos comportamentos da juventude, sucumbindo ao cinza da *Tristeresina*. Arnaldo, assim como outros jovens da geração da qual fazia parte, pode ser observado como sujeito sob as vertigens da pós-modernidade, nas quais "mais as identidades se tornam desvinculadas - desalojadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem 'flutuar livremente'" (Hall, 2006, p. 7). Partindo dessa ótica, em suas obras e em sua vivência pela cidade, é possível vislumbrar conflitos entre o "antigo" e o "moderno", o "tradicional" e a "novidade", o "local" e o "global", conforme será analisado a seguir.

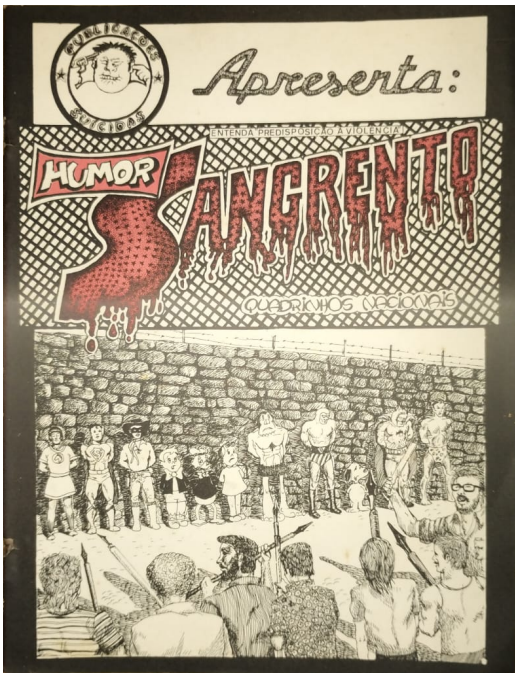
"E isso, afinal, é começo de uma manifestação?"

A obra Arnaldo Albuquerque oferece um interessante panorama para examinarmos a formação dos sujeitos nesses tempos que nos acostumamos a chamar de pós-modernidade, compostos por múltiplas identidades, às vezes aliadas, às vezes contraditórias (Hall, 2006) . Longe de construir um projeto ordenado ou um movimento organizado de definição da cultura em que se inseria, Arnaldo não deixava de se posicionar frente às demandas de sua conjuntura, ainda que, muitas vezes, seja em tom de deboche ou apenas para demarcar uma posição de contrariedade às normas. Imbuído do espírito contracultural que atravessava o Ocidente nos anos 1960 e 1970, nota-se, nas produções do jovem artista, a negação das velhas tradições, manifestos dissonantes dos discursos oficiais, assim como um afastamento de tudo que lembrasse o provincianismo de sua terra-natal. O próprio Arnaldo e sua turma afirmavam essas ideias em suas falas.

Em muitos aspectos vemos isso em seus quadrinhos ao subverter a linguagem padrão desse tipo de arte, experimentam novas possibilidades de contar histórias e debocham dos valores e da moral comuns. Para isso, Arnaldo faz paródias de lendas famosas no imaginário da capital piauiense na série de histórias em quadrinhos *Humor Sangrento*, de 1977. A história do Cabeça-de-cuia é adaptada para os tempos frenéticos de sua contemporaneidade. A urbanidade crescera de tal maneira que avançara para as margens dos rios, destruindo as matas nativas e poluindo o curso das águas, e por consequência, afetando o sustento dos pescadores – peixe agora só tem no mercado, zomba

um personagem –, motivando a revolta e da violência do personagem-título. Já em *Num Se Pode*, Arnaldo usa o termo do título, e nome de uma famosa lenda urbana teresinense, como alegoria da condição feminina na sociedade. Graciete, a protagonista dessas páginas, é uma bela jovem de origem humilde, cuja mãe é criticada pela quantidade de filhos que tem e o pai é um homem muito severo. A moça não liga para os comentários maldosos que fazem sobre ela e deseja aproveitar a vida: exibe seu corpo em concurso de miss e sai sozinha em busca de lazer. Mas também é cercada por olhares e reações masculinas sobre seu corpo: seja o assédio de homens ou o castigo de seu pai por ficar saindo de casa.

Figura 30 - Capa da HQ Humor Sangrento



Fonte: Revista Humor Sangrento, 1977.

Mas a crítica extrapola os limites do seu município e daquela sociedade. Arnaldo Albuquerque em outras páginas da mesma revista parte ainda para o ataque à cultura de massa e aos estrangeirismos que sob essa ótica estariam "invadindo" aquele espaço. Logo na capa de Humor Sangrento (Imagem 01), nos deparamos com personagens marcantes dos quadrinhos e dos desenhos animados americanos – Superman, Batman, Luluzinha, Pato Donald, Zorro – em um

paredão prestes a serem alvejados pela população comum armada de canetas e lideradas pelo próprio autor. Segundo informa o próprio artista em entrevista, ele havia sido um grande leitor de quadrinhos durante a infância, por influência de seu pai (Sem Palavras, 2010). Aquele Arnaldo criança que consumia aqueles personagens, agora, como jovem adulto, está prestes a fuzilá-los.

Utilizando a ironia como linguagem, Arnaldo faz uso de duas das artes mais intrinsecamente ligadas à indústria cultural e ao consumo massificado, os quadrinhos e os filmes, para criticá-las e pervertê-las por dentro.

Figura 31 - Carcará pega, mata e come

Fonte: Revista Humor Sangrento, 1977.

Em *Carcará* (imagem 02), adaptação em quadrinhos do curta animado *Carcará, pega, mata e come*, um carcará – desenhado com a aparência de águia americana – devora um bebê no sertão nordestino, e ainda brinca dizendo tê-lo salvo de diversas doenças e da fome. De repente, o carcará-águia se transforma no super-herói Capitão América, um ser estranho naquele cenário. No momento seguinte, o super-herói encontra uma família local, o garoto da família dá um tiro de estilingue que o mata. O Capitão América vira novamente ave, que vira alimento para essa família.

Arnaldo desenha uma eterna guerra. O elemento americano devora o sertanejo, símbolo da tradição e da identidade local, e em reação, o sertanejo devora o americano. A oposição entre personagens americanos e personagens do imaginário nordestino-piauiense aparece ainda mais explícita em outro quadrinho, cujo trecho é exposto abaixo:

Figura 32 - De como meu herói matou o bandido

Fonte: Revista Humor Sangrento, 1977.

Em *De como meu herói matou o bandido*, vemos uma montagem paralela: de um lado um cangaceiro, figura que Arnaldo adorava (Sem Palavras, 2010), de outro um *cowboy*. Ao final da história, os dois se encontram, e o cangaceiro mata o *cowboy*. O quadrinista inverte a lógica comum no arquétipo dos personagens: o cangaceiro, visto como o criminoso violento, é o herói; enquanto o *cowboy*, herói dos filmes *western*, é o bandido. A diferença entre ambos é ressaltada pelo estilo do desenho, como pode ser observado na imagem 03, o cowboy feito em estilo mais próximo dos quadrinhos comerciais, e o cangaceiro lembrando as xilogravuras e a literatura de cordel. O último diálogo é revelador: a mulher diz "capitão você matou o bandido estrangeiro", e o cangaceiro responde "sim, mas ainda tem muitos ocupando o lugar que por direito é nosso". Arnaldo Albuquerque faz dessas páginas instrumentos de denúncia da interferência e da dominação das artes e da cultura pela indústria estrangeira, sobretudo norte-americana. Logo, de maneira intencional ou não, Arnaldo faz defesa de uma identidade local, reproduzindo imagens comuns ao se pensar o Nordeste e o Piauí: o sertão e o cangaço.

A ideia da singularidade da experiência dessa geração era bastante cara ao grupo de jovens do qual Arnaldo fazia parte. Estes reconheciam-se na diferença e rejeição das normas, dos costumes e do que era comum. Para estes jovens, através de seus experimentalismos artísticos e comportamentais, cria-

va-se "um outro universo de significados e valores, com suas regras próprias" (Pereira, 1992, p. 8).

Ainda, posicionaram-se contra qualquer forma de definição, de tentar colocá-los em caixinhas:

> O verbo encantado nos rotulou (talvez sem nos conhecer) de underground. Foi um lapso. Isto porque nossa paisagem é outra. Nós somos do Piauí e nunca tivemos a menor responsabilidade por tudo mais que acontece neste país — e que tece o mapa geral dos homens de boa vontade desta terra. Constatamos as metáforas, recebemos os reflexos destas todas crises existenciais, existimos em função do já feito (ou quase feito), elaboramos a longo custo o cartaz da cena toda - e agora eis que enfrentamos os mesmos proGRAMMAS. Estão sintonizando? As preferenciais de Teresina são invadidas impunimente, o Piauí ainda possui vates (vates?) que fazem versos tais como —alígera jaçanã do teu jaez —(?)— nossa formação vem mesclada de terço, reza, padre, céu e inferno e os nossos cabelos custaram muito a perder a inibição presa à nuca. E isso, afinal, é começo de uma manifestação? Pois é, é mesmo (Gramma, 1972, p. 2).

O trecho acima é retirado do jornal Gramma, lembrado como primeiro jornal alternativo do Piauí e o primeiro mimeografado, do qual Arnaldo Albuquerque foi um de seus idealizadores. No texto de apresentação do jornal, críticas são feitas em diferentes frentes. Primeiramente, não aceitam serem rotulados como parte de um movimento *underground*. Apesar das inspirações vindas de outros movimentos contraculturais ao redor do mundo "existimos em função do já feito (ou quase feito)", não se reconhecem como parte desses processos. Nesse sentido, ressaltam a especificidade de ser piauiense, vindos de um estado geralmente esquecido nas grandes dinâmicas nacionais e internacionais, "sem a menor responsabilidade pelo que acontece neste país".

A seguir, criticam também o que viam como o tipo de cultura valorizada no Piauí, uma espécie de "alta cultura", de poetas e literatos com suas palavras

rebuscadas. Estes integravam aquilo que chamavam de *Granfinália*, opostos aos jovens da *Curtinália*: as famílias e os intelectuais tradicionais, elitizados, "caretas". Grupos sociais estes, mais conservadores, que viam com maus olhos os "hippies", que se escandalizavam até mesmo com as longas cabeleiras que esses rapazes apresentavam. Assim, pelos quadrinhos de Arnaldo Albuquerque é possível notar que "a ideia de desobedecer e resistir a tudo que era imposto socialmente foi o principal combustível para as produções culturais da Curtinália" (Silva, 2019). Essa desobediência desafia uma cadeia de normas e controles, que vai do cotidiano da teresinense à indústria cultural.

Considerações finais

Segundo o antropólogo italiano Massimo Canevacci, ao colocar-se "contra" as culturas dominantes, a contracultura acabava por inventar uma cultura própria baseada na negação: "por outro lado, esse contra inicial não era mais suficiente e empurrava em direção a um para, ou seja, em direção a projetualidades afirmativas, práticas, cotidianas, de repensar a cultura em termos de total e radical diferença" (Canevacci, 2005, p. 13-14). Apesar dos próprios integrantes do grupo rejeitarem ser encaixados dentro de alguma corrente, acreditamos ser esta a manifestação de uma contracultura piauiense, influenciada por expressões estrangeiras e brasileiras mas com suas características próprias do território onde se desenvolveu. Afinal, ainda em 1972, Theodore Roszak já caracterizava a contracultura pela sua dispersão, múltipla em contextos, sujeitos e expressões, todas em comum tendo em sua essência a contestação juvenil (Roszak, 1972). Ao contrário do que muitos já afirmaram no passado sobre uma espécie de "vazio cultural" nesses tempos, acreditamos ao ver nessas artes, manifestos profundamente políticos, expressadas em táticas cotidianas e à margem dos discursos oficiais.

Em Teresina, uma parcela da juventude que consumia as novidades em discos, filmes, livros e jornais fazia suas contestações pelo micro: comportamentos, modas, experimentalismos artísticos. Arnaldo Albuquerque é um dos principais agentes dessa fenômeno na capital piauiense. Mais ainda, é aquele que instaurou "a maior parte das práticas comportamentais desviantes do grupo" (Brito, 2013, p. 172). Arnaldo era ele mesmo uma instalação, afirma um de seus companheiros ao documentário *Sem Palavras* (2010), unin-

do arte, experimentação e vida em seu corpo. Seus quadrinhos, arte em que fora pioneiro no Piauí, são desenhados a partir de uma estética do deboche (Brito, 2013), que critica e zomba para todos os lados. O confronto, a ironia e a violência permeiam a obra de Arnaldo Albuquerque, e assim produzem rupturas e continuidades com as ideologias, os personagens e as tradições que o envolve no espaço e no tempo. São amostras do quão complexas, plurais e contraditórias podem ser as maneiras de identificação.

Referências

ALBUQUERQUE, Arnaldo. **Humor Sangrento**. Publicações suicidas. Teresina: Corisco: 1977.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. **Torquato Neto e seus contemporâneos**: vivências juvenis, experimentalismo e guerrilha semântica em Teresina. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. **Visionários de um Brasil profundo**: invenções da cultura brasileira em Jomard Muniz de Brito e seus contemporâneos. Teresina: EDUFPI, 2018.

CANEVACCI, Massimo. **Culturas eXtremas**: mutações juvenis nos corpos das metrópoles. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os Dias de Paupéria**: Torquato Neto e uma contra-história da Tropicália. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

GRAMMA. Teresina, n. 1, 1972.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OLIVEIRA, Edmar. **De médico e louco**. Entrevista concedida à Revista Revestrés. 2 de fevereiro de 2021 (a). Disponível em: https://revistarevestres.com.br/entrevista/de-medico-e-louco/ . Acesso em 17/07/2023.

OLIVEIRA, Edmar. Entrevista concedida a Paulo Neto Souza Araújo. Teresina: 23 de julho de 2021 (b).

PEREIRA, Carlos Alberto M. **O que é a contracultura**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ROSZAK, Theodore. **A Contracultura**: Reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil. Petrópolis- RJ: Vozes, 1972.

SEM PALAVRAS. Direção: Bernardo Aurélio, Aristides Oliveira e Meire Fernandes. Teresina: Coletivo Diagonal e Núcleo de Quadrinhos do Piauí, 2010, son., color., 86 min.

TERESINA, antes e agora. **O Estado**. Teresina, 29 de junho de 1972.

SILVA, Stéfany Marquis de Barros. **Venha pra curtir**: aventuras da Curtinália e usos do corpo nos experimentalismos artísticos de Teresina na década de 1970. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

Propaganda política na imprensa paraense: o embate nos jornais *O Liberal* e *Folha do Norte* nas eleições de 1947

Gean da Silva Maia[114]

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a disputa política e eleitoral no Pará nas eleições de 1947 a partir dos periódicos Folha do Norte e O Liberal, bem como compreender a importância de ambos os jornais para os seus respectivos grupos políticos. Para isso, foram analisados artigos, notícias, editoriais e opiniões publicados nesses veículos de comunicação. A imprensa periódica, como um dos principais meios de comunicação da época, desempenhou um papel crucial na formação da opinião pública e na orientação do discurso político. Nesse sentido, a imprensa não é apenas fonte, mas também objeto de pesquisa. Por outro lado, reconhecer o jornal como um agente social ativo, não significa invalidar seu emprego enquanto fonte. A análise desses periódicos revela a disputa política que se iniciou com a ascensão do Militar Magalhães Barata ao poder, tornando-se interventor no estado nomeado por Getúlio Vargas, em decorrência da vitória do movimento de 1930. O embate entre "baratistas" e "antibaratistas" durou até o golpe civil-militar de 1964 e, nas eleições de 1947, envolveu o Partido Social Democrático (PSD), liderado por Barata - coproprietário do jornal O Liberal -, e o Partido Social Progressista (PSP), liderado por Paulo Maranhão, jornalista e redator-chefe da Folha do Norte. O pleito de 1947 foi o segundo ocorrido após a redemocratização de 1945 - com a queda do Estado Novo e o fim do que a historiografia denominou de Era Vargas - e o primeiro no qual o cargo de governador do estado estava em disputa. Isso justifica a escolha do recorte cronológico da pesquisa, que se concentra principalmente em janeiro, mês da eleição. Em conclusão, pode-se afirmar que os esforços da Folha do Norte - o maior jornal do estado à época - para promover os candidatos do PSP, por meio da sua máquina de propaganda, não foi suficiente para fazê-los vencedores do pleito. Tal fato pode ser atribuído à habilidade de O Liberal contra-atacar os ataques desti-

114 Graduado em História (FAHIS/UFPA).

nados ao PSD e propagar melhor as ideias dos seus candidatos. No entanto, a influência e o poder político de Magalhães Barata e seus partidários, construídos desde 1930, foram os principais fatores para o resultado das eleições.

Palavras-chave: Eleições; Folha do Norte; O Liberal.

Introdução

Ao longo da história, a imprensa desempenhou um papel crucial na formação de opinião pública e na promoção de ideias políticas. Nessa perspectiva, o jornalismo desempenha um papel central, sendo uma das principais formas de mediação entre as instituições políticas e a população. No Pará não foi diferente, durante o recorte temporal delimitado pela pesquisa, os jornais analisados refletiram as posições políticas dos proprietários ou editores, e a linha editorial era claramente alinhada com seus respectivos grupos políticos.

Ao utilizar os jornais como fonte, o historiador precisa ter ciência das filiações políticas em que os periódicos estão envolvidos. Rodrigo Santos de Oliveira (2011) aponta que o historiador, ao selecionar o texto jornalístico como sua fonte de pesquisa, deve considerar que sua fonte não é um documento "puro e cristalino que contenha todas as verdades" (De Oliveira, 2011, p. 126). Entretanto, as informações presentes nos jornais não podem ser desprezadas pela análise do pesquisador, pois ela expressa a mentalidade e as tensões dos períodos históricos em que foram produzidas.

As historiadoras Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007) problematizam os usos que os historiadores fazem da imprensa como fonte de pesquisa e propõem avançar na discussão de um repertório de procedimentos teórico-metodológicos para o seu tratamento. As autoras entendem a imprensa como uma força social ativa e propõem uma reflexão sobre sua historicidade a cada conjuntura estudada, "desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe" (Cruz; Peixoto, 2007, p. 258). Isso significa que a imprensa não é apenas um registro passivo de eventos, mas um participante ativo na formação da história. Sendo assim, ao estudar a imprensa, é importante considerar o contexto histórico em que ela estava operando.

Dessa forma, o presente trabalho busca analisar os embates contidos nos jornais *Folha do Norte* e *O Liberal* durante as eleições de 1947. Para isso, foi utilizado uma variedade de documentos, entre os quais, as páginas de ambos jornais durante o mês de janeiro daquele ano – período no qual ocorreu o pleito – e algumas das principais obras da historiografia política paraense. As fontes estão disponíveis, respectivamente, no setor de microfilme da Biblioteca Pública Arthur Viana da Fundação Cultural do Pará – antigo CENTUR – e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A utilização desses periódicos como fonte, a partir da análise de artigos, notícias, editoriais e opiniões nelas publicadas, permite observar o lado político - determinado por interesses econômicos e ideológicos - de ambos os jornais em relação aos partidos e candidatos que concorriam aos cargos políticos do estado.

O contexto das eleições

Com a Segunda Guerra Mundial chegando ao fim, e o aumento das pressões internas e externas para que uma democracia fosse instaurada, as bases autoritárias do Estado Novo perdiam legitimidade nos setores mais influentes da sociedade brasileira. Nesse ambiente de crescente oposição, conforme o historiador Marcos Napolitano (2018, p. 163), Getúlio Vargas tentou realizar uma transição controlada para a democracia. Assim, ainda em fevereiro de 1945, para evitar que a oposição desse o tom da transição política, o governo propôs um novo Código Eleitoral e marcou as eleições para dezembro.

Durante o processo de redemocratização, os diferentes grupos, seja de oposição, seja de aliados de Vargas, passaram a se organizar. Nesse contexto, de acordo com Napolitano (2018, p. 164-165), surgiram os primeiros grandes partidos nacionais, em 7 de abril os grupos antigetulistas criaram a União Democrática Nacional (UDN); em maio a burocracia sindical e previdenciária, fortalecida pela ação do Ministério do Trabalho, fundou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); em julho as interventorias estaduais criaram, com o apoio discreto de Vargas, o Partido Social Democrático (PSD). Para além desses, segundo o Historiador Carlos Fico (2015, p. 22), havia partidos menores, alguns com marca ideológica clara, como o Partido Socialista Brasileiro (PSB) ou outros que atendiam a interesses regionais, como o Partido Social Progressista (PSP).

Por conseguinte, as eleições foram realizadas em 2 de dezembro de 1945 para os cargos de presidente, senador e deputado federal, com a eleição de Eurico Gaspar Dutra para a presidência da República. Pouco mais de um ano depois, no dia 19 de janeiro de 1947, ocorreram as eleições para os cargos de governador, senador, suplente de senador e deputado estadual. Esta segunda eleição que a pesquisa se propõe a analisar, na qual era disputado o cargo mais importante do estado.

No Pará, corroborando a tese de que os interventores fundaram o PSD, Magalhães Barata[115] é responsável por estruturar o partido a nível estadual. Além do PSD, outro partido de grande importância no cenário local foi o PSP, sua força deve-se a nomes da política paraense como Zacarias de Assunção[116] e Paulo Maranhão[117]. Assim, para o cargo de governador, as candidaturas postas foram de Moura Carvalho (PSD), Zacarias de Assunção (PSP) e Prisco dos Santos (UDN), enquanto que, para o cargo de Senador, colocaram-se em disputa Augusto Meira (PSD) e Paulo Maranhão (PSP), e para a suplência de Senador concorreram Acilino de Leão Rodrigues (PSD) e Benedito de Castro Frade (PSP). A candidatura de Moura Carvalho se deu em função da proibição das candidaturas dos ex-interventores, com isso Barata ficou impedido de concorrer:

> Tendo sido declarados inelegíveis os interventores federais que haviam exercido o cargo até 29 de outubro de 1945, com o manifesto objetivo de enfraquecer a forca política dos *getulistas,* o senador Magalhaes Barata não pode candidatar-se ao governo. Porém, o candidato do PSD, Luis Geolas de Moura Carvalho, major do Exército, deputado federal eleito em 1945 (Petit, 2003, p. 129).

115 Joaquim de Magalhães Cardoso Barata nasceu em Belém do Pará, no dia 2 de junho de 1888. Em 1924, juntou-se ao movimento tenentista. Foi Interventor federal no Pará de 1930 a 1935 e 1943 a 1945. Foi eleito senador em 1945 e governador em 1950. Faleceu em Belém no dia 29 de maio de 1959.

116 Alexandre Zacarias de Assunção nasceu no Rio de Janeiro, no dia 19 de janeiro de 1895. Em 1924, juntou-se ao movimento tenentista. Foi Interventor federal no Pará de 1945 a 1946. Foi eleito governador em 1950 e senador em 1958. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de agosto de 1981. Quanto a grafia do seu nome, optou-se, no presente trabalho, por escrevê-la na normal atual, sem o "p" mudo, exceto no caso das citações diretas das fontes do jornal *Folha do Norte*, optando pela grafia da época, ou seja, "Assumpção".

117 João Paulo de Albuquerque Maranhão nasceu em Belém no dia 11 de abril de 1872. Em 1896 começou a trabalhar na *Folha do Norte*, jornal no qual permaneceria durante toda sua vida e adquirido por ele em 1919. Foi deputado federal pelo Pará entre 1924 e 1930 e 1951 e 1955.

As disputas políticas durante o período democrático de 1946-1964 se caracterizaram pelo antagonismo entre dois blocos políticos: o PSD, liderado por Barata; e a Coligação Democrática Paraense (CDP), composta por vários partidos de diferentes espectros ideológicos. A exceção foi o apoio do PTB, por decisão do diretório nacional, à candidatura de Barata, em 1955, e à Aurélio do Carmo, em 1960 (VEIGA, 2018, P. 33). A disputa política entre baratistas e coligados chegava a assumir clima de guerra, o relato do jornalista Linomar Bahia no livro de memórias do ex-governador Aurélio do Carmo (PSD) exemplifica esse cenário:

> [...] as duas correntes antagônicas guardavam sistemática distância entre si, inclusive nos bares e cafés que frequentavam, uns no "Café Manduca" (a oposição), na esquina da travessa Campos Sales com a rua 13 de Maio, e, os outros, na "Confeitaria Palace", (os baratistas) na esquina da travessa Frutuoso Guimarães com a rua João Alfredo. Eram os pontos preferidos das reuniões e articulações político-eleitorais dos respectivos grupos frequentados por jornalistas, que se dividam entre as correntes para recolher suas notícias. Havia os espiões de ambos os lados, registrando a história, muitos sopapos e, até, tiros, para selar desavenças (Bahia, 2008, p. 35-36).

No dia 20 de setembro de 1946, os integrantes da bancada paraense do PSD no Congresso Nacional enviaram um telegrama para Moura Carvalho. Segundo Carlos Rocque (2006, p. 598), o conteúdo do telegrama informava que ele havia sido escolhido, por unanimidade, para ser o candidato do partido ao posto de governador nas próximas eleições. O telegrama foi assinado pelos senadores Magalhães Barata e Álvaro Adolfo, e pelos deputados Lameira Bittencourt, João Botelho, Aníbal Duarte, Nelson Parijós e José Ribas.

Além disso, no momento em que estavam encerrando os trabalhos da Constituição de 1946, Moura Carvalho recebera outro telegrama, contendo as mesmas assinaturas, no qual diziam ter estima e confiança no "querido amigo e leal companheiro, sempre presente em seus espíritos e corações, na

inabalável identidade de sentimento e ideal que os irmanava, na vigilante defesa da causa sagrada de estremecida terra e seu nobre povo" (*Ibid.*, p. 599). Tal fato demonstra a coesão interna entre os pessedistas em relação ao nome de Moura Carvalho para concorrer o pleito.

O general Zacarias de Assunção, principal adversário do candidato do PSD, foi lançado pelo PSP, em de 15 de novembro, durante a convenção do partido – presidida por Deodoro de Mendonça – realizada na residência de Abelardo Conduru, localizada na avenida Nazaré, esquina com a Joaquim Nabuco (*Ibid.*, p. 605). A homologação da candidatura de Zacarias de Assunção, tal como a de Moura Carvalho, foi aprovada por unanimidade pelos seus correligionários.

Perante a esse cenário, com o início de uma nova ordem democrática, ambos os grupos políticos buscavam ampliar sua força eleitoral e espalhar suas ideias. Com esse objetivo, os líderes do PSD fundaram o jornal *O Liberal*. Enquanto que o grupo vinculado ao PSP já possuía um veículo de comunicação a seu favor, a *Folha do Norte*, o maior jornal de Belém à época e que, desde 1933, fazia oposição ferrenha a Magalhães Barata.

Uma breve história dos jornais *Folha do Norte* e *O Liberal*

A *Folha do Norte* fundada em 1896, por Enéas Martins, "seria depois a principal arma político-jornalística de Lauro Sodré e do PRF" (Petit, 2022, p. 188). No mesmo ano, Paulo Maranhão começou trabalhar como revisor no jornal, tornando-se, posteriormente, redator-chefe do órgão. Exercendo essa função, fez oposição ao governo de Augusto Montenegro (1901-1909), do Partido Republicano do Pará (PRP) apoiado por Antônio Lemos, intendente de Belém e proprietário do jornal *A Província*. Eneias Martins devido às perseguições políticas transferiu-se para o estado do Amazonas, onde se elegeu deputado federal, e passou a propriedade da *Folha do Norte* a Cipriano Santos. Paulo Maranhão foi mantido como redator-chefe do jornal.

No dia 24 de outubro de 1930, após ser confirmado o triunfo da revolução[118] na maioria dos estados do país com a renúncia do presidente Washin-

118 Aqui não entraremos no debate acerca da denominação de revolução para o levante civil-militar ocorrido em 1930.

gton Luís, "populares de Belém", exigindo a renúncia do governador, Eurico Vale, e atacando os inimigos da revolução, depredaram a redação de vários jornais, entre os quais, o *Correio do Pará*, *O Imparcial* e a própria *Folha do Norte* (Petit, 2022, p. 190). Tal episódio era apenas o início da disputa política que perduraria, em solo paraense, até 1964.

É importante destacar que, apesar de este não ter sido o objetivo principal na fundação do jornal, a *Folha do Norte*, especialmente na diretoria de Paulo Maranhão, foi um importante meio de comunicação política no Pará durante a primeira metade do século XX. Como observa o historiador Pere Petit, "Paulo Maranhão sempre vinculou a sua profissão como jornalista e empresário à sua carreira política e manteve a tradição de fazer da *Folha do Norte* uma arma política contra os seus opositores" (*Ibid.*, p. 195).

Paulo Maranhão dirige a *Folha do Norte* até a sua morte em 17 abril de 1966, tendo dedicado 71 anos de sua vida ao jornal. Em seguida, seu filho, Clovis Maranhão, assume a direção. Posteriormente, em 27 de junho de 1973, Romulo Maiorana adquire o jornal, dando nova estrutura e feição jornalística, permitindo que circulasse por mais um ano, para em seguida, em 1974, tirá-lo de circulação.

No dia 15 de novembro de 1946 era lançada a primeira edição do vespertino *O Liberal*, fundado como órgão do PSD para que o grupo político de Magalhães Barata tivesse um veículo de comunicação que fosse capaz de confrontar a campanha contra eles proferida pela *Folha do Norte*. A redação do jornal estava localizada na praça D. Macedo Costa n° 4, em frente à Central de Polícia. A direção era composta por Lindolfo Mesquita, como redator-chefe, Paulo Eleutério Filho, secretário de redação, e João Camargo, ocupando o cargo de gerente (Rocque, 2006, p. 602).

Para além dos fatos citados, a melhor maneira de ilustrar o aspecto político de *O Liberal* é observando a sua primeira composição acionária, em um total de 400, os primeiros acionistas foram:

> Magalhães Barata - 10 ações; Alberto Engelhard - 10; Lameiras Bittencourt - 10; Alvaro Adolfo da Silveira - 25; Octávio Meira - 20; Clementino Lisboa - 25; José Ribas - 20; Lindolfo Mesquita - 2; Joao Baltazar - 100; Otávio Oliva

> - 20; Cunha Coimbra - 5; Santino Ribeiro - 5; Ney Peixoto - 3; Moura Carvalho - 3; Maurício Coelho de Souza - 1; Manoel Figueiredo - 2; Azevedo Ribeiro - 5; Synval Coutinho - 5; Antônio Teixeira Gueiros - 5; Waldir Bouhid - 6; Pedro Guaramiaba - 3; Joaquim de Magalhães - 3; João Menezes - 2; Luiz Direito - 5; Mário Correia - 5; Joana Mota (esposa do Castanheira) - 10; Eneas Barbosa - 15; Alvaro Guimarães - 10; Raymundo Farah - 10; Manuel L. Maués - 5; Francisco Maria Bordalo - 10 Felipe Farah - 10; Olga N. Ferraz - 5; Nagib Homci - 20 (*Ibidem*, p. 604).

Com o golpe civil-militar de 1964, e a diminuição do poder político dos baratistas, o PSD decide vender, em 1965, o jornal *O Liberal* para o engenheiro Ocyr Proença. Em seguida, no ano de 1966, o empresário e jornalista Romulo Maiorana, adquire o jornal, que passara a integrar um conglomerado de mídia - formado pelo canal televisão e rádios locais - de Maiorana, atualmente o maior do estado.

O embate político nos periódicos

Utilizando como referencial teórico, para a análise, os escritos de Cruz e Peixoto (2007) acerca de como tratar as publicações na imprensa, é importante se atentar para a composição do projeto gráfico/editorial da publicação que está sendo analisada. Nesse sentido, a análise volta-se para a organização e distribuição de conteúdos nas diversas partes e seções no interior do jornal como, por exemplo, a localização delas, as funções editoriais a elas atribuídas e seus modos de articulação e expressão:

> [...] - as capas e primeiras páginas: funcionam como vitrine da publicação que, por meio de "chamadas" de matérias, fotos, manchetes e slogans, indicam ênfase em determinados temas e questões; - partes e cadernos: propõem uma diferenciação, hierarquização e ângulos de abordagem dos conteúdos - cadernos especiais

> e suplementos**:** indicam a emergência de ou novos campos temáticos, a secundarização de conteúdos ou ainda a abertura de espaço para interesses de grupos específicos; - edições comemorativas**:** indicam movimentos explícitos de produção e atualização de memórias; - seções diversas**:** editoriais, parte noticiosa e reportagens, artigos da redação, carta de leitores, anúncios denotam uma articulação específica dos "conteúdos" ao projeto gráfico/editorial [...] (Cruz; Peixoto, 2007, p. 262).

Em relação à estrutura discursiva, ambos os jornais utilizavam estratégias variadas para fazer propaganda do seu candidato. A *Folha do Norte*, ao fazer uma publicação no dia 1 de janeiro de 1947, desejando felicitações ao povo paraense pelo ano novo, consegue pautar assuntos relacionados à eleição no texto, apresentando a candidatura de Zacarias de Assunção como uma solução para os problemas do estado:

> Na hora em que o povo paraense comunga das alegrias e das esperanças que o Ano Novo desperta, abrindo-lhe horizontes de prosperidades e de paz, a nossa confiança de filhos desta grande terra, tão rica, mas imensamente torturada pelos que, como govêrno, não lhe souberam compreender os anseios, transformando-a em palco de violência, de jogatina, de prostituição e de fome, é a mesma de quando apresentamos ao eleitorado livre do Pará o nome do ínclito general Alexandre Zacarias de Assumpção, que não é uma bandeira de partido, mas oportuna inspiração de angústia, resignadamente sofrida nos lares remediados e suportada entre lágrimas pelas pobres onde definhe uma geração de brasileiros novos a quem tudo se nega ou dificulta: desde a assistência médica ao cuidado pela formação (Folha do Norte, 01 jan. 1947, p. 1).

É importante observar que a matéria veiculada trata a escolha de votar em Assumpção não como uma questão partidária, mas como uma questão de

competência, que resolver as angústias do povo paraense. Na mesma página e no mesmo dia, havia uma matéria com críticas ao sistema de impostos do Pará, em seguida, colocava parte do programa de governo de Zacarias que abordava a revisão do modelo de tributário do estado:

> [...] o Governo do Pará, nos últimos anos tem aumentado ou mesmo inventado impostos de maneira inábil e contraproducente. Desobedecendo a Constituição que proíbe a bitributação, [...]. E nada mais nada menos que o Imposto de vendas e consignações cobrado sob outro nome apenas para que possa pertencer ao Estado e outro ao Município. [...] enquanto os pequenos comerciantes e produtores permanecem sufocados sob uma escorchante política tributária. [...] O tributo excessivo desanima o comércio e a produção, retrai o capital e leva os contribuintes ao encarecimento, à desconfiança e à evasão. [...] O general Zacarias de Assumpção programou uma rigorosa revisão nos impostos do Estado. Não poderá extingui-los, é lógico. Mas poderá eliminar o que neles houver de ilegal e restringir os demais a proporções dentro das quais sem empobrecer o Poder Público, [...] – (Do Comitê das Oposições Coligadas) (*Ibid.*).

Por outro lado, *O Liberal*, na edição de 2 de janeiro - não encontrei no arquivo a edição do dia 1 -, utilizava a estratégia de considerar a vitória do PSD como inevitável, colocando na manchete em letras maiúsculas "em pról de uma vitória iniludivel e certa" (O Liberal, 02 jan. 1947, p. 1). Além disso, cumpria o que propunha como órgão do PSD, sempre exaltando o partido, "o major Moura Carvalho percorre o Baixo Amazonas desfraldando a bandeira gloriosa do P.S.D" (*Ibid.*). Vejamos outro trecho:

> Em sua vitoriosa excursão aos vários municípios da região das Ilhas, chegarão hoje pelo vapor "União", que está sendo aguardado a todo momento, os Exmos. Srs. Senador Magalhães Barata e Major Moura de Carvalho, futuro

> Governador do Pará, que chefiando a brilhante "Caravana da Vitória", acabam de percorrer todos aqueles municípios em missão de Propagando do Partido Social Democrático (*Ibid.*).

Além de exaltar os comícios realizados pelos candidatos do PSD, *O Liberal*, frequentemente, utilizava-se da estratégia de deslegitimar os eventos dos candidatos do PSP. Naquela mesma edição de 2 de janeiro, o jornal, na sua página 4, retratava a excursão do PSP ocorrido na Vila de Porto Salvo, como sendo um fracasso. Talvez não tenha acontecido daquela forma como foi retratado, porém, isso demonstra a cobertura do jornal em relação aos adversários, inclusive, utilizando-se de xingamentos e termos depreciativos. Na manchete "um comício gozado em Porto Salvo" (*Ibidem*, p. 4), vejamos uma parte da notícia:

> A aprasivel Vila de Porto Salvo, no município da Vigia, teve o desprazer de receber uma comitiva de propaganda pró - Zacarias Assunção, chefiada pelos proceres: Vicente Cidade, vulgo "Trocador de cavalo"; Juvencio Baltazar Monteiro, vulgo "Papa pedra"; Raimundo Meireles, vulgo "Mucura dágua"; Nadico Pinto, vulgo " Urubú chorão" e Osvaldino Silva, vulgo "Viúva Alegre". [...] Entretanto, o povo de Porto Salvo não se apercebeu da caravana e os proceres viraram bonecos de papelão. O "Viuva Alegre", não encontrando quem o quisesse ouvir, rasgou o grande discurso e acabou comendo-o feito macarrão (*Ibid.)*.

Tal como fazia *O Liberal*, a *Folha do Norte* não hesitava em demonstrar apoio aos candidatos do PSP em suas manchetes, apesar de haver publicações mostrando os nomes de candidatos de outros partidos antibaratistas, como a UDN. Também aparece líderes do PTB expondo suas ideias, muitos se utilizavam da grande estrutura do jornal para expor suas propagandas. Nas páginas 3 e 4 daquela mesma edição de 1 de janeiro apareciam, respectivamente, manchetes como "Candidatos às eleições de 19 de janeiro de 1947 - Partido Social Progressista" (Folha do Norte, 01 jan. 1947, p. 3) e "Candidatos às

eleições de 19 de janeiro de 1947 - União Democrática Nacional" (*Ibid.*, p. 4). Nas páginas consultadas não havia anúncios apresentando o nome de candidatos de qualquer agremiação que tivesse alguma ligação com os baratistas.

Ainda utilizando das concepções de Cruz e Peixoto (2007), com a primeira análise e a percepção que essas questões direcionam, também é necessário examinar outras dimensões da publicação, relacionadas às suas formas de criação e disseminação, concebidas como um processo social e não apenas técnico, que nos conduzem aos grupos criadores, aos leitores e às redes de comunicação que se formam ali. Nesse sentido, "proprietários, diretores, redatores e colaboradores indicam a constituição dos grupos produtores, enquanto força social que orienta e propõe o projeto político do periódico" (Cruz; Peixoto, 2007, p. 263).

> É no processo de produção da publicação que o grupo se constitui enquanto agente ativo, constituindo ao mesmo tempo aliados e adversários. Essa compreensão torna pertinente perguntar *quem fala* e com que credenciais, em defesa de que projetos e com quais alianças (*Ibid.*).

Um dos temas recorrentes nos jornais no mês de janeiro foi o apoio do PCB a Moura Carvalho, o que "provocou sérios atritos entre o PSD, especialmente com Magalhães Barata, e a Hierarquia da Igreja Católica no Pará, que fizeram campanha, através da Liga Eleitoral Católica (LEC) contra Moura Carvalho" (Petit, 2003, p. 130). Tal fato foi aproveitado pela *Folha do Norte* para atacar o PSD e seus candidatos, principalmente a candidatura de Moura Carvalho.

Além de tentar associar o candidato do PSD ao "Comunismo materialista ateu", o jornal de Paulo Maranhão mostrava o candidato do PSP como um representante da fé católica. Vejamos um trecho matéria na qual Zacarias de Assunção responde a consulta da LEC: "'A religião católica sempre norteou a minha formação moral', proclama desassombradamente o futuro governador constitucional do Pará" (Folha do Norte, 12 jan. 1947, p. 1). Na edição de 19 de janeiro, dia da votação, a *Folha do Norte*, ao utilizar matérias do jornal católico *A Palavra*, dizia que o comunismo estava em torno da aliança de Moura Carvalho:

> Em seu número de hoje, cuja circulação se iniciou ôntem, a "A Palavra", órgão da Igreja paraense, publicou as duas Notas Oficiais da Liga Eleitoral Católica, a primeira das quais esclarece a situação dos candidatos a governador do Estado e à Assembléia Legislativa, inscritos pelo P. S. D. em face do pacto firmado com os comunistas, recomendando ao eleitorado os nomes dignos do voto cristão no pleito de hoje. São ainda daquele brilhante órgão da imprensa, e cuja transcrição julgamos oportuna, os conceitos abaixo, sob o título OS COMUNISTAS SE FIZERAM BARATISTAS. Hoje, no Pará, o P. S. D. e o P. C. B. se confundem na defesa da mesma causa e ideais. Se os católicos não podiam votar no P. C. B. hoje não poderão votar no P. S. D. (Folha do Norte, 19 jan. 1947, p. 1).

Como órgão do partido, *O Liberal*, naturalmente, fazia a defesa do PSD. Na edição de 9 de janeiro publicou "O P.S.D. Sempre esteve com a Igreja, Deputado Padre Medeiros Neto afirma, conforme verificou pessoalmente, que toda bancada paraense do P.S.D. votou contra a emenda pró-divórcio" (O Liberal, 09 jan. 1947, p. 1). Chegou ao ponto de Magalhães Barata - três dias antes da eleição - na edição do dia 15 de janeiro, publicar no *O Liberal* uma carta ao povo paraense:

> Os meus adversários políticos, destacadamente os do P. S. P., como vão ser derrotados nas urnas pelo P. S. D, que eu chefio, estão lançando mão de todos os recursos da Intriga e da mentira para me Incompatibilizarem com o elemento católico da minha terra natal. Esse objetivo dos meus adversários desleais não será entretanto atingido, porque todo mundo neste Estado e fora dele, sabe perfeitamente que eu não sou comunista e nem simpático ao comunismo, visto tratar-se de um partido, sucursal do Partido Comunista Russo, portanto partido estrangeiro, que não tem religião, combatendo as Igrejas, especialmente a Igreja Católica. O P. S. D, nesta campanha eleitoral, não tem aliança,

> combinação ou compromisso com quem quer que seja, especialmente com qualquer partido político. O P. S. D., que eu chefio, é partido forte, organizado, ter eleitores para vencer na certa; não necessitando das muletas de qualquer partido. Em 3 de dezembro de 1945 já o provamos. Mas qualquer dos partidos, legitimamente organizados e com atividades nesta terra, seja o Trabalhista, seja o Comunista, seja o Udenista ou mesmo esse fracassado e ridículo P. S. P. se quizer votar no candidato do Partido Social Democrático, pode fazê-lo, no uso do direito que a lei lhe concede e eu não posso impedir que o façam. E se o fizerem, não podem se dulgar, amanhã, com direito a qualquer pretensão, pleitear qualquer interesse ou compensação pela atitude que tomarem. Destruo, assim, em poucas palavras, essa vil e covarde intriga que vem sendo assoalhada nela imprensa e pelo rádio de que o Partido Social Democrático, Secção do Pará, que obedece a minha orientação, tenha entrado em qualquer combinação, acordo ou conchavo com os comunistas, no intuito de obter votos para a candidatura do Major Moura Carvalho o qual, no governo, só tem obrigações para com o P. S. D., cujo programa adotou e vai executar, como governo nesta nossa terra. E nada mais, senhores chefes de Partido sem eleitores, que, para suprir vossa falta, vos revelais habeis e ardilosos na mentira e no engodo. (O Liberal, 15 jan. 1947, p. 1).

Contudo, o jornal *O Liberal* não era útil apenas para defender os candidatos do PSD, era utilizado, também, para atacar os adversários. Um dia antes do pleito, na edição de 18 de janeiro, o periódico pessedista publicou uma matéria na qual um suposto informante do jornal afirmava que Zacarias de Assunção nunca havia sido católico, "é positivista e sua candidatura patrocinada pelos Maçons Abelardo Condurú e Deodoro Mendonça" (O Liberal, 18 jan. 1947, p. 1).

> Um nosso informante, que conhece de longa data o Sr. Zacarias Assunção, recentemente chegado do Rio de Janeiro, esteve nesta redação para comunicar-nos saber que aquele cidadão não é nunca foi católico, pois, é positivista, não sendo casado no católico e não tendo nenhum de seus filhos batizado na religião católica romana (*Ibid.*).

Na edição de 20 de janeiro, um dia após o pleito, *O Liberal*, após os resultados parciais da apuração das urnas, publicou "Moura Carvalho Será O Governador. Os Primeiros resultados Das Eleições De Ontem, As Urnas Abertas Pela Manhã De Hoje Demonstram Que O P.S.D Venceu Em Toda A Linha. O candidato de Magalhães Barata é O Mais Votado!" (O Liberal, 20 jan. 1947, p. 1). Naquele instante, às 11h:30min da manhã, Moura Carvalho estava com 506 votos contra 82 de Zacarias de Assunção. Na segunda página, o periódico pessedista cravou "O Eleitorado Católico repeliu altivamente a insidia dos nossos adversários" (*Ibid.*, p. 2).

Considerações Finais

Após a análise de algumas edições da *Folha do Norte* e de *O Liberal* publicadas ao longo do mês de janeiro de 1947, constata-se que ambos os jornais utilizavam estratégias discursivas pautadas no: Endosso a Candidatos, tentativa de endossar os candidatos abertamente ou partidos, destacando suas qualidades e propostas; Críticas aos Oponentes, criticavam de forma contundente os adversários políticos; Enfatização de Temas Relevantes, ambos enfatizam certos temas, questões ou problemas, para influenciar a agenda política e a percepção do eleitorado; Entrevistas, publicavam entrevistas de candidatos para moldar a imagem pública e destacar suas realizações. Editoriais e Artigos de Opinião, usavam editoriais e artigos de opinião para expressar o ponto de vista da publicação sobre questões políticas específicas. Ademais, não era raro nas páginas, xingamentos e acusações de um ao outro de casos de corrupção.

Na disputa entre Moura Carvalho x Zacarias de Assunção, o pessedista levou a melhor. Como demonstram os dados eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (2008, p. 18-19), o Major Moura Carvalho foi eleito governa-

dor do estado com 68.302 votos, enquanto Zacaria de Assunção, seu principal adversário, obteve 46.427, e Prisco Santos apenas 3.441. Para o Senado, o PSD também saiu vencedor com José Augusto Meira Dantas ao obter 68.040 votos, derrotando Paulo Maranhão que recebeu 45.243. Além disso, os pessedistas ganharam a suplência do Senado com Acilino de Leão Rodrigues que teve 67.200 votos contra 21.260 de Benedito de Castro Frade do PSP.

Para além das eleições para o governo do Estado e para o Senado Federal, o PSD de um total de 37 Cadeiras na Assembleia Legislativa, elegeu 23 deputados estaduais, entre os quais Lindolfo Marques Mesquita, que obteve 2.124 votos, e João Camargo, com uma votação de 2.026, redator-chefe e gerente de *O Liberal* respectivamente. O restante das vagas foi dividido entre o PSP, com 9 deputados, a UDN, com 2, o PTB, com 2, e o PCB com apenas 1 (*Ibid.*, p. 19-20-21).

Portanto, nessas eleições, pode-se dizer que a *Folha do Norte*, o maior jornal do estado à época, não conseguiu, mesmo utilizando sua máquina de propaganda, fazer dos candidatos do PSP vencedores do pleito. Nesse contexto, tal fato pode ser entendido como uma capacidade de *O Liberal* contra-atacar os ataques destinados ao PSD e propagar as ideias dos seus candidatos. No entanto, compreendo principalmente como resultado da influência e da força política de Magalhães Barata e seus partidários construída desde 1930.

Referências

Fontes

Folha do Norte. Belém, 01 de janeiro de 1947.

Folha do Norte. Belém, 05 de janeiro de 1947.

Folha do Norte. Belém, 12 de janeiro de 1947.

Folha do Norte. Belém, 19 de janeiro de 1947.

O Liberal. Belém, 02 de janeiro de 1947.

O Liberal. Belém, 09 de janeiro de 1947.

O Liberal. Belém, 15 de janeiro de 1947.

O Liberal. Belém, 18 de janeiro de 1947.

Referências

BAHIA, Linomar. **Aurélio do Carmo:** Lembranças que valem a pena lembrar**.** Editora Alves, 2008.

CRUZ, Heloisa de Faria Cruz & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, nº 35, p. 253-270, 2007.

DE OLIVEIRA, Rodrigo Santos. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). **Historiæ**, v. 2, n. 3, p. 125-142, 2011.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo:** da morte de Vargas aos dias atuais. Editora Contexto, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República:** da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. 2018.

PETIT, Pere. **Chão de promessas:** elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Editora Paka-Tatu, 2003.

PETIT, Pere. Jornais de Belém e as disputas político-eleitorais no Pará (1889-1992). *In:* César Augusto (Org.). **Histórias Impressas**: imprensa e periodismo na Região Norte – 1930-1988. Manaus: Valer, p. 185-212, 2022.

ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata:** o homem, a lenda, o político. Secult-PA, 2006.

TRE/PA. **Resultado das Eleições Gerais no Pará (1945-2006)**. Belém, 2008.

VEIGA, Edir. **Competição política no Pará - 1930-2014:** atores, partidos e eleições. Universidade Federal do Pará, 2018.

A voz do luto: enunciações críticas acerca do ritual funerário Terno das Almas de Igatu (Chapada Diamantina-Bahia)

Ana Luisa Dias Lauria[119]

Resumo

Argumentar em favor da produtividade ritualística relativa ao Terno das Almas (ato devocional durante o qual, na quaresma, vivos dedicam orações aos mortos, cuja finalidade é alívio das dores purgatoriais) é reconhecê-lo como um modo de gestão inclusivo do luto por promover uma linguagem na qual subjazem técnicas discursivas que amparam os enlutados em uma rede social de sujeitos aquém e além túmulo. Nesse entendimento, A Voz do Luto debruça-se sobre a produção de saberes fúnebres deflagrada pela execução do Terno. Para tanto, a apreensão do repertório e de uma pedagogia sobre os mortos e o morrer será captada, com especial ênfase, a partir de um evento específico ocorrido ao longo da pesquisa de campo: a visitação ao cemitério dos bexiguentos. Erguido acima do perímetro urbano da vila de Igatu, o local fora predestinado ao enterro de pessoas acometidas pela varíola nas primeiras décadas do século XX. O medo coletivo em relação ao contágio fez com que um espaço para os sepultamentos, afastado do convívio citadino, fosse edificado com vista à contenção epidêmica. Durante a procissão no ano de 2017, o coletivo que protagoniza o Terno foi ao cemitério em questão para entoar sufrágios pelo refrigério das aflições das almas. A partir desse episódio, por conseguinte, se seguirá uma análise referente ao fluxo memorialístico retido nos testemunhos, bem como à inscrição dos mesmos no ecossistema cultural lúgubre no qual se realizam. Para tanto, a plataforma intelectual prioritária que contemplará a adoção de um ethos religioso diante da morte propõe a imbricação entre literatura e história, de modo a discutir sobre narrativas fáticas e o estatuto ficcional que as atravessa na subsequente elaboração da memória, bem como da escritura etnográfica. Em uma perspectiva multidisciplinar, os protocolos de leitura crítica (em suas incursões ética e estética no

119 Doutora em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia, cuja pesquisa foi financiada pela FAPESB e pelo Edital PDSE/CAPES

que tange à produção de linguagem nos fazeres histórico e literário), abarcarão Michel Foucault e James Clifford, entre outros. Face ao exposto, ao visibilizar o percurso e os resultados da investigação doutoral intitulada Tessituras Funerárias, cujo desenvolvimento se deu na linha de pesquisa Documentos da Memória Cultural (PPGLitCult/UFBA), abrem-se possibilidades interpretativas quanto à articulação entre a referenciação das fontes documentais e a instabilidade narrativa intrínseca aos repertórios mnemônicos. Por fim, o horizonte de subjetivação no qual se apresenta um regime gregário de afetos entre encarnados e desencarnados, valioso capital simbólico da comunidade de Igatu, direciona a discussão a respeito das estratégias de experimentação contínua do trabalho lutuoso e das honrarias aos mortos.

Palavras-chave: Terno das Almas; Trabalho de luto; Memória cultural; Ethos mortuário; Narrativas autobiográficas.

A cerimônia fúnebre do Terno das Almas responde à percepção de que os mortos sobrevivem à morte; sobretudo, anuncia o entrelaçamento, sob a forma de um compromisso entre jazentes e viventes, a partir do qual estrutura-se uma rede de solidariedades aquém e além túmulo. As almas que padecem nas esferas espirituais, através da execução de procissões noturnas quaresmais ao longo das quais as pessoas oram e acendem velas aos errantes desencarnados – cena performática que constitui o Terno em questão, receberão tais penitências e, por conseguinte, terão misericórdias alcançadas.

O percurso inclui as áreas montanhosas, bem como o núcleo citadino da Vila de Igatu (distrito pertencente ao município de Andarai, na Chapada Diamantina, Bahia). Ambos os espaços são atravessados pelo Terno, uma vez que o coletivo que o protagoniza, em seu caminhar, faz paradas específicas (as chamadas estações) durante as quais senta-se rodeado pela intensidade luminosa das velas e entoa rezas cantadas. Há uma indumentária ritualística com a qual os integrantes do Terno devem estar vestidos: trata-se de um lençol branco que envolve o corpo das pessoas sem, contudo, impedir-lhes o movimento[120].

120 A aparência sobrenatural assemelha-se à representação mais trivial dos fantasmas e se torna grandiosa quando o coletivo está reunido, numa espécie de visagem. Nas localidades mais afastadas do centro da cidade, nas quais a iluminação é precária em função do território montanhoso, é soturno o avistamento do Terno, pois as vestimentas dos integrantes reportam às próprias almas.

A construção discursiva do rito, nesse entendimento, inclui a localização (concreta e simbólica) dos espaços cemiteriais no intuito de contemplar os saberes fúnebres circunscritos à elaboração lutuosa e aos efeitos produzidos pelo ato intencional de inserir estações nos cemitérios.

Nesse entendimento, faz-se necessário ressaltar que a última estação do Terno é sempre no cemitério oficial da cidade – o qual, por sua vez, encontra-se em frente à Igreja Matriz devotada ao padroeiro da Vila, São Sebastião. Há uma ocorrência bastante significativa quando do término do ritual, pois, ao encerrarem, lá, a procissão, os partícipes desatam as amarrações do lençol e o fazem respeitando uma regra de conduta que subjaz à cerimônia: ao retirarem a vestimenta, devem, sempre, ter a precaução de não haver alguém à frente, sob pena de que as almas que acompanham a procissão sigam as pessoas em cujas costas o lençol foi "sacudido".

O reconhecimento da agência dos mortos é vital à regulação dos processos comunicacionais entre os vivos e as almas padecentes que interagem, em ressonância contínua, durante o rito; o zelo ao código relacionado aos trajes compõe o corpo doutrinário do Terno e expõe que

> Uma aparição nunca põe em cena, portanto, dois personagens apenas, um morto e um vivo, mas toda uma cadeia de testemunhas, de intermediários, de informadores, de escribas, de pregadores e de ouvintes: mais que um acontecimento sobrenatural pontual, a aparição é um objeto cultural que se constitui socialmente ao sabor de sua circulação. Nessas condições, importa observar tudo o que liga entre si os atores do relato e os protagonistas de sua transmissão e de sua recepção. A condição relativa do beneficiário, do destinatário, da testemunha jamais é arbitrária (Schimitt, 1999, p. 208).

Assim sendo, é oportuna a contextualização do ecossistema cultural mediante o qual as almas são reconhecidas, pelos agentes do ritual, como entidades que se presentificam na efetivação do Terno e incluídas no conjunto estruturante de normativas do rito. A adesão à ideia do purgatório (e à tripartição cosmogônica do além-túmulo), "espaço da geografia espiritual cristã

transitório, efêmero, não tem a eternidade do inferno ou do paraíso" (Le Goff, 1995, p. 20-21), é crucial ao fundamento de que é possível, pela intercessão das rezas, a mobilidade de estados agônicos à salvação[121] caso as almas tenham cometidos pecados veniais (passíveis de serem perdoados) em relação aos quais precisem ser purificadas:

> A reflexão impôs-se aos padres da Igreja desde os primeiros tempos, a partir do reconhecimento da Antiguidade de um culto aos mortos não contestado, mas com fundamentos escriturários bastante incertos dentro de uma escatologia que, de início, só reconhece dois locais – paraíso e inferno. Para os cristãos "não inteiramente bons" – a grande maioria –, impôs-se uma purificação necessária, que São Paulo havia prescrito pelo fogo. Faltava definir o local, a forma e a duração. Do mesmo modo, durante os vários séculos que viveram na ideia de que o fim dos tempos estava próximo, havia a interrogação quanto à condição intermediária dos eleitos: um sono, um descanso, que Tertuliano (II d.C.) tinha designado como *refrigerium*, enquanto alguns falam do "seio de Abraão" – esta dobra do manto do patriarca onde as almas estão à espera (Vovelle, 2010, p. 26-27).

O tempo de expiação não é preciso e depende da gravidade dos desvios cometidos durante a vida terreal. As esferas purgatoriais, então, se propõem a acolher o padecimento de infortúnios *post-mortem*:

> A partir do final do século XII, a Igreja instituiu, para o período situado entre a morte individual e o Juízo Final, um lugar de espera para os cristãos que não tivessem sido completamente expurgados de seus pecados, antes de morrer; ali, eles seriam definitivamente expurgados, através de castigos particulares parecidos com os do in-

121 Ainda que o pesar que recai sobre as almas não chegue ao seu esgotamento, há a certeza de que foi, ao menos, arrefecido.

> ferno, e poderiam se libertar graças às orações, à esmola e às missas de seus parentes e amigos que ficaram na terra (Le Goff, 1995, p. 80).

A lógica de cooperação que organiza a experiência do ritual, cujos princípios fundantes devem ser respeitados em sua força regulatória, evoca o consenso de que a manutenção da métrica ritualística orienta as movimentações liminares. A constatação das normas que regem o jogo narratológico em questão ratifica que

> A consciência da finitude de tudo e a percepção de outras realidades para além do imediatamente verificável, exige dos homens e das sociedades formas de lidar com a morte e de a vencer - de idealmente ser anulada. As grandes interrogações que a morte suscita e as respostas que para ela eternamente se buscam são a substância primeira dos sistemas ontológicos que designamos como culturas [...] é também porque a consciência colectiva da finitude não pode suportar que os seus membros não sejam reintegrados no grupo, que todos voltam, pela memória dos vivos, ao seio da comunidade. Esta construção social de um além - garante sua memória, identidade e continuidade - é garantida e mediatizada por um processo ritual. Os rituais, 70 polarizados em torno do cadáver, dos enlutados e das almas, são o modo da morte ser integrada e simbolicamente vencida (Machado, 1999, p. 5).

No lastro da potencialidade atrelada às almas, há um outro evento que indica a fulcralidade dos espaços cemiteriais na matriz discursiva do Terno.

Na Sexta-feira Santa de 2017, o coletivo dirigiu-se ao cemitério dos Bexiguentos, afastado do perímetro urbano e erguido nas áreas montanhosas da Vila de Igatu. A localidade foi escolhida devido aos monumentos funerários que lá se encontram – os túmulos são caiados de branco e norteados por uma cruz colocada em seu ponto mais elevado. A razão de sua existência remonta

às primeiras décadas do século XX, período em que a epidemia de varíola se alastrou pela região. Os corpos pestilentos exigiam que as inumações ocorressem em um local distante do perímetro urbano, na condição de uma medida extrema diante da periculosidade que os jazentes representavam em um cenário de contaminação.

Em um breve panorama histórico sobre o afastamento entre os espaços dos vivos e dos mortos, considera-se que, nos últimos séculos, houve uma guinada na mentalidade funerária e a consequente dinâmica entre encarnados e desencarnados deslocou, progressivamente, as vozes e performances que anunciam e acolhem a morte – bem como as práticas lutuosas que, outrora, eram partilhadas pelos familiares e contavam com a adesão de amigos e da comunidade na qual o morto estava inserido.

No décimo capítulo do livro *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, o pesquisador João José Reis constrói uma historicização das medidas cautelares em relação à morte e aos cadáveres, apontando que os médicos sanitaristas foram os responsáveis pela *medicalização da morte* – expressão utilizada pelo autor.

No levante racionalista preconizado pelo iluminismo, no século XVIII, "os mortos [...] começaram a ser encarados como tabu público, passando a pouco a serem velados e enterrados privadamente" (Reis, 1992, p. 75). A hostilidade com a qual a morte começa a ser encarada relaciona-se à doutrina dos miasmas, segundo a qual a decomposição de materiais orgânicos, ao entrarem em contato com elementos atmosféricos, resultaria em vapores deletérios – os ditos miasmas:

> Nossos médicos eram dedicados caça-miasmas. Não era uma ocupação fácil. Os miasmas eram invisíveis, imprevisíveis e donos de muitos disfarces. Os próprios especialistas lhes davam vários nomes: eflúvios pestilenciais, emanações, gases ou vapores pútridos, humores fétidos, etc. (Reis, 1991, p. 252).

O esforço sanitarista que preconizava um mundo racionalizado, manipulado pela técnica e pela ciência, operou ressignificações nas perspectivas que

sustentavam um universo regido pelo sagrado e pelo pensamento mágico, pois "[...] a doença deixava de ser um castigo de Deus para se transformar num mal contagioso" (Reis, 1991, p. 247). O conhecimento científico e o desenvolvimento de formas de organização burocratizadas, alteraram radicalmente as atitudes diante do morrer.

A investigação bibliográfica das origens sociais e históricas do ocultamento mortuário apontou que os saberes medicinais se dividiam entre a oficialidade praticada por uma elite e, em outra margem, a medicina popular que abarcava os sangradores, benzedeiras, parteiras, rezadeiras, entre outros. Os médicos incumbiram-se da tarefa de reprimir as práticas curativas leigas objetivando a prevenção doenças contagiosas. Tratava-se de uma questão de saúde pública: estratégias de controle social profilático a fim de combater as origens de, também, problemas sociais que perfazem as epidemias:

> A lista de maus hábitos era grande e variada: a disposição de lixo nas vias públicas, a falta de escoamento das águas usadas, o alinhamento desordenado das ruas, a arquitetura inadequada dos prédios, os hábitos alimentares extravagantes, a indisposição para os exercícios físicos e para a higiene pessoal. Na verdade, os médicos propunham uma verdadeira revolução cultural (Reis, 1991, p. 249).

Os higienistas do século das Luzes atestaram que a proximidade com a decomposição de cadáveres humanos era extremamente danosa à saúde:

> Sabe-se agora que, na segunda metade do século XVIII, a opinião pública esclarecida comoveu-se com os "perigos das sepulturas". Este é o título de um ensaio surgido em 1778, de autoria de Vicq d'Azyr, médico hoje muito conhecido pelos historiadores; tratava-se de uma coletânea de fatos que demonstravam o poder de infecção contagiosa dos cadáveres, descrevendo também focos de gases tóxicos que se formavam nos túmulos. [...] Na Idade Média, o cemitério era um lugar público, um lugar de encontro e

> de jogo, apesar dos ossos expostos nos ossários e do afloramento de pedaços de cadáveres mal encobertos. Os odores, mais tarde denunciados primeiro como maléficos, depois como insalubres, seguramente existiam e não se lhes prestava nenhuma atenção (Airès, 2012, p. 162-171).

Essa sintomatologia da morte atinge o Brasil, agudamente, no século XIX. Os médicos propunham o engajamento da população aos novos preceitos de convivência entre vivos e mortos e ocuparam-se em delimitar contornos específicos no que se refere às sepulturas:

> As igrejas eram a Casa de Deus, sob cujo teto, entre imagens de santos e de anjos, deviam também abrigar os mortos até a ressurreição prometida para o fim dos tempos. A proximidade física entre cadáveres e imagens divinas, aqui embaixo, representava um modelo de contiguidade espiritual que se desejava obter, lá em cima, entre a alma e as divindasdes. A igreja era uma das portas de entrada do paraíso. Ser enterrado na igreja também era uma forma de não romper totalmente com o mundo dos vivos, inclusive para que estes, em suas orações, não esquecessem os que haviam partido. Os mortos se instalavam nos mesmos templos que tinham frequentado ao longo da vida. [...] Pois as igrejas brasileiras serviam de salas de aula, de recinto eleitoral, de auditório para tribunais de júri e discussões políticas. Ali se celebravam os momentos maiores do ciclo da vida – batismo, casamento e morte. Ali, no interior daquelas altivas construções coloniais, os mortos estavam interligados à dinâmica da vida (Reis, 1991, p. 246).

Assim sendo, é possível depreender que as descontinuidades acerca das posturas adotadas diante da morte é, antes, o desdobramento de um novo *ethos*, pois o ideário coletivo assume que a familiaridade com os mortos deve ser evitada.

Entretanto, o fluxo entre os mundos visível e invisível pautado pela topografia espiritual cristã ainda permanece. A impulsão das orações cantadas no louvor aos mortos demostra que "[...] A palavra poética é histórica em dois sentidos complementares, inseparáveis e contraditórios: no sentido de constituir um produto social e no de ser uma condição prévia à existência de toda sociedade" (Paz, 1982, p. 226).

A pertinência de pensar o ritual e os clamores salvíficos avozeados como um dispositivo que rasura as formas contemporâneas de ocultar a morte, os mortos e o morrer corrobora que a voz do luto, em sua performance no Terno, anuncia a presentificação dos mortos que se espraia em redes de solidariedade com os viventes. A filósofa Hannah Arendt, em *A condição humana*, considera que a mortalidade é

> [...] mover-se ao longo de uma linha reta em um universo em que tudo o que se move o faz em sentido cíclico. A tarefa e a grandeza potencial dos mortais residem em sua capacidade de produzir coisas – obras, feitos e palavras – que mereceriam estar e, pelo menos até certo ponto, estão confortáveis na eternidade, de sorte que por meio delas os mortais pudessem encontrar o seu lugar no cosmo onde tudo é imortal, exceto eles próprios (Arendt, 2014, p. 23).

Nesse entendimento, a corporificação das penitências na performance das Almas é, simultaneamente, meio e fim através dos quais a retração dos índices mortuários encontra vazão por intermédio do pacto social estabelecido pelo rito, cuja estrutura cultural (entendida por uma organização de significados partilhada pelo coletivo em questão) e as formações discursivas congregam "existires" de humanos e não humanos na procissão.

Tal ação se constrói como um local de enunciação a partir do qual um circuito de afetos que abarca os mortos é ativado de modo a conformar parâmetros de sociabilidade em relação às almas. Afinal, a caminhada lúgubre pela cidade com a entonação de preces lembra a todos os citadinos de Igatu que a morte é uma sombra que os acompanha e com a qual terão, inexoravelmente, que se deparar:

> Eu entendo por cultura, segundo uma opinião bastante geral, um conjunto – complexo e mais ou menos heterogêneo, ligado a uma certa civilização material – de representações, comportamentos e discursos comuns a um grupo humano, em um dado tempo e espaço. Do ponto de vista do uso, uma cultura surge como a faculdade, entre todos os membros do grupo, de produzir signos, de identifica-los e interpretá-los da mesma maneira; ela constitui, assim, o fator de unificação das atividades sociais e individuais, o lugar possível para que os interessados tomem as rédeas de seu destino coletivo (Zumthor, 1993, p. 59).

Cabe ressaltar que a ritualização aos mortos, cuja chave de entendimento está posta na perspectiva de que materializar a experiência lutuosa em um âmbito comunitário é funcional para os moradores da Vila, enreda vida e morte em um só gesto ritual:

> E o gesto, o canto, a dança, o rito, a oração, a fala que evoca, a fala que invoca? [...] tudo isso é fundamentalmente religião, vínculo do presente com o outrora-tornado-agora, laço da comunidade com as forças que a criaram em outro tempo e que sustem a sua identidade (Bosi, 1992, p. 15).

Por fim, a reunião dos elementos performáticos valida a premissa zumthoriana de que a voz dialoga com outras linguagens e envolve elementos extralinguísticos cuja expressividade eclode no instante de sua dramatização, pois a orquestração de todos os signos/elementos só atinge densidade quando da ocorrência do ritual.

O conceito de experiência atrelado ao discurso permite o reconhecimento do local de enunciação, que é sempre específico, bem como a mobilidade operatória dos sujeitos nas relações em que estão inseridos. Na aula inaugural de Michel Foucault traduzida no livro *A ordem do discurso*, o autor empenha-se em contextualizar modos de produção, locus enunciativos, circulação,

dentre outros aspectos da linguagem. Ele argumenta que a produção dos discursos é controlada, organizada e selecionada, pois a mesma é atravessada por suas circunscrições sociais e institucionais. Para Foucault, a reconfiguração do olhar conta com a visibilização dos conteúdos performáticos da fala.

Os circuitos de significação do ritual, ainda que marginalizados, abrigam diversas possibilidades semânticas no que se refere aos saberes fúnebres do Terno. A rede de solidariedade que vivifica os afetos e o sentimento de pertença entre todos os envolvidos concretiza a integração das almas no tecido social.

Referências

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

MACHADO, Carlos Alberto. **Cuidar dos Mortos**. Sintra: Instituto de Sintra, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola: 1996.

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório ou o trabalho de luto**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**: a literatura medieval. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

Oficina "a caixinha da vovó": descobrindo sobre a memória e o passado de imigrantes portugueses no Paraná

Mayla Louise Greboge Montoia[122]

Resumo

A Caixinha da Vovó é uma atividade originalmente criada pelo Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de História da Universidade Federal do Paraná, que tem como objetivo familiarizar os estudantes com o ofício do historiador. Através de uma caixa física repleta de fontes históricas variadas, os estudantes são encorajados a criar uma narrativa que organize os documentos de forma a contar sobre uma determinada personagem: a vovó, dona da caixa. Partindo desse modelo, mas utilizando a documentação da minha pesquisa sobre imigração portuguesa em Curitiba, elaborei um material didático a partir do exemplo do grupo PET para introduzir a discussão sobre as fontes históricas e história local. Além de preparar os alunos para o trabalho em sala de aula ao longo do ano letivo, a atividade é um importante ponto de partida para desenvolver a crítica, a reflexão e a empatia histórica. Os documentos da caixa contam a história da vovó Leonor, uma filha de portugueses que emigraram para o Brasil na segunda metade do século XIX e se estabeleceram em Curitiba. Leonor é uma personagem fictícia, contudo, os eventos que inspiram a construção de sua trajetória são reais, baseados em histórias de imigrantes marginalizados e esquecidos do mesmo período. À vista do exposto, o objetivo da comunicação é apresentar o material desde sua origem, ou seja, a atual pesquisa acadêmica, e, também, discutir os resultados de sua adaptação para a sala de aula

Palavras-chave: Imigração Portuguesa; Ensino de História; Fonte histórica; História; Paraná.

122 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com bolsa financiada pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA). Correio eletrônico: grebogemayla@gmail.com.

Introdução

A "caixinha da vovó" é uma oficina prática que tem como objetivo familiarizar os estudantes em relação ao trabalho com a documentação histórica. Através de uma caixa física com fontes históricas variadas, os estudantes são encorajados a criar uma narrativa que organize os documentos de forma a contar a trajetória de uma determinada personagem: a vovó, dona da caixa. Originalmente a atividade surgiu vinculada à disciplina de Teoria da História do curso de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e foi desenvolvida em parceria com os integrantes do Programa de Educação Tutorial (PET), vinculado ao departamento do curso. Dada a importância dessa oficina, ela foi incluída de forma permanente na programação da Semana do Calouro da UFPR (primeira semana de aula). Os materiais utilizados foram organizados pelos membros do PET, com supervisão da professora responsável pela disciplina.

Em texto publicado pelos integrantes na 6ª Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPR, os estudantes vinculados ao PET destacaram a relação da atividade com a disciplina de Teoria da História:

> A base teórica foi a bibliografia da disciplina, da qual destacamos de Marc Bloch, Apologia da História; de Carla Pinsky, Fontes Históricas e, de Jacques Le Goff, Documento/Monumento. A meta era de que, com base nos conhecimentos adquiridos nas aulas, os estudantes do primeiro ano fizessem um trabalho historiográfico partindo do material apresentado. Tentando transformar objetos pessoais em fontes, reordená-los de modo a poderem contar algo, relacionar o conteúdo da caixa com acontecimentos políticos, econômicos e etc. (Braga *et al.*, 2014, s/n).

Neste caso, os estudantes deveriam desvendar a história da vovó Ruth, filha de imigrantes alemães que chegaram ao Paraná no início do século XX. Documentos como o mapa da região de fixação, documentos cartoriais relativos à família, cartas pessoais e fotografias compunham a caixa de memórias da vovó. Partindo desse modelo, mas utilizando a documentação relativa ao

meu contexto de pesquisa, que investiga a teia de relações desenvolvidas pelos imigrantes portugueses em Curitiba na segunda metade do século XIX, criei a "caixinha da vovó Leonor". A partir do exemplo da vovó Ruth, elaborei um material didático com vistas a introduzir a discussão sobre as fontes históricas com os estudantes da rede pública de ensino das escolas em que dei aula em Curitiba e região metropolitana.

Entre a pesquisa universitária e a sala de aula

> Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em "documentos" certos objetos distribuídos de outra maneira (Certeau, 1982, p. 80).

Em "A escrita historiográfica", Michel de Certeau aponta que o ofício historiador é uma prática que resulta em um produto narrativo, mediado por processos de reconhecimento do lugar social e pela transformação das fontes em história, através da escrita historiográfica. Esse produto prescinde de uma matéria prima, que são as fontes históricas (evidências do passado). Estas, como ele mesmo diz, estão distribuídas de forma diversa até a chegada do historiador, que as ordena e através de problemas de pesquisa, métodos e teorias, desenvolve análises que se consolidam como científicas pelo uso de regras comuns aceitas pelos pares da academia. Porém, quando falamos da sala de aula na Educação Básica, não podemos esperar que os estudantes desenvolvam as mesmas habilidades que o pesquisador da área de História.

Como explicam as pesquisadoras Maria Auxiliadora dos Santos Schmidt e Marlene Cainelli, o ensino de História deve fornecer "condições ao aluno para poder participar do processo de fazer o conhecimento histórico, de construí-lo", isto porque "o conhecimento histórico não é adquirido como um dom, como comumente ouvimos os alunos afirmarem [...]" (2004, p. 30). Nesse sentido, professor e estudante desempenham papéis fundamentais na dinâmica de ensino e aprendizagem. O professor é um produtor do saber científico, que domina as técnicas da ciência histórica e pode auxiliar os estudantes no desenvolvimento de análises cada vez mais complexas do mundo. Os estudantes, por sua vez, trazem para a sala de aula ideias próprias sobre o

mundo em que vivem, fruto de seu ambiente cultural e de suas experiências individuais, o que pode ser usado como ponto de partida para a abordagem histórica. Como destacam Schmidt e Cainelli, é fundamental a valorização do universo conhecido pelo estudante para que os conhecimentos adquiridos na disciplina tenham sentido para ele (isto é, não sejam resumidos a memorizações de personagens e passados desconectados de sua vida prática) e façam dele um sujeito ativo no processo de aprendizagem.

Para isso, a centralidade das fontes históricas no ensino de História é imprescindível. É por meio delas que os estudantes têm contato com o passado, podem compará-lo com o presente, elaborar questionamentos sobre tais realidades e inclusive orientar sua ação futura, isto é, podem pensar historicamente. Isso é o que defendem os teóricos da Educação Histórica, para os quais a disciplina de História deve ser "mais conectada com a vida prática dos estudantes, se contrapondo aos métodos tradicionais de ensino marcados pela 'transposição didática', ou seja, pela reprodução simplificada do saber acadêmico nas salas de aula" (Schmidt, 2009, p. 3 *apud* Giurdanella, 2023, p. 22). Como explica o pesquisador Albano Gabriel Giurdanella (2023), o que muitos autores dessa corrente defendem, a exemplo de Peter Lee, é que a aprendizagem histórica deve "letrar historicamente", ou seja, fazer com que os estudantes aprendam a pensar historicamente. Nesse sentido, é fundamental que eles conheçam os princípios da ciência histórica a fim de subsidiar a análise das fontes, articulando isso com os conteúdos substantivos relativos à disciplina, como os de "Revolução", "Democracia", "Ditadura" (Barca, 2011, p. 11).

Como destaca Giurdanella, o contato com as fontes históricas possibilita aos estudantes um "ganho de experiência", uma vez que:

> Para racionalizar essa nova experiência, entretanto, o sujeito deve ser capaz de interpretar a especificidade histórica desses elementos, compreendendo-os como parte de um outro tempo que não o seu. Nessa fase entram os procedimentos específicos da Ciência Histórica, como a análise de fontes, a formulação teórica e metodológica e a constatação de hipóteses e formação de evidências, por exemplo. Aqui o estudante deve relacionar os conteúdos substantivos

> aos chamados conceitos epistemológicos ou de segunda ordem, tais como a evidência, explicação, argumentação, significância, empatia histórica, etc. (Giurdanella, 2023, p. 26).

A Educação Histórica propõe ainda que em razão da História ser uma ciência de epistemologia própria, consequentemente o processo de avaliação deve levar em conta essas especificidades. Pensando nisso, o filósofo e historiador Jörn Rüsen, maior expoente da Educação Histórica, junto de outros pesquisadores "propuseram tomar a consciência histórica como parâmetro para investigar o processo de aprendizagem na disciplina" (Giurdanella, 2023, p. 18). A forma encontrada de "medir" essa consciência foi definida como a narrativa histórica, um meio de "manifestação dessa relação passado--presente-futuro, que está na base do pensamento e da consciência histórica" (Giurdanella, 2023, p. 18). Assim como o texto historiográfico escrito pelo historiador é o resultado da prática científica, a narrativa histórica produzida pelos estudantes é uma forma de materialização de sua consciência histórica. A diferença reside, portanto, naquilo que se espera de cada um dos textos. Enquanto do primeiro espera-se uma validade científica, e por conseguinte, coletiva, do segundo espera-se uma manifestação da compreensão do tempo individual por meio da narrativa.

Orientando a prática pedagógica em sala de aula pelas reflexões da Teoria da História e também da Educação Histórica, especialmente no que se refere ao trabalho com as fontes e produção de narrativas, foi elaborada a "caixinha da vovó Leonor". Por um lado, no sentido de aproximar as reflexões promovidas na universidade de um público além do acadêmico e, por outro, como uma forma de facilitar a aprendizagem histórica no decorrer do ano letivo.

Adaptando a "caixinha da vovó"

Meu primeiro contato com a caixinha da vovó foi enquanto aluna de História da UFPR, ainda no primeiro ano do curso. Quando me formei e fui para a sala de aula notei que os estudantes demonstravam muita dificuldade em trabalhar com as fontes históricas. Indicativos de tempo e lugar não eram considerados nas análises, a conexão entre diferentes fontes não era explorada,

os discursos eram facilmente encarados sem crítica ou problematizações e as articulações entre as fontes e os conteúdos substantivos eram frágeis. Foi a partir dessa demanda prática do trabalho como docente que surgiu a ideia de adaptar a oficina da "caixinha da vovó" para turmas do Ensino Fundamental e Médio. Mas, diferente da oficina realizada no curso de Graduação, na qual o objetivo é promover a familiarização dos estudantes com o ofício do historiador, na Educação Básica o objetivo foi direcionado para a construção de uma narrativa verossímil através das fontes históricas, o que só é passível de ser feito por meio da crítica à elas.

Assim, foi necessário criar uma caixa de memórias que pudesse ser utilizada em sala e estivesse em consonância com os objetivos da disciplina. Aproveitando o conhecimento adquirido por meio da pesquisa de pós-graduação acerca dos imigrantes portugueses no contexto paranaense do século XIX, reuni uma série de documentos relativos ao grupo na Comarca de Curitiba, bem como informações contextuais para criar a minha versão da "caixinha da vovó". Os documentos da caixa contam a história de Leonor, uma filha de portugueses que emigraram para o Brasil na segunda metade do século XIX e se estabeleceram na cidade de Curitiba, capital do Paraná. Leonor pode ser considerada um tipo ideal no sentido weberiano, uma vez que a documentação e os eventos que inspiram a construção de sua trajetória são baseados em histórias de múltiplos imigrantes do mesmo período, em especial os portugueses, nem sempre retratados nas análises históricas regionais[123].

As fontes selecionadas para compor a caixa da vovó Leonor se baseiam em características comuns do grupo destacadas pela historiografia relativa à imigração portuguesa que também encontram correspondência no território paranaense, tais como: a incessante mobilidade de pessoas bens entre Brasil e Portugal; as aproximações dentro do grupo, como o casamento de Leonor com Manoel, um homem português assim como seus pais; as opções de trabalho que trouxeram Manoel à Curitiba (trabalho como empreiteiro de estradas e depois comerciante); o estabelecimento de muitos portugueses em centros (muito em decorrência da atividade comercial, redes de contatos

123 No Paraná, pela expressividade numérica de outros grupos imigrantes como de poloneses, alemães e italianos, os portugueses quase não aparecem na historiografia e na sala de aula como parte dos fluxos migratórios que se assentaram no estado entre o século XIX e XX. Sua presença quase sempre está relacionada ao período colonial e imperial, até 1822.

e possibilidades de trabalho pelo domínio da língua); o associativismo por meio de clubes étnicos, entre outros.

A primeira tentativa de realização da oficina em sala de aula ocorreu com turmas de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, em um contexto de final do ano, pois assumi as turmas como professora substituta por tempo determinado no regime PSS. A caixa inicial contava com fontes pessoais de família e fontes recriadas a partir de materiais de pesquisa (cartas, mapas, imagens). Como as turmas eram muito numerosas, foi necessário realizar o trabalho em equipes e um rodízio das fontes. Durante a atividade, os registros das hipóteses de pesquisa foram anotados pelos estudantes de forma individual e livre no caderno, sendo posteriormente discutidos com o grupo para que ao final cada equipe entregasse uma narrativa sobre a trajetória de Leonor. Nessa etapa houveram muitas dificuldades em relação aos documentos, como a falta de cuidado na preservação das fontes e o desafio de transformá-las em uma narrativa. Em razão disso, ao final da oficina algumas aulas foram destinadas à discussão sobre a preservação das fontes históricas e importância de espaços como Arquivos e Museus na conservação da memória, bem como aspectos relevantes no tocante à oficina que dizem respeito à "operação historiográfica". Nas oficinas subsequentes, quando pude iniciar o ano letivo com as turmas, optei por inverter esse processo, por entender que poderia funcionar melhor se os estudantes já estivessem preparados teoricamente para depois realizar a atividade prática - e por ter mais tempo para isso.

Outra modificação foi em relação aos materiais da caixa e o número de caixas. O fato de incluir evidências reais na primeira tentativa teve como consequência a disputa e destruição de algumas delas, razão pela qual optei por me restringir à reprodução de fontes históricas reais e relativas à pesquisa. Portanto, transcrevi algumas fontes em editores de texto, nos quais inseri estilos diferentes de escrita, mudando nomes de sujeitos históricos reais para nomes comuns dentro do universo português, mantendo a verossimilhança. Além disso, ampliei o número de caixas para atender diferentes turmas, multiplicando as fontes e mantendo um conjunto documental igual em cada uma delas. Para ter um aspecto histórico real mantive grafias antigas como a de "Curityba" em algumas fontes e termos de época a fim de estimular também a pesquisa e a elaboração de perguntas. Além disso, as bordas de cada uma das fontes foram queimadas e coloridas com borra café, um efeito simples

que desperta a curiosidade dos estudantes. Outra estratégia foi incluir fontes variadas sobre diferentes gerações de imigrantes para estimular associações de parentesco e estimular o cruzamento de informações. A descrição abaixo refere-se aos materiais da última reformulação da caixa de memórias de Leonor.

Foram incluídas seis fontes escritas, sendo: uma carta do pai de Leonor quando chegou ao Brasil (1860); uma certidão de batismo de Leonor (1869); uma certidão de casamento de Leonor (1888); uma carta do marido de Leonor falando de seu trabalho no comércio (1885); uma carta de Leonor comunicando o falecimento de uma filha sua por febre e sua ausência nos festejos da Sociedade Beneficente Portuguesa Primeiro de Dezembro (1915), e uma carta de informações gerais enviada pelo casal a familiares em Portugal (1910). As cartas foram elaboradas a partir de relatos reais disponíveis no livro Cartas de Imigrantes de Roger Stoltz (1997), que reúne depoimentos de variados grupos étnicos que vieram para o Brasil nesse período. Nos documentos cartoriais mantive a estrutura escrita dos documentos de época, mas modifiquei algumas datas para que o cruzamento de fontes pudesse indicar uma contradição, que também é comum quando os historiadores vão aos arquivos, mas sobretudo por ser uma documentação escrita, a qual os estudantes tendem a encarar como fonte de informações precisas.

O conjunto de fontes não escritas são quatro: uma imagem de navio com vários imigrantes; uma imagem de família simulando a quantidade de filhos que Leonor teve com base na documentação; uma imagem de comércio, pois uma das fontes escritas informa que o marido de Leonor, Manoel, abriu uma casa comercial (embora a imagem não indique a localização nem quem são as pessoas da foto); e, por fim, um mapa da planta de Curitiba em 1857 - todas retiradas do domínio público. A ideia de inserir outras fontes foi justamente compará-las com as escritas e entender os limites das hipóteses e afirmações na História, bem como os cuidados na argumentação narrativa.

Com esse novo material a oficina continuou a ser realizada em equipe, porém, com uma caixa de análise para cada grupo, o que facilitou a concentração dos estudantes e a dinâmica em sala. Além disso, nesse novo modelo a oficina foi realizada com turmas de diferentes níveis de ensino: no Ensino Fundamental, com turmas do 6º ao 9º ano, e também com turmas de 1º e 2º ano do Ensino Médio. Para todas as turmas foi proposta a elaboração de uma

narrativa histórica a partir das fontes buscando responder a pergunta "O que podemos saber sobre a trajetória da vovó Leonor a partir das fontes?".

Tendo em vista as dificuldades de leitura com a grafia da época e também com a análise das fontes históricas, com as turmas do Ensino Fundamental foi solicitado que nas primeiras aulas eles registrassem informações e hipóteses individuais com base na documentação, para posteriormente discutir as informações com os colegas e então escrever um texto coletivo de tamanho variado conforme a etapa de ensino. Já em relação ao Ensino Médio a dinâmica foi inversa, os estudantes discutiram em grupo e fizeram narrativas individuais, consequentemente mais longas e complexas, buscando explicitar seus pontos de vistas. Em ambos os casos, foi possível atender os grupos individualmente auxiliando na construção de hipóteses e destrinchando elementos de cada fonte.

Figura 33 - Materiais da caixinha da vovó Leonor

Fonte: Acervo pessoal (2023).

Considerações finais

Ainda que não tenha sido feito um estudo quantificado e aprofundado sobre os resultados da "caixinha da vovó Leonor", a atividade demonstrou um efeito positivo na compreensão dos estudantes a respeito dos princípios cien-

tíficos da História. Ao acompanhar várias turmas paralelamente e incentivar a escrita de narrativas históricas durante o ano letivo, foi possível observar uma significativa melhora na argumentação, bem como na articulação de narrativa com as fontes, a fim de produzir evidências. Além disso, a caixinha pareceu fornecer um caminho conhecido para a análise das fontes nas aulas subsequentes, sendo um exemplo retomado sistematicamente durante as discussões em sala de aula - inclusive por parte dos estudantes. Por fim, vale destacar a versatilidade dessa proposta, uma vez que ela pode ser adaptada a contextos variados, nos quais os professores da disciplina tenham maior familiaridade, a fim de poder contribuir com o processo investigativo dos estudantes.

Referências

BARCA, Isabel. **O papel da educação histórica no desenvolvimento social**. CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Orgs.). Educação histórica: teoria e prática. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

BRAGA, Gabriel Elysio Maia; FUNKE, Willian; GIORDANI, Jean Carlo; GRANELLA, Camila Flores; JOAQUIM, Karin Barbosa; LIMA, Ivan Araujo; MAZZO, Gregório Moraes; SANTOS, Shirlei Batista dos; PRECINOTTO, Suellen Carolyne. **Oficina de Teoria da História.** *In:* 6ª Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão e 13º ENAF da UFPR. Resumo de Comunicação, Curitiba, 2014. Disponível em: http://www.siepe.ufpr.br/2014/enaf/pet_11.html. Acesso em: 10 mar. 2024. UFPR, Curitiba, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, 1982.

GIURDANELLA, Albano Gabriel. **A atribuição de sentido temporal à natureza em narrativas históricas de jovens estudantes do ensino fundamental.** Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 144p, 2023.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

A saúde pública na Província do Piauí a partir da transferência da capital para Teresina (1850-1855)

Rakell Milena Osório Silva[124]
Joseanne Zingleara Soares Marinho[125]

Resumo

O objetivo do trabalho é discutir as condições de saúde pública na Província do Piauí, a partir do Hospital de Caridade instalado na capital Oeiras que, posteriormente foi realocado para Teresina. Desde a primeira metade do século XIX, discutia-se a transferência da capital, pela busca de melhores condições de desenvolvimento espacial, econômico, cultural e social, principalmente a partir dos rios Poti e Parnaíba, que melhorariam o comercio piauiense, enquanto isso, a saúde pública não era prioridade, ficando principalmente a cargo das entidades caritativas que mantinham o Hospital de Caridade (Santos, 2016). A capital não possuía mínimas condições de salubridade e higiene, como: água encanada, esgoto escoado em locais adequados e fossas higiênicas, por isso, o número de endemias aumentava gradativamente, principalmente as gripes, diarreias e febres, além da epidemia de varíola. O Presidente da Província Dr. José Antônio Saraiva, insistia na mudança da capital para a Vila Nova do Poti, futura Teresina, uma vez que a atual sede não estava adequada aos padrões de civilidade, sendo considerada uma cidade dispersa e isolada. (Relatório Provincial, 1851). Mesmo não havendo melhores condições que Oeiras, a transferência ocorreu em 1852, sendo instalados a Igreja da Matriz, o Quartel de Polícia, o Palácio da Presidência e o Cemitério. Enquanto o Hospital só vai ser transferido em 1854, instalado no Quartel de

124 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI), graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), membra do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde no Piauí (Sana) e do Grupo de Estudo e Pesquisa da História das Práticas da Saúde e das Doenças (GEPHPSD). E-mail: rakellosorio@gmail.com.

125 Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná- UFPR. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí- UESPI. Atua também como Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: joseannemarinho@cchl.uespi.br.

Polícia por não possuir prédio próprio, contou com um número reduzido de leitos e profissionais, que se baseavam na medicina curativa e, ainda assim, a transferência não proporcionou melhores condições para a população, principalmente as classes mais pobres, que continuavam assoladas por diversas enfermidades. (Freitas, 1988). Para isso, foi necessário um estudo bibliográfico de caráter teórico, historiográfico e metodológico de autores como Clodoaldo Freitas (1988), Nilsângela Lima (2020), Nádia Santos (2016) e José Pereira Rego (2020). As principais fontes primárias utilizadas para essa pesquisa consistem em documentos acerca da transferência da capital e as condições de salubridade foram os Relatórios de Província do Piauí e o Jornal Echo Liberal. Desse modo, foi possível notar que apesar das ideias de progresso e civilização tida pelos governantes, não havia uma sistematização acerca das medidas de higiene, e sim, ações que viriam de acordo com a necessidade da população, onde o serviço médico regular se dava somente na nova capital, enquanto as cidades do interior não possuíam assistência ou eram precariamente atendidas, ocasionando o aumento de diversas doenças e aparecimento de outras.

Palavras-chave: História; Província do Piauí; Saúde Pública; Hospital de Caridade.

Introdução

Durante o período imperial no Brasil, ocorreram profundas transformações políticas, socioculturais e econômicas. O Segundo Reinado foi caracterizado por intensas disputas partidárias entre conservadores e liberais, com uma política externa focada na expansão da navegação comercial e o início da industrialização. Internamente, houve uma maior estabilidade a partir da década de 1850.

A produção agrícola, centrada principalmente no café na região Sudeste, impulsionou o desenvolvimento de uma aristocracia. A economia permaneceu predominantemente agroexportadora, atendendo às demandas do mercado europeu, baseada na mão de obra escrava, com um movimento significativo de escravos da região Nordeste e das minas de ouro para o Vale do Paraíba. Entretanto, esse período também testemunhou o início das cam-

panhas abolicionistas, o que dividiu a elite brasileira ao longo do século XIX (Dolhnikoff, 2017).

A maioria da população brasileira ainda residia no campo, mas o aumento do fluxo migratório para as cidades estava redefinindo as dinâmicas sociais urbanas. Consequentemente, o trabalho escravo estava gradualmente sendo substituído pelo trabalho livre europeu, especialmente por imigrantes que buscavam escapar dos conflitos sociais decorrentes das unificações alemã e italiana.

Apesar dessas transformações, a cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil, enfrentava condições insalubres, com falta de acesso a água encanada, saneamento básico e tratamento de esgoto, o que resultava em frequentes epidemias. Essa situação precária despertou preocupações globais, levando alguns países a proibirem a imigração para o Brasil. Doenças como febre tifoide eram transmitidas pela água, a tuberculose estava associada ao consumo de leite de vaca, e a carne era uma fonte de contaminação por verminoses (Edler, 2012). Como o Rio de Janeiro era o principal porto de navegação para importações e exportações, tornou-se a vitrine do país, propícia para o desenvolvimento das epidemias e endemias que assolavam o período. De acordo com Nicolau Sevcenko:

> O Rio apresentava focos permanentes de difteria, malária, tuberculose, lepra, tifo, mas suas ameaças mais aflitivas eram a varíola e a febre amarela, que todo verão se espalhavam pela cidade como uma maldição. Por isso a cidade tinha, desde o século XIX, a indesejável reputação de "túmulo do estrangeiro" (Sevcenko, 1998, p. 572).

No Brasil do século XIX, não existia uma rede pública de saúde, apenas ações emergenciais quando ocorriam os surtos epidêmicos. As pessoas que possuíam meios, tratavam-se em casa, com médicos particulares, enquanto aquelas dos setores pobres, recorriam às instituições de caridade, como as Santas Casas de Misericórdia, que eram instituições filantrópicas religiosas responsáveis pelo tratamento dos desvalidos (Westin, 2020). A exemplo, quando a epidemia de febre amarela se instalou na capital em 1850, o governo destinou recursos financeiros à Santa Casa, para abrir enfermarias tempo-

rárias. Nesse momento de emergência sanitária, foram montadas, no mesmo ano, as primeiras repartições dedicadas a cuidar da saúde pública do Rio de Janeiro e dos portos, como é o caso da Junta de Higiene Pública, subordinada ao Ministério do Império (Rego, 2020).

Apesar do apoio do governo imperial, as medidas de prevenção eram escassas, e a maioria dos recursos médicos estava concentrada em tratamentos curativos, especialmente na capital do país. Enquanto isso, nas províncias do interior, como o Piauí, a assistência médica era precária ou simplesmente inexistente.

O objetivo deste estudo é analisar as condições de saúde pública na Província do Piauí, focalizando o Hospital de Caridade estabelecido em Oeiras e posteriormente em Teresina. Desde meados do século XIX, havia discussões sobre a transferência da capital visando um melhor desenvolvimento, especialmente aproveitando os rios Poti e Parnaíba para impulsionar o comércio local. No entanto, a saúde pública não era priorizada, ficando a cargo de entidades filantrópicas que mantinham o Hospital de Caridade.

A capital carecia de condições básicas de higiene e saneamento, como água encanada e esgoto adequado, o que contribuía para o aumento das doenças endêmicas. O presidente da Província, Dr. José Antônio Saraiva, defendia a mudança da capital para Teresina, argumentando que Oeiras não atendia aos padrões de civilidade, sendo considerada dispersa e isolada. A transferência ocorreu em 1852, mas o Hospital só foi realocado anos depois, funcionando inicialmente no Quartel de Polícia, devido à falta de instalações próprias. Mesmo após a mudança, o hospital continuava enfrentando limitações de leitos e profissionais, oferecendo principalmente tratamentos curativos, sem proporcionar melhorias significativas no atendimento à população.

Essa análise evidencia que, apesar das aspirações de progresso e civilização por parte dos governantes, não havia uma abordagem sistematizada em relação às medidas de higiene e saúde pública. O serviço médico regular estava concentrado na nova capital, enquanto as cidades do interior careciam de assistência ou recebiam atendimento precário, variando de acordo com as necessidades locais.

A falta de infraestrutura na capital do Piauí e o aumento das doenças

O Piauí no início da década de 1850 contava com um pequeno número de edifícios de administração pública, muitos em precárias condições e outros a construir, casas com telhados de palha, esgotos expostos, habitações sem ventilação e lixo com descarte inadequado (Santos, 2016). A cidade de Oeiras, capital da província, não possuía estruturas adequadas e já estava aberta a discussão acerca da mudança da capital, principalmente por conta da dificuldade das relações comerciais:

> A infraestrutura comercial era deficiente no Piauí. Condições climáticas, arranjo demográfico da população, reduzida circulação monetária, concentração das casas comerciais em poucas mãos, incipiente nível técnico da produção agrícola, [...] O açúcar e o fumo são os dois produtos agrícolas que tiveram ainda algum destaque frente ao quadro de atrofia da economia piauiense do século XIX (Lima, 2020, p. 12).

O Piauí possuía relações comerciais diretas com o Maranhão e a Bahia e, com isso, a distância dessas províncias e o transporte das mercadorias pelas estradas precárias tornavam os preços inviáveis para a população local (Relatório Provincial, 1850). Nesse contexto, a cidade de Oeiras foi apresentada pelo presidente da região como uma capital distante dos centros comerciais e isolada, de difícil comercialização e altos números de doenças. No relatório de 1851, apresentado por José Antônio Saraiva para a Assembleia Legislativa Provincial, ele destacava:

> Pobre, e longe de todos os grandes centros de civílisação, sem commercio, e sem industria, Oeiras carece de todas as condicções para ser favoravel ao progresso scientifico e literário do Piauhy. A' esse respeito, e á proposito da mudança da Capital, dizia o Dr. Zacharias, um dos meus mais illustres antecessores: "Oeiras nunca poderá ser um centro de luzes!" Sentença terri-

> vel em um seculo de movimento intellectual, e que deve merecer a attenção dos escolhidos da Provincia, tão empenhados em leval-a á altura de civílisação de suas irmãs (Relatório Provincial, 1851, p. 14).

Além dos desafios comerciais que representavam um obstáculo para o desenvolvimento da província do Piauí, também se discutiam as condições de higiene do distrito, especialmente da capital. A varíola era uma preocupação constante, a vacinação era deficiente devido ao estado precário dos materiais, resultando em resultados insatisfatórios. A febre amarela era outro problema, disseminando-se através de focos de infecção marítimos, juntamente com febres intermitentes, conhecidas como "sesões", que afetavam frequentemente os habitantes.

A província carecia de uma instituição dedicada à saúde pública. Os primeiros postos de higiene foram estabelecidos apenas no século XX, enquanto as delegacias de saúde existentes, encarregadas de fiscalizar a salubridade pública e privada, funcionavam precariamente devido à falta de estrutura e pessoal qualificado.

A elite da população piauiense tinha acesso a atendimento médico em suas próprias residências. Jurandir Costa (1989) observou que, devido à desordem do século XIX, houve um início de medicalização da população, com a introdução de medidas higiênicas na vida cotidiana. Seguindo os preceitos sanitários da época, a higiene passou a ser promovida como uma questão de educação física, moral e sexual, com o médico da família atuando como clínico e conselheiro higienista.

Por outro lado, os setores mais pobres tinham acesso apenas ao Hospital de Caridade, localizado na capital e mantido principalmente por doações filantrópicas. Dirigido pelo Dr. Simplício de Sousa Mendes, médico do Partido Público, esse hospital atendia pobres, indigentes, presos e policiais, tratando uma variedade de doenças infecciosas através da medicina curativa, como doenças venéreas, verminoses, diarreia e febres (Relatório Provincial, 1851).

Havia ainda uma parcela dos piauienses que recorriam à medicina dos praticantes não diplomados, tanto por ficarem distantes das mediações do Hospital de Caridade, quanto pelas crenças que colocavam as beberagens e

unguentos como mais eficazes que os métodos científicos. Além disso, havia uma presença ínfima de médicos no interior do Brasil, sendo que até o final dos oitocentos, a corporação médica brasileira estava concentrada nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador "[...] com presença secundária em algumas capitais provinciais do Brasil, como Recife, Porto Alegre, Ouro Preto e São Paulo. Praticamente não havia doutores nas vastas regiões rurais do país, por onde se dispersava o grosso da população" (Guimarães, 2016, p. 15). Desse modo, os costumes recorrentes, principalmente no interior do país, como é o caso do Piauí, é que os processos de cura ocorressem principalmente a partir dos conhecimentos tradicionais de caráter oral, que eram conhecidos pela população, e menos a partir da gerência da ciência médica.

A transferência da capital e sua influência na saúde do Piauí

Desde o início do século XIX, os governantes têm considerado propostas para transferir a capital do Piauí, motivados por interesses comerciais, como a navegação de mercadorias pelos rios Poti e Parnaíba, e pela perspectiva de melhorar o tratamento das doenças da população. O Hospital de Caridade não conseguia abranger as regiões mais distantes (Relatório Provincial, 1852).

Em consequência disso, a notícia da possível mudança para o Poti se disseminou por toda a Província, com alguns manifestando apoio e outros se opondo à ideia. "O Echo Liberal", um jornal proeminente em Oeiras que geralmente discordava das políticas governamentais e da mudança proposta, abordou o assunto, contribuindo para acirrar o debate sobre a questão:

> A mudança da capital (dizeis) acharia sempre opposição, porque para qualquer parte offenderia gravemente os interesses da velha Oeiras, e assim a opposição principiou no dia em que a mudança deixou de ser considerada uma uttopia, e cresceo a proporção que se desenvolveu a crença de sua realisação: a principio o argumento era prejuiso dos Oerenses; mas logo o Mulato ganhou predileção, porque era preciso habilmente defender Oeiras em S. Gonçalo, para não morrer antes do tempo. [...] tãobem é verdade que desde que a mudança para o Puty,

> tomou um caracter serio foi lhe declarado guerra, visto como antes disso seria batalhar com sombras (Relatório Provincial, 1852, p. 4).

A oposição à transferência não era apenas devido à perda do status de centro político e econômico por parte de Oeiras, mas também pelo temor de que a nova localização fosse remota, relegando a cidade atual à insignificância. Enquanto a maioria das preocupações estava centrada na mudança da capital para a Vila do Poti, as doenças como febre amarela, gripes, doenças venéreas e verminoses continuaram a afligir a população e se espalhar com maior intensidade por todo o distrito, devido à inadequação dos serviços prestados pelo Hospital de Caridade.

Apesar de todas as implicações, a capital foi transferida para a Vila Nova do Poti, agora já chamada de Teresina e, com isso, alguns prédios públicos foram ocupados, enquanto outras obras estavam sendo feitas, como a Igreja da Matriz, o Quartel da Polícia, a cadeia e o cemitério (Freitas, 1988). A nova capital foi fundada em 1852, por meio da resolução nº. 315 de 21 de julho de 1852, que elevou a Vila do Poti à categoria de cidade, com o nome de Teresina. Antonio José Saraiva, como Presidente da Província, fixou residência na nova sede do Governo e pessoalmente inspecionava as obras provinciais que se realizavam.

Para a nova capital foi transferida a sede do Governo com todos os seus estabelecimentos e repartições públicas. Na sua fundação, a cidade de Teresina foi dividida administrativamente entre a freguesia de Nossa Senhora do Amparo e a de Nossa Senhora das Dores. O limite entre as freguesias se fazia por uma linha reta do pasto público de Teresina, no Rio Parnaíba, na Praça da Constituição, atualmente conhecida como Praça da Bandeira, até o porto chamado de Eufrásio, no Rio Poti (Santos, 2016). O crescimento fazia com que a nova capital tivesse um desenvolvimento acelerado, onde:

> A Vila do Poti, antes da transferência da capital de Oeiras para Teresina, contava com apenas 49 habitantes. [...] em junho de 1851, a cidade de Teresina possuía 963 casas, sendo 433 sólidas [de adobe] e 530 frágeis [de palha] e mais de oito mil habitantes; no ano de 1870, a popula-

> ção aumentou consideravelmente para 21.692 habitantes, entre livres e escravizados, tendo 539 casas, 1.037 choupanas [casa pobre, coberta de palha] e 17 edifícios públicos (Chaves, 1998, p. 83).

No mesmo ano, a produção agrícola se potencializou, com o incentivo da navegação a vapor e, mesmo assim, a ação foi insuficiente para promover a integração da economia piauiense ao contexto internacional. Algumas questões foram levantadas por Teresinha Queiroz a respeito da expansão comercial na Província do Piauí, onde ela discute que:

> A mudança da capital de Oeiras para Teresina e o incremento da navegação a vapor eram condições tidas como fundamentais pelos homens públicos para o desenvolvimento da Província e a independência do seu comércio em relação ao do Maranhão. Essas medidas deveriam ser complementadas com a abertura de estradas de rodagem ligando as regiões produtoras aos portos fluviais. Esse projeto, lentamente elaborado ao longo de várias décadas, só veio a afirmar-se no início do século XX, com as alterações conjunturais advindas do extrativismo. De uma maneira geral, é possível afirmar que, durante a segunda metade do século XIX, as tentativas públicas visavam a romper o isolamento da Província, integrando-a ao espaço regional e que, neste século, a expansão pretendida abarca o mundo capitalista (Santos, 2006, p. 19).

Segundo Teresinha Queiroz (1994), a transferência resultou em um crescimento demográfico direcionado para a nova capital, enquanto as outras regiões do Piauí permaneceram subdesenvolvidas, com emigração para Teresina e ausência de imigração estrangeira. A pecuária ainda predominava na ocupação do território, continuando a ser a principal fonte de renda da região, em detrimento da agricultura.

Enquanto isso, o Hospital de Caridade permanecia em Oeiras, embora houvesse discussões sobre sua possível transferência para a nova capital, visan-

do aliviar o sofrimento dos menos favorecidos. O Presidente da Província, Dr. Luís Carlos de Pereira Teixeira, propunha a manutenção de dois hospitais: um na antiga capital e outro a ser criado em Teresina. No entanto, a Província não possuía recursos suficientes para financiar esses serviços (Relatório Provincial, 1853). Em 1853, iniciou-se a construção do Hospital de Caridade na nova capital, marcando o declínio de Oeiras como centro de tratamento médico. Sobre o assunto, o vice-presidente Paiva Teixeira, afirmou o seguinte:

> Até aqui o hospital de Caridade de Oeiras o unico, em que a humanidade enferma e desvallida achava recursos á seos males. Com a mudança da Capital reconheceo-se a necessidade da creação de hum semelhante estabelecimento n'esta nóva Cidade, ao paso que a de Oeiras diminuio à olhos vistos; o estado dos Cofres da Provincia não permitindo a existencia de dous hospitaes montados no mesmo pé, com o mesmo pessoal, e consignação da dispeza, resolveo a Assembléa Provincial, que desde logar fosse creado na Therezina hum hospital, Collocado no edificio em construcção, destinado para o quartel de Policia, para cujas accomodações consignou a quantia de 600000 reis, e reduzio o de Oeiras á huma só infermaria, á hum Enfermeiro que ao mesmo tempo servisse de Escrivão, e á hum Servente (Relatório Provincial, 1853, p. 9).

Dessa forma, com o fechamento do hospital, a redução dos profissionais e sem estruturas adequadas, as práticas de saúde pública em Oeiras haviam se tornado praticamente inexistentes, contando apenas com uma enfermaria. Como resultado, a população necessitada de assistência médica ficava sem cuidados, o que acabou resultando em mais casos epidêmicos e endêmicos por todo distrito, fazendo com que o temor da população se concretizasse, Oeiras, agora, estaria reduzida a uma cidade sem valor.

A nova capital e o estabelecimento do Hospital de Caridade em Teresina

A partir do século XIX, houve uma busca pela reorganização dos espaços urbanos das capitais provinciais visando torná-los mais saudáveis (Costa, 1989). Desde sua fundação, Teresina buscou um local saudável para sua construção, e em seu planejamento ficou estabelecido que o cemitério seria afastado do perímetro urbano, sendo este um passo importante para a criação de uma cidade moderna, com estrutura higiênica e um estilo de vida civilizado.

Porém, logo após a transferência da capital, problemas surgiram descontentando tanto a população quanto as autoridades locais. Como observado por Santos (2005, p. 8), "A sede do município do Poti estava, porém, parece que destinada a não prosperar, vez que premiada pelo rio e muitas lagoas ciliares por perto", o que resultava em enchentes frequentes em certos períodos do ano, causando doenças endêmicas típicas de áreas alagadas.

Nesse contexto, a medicina social ganhou destaque desde o início do século XIX, analisando os espaços urbanos para identificar se eles contribuíam ou não para a propagação de doenças endêmicas ou epidêmicas. A transferência de cemitérios e matadouros tinha como objetivo facilitar a circulação do ar e da água, buscando assim tornar o ambiente mais arejado e, consequentemente, mais saudável (Machado, 1978). As cidades buscavam a racionalização do espaço urbano, e a higiene se tornou uma das principais virtudes. Portanto, desde sua fundação, Teresina almejava ser um lugar higiênico e civilizado (Santos, 2016).

A administração da região realizou a construção de edifícios públicos, antes mesmo da transferência, como: a Igreja de Nossa Senhora do Amparo em 1850, seguido pelo quartel do corpo de polícia em 1851, Hospital de Caridade em 1854 e o cemitério público, conhecido como cemitério São José, iniciado em 1852 (Andrade, 2014). As obras passaram a se concentrar na nova capital, enquanto os outros distritos recebiam somente reparos, uma vez que a Província não possuía verbas suficientes, como afirma o presidente Antônio Francisco Pereira de Carvalho, no relatório de 1854:

> Obras tão grandes e tão dispendiosas como as que se achão em construção, teem-me privado de emprehender outras, de que tanto carece esta

> Capital, como sejão: hospital de Caridade, casa para o Lycêo, dita para os educandos e artifices, dita para o mercado, Capella dentro do cemiterio, e muitas outras que seria longo o refiri-las, mas para as quaes não tem a Provincia os precisos meios, para cuidar em todas simultaneamente (Relatório Provincial, 1854, p. 14).

No dia 1 de janeiro de 1854, o Hospital de Caridade foi inaugurado, de forma provisória, no quartel de polícia, comandado pelo médico Simplício Mendes. Enfermos de diversos distritos, como Maranhão, Ceará, Bahia, como também dos municípios do interior do Piauí, foram se tratar no hospital, que servia de referência. A mudança da capital afetou o número de doentes na província, contribuindo para o aumento das enfermidades, uma vez que a população já lutava contra a seca que assolava a região, como afirma Clodoaldo Freitas:

> Esta medida [mudança da capital], juntamente no momento em que a população indigente lutava com as calamidades da seca e maior era o número de enfermos pela aglomeração dessa massa de retirantes na capital, foi vexatório e deplorável, maximé havendo verbas destinadas a socorros públicos (Freitas, 1988, p. 33).

A Comissão de Socorros do Piauí atuou durante a segunda metade do século XIX, em diversas cidades que não possuíam serviços regulares de saúde pública, como em Oeiras, Barras, União, Campo Maior, Piripiri e São Pedro de Alcântara. Este serviço era responsável por fornecer auxílio à população pobre, não somente no tratamento de epidemias e endemias, como também no fornecimento de roupas, comidas, abrigo e remédios.

O Relatório de Província do Piauí de 1854 demonstrava que os principais doentes que deram entrada se qualificavam entre pobres, soldados de polícia e escravos nacionais, enquanto os presos eram tratados na própria cadeia, por não haver estruturas de segurança na casa de saúde. Estes se tratavam de diversas moléstias que predominavam no período, desde a sífilis e suas variedades, a tuberculose, até as chamadas febres intermitentes. Enquanto isso, a varíola continuava presente, já que a vacinação não era eficaz, pela má qualidade em

que chegava ao Piauí e pela ineficiência da inoculação, precisando solicitar as Províncias do Pernambuco e do Maranhão novas vacinas, para aplicar no sul da região, que se dava de modo recorrente (Relatório Provincial, 1854).

Com a implementação do serviço sanitário pelo Decreto nº 28, de 29 de setembro de 1851, o Dr. Simplício de Sousa Mendes foi nomeado provedor de saúde pública. Além disso, Delegados de Saúde foram designados em Parnaíba, como o Dr. João Ignácio Botelho de Magalhães, e em Oeiras, o Dr. José Servio Ferreira. Estas medidas foram adotadas em 1855, durante a gestão do Vice-Presidente José Boldoino Coelho, devido ao risco de epidemia de cólera resultante dos contatos com as províncias do Pará e da Bahia, que estavam enfrentando surtos da doença. Dessa forma, sob a perspectiva da presidência, os médicos deveriam tomar medidas preventivas contra a doença antes mesmo de sua ocorrência (Relatório Provincial, 1855).

Enquanto isso, o Hospital da capital operava regularmente, atendendo os menos favorecidos, que sofriam de uma variedade de doenças, sem que nenhuma alcançasse o status de epidemia naquele ano em particular. As enfermidades incluíam sífilis, febres, diarreia e alguns casos frequentes de lepra. O tratamento era baseado na medicina curativa, com os pobres sendo acolhidos na instituição enquanto recebiam cuidados.

Durante os períodos de epidemia em Teresina, várias práticas de cura eram propagadas. Anúncios em jornais retratavam conflitos entre médicos e curandeiros, um fenômeno que se intensificou ao longo do século XIX em todo o Brasil. Na tentativa de legitimar sua prática, médicos formados em faculdades de medicina, como o Dr. Simplício de Souza Mendes, denunciavam nos periódicos os métodos de cura de curandeiros e boticários como prejudiciais aos doentes, principalmente durante os surtos epidêmicos. Isso abria espaço para a legitimação da prática médica, com os médicos formados reivindicando autoridade apoiando-se na ideia de charlatanismo para promoverem a si mesmos como portadores da verdade científica.

Considerações Finais

Dessa forma, fica evidente que a Província do Piauí enfrentava carências estruturais na área da saúde pública muito antes da mudança da capital de Oeiras para Teresina. Serviços básicos de higiene, como água encanada e esgoto, eram inexistentes em toda a região e apenas foram gradualmente instalados a partir

do início do século XX. A principal motivação para a mudança da capital era facilitar a comercialização entre os distritos, algo que não era viável em Oeiras devido à sua localização mais ao sul. Vila Nova do Poti, por sua proximidade com os rios Poti e Parnaíba, permitiria a expansão do comércio fluvial.

Enquanto isso, a saúde pública não era uma prioridade na agenda imperial. Mesmo com o aumento dos casos de febre amarela e gripes devido às condições climáticas e à presença do rio Parnaíba, Teresina era considerada a escolha adequada para a nova capital. A abordagem da saúde pública na época era predominantemente curativa, visando apenas tratar as doenças sem investigar suas causas ou formas de prevenção.

O número de médicos formados atuando na capital era muito limitado, levando a população a buscar outras formas de cuidado e tratamento. Apesar da mudança do Hospital de Caridade para Teresina, da instalação de uma enfermaria em Oeiras e das visitas domiciliares irregulares realizadas pelos Delegados de Saúde em algumas cidades do interior do Piauí, os casos de doenças endêmicas e epidêmicas continuaram a assolar a população. As autoridades continuaram priorizando o progresso econômico e a modernização da nova capital em detrimento da saúde pública.

Referências

ANDRADE, Andreia Rodrigues de. A estruturação urbana de Teresina e seus primeiros prédios públicos. **XII Encontro Nacional de História Oral**: política, ética e conhecimento. Teresina, 2014.

BRITTO, Lucercio Gomes de. A mudança da capital. **O Echo Liberal**, Oeiras, 26 jan. 1852. Edição 00120, nº 123. Disponível em: www.memoria.bn.br/.

CHAVES, Monsenhor. **Obras Completas.** Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 1994.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e norma familiar**. 3 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

DOLHNILOFF, Mirian. **História do Brasil Império**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

EDLER, Flavio. **A medicina no Brasil imperial**: clima, parasitas e patologia tropical. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 1988.

GUIMARÃES, Maria Regina. **Civilizando as artes de curar**: Chenoviz e os manuais de medicina popular do Império. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016.

LIMA, Nilsângela. **Páginas da História do Piauí Colonial e Provincial.** Teresina: EDUFPI, 2020.

MACHADO, Roberto. **Danação da Norma**: medicina social e constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

PIAUHY, Palacio do Governo do. **Relatório da Comissão de Socorros do Piauhy de 1874.** Disponível: Casa Anísio Brito. Acesso em: 13 ago. 2023.

PIAUHY, Provincia do. **Relatorio que a' Assemblea Legislativa Provincial do Piauhy apresentou na sessão extraordinária de 1850; O Exmo. Presidente da Provincia Dr. Ignacio Francisco Silveira da Mota**. Oeiras do Piauhy: Typ. Saquarema. Disponível em: www.dds.crl.edu/.

PIAUHY, Provincia do. **Falla que o Presidente da Provincia do Piauhy Dr. Joze Antonio Saraiva dirigio a Assemblea Legislativa provincial no acto da abertura de sua sessão ordinária, em 3 de julho de 1851**. Oeiras: Typ Saquarema. Disponível em: www.dds.crl.edu/.

PIAUHY, Provincia do. **Relatorio que a' Assemblea Legislativa Provincial do Piauhy pelo Exmo. Senhor Presidente da Provincia Jose' Antonio Saraiva na sessão aberta em o 1° de julho de 1852**. Caxias: Typ. Independente de Filinto Elvisto da Costa. Disponível em: www.dds.crl.edu/.

PIAUHY, Provincia do. **Relatorio que a Assemblea Legislativa Provincial do Piauhy pelo Exmo. Senhor, Vice Presidente da Provincia Luiz Carlos de Paiva Teixeira na sessão aberta em 1° de julho de 1853**. Theresina: Em casa de João da Silva Leite, Rua Grande. Disponível em: www.dds.crl.edu/.

PIAUHY, Provincia do. **Falla com que o illustrissimo e excellentissimo Senhor Presidente da Provincia do Piauhy Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho abru a sessão ordinária da Assemblea Legislativa Provincial no dia 1° de julho de 1854**. Maranhão: Typ. do observador de F. M. de Almeida. Disponível em: www.dds.crl.edu/.

PIAUHY, Provincia do. **Relatorio apresentado a' Assembléa Legislativa Provincial do Piauhy na abertura da sua sessão ordinaria no dia 1° de novembro de 1855, pelo excellentissimo senhor Vice-Presidente da Província Baldoino José Coelho**. S. Luiz: Typographia do Progresso. Disponível em: www.dds.crl.edu/.

QUEIROZ, Teresinha. **Economia piauiense:** da pecuária ao extrativismo. 2 ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a república:** Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 1994.

REGO, José Pereira. **História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou o Rio de Janeiro em 1850**. São Paulo: Chao Editora, 2020.

SANTOS, Nádia. **Cidade ideal e real**: higienismo, epidemias e práticas de cura em Teresina (1852-1877). Graduação- Licenciatura Plena em História, Universidade Federal do Piauí. Picos, 2016.

SANTOS NETO, Antônio. **Teresina 150 anos (1852-2002)**. Teresina: Junior LTDA, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WESTIN, Ricardo. No Brasil Império, chegada do vírus mortal provocou negacionismo e crítica a quarentenas. **Jornal El País**, São Paulo. 07 jun. 2020.

Joaquim da Cunha Freire, o Barão de Ibiapaba: relações entre biografia e contexto histórico

Alisson Freitas da Silva[126]

Resumo

Um dos homens mais ricos do Ceará e do Norte do Brasil; responsável por melhoramentos urbanos na cidade de Fortaleza; político de prestígio. São essas palavras que "resumem" o cearense Joaquim da Cunha Freire (1827-1907) em estudos biográficos publicados na imprensa e em obras literárias. Temos como ponto inicial de partida os aspectos teórico-metodológicos da escrita biográfica renovada, a qual posiciona-se longe de apreender a totalidade da vida do indivíduo, e busca ligá-lo ao contexto no qual viveu, espaços e suas relações. O conceito de "trajetória" do francês Pierre Bourdieu nos auxilia para a construção da narrativa calcada nesse sujeito (Cunha Freire) e suas atuações várias nos diferentes contextos de sua vida. Desta feita, o presente estudo biográfico sobre Joaquim da Cunha Freire, afora recuperar os principais episódios de sua trajetória no Brasil Império como comerciante, militar, conservador graúdo, filantropo e Barão de Ibiapaba, busca complexificar sua "imagem biográfica" apresentada em biografias. O debate se dá a partir do entrelaçamento dessas narrativas (que ora o tornam "herói" e "grande homem", e ora o entendem como sujeito comum e realizador de ações cotidianas contraditórias e negativas) com tipologias diversas de fontes e estudos recentes sobre este personagem. Dessa forma, como conclusão, tem-se uma figura mais complexa, multifacetada e mais realista desse sujeito histórico a partir do estudo das ligações entre indivíduo e contexto histórico da cidade de Fortaleza e da província do Ceará na segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Barão de Ibiapaba; Biografia; Contexto histórico; Província do Ceará.

126 Graduado em História (UECE) e Mestrando em História (PPGHCE - UECE).

Introdução

Lidar com a trajetória de vida do cearense Joaquim da Cunha Freire, significa antes de tudo, conhecer um indivíduo que foi líder conservador, militar da Guarda Nacional, comerciante, traficante de escravos, filantropo, titular do império, dentre outros cargos, títulos e funções. Como componente da elite econômica e política local, ocupou posições de prestígio em diferentes instituições provinciais como a Santa Casa de Misericórdia e a Câmara Municipal de Fortaleza, por exemplo. Entre as muitas reverberações geradas por suas atuações no imaginário cearense, tem-se a existência de biografias que o colocam como "grande homem", assim como também escritos que o colocam como "vilão". Logo, além do debate com narrativas mais antigas, realizamos entrelaçamento e confrontamento destas com estudos recentes e fontes documentais, complexificando assim o personagem e as formas de narrar sua vida ao longo do tempo.

De caixeiro a proprietário no comércio de Fortaleza

Em 18 de novembro de 1827, na vila de Soure[127], Ceará, nascia Joaquim da Cunha Freire, o primeiro filho de Felisberto Correia da Cunha e da portuguesa Custódia Maria Ribeiro (Custódia Maria da Cunha)[128]. Anos depois, em 1831, Joaquim se tornava o filho mais velho com o nascimento do irmão, Severiano Ribeiro da Cunha.

Alguns anos após a morte do pai em 1832, os irmãos e a mãe se mudam para a capital da província, Fortaleza, uma cidade ainda pouco aparelhada de elementos urbanos, mas que já ocupava alta posição de poder político a partir do privilegiamento e centralização em volta das capitais imperiais (Lemenhe, 1995). Mesmo que houvesse a existência de vilas mais estruturadas (considerando a estética de casas, sobrados, aspecto de ruas, dentre outros elementos) e mais destacadas no setor econômico da província, como no caso de Icó e

127 Atual município de Caucaia.

128 Alguns de seus biógrafos não especificam a nacionalidade do pai, somente descrevem que este morreu em 1832 na província do Piauí.

Aracati, Fortaleza já indicava seu futuro como centro político-administrativo da província[129].

Era também na capital que a família materna de Joaquim da Cunha Freire residia. Antonio Vicente Ribeiro e Luiz Ribeiro da Cunha eram conhecidas figuras do meio comercial da capital. O primeiro, fora protetor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fortaleza, e morador na praça da mesma; já o segundo era o proprietário da firma comercial *Luiz Ribeiro da Cunha & Sobrinhos*, dono de diversos prédios urbanos e sujeito inserido no vil tráfico de escravos no Ceará. Joaquim, por exemplo, trabalhou como caixeiro comercial para Antonio Ribeiro e para José Correia de Melo (este possível parente paterno). O escritor cearense Antônio Sales escreve sobre esse período de sua vida:

> Conheci a tradição de que ele se empregara primeiramente como pisador de sal e salgador de couro num armazém de exportação. Deve haver exagero nisso; ele foi provavelmente caixeiro desse armazém de exportação, depois se tornou patrão, ao mesmo tempo que fundava no centro da cidade uma casa de fazenda e estivas para vender a prazo para o interior (Sales, 1995, p. 32).

Desse início precoce no setor mercantil da capital, em 1853, há poucos meses de completar seus 26 anos, junto de seu irmão, Severiano, abre a firma *Joaquim da Cunha Freire & Irmão*[130]. Loja de fazendas nacionais e internacionais, que em pouco tempo se tornou um dos principais da praça de comércio Fortaleza, haja vista pela natureza diversificada de seus negócios e investimentos. Localizada em um sobrado na antiga Rua da Palma (hoje Rua Major Facundo), a firma praticava o grosso comércio de importação e exportação, negociando desde víveres como, café, farinha, pimenta, azeite, assim como também, gêneros como algodão, vinhos, espanadores, velas, dentre outros. Além disso, Cunha Freire e sua firma são frequentemente encontrados em anúncios de compra e venda de escravos.

129 A partir do decreto imperial de 17 de março de 1823 a vila de Fortaleza foi elevada à categoria de cidade. Na década seguinte, mais especificamente em 1832, pode-se perceber o ganho de importância política da cidade por meio da criação da Assembleia Legislativa do Ceará.

130 A partir daqui iremos utilizar a sigla JCFI para referir-se a esse estabelecimento.

A década de 1860 se constituiu no período o qual Cunha Freire consolidou seus negócios e sua fortuna, principalmente pela alta do algodão cearense em decorrência dos conflitos da guerra de Secessão Americana entre 1861 e 1865, que por sua vez fizeram com que o até então principal produtor e exportador da planta branca no mundo, os EUA, sofresse com a desestabilização da sua produção. Diante disso, o mercado voltou-se para outros centros produtores, um deles a região norte do Brasil. Nas palavras do literato cearense Rodolpho Theóphilo, nesse período, "O Ceará inteiro estava coberto por um immenso algodoal" e "os armazens estavam cheios e a praia coalhada de fardos (Theóphilo, 2006, p. 36 - 38). O alta nos preços neste contexto é grande indicador da posição do algodão cearense para a economia de Fortaleza, em 1864-65 foram exportados via porto da cidade 1.403.261 quilos, enquanto que poucos anos depois, em 1869-70 o número foi de 5.219.147 quilos, arrecadando respectivamente os valores de 1.415:096$280 réis e 4.911:190$000 réis (Girão, 2000, p. 227).

Se Fortaleza já ocupava a posição centro político administrativo da província, foi somente a partir da segunda metade do século que, gradativamente, conquistou sua hegemonia econômica, sobretudo a partir do surto algodoeiro (Galvão, 2019). Foi nesse período que Cunha Freire buscou expandir seus negócios: com seu primo José Barroso, abriu a loja *Joaquim da Cunha Freire & Primo* (essa casa comercial foi aberta em 1861 e durou apenas 4 anos); na mesma década, tem-se a abertura de uma de suas firmas mais importantes em 1868. Novamente junto de Severiano, Cunha Freire instalou na província do Rio Grande do Norte, na cidade de Mossoró, a firma *Mossoró & Cia*. Este estabelecimento, segundo seu primeiro gerente e primo dos irmãos, o conhecido abolicionista João Cordeiro, fazia negócios com compra de algodão, couros e carnaúba que eram revendidos nas províncias do sul e do exterior (1945, p. 270 e 271). Assim como sua congênere fortalezense, a *Mossoró & Cia* negociava escravos e os revendia com altos lucros para praças de comércio vizinhas e para a região sul do império. Seu funcionamento vai até o ano de 1881 quando foi liquidada (Cascudo, 2010, p. 235). Já a JCFI negociou até o ano de 1884 e transformou-se na S. R Cunha & Cia sendo repassada a novos proprietários.

De certo modo, pode-se dizer que a fortuna de Cunha Freire teve nas trocas entre Fortaleza e Mossoró importantes pilares de sua fortuna. a partir

de suas firmas comerciais localizadas nessas duas cidades, acumulou grande fortuna. A partir de seus estudos sobre o espaço urbano de Fortaleza, Andrade nos revela que este foi um dos principais proprietários de imóveis urbanos da capital: em 1872 apresentava-se número de 28 imóveis em sua posse, os quais quase duas décadas depois havia aumentado para o total de 78 no ano de 1890 (2012, p. 240). A partir do comércio foi de caixeiro a proprietário, mas ainda há nessa sua faceta, ângulos e temáticas não assinalados pelos seus principais biógrafos.

Um modernizador e negreiro da capital

Para Guilherme Studart (2012)[131], Cunha Freire foi um dos homens mais ricos da região norte do Brasil e a partir de sua fortuna contribuiu para grandes melhoramentos urbanos na capital do Ceará. Visão essa que foi compartilhada por seu bisneto, Newton J. Studart (1985). Gustavo Barroso, por sua vez, afirma que o mesmo teria "vindo do nada" e aos poucos havia ascendido como o maior comerciante da capital (2000). De fato, como já exposto, Cunha Freire obteve grande riqueza a partir de sua profissão no comércio cearense, e a partir desta inseriu-se no processo de aparelhamento urbano da Fortaleza, como em 1859 e 1864, quando firmou contratos com o governo provincial para instalação da iluminação pública a gás carbônico. Não conseguindo arcar com as obrigações de contratante do serviço, repassou este para a empresa inglesa *Ceará Gas Company Limited*.

Até meados da década de 1860, como um dos resquícios da antiga posição político-administrativa do Ceará[132], não havia instituição reguladora do setor mercantil cearense. Com isso, os comerciantes precisavam cadastrar-se do Tribunal de Comércio da Província de Pernambuco. Foi a partir dessa importante ausência e visando melhorias gerais ao comércio local, e principalmente com o objetivo de findar a burocracia comercial com Recife, que um grupo de influentes comerciantes cearense concorreu para a criação da Associação Comercial do Ceará em 1866. Sua primeira diretoria efetiva foi composta por: Henrique Kalkman (presidente), Joaquim da Cunha Freire (vice-presi-

131 Edição fac similar, originalmente a obra foi lançada em 1913.

132 Antes de se constituir como província independente, durante o período colonial, o Ceará esteve sob jurisdição

dente), José Luís de Sousa (secretário), Francisco Coelho da Fonseca (diretor), Ricardo Hughes (diretor) Antonio Gonçalves da Justa (diretor) (Nobre, 1991, p. 327). Foi a partir dessa associação que se tem o primeiro contrato com o governo para a construção de uma ferrovia no Ceará em 1870, plano que se concretizou em 1873 com a inauguração do primeiro trecho dos trilhos - ligando a capital à localidade de Arronches. Nesse empreendimento, Cunha Freire foi um dos principais acionistas, chegando a possuir 200 ações.

Que Cunha Freire foi influente proprietário e comerciante já discorremos sobre tais fatos, inclusive com o auxílio de narrativas biográficas de alguns autores. O que não é citado por seus biógrafos, é que ambas as firmas comerciais eram ativas engrenagens do vil mercado negreiro do Norte. Por meio dos anúncios, podemos perceber esse ângulo ainda pouco explorado: "Joaquim da Cunha Freire e Irmão compram e vendem escravos de ambos os sexos, e sem excepção de cores, e de idade de 14 a 60 annos, mas que sejam robustos, e estejam em completo estado de saude, devendo acompanha-los documentos competente legalizados" (O Cearense, Fortaleza, 1866, p. 4); "Mossoró e Ca. compram escravos d'ambos os sexos de 14 a 24 annos de idade na Rua Conde d'Eu" (O Mossoroense, 1873).

Há na verdade em alguns escritos biográficos e jornais, destaque a episódios onde foi filantropo e concorreu em prol da causa da liberdade escrava.

> Philantropia christã - O Sr. Coronel Joaquim da Cunha Freire, também membro da commissão [...] declarou que alforriava duas escravinhas, filhas de duas escravas, uma de 14 mezes, e outra de 6 de idade. O que foi igualmente recebido com applauso, e consignado com louvor. Honra a sentimentos tão generosos, como philantropicos (O Cearense, 1869, nº 270, p. 1).

Por meio do livro de notas de compra e venda de escravos referente aos anos de 1865 a 1872, encontramos Cunha Freire em 22 negociações entre compra, venda e intermediação por procuração. A maioria dessas tinha a representação da JCFI. A partir do montante movimentado nas transações, chegamos ao valor estimado de 16:465$000 réis.

Nesse ínterim no qual se localiza o livro de notas, mais especificamente entre os anos entre 1865 e 1870, Cunha Freire compôs junto de outros ricos homens a comissão patriótica cearense encarregada do alistamento de novos soldados brasileiro para a guerra do Paraguai[133]. Analisando unicamente sua participação, foi responsável por firmar contrato com o governo imperial para que libertar escravos para o serviço da guerra, pagando "não mais que 1:200$000" réis (Jornal do Ceará, 1868, nº 03). Segundo dados recolhidos junto às edições do *Jornal do Ceará* de 1868, este apresentou pouco mais de 100 escravos aos órgãos militares da província. Se por um lado existem biografias que sequer mencionam seu envolvimento nesse tipo de negócio, a análise das fontes o liga e desvela recortes de participação em diferentes contextos no mercado negreiro local. *O Libertado*r de 17 de fevereiro de 1881, principal jornal abolicionista do Ceará, semanas após a greve dos jangadeiros cearense e anos antes do episódio abolicionista cearense de 1884, temos vislumbre do tipo de envolvimento deste indivíduo nesse tipo de negócio. O jornal afirma que havia comercializado 3 mil escravos e questiona o quanto de sua fortuna foi acumulada às custas de "lágrimas" e "sangue" desses indivíduos (p. 16).

De acordo com Sobrinho (2005), Cunha Freire foi um dos principais traficantes de escravos do Ceará, e se utilizou de diferentes artimanhas para lucrar a partir do tráfico. Para o autor foi a partir desse tipo de negócio que acumulou grande fortuna.

A partir das fontes mencionadas temos ciência de alguns parceiros nos negócios de tráfico. Além do irmão, Severiano Ribeiro da Cunha, aparecem João Antônio Capote e Antonio Albano como seus procuradores. João Leopoldo Modesto Leal (Conde Modesto Leal), segundo um jornal do Rio de Janeiro, foi um "ex-tropeiro, capitão do matto" responsável por trazer do Ceará escravos de Joaquim da Cunha Freire (Gazeta de Notícia*s*, 09 de fevereiro de 1918, p. 1).

Diante do exposto, o que pode ser dito é que há grande diferença ao confrontar biografias e fontes sobre Cunha Freire quando tratamos especificamente de sua atuação como negociante. Enquanto que nas biografias se percebe um claro apagamento e tentativa de consolidação da imagem de um

133 Muito possivelmente pela sua atuação no recrutamento para a guerra, foi promovido a Tenente-coronel da Guarda Nacional em 1868.

"homem de negócios", "que não tinha nada e venceu tudo" e até discursos o entendendo como "chefe abolicionista cearense", como o do jornal *Diário de Notícias (RJ)* de 06 de maio de 1893; em jornais, anúncios, contratos, temos em detalhes as formas, as relações e temporalidades de suas ações.

Da mesma forma que libertava seus escravos em saraus e sessões de manumissões, os vendiam para praças de comércio vizinhas ou os enviavam para o Rio de Janeiro ou províncias do sul. Foi por meio do comércio e também do tráfico negreiro que Cunha Freire ascendeu de caixeiro a rico proprietário. Foi a partir da venda de negros escravizados que tenha se torado, em algum momento da segunda metade do século XIX, um dos homens mais ricos do Norte[134].

Um homem "graúdo" e seus títulos

De modo simultâneo ao acúmulo de riqueza, a influência política de Cunha Freire também ganhava contornos mais claros na medida que se envolvia em diferentes setores da sociedade cearense.

Uma das primeiras instituições públicas onde constava seu nome foi a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. Inaugurado em 1861, o principal logradouro de saúde do Ceará foi gerido por indivíduos pertencentes às elites políticas e econômicas da província ao ocuparem o cargo de Vice-Provedor, assim como também, outros cargos de suas mesas administrativas. Cunha Freire se liga a essa instituição ao compor a sua primeira mesa administrativa no ano de 1861, ao ocupar o cargo de mordomo. Também chegou a ocupar em anos posteriores o cargo de tesoureiro, em 1865, e a vice provedoria de 1870-1873 e novamente em 1876. Foi um dos poucos provedores que estiveram à frente da instituição por mais de uma vez.

No tocante a política, tornou-se figura que defendia os ideais do Partido Conservador cearense, à época comandado por Miguel Fernandes Vieira. Com a morte deste último em 1862, formaram-se dissidências dentro do par-

134 Importante destacar que essa "tensão entre biografia e fontes" está presente também em biografias de tantos outros ricos homens do Ceará e de sua capital que participaram do movimento abolicionista na província. Cunha Freire e esses sujeitos eram na verdade conhecidos traficantes de escravos que por diferentes questões aproximaram-se do discurso abolicionista durante as décadas de 1870 e 1880. Há debate se o que esses indivíduos praticavam era abolicionismo ou emancipacionismo.

tido, gerando assim, o aparecimento de duas alas contrárias que ficaram conhecidas como "Miúdos e "Graúdos". Essa disputa entre as alas pode ser vista principalmente por meio da imprensa local. Em 1863, junto de Domingos Jaguaribe, Cunha Freire fundou o jornal *A Constituição* como forma de contrapor-se às ideias de Pedro *II* (folha conservadora miúda criada em 1840). Vale ressaltar que, a criação do jornal graúdo se localizava em um contexto de clara efervescência comercial e financeira de Fortaleza. O que corrobora ainda mais com a afirmação anterior de que a década de 1860 se constituiu como o período de consolidação da fortuna de Cunha Freire.

Em sua primeira edição o jornal posicionava-se a sociedade e principalmente, devido ao racha político local, aos partidos concorrentes:

> Nosso titulo indica nosso fim: esforçamo-nos pelo fiel cumprimento de todos os preceitos constitucionaes, procurando implantar no animo da população, que o acatamento à Constituição do Imperio he o único meio de manter a integridade da Nação, e eleval-o ao gráo de prosperidade, e importância, á que a fertilidade de nosso sollo, e extenção de nosso território nos permitten aspirar, eis a árdua tarefa, que vamos tomar sobre nossos debios hombros [...] (A Constituição, Fortaleza, 24 de setembro de 1863, p. 1).

Em diferentes momentos a figura central da Constituição imperial e do Imperador são pontos de exaltação do periódico durante sua existência. Distribuído inicialmente em formato pequenos, foi modificado para *standart* e sua circulação diária passou a ser semanal. Foi "palco" de inúmeras contendas com outros jornais que circulavam no mesmo período, como o Pedro II e O Cearense, jornais de adversários políticos de seu principal proprietário. Fosse no Ceará ou na Corte, Cunha Freire era alvo de críticas de seus adversários e figura frequente no noticiário político. No âmbito local, podemos destacar a grande rivalidade com o Gonçalo Baptista Vieira (Barão de Aquiraz), o chefe do partido miúdo e proprietário do Pedro II.

Em artigo de 28 de março de 1872, o A Constituição rebate o Pedro II ao referir-se a algumas condecorações obtidas por Cunha Freire. Segundo jornal

o graúdo, tratando sobre o título de barão obtido por Vieira em 1871, enfatiza que as condecorações de Cunha Freire em 1868 e 1871 (respectivamente o hábito e comenda da Ordem da Rosa) foram-lhe concedidas por seus serviços prestados na campanha do Paraguai e não por doar donativos, como havia publicado o Pedro II, taxando a afirmação como inverdade.

Sua atividade como político conservador cresceria ainda mais a partir da criação do jornal, fazendo com que seu nome fosse publicado cotidianamente na imprensa, não somente como proprietário de jornal, mas também como uma das principais figuras políticas do Ceará durante a segunda metade do século XIX. Durante muitos anos foi vice-presidente da Província do Ceará, tendo assumido como presidente interino em várias ocasiões.

Tabela 4 - Joaquim da Cunha Freire como Presidente da Província do Ceará

Quantidade de posses	**Duração do Mandato**
	Data Inicial
Posse 1	24 de abril de 1869
Posse 2	13 de dezembro de 1870
Posse 3	27 de abril de 1871
Posse 4	09 de janeiro de 1872
Posse 5	30 de outubro de 1872
Posse 6	11 de setembro de 1873
Posse 7	12 de março de 1874

Fontes: Almanak da Província do Ceará (1873) e Revista do Instituto do Ceará (3°- 4° trimestres, 1900).

Os relatórios de província de seus governos nos dão algumas passagens interessantes de suas atuações. Ao analisar o relatório de 1872, por exemplo, com poucos dias de assumido o governo, Cunha Freire suspendeu do exercício de suas funções, Cel. Joaquim Ribeiro da Silva, então Presidente da Câmara Municipal de Sobral, em razão deste ter criado imposto de forma indevida sobre bolandeiras (moinhos) existentes no município. Segundo o presidente interino, o dito imposto não existia. (Relatório do Presidente da Província, Joaquim da Cunha Freire, 1872).

Durante o sexto período de posse em 1873 (ou seu sexto governo), um dos melhoramentos urbanos a serem efetivados pelo governo provincial era

o serviço de esgotamento da área urbana de Fortaleza. Severiano Ribeiro da Cunha e seu sócio, foram os escolhidos para firmarem o contrato para a instalação do sistema. Essa atitude do governo para com o contrato fez com que os liberais do jornal pernambucano *A Província* acusassem o então presidente interino do Ceará de transformar o governo provincial em "armazem de negocios e transações", haja vista que ao mesmo tempo que acumulava diferentes posições no comércio acabava interferindo politicamente no setor (A Provincia, PE, 1873, n° 137).

Após seus sequenciais governos interinos, em 1874, aos 46 anos, Cunha Freire foi agraciado com o título de Barão de Ibiapaba pela Coroa brasileira por em decreto assinado em 17 de janeiro de 1874, o qual foi referendado por João Alfredo Correia de Oliveira, então Ministro dos Negócios do Império. A referência a Serra de Ibiapaba, localizada na atual região noroeste do Ceará, se deu pelo fato de ter possuído terras na região.

No tocante a referendação do título por João Alfredo, curiosamente, por meio de um conjunto de cartas, temos ciência de que Cunha Freire nutriu relação política de proximidade com um dos principais ministros conservadores do império. O teor das cartas vai desde felicitações pela criação do gabinete do império chefiado por João Alfredo em 1888 até assuntos como o ambiente político na província, o comportamento da oposição, os próprios governos de Cunha Freire e até indicações políticas como o parente José Sombra de viagem ao Rio de Janeiro. A questão que fica pendente é que, antes da titulação, não há indícios de uma relação entres os dois conservadores, nem por meio de cartas e nem, por meio da imprensa imperial[135]

Antonio Sales nos conta que após ter recebido o título de barão, Cunha Freire teria perdido sua personalidade comercial, havia se casado e se mudado para o Rio de Janeiro, e que na corte passou a especular na bolsa de valores e perdido considerável parte de sua riqueza (1995, p. 35 e 36). Entramos em acordo com o literato cearense quando este nos diz que Cunha Freire se casou e mudou para a corte. Não temos como elencar o ano de sua mudança para o Rio de Janeiro, mas consta-nos que voltou ao Ceará e casou-se com Maria

135 O conjunto documental foi digitalizado pela Universidade Federal de Pernambuco e está disponível em: https://repositorio.ufpe.br/browse?type=author&value=Ibiapaba%2C+Joaquim+da+Cunha+-Freire%2C+Bar%C3%A3o+de.

Eugenia dos Santos[136] de acordo com telegrama enviado do Ceará ao jornal A Notícia (RJ) publicado em 16 de setembro daquele ano. Quanto a ter perdido sua personalidade comercial, há certo exagero nisso por parte do escritor.

Após 1874, o então Barão de Ibiapaba, continuaria comerciando como antes. Possivelmente até mais do que antes. Tanto é que a relação entre ocupar o cargo de presidente ou vice-presidente da Província e continuar comercializando foi alvo de grandes críticas na imprensa imperial: "continua a menos a comprar escravos e remmeter para o Rio de Janeiro, a despachar na alfandega e recebedoria, a assistir ás reuniões de credores, nas fallencias de seus devedores, a fazer contractos de seguros [...]". Ainda segundo o jornal, fazia nove anos que o "político negociante" acumulava as diferentes ocupações (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 05 de abril de 1877, p. 4).

Como se pode perceber, Cunha Freire esteve à frente da província por sequenciais anos, acumulando atuações ora positivas e nobilitantes, assim como também, contraditórias e omissas. Em 1886 publica ao Partido Conservador e aos seus correligionários texto se retirando do jogo político imperial e descrevendo balanço de suas ações:

> Ha quasi dous annos deixei a vida comercial, porque assim exigia a minha saudade; agora pelo mesmo motivo, e por outros que não vem ao caso expôr, entro em uma licença politica por tempo indeterminado [..]
> Ha quasi 36 annos tenho prestado meus serviços ao partido, com desinteresse e ate com sacrificio, respeitando sempre os principios de moralidade e as conveniencias da causa publica. Tenho consciencia de haver feito quanto podia. Na ausencia envio aos meus amigos um abraço fraternal, e aos meus dignos correligionarios um aperto de mãos agradecido.
> Ceará, 18 de janeiro de 1886
> Barão de Ibiapaba (A Constituição, Pará, domingo, 7 de fevereiro de 1886).

136 Pode-se encontrar menções a Maria Eugenia dos Santos como Baronesa de Ibiapaba, principalmente na imprensa imperial do último quartel do império, como nas primeiras décadas do Período Republicano.

Havia saído do comércio, e aos 59 anos publicava que por tempo indeterminado sairia também dos holofotes políticos. Contudo, apesar da situação de saúde, se nome consta como um dos nomes que encabeçava umas das listas senatoriais do Ceará enviadas ao Imperador em 1889, junto de Tristão Alencar Araripe, Cel. Antônio Pinto Nogueira Aciolli, Barão de Aquiraz, Dr. Leandro Bezerra Monteiro e Conselheiro Rodrigues Junior. Acioli foi o nomeado, e a República tratou de anular essa última eleição senatorial no Ceará. Findava ali a participação política do conservador graúdo Cunha Freire no império.

Conclusão

Joaquim da Cunha Freire faleceu poucos dias antes de completar 80 anos de idade, no dia 12 de outubro de 1907, no Rio de Janeiro. O destaque político de outrora já não era mais o mesmo. O estudo de sua vida a partir noção de trajetória de Bourdieu (2006), que por sua vez busca extrapolar a análise centrada unicamente no indivíduo e ligá-lo aos diferentes contextos e redes de relações, nos possibilitou o confrontamento entres biografias factuais já existentes sobre o indivíduo e a ampliação de sua imagem biográfica a partir de novos estudos e de fontes documentais diversas. A partir disso, acredita-se ter complexificado a imagem biográfica desse multifacetado indivíduo (negociante, modernizador, traficante negreiro, político conservador, militar e titular do império).

Referências

BARROSO, Gustavo. **Coração de menino:** memórias. Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 3° ed., 2000.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8° ed., p. 183-191, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a história de Mossoró**. 5. ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2010.

CEARÁ, **A Constituição**, Fortaleza, 1863, n° p. 01.

CEARÁ. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Provincia do Ceará Para o anno de 1873, Segundo Anno**, Editado por João Baptista Pereira, Fortaleza, 1873.

CEARÁ. Relatórios de Presidentes de Província**. Relatório Apresentado ao Ex. Sr. Comendador João Wilkens de Matos pelo Ex. Sr. Joaquim da Cunha Freire no dia 12 de janeiro de 1872**. Fortaleza, Typographia Constitucional. Acervo da Biblioteca Estadual do Estado do Ceará.

CORDEIRO, João. Apontamentos biográficos de João Cordeiro, escritos por êle próprio. **Revista do Instituto do Ceará**. Ano 1945. Fortaleza: Instituto do Ceará, p. 270-292, 1945.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 1893, n° 2850, p. 01.

GALVÃO, Rubismar Marques. **Ferrovias no Ceará:** suas tramas políticas e seus impactos econômicos e culturais (1870-1930). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História/UFCG. Campina Grande, 2019.

GAZETA DE NOTÍCIA*S*, Rio de Janeiro, 1918, n° 40, p. 01.

GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 2° ed., 2000.

JORNAL DO CEARÁ, 1868.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Expansão e Hegemonia Urbana:** o caso de Fortaleza, Tese de Mestrado em sociologia, UFC, 1983.

NOBRE, Geraldo da Silva. **Historicidade da Associação Comercial do Ceará (1866-1991)**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

O CEARENSE, Fortaleza, 1866, n° 2105, p. 04.

O CEARENSE, Fortaleza, 1869, n° 270, p. 01.

O LIBERTADOR, Fortaleza, 1881, n° p. 16

RIO DE JANEIRO. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, n° 94, 1877, p. 04.

RIO GRANDE DO NORTE. **O Mossoroense**, Mossoró, 1873.

PARÁ, **A Constituição**, Belém, 1886, n° 29, p. 02.

PERNAMBUCO, **A Provincia**, Recife, 1873, n° 137, p. 02.

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTORICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ, 3°- 4° trimestres, 1900.

SALES, Antonio. **Novos Retratos e Lembranças**. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1995.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. **"Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais ti vê, Amaru Mambir":** O Ceará no tráfico interprovincial (1850-1881). Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História/ UFC. Fortaleza, 2005.

STUDART, Guilherme. **Diccionário BioBibliographico Cearense**. Edição fac-símile - vol. II. Fortaleza: Íris;Secult, 2012, p. 16.

STUDART. Newton Jacques. **Barões do Ceará**. Fortaleza: IOC, 1985, p. 97.

THEÓPHILO. Rodolpho. **O Caixeiro**: reminiscências (Edição fac-similar). 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

A seca de 1877 e os tipos: Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo e a querela sobre a verdade e o ficcional

José de Arimatéa Vitoriano de Oliveira[137]

Resumo

Sendo a seca um assunto que perpassa a produção literária e historiográfica local, a partir do final do século XIX, vamos destacar a divergência referente à representação desse fenômeno climático que envolveu dois importantes nomes das letras cearenses na última década do século XIX, sendo estes Adolfo Caminha (1867-1897) e Rodolfo Marcos Teófilo (1853-1932). A querela entre ambos se inicia após a crítica feita por Teófilo, publicada em 1895 no Jornal "O Páo", órgão da Padaria Espiritual, à obra "A Normalista", de Caminha, mais especificamente a caracterização do personagem Bernardino de Mendonça. Tal personagem, ao sentir os efeitos da estiagem de 1877, decide-se por partir, com toda a família, rumo à capital, ao final daquele ano. Teófilo crítica a atitude de Mendonça, de não resistir e partir de sua terra sem perseverar mais, indicando que isso não seria "natural" ou algo considerado como "tipicamente cearense", não representando, assim, o habitante do sertão, denotando, então, a falha de Caminha em transpor a realidade para sua obra ficcional. Teófilo contrapunha em sua crítica o protagonista de seu romance "A Fome", Manoel de Freitas, descrito como persistente e resignado e que, somente depois de lutar contra os rigores da natureza, "até perder a carne do corpo e a paz do espírito e depois desiludido do inverno de 1878 e sem mais recursos no sertão", é que optara por retirarse de sua terra. Desse modo, e analisando a resposta de Adolfo Caminha, para quem Teófilo, em sua obra sobre a seca, "não conseguiu dar senão páginas sem estilo, sem arte, sem verdade às vezes", lançamos mão dessa divergência, destacando a percepção dos referidos autores em relação à realidade e suas formas de descrição literária, indicandose a estreita correlação deste tipo de narrativa com a história, a verdade e a realidade, o que nos leva a analisar, ainda, a produção historiográfica de Teófilo sobre a seca, que lhe possibilitava descrever o vivenciado com a

137 Professor adjunto do Curso de História, Campus da cidade de São Raimundo Nonato, da Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

autoridade de quem escreveu aquilo que presenciou. Sendo assim, ao analisar a querela entre os dois autores mencionados, podemos discutir as conexões entre literatura e historiografia e as representações da história nessas duas formas narrativas, buscando perceber, a partir das indicações contidas nas críticas lançadas por ambos, o contexto da produção intelectual no Ceará entre o final do século XIX e o começo do XX.

Palavras-chave: Literatura; História; Seca; Narrativas.

Dois dos mais importantes autores cearenses atuantes na década final do século XIX, Rodolfo Marcos Teófilo (1853-1932) e Adolfo Caminha (1867-1897), produziram obras de caráter Realista-Naturalista, sendo da lavra de Teófilo, nesse período, os romances *A Fome* (1890), *Os Brilhantes* (1895), *Maria Rita* (1897), *O Paroara* (1899) e *Violação* (1899), livros que, tal como indica Alfredo Bosi, estavam "atulhados com o jargão científico do tempo, mas que valem como retorno literário da seca e da imigração" (Bosi, 2004, p. 195).

Farmacêutico de formação, Teófilo não deixava de inserir em seus romances termos apontados, por um crítico literário do século XX, como "um vocabulário científico pedante" (Moisés, 1989, p. 77), vocabulário este também muito utilizado pelo autor em suas obras de caráter historiográfico, tal como *A História da Seca do Ceará (1877-1880)*, efetivamente publicada em 1884 (constando o ano de 1883 na edição original). Com esse trabalho, submetido à comissão de admissão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o autor tornou-se sócio correspondente dessa instituição em 1890.

Quanto a Adolfo Caminha, falecido, no Rio de janeiro, ainda antes de completar os trinta anos de idade, de sua criação destacamos os romances *A Normalista* (1893), *No País dos Ianques* (1894) e *Bom Crioulo* (1895), além das *Cartas Literárias*, sendo estas de crítica literária e publicadas em 1895.

Sendo assim, e apresentados os autores, indiquemos que Teófilo e Caminha podem ser inseridos no movimento literário classificado como Realismo-Naturalismo, do qual destacamos o seguinte aspecto dessa vertente, essencial para compreendermos a querela que consta no título desse artigo e que envolveu os dois autores aqui referidos. Dessa forma, e nos valendo do que indica o crítico Afrânio Coutinho, tal manifestação literária "procura

apresentar a verdade. Esse tratamento verdadeiro do material, essa verossimilhança no arranjo dos fatos selecionados" (Coutinho, 1988, p. 186), sendo que esse procedimento, essa referida procura pela verdade, ocorreria por meio do retrato fiel dos personagens e das situações descritas e de tudo aquilo que envolvia o desenvolvimento da narrativa apresentada.

Diante disso, e tendo em mente a perspectiva quanto a procura em apresentar a verdade, algo pretendido por Teófilo e Caminha em seus romances, passemos à tal querela que envolveu esses dois relevantes nomes das letras cearenses nos derradeiros anos do século XIX. Tudo começou em 1891 com uma crítica acerca do romance *A Fome*, publicada na *Revista Moderna*, fundada por Adolfo Caminha, em Fortaleza.

Dali basta que citemos o seguinte trecho, como nos informa Sânzio de Azevedo, em livro dedicado à vida e obra de Caminha, para que percebamos que a apreciação sobre o livro que marcara, em 1890, a estreia de Rodolfo Teófilo no romance, não fora nada favorável, nem à obra, tampouco ao seu autor: "mas em tempo algum conseguirá um lugar proeminente na literatura nacional" (Revista Moderna, 1891 *apud* Azevedo, 1999, p. 106).

Inicialmente publicada sem indicação de autoria, em 1891, o que levou Teófilo, segundo Azevedo (1999, p. 106), a "não responder às críticas por virem sem assinatura", tal crítica, com algumas modificações, seria reeditada em 1895 nas *Cartas Literárias*, das quais tiramos o trecho abaixo, demonstrando o pouco entusiasmo de Adolfo Caminha sobre *A Fome* e seu autor, discordando dos muitos elogios dedicados, em 1890, pela imprensa da capital cearense, quando do lançamento do referido livro:

> Uma obra de subido quilate, disse *una voce* a imprensa, uma obra de incontestável merecimento literário!
> Eu contesto.
> Não duvido que *A Fome* seja a melhor, a mais bem acabada, a mais conscienciosa produção do Sr. Teófilo. Acredito-o piamente, uma vez que a imprensa foi uníssona em dizê-lo, pois não tenho a honra em conhecer a *História da Seca*, nem a *Monografia da Mucunã*, nem a *Botânica Elementar*, nem as *Ciências Naturais em Contos*,

> nem as obscuras *Campesinas* (versos). Creio, entretanto, que toda essa volumosa bagagem científico-literária é de pequena importância, a julgar pela *Fome* que se diz ser a principal obra do autor (Caminha, 1895, p. 140).

Exemplo bem-acabado daquilo que marcava a verve crítica de Adolfo Caminha, que cultivava "o sarcasmo, a ironia, o dito de espírito" (Ribeiro, 1957, p. 55), acima vemos algo como o "reconhecimento" sobre a volumosa obra "científico-literária" de Teófilo, culminando, contudo, com a assertiva de que nada daquilo tinha valor, pois, se *A Fome* era sua principal produção, cujo mérito era contestado pelo autor da crítica, e tendo-a como parâmetro às demais, evidente ficava o pouco apreço de Caminha por Teófilo e, por extensão, a sua vasta produção.

Porém, se anteriormente, em 1891, Rodolfo Teófilo não respondeu àquela crítica, sem autoria assumida, editada na *Revista Moderna*, eis que então, em 1895, com a devida indicação do autor, sua resposta não tardou, sendo publicada n'*O Pão*, órgão da Padaria Espiritual, agremiação fundada em 1892 e que teve Caminha como um dos membros fundadores (o autor se mudaria para o Rio de Janeiro ao final desse mesmo ano) e que, a partir de 1894, também contaria com Teófilo como um de seus integrantes.

Assim sendo, a querela entre ambos ganhava um novo capítulo em 1895, a partir da crítica feita por Teófilo em relação ao modo como um personagem no romance *A Normalista*, de Caminha, publicado dois anos antes, agiu diante do enfrentamento da seca e da forma como decidiu abandonar o lar, no interior da província, rumando para a capital, em busca de socorro. Nesse ponto, a polêmica residiu na resistência que tal personagem deveria ter demonstrado ante a estiagem que, segundo Teófilo, seria a "maneira natural" como o homem cearense lidava com a intempérie.

Nesse caso, entenda-se por "maneira natural" do homem cearense, conforme Teófilo, os modos de agir e viver que seriam próprios desse sujeito, resultantes de sua vivência em uma área afetada pelas recorrentes estiagens, questão essa recorrentemente apresentada pelo autor em suas obras historiográficas que abordavam essa temática, tal como naquela referente à seca ocorrida no ano de 1915, na qual consta que "o mal que nos atormenta não

é daqueles que o esforço humano não possa contornar. A natureza dotou o cearense de resistência orgânica assombrosa, para que pudesse enfrentar a seca" (Teófilo, 1922a, p. 2).

Para Teófilo, portanto, dito fenômeno climático modelaria o tipo, a índole e o caráter do habitante do Ceará, fatores que o tornariam trabalhador, sóbrio, disciplinado e com propensão à emigração. Desse modo, a seca condicionaria certas características físicas e morais do homem cearense, fazendo dele alguém que agiria de acordo com as condições impostas por esse evento climático, demonstrando, por sua vez, a tal "naturalidade", na forma de viver, agir e reagir, próprias de quem morava no Ceará. Fugir dessa descrição, portanto, seria faltar com a verdade.

Isso posto, e retornando à desavença entre os dois citados autores, temos que no romance *A Normalista*, Adolfo Caminha nos apresenta um personagem, o patriarca de uma família do interior, Bernardino de Mendonça, que decide, em dezembro de 1877, retirar-se para Fortaleza, após amargar os prejuízos que aquele primeiro ano de seca causaram, vendo o número crescente de indigentes que rumavam à capital, em penosíssimas condições, na busca da ajuda oficial ali prestada. Como um dos proprietários mais abastados do lugar, Mendonça conseguiu resistir por mais tempo que os demais moradores do lugar, contudo, em dezembro daquele ano, com quase tudo perdido, tomou-se a decisão de finalmente partir.

E foi justamente essa decisão de partir, mesmo com a ressalva de ter sido um dos últimos do lugar a tomar essa iniciativa, que tanto desagradou a Teófilo e fez merecer dele uma das mais desfavoráveis análises do mencionado livro de Caminha, na crítica publicada em 1895, como referido anteriormente, no periódico *O Pão*.

Saboia Ribeiro, biógrafo de Caminha, comenta tratar-se essa crítica feita por Teófilo como algo despropositado. A série de artigos n'*O Pão,* publicada entre os números 19 e 23 da revista, de julho a setembro de 1895, se caracterizava, conforme Ribeiro, por uma "fúria de iconoclasta insaciável" (Ribeiro, 1957, p. 57). Seja como for, e tendo em mente que os artigos de Teófilo eram a resposta às críticas anteriores feitas por Caminha, escolhemos passar ao largo das razões e motivos que levaram um ao outro a esse embate, pois nosso intento, aqui, é indicar a questão da verdade, cobrada por ambos em suas críticas.

Assim, apenas dois anos depois da edição d'*A Normalista*, no Rio de Janeiro, cidade para onde se transferiu Adolfo Caminha após deixar o Ceará, seu livro merecia uma resenha, na revista da entidade que ajudara a fundar.

Logo no começo de sua análise, Teófilo demonstra seu entendimento sobre o caráter do romance de Caminha, ao afirmar que, com ele, "ia o Ceará iniciar a escola realista no Norte" (Teófilo, 1895, p. 3), indicando, logo na sequência, tratar-se o livro "de um romance fundido nos moldes no naturalismo moderno" (Idem). Portanto, sob estes moldes, esperava-se da obra que apresentasse a objetividade, a realidade e, por conseguinte, a verdade, "amparados na ideia positiva do fato real" (Moisés, 1989, p. 15).

E essa objetividade, ladeando-se à realidade e à verdade, se via comprometida logo nas páginas iniciais d'*A Normalista*, tal como evidenciado por Rodolfo Teófilo, ao afirmar que a descrição que Caminha faz da residência do amanuense João da Mata, onde também morava sua afilhada, a protagonista Maria do Carmo, fugia de qualquer coerência com os fatos reais vivenciados na cidade de Fortaleza daquela época. Assim, citemos o trecho em questão:

> Um casebre de porta e janela na Rua do Trilho, coberto de fuligem e com um piano na sala de visitas! O pincel do Sr. Caminha foi infiel logo no primeiro traço. Como historiador de costumes sacrificara a verdade a arranjos dramáticos e romanescos. O instrumento de música era-lhe necessário para uma passagem do romance e pô-lo na sala de um pobre amanuense, retirante e que nos diz viver mal a custa de seus setenta e cinco mil reis mensais! (Teófilo, 1895, p. 3).

Assim, a crítica feita àquele que deveria agir enquanto "historiador de costumes" ocorre pela verdade "sacrificada" em prol de arranjos literários, tidos como dramáticos e romanescos, que, ao darem "sentido" à narrativa do romance, somente o fazem ao deixar de lado a descrição fiel dos costumes habituais daquela sociedade. Destaque-se, como não poderia deixar de ser, a utilização, por Teófilo, do termo "historiador de costumes", ressaltando sua visão em relação a todos aqueles que intentassem descrever a realidade a partir de uma perspectiva naturalista.

As críticas de Teófilo prosseguem em seu texto, incluindo a "infidelidade" apontada na escrita de Caminha para com a verdade, ao representar a seca de 1877, levando-nos ao ponto referente à decisão do personagem Bernardino de Mendonça, em partir rumo à capital, deixando seu lugar de origem, questão criticada enquanto "desvirtuamento da verdade", exemplo daquilo que teria sido sacrificado em favor dos referidos arranjos dramáticos e romanescos, tal como observado no trecho abaixo:

> Não seria mais natural, mais cearense, Mendonça lutar pela salvação de seus haveres até perder a carne do corpo e a paz do espírito e depois desiludido do inverno de 1878 e sem mais recursos no sertão, emigrar, mas emigrar como todos os seus conterrâneos, com a trouxa na cabeça e o bordão de peregrino na mão? [...] Esse e outros erros de observação ressaltam a todos os instantes do livro do Senhor Caminha (Teófilo, 1895, p. 3).

Em resumo, podemos afirmar que críticas diversas são destinadas ao livro resenhado de Adolfo Caminha. Da cavalgadura utilizada pela família de Mendonça, para a viagem à capital cearense, até os presentes deixados para Maria do Carmo, às vésperas de partir para o Pará, pois se ele estava falido, como poderia despender dinheiro com tamanha regalia?

Assim, ao evidenciar as inconsistências no livro de Caminha, Teófilo valorizava a si mesmo, autor de obras que tinham a seca como temática, fazendo questão de registrar, em seus livros, que buscava cumprir "o sagrado dever de historiar os fatos com toda a imparcialidade" (Teófilo, 1922b, p. 214).

Não tendo pretensão histórica, mas se valendo da história para imprimir credibilidade à sua escrita, o autor d'*A Normalista* pecava, aos olhos de Teófilo, justamente por não obedecer à necessidade de inserir a verdade histórica no enredo de seu texto, deixando de narrar os fatos conforme realmente ocorridos, arrematando o autor da crítica que aquele tratava-se de um livro "romanesco e por demais dramático, é esse tipo digno mais dos contos de fadas, com todos os atributos do maravilhoso do que de uma página realista" (Teófilo, 1895, p. 3).

Dessa maneira, para Rodolfo Teófilo, o romance de Adolfo Caminha, ao apresentar inconsistências na busca em retratar, de forma convincente, a realidade que o cercava, dessa realidade se apartava e ao "maravilhoso" pagava tributo, fugindo das exigências que recaíam sobre um autor que pretendia basear sua escrita nos aspectos factuais e realistas da sociedade.

Lembremo-nos que Caminha já havia anteriormente desancado o romance *A Fome*, publicado por Teófilo em 1890 e que visava, por mais que fosse uma obra ficcional, a pautar-se pela história. Contudo, critica mais contundente não se fez ao livro, mas a seu autor e sua pretensão de tratar e descrever a realidade. Assim, temos na análise feita por Caminha que:

> Um assunto como as secas do Ceará, digamos com franqueza, inteligentemente aproveitado por José de Alencar ou por Aluízio Azevedo, fosse como romance, fosse como simples narrativa dramática, daria, estou certo, páginas admiráveis de estilo e verdade, enquanto o Sr. Teófilo, que é nortista, que sempre residiu em sua terra, que assistiu *de visu* todas aquelas cenas canibalescas e incríveis de miséria e fome, não conseguiu dar senão páginas sem estilo, sem arte, sem verdade às vezes, e eu diria sem interesse, se a grandeza do assunto, a própria essência da obra não nos obrigasse a ler todo o livro, pondo de parte sua feição literária (Caminha, 1895, p. 140-141).

E se Teófilo criticara a falta de realismo de Caminha, cujo protagonista de seu livro não demonstrava a resistência esperada, perante a seca, de um homem do interior do Ceará, na sua análise anterior, Caminha também apontava indícios de que a realidade que Teófilo descrevia em seu romance não era condizente com a realidade vivenciada, tal como observado, quando de sua referência ao protagonista de *A Fome*:

> Aquele acordar de Manuel de Freitas, no sertão, depois de uma luta inglória contra os rigores da seca, que começa forte, nada tem de verdadeiro. Vejamos. Uma bela manhã, Freitas levanta-se

> mais cedo que de costume, e, calmo, estupidamente calmo, sem vislumbre de comoção, diz para a mulher: – "acorda os filhos, reúne depois a roupa indispensável a cada um em uma maca, que vamos deixar essa terra antes de sair o sol". Chega a ser ridícula essa cena, que deveria ser uma das mais tocantes do livro (*Ibid.*, p. 143).

Mas, para além da feição literária de cada autor, voltemos ao ponto específico criticado por Teófilo em relação à atitude do personagem Mendonça, que de maneira pouco "natural", portanto, menos cearense, não resistiu ao avanço da seca e não renovou suas esperanças com a chegada do inverno, no início do ano de 1878. Desse modo, lutar até "perder a carne do corpo e a paz do espírito", era o comportamento a se esperar do homem cearense ante a seca, postura idealizada, tanto por Teófilo, como por outros autores da época, que ressaltavam a resistência desse sujeito diante da inclemência do clima.

Assim, agregava-se às características elogiosas dadas ao homem cearense, além das já citadas anteriormente, como apego ao trabalho e disciplina, a expectativa de demonstrar uma resistência heroica, que mesmo com corpo e espírito padecendo das agruras da seca, somente desistir da terra quando não fosse mais possível lutar.

Mas, até quando manter a luta? Rodolfo Teófilo observa que "Mendonça, depois de um labutar na salvação de seus rebanhos, fugir em dezembro, gordo e sadio, e não esperar pelo inverno de 1878 a começar em janeiro" (Teófilo, 1895, p. 3), seria uma desfeita. Mas não propriamente pela opção de não mais esperar, mas sim pela condição de ainda poder resistir, vide permanecer gordo e sadio.

Se compararmos os procedimentos de Bernardino de Mendonça e Manuel de Freitas, respectivamente os patriarcas das famílias retratadas nos romances *A Normalista* e *A Fome*, vemos que ambos se decidem por sair do interior e rumar à capital, diante da ruína provocada pela seca. Mas enquanto Mendonça se retirava em dezembro de 1877, Freitas assim o fez em novembro do mesmo ano. A diferença estaria no fato de que Teófilo descreve seu personagem como persistente e resignado, que somente depois de lutar, contra os rigores da natureza, é que se retirava, mas antes "empenha-se na luta, reúne todos os

elementos que dispõe, e resoluto decide-se a arcar contra o flagelo" (Teófilo, 1890, p. 5).

A opção pela fuga, em direção à cidade de Fortaleza, deveria ocorrer somente após renhida resistência. O próprio Teófilo, na sua *História da Seca do Ceará*, afirmava que "o cearense foi talhado para resistir aos caprichos das estações de sua terra. Exuberantemente provam-no seu caráter, índole e hábitos" (Teófilo, 1922b, p. 352). Outro autor que citou essa heroica "exuberância de caráter" foi o Barão de Studart, que se referiu à seca de 1877, como uma "longa e pavorosa caminhada de um povo heroico através dos mais cruéis sofrimentos, vítima da inclemência da natureza, e vítima de sua própria imprevidência" (Studart, 1909, p. 46).

Portanto, essa condição de vítima, dos rigores da natureza e de si mesmo, por causa de sua imprevidência, não justificaria para Rodolfo Teófilo a atitude do personagem do livro de Adolfo Caminha, pois, repitamos, fugir antes de resistir não seria algo "natural", "naturalmente" cearense. E esse modo de agir, essa realidade observada por Rodolfo Teófilo que, segundo ele, não estaria bem representada n'*A Normalista*, seria o ponto a merecer-lhe mais críticas na mencionada obra de Caminha.

À parte o histórico de desavenças entre Rodolfo Teófilo e Adolfo Caminha, podemos destacar, nas críticas mútuas que ambos fizeram, a ênfase na capacidade (ou na falta dela) de descrever a realidade que se propunham a narrar. Assim, mesmo para um romancista, exigia-se a qualidade de historiador, mas um "de costumes", que seja dito!

Por fim, e já nos encaminhando para o desfecho desse artigo, e ainda tratando das tais exigências que recaíam sobre quem se dedicava a descrever a realidade, nesse final de século XIX, refiramos a um trecho do romance *A Fome*, em que Teófilo descreve uma cena que, tida por verídica, assim o diz por ter sido ele, o autor, testemunha ocular do ocorrido. Dessa maneira, "cenas desumanas" constam descritas no capítulo VIII, na terceira parte do livro, intitulado "Misérias", que começa da seguinte forma: "chegou a hora da separação. Quatrocentos retirantes de todas as idades marchavam em préstito para o porto da cidade" (Teófilo, 1890, p. 265).

E ao longo das dez páginas seguintes sucedem-se as tais cenas desumanas, que Teófilo diz ter presenciado. O embarque no porto de Fortaleza era pre-

cário, sendo feito por pequenas lanchas, que levavam os indivíduos ao navio, ancorado a certa distância da praia, o que tornava a situação caótica, que, juntando-se ao caráter dramático da situação, foi assim descrita pelo autor, da maneira mais realista que ele pôde fazer:

> Os encarregados do embarque dos emigrantes, num açodamento cruel, faziam transportar para bordo das lanchas os retirantes. O serviço era feito de um modo desumano e aflitivo! Não havia um cais, uma ponte para atracar as embarcações. Uma dúzia de homens fortes e musculosos, nus, tendo apenas uma tanga, trabalhadores da capatazia do porto, faziam o embarque dos emigrantes a tostão por cabeça, com a mesma humanidade com que costumavam carregar os fardos de algodão, os sacos de açúcar. Não havia ali respeito à velhice, decoro à honestidade, e proteção à infância! [...]
> As crianças gritavam assombradas quando se viam carregadas de mar adentro e muitos dos carregadores faziam-nas calar a empuxões! Além do modo bárbaro de embarcá-los, por cúmulo de perversidade, a zombaria dos trabalhadores, a galhofa que faziam dos seios das mulheres expostos pela nudez à sua brutal irrisão e que a fome havia reduzido a esguias pelangas! (*Ibid.*, p. 266).

A longa descrição factual que o autor faz do embarque dos retirantes, que prossegue no decorrer de todo o capítulo, ao navio que os levaria à Amazônia, provém da observação direta que ele teve desses fatos, sendo esse relato, portanto, mais uma descrição histórica da realidade vivenciada que uma construção ficcional sobre essa mesma realidade, conforme indica o crítico literário Massaud Moisés, para quem, o autor buscou "menos ficcionalizar que historizar os acontecimentos" (Moisés, 1989, p. 79).

Ainda de acordo com Moisés, a obra literária de Rodolfo Teófilo, voltada para a temática da seca, destaca "o traço documental em detrimento do ficcional, num estilo que um crítico rigoroso aproximou da ´secura e o descolorido de um inventário ou de um corpo de delito`" (*Ibid.*, p. 81).

Tratava-se de José Veríssimo (1857-1916), um dos primeiros e mais importantes estudiosos da literatura nacional, atuando no final do século XIX, o tal "rigoroso crítico" a quem se referiu Massaud Moisés. Sobre Rodolfo Teófilo, escreveu, no começo do século XX, que o autor já era conhecido por várias produções, "umas de imaginação, outras de estudo sobre o Ceará, seus costumes e aspectos naturais" (Veríssimo, 1901, p. 262).

E, apesar de reconhecê-lo enquanto autor consciencioso e sincero, e até mesmo, digno de estima, Veríssimo direciona-lhe sua mencionada critica rigorosa: "os processos descritivos do autor, principalmente quando quer referir estados d'alma, têm a secura e o descolorido de um inventário ou de um corpo de delito" (*Ibid.*, p. 266).

As críticas que Veríssimo e Moisés fazem à obra ficcional de Teófilo se referem ao fato desse autor se escorar em acontecimentos verídicos para embasar sua escrita literária, numa sobreposição que, sempre partindo da história, por ele observada e descrita em sua obra sobre o tema, destacava o excesso de informações, na feição de um inventário, condicionando sua produção literária a uma simples repetição do vivido e não a uma criação ficcional, a partir do vivenciado.

Os detalhes na descrição do embarque dos retirantes ao navio que os levaria à Amazônia, que se prolonga por todas as páginas do capítulo, incluindo-se detalhes técnicos da embarcação, sendo esse apego às minúcias uma característica presente nas produções de Teófilo, sejam literárias ou históricas, condiciona sua obra a esse tipo de desconsideração por parte dos referidos críticos literários.

Mesmo sendo um nome engajado no realismo, Teófilo, ainda conforme esses críticos, seria um autor que enveredava pela ficção firmemente calcado na história, a ponto de Moisés indicá-lo como alguém que "praticou o *romance-documento*, e até o limiar da esterilidade, mercê de o plano fictício ceder ao histórico, transformando a narrativa em reportagem de onde o brilho, a fantasia e a originalidade não raro desertaram" (Moisés, 1989, p. 82).

Todavia, podemos considerar que, se para a literatura a obra de Rodolfo Teófilo falhara pelos excessivos processos descritivos ou por conceder, ao histórico, lugar privilegiado ante o ficcional, ao que aqui nos cabe, em uma análise historiográfica, tais críticas se tornam elogios e ditas falhas são vertidas em qualidades, justamente por nos conceder um panorama detalhado da vivência

cearense nos períodos afetados pela seca, seja nos livros que o autor dedicou à história, como também naqueles publicados visando à literatura.

E, deixando ao largo as implicâncias de Teófilo sobre Caminha, sendo o inverso também aplicável, vemos também n'*A Normalista* qualidades descritivas que servem a nós, estudiosos do século XXI, como "narrativas em reportagem" ou, então, servindo-nos como "inventários" ou "corpos de delito" que nos insinuam, revelam ou descrevem acontecimentos e vivências do final do século XIX.

E, tal como referido por Paul Ricoeur, no entrecruzamento da história e da ficção, visto e praticado hoje em dia pelos historiadores, podemos olhar para autores como Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo, este, enveredando tanto pela historiografia como através da literatura, e perceber a relação circular entre essas duas formas narrativas, naquilo que propõe Paul Ricoeur, de que a ficção "dá ao passado essa vivacidade de evocação" (Ricoeur, 2010, p. 325), evocação da realidade, diga-se. Realidade esta que tomamos como o ponto de partida de toda narrativa historiográfica. E, por que não, também de toda produção literária.

Referências

AZEVEDO, Rafael Sânzio de. **Adolfo Caminha**: vida e obra. 2. ed. Fortaleza: Ed. UFC, 1999.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 42. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

CAMINHA, Adolfo. **Cartas literárias**. Rio de Janeiro: Tip. Aldina, 1895.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira**. v. III. Realismo. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1989.

RIBEIRO, João Felipe de Saboia. **Roteiro de Adolfo Caminha**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo 3, o tempo narrado. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

STUDART, Guilherme (Barão de). **Climatologia, epidemias e endemias do Ceará**. Fortaleza: Tip. Minerva, 1909.

TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome**: cenas da seca do Ceará. Fortaleza: Gualter R. Silva Editor, 1890.

TEÓFILO, Rodolfo. A Normalista. Parte I. **O Pão**, ano II, n. 19, Fortaleza, 1º jul. 1895.

TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1915**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922a.

TEÓFILO, Rodolfo. **História da seca do Ceará (1877 a 1880).** 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922b.

VERÍSSIMO, José. **Estudos de literatura brasileira**. 1ª série. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.

Mucuripe resiste: lutas pelo direito a cidade nos séculos XX e XXI

*Ianna Edwirges Uchoa Almeida**[138]

Resumo

Esta apresentação oral se propõe a refletir sobre as formas de resistência no Bairro Mucuripe-Fortaleza/CE em fins do século XX e no século XXI. Tais experiências, mesmo que separadas por temporalidades, parecem se entrelaçar por meio do elo identitário dos mucuripenses, mesmo que diante da gentrificação, fruto das constantes ofensivas do capital imobiliário imposta a esta comunidade desde meados do século XX. Nos anos finais do século XX, mulheres mucuripenses, Vera Lucia Marcelino Miranda e Raimunda Alves de Souza, usaram a arte para retratar as memórias de um Mucuripe do passado, não com um tom saudosistas de outros tempos, mas como formas de expressão do patrimônio histórico-cultural do território do Grande Mucuripe, bem como de um Mucuripe de contornos idílicos e utópicos, ambos ameaçados por ofensivas do capital imobiliário. O uso da memória como meio de reflexões para o presente também é mote para o Acervo Mucuripe, espaço criado no ano de 2017 por Diego di Paula, mucuripense, que usa os espaços das redes sociais e de sua própria casa para refletir sobre o direito a cidade e o direito de construir uma sociabilidade mucuripense mais humana em meio as contradições da reificação dos sujeitos e experiências do Grande Mucuripe. Pretendemos, a partir de uma pesquisa centrada na trajetória dos sujeitos supracitados, pensar as múltiplas formas de resistência no bairro Mucuripe, assim como a construção de memórias e identidades mucuripenses. Enxergamos a pesquisa à ser desenvolvido em linha de continuidade com o trabalho monográfico "História e memória da trajetória do Padre José Nilson: Através da igreja edificará o Mucuripe (1950 - 1960) defendido em dezembro de 2017 para fins de conclusão da licenciatura em História na UECE. Neste trabalho, buscamos compreender a formação do espaço de memória construído por Vera Lucia Marcelino Miranda nos anos de 1997. Nosso objetivo, agora,

138 Graduada em história pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), colaboradora do Acervo Mucuripe, ponto de memória nacional pelo IBRAM.

gira em torno de reconstruirmos a trajetória de sujeitos cujas experiências se entrelaçam com a construção da memória e da identidade mucuripense, bem como com os sonhos de um Mucuripe outro.

Palavras-chave: Memoria; Identidade; Mucuripe.

Este artigo pretende refletir sobre as estratégias de resistência da comunidade do bairro Mucuripe ante o intenso processo de especulação imobiliária, fruto da modernização e urbanização no qual a cidade de Fortaleza passou ao longo do século XX, mais intensamente nos idos dos anos de 1950.

Embora entendamos que um dos critérios necessários ao exercício da prática historiográfica seja a precisa delimitação temporal para uma análise mais apurada das fontes e seu lugar social de produção[139] buscaremos nesse exercício a empreitada de apresentar e refletir sobre um processo de luta contínua que perpassa o século XX e XXI. Embora tais reflexões possam parecer genéricas e/ou totalizantes, compreendemos que as expressões de resistência são contínuas e seguem um projeto comum de defesa de identidade local ante as ofensivas do capitalismo imobiliário nessa área da capital cearense.

Tais reflexões germinaram de um primeiro trabalho, naquele momento, nosso trabalho monográfico como critério parcial para obtenção do título de graduação em História pela Universidade Estadual no ano de 2017 no qual nos centramos em analisar a memória constituída em torno da figura do pároco da igreja de N. Sra. da Saúde, localizada no bairro Mucuripe.[140] Padre José Nilson de Oliveira Lima, que desde o ano de 1950 liderava a paróquia local, realizando não só um trabalho espiritual, mas sobretudo social, no combate a situação de extrema miséria que se encontrava o Mucuripe, ainda vila de pescadores (Girão, 1998).

No processo de construção da pesquisa supracitada nos deparamos com uma multiplicidade de apropriações individuais da memória constituída em torno do líder religioso. Embora as imagens das memórias sejam peculiares a cada sujeito e intransferíveis, pudemos constatar, nesse caso estudado, a

139 Conceito apresentado por José D'assunção Barros em: A Fonte Histórica e seu lugar de produção. Petrópolis, RJ : Vozes, 2020. E na obra O jornal como fonte histórica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

140 História e Memória da trajetória do Padre José Nilson: "através da igreja edificará o Mucuripe" (1950-1960), Uece, 2017.

construção de uma memória social e coletiva importante para atar o laço da identidade comum aos mucuripenses.

Neste nosso exercício de escrita que ora desenvolvemos é uma ponto de partida de pesquisa e reflexão histórica, onde aproximamos sujeitos que temporalmente se distanciam, mas que vivem no mesmo território, e que mantem as lutas e resistências em pauta ao longo das últimas três décadas, se levarmos em consideração o nosso recorte inicial, com o fim dos anos 80, em um contexto de transformações sociais e políticas dentro do cenário nacional, com o advento dos novos movimentos sociais e da promulgação da constituição democrática de 1988, que estabelece a cidadania e suas formas de expressão, dentre os quais o direito à moradia.

O direito a habitação deve ser garantido a todo cidadão, no entanto, a realidade brasileira mantem uma estrutura marcada por grandes desigualdades e exclusões, principalmente nos grandes centros urbanos, onde a força do capital imobiliário é determinante para o desenvolvimento do espaço geográfico, que no caso do Mucuripe é marcado por intensas intervenções a fim de atender as demandas do poder público e do setor privado, principalmente ligadas a cadeia produtiva do turismo, sobretudo entre os anos de 1940 e 1970 onde Fortaleza passou a explorar o mar como espaço de lazer e habitação das elites, como nos destaca Eustógio Dantas[141], criando-se um forte processo de gentrificação. Diante disso, as populações que ocuparam inicialmente essa porção do território, principalmente migrantes oriundos do interior do estado do Ceará e que passaram a desenvolver suas atividades de sobrevivência ligadas ao mar, foram compulsoriamente retirados junto com suas habitações.

Diante desse rápido panorama da relação socioeconômica que Fortaleza desenvolveu com mar ao longo de sua historicidade, faz-se necessário localizarmos o bairro Mucuripe, que se encontra na zona leste da cidade, formando junto com mais 6 outros bairros o que territorialmente compõem o Grande Mucuripe[142], e como já mencionamos anteriormente, essa área, antes comunidade pesqueira tradicional, passou por intensas modificações espaciais, fru-

141 Mar á vista: estudo da maritimidade em Fortaleza, 2. Edição- Fortaleza: Edições UFC, 2011.

142 Os bairros que formam o grande Mucuripe são: Mucuripe, Varjota, Papicu, Vicente Pinzón, De Lourdes, Praia do Futuro I. Regionalização apresentada pelo Acervo Mucuripe, projeto de memória comunitária.

to de um projeto de modernização e urbanização da cidade, e com isso, a ocupação do solo do Mucuripe passou a ser centro de uma hipervalorização.

Como nos aponta (Cavalcante, 2017 p. 26-47) em sua tese em Geografia: "Os meandros do habitar na metrópole: expansão urbana e controle territorial na produção do litoral de Fortaleza" o grande Mucuripe tem um espaço geográfico complexo e de grande heterogeneidade socioespacial, pois aglutina em um mesmo território o contraste entre luxuosos prédios residenciais e meios de hospedagem, em destaque na Av. Beira Mar, e moradias que ainda carecem de sistema de água e esgoto. Além disso, essa área da cidade apresenta a dinamicidade de atividades portuárias, industriais e a sobrevivência da pesca artesanal.

Isto posto, passaremos a analisar as formas de resistências dos mucuripenses como ações de contraofensiva ante o poderio do capital imobiliário, bem como, um modo de exercício de sua cidadania. Esse coro de vozes populares não é algo isolado, mas se deu em um cenário nacional, principalmente por meio dos novos movimentos sociais. No caso do Mucuripe não foi diferente, uma vez que as lideranças comunitárias buscaram entoar as suas dificuldades e instrumentos para a defesa de seu território e identidade, uma das formas de resistência se deram por meio das artes plásticas, através de obras que retratam um Mucuripe do passado ou onírico com o objetivo de sensibilizar que para as percas causadas pela descaracterização ambiental e social do bairro.

A artistas que retratam o bairro vivenciaram as transformações no Mucuripe ao longo do século XX, saindo de uma vila de pescadores até a frenética verticalização. Raimunda Alves de Souza e Vera Lúcia Marcelino Miranda, embora não produzissem suas obras juntas, tinham o mesmo propósito de se utilizar da arte como comoção á memória coletiva e identidade local. Ambas retratam um Mucuripe ainda como vila de pescadores e com sociabilidades peculiares da época, destacando os elementos da natureza e os símbolos locais, tais como o Farol do Mucuripe.

As obras apresentam os elementos importantes a identidade do mucuripense: os elementos da pesca (a jangada e o jangadeiro), além disso, os aspectos naturais: o mar, as dunas e a vegetação local, a obra de Mundinha também demostra os elementos da sociabilidade e das habitações no Mucuripe ainda como pacata vila de pescadores.

As mucuripenses assumem a postura de lideranças comunitárias em distintas frentes de atuação. Uma das frentes de atuação são pelas denúncias as ofensivas do capital imobiliário em jornais de grande circulação em Fortaleza, tais como o jornal.

O Povo, periódico e que apresenta caderno direcionados *a cidade*, onde em 29 de setembro de 1989 traz matéria sobre as intervenções do setor imobiliário no bairro. Vale destacar a articulação dos moradores pela defesa do meio ambiente e da moradia por meio do Fórum Popular Mucuripe Resiste, buscava aglutinar as demandas dos moradores.

Raimunda Alves de Souza, uma das artistas já mencionadas[143] era umas das representantes e imputava as grandes empreiteiras o processo de descaracterização do Mucuripe ao longo das últimas décadas. Como nos mostra a matéria de jornal, aqui utilizada como fonte, o crescimento da verticalização impunha grandes ameaças a qualidade de vida dos moradores, que nesse caso apresentado pela matéria do periódico, poderiam perder parte da área de suas residências.

Além de denúncias das ações das grandes empreiteiras, também ganharam as páginas dos jornais a defesa pelo Riacho Maceió, manancial que percorre o grande Mucuripe, nascendo do bairro Papicu e desaguando na avenida Beira Mar, centro das atividades turísticas da capital. O Riacho Maceió tem várias configurações dentro do bairro Mucuripe, desde trechos que sofrem com a intensa poluição e descaso por parte do poder público até outro trecho que se torna atrativo de visitação e sociabilidade, pois está defronte a Av. Beira Mar. Indubitavelmente o Riacho Maceió foi a grande testemunha de todas as reconfigurações socioespaciais do bairro.

Outras frentes de resistência dos Mucuripenses são a criação de espaços de memória, ou como nos coloca Pierre Nora "lugares de memória" (Nora, 1993) onde os indivíduos ou grupos designam como espaços de salvaguarda de suas lembranças. Tais lugares criam laços de pertencimento e identidade, instituindo uma memória coletiva a maneira de Maurice Halbwachs (2003).

Estas experiências se deram em dois momentos distintos, o primeiro em 1997 com Verinha Miranda, que mantinha em sua residência localizada a

143 Jornal O Povo, caderno cidades matéria com o título: Construtora e moradores do Mucuripe disputam terreno em 29/09/1989.

Rua Boa vista *o Acervo Cultural do Mucuripe Padre José Nilson* e o segundo na história do bairro com o morador Diego Di Paula, que em 2017 criou o *Acervo Mucuripe*, se utilizando das redes sociais e o espaço físico de sua residência na Rua Álvaro Correia para debater o direito a cidade, a memória e História do Mucuripe, criando uma aproximação entre as instituições de ensino e a comunidade.

Estes espaços são iniciativas individuais de lideranças comunitárias e que tem como função o trabalho de seleção, salvaguarda e comunicação com a comunidade do bairro, buscando efetivar um exercício de museologia social, que como nos indica o IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus, tem a importante tarefa de permitir a própria comunidade refletir sobre a sua memória, permitindo assim a construção de uma narrativa "de dentro para fora"[144].

Entendemos que tais espaços de memória são experiências contínuas, embora estejam separadas por temporalidades. Ambos os idealizadores-trabalhadores dos acervos vivencias as mudanças e permanências socioespacial do Mucuripe e engendram seus projetos como modos de resistência aos intensos ataques do capital imobiliário.

O primeiro acervo se encontra em um contexto em que o país respirava os ares de redemocratização e buscava consolidar a sua cidadania por meio da ampliação dos direitos civis, sociais e políticos. E embora a Constituição Cidadã, que a pouco havia sido promulgada, garantisse tais direitos, na prática as estruturas sociais desiguais ainda não permitiam acessos a tais direitos, e uma das formas de reivindica-los fora a construção de mecanismos de educação por meio da memória local.

A mesma lógica reverbera para o atual acervo, que busca nas redes sociais sensibilizar para a educação patrimonial e o direito a cidade, permitindo a mediação entre as instituições de ensino e pesquisa para com a comunidade. Além de realizar a experiência de turismo comunitário, por meio das trilhas urbanas no bairro, que evidenciam as contradições e desigualdades em seu espaço geográfico. Sobre o trabalho enquanto memorialista e educador, Diego Di Paula apresenta: "Quando eu monto o acervo e chego nas redes sociais,

144 Site do IBRAM: https://www.gov.br/museus/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/programa-saber-museu/temas/museologia-social# acesso em 19/03/24.

esse trabalho ganha outra dimensão. Comecei a receber diversas fotos e materiais armazenados por pessoas que recordam como era viver no Mucuripe nas décadas de 1960,1970 e 1980"[145].

Como vemos no pequeno trecho da fala do educador-idealizador do Acervo Mucuripe, Diego Di Paula, a própria comunidade cria laços por meio das lembranças, cria-se um elo, que aqui chamamos identidade nas teias das memórias coletivas, não podemos deixar de pontuar que tais construções são marcadas pelos apagamentos e silenciamentos.

Com todas essas formas de resistências no Mucuripe nos cabe entender que a memória é uma fonte poderosa para a compreensão do passado e para a criação de perspectivas de um presente e projeto de futuro mais verdadeiramente democrático e cidadão.

Referências

ALMEIDA, Ianna E. Uchoa. **História e Memória da trajetória do Padre José Nilson:** "através da igreja edificará o Mucuripe" (1950-1960), monografia curso de História, Uece, 2017.

ANDRADE, Matheus Cardoso de. **As vidas e os destinos de um riacho:** o Maceió entre o turismo, o patrimônio e a memória (1988-1998). Dissertação de mestrado em História, 2023.

BARREIRA, Irlys Alencar Firmo. **O reverso das vitrines:** conflitos urbanos e cultura política em construção- Rio de janeiro: Rio Fundo. Ed, 1992.

BARROS. José D'assunção. **A Fonte Histórica e seu lugar de produção.** Petrópolis, RJ : Vozes, 2020.

BARROS. José D'assunção. **O jornal como fonte histórica.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** Tradução Maria Letícia Ferreira-1 ed, 4 reimpressões; São Paulo: Contexto, 2018.

CAVALCANTE. Eider de Olivindo. **Os meandros do habitar na metrópole:** expansão urbana e controle territorial na produção do litoral de Fortaleza. Tese de doutorado em Geografia, UFC, 2017.

145 Matéria da Revista Nossa Voz, da Câmara Municipal de Fortaleza, Ano IV, 10 edição. Novembro/dezembro (2022).

CARVALHO, José Murilode. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho-16 ed- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

DANTAS, Eustógio. **Mar à vista:** estudo da maritimidade em Fortaleza, 2. Edição- Fortaleza: Edições UFC, 2011.

GIRÃO, Blanchard. **Mucuripe - de Pinzón ao Padre Nilson**. Fundação Demócrito Rocha, Fortaleza, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou, São Paulo: Centauro, 2003, 224 p.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade:** presenteísmo e experiências do tempo ed, 1 reimp- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. – (coleção História Historiografia).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de: Yara Aun Khoury. **Projeto história**, [s. n.], v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101.

A produção do espaço público na ótica das revistas ilustradas da cidade de Natal (1925- 1930)

Karine Maria Lima Lopes[146]

Resumo

Este trabalho objetiva investigar de que maneira a publicidade veiculada em revistas ilustradas e jornais editados na cidade de Natal tencionaram criar a consciência social da modernidade e do progresso como índices de uma urbe sincronizada às nações civilizadas, tomando como parâmetro a França e a Inglaterra. No período delineado, o governador José Augusto e, posteriormente, Juvenal Lamartine conduziram um processo de inserção da capital na modernização internacional, mas as classes sociais abastadas e pobres enfrentaram um processo de urbanização repleto de contradições e de transformações fragmentárias. Contudo, as imagens publicitárias veicularam imagens estereotipadas da organização da cidade e de seus choques culturais, na vida cotidiana, como uma espacialidade que alcançou o domínio da aviação, a formação do Aeroclube, o convívio educado no espaço público, o culto à beleza e o consumismo acelerado de produtos domésticos, artefatos de beleza, remédios, roupas, alimentos e até casas e terrenos, transformando as sensibilidades dos consumidores na era de reprodução técnica de imagens e de textos articulados. A revista Cigarra, criada em 1928 por intelectuais como Aderbal França, e desenhada pelo artista Erasmo Xavier, propagava ao público leitor a imagem da capital da aviação, repleta de praças ajardinadas e ruas asseadas em virtude da modernização técnica administrada pelo estado, em consonância com o regulamento sanitário que regulava os padrões das construções particulares, cortiços, hábitos particulares de higiene e instituía medidas de preservação do patrimônio urbano, em 1925, na ótica das teorias médicas microbianas. Essas transformações estavam inscritas no espaço e nos comportamentos sociais, e foram enaltecidas pelas revistas ilustradas. Nesse sentido, analisaremos os

146 Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e especialista em Docência com ênfase na Educação Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). E-mail: karine.lopes.102@ufrn.edu.br.

anúncios de mercadorias e o repertório fotográfico estampado nas revistas "Cigarra", "A Escola Doméstica" e no jornal "A Republica", na perspectiva de perceber as dissonâncias entre o mundo criado pelo paradigma moderno republicano e o mundo próprio da realidade social em conflito, no cotidiano inventivo em que as classes populares lutavam por sua sobrevivência e resistência na urbe, excluídas do acesso à eletricidade, aos transportes coletivos e às medidas saneadoras adotadas de modo exclusivo pelos proprietários mais abastados e detentores de um vasto patrimônio material e fundiário. Em consonância com referenciais teóricos acerca da sociabilidade e da emergência na publicidade na imprensa, procuramos investigar como anúncios e conjuntos fotográficos difundidos no meio social natalense se relacionam à perspectiva de ordenação dos espaços e aos valores com os quais diferentes classes sociais passaram a conviver no alvorecer do século XX, tais como a assimilação de um ideal de urbanidade, o apreço pela cultura europeia, o refinamento do gosto, a rapidez no consumo de massa e o hábito de leitura dos clichés nas variadas e abundantes reportagens fotográficas. Delimitamos como recorte temporal final da narrativa o ano de 1930, em que a publicação da Cigarra foi interrompida em meio ao desenvolvimento de um golpe de estado naquele período, por Getúlio Vargas, o qual ameaçou a permanência da política dos governadores no regime republicano.

Palavras-chave: Revistas ilustradas; Cidade; Publicidade; Modernização.

Introdução

O presente trabalho objetiva compreender a difusão do consumo de produtos modernos anunciados no jornal *A Republica* e nas revistas de pequena veiculação que eram lidos na capital norte-rio-grandense, a partir das primeiras décadas do século XX. No período em análise, os homens letrados, os grupos dominantes e as oposições políticas, na capital e em todo estado, difundiam um desejo de remodelação urbana, intensificado a partir do processo de circulação de produtos, pessoas, valores e ideias que chegavam dos navios ancorados do porto (Jobim, 2017). Esses grupos alimentavam um discurso que realçava o "progresso" e fundamentava-se na ideia de aceleração, de consumismos e de velocidade do tempo. Conforme esses indivíduos enfatizaram, "havia uma força guiando os povos rumo ao futuro, em marcha acelerada, e

que era preciso abrir caminho para que o Rio Grande do Norte fosse colhido por essa força" (Arrais, 2017, p. 4).

Iniciamos o nosso recorte temporal com o ano de 1900, a partir do qual se iniciou a primeira administração do governador Alberto Maranhão e, em ritmo mais acelerado, uma série de transformações materiais que almejavam alterar, lentamente, as feições da cidade. Entre as transformações que a capital sofreu entre os anos de 1908 e 1913, podemos destacar a execução de obras como o teatro Carlos Gomes, o jardim público nas praças Augusto Severo e André de Albuquerque e os bondes elétricos, as quais privilegiaram bairros situados nas áreas nobilitadas da cidade, cujo chão foi revestido por intervenções urbanas sistemáticas.

Os recursos locais, dirigidos para obras como o teatro Carlos Gomes, a implementação de linhas de bonde elétrico e o embelezamento de praças e avenidas, foram adquiridos pelo empréstimo solicitado pelo governador Alberto Maranhão ao capital estrangeiro. Tais iniciativas, viabilizadas por um empréstimo contraído em 1909, "representavam a parte visível do processo de estreitamento dos vínculos da vida econômica da cidade e do estado com o capital financeiro internacional" (Arrais, 2017, p. 11). Os recursos de maior volume, para serem investidos nas obras de reequipamento do porto, foram adquiridos por meio de apelos ao governo federal, com a finalidade de estreitar os laços da cidade-porto com os mercados em escala regional, nacional e internacional.

Na década de 1920, a presença do transporte aéreo na cidade foi estimulada pelo então senador Juvenal Lamartine, que fomentou a construção de um campo de pouso, em Parnamirim, operado pela companhia francesa Latecoère e, em 1929, a inauguração do aeroclube. Tais inovações técnicas suscitaram um clima de otimismo em relação a esse progresso que, na concepção do grupo dirigente, encontrava-se em marcha acelerada e exprimiam-se nas crônicas locais, empregadas como ferramentas para transformação do estado e, mais especificamente, da capital. Esse gênero literário, a crônica diária, funcionava como mecanismo de atestação das mudanças arquitetônicas e técnicas das cidades brasileiras, no qual os homens das letras concebiam o espaço urbano como "ponto estratégico para apreender o sentido das transformações e logo

em seguida, à semelhança de um laboratório, para definir estratégias de controle e intervenção" (Bresciani, 1985, p. 39).

O marco final dessa periodização corresponde ao ano de 1930. Em virtude do declínio econômico e da deposição do governador Juvenal Lamartine de Faria, o referido ano marcou-se pela saída de vários colaboradores do governo do estado, iniciando-se, assim, um período de reorganização da ordem política local. Marcado pela desorganização administrativa e pela intensa movimentação política, trata-se de um momento de desarticulação do "mando político local" (Morais, 2012, p. 16), no qual ocorreu a nomeação de vários interventores pela Aliança Liberal, o exílio de Omar O'Grady, então prefeito da cidade, assim como as perseguições sobre os vencidos (Arrais *et al.*, 2008). Desse modo, o movimento de outubro de 1930 trouxe uma série de modificações político-administrativas para cidade e mudanças sensíveis no que tange à imprensa, sobretudo porque a partir desse período revistas literárias como a *Cigarra* saíram de circulação e o jornal *Republica* assumiu o formato de um Diário Oficial. Assim, tal proposta está vinculada à discussão sobre o processo de construção material e simbólica dos espaços públicos e seus múltiplos usos públicos na cidade.

(Re)produzindo representações da cidade por meio dos anúncios publicitários

Os objetivos deste trabalho são perceber como os anúncios de mercadorias sugeriam valores, padrões estéticos e modelos de se vestir e se comportar, bem como compreender em que medida as propagandas de produtos modernos anunciados no jornal *A Republica* e nas revistas de pequena veiculação influenciaram na formação do indivíduo moderno. Para tanto, as principais fontes exploradas por este trabalho foram o jornal *A Republica* e a revista *Cigarra*. Os jornais e revistas que circularam no período de 1900-1930 constituíram-se como veículos de difusão de valores compatíveis com a visão dos homens letrados, tendo em vista que representavam lugares de interação social entre intelectuais da cidade, suas respectivas redações e, portanto, demarcavam "estéticas, posicionamentos políticos, conceitos, em torno do qual se sociabilizaram diversos literatos" (Silva, 2014, p. 25). Do ponto de vista metodológico, a pesquisa centra-se na leitura e na interpretação dos anúncios

de mercadorias publicados nesses veículos, bem como na análise das crônicas de *Braz Contente*, pseudônimo de Manoel Dantas.

Órgão oficial do Partido Republicano Federal no Rio Grande do Norte, o jornal *A Republica* publicava atos oficiais do estado e do município, constituindo-se como "o maior porta-voz do governo" (Silva, 2014, p. 33). A partir desse periódico, grupos que dominavam a política local difundiam um discurso segundo o qual Natal teria condições de realizar "uma obra capaz de arrancar o estado do atraso a que o velho regime, a monarquia, o condenara" (Arrais; Siqueira, 2017, p. 253) a partir do processo de remodelação urbana. Com o intuito de materializar esse propósito, foram elaboradas uma série de leis municipais, no âmbito administrativo local, que revelavam o "desejo de se criar uma cidade civilizada, progressista, moderna" (SANTOS, 2012, p. 30). Esse desejo evidenciava-se no modo como o periódico anunciava máquinas, filmes, roupas e adereços, conforme exemplificamos a seguir:

Figura 34 - Anúncios

Fonte: A Republica, Natal, n. 4-9, 1928-1929.

Em conjunto aos editais e regulamentos municipais, o *A Republica* aglutinou o maior número de nomes e produções sobre a literatura, escritas por participantes ou simpatizantes ao grupo familiar dos Albuquerque Maranhão. As crônicas de *Braz Contente*, por exemplo, foram publicadas no jornal *A Republica*, entre os anos de 1907 e 1923, principalmente no segundo mandato de Alberto Maranhão. Intituladas *Coisas da Terra*, tais crônicas aludem aos bondes elétricos em tráfego, aos clubes, aos passeios na praia, aos cinemas e almejavam contribuir para a efetivação do progresso na capital a partir de uma "firme convicção nas obras e nas iniciativas necessárias para preparar o futuro do Rio Grande do Norte" (Arrais, 2017, p. 12).

A revista *Cigarra*, criada por iniciativa de intelectuais ligados à administração de Juvenal Lamartine, formava boa parte da opinião pública das altas camadas urbanas e apresentava matérias relativas aos ambientes de interação social de uma parte da sociedade natalense nos eventos esportivos e bailes de famílias importantes de todo o estado durante os anos finais do século XX. A partir desse periódico, podemos estabelecer relações entre a difusão do desejo de consumo e as representações sobre a modernização da cidade na imprensa local, principalmente no que tange à dinâmica da aceleração da vida urbana e aos embates quanto ao papel da mulher no espaço doméstico e nos espaços públicos.

Podemos apreender, a partir dessa fonte, como a literatura local concebeu as transformações citadinas sob a ótica das concepções de "progresso" e "civilização", difundidas amplamente pelo grupo governante. Isso porque revistas como a *Cigarra*, que circularam em cinco números, entre 1928 e 1930, desempenhava o papel de "mediadoras de saberes, de práticas sociais e de linguagens"[147]. A imprensa, no final dos anos 1920, incorporava as inovações nos meios de comunicação do país, a impressão de fotografias, telegramas e enviados especiais, e aperfeiçoava a oferta e a circulação de informações variadas e ágeis para o seu público.

Essa revista de variedades, ilustrada por Erasmo Xavier e Adriel Lopes, exprimia uma grande euforia pelas transformações técnicas e pelas mudanças nos costumes da capital. Tratava-se de uma revista mundana que realçava as virtudes do Estado, os novos padrões de feminilidade vigentes nos anos 1920 e uma diversidade de temas que buscavam veicular uma imagem da cidade associada ao Rio de Janeiro e à Europa (sobretudo Paris). Segundo Adherbal França, diretor e redator da *Cigarra*: "trata de literatura, de música, de economia, de desportos, de tudo quanto queira e possa ser lido. [...] Cigarra aqui está, com suas gravuras, os seus aspectos sociaes, um pouco de literatura para os domingos e um pouco de mundanismo para depois do chá" (Cigarra. *Cigarra*, Natal, n. 1, v. 1, 1928. p. 12).

147 OLIVEIRA *et al.*, 2010, p. 11-12 *apud* ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *A cidade, do renascimento à morte*: espaço, tempo e modernidade na cidade de Natal (1900-1940). Projeto de pesquisa referente ao plano de trabalho "A pedagogia dos espaços na cidade que se moderniza (Natal, 1900-1930)" finalizado em 2021.

Figura 35 - Capas ilustradas pelo artista Erasmo Xavier

Fonte: *Cigarra*, Natal, n. 4, 1929. Acervo do grupo de pesquisa "Os espaços na modernidade".

A Cigarra foi uma das mais importantes revistas de variedades dos anos 1920 que tencionava criar no público leitor a sensação de consciência social da modernidade. Explorava a técnica de reprodução de imagens, principalmente dos eventos ocorridos na cidade, e a veiculação de reclames publicitários de produtos de beleza, casas comerciais, remédios, roupas e filmes. Nas suas páginas, apareceram comentários dos filmes exibidos nas salas de cinema, fotografias e pormenores da vida dos artistas de Hollywood, assim como comentários sobre eventos cívicos, visitas a personalidades de relevo social e a formação de sociedades comerciais. O incremento da vida mundana nesse periódico pode ser associado às mudanças na imprensa e nas sociabilidades urbanas.

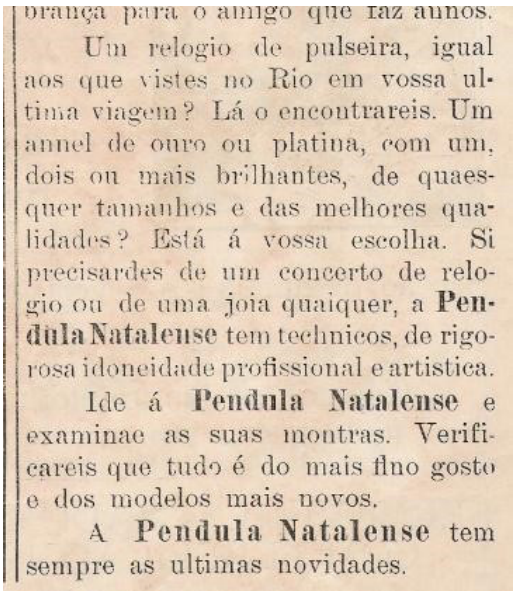
O bairro da Ribeira concentrava o maior número de bailes, bilhares e cafés da capital (Marinho, 2011, p. 91). A incorporação do hábito de ir ao clube, em Natal, significaria, para os grupos dominantes, um avanço nos padrões de elegância e modernidade necessários a uma capital moderna. O termo "club", conforme analisou o historiador Jeffrey D. Needel, originou-se dos clubes surgidos no século XVIII na Inglaterra, e que tiveram seu apogeu em Paris e Londres no século XIX, visto que nesses lugares se reuniram cavalheiros refinados (Needell, 1993, p. 95). Com a expansão desses espaços de sociabilização nas avenidas da Cidade Nova, principalmente a partir da década de

1920, as mulheres passaram a frequentar os cafés e clubes sem a presença de seus irmãos ou maridos.

Concomitante a essas transformações, a imprensa passava por mudanças, incorporando-se aos padrões da imprensa-empresa, constituída pela "divisão do trabalho dentro das redações e por avanços tecnológicos na impressão" (Padilha, 2001, p. 33). Nas fotografias e propagandas difundidas pela revista, a vida cotidiana, os objetos, ideias, os comentários sobre artistas de Hollywood e os anúncios de produtos de beleza, casas comerciais, roupas e automóveis exprimiam-se pelo vocabulário fascinante da novidade, caracterizado por utilizar-se de palavras e imagens que acionavam os sentidos dos consumidores, bem como por incorporar as mudanças na imprensa e nas sociabilidades urbanas.

O anúncio da loja Pendula Natalense, estampado na *Cigarra*, sugere o modo como o consumo de produtos modernizantes, tais como relógios, bolsas, bijuterias e joias, propicia a incorporação da moda vigente no Rio de Janeiro e em Paris, sugerindo como as mercadorias adquirem um sentido mágico e cosmopolita:

Figura 36 - Anúncio da Pendula Natalense


brança para o amigo que faz annos.

Um relogio de pulseira, igual aos que vistes no Rio em vossa ultima viagem? Lá o encontrareis. Um annel de ouro ou platina, com um, dois ou mais brilhantes, de quaesquer tamanhos e das melhores qualidades? Está á vossa escolha. Si precisardes de um concerto de relogio ou de uma joia quaiquer, a **Pendula Natalense** tem technicos, de rigorosa idoneidade profissional e artistica.

Ide á **Pendula Natalense** e examinae as suas montras. Verificareis que tudo é do mais fino gosto e dos modelos mais novos.

A **Pendula Natalense** tem sempre as ultimas novidades.

Fonte: *Cigarra*. Natal, Ano 3, n. 5, p. 3, mar. 1929.

Seus editores exprimiam esses ideais tanto no conteúdo da revista quanto na sua proposta gráfica, repleta de fotografias que incorporaram o otimismo do governador Juvenal Lamartine quanto à aviação no Estado e à implementação do aeroclube, em 1929. Na primeira edição da revista Cigarra, de autoria do artista Erasmo Xavier, percebemos o estabelecimento de uma relação entre a aviação e as grandes navegações dos séculos XV e XVI, mais precisamente entre os feitos dos aviadores e dos navegadores. Conforme salientou o redator desse veículo de informação, "Cáes da Europa, segundo a expressão feliz do ministro Konder, esse desenho representa duas epocas distinctas da nossa história – as antigas caravellas lusitanas e sobre ellas aviões cortando os ares" (A Nossa capa. *Cigarra*, Natal, 1929, n. 5, p. 12, mar. 1929).

Acompanhando as imagens que predominam nas propagandas de lojas de chapéus, de tecidos, de relógios, podemos perceber como essas propagandas indicavam uma preocupação dos estabelecimentos comerciais em se mostrarem atualizados com as novidades de Paris e com os novos padrões de feminilidade. Os anúncios da "Loja Modelo", situada na Praça Augusto Severo, anunciavam artigos como tecidos, calçados e chapéus, utilizando como estratégia publicitária a imagem de uma mulher jovem e saudável. Tal estratégia também foi percebida por Maria Claudia Bonadio, no estudo sobre moda e sociabilidade em São Paulo, ao analisar os anúncios da loja de departamento Mappin Stores, na medida em que a mulher que ilustrava as peças publicitárias nos anos 1920 apresentava "ares sensuais, cabelos curtos e formas esgias. Esse visual seria acentuado ao longo da década atingindo seu auge em 1929" (Bonadio, 2007, p. 142).

Além da constante presença da figura da mulher nos anúncios, observa-se a utilização constante dos automóveis nas propagandas, para acentuar a atmosfera de modernidade que os estabelecimentos pretendiam associar à sua imagem e à imagem da cidade. Conforme enunciado na Cigarra: "O novo OAKLAND – o Cosmopolitan SIX – afirma-se como o automovel de maior valor intrínseco e mantém absoluta a sua supremacia" (Annuncios. *A Cigarra*, Natal, n. 3, v. 1, 1928, p. 51). Analisando a publicidade e a vida urbana na pequena capital natalense nos anos 1920, podemos associar a linguagem empregada por esses anúncios às novas experiências sensitivas emergentes na era do maquinismo, da velocidade e da tecnologia, bem como à apreensão da

modernidade, por parte dos anunciantes, como "um dos principais símbolos de status e de estilos sofisticados de vida (Padilha, 2001, p. 41).

Nas propagandas mencionadas, a loja de tecidos e de adereços, o avião e o automóvel utilizam-se da técnica de reprodução fotográfica, difundida em um meio de divulgação que explorava as novas sensibilidades do público e tornava-se um espetáculo para os seus leitores. As propagandas sobre os filmes sugerem, por exemplo, os diferentes nuances assumidos pelo termo modernidade nesse período. No discurso publicitário, "a cidade aparecia como espetáculo, cenário formado por ícones da cidade moderna, planejada e higienizada: largas avenidas, parques e jardins, monumentos. Nestas representações, não havia espaço para qualquer tipo de conflito, o que se evidencia pelo ocultamento de problemas e tensões" (Padilha, 2008, p. 64).

As imagens publicitárias em Natal veicularam imagens estereotipadas da organização da cidade e de seus choques culturais, na vida cotidiana, como uma espacialidade que alcançou o domínio da aviação, a formação do Aeroclube, o convívio educado no espaço público, o culto à beleza e o consumismo acelerado. Aliada essa concepção segregadora sobre as expressões culturais na cidade, a modernidade na ótica das revistas ilustradas aparece como era do maquinismo, da aceleração urbana e da conquista da velocidade, conforme escreveu. Além dessas representações, os anúncios veicularam uma imagem de que o hábito de assistir aos filmes incorporaria os indivíduos a um estilo de vida cosmopolita e metropolitano, principalmente com a inauguração do cineteatro Carlos Gomes pela empresa paulista em 1928.

Assim como o bonde elétrico, a implementação de calçamento nas ruas do bairro da Cidade Alta e Ribeira, a iluminação e o ajardinamento das praças, a inauguração de cinemas na cidade designou o modo como cidade de Natal recebeu investimentos e bens materiais. Essa forma de lazer, descrita pelos cronistas locais como uma "distracção obrigatória nas cidades civilizadas", tornava-se uma experiência na vida moderna. As primeiras salas de cinemas, situadas na praça Augusto Severo e na rua Ulisses Caldas com a Vigário Bartolomeu, implementadas em 1911 e em 1913, são expressivas do modo como a cidade se insere na indústria cinematográfica em ascensão no início do século XX. Com a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos monopolizaram a produção, distribuição e exibição em todo o mundo, tendo

em vista que a indústria cinematográfica europeia entrou em colapso durante o período e nos países latino-americanos não havia como comprar celuloide e equipamentos baratos do mercado europeu.

"Admiração", "estranha sensação", "sonho", "imaginação" e "fantasia" foram termos enfatizados nos anúncios para designar a reação deslumbrada dos espectadores com os novos filmes, perceptível a partir dos comentários das exibições publicados diariamente no jornal *A Republica*. Entre os anos de 1909 e 1913, os filmes eram trazidos para as salas de exibição por meio de paquetes vindos do Rio de Janeiro e do Recife. Isso conferia, muito provavelmente, maior prestígio às primeiras exibições ocorridas no *Cinema Natal*, tendo em vista que os preços das sessões aumentaram e a exibição das "películas de Paris" no teatro Carlos Gomes incitava a presença e expectativa do público. Segundo apontou Braz Contente, "os cinemas chegam, os films variados e magníficos atraem-nos e a nossa vista bem-amada, que era tão tristinha, frui a luminosa fantasia deslumbradora que nos dá o aparelho mágico. E os olhares que tínhamos tão pobres de gozo, sentem-se melhores" (*A Republica*, Natal, 12 ago. 1911, p. 1).

Na visão do cronista, o cinema, em conjunto à expansão gradativa da eletricidade na capital a partir do ano de 1911, alterou significativamente as sensibilidades do homem moderno, constituindo-se como uma arte propagadora de ideias e de uma nova mentalidade, oposta ao modo de pensar oitocentista. Das últimas duas décadas do século XIX às duas primeiras décadas do século XX, novos meios de locomoção, novos aparelhos de transmissão e novas técnicas de reprodução de imagens, tais como a máquina de escrever a fotografia e o cinematógrafo, impulsionaram "uma série de modificações nos hábitos cotidianos, no comportamento social e na percepção do mundo" (Fabris, 2010, p. 15). Conforme complementou Braz Contente, as exibições constituíram-se como emblemas das novidades difundidas no século XX: "Um outro aspecto vai tomando, mais e mais, a nossa pacatíssima Natal. E os ares pesados da severa burguesia anda ela a perdê-los, revestindo-se da graça palpitante das capitais engrandecidas, da alegria das diversões, da intensidade nas relações comerciais, bem diferentes de outrora" (Da Minha Carteira. *A Republica*, Natal, 12 ago. 1911, p. 1).

Assim como observou Nicolau Sevcenko, ao analisar as derivações da nova técnica no Rio de Janeiro, a projeção de filmes nas telas escuras e iluminadas interferem intensamente na imaginação e na percepção visual dos espectadores. As imagens móveis e agigantadas proporcionavam a sensação de que os filmes continham "efeitos mágicos" e multiplicavam os potenciais humanos, a percepção e a condição do homem comum (Sevcenko, 1998). Essa relação entre os cinemas e a estimulação de desejos pode ser percebida por meio de uma crônica produzida por *Danilo*, pseudônimo de Adherbal França, para o qual o cinematógrafo, assim como os jornais e revistas, encurtaram as distâncias: "Na scena conheço dramas, tragédias e comedias que só com o longo decorrer dos tempos poderia ler. Viajo em poucas horas paizes que jamais palmilharei. Acompanho a moda atravéz dos magnificos magasines de Paris, admirando os soberbos modelos dos grandes alfaiates" (Impressões. *A Republica*, Natal, 21 ago. 1929. p. 2).

O cinema estimulava novos hábitos de consumo, difundidos pela imprensa local. Nos anos finais do século XX, é possível visualizar propagandas do aparelho "cine-kodack", uma câmera fotográfica a ser utilizada para montagem e exibição de filmagens para a família. As instruções para a sua utilização podem ser lidas no reclame publicitário publicado no A Republica: "Aponte o cine-kodak, aperte o disparador e V. S. está filmando. Ligue o cod., dê a volta no interruptor e filme que V. S. mesmo tirou está passando na tela" (Cinema para todos. *A Republica*, Natal, 28 nov. 1929. p. 2). A partir desse anúncio, temos indícios da abrangência da indústria cinematográfica e das ligações que esses reclames estabeleciam entre o alcance do cinema, a modernidade e o consumo de produtos tecnológicos.

Isso se deve à própria abrangência da indústria cinematográfica nesse período. Embora nascido na Europa, o cinema tornou-se uma arte norte-americana, bem como um mecanismo popular de lazer nas grandes cidades. No Brasil, mais especificamente entre 1908-1911, o cinema atingiu uma fase promissora na exibição e na produção de filmes, privilegiando gêneros análogos à reportagem jornalística, aos dramas históricos e aos melodramas tradicionais. As exibições abordavam, no plano nacional, "temas patrióticos ou religiosos, satirizando costumes da época, filmes-revista de atualidade política ou filmes falantes e cantantes" (Fabris, 2010, p. 92). Analisando o teor dos

anúncios publicados diariamente em Natal, podemos verificar temas análogos e sincronizados com as tendências nacionais e, sobretudo, mundiais[148].

Observando os comentários da revista *Cigarra* sobre os filmes em cartaz, percebe-se como os redatores exaltaram a capacidade educativa e civilizadora das exibições, concebendo-as como um meio de comunicação de massa que incorporava a fugacidade com que a vida moderna foi experienciada. Anunciando o filme "Mulher Enigma", em 1929, identificamos como o seu enredo exaltava a atriz Lia Torá, a primeira protagonista brasileira em um filme norte-americano, segundo o periódico. Conforme ressaltou o redator, a película constituiu-se como uma revelação: "a encantadora guria, que todos nós amavamos e, em quem, cinematographicamente, não confiavamos, surge aos nossos olhos, triumphadora. [...] As photographias de Lia, expostas pela Fox Film Brasil, produziram grande impressão em todo o Rio de Janeiro" (A Mulher enigma. *A Cigarra*, Natal, n. 5, 1929. p. 13). Nesse trecho do reclame publicitário, constatamos como a revista aclamava a atuação da atriz, publicando fotografias e pormenores sobre a sua vida e o seu trabalho em Hollywood.

A ênfase nesse aspecto pode indicar a dimensão da indústria cinematográfica nesse período, caracterizada pelo monopólio da cinematografia ianque no mercado sul-americano e pela publicidade, já que também produziu "um manancial caudaloso de revistas, informações, mexericos, fotografias, pôsteres, suvenires, discos, fã-clubes e turnês artísticas" (Sevcenko, 1998, p. 82). Ao mesmo tempo, o trecho em análise sugere como as revistas constituíam-se como um referencial do espaço urbano, na medida em que veiculava reportagens arrebatadoras, retratos de artistas, espectadores e de leitores, bem como os ambientes de relevo social da cidade e matérias minuciosas sobre as exibições, estampadas em conjunto às fotografias de atrizes e comentários sobre os filmes. Assim, percebemos que a revista ilustrada em questão propagava ao público leitor a imagem da capital da aviação, repleta de praças ajardinas e ruas asseadas em virtude da modernização técnica administrada pelo estado, em consonância com o regulamento sanitário que regulava os padrões das construções particulares, cortiços, hábitos particulares de higiene e instituía

148 Segundo os anúncios dos periódicos já mencionados, os filmes exibidos foram produzidos majoritariamente nos estúdios norte-americanos, a exemplo do Paramount Pictures e do Fox films, mas também foram exibidos filmes alemães, provenientes do Universum Film AG.

medidas de preservação do patrimônio urbano, em 1925, na ótica das teorias médicas microbianas. Essas transformações estavam inscritas no espaço e nos comportamentos sociais, e foram enaltecidas pelas revistas ilustradas.

Considerações finais

Os anúncios sugerem que o modo como o consumo de produtos modernizantes, tais como relógios, bolsas, bijuterias e joias, propicia a incorporação da moda vigente no Rio de Janeiro e em Paris, assinalando a maneira pela qual as mercadorias adquirem um sentido mágico e cosmopolita. Nesse sentido, analisamos os anúncios de mercadorias e o repertório fotográfico estampado nas revistas "Cigarra" e no jornal "A Republica", na perspectiva de perceber as dissonâncias entre o mundo criado pelo paradigma moderno republicano e o mundo próprio da realidade social em conflito, no cotidiano inventivo em que as classes populares lutavam por sua sobrevivência e resistência na urbe, excluídas do acesso à eletricidade, aos transportes coletivos e às medidas saneadoras adotadas de modo exclusivo pelos proprietários mais abastados e detentores de um vasto patrimônio material e fundiário.

A pesquisa analisada neste trabalho nos permite perceber, a partir do cruzamento entre diferentes tipos de documentos, que as fotografias não são inocentes e tampouco duplicações da realidade. Especialmente durante a Primeira República, os registros fotográficos difundem representações de uma cidade moderna, produzidas por sujeitos que se relacionavam, por diferentes comissionamentos, com o governo do estado e desenvolviam outras atividades econômicas no âmbito do comércio. No caso da cidade de Natal, percebemos que o discurso publicitário apresenta um recorte desse espaço, com foco nos bairros da Ribeira e da Cidade Alta. As composições imagéticas aqui trabalhadas enfatizam principalmente os elementos que, na perspectiva dos grupos dirigentes, aferiam o estágio de desenvolvimento de Natal como cidade-capital: os trilhos de bonde elétricos, os equipamentos urbanos, os novos hábitos cosmopolitas a serem assimilados por meio do consumo de mercadorias industrializadas, as novas sociabilidades e edificações de estilo eclético.

Referências

ARRAIS, Raimundo. Estudo introdutório. *In:* DANTAS, Manuel. **Coisas da terra.** Natal, 2017 (no prelo).

ARRAIS, Raimundo; SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. **Viver na Cidade:** Algumas possibilidades de estudo histórico das formas de sociabilidade urbana na Cidade de Natal nas primeiras décadas do século XX

ARRAIS, Raimundo. A cidade de Natal e os natalenses no início do século XX. *In:* ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. **O corpo e a alma da cidade:** Natal entre 1900 e 1930. Natal: EDUFRN, 2008.

BONADIO, Maria Claudia. **Moda e sociabilidade:** mulheres e consumo na São Paulo dos anos 1920. São Paulo: Editora do SENAC, 2007.

BRESCIANI, Maria Stella M. Metrópoles: as faces do monstro urbano (As cidades no século XIX). *In:* **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8/9. p. 35-68. Set. 1984/abr. 1985.

FABRIS, Mariarosaria. Cinema: da modernidade ao modernismo. *In:* FABRIS, Annateresa. **Modernidade e modernismo no Brasil.** 2. ed. Porto Alegre: Zouzk, 2010.

JOBIM, Khalil. O porto e a cidade: as intervenções sobre o espaço portuário natalense e a construção de uma Natal moderna (1893). *In:* ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar de (Org.). **A terra, os homens e os sonhos:** a cidade de Natal no início do século XX. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

MARINHO, Márcia. **Natal também civiliza-se:** sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense. Natal: UFRN, 2011.

MORAIS, Helicarla Nyely Batista de. Os decaídos de 1930: José Augusto Bezerra de Medeiros e a reconfiguração política do Rio Grande do Norte pós-revolução. *In:* **Anais do V Encontro Estadual de História (ANPUH)**, 2012, Caicó. Conhecimento Histórico e Diálogo Social, p. 1-16, 2012.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical:** sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. **Natal, outra cidade!:** o papel da intendência municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana (1904-1929). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. p. 30.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. **"Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal":** a vida intelectual natalense (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando A (Coord.). **História da vida privada no Brasil.** República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PADILHA, Marcia. Revistas e variedades. *In:* **A cidade como espetáculo:** publicidade e vida urbana na São Paulo nos anos 20. p. 33. 2001.

Navegando em outros mares: percepção e análise da atuação profissional de historiadores formados pela UFRN na rede social Instagram de 2020 a 2022

Viviane Cristine Pereira Nunes[149]

Resumo

Este trabalho, fruto das análises iniciais dos questionários preenchidos pelos egressos do curso de licenciatura em história oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), pretende discutir as possibilidades e dificuldades de inserção do historiador no ciberespaço (LÉVY, 2010) a partir da percepção apresentada por esses sujeitos no que diz respeito à formação inicial recebida por eles. Além disso, busca refletir sobre a necessidade de reconfiguração da profissão para atender as demandas da atualidade, sobretudo em um cenário em que a História enquanto ciência se encontra permanentemente sob ataques revisionistas, negacionistas e conservadores. Essa nova demanda, definida como virada digital (NOIRET, 2015), desafia a relação dos historiadores com os espaços públicos e nos conclama a ocupar esse novo local de produção e difusão de conhecimento, o que requer da universidade um esforço para a formulação de um currículo que acompanhe essas demandas do tempo presente, instrumentalizando esse profissional a utilizar as redes sociais enquanto um espaço de atuação e não somente como um recurso de ensino e aprendizagem histórica. A metodologia utilizada neste trabalho consiste no uso da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2015) para a compreensão dos valores e ideias intrínsecos às mensagens e aos discursos feitos, cujos significados, por vezes, não estão explícitos no texto, mediada pela reflexão teórica acerca de temas como história pública (CARVALHO; LUCCHESI, 2016) e história digital (LUCCHESI,2014a; CARVALHO, 2016). A análise inicial dos questionários permitiu concluir que os egressos do curso de história da UFRN enxergam o uso das redes sociais como importante, embora afirmem, em contrapartida, que não receberam suporte formativo da universidade no

149 Mestranda em História e Espaços no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH/UFRN). Email para contato: cristineviviane13@gmail.com.

que diz respeito ao uso desse espaço, fator que pode ser condicionante para a resistência de alguns em relação ao exercício da profissão no âmbito público e nos meios digitais e para a desistência daqueles que optaram por fazer uso do ciberespaço com finalidade profissional.

Palavras-chave: Atuação profissional; História Pública; História Digital.

Introdução

Este trabalho corresponde à análise do primeiro conjunto de fontes da minha pesquisa de mestrado. Nele analiso questionários aplicados aos egressos do curso de licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Meu objetivo é investigar e compreender, a partir da percepção desses sujeitos, se a formação inicial que receberam têm contribuído no enfrentamento dos desafios provenientes da nova e inesperada conjuntura proporcionada pela eclosão da pandemia de COVID-19.

Nos anos de 2020 e 2021, quando estivemos reclusos em casa por necessidade, o uso do que Pierre Lévy (2010, p. 17) define como ciberespaço[150] se tornou uma realidade constante para os professores, tendo em vista que a emergência sanitária nos impossibilitou a vivência do dia a dia no chão da sala de aula. Nesse contexto, percebi que havia uma inquietação constantemente presente na fala e nos posicionamentos de alguns colegas que conheci durante o meu curso de graduação, refletindo sobre os impactos dessa atuação tanto no sentido de se constituir como uma oportunidade de alcançar um público maior por meio do virtual e, assim, fazer do uso deste espaço uma forma de monetização, quanto na perspectiva da reflexão sobre o fato de que, em alguma medida, ao vendermos nossos serviços nesse ambiente, os produtos somos nós.

No período, eu, que também sou infoprofessora[151], me senti provocada a refletir academicamente sobre o tema, buscando investigar de que maneira a

150 Lévy define ciberespaço como "um novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não somente a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo" (Lévy, 2010, p. 17).

151 Infoprofessor(a) é um termo cunhado pela historiadora Clara Marques Souza, doutoranda em Ciências Humanas e Educação pela PUC-Rio, que corresponde aos professores que utilizam o mundo virtual como espaço laboral.

nossa formação poderia ter construído uma mentalidade mais resistente ao uso deste novo espaço, assim como em que medida o curso de História onde me graduei estaria nos instrumentalizando para esta nova realidade, que de acordo com o filósofo Byung-Chul Han (Han in Lucchesi; Silveira; Nicodemo 2020, p. 162) já vinha acontecendo progressivamente e foi catalisada pelo advento da Pandemia de Covid-19.

Metodologia

Os questionários foram elaborados através da ferramenta Google Formulários e sua aplicação se deu de forma virtual, por meio do envio do link de acesso em grupos de WhatsApp e diretamente aos colegas com os quais eu ainda mantenho algum contato. Sua estrutura foi dividida em três eixos, a saber: Eixo 1 - Caracterização do indivíduo: Nome completo, gênero e faixa etária; Eixo 2 - Caracterização profissional: Ano de conclusão do curso, modalidade de ensino em que trabalha e, no caso de quem assinalou que não atuava no momento, uma pergunta sobre as razões para tal; Eixo 3 - Percepções acerca do uso do ciberespaço: uso do Instagram com finalidades profissionais, motivo do uso dessa rede social em detrimento de outras e finalidade do perfil (no caso daqueles que assinalaram já ter utilizado o Instagram), percepção acerca da formação oferecida pela UFRN e impactos da COVID-19 no âmbito profissional.

Para a organização dos dados coletados, foi gerada uma planilha com as respostas e elaboramos alguns gráficos para facilitar a visualização dos resultados. Por questões de limitação quanto ao número de páginas, não foi possível compartilhar os gráficos neste artigo.

Em relação a análise dos dados, utilizamos a metodologia de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977, p. 42), caracterizada pelo uso de:

> [...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/

> recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1977, p. 42).

Assim, pressupomos que as respostas coletadas possuem valores e ideias intrínsecos às mensagens e aos discursos feitos, ou seja, que há um significado que, por vezes, não está explícito no texto. Nesse sentido, a análise de conteúdo instrumentaliza o nosso olhar para que seja possível encontrar o conteúdo implícito dessas mensagens e discursos.

Análise geral dos dados

A partir do formulário aplicado, foi possível obter dados relativos à percepção dos professores de História formados pela UFRN acerca do uso do ciberespaço para fins profissionais, especificamente a rede social Instagram, bem como em relação à formação oferecida pelo departamento de História para tal atividade. Além disso, considerando o recorte temporal desta pesquisa, foi possível compreender de que maneira o contexto da Pandemia de COVID-19 impactou a atividade docente desses sujeitos.

As respostas, 28 no total, a partir do recorte de gênero, foram dadas pela porcentagem de 46,4% de mulheres, 50% de homens e 3,6% de pessoas não binárias, formadas entre os anos de 2022 e 2007.

No que tange à proporção de formandos e seus respectivos anos de formação, foram encontrados os seguintes dados: 17,9% se formaram no ano de 2022, 14,3% em 2021, 14,3% em 2019, 10,7% em 2018, 7,1% no primeiro semestre de 2023, 7,1% em 2013, 3,6% em 2020, 3,6% em 2016, 3,6% em 2015, 3,6% em 2014, 3,6% em 2011, 3,6% em 2008 e 3,6% em 2007.

A atuação desses profissionais é diversa, dividindo-se entre o trabalho na rede pública (25%), privada (32,1%) ou em ambas (3,6%). Há também uma parcela significativa de egressos que não estavam lecionando no momento em que responderam ao questionário (39,3%). Dentre os motivos apresentados por aqueles que não estão no mercado de trabalho, foram citados o desemprego (40%), a dedicação exclusiva à pós-graduação (40%), a mudança completa de área (10%) e a atuação como profissional de História em outra área que não a docência (10%).

Ao analisar a faixa etária dos egressos, foi possível identificar que 50% possuem entre 26 e 33 anos, 25% entre 18 e 25, 17,9% entre 34 e 42 e 7,1% entre 43 e 52 anos. A faixa etária que constitui a maioria dos respondentes ao formulário será analisada de forma mais aprofundada *a posteriori*.

Em relação ao uso da rede social Instagram com finalidades profissionais, 53,6% dos professores assinalaram que já o fizeram, enquanto os outros 46,4% responderam que nunca destinaram esse uso à rede. Questionados sobre as razões que os motivaram a usar o Instagram profissionalmente, citaram os objetivos de divulgação (40%), visibilidade profissional (26,7%), a necessidade de separação dos perfis pessoais dos profissionais, buscando privacidade (13,3%), comunicação com os alunos (13,3%) e busca por aumento de renda (6,7%).

Os que nunca utilizaram a rede profissionalmente apontaram o medo da exposição (25%), a dificuldade com o uso das ferramentas do Instagram (30%), desinteresse (20%), ausência de recursos materiais (10%), inacessibilidade aos alunos (10%), incerteza quanto ao retorno financeiro (10%) ou atuação em outra área (10%) como justificativas.

Questionados sobre o porquê da escolha do Instagram em detrimento de outras redes sociais, os profissionais que o utilizam com finalidades profissionais apontaram que o alcance do público (50%), os recursos da plataforma (22,7%), a familiaridade com a rede social (18,2%) e a viabilidade para as propostas planejadas (9,1%) foram pontos considerados para a atuação nesta rede social em específico. Esse uso foi realizado com os objetivos de divulgação (47,6%), comunicação (38,1%) e monetização (14,3%).

Em relação à formação oferecida pela UFRN, 78,6% dos egressos responderam que não foi suficiente para ajudá-los a lidar e ocupar o ciberespaço com finalidades profissionais, enquanto 7,1% responderam que sim, 7,1% acreditam que ajudou pouco, 3,6% acredita que ajudou em partes e 3,6% aponta que ajudou indiretamente.

Dentre as razões que levaram as 22 pessoas a apontar que a formação não lhes ajudou, foi possível perceber que os debates incipientes no período de suas formações (37,5%), a aversão dos docentes do departamento (25%), o foco acadêmico da formação oferecida pela UFRN (25%) e a falta de um docente que possua formação específica na área (12,5%) se constituíram como

empecilhos para uma capacitação adequada desse historiador para a atuação profissional no ciberespaço.

Aqueles que responderam que, de alguma maneira, a formação inicial recebida lhes foi útil para atuação no ciberespaço, acreditam que esse auxílio foi realizado superficialmente, sem aprofundamento (42,9%), em avaliação de disciplinas (28,6%), através de cursos realizados no IMD[152] (14,3%) ou a partir do incentivo docente ao uso (14,3%).

Por fim, em relação ao impacto da pandemia na atividade docente, 89,3% dos egressos responderam que foram impactados, ao passo que 10,7% acreditam não terem sido afetados. As pessoas não afetadas apontaram essa resposta como consequência de ainda não estarem atuando em sala de aula durante o período pandêmico, seja por desemprego, pós-graduação ou graduação em curso.

Os professores em atuação que se viram impactados pela pandemia apontaram como transformações no cotidiano escolar o aumento da demanda de trabalho (19,4%), o aumento da necessidade de uso do ambiente virtual (19,4%), mudanças no cotidiano e vivência escolar (13,9%), queda no rendimento e participação dos alunos (13,9%), adoecimento psicológico (11,1%), mudança de visão sobre o uso das redes (8,3%), desemprego (5,6%), dificuldade no acesso aos arquivos de suas pesquisas (5,6%) e mudança de área (2,8%).

Análise dos dados apresentados pela faixa etária de maior participação no formulário (26-33 anos)

A faixa etária de maior participação no formulário, 26 a 33 anos, é composta por 64,3% homens e 35,7% mulheres. Neste público, 14,3% trabalham na rede pública de ensino, enquanto 26,6% trabalham na rede privada. A maioria do público, 57,1%, não atuava na área durante o período em que responderam o questionário. As causas para essa não atuação foram a dedicação exclusiva a alguma pós-graduação (50%), a mudança para outra área (25%) e o desemprego (25%).

152 IMD é a sigla para Instituto Metrópole Digital, uma unidade acadêmica especializada, cuja missão corresponde a fomentar a criação de um Polo Tecnológico em Tecnologia da Informação (TI) no estado do Rio Grande do Norte. Lá, sazonalmente, são oferecidos cursos abertos à comunidade acadêmica, objetivando relacionar o uso da tecnologia com as licenciaturas através do desenvolvimento de jogos digitais, por exemplo.

Dentre os que citaram o desemprego, é importante observar que as causas apontadas para tal cenário giram em torno da necessidade de dedicação exclusiva à pós-graduação, condição imposta aos alunos bolsistas pela CAPES, que acaba por afastar o pós-graduando da vivência de sala de aula. Ao final de suas pesquisas, no momento em que precisam buscar emprego, possuem dificuldade devido à ausência de experiência. Outro motivo citado segue no sentido inverso, creditando o desemprego ao alto peso dado às provas de títulos em concursos públicos. Quem possui títulos sofre com pouca experiência e apresenta dificuldade de inserção na rede privada. Por outro lado, graduados sem pós-graduação possuem poucas chances de conquistar uma boa classificação na busca por vagas na rede pública, considerando o alto peso atribuído às provas de títulos.

Pedro Telles da Silveira, em seu artigo "O historiador com CNPJ: depressão, mercado de trabalho e história pública" evidencia o dilema vivenciado pelos formandos, que muitas vezes se veem diante da "escolha de Sofia".[153] Sobre o tópico discutido, Silveira aponta que a falta de uma reflexão acerca da identidade profissional enquanto historiadores para o crescente número de alunos que não ocupará uma vaga nos programas de pós-graduação ou não seguirá pelo caminho da docência é um dos motivos por detrás da abertura do espaço de discussão sobre o impacto subjetivo e as pressões psicológicas da vida universitária. Assim, quando se deparam com a ausência de opções, vivem um impasse com o receio de "abandonar" a academia, o que também implica –para muitos – no abandono do sonho de ascender socialmente através da conclusão do ensino superior (Silveira, 2020, p. 11).

É em meio a essas inquietações que os historiadores passam a buscar alternativas com o objetivo de facilitar o processo de inserção no mercado de trabalho, encontrando no ciberespaço um campo fértil para a divulgação de seus serviços, a construção de suas autoridades e o alcance de um público que pode contratar-lhes para atividades autônomas ou efetivá-los formalmente em uma instituição de ensino privado. Nas redes sociais, precisamente no Instagram, foco da minha análise nesta pesquisa, com pouco ou nenhum inves-

153 A expressão "Escolha de Sofia" é uma analogia a um filme de drama estadunidense de 1982, em que Sofia, personagem principal, é uma das prisioneiras de Auschwitz. Mãe de dois filhos, Sofia é obrigada por um soldado nazista a escolher apenas um dos seus filhos para sobreviver. Caso não escolha, ambos irão morrer. Portanto, a expressão denota uma escolha complicada, que requer sacrifício para ser tomada.

timento financeiro, apenas através da produção de conteúdo, os licenciados, principalmente aqueles recém-formados, encontram uma oportunidade de exercer sua profissão no ciberespaço.

No que diz respeito à formação desses sujeitos, considerando que os respondentes colaram grau entre 2013 e 2023, é possível perceber que suas formações iniciais foram regidas por planos de curso aprovados em 2009, 2013 e 2019. Estes planos e suas estruturas curriculares serão submetidos à análise posterior e darão origem ao segundo capítulo da minha dissertação.

Perguntados sobre o uso do Instagram com finalidades profissionais, 57,1% responderam que já fizeram uso, enquanto 42,9% responderam que não. Dentre as motivações para o uso, foram citadas as possibilidades de divulgação do trabalho produzido (57,1%), a construção de um portfólio virtual que aumentasse a percepção de autoridade (28,6%) e a busca por emprego (14,3%), assinalando que há uma parcela significativa dos egressos do curso que enxergam no ciberespaço uma possibilidade de auxílio não somente para a sua inserção no mercado de trabalho, mas também visando uma possível transição para uma instituição que lhes ofereça uma oportunidade mais vantajosa.

Os que não usam, por outro lado, atribuíram seu distanciamento ao fato de enxergarem essa forma de atuação profissional como trabalhosa e incerta financeiramente falando, além de não se sentirem confortáveis com a exposição, não possuírem conhecimentos técnicos, equipamentos e tempo necessários para a produção de conteúdo online. Cada uma dessas razões foi citada uma única vez. Esse cenário aponta que, por vezes, a ausência desses profissionais no ciberespaço pode ser explicada também pela alta demanda de trabalho ligada à docência, o que dificulta o planejamento e organização necessária para a atuação nesse outro espaço.

Além disso, fatores como timidez e medo de receber julgamentos e ataques - uma realidade que, infelizmente, é constante quando se fala em produção de conteúdo nas redes sociais, também influenciam essas ausências. É importante perceber que, embora o ciberespaço seja uma alternativa que funcione para alguns profissionais, o seu uso não deve ser imperativo. Aqui, buscamos refletir sobre a necessidade de discussão e instrumentalização básica

para que o profissional formado, caso queira, tenha as condições necessárias para fazer um uso eficiente do espaço virtual.

Bruno Laitano (2020 p. 180), embora não faça menção especificamente ao Instagram, corrobora com a visão positiva em relação ao uso das redes sociais com finalidade profissional, considerando as potencialidades da divulgação e do alcance de um grande público como trunfo, visão percebida também na análise das respostas do formulário aplicado. Nesse sentido, a perspectiva que se tem é a de que o uso das redes sociais como o YouTube para a criação e compartilhamento de conteúdo especializado em história segue apropriado, visto que "é crucial que a História incorpore práticas da comunicação, um campo que já está habituado às vontades de uma audiência substancial e diversa" (Laitano, 2020, p. 180).

No entanto, ao refletir sobre os requisitos necessários para que o historiador faça um bom uso dos recursos disponíveis no ciberespaço, percebe-se que essa produção depende de estudos compromissados em áreas de estudo com as quais não temos contato durante a nossa graduação, como estudos relativos a edição de vídeo, elaboração de roteiros, captação de luz e som, e um referencial teórico que venha do consumo de trabalhos prévios que auxiliem a construção dessas iniciativas (Laitano, 2020, p. 180).

A percepção de Laitano, ainda que de maneira implícita, considera previamente o não desenvolvimento dessas habilidades por meio da formação inicial dos profissionais da História, reforçando a nossa hipótese de que os cursos de graduação tradicionalmente não nos preparam de maneira suficiente e adequada para lidar com as demandas relativas à formação do historiador no tempo presente.

Essa atuação no ciberespaço também pode ser compreendida a partir das análises elaboradas por Schmidt (2018, p. 17), que aponta um movimento dos historiadores, seja por preferência ou necessidade financeira, rumo a uma atuação que fuja da dualidade professor/pesquisador, o que reforça a importância da reflexão sobre esses temas e possibilidades já durante a formação inicial desses profissionais.

Questionados sobre o porquê da escolha do Instagram em detrimento de outras redes sociais, os graduados responderam que a rede social possui melhores recursos para a forma de comunicação com as quais se sentem mais

familiarizados (44,4%), oferece maior proximidade com o público (44,4%) e viabilizou de forma mais adequada a realização dos projetos que tinham (11,2%). O uso da rede foi realizado com os objetivos de divulgação (53,3%), comunicação (33,3%) e monetização (13,4%), corroborando com a perspectiva de que o ciberespaço é visto por uma parcela dos egressos como um espaço de oportunidades, ainda que não tenham sido formados de maneira adequada para que lá possam atuar profissionalmente.

Em relação a formação inicial recebida pela UFRN, 71,4% dos egressos apontaram que não auxiliou no uso profissional do ciberespaço, enquanto 21,4% apontaram que ajudou pouco e 7,2% consideraram que auxiliou de maneira satisfatória. As causas apontadas por aqueles que enxergam que suas formações iniciais não foram úteis dizem respeito a ausência de interesse dos docentes (20%), ausência de formação especializada do quadro de professores (20%), formação academicista proporcionada pelo curso (40%) e discussão incipiente sobre ciberespaço no momento da graduação (20%).

Aqueles que veem como útil, ainda que parcialmente, a formação oferecida, perceberam o incentivo ao trabalho com o ciberespaço em trabalhos de finalização de disciplina, como forma de divulgação científica e uso das redes sociais como ferramentas de ensino e aprendizagem de História. Não houve, no entanto, nenhuma menção dos participantes ao incentivo ou instrumentalização para o uso do ciberespaço, principalmente do Instagram, para fins de atuação profissional, o que reforça uma visão restrita das ferramentas disponíveis no ciberespaço apenas como instrumentos de ensino-aprendizagem.

Os apontamentos dos egressos em relação a sua formação inicial coadunam-se com os postulados de Pedro Telles da Silveira (2020), que reafirma a importância de haver a realização de uma discussão acerca da inserção social do conhecimento histórico, refletindo sobre atuação do historiador também sob o prisma da temática do trabalho e das relações trabalhistas. Essa pauta, segundo o autor, é uma lacuna no que diz respeito ao trabalho do historiador na era digital, o que reflete um déficit na formação universitária desse profissional, visto que, para essa tarefa, "nossos cursos de graduação e pós-graduação pouco os têm preparado" (Silveira, 2020, p. 4).

Em relação ao impacto da pandemia na atividade docente, 85,7% dos egressos responderam que foram impactados, ao passo que 14,3% acreditam

não terem sido afetados. As pessoas não afetadas apontaram essa resposta como consequência de ainda não estarem atuando em sala de aula durante o período pandêmico, seja por desemprego ou graduação em curso.

Os professores em atuação que se viram impactados pela pandemia apontaram como transformações no cotidiano escolar o aumento da demanda de trabalho (14,3%), o aumento da necessidade de uso do ambiente virtual (14,3%), mudanças no cotidiano e vivência escolar (28,6%), queda no rendimento e participação dos alunos (9,5%), adoecimento psicológico (14,3%), desemprego (9,5%) e dificuldade no acesso aos arquivos de suas pesquisas (9,5%).

As questões relativas ao adoecimento profissional na contemporaneidade, bem como ao acúmulo de trabalho e a supressão do descanso, apontadas pelos profissionais e potencializadas no cenário pandêmico, são amplamente discutidas por Byung-Chul Han. Para o autor, "vivemos em um cenário em que não podemos mais escapar do trabalho" (Han, 2018, p. 65). Esse "não limite" entre a descontração ou a casualidade e a vivência da profissão em *home office* confunde as fronteiras entre o trabalho e o descanso (Laitano, 2020, p. 177).

Diante disso, é possível perceber que o contexto pandêmico, somado ao processo de precarização responsável pela ascensão do proletariado de serviços (Antunes, 2018), proporcionou de fato um cenário propício para o adoecimento psicológico, o aumento das demandas de trabalho e as mudanças na vivência escolar, pontos esses mencionados pelos respondentes do questionário

Conclusões preliminares

Ciente das limitações correspondentes ao processo de analisar a formação oferecida por um curso de graduação apenas com as respostas provenientes dos questionários, o que buscamos aqui foi refletir, de acordo com as percepções apresentadas pelos egressos do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sobre os atravessamentos entre a pandemia de COVID-19, a necessidade do uso do ciberespaço profissionalmente e as dificuldades enfrentadas por esses profissionais.

A análise inicial dos questionários permitiu concluir que os egressos do curso de História da UFRN enxergam o uso das redes sociais como importan-

te, embora afirmem, em contrapartida, que não receberam suporte formativo da universidade no que diz respeito ao uso desse espaço, fator que pode ser condicionante para a resistência de alguns em relação ao exercício da profissão no âmbito público e nos meios digitais e para a desistência daqueles que optaram por fazer uso do ciberespaço com finalidade profissional, mas encontraram dificuldades.

Além disso, foi possível perceber que o contexto pandêmico proporcionou uma situação bastante complexa, do ponto de vista emocional e instrumental, para que esse uso fosse, de fato, próspero. Os impactos sentidos pelos professores de História sinalizam um novo cenário de precarização do trabalho docente, envolvendo as máximas neoliberais de produtividade e estimulando uma minimização da importância do descanso diante do aumento das demandas de trabalho.

No entanto, é importante observar também que o labor no ambiente digital, para alguns, possibilitou a divulgação dos seus trabalhos para um público mais amplo, inserindo, de certa forma, esses profissionais no mercado da educação, ainda que de maneira informal e através da prestação de serviços.

Longe de conclusões enfáticas, a reflexão proporcionada por esta etapa do trabalho suscitou uma necessidade pungente: precisamos falar sobre mercado de trabalho, formação profissional e também sobre as possibilidades que se desenham para um profissional recém formado, que diante dos entraves para a aprovação em concursos públicos e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho da educação privada devido a sua pouca experiência, muitas vezes se vê diante de questionamentos sobre a sua escolha e seu futuro profissional.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. E-book.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

HAN, Byung-Chul. **No enxame:** perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018.

LAITANO, Bruno Grigoletti. (Con)figurações do historiador em um tempo marcado pela disrupção tecnológica. **Esboços**, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 170-186, maio/ago. 2020.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 2010, 264 p.

LUCCHESI, Anita; SILVEIRA, Pedro Telles da; NICODEMO, Thiago Lima. Nunca fomos tão úteis. **Esboços**, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 161-169, maio/ago. 2020.

SCHMIDT, Benito Bisso. Qual a relação entre a história pública e a profissionalização do historiador? *In:* MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra & Voz, 2018, 360 p.

SILVEIRA, Pedro. O historiador com CNPJ: depressão, mercado de trabalho e história pública. **Tempo e Argumento**, v. 12, n. 30, Florianópolis, p. 1-28, 2020. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312302020e0204. Acesso em: 18 mar. 2023.

Da didática ao digital: os impactos do YouTube na construção da consciência histórica escolar na região metropolitana do Recife

Carolina Rodrigues Cardoso

Resumo

O avanço tecnológico proposto pela Era Digital, assim como as novidades trazidas pela Web 2.0, passou a criar uma abordagem nova na cultura digital, com a popularização de acessos e trocas, permitindo plataformas sociais, como por exemplo o YouTube, beneficiar a produção e circulação de conteúdos, sobretudo educacionais de História, os quais estão presentes nos currículos escolares. Esses aspectos têm lançado as bases para a criação e divulgação de diversos canais que buscam divulgar conteúdos de História, apreendidos como uma nova fonte historiográfica para o campo da História Pública Digital. Partindo das concepções do Ensino de História e da Didática da História como áreas de estudos das formas com que a consciência histórica se apresenta na sociedade, objetiva-se compreender os impactos das narrativas históricas digitais presentes nos vídeos do YouTube causam no processo de construção da consciência histórica dos alunos no ambiente escolar. Pretende-se por meio de análises historiográficas e pesquisas empíricas, quantitativas e qualitativas estabelecidas por questionários, mapear e cruzar matrizes discursivas presentes no ambiente digital e, consequentemente, no escolar, partindo do conceito de tipologias narrativas de Jörn Rüsen, levando em consideração as epstemologias da Teoria da História.

Palavras-chave: Ensino de História; YouTube; História Digital.

Introdução

Na segunda metade do século XX, os seguidores da Nova História, influenciados pela historiografia dos Annales e a revolução documental, evidenciou a insuficiência de um método formulado para a leitura de documentos oficiais. Logo, percebe-se que as concepções acerca das fontes históricas e as

formas de "fazer" e entender epistemologicamente a ciência histórica foram transformadas no decorrer dos processos históricos. As adaptações metodológicas para análises integraram seus estudos às mais diversas fontes como, a literatura, imagens, cultura material, entre outras, e assim modificando os conceitos acerca das fontes, compreendendo-as como vestígios, registros do passado, referências às tradições, estudos ligados ao cotidiano, cultura, imaginários, destacando as relações de memória e história (Le Goff, 1924).

Ao passo que ocorreu a introdução de novas fontes e documentos – iconográficos, orais, audiovisuais etc. - os fundamentos do método clássico da crítica histórica continuam sendo válidos, ou seja, a análise dessas fontes exige saberes específicos (Prost, 2015). Essa verificação repete-se com a introdução de novas fontes digitais, assim como ocorreram renovações metodológicas ao longo da história, existem problematizações específicas e demandas de novos saberes e técnicas, agora, com a história digital. A atualização do método da crítica histórica estabelecida pelas fontes digitais mostra a necessidade de historiadores ampliarem seus repertórios de metodologias e técnicas de análise.

A chamada "virada digital" da história reformulou documentações, transformou ferramentas usadas para armazenar dados, acessar e tratar informações. Em vista disso, todas essas mudanças afetaram profundamente o relacionamento entre os historiadores e seu público, suas abordagens com as novas fontes digitais e o registro escrito da história, processo que provocou mudanças epistemológicas na História, as quais podem ser evidenciadas pela formulação da *digital history* estadunidense e da *storiografia digitale* italiana (Lucchesi, 2014), trata-se do surgimento de um novo campo de estudo, uma nova área no interior da história, pesquisa e formação em "historiografia digital", onde corre a relação entre História e Internet como uma problemática para disciplina.

O "terremoto" da virada digital trouxe muitas interrogações na profissão devido às incertezas sobre o futuro da historiografia e das inúmeras formas de narrar o passado no "novo" formato digital (Noiret, 2015). A história digital requer reinterpretar os métodos profissionais e administrar as práticas inovadoras digitais. As mudanças quanto às práticas profissionais dos historiadores foram tantas que se falou até da possibilidade de um novo historicismo (Fickers, 2012).

A história digital, requer um uso "problematizador" das fontes digitais e demanda modificações enquanto aos métodos de pesquisa, toma-se como objeto de estudo o caráter digital das vivências humanas, apresentando práticas relativas à pesquisa, ensino e divulgação histórica. O saber histórico escolar é uma das fontes primordiais do desenvolvimento da consciência histórica, desse modo, não há como negar as que as plataformas digitais, especificamente o YouTube, têm um espaço cada vez mais ampliado na formação de opiniões e conceitos referentes ao currículo de História, por vezes, até rivalizando com aqueles desenvolvidos pela historiografia.

Pretende-se, em vista disso, investigar os novos desafios epistemológicos e metodológicos que vieram a partir da era da internet para a história digital e no ensino de história, como as tecnologias digitais têm impactado a produção e difusão do conhecimento histórico no meio escolar. Infere-se aqui as plataformas digitais como uma ampliação de metodologias e análises relacionados à produção de história digital, sobretudo o YouTube, especializada em compartilhamento de vídeos na internet, utilizada para diversas finalidades, inclusive educacional. Dentre as inúmeras produções e compartilhamentos informacionais na plataforma, encontram-se projetos e realizações que abordam conteúdos previstos pelos parâmetros curriculares das escolas.

O estudo tem por objetivo analisar os impactos do YouTube como fonte historiográfica, na perspectiva da História digital e como suas narrativas reverberam na didática da História, assim como na construção da consciência histórica dos alunos da Região Metropolitana do Recife. Ao mesmo tempo em que se procura examinar como os conteúdos históricos presentes nos vídeos do YouTube influenciam na construção da literacia (Lee, 2006) histórica dos alunos, visando o mapeamento da relação das Novas Tecnologias Digitais no ensino de história.

Por meio de uma proposta de experimentação criativa, planeja o abandono de atividades isoladas e promotoras de uma atitude passiva do aluno, busca-se por meio das interações com as tecnologias digitais, não com fim e/ou algo pontual, mas como um recurso e um meio para que possa ser de interesse transversal em termos de temáticas dentro da disciplina histórica (Lucchesi; Maynard, 2019). As análises historiográficas, questionários empíricos e mapeamento quantitativo e qualitativo com alunos e professores, de

que maneira as narrativas midiáticas presentes nos vídeos do YouTube acerca de conteúdos históricos contribuem para o desenvolvimento da didática da histórica e, consequentemente, para o aprendizado e formação da consciência histórica dos estudantes no ambiente escolar.

Metodologia

Levando em consideração a pluralidade de visões e narrativas no processo de difusão de conteúdos históricos que estão presentes e são divulgados na plataforma de vídeos do YouTube, torna-se necessário analisar os impactos que essas narrativas compartilhadas por criadores de conteúdos digitais causam na formação da consciência histórica dos alunos. As redes sociais são esferas públicas, espaços de possibilidades para a formação dos sujeitos, portanto, quando os temas publicados por youtubers, ou seja, pessoas que tem canais na plataforma e produzem conteúdos, tratam de assuntos previstos nos currículos da disciplina de História, consequentemente causam repercussões e efeitos em sala de aula.

Por isso, urge a necessidade da análise do YouTube e das videoaulas presentes acerca dos conteúdos programáticos de História, porque são uma fonte e um grande campo para a problematização por parte dos historiadores de como se constrói e veicula os saberes da disciplina nos meios digitais. Desse modo, busca-se investigar e mapear as influências da concepção desses novos saberes, levando em consideração os desdobramentos da cultura digital na cultura histórica e sobretudo na cultura escolar. Especialmente para pesquisar sobre as ações e reações que as competências das narrativas midiáticas presente nos vídeos desenvolvem no aprendizado histórico, buscar quais influências e capacidade de produzir eventos e construir sentidos, no âmbito do ensino de História e da didática da História.

Pretende-se, então, abordar a relação entre a plataforma de vídeos online do YouTube, relacionada à construção e ampliação historiográfica da História digital e o ensino de História, para identificar os possíveis usos da plataforma como fonte historiográfica e proposta didática nas aulas de História em escolas da Região Metropolitana do Recife, sem que o uso da tecnologia digital em sala de aula seja um fim em si mesmo (Lucchesi; Maynard, 2019), preten-

de-se compreender seus significados, usos e contribuições para a educação e construção da consciência histórica.

A metodologia será dividida em duas fases de produção: a primeira de caráter exploratório analítica e a segunda uma investigação empírica por meio de questionários. Inicialmente, propõe-se o estudo da plataforma do YouTube e dos canais de maiores relevâncias que produzam conteúdos de História, de acordo com os dados disponíveis, levando em consideração, como por exemplo, número de inscritos, visualizações, assiduidade de publicações dos vídeos para que seja uma pesquisa atual e relevante. A partir da definição dos canais considerados mais pertinentes, visto que a plataforma é configurada conforme a atenção e trocas estabelecidas com os criadores de conteúdos e consumidores, a seleção dos canais e dos vídeos devem seguir as métricas da plataforma.

Para o estudo e verificação dos conteúdos, serão aplicados conceitos sobre a epistemologia histórica, utilizando como base a Teoria da História e consequentemente a didática da História, conforme suas proposições acerca da construção da consciência histórica na sociedade, assim como seus critérios metodológicos de orientação, concepções e perspectivas. Para isso, a teoria da consciência histórica e as diversas narrativas históricas oferecidas por Rüsen (2001), servirá como referencial teórico e metodológico para construção da pesquisa, a saber, métodos de investigação, formas de apresentação do conteúdo e funções de orientação temporal.

Nesse sentido, serão mapeados os conteúdos dos vídeos a partir da tipologia geral da narrativa histórica, divididos entre tradicional, exemplar, crítica e genética, pois Rüsen (2010) afirma que a história se manifesta sobretudo enquanto narrativa. Portanto, perguntas, indagações e problematizações serão levantadas, como "qual a qualidade desse conhecimento histórico que vem sendo difundido?" são de extrema importância. Porém, evidencia-se que não se trata de uma análise dicotômica entre bom ou ruim, mas sim, para entendê-las segundo os conformes da epistemologia da ciência histórica.

Para isso, serão eleitos dois vídeos, o primeiro será considerado "usual" - dentro das normas epistemológicas - e o segundo "não usual", no sentido de buscar reconhecer a pluralidade de visões e narrativas no processo de ensino, assim como o estímulo a uma investigação comparativa entre as metodolo-

gias. Portanto, os usos dessas fontes digitais vão além das investigações do campo da teoria da ciência histórica, pois estão essencialmente dentro do campo de pesquisa da didática da história no que se refere à construção do conhecimento histórico dos alunos.

Pretende-se entrar em contato com colégios públicos e privados da Região Metropolitana do Recife para colocar em prática a segunda parte da pesquisa. Pois, espera-se observar se há impactos e acessos diferentes com alunos de instituições de rede pública ou privada de ensino. Nesse sentido, ao entrar em contato com os professores de História serão escolhidos os responsáveis pelas turmas do 3° ano do Ensino Médio, visto que os alunos estão no último ano de estudo escolar de acordo com a Lei de Bases e Diretrizes para Educação Nacional e carregam, teoricamente, um grande conteúdo formativo histórico e possibilidade de consciência crítica, em vista disso, deu-se a escolha das turmas.

Dessa forma, serão passados os vídeos analisados e escolhidos anteriormente, na primeira etapa da investigação, aos alunos e professores, dando início a segunda parte da pesquisa, a prática e levando em consideração a capacidade da mídia de circular social e até escolarmente os significados que produz. Tendo em vista a importância da História Digital e suas influências na construção da literacia histórica, será feito um levantamento de dados, por uma pesquisa de caráter empírico com a combinação de perguntas fechadas e abertas, para poder compreender os dados quantitativos e qualitativos. A escolha pela pesquisa qualitativa e quantitativa deve-se a sua flexibilidade, para que seja possível mapear e cruzar as matrizes discursivas produzidas pelos impactos dos conteúdos veiculados nos vídeos, pelos questionários utilizando a plataforma do Google Forms. Os questionários serão feitos para os alunos e professores.

Com os alunos, serão divididos em um primeiro momento "Você e a Internet" com perguntas mais objetivas relacionadas aos usos, uso para fins escolares, tempo de consumo, acesso, quais plataformas mais utilizam, e para verificar a quantidade de alunos que acessam a plataforma do YouTube como forma de consumo de conteúdos escolares, e o segundo momento, fase dos questionários, são mais específicos sobre os impactos dos vídeos e consequentemente dos conteúdos na formação da consciência histórica, busca-se iden-

tificar inicialmente se há alguma formação de conteúdos tacitamente (Melo, 2000) assim como, se há percepção acerca do "fazer história" como por exemplo, existe preocupação com a veracidade dos fatos, que importância tem o referencial teórico, as informações são bem explicadas, tem estrutura, influência do som do vídeo ou/e das imagens, entre outros.

O questionário para os professores também será divido em duas partes, a primeira "Você, a Internet e a Sala de Aula", para pesquisar o uso das TDC's em sala de aula e a segunda será sobre a percepção dos impactos do YouTube no ensino de história para eles. Pretende-se abordar questões acerca da necessidade de ser um "professor-curador", com conteúdo rastreáveis, pesquisar se as mobilizações das narrativas históricas na sala de aula estão afetadas por uma tensão entre as demandas do conhecimento escolar e a nova lógica da mídia, como por exemplo, se os conteúdos que estão na internet e nas comunicações são mais fortes do que o próprio conhecimento teórico historiográfico.

O estudo visa contribuir com as pesquisas acerca da História Digital, assim como seus impactos na Didática da História e na construção da consciência histórica escolar. Visto que há inúmeras relações com a História Digital e o Ensino de História, sobretudo no que se refere a construção de narrativas midiáticas recentes que acabam hierarquizando a forma do saber, muitas vezes sem cunho ou embasamentos científicos, estabelecendo "verdades midiáticas", no qual os criadores de conteúdos especializados em história, não estão necessariamente alinhados com os princípios éticos e morais quanto à função do professor de História. Portanto, propõe-se investigar até que ponto a mobilização de narrativas históricas na sala de aula está afetada por uma tensão entre as demandas do conhecimento histórico escolar e a lógica da mídia.

Da didática ao digital

Partindo da premissa que a didática da história é uma disciplina que pesquisa a elaboração da história e sua recepção na sociedade, apreende-se que é uma ciência que analisa as formas de mediação intencional (Bergmann, 1990), representação e exposição da História, assim como as formas que as pessoas usam dessas representações, podem ser observadas em contextos históricos e sociais diversos, conduzida por outros, intencionalmente ou não. A

sociedade desenvolve seu pensamento histórico a partir dos diferentes contatos com a História, seja como disciplina escolar e extraescolares como o YouTube, Facebook e Instagram. As temáticas históricas nas plataformas digitais, de diferentes maneiras, interferem no ensino de história, na formação da literacia e, consequentemente, na consciência histórica.

A construção do conhecimento histórico, de acordo com Peter Lee (2016, p. 107-146) compara-se ao processo de alfabetização, assim como aprende-se palavras para obter a interpretação, compreensão e expressão da nossa língua, aprender história é quando tomamos consciência das ideias principais que lançam as bases do conhecimento sobre o passado. Elas são identificadas como categorias do pensamento histórico, como as narrativas, mudanças, evidências, empatias, entre outras. Ou seja, aprender História é compreender a prática dessas categorias e utilizá-las como instrumentos para conhecer o passado, visto que para isso é indispensável o contato com as fontes históricas, com a própria Ciência da História e suas epistemologias, desse modo, pretende-se compreender a "alfabetização histórica" dentro do ambiente escolar que está permeado pela cultura digital.

Cerri (2010) define que o objeto da didática da História ocupa-se de analisar o meio em que os alunos e os professores encontram-se, os conhecimentos e opiniões que aparecem em suas famílias, igreja ou outras instituições que frequentam e nos meios de comunicação de massa aos quais têm acesso. Por isso, vê-se o YouTube enquanto um ambiente de propagação de conteúdos, colocando em perspectiva a construção do passado, por meio das formas de propagação de assuntos históricos, e, a própria plataforma e suas interações são importantes para que possa compreender o modo como os diferentes métodos, narrativas, linguagens e sujeitos produzem uma interpretação do passado que conduz o presente e objetiva futuros, ou seja, reconhecer como as narrativas presentes nos meios digitais interferem diretamente no ensino escolar da história faz parte do âmbito de pesquisa da didática da História.

Visto que o ensino de história e a didática da história analisa todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida prática, cotidiana. Verifica que inclui o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação, utiliza-se então as possibilidades e limites das representações históricas visuais e explora diversos campos onde os

historiadores equipados – com essa visão – podem trabalhar (Rüsen, 2010). Percebe-se que os meios de comunicação e as novas tecnologias promovem e difundem um específico tipo de conhecimento histórico, diferentes da epistemologia acadêmica e escolar, com o qual projeta-se analisar por meio da plataforma de vídeos – YouTube – como fonte historiográfica como seus possíveis impactos contribuem em uma nova construção do saber histórico escolar.

O descentralismo oportunizado pela interatividade da Web 2.0 é importante para legitimar a dinâmica das plataformas digitais (Farah, 2012), observa-se que de mesmo modo que as tecnologias, obedecem a uma premissa evolutiva, a internet acompanha, segue-se em Web 1.0, conhecida como a 1ª geração, com usuários que acessam informações por navegadores (*browsers*), mas sem interação. A geração subsequente, é a Web 2.0, com inovação interativas, possibilidade de usuários comentar, criar e compartilhar. Desse modo, a formação especializada dos indivíduos "criadores" de conteúdos digitais, como os "youtubers" não são necessários, já que no meio digital outras premissas são avaliadas como importantes: quantidade de inscritos, visualizações, curtidas, comentários. Ou seja, a credibilidade e relevância dos materiais publicados forma-se a partir da dinâmica de construção e atualização coletiva (Primo, 2007), que a Web 2.0 cria.

Por conseguinte, quando há temas referente aos conceitos históricos, conteúdos previstos no currículo escolar, ocorrem desdobramentos em sala de aula, devido à quantidade de acesso e de procura por informações na plataforma. Profissionais da educação, como os professores de história, seguem uma série de critérios para a construção e baseiam-se nas propostas da didática da história, consequentemente na teoria da história e por isso, comprometem-se com a ética e moral, com as quais os novos "formadores de opinião" não necessariamente estão alinhados aos princípios quanto à função do professor de História (Schmidt; Cainelli, 2004). Apesar de não poder modificar o passado, ao interpretá-lo e narrá-lo à luz das lutas individuais e coletivas, pode-se levantar questões sobre o presente e pensar o futuro a partir dos princípios da liberdade, democracia e cidadania.

Para ensinar história na Era das mídias digitais, é fundamental que toda comunidade escolar e, principalmente, os professores de história, tenham uma participação ativa nesse campo, porque os educadores historiadores pú-

blicos têm o dever de interpretar criticamente a narrativa falsamente "objetivante", especialmente aquela virtual e viral mais capciosa, que promove memórias coletivas "alternativas" à chamada "história oficial", e retoma – ou reinventa por inteiro – novas "legendas nacionais", com narrativas nacionalistas, por vezes racistas e revisionistas, para descobrir "verdadeiros" passados e memórias coletivas nacionais (Noiret, 2015).

Há outros aspectos das problemáticas que devem ser levados em consideração nas redes sociais são as *fake news*, aliadas às ideias da pós-verdade, de extrema importância pois, a falsa notícia é o espelho onde a 'consciência coletiva' contempla o seu próprio rosto (Bloch, 1998), visto que muitos discursos confirmam convenientemente suas ideias. Mediante a constatação da necessidade de historiar e compreender a internet como espaço de registro, informação e produção de conhecimento, além da grande centralidade que a plataforma do YouTube ocupa no âmbito escolar visto que inúmeros alunos usam para a realização de pesquisas escolares[154]. Urge a necessidade de promover pesquisas que pretendam analisar e identificar a construção da consciência histórica escolar e quais os seus impactos para o ensino de História.

Os métodos educacionais são modificados ao passo em que as tecnologias vão desenvolvendo-se, o curso temporal e as transformações culturais estabelecem novas aprendizagens e raciocínios no campo da aprendizagem do ensino de História. Desse modo, é necessário manter as práticas pedagógicas atualizadas com os novos processos de ensino de transação de conhecimento, especialmente com a urgência de novas demandas devido ao contexto da cibercultura que se tornaram imprescindíveis diante do cenário atual de veiculação de conhecimento, muitas vezes com características conspiratórias ou distorcidas sobre a história curricular, com disputas de narrativas, ter como base a Teoria da História para reaver informações e confirmar conceitos relativos à ciência histórica é de extrema relevância.

No que diz respeito as potencialidades da internet para o trabalho da história digital, é necessário debater as inovações metodologias, discursivas e institucionais provocadas pela emergência das novidades tecnológicas. Visto que os impactos da cultura digital e multimidiática é em si mesmo um fenômeno

154 Fonte: TIC Educação 2019. Disponível em: https://www.cetic.br/pt/tics/educacao/2019/escolasurbanas-alunos/E1A/.

a ser estudado, uma vez que trata de um processo de transformação mundial, além de fornecer um fluxo inusitado de fontes para o conhecimento histórico, pelo volume e diversidade de registros que produz, modifica o modo de obter informações e gerar saberes, porque afeta as práticas de investigação sobre o passado (Bresciano, 2010).

A perspectiva da didática da história, vai além de evidenciar as problemáticas acerca de ensino e aprendizagem no ambiente escolar, após com a ampliação do seu sentido e local de atuação, busca analisar todo o conjunto de formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico no cotidiano. De acordo com Rusen (2001), a teoria da história explicita que a relação da ciência histórica com a vida prática de seu tempo não pertence a um local escondido do pensamento histórico e isso intensifica a sua função didática com respeito à vida prática. Por consequência, o significado prático do pensamento histórico no contexto da política de memória e identidade, tem como referência a superação do etnocentrismo pelo humanismo histórico.

Dessa maneira, as pesquisas no ensino de história exigiram que a História abordasse um manejo crítico-argumentativo dessas novas fontes, pois fatos fixos foram fluidificados com a dinâmica de sua significação diferenciada com relação a cada sujeito envolvido permeados pela cultura digital, experiências do efêmero e da simultaneidade, típicas da socialização atual. As histórias públicas digitais e as formas de como elas estão nas representações dos meios de comunicações, na opinião pública e redes sociais, são campos de atuação e pesquisa para os historiadores.

Por isso, entende-se o YouTube como um local de promoção e difusão de um tipo de conhecimento histórico, o qual contribui para a formação de uma consciência histórica popular, no qual essencialmente os alunos estão inseridos, portanto, a consciência histórica não significa apenas o conhecimento sobre o passado, mas estrutura o conhecimento histórico como forma de compreender o presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro (Russen, 2011).

Para isso, apreende-se diálogos interdisciplinares com áreas da educação, comunicação, ciências da computação, entre outros, porque os conhecimentos oriundos dessas áreas são indispensáveis para a compreensão das novas

tecnologias e redes sociais. Infere-se, portanto, a necessidade de entender as lógicas algorítmicas que estão por trás dos sistemas de recomendação de conteúdos em ambientes digitais como websites, redes sociais e plataformas de streaming, e como e o que isso pode indicar em relação aos interesses econômicos e políticos implícitos ao controle exercido na internet (Prado, 2021). A plataforma do YouTube converteu-se em um catalisador do entretenimento, das afetividades e do conhecimento para boa parte do corpo estudantil atual, nativos digitais (Prensky, 2001), um tipo de mídia que corresponde às expectativas da sociedade inseridos na cibercultura, rompe barreiras com as "hierarquias" da cultura de massa. O YouTube, demonstra a possibilidade de controle por parte do aluno, porque ele consegue escolher o que assistir e como assistir, e caso queira, até criar o seu próprio conteúdo.

Com a tecnologia da Web 2.0 e permissão de interações e produções por parte dos internautas, esse recurso tem possibilitado uma base riquíssima de dados com narrativas criadas na plataforma a serem analisadas como objeto histórico. O que serve para evidenciar que através das narrativas históricas midiáticas na plataforma do YouTube, é possível obter acesso a novas formas de produção de memória e percepção de eventos de seu próprio tempo. Portanto, cria-se a necessidade de unir a educação e a cibercultura, nesse caso, utilizando a plataforma do YouTube pelos professores, muitas vezes, migrantes digitais, no ambiente escolar e em sala de aula.

Referências

BERGMANN, Klaus. A História na reflexão didática. Dossiê história em quadro-negro: escola, ensino e aprendizagem. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 9, n. 19, p. 29-42, set. 1989/fev. 1990.

BLOCH, Marc. Reflexões de um historiador sobre as falsas notícias da guerra. *In:* BLOCH, Marc. **História e historiadores.** Lisboa, Teorema, p. 177-198, 1998.

BRESCIANO, Juan Andrés. **La historiografia em el amanecer de la cultura digital.** Uruguay; Ediciones Cruz del Sur, 2010.

CERRI, Luis Fernando. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. **Revista de História Regional**, v. 15, n. 2, p. 264-278, 2010.

FARAH, J. Predicting the Intelligence of Web 3.0 Search Engines. **International Journal of Computer Theory and Engineering**, v. 4, n. 3, p. 443–445, 2012. https://doi. org/10.7763/IJCTE. 2012. V 4.503.

FICKERS, Andreas. Towards a new digital historicism? Doing history in the age of abundance. In: FICKERS, Andreas; DE LEEUW, Sonja. (Ed.). Making sense of digital sources. **Journal of European History and Culture**, v. 1, n. 1, p. 12-18, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1924.

LEE, P. Progressão da compreensão dos alunos em História. *In:* BARCA, I. **Perspectivas em Educação Histórica**. Braga: Universidade do Minho, 2001.

LEE, P. Literacia histórica e história transformativa. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 60, p. 107-146, abr./jun. 2016.

LUCCHESI, A. **Digital History E Storiografia Digitale:** Estudo Comparado Sobre a Escrita Da História No Tempo Presente (2001-2011). Dissertação (Mestrado em História Social). Departamento de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

LUCCHESI, A; MAYNARD, Dilton C. S. Novas Tecnologias. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de (Orgs.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV, p. 179-184, 2019.

MELO, Maria do Céu. O conhecimento tácito substantivo histórico dos alunos: no rasto da escravatura. *In:* BARCA, Isabel (Org.). **Perspectivas em Educação Histórica:** atas das Jornadas Internacionais em Educação Histórica, 1, Braga, 2000.

NOIRET, Serge *et al*. História Pública Digital—Digital Public History. **Liinc em Revista**, v. 11, n. 1, p. 28-51, 2015. Disponível em: http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634/3098.

PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0201, set./dez. 2021.

PRENSKY, M. Digital Natives Digital Immigrants. *In:* PRENSKY, Marc. **On the Horizon**. NCB University Press, Vol. 9 No. 5, October (2001ª).

PRIMO, A. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, 9, p. 1–21, 2007. https://doi.org/10.30962/ec.153.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica:** os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, Jörn. **Jörn Rüsen e o ensino de História** (organizadores: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Estevão de Rezende Martins). Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

RÜSEN, Jörn. Narrativa histórica: fundamentos, tipos, razão. *In:* SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de História.** Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, p. 93-108, 2010.

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. *In:* SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História.** Curitiba: Ed. UFPR. 2011.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar história.** Scipione, 2004. TIC Educação 2019. Disponível em: https://www.cetic.br/pt/tics/educacao/2019/escolasurbanas-alunos/E1A/

Papéis sexuais em *Eu sou uma lésbica*, de Cassandra Rios

A. Shelle Paula Rodrigues

Resumo

Eu sou uma Lésbica é um livro feito em 1981. Constituído como um romance de formação, a trama gira sobre a história de Flávia – uma adolescente em busca de uma definição sobre ser lésbica. Ao longo do romance, a protagonista se relaciona com várias pessoas distintas aos quais não considera genuinamente homossexuais, apesar da dissidência de sexualidade dessas pessoas. A autora Cassandra Rios possui uma extensa obra best seller que vai dos anos 1948 – 1981. Foi a escritora mais vendida e mais censurada do país na década de 1960 e 1970, especialmente no período da Ditadura Militar. O objetivo desse trabalho é compreender como os "papéis de gênero" em "Eu sou uma lésbica" se relacionam às discussões sobre identidade nos anos 1980. Entendendo a obra literária não como um reflexo da sociedade, mas como uma instância complexa que possui uma espontaneidade de ação e transformação ao mesmo tempo que compartilha de códigos formais ao quais orientam e definem esse espaço, faremos uma análise relacionando o modo que o corpo das personagens está descrito no livro com outras instâncias sociais, como o MHB - Movimento Homossexual Brasileiro – a partir da representação dos papéis de gênero nos jornais CHANAcomCHANA e Lampião da Esquina e a literatura pornográfica do período. Neste trabalho, usaremos o termo "papéis sexuais" por ser utilizado na época e, para o embasamento teórico, autores como CERTEAU, LONDERO, SEVCENKO, PRECIADO, BUTTLER e CHARTIER.

Palavras-chave: Cassandra Rios; Pornografia; Anos 1980.

Introdução

Eu sou uma Lésbica é um livro feito em 1981. Constituído como um romance de formação, a trama gira sobre a história de Flávia – uma adolescente em busca de uma definição sobre ser lésbica. Ao longo do romance, a protago-

nista se relaciona com várias pessoas distintas aos quais não considera genuinamente homossexuais, apesar da dissidência de sexualidade dessas pessoas.

A autora da obra, Cassandra Rios, possui uma extensa obra *best seller* que vai dos anos 1948 – 1981. Foi a escritora mais vendida e mais censurada do país na década de 1960 e 1970, especialmente no período da Ditadura Militar. O objetivo desse trabalho é compreender como os "papéis sexuais" em "Eu sou uma lésbica" se relacionam às discussões sobre identidade nos anos 1980. Entendendo a obra literária não como um reflexo da sociedade, mas como uma instância complexa que possui uma espontaneidade de ação e transformação ao mesmo tempo que compartilha de códigos formais ao quais orientam e definem esse espaço, faremos uma análise relacionando o modo que o corpo das personagens está descrito no livro com outras instâncias sociais, como o MHB - Movimento Homossexual Brasileiro – a partir da representação dos papéis de gênero nos jornais CHANAcomCHANA e Lampião da Esquina e a definição de literatura pornográfica.

O masculino e o feminino em Eu sou uma lésbica - A construção dos personagens

> De algum modo, eu sabia que não podia demonstrar o que sentia, o que se passava comigo, por isso cada vez mais eu me transformava em uma criança, arredia, intimista, muda, indiferente ao que normalmente interessa as crianças. [...] Aos sete anos, portanto eu agia com hipocrisia e dissimulação, não pela intimidação do método como fui criada, mas porque algo intuitivo já me prevenia contra as pessoas e me fazia guardar segredo de tais emoções (Rios, 1983, p. 6).

Esse trecho é uma lembrança da personagem Flávia quando criança. Aos 7 anos, ela se apaixona por sua vizinha, dona Kênia e se retrai. Intuitivamente, a criança já sabia que não poderia falar de seus sentimentos para ninguém, o que a leva a ser "hipócrita e dissimulada" não só por constantemente omitir seus sentimentos, mas por fazer posteriormente jogos de sedução e manipu-

lação com Kênia. A história é dividida em dois momentos: as lembranças de Flávia da infância e a narrativa de sua adolescência.

Segundo Antônio Cândido, os personagens constituem um dos elementos mais importantes das narrativas, pois um personagem bem construído torna a história mais crível pela a possível adesão afetiva e intelectual do leitor. Pensamos em um romance, o que primeiro pode nos vir à mente são seus personagens. Además, é também a estrutura de uma história que dá complexidade aos personagens conferindo à eles não só uma função na trama como também constrói a força e a eficácia da história (Candido, 2014, p. 11).

A obra " Eu sou uma Lésbica" é composta de vários personagens, os principais são: Flávia - a narradora da história e protagonista -, Kênia - seu objeto de desejo -, Núcia - segunda pessoa da narrativa que Flávia se apaixona -, Bia - personagem amiga de Núcia que se prostituía e "tinha caso" com Marlene - a lésbica "machona," dona da descrição mais impactante do livro. Os dois únicos homens de alguma relevância para trama são: o maridode Kênia - Eduardo - e Fábio, pessoa do ciclo de Flávia adolescente que se apaixona por ela.

Neste texto, vou partir da descrição de 6 personagens centrais: A Flávia, o Eduardo, AKênia, o Fábio, a Marlene e a Núcia. Como vimos anteriormente, Flávia foi descrita como uma criança intimista e arredia por conta de seu desejo pela vizinha que não poderia ser revelado. Flávia poderia também mimetizar o comportamento de Eduardo, marido de Kênia, com relação ao sentimento de posse:

> E eu comecei a assimilar e comparar o que eu sentia quando dona Kênia não vinha passar a tarde com mamãe com o que o seu Eduardo sentia quando não encontrava a mulher em casa.Eu ficava uma fera. Era isso. Então, eu deixava mamãe atordoada sem entender as alterações do meu temperamento ainda incerto, preocupada com o meu temperamento ainda agressivo e irrequieto. [...] - Estou uma fera! (Rios, 1983, p. 6).

A participação de Eduardo na trama como à de Fábio, um dos poucos homens, se revela como um empecilho, no caso de Eduardo, o empecilho da

menina realizar seu desejo, além de muitas falas e comportamentos machistas proferidas por eles e postas com naturalidade como esse relato de Kênia:

> Eduardo fica uma fera quando telefona ou chega em casa e não me encontra. Ele vive reclamando: porque vou tanto ao supermercado, porque não compro tudo de uma vez ou mando a empregada. Ele acha horrível mulher ficar metida na casa dos vizinhos. Eduardo é um horror! Bem, lá vou eu enfrentar a fera! (Rios, 1983, p. 6).

Eduardo era um empecilho. As poucas ações desse personagem eram diretas, sem dissimulação ou hipocrisia diferente de todas as personagens mulheres da trama. As ações de controle eram postas de forma direta pelo personagem, assim como Fábio onde na fase deadolescência da personagem falou abertamente o que pensava do lesbianismo nessa conversa:

> Não quero ser condenada por isso, não por você. Eu não queria que você soubesse… do modo como ficou sabendo. - Eu sempre soube. [...] Ele falava, fazia discurso, verdadeiros libelos contra o lesbianismo. Tinha certeza que eu não era nada disso. Se eu quisesse, poderia me libertar do "vício" [...]. Fábio andava lendo psicologia e tudo que era livro que falasse à respeito das mulheres e suas emoções. [...] - Você tem vergonha e medo de homem. Está amarrada à preconceitos impostospor uma educação rígida e errada, que deformou seus desejos. Homem virou tabu pra você (RIOS, 1983, p. 33).

O diálogo acima acontece um dia após Fábio saber a sexualidade de Flávia. Ele soube não pela protagonista, mas por seu "caso". Núcia pressiona Flávia para assumir-se perante a sociedade, mas a protagonista tinha medo tanto de se assumir, como se entender quanto à palavra, substituindo por "criptandro" um qualitativo dos vegetais que não possuem órgãos masculinos aparentes.

Fábio teve uma participação maior na trama por ter se apaixonado por Flávia sustentando a hipótese proferida por Marlene "os homens preferem as

lésbicas". A ação que esse personagem tomou movido à orgulho ferido - por ter "perdido" para uma mulher - foi armar um plano para que Flávia descobrisse a traição de Núcia com um homem. Ele simplesmente disse e a levou até o local enquanto discursava contra o lesbianismo como vimos no trecho acima. Suas ações continuam sendo às claras.

Não que os personagens masculinos de Cassandra sejam rasos, não tenham nuances, mas são quase que desimportantes devido ao seu caráter direto e transparente, sem jogos psicológicos ou dissimulações. O gênero é um conceito relacional, ou seja, se os homens são representados de uma forma, as mulheres serão o seu oposto. Esse conceito põe em evidênciao caráter cultural, não determinista, das relações em detrimento ao termo sexo próprio da biologia (Scott, 1989, p. 3). Porém, o termo gênero foi cunhado apenas no final da década de 1980, depois do lançamento do livro, então usaremos o conceito de papéis sexuais da antropóloga Gayle Rubin[1] encontrado em um boletim do movimento lésbicas feminista da época.

Contudo, para Butler, terminologias como sexo, gênero e desejo são históricas, com isso, efeitos de uma formação específica de poder a que Foucault chama de genealogia. Ao invés de pesquisar uma verdade íntima do desejo, uma origem do gênero, a genuinidade de uma identidade sexual nublada por uma repressão, analisa as apostas políticas de determinadas categorias de identidade que são efeitos de instituições, práticas e discursos, possuindo pontos de origem múltiplos e difusos (Butler, 2012, p. 9). Dito isso, a categoria "falsa lésbica" representada é produto de quais apostas políticas da época tendo em vista que ela só aparece no último livro da autora?

O papel sexual feminino na trama fica mais explícito com a primeira descrição do objeto de desejo da Flávia criança: Dona Kênia.

> Era especial a fascinação que um par de pernas que me fascinavam, porque eram as pernas de Dona Kênia. [...] E olhava e comparava, sem dúvida as pernas de dona Kênia eram as mais bonitas. [...] Cheguei a debruçar-me para cheirar com cuidado, pois tinha certeza que eram perfumados.[...] Dela toda exalava um aroma suave e inebriante de sabonete e talco. Fiquei com a cabecinha inclinada bem perto dos seus

> pés, exalando seu perfume, absorvendo seu cheiro (Rios, 1983, p. 3).

A primeira descrição de Kênia era estritamente corporal. Kênia era sinônimo de beleza. A personagem é colocada na trama como alguém que sofre a ação - desde a lambida na perna embaixo da mesa - até a "brincadeira de gatinho" que consistiu em uma artimanha da criança para ter relações sexuais com sua vizinha 16 anos mais velha. Sim, a criança é posta como aquela que faz a ação e a adulta é a pessoa seduzida. Como vemos nesse trecho:

> Foi tudo muito rápido para que ela tivesse uma reação de repúdio à minha atitude. Estava perplexa, sem saber como analisar aquilo para censurar-me. [...] Ri antes de começar a sugar aquele seio. Ri como um diabinho, um fauno, um pequeno ser diabólico. [...] - A gente pode brincar bastante de gatinho? - Pode, Flávia, mas não conte à ninguém. - Você aprendeu a brincar? - Sim, Flávia, eu também sei brincar de gatinho e vou ensinar tudo pra você… (Rios, 1983, p. 11).

É válido salientar que tudo parte da memória de Flávia quando adolescente, motivo pelo qual o desejo de uma mulher de 23 anos por uma criança de 7 não seja problematizado, colocando a própria criança como agente da ação. A memória aqui é colocada também como uma mistura de temporalidades, ora a beleza de Kênia é retomada a partir de outro personagem:

> E ali estava, cabeleira loira, olhos azuis, boca polpuda, corpo esguio, sandálias de salto fino, tiras coloridas, unhas dos pés esmaltadas de vermelho. O detalhe excitante. Não era Kênia, mas era tão linda quanto ela. Possuía o mesmo charme e ar de mistério. Parecia luminosa como se uma aura a destacasse de todas as pessoas daquela sala (Rios, 1983, p. 19).

Essa é a primeira descrição de Núcia. Logo podemos perceber a comparação que Flávia faz com Kênia. Até então não tínhamos contato com aspectos

psicológicos de Kênia como "aura de mistério" ou "parecer luminosa". Diferente de Kênia, Núcia quebra a expectativa do feminino 2 vezes apenas, quando mostra sua rede de apoio - amizades lésbicas ao qual ela não precisa se esconder - e quando pressiona Flávia à assumir-se: "você é o que, afinal? Ta aí com cara de murcha porque o machão foi embora e eu te entreguei…"

O fato de Núcia ser bissexual só é revelado posteriormente. Diferente de outras obras como "As Traças" de 1977, Eudemonia, de 1951, "Tara" de 1961, Eu sou uma lésbica de 1981 apresenta uma outra categoria que não está posta em nenhuma outra obra: a falsa lésbica. O surgimento dessa categoria se dá pela existência da personagem Marlene - a lésbica masculina. A primeira descrição dessa personagem se dá por aspectos psicológicos e físicos, como podemos ver nesse trecho:

> Como eu supusera: uma machona como as que eu já vira na rua e que me causava repulsa e aversão. Metida a homem, andar fanfarrão, impostando a voz, como se tivesse um enorme saco entre elas, gesticulando, falando do seu "caso" como se fosse uma mulher-objeto. As expressões o modo de falar, tudo nela me enojou e Núcia viu, sentiu, comparou e finalmente começou a entender o que eu era e o que era aquela mulher disfarçada de homem que, para meu espanto, atendeu um telefonema e me disse que seu "filho" estava no aeroporto, voltando de viagem e elaprecisa ir até lá apanha-lo. [...] E eu fiquei acompanhando com o olhar aquela deformidade que até dera luz. [...] Ela estava começando a entender a diferença entre eu e aquele tipo: o aspecto, o nível, a classe, a genuinidade. [...] Eu buscava a compensação de ser uma lésbica genuína entre gente que não sabia o que era ou o que queria. Fortes mulheres com voz grossa e panca de homem, com filhos e até amantes. Essas machonas[...] é que saiam a frente de um falso movimento de emancipação feminina, confundindo um movimento de classe social por direitos iguais aos dos homens, com recebimentos de honorários, no reconhecimento de méritos vocacionais com até mérito social (Rios, 1983, p. 26).

A aparição de Bia é logo relacionada a um falso movimento de emancipação feminina. A impostação vocal, o andar e o machismo como vemos em "falar do seu caso como uma mulher-objeto" que nessa trama é separado do sentimento de posse tudo isso podem ser entendidos como aspectos psicológicos. A fala de Núcia ou de Kênia, os dois objetos do desejo de Flávia, não foi colocada como um agravante da beleza. A voz sim, mas afala não, o que a diferencia de Bia, onde o conteúdo da fala agrava o nojo e o preconceito que a protagonista sente.

Após a decepção com Núcia, Flávia sai de sua casa indignada falando dos falsoscasais héteros: "Kênia e Eduardo; Núcia e Eduardinho e; Bia e Marlene. Elas e seus machos! Mundo porco, gente nojenta, sem escrúpulos" (Rios, 1983, p. 34); Dito isso, Bia era uma falsa lésbica, não por conta do amor masculino, mas porque ela não era uma mulher. A existência da personagem Bia pode ser entendida como um início da posterior separação entre identidade de gênero e orientação sexual quase uma década antes dos termos terem sidocriados.

Diferente do "criptandro" que é relacionado à lesbianidade pela protagonista, Bia aparece. Esta personagem não se esconde e fala o que pensa, mesmo quando é uma ideia ou pensamento recheado de amargura. No oposto disso, nós temos a genuinidade que é ligada a discrição, à introspecção, ao mistério e a tudo aquilo que não é dito exatamente com palavras.A genuinidade está em não se colocar em movimento social.

Ademais, a estrutura da trama é recheada de lembranças sobrepostas, uma certa confusão temporal e referências à psicanálise como se a protagonista em sua fase adolescente buscasse em seu passado algo que à explicasse, chegando a negar seu inconsciente: "tudo meu é natural, consciente e vivo" .No entanto, ao final da trama, quando Flávia reencontrasua amada Kênia, uma lembrança que ela recalcou retorna à sua memória: na infância, misturara pó de vidro na sopa de Eduardo, marido de Kênia, antes dos dois viajarem, matando-o.

O romance se encerra com algumas perguntas:

> Uma criança que cometeu o mais chocante crime de amor de todos os séculos, comopoderia ser condenada? Haveria castigo para ela? Julga-

> mento? Até que ponto ela é inocente? Em que situação uma homossexual deve ser rejeitada, compreendida ou aceita? Quando engana o homem com suas dissimulações ou enfrenta a sociedade abertamente sem esconder o que é? (Rios, 1983, p. 58).

O fim desse romance é considerado feliz pelo reencontro do casal principal, o possívelamor ter se mantido vivo após todos os anos e as protagonistas terem sobrevivido, o que nãoé muito comum nos romances da autora. Esse pode ser considerado um romance de formação, pois foi há uma busca de uma identidade pela protagonista. Apesar da mistura de temporalidades, a estética da trama tem uma linguagem ainda mais simples e direta e seus personagens ganham camadas para além dos seus papéis sexuais no caso de Núcia quando pressiona abertamente a protagonista a se assumir e Eduardo que faz um plano simples para separá-las.

No entanto, os papéis sexuais colocados na trama (dissimulação x controle) se relacionam ao contexto de que forma? Segundo Antônio Cândido, o personagem é a união dofragmentado pela organização do contexto. Seguindo a obra de Mauriac, o romancista extrai os elementos de invenção da memória e isso confere ambiguidade às personagens, pois elas não correspondem às pessoas vivas, mas nascem delas. Entretanto, o romancista é incapaz de reproduzir a vida, então os personagens não são projeções das angústias, limitações e aspirações do romancista, pois o princípio que rege o aproveitamento do real é a modificação, seja por acréscimo, seja por deformação de pequenas sementes sugestivas (Mauriac *apud* Candido, 2014, p. 67).

Todavia, é inegável que há uma relação estreita entre a personagem e o autor, pois ele a tira de si, seja de uma zona boa ou má, significando a realização de potencialidades que nãosão projeções de traços, mas modificações causadas pelo romance que transfigura a vida. Essa relação autor e personagem produz um limite à possibilidade de criar, pois a imaginaçãodo romancista não é absoluta, nem livre, parte de um lugar social, dando aos personagens características em comum a todos, partindo de um universo inicial. Antônio Cândido (2014) chama esse limite de "lei de constância".

Figura 37 - O lugar social - as entrevistas de Cassandra e Odete

Dito isso, qual o lugar de Cassandra? Cassandra Rios é pseudônimo de Odete Perez Rios, nascida em Perdizes no ano de 1932. Seus pais, dona Damiana e seu Graciano são espanhóis da província da Ourense (Rios, 2000, p. 233). Seu primeiro livro foi escrito aos 16 anos. Com o título de Volúpia do Pecado, foi também seu primeiro *best seller*. Sua obra foi de 1948 - 1981.

Para analisar as linhas que circundam a posição social do autor, José d'Assunção Barros enumera alguns pontos como: sociedade de pertencimento, Classe social, posição de classe, família ou linhagem, posição familiar, Status social ou prestígio, situação econômica, posição política, instituições de pertencimento, categoria profissional, posição na categoria profissional e identidades (Barros, 2020, p. 98).

Como podemos ver com a manchete acima "Cassandra Rios ainda resiste. Com 36 livros proibidos, ela só pensa em escrever" a escritora era extremamente censurada, chegandoa ser um dos slogans dos livros "a escritora mais proibida do Brasil" (Rios, 1975, capa). Essa entrevista foi feita em 1978 pelo jornal Lampião da Esquina. Nela, Cassandra é questionada do porquê dos finais trágicos de seus personagens e responde que para ela não existe alguém

que faça algo de errado e não seja punido. Ela até queria, mas não sai. O mais próximo que chegou disso foi na obra Eudemonia[2] e deu muito problema (Costa, 1978, p. 8-9).

Cassandra é uma autora branca, cujo pseudônimo é baseado no mito grego da pitonisaque se recusou a se deitar com o Deus Apolo e foi amaldiçoada por ele, tendo seu dom de convencimento tirado. Ela ainda tinha o dom da vidência fornecido por ele, mas não conseguia convencer ninguém e foi constantemente jogada em descrédito. Previu que não era para Tróia aceitar o presente Grego, mas ninguém acreditou. (Vieira, 2014, p. 21) A construção do nome de Cassandra foi pensada em torno de um silenciamento e a maioria de suas entrevistas foram para jornais e revistas da chamada "imprensa nanica".

De acordo com Bernardo Kucinski esses jornais fugiam da forma e conteúdo da chamada grande imprensa. Cerca de 150 periódicos nasceram e morreram entre 1964 e 1980 e caracterizavam-se também pela oposição ferrenha ao regime militar. Já nos primeiros anos da década de 1960, surgem os primeiros periódicos voltados para o público gay (Kucinski, 1991, p. 5). Chamada pela censura de imprensa gay se destacam 2 periódicos: o Jornal Lampião da Esquina e o boletim Chana com Chana.

O Lampião da Esquina, de formato tablóide, tem em seu editorial - chamado "saindo do Gueto" o objetivo de retirar a culpa cristã de seus leitores agindo para além de se assumir e serem aceitos, mas para resgatar o que uma sociedade machista negou aos homossexuais: "asua condição humana e o seu pleno direito de se realizar como tal" (Lampião, 1978, p. 2).

No início da década de 1980, os homossexuais começaram a afirmar-se com mais intensidade não só "saindo dos guetos" como também exigindo isso como uma pauta. Afirmar-se era uma questão também política, uma forma de tomar o discurso para si. Apesar do objetivo do Lampião da Esquina consistir em abranger todos os homossexuais, são poucasas reportagens sobre lésbicas, tendo sua abertura com a escritora e outra reportagem na edição de n. 3 com Cassandra falando da censura e indicações de leitura ao final.

Para Archfuh, a entrevista é uma construção tanto do entrevistado quanto do entrevistador. Diferente de outros escritores, Cassandra não fala tanto de sua obra, seus personagens, mas de sua vida pessoal e da censura. São poucas

as entrevistas em que a autorafala de seus personagens e a entrevista para o Lampião foi uma delas.

Diferente do que algumas pessoas imaginam a priori, o boletim Chana com Chana (1981-1989), possuindo um caráter mais rústico, com desenhos feitos à mão e uma diagramação em preto e branco, era produzido anualmente e não falava de Cassandra como escritora. Seus livros não estavam nas indicações de leitura e Cassandra só apareceu no boletim quando foi candidata à deputada estadual pelo PDT em 1986 (Chanacomchana, 1986 p. 11). O boletim era produção do grupo GALF - Grupo de Ação Lésbica Feminista, dissidente do Grupo SOMOS de afirmação homossexual. Por questões políticas partidárias, o grupo rachou após o dia do trabalhador. Algumas pessoas do corpo editorial do Lampião migraram para outro periódico afirmando sua posição política nãoreformista, mas radical.

Para as ativistas do GALF ser lésbica é uma questão organizacional e política. É maisdo que o ato sexual porque mexe nas estruturas da família, da sociedade patriarcal e dos papéis sexuais. No entanto, Cassandra em entrevista foi justamente de encontro à concepção de identidade pontuando que o objetivo principal de sua obra foi mostrar que heterossexuais ehomossexuais são iguais, portanto, em sua candidatura, lutaria pelo direito dos escritores, nãodos homossexuais (Chanacomchana, 1986 p. 11-15).

Pornografia é aquilo que (des)via - O discurso da censura

Se por um lado vemos um fortalecimento do MHB - Movimento Homossexual Brasileiro falando constantemente sobre identidade gay e lésbica, também podemos observar um surto censório no governo Geisel (1974-1979) (Londero, 2014). A censura contra homossexuais aumenta, pois a questão de gênero era também uma questão de segurança Nacional, pois o anticomunismo se alia à mobilização das identidades de gênero (Duarte *et al*, 2014, p. 11). O poder da censura como instituição aumentou muito nesse período, com a lei de censura prévia em 1977. A censura não só tira as obras de circulação como também pode editar. Em um regime de exceção não podemos esquecer que a censura atua na recepção do público, na obra em si e porque não dizer no processo de criação do autor? (Londero, 2016, p. 39).

Não tirando a qualidade e complexidade da obra de Cassandra, entendemos como pornográfico tudo que foi demasiadamente censurado, tornando o termo pornografia como uma categoria de análise e não um outro gênero. Segundo Robert Darnton, investigar a literatura Best Seller proibida nos traduz um outro campo de investigação que se distancia muito da literatura tradicional, pois havia, pela impossibilidade da censura total, um comércio subterrâneo que envolvia editores, livreiros e empresas. Com base na pergunta "o que as pessoas liam na França Pré Revolucionária, ele usou termos que eram usados entre os vendedores para o transporte, dentre as categorizações está os "livros filosóficos" que são os best sellers que questionavam o Estado, a Igreja a/ou a moral da época (Darnton, 1998, p. 9-15).

Ademais, o termo pornografia em seu sentido moderno advém do século XIX, mas emergiu lentamente como categoria distinta nos séculos entre o renascimento e a Revolução Francesa. A tradução ao pé da letra quer dizer "escrita de prostitutas" usada pela primeira vez com o objetivo de censurar e desqualificar a obra (Hunt, 1999, p. 10). Existem várias teorias da pornografia, mas poucas fazem uma real separação entre pornografia e erotismo. (Londero, 2016). Entretanto, partiremos de um viés onde as fronteiras entre pornografia e erotismo são políticas, históricas e não condizem com uma separação de gêneros literários distintos, sendo erotismo um conceito rizomático e flutuante (Silva, 2020, p. 21).

Conclusão

Segundo Certeau, a literatura está para ciências humanas assim como a matemática foi por muito tempo para a ciências exatas: um discurso "lógico" da história a ficção que a torna pensável. Ou seja, a literatura ajuda a história a se tornar pensável, mas possui ethos e funcionalidades diferentes (Certeau, 2023, p. 92).

Os papéis sexuais dos personagens, embora, em linhas gerais, bem definidos, também eram cambaleantes no sentido de não limitar totalmente a ação do personagem, ou seja, na história mesmo um personagem masculino sendo direto e controlador, para ter esse controle, também pode ser dissimulado – como o caso de Fábio – e uma mulher que também é objeto de desejo também pode agir de maneira aberta e impositiva, como foi o caso de Núcia.

Entendendo a literatura não como um reflexo do real, mas como um sintoma de determinados processos históricos, podemos concluir que o surgimento da categoria "falsa lésbica" na literatura de Cassandra pode ser uma resposta da autora às discussões sobre gênero e sexualidade feitas pelo movimento "guei" e lésbico feminista da época. Para a autora, a sexualidade não era uma questão macro política, mas individual.

A posição dos movimentos que estavam constantemente ganhando espaço não só por ter uma imprensa própria, mas por estar em outros espaços "para além dos guetos", estava mudando a forma com que se entendiam as identidades sexuais, tornando-as mais fluidas. Para Butler, o gênero funciona dentro do discurso, e não fora dele, portanto, o surgimento de uma categoria antes não vista dentro de um discurso literário, mesmo este sendo ficção, também são sintomas de mudanças políticas e sociais no tempo (Butler, 2012, p. 13) Este texto é um fragmento de minha pesquisa de mestrado que se encontra em fase de finalização.

Referências

ARFUCH, leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Tradução: Paloma Vidal. EdUERJ, Rio de Janeiro, 2010.

BARROS, José de Assunção. **A fonte histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis, RJ, ed.Vozes, 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade; tradução, Renato Aguiar. - 4ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CÂNDIDO, Antonio. A personagem do romance. *In:* CANDIDO, Antonio *et al*. **A construção dopersonagem**. Ed. Perspectiva. São Paulo, 2014.

COSTA, Maria Paglia; AMARAL, Maria Adelaide; PENTEADO, Darcy; TREVISAN, João Silvério; MATTOSO, Glauco. Com 36 livros proibidos, ela só pensa em escrever: Cassandra Rios ainda resiste. **Jornal Lampião da Esquina,** Ano I, nº 5, Rio de Janeiro, p. 8-10. outubro de 1978.

DARNTON, Robert. **Os best sellers proibidos da França Pré Revolucionária**, Companhia das Letras, São Paulo, 1998.

HUNT, Lynn. **A Invenção da Pornografia**: Obscenidade e as origens da Modernidade (1500-1800) Tradução: Carlos Slack. Hedra, São Paulo, 1999.

RIOS, Cassandra. **Eu sou uma Lésbica**. Ed. Record, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1983.

RIOS, Cassandra. **Nicoleta Ninfeta**. Ed. Record. Rio de Janeiro, 1975.

SCOTT, Joan. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics ofhistory. New York, Columbia University Press. 1989.

SILVA, Claudicélio. **Por uma epistemologia das sexualidades na literatura**. Odisseia, Natal, RN, v. 5, n. esp., p. 16-35, jul.-dez. 2020.

VIEIRA, Kyara Maria Almeida de. **Onde estão as respostas paras minhas perguntas?** Cassandra Rios a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim. Tese dedoutoramento apresentada UFPE, 2014.

"Soldado da democracia": uma análise das representações anticomunistas produzidas por Simplício de Sousa Mendes (1961-1971)[155]

Joel Marcos Brasil de Sousa Batista[156]
Francisco de Assis de Sousa Nascimento[157]

Resumo

O trabalho visa analisar as representações anticomunistas produzidas pelo então presidente da Academia Piauiense de Letras, Simplício de Sousa Mendes (1959-1971) na imprensa piauiense durante o governo Goulart e o início da ditadura militar. Como objetivo específico pretendemos identificar como os seus posicionamentos anticomunistas estão relacionados com suas opiniões contrárias às reformas de base, ao governo Goulart e a qualquer medida que vise mudar o modus operandi da sociedade. Além disso, objetivamos analisar como o seu "combate ao comunismo" foi utilizado para difamar, denunciar e criminalizar adversários políticos que tivessem opiniões políticas favoráveis às reformas sociais e como, durante a ditadura militar, utilizou os meios de comunicação para acusar e incentivar prisões de seus opositores políticos. Almejamos inserir as representações produzidas por Simplício de Sousa Mendes no seu "lugar social" (Certeau, 1998), pois as suas visões de mundo e as suas narrativas não representam apenas os seus posicionamentos individuais,

155 A pesquisa foi financiada pela Bolsa DS/CAPES (Bolsa de Demanda Social da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A presente narrativa aprofunda a discussão inicialmente apresentada na Monografia: *"O Dia antes da Revolução": a representação discursiva do golpe civil-militar no jornal piauiense O Dia* (1965-1965), defendida em 2023 na Universidade Federal do Piauí.

156 Mestrando em História do Brasil pelo programa de Pós-Graduação em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí. Possui experiência nas pesquisas de temas relacionados à História do Brasil República, com ênfase na Formação da Identidade Nacional brasileiro, a produção cientifica discursiva jornalística, História da Imprensa, Ditadura Militar, História do Piauí e a imprensa piauiense. Gmail: joelmarcosbrasil@gmail.com e Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5235906662071695.

157 Possui doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Atualmente, é Professor Associado IV da Universidade Federal do Piauí - UFPI, do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: República, Educação e Memória, Psico-história, História militar, Arte e Cultura no Brasil contemporâneo. G-mail: franciscoufpi@gmail.com e Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6305918928692600 .

mas também dos grupos políticos conservadores do Piauí do qual fazia parte. O recorte temporal da pesquisa inicia-se em 1961, no início do governo Goulart e termina em 1971, ano do falecimento do intelectual pesquisado. As fontes utilizadas nessa pesquisa foram os seus escritos nos jornais O Dia e Folha da Manhã. A pergunta norteadora da pesquisa foi: qual é a relação das representações anticomunistas produzidas por Simplício de Sousa Mendes durante o golpe de 1964, apoiado e aderido pelas elites piauienses, com a ditadura militar? A pesquisa utilizará os conceitos de representação e apropriação elaborados pelo historiador Roger Chartier (2002), os conceitos de "lugar social", "tática" e "estratégia" do teórico Michel de Certeau (1998), "poder simbólico" de Pierre Bourdieu (1989), a análise do discurso defendida por Michel Foucault (1999) e trabalharemos a imprensa de acordo com a metodologia defendida pela historiadora Maria Helena Capelato (2015) e José D'Assunção Barros (2023). A discussão historiográfica será ancorada nos seguintes pesquisadores: Daniel Aarão Reis (2000 e 2014), Francisco J. Leandro Araújo de Castro (2022), Flávia de Sousa Lima (2011), Marylu Araújo de Oliveira (2007 e 2008), Rodrigo Patto Sá Motta (2002 e 2021).

Palavras-chave: História; Imprensa piauiense; Anticomunismo; Ditadura militar; Representação.

"O Brasil saberá repelir o Estado maior de subversão" (O Dia, 15 mar. 1964, p. 3), esse foi o início da coluna *Estado Maior de Subversão* escrita pelo Simplício de Sousa Mendes no contexto da reação política das direitas após o Comício da Central do Brasil protagonizado pelas esquerdas e o governo Goulart em nome das chamadas reformas de base. Nesse contexto, o jornalista através do jornal *O Dia* difundia uma visão negativa sobre as esquerdas, definindo o Comício por elas organizado como "subversivo" à ordem pública e à ordem democrática, as classificando como comunistas.

Neste trabalho tivemos o objetivo de analisar as representações anticomunistas produzidas pelo então presidente da Academia Piauiense de Letras, Simplício de Sousa Mendes (1882-1971) na imprensa piauiense durante o governo Goulart (1961-1964) e o início da ditadura militar (1964-1985). Temos o objetivo específico, entender como as narrativas que enfatizavam a "ameaça comunista" no Brasil pelas esquerdas, ao governo Goulart e a qualquer medida que vise mudar o *modus operandi* da sociedade estavam relacio-

nadas principalmente aos grupos políticos tradicionais que o autor investigado fazia parte.

Além disso, investigamos como o seu anticomunismo foi utilizado como uma "arma política" para difamar, denunciar e criminalizar adversários políticos que apresentassem opiniões políticas favoráveis às reformas sociais e como, durante a ditadura militar, utilizou os meios de comunicação para acusar e incentivar prisões de seus opositores políticos.

As fontes hemerográficas utilizadas foram os jornais *Folha da Manhã* e *O Dia*. O primeiro, circulou entre 1958-1964, foi fundado pelo deputado federal Marcos Parente (1922-1958), funcionando como veículo de propaganda política da UDN – União Democrática Nacional – no estado do Piauí, sendo contrário a medidas sociais e favoráveis a manutenção do *status quo* vigente. Enquanto o jornal *O Dia*, foi criado em 1951 pelo Raimundo Leão Monteiro, entretanto, a partir de 1964 foi comprado pelo coronel da reserva e empresário Octávio Miranda (1912-2002), alinhando o noticioso a um perfil empresarial, liberal, ajustando-o aos moldes da estrutura dos jornais da "grande imprensa", tendo o perfil ideológico conservador, liberal econômico e anticomunista, além de ser alinhada aos setores conservadores e tradicionais da política piauiense.

Utilizamos o conceito de "lugar social" de Michel de Certeau (1998, p. 40), para investigar a construção da narrativas produzidas por Simplício de Sousa Mendes nos jornais piauienses analisados, com o intuito de entender que a construção de um discurso seja textual ou visual, faz parte da relação de seu autor com um momento e a um lugar definido, ou seja, o discurso produzido é influenciado pelo contexto e pelo lugar, no qual o autor da representação é produzida, influenciada pelo contexto e pelo lugar, no qual o seu criador está inserido.

Dividimos o trabalho em três partes: a primeira, analisamos o contexto que o estado do Piauí estava inserido na década de 1950-1960, quem foi Simplício de Sousa Mendes, quais grupos sociais ele fazia parte, quais eram os seus posicionamentos políticos em torno de medidas populares sociais, como a reforma agrária. No segundo tópico, o cenário de radicalização das direitas após o Comício da Central do Brasil, como as suas representações

anticomunistas estão inseridas num contexto de difamação e deslegitimação do governo Goulart e como foram utilizadas para legitimar o golpe de 1964.

Na última parte, ponderamos acerca das representações construídas por Simplício Mendes no contexto pós-golpe de Estado de 1964, como fez parte dos setores sociais que não só apoiaram o golpe e a ditadura militar, como participaram da mesma, construído discursos que legitimavam as ações dos militares para a sociedade em nome do "combate ao comunismo" e como essa justificativa foi utilizada como ferramenta política contra adversários políticos. Além disso, investigamos como esse pavor do comunismo, estava relacionado com os seus "medos" de qualquer medida política que pudesse alterar o *modus operandi* estrutural do Brasil e do Piauí.

O combatente do "comunismo" no Piauí: os escritos de Simplício Sousa Mendes durante o governo de João Goulart (1961-1964)

Na metade da década de 1950 e início da década de 1960, o Brasil impulsionado pelo desejo de mudança, de novidade e desenvolvimento, estava polarizado e radicalizado entre as esquerdas e as direitas, na disputa e execução de projetos que eram considerados o "melhor" para o desenvolvimento econômico e social do país. As esquerdas defendiam conforme salienta Delgado (2007, p. 102), uma ampla reforma social e econômica, com a finalidade de "[...] alcançar um desenvolvimento pleno, através da superação das condições de subdesenvolvimento [...]", com mudanças profundas nas estruturas sociais da sociedade. Enquanto, as direitas defendiam um programa de desenvolvimento econômico: "[...] arrojado, internalizado, menos voltado para a produção de artigos destinados ao consumo popular e mais direcionados, por um lado, para a implementação da indústria de ponta; por outro, para a preservação da estrutura agrária do país [...]" (*Ibidem*, p. 102-103) sendo adeptos às reformas que eram ao mesmo tempo modernizadoras economicamente, mas profundamente conservadoras do ponto de vista social e político, visando não alterar as estruturas sociais vigentes.

As propostas de reformas sociais defendidas pelo governo João Goulart e as esquerdas, em especial a reforma agrária, causou forte oposição dos grupos conservadores e tradicionalistas que concebiam essas medidas como "perigo-

sas" e "subversivas", difundiram um discurso antigovernista e antirreformista que servia de pano de fundo para encobrir os velhos interesses dos "[...] grandes proprietários de terra que se sentiam ameaçados pelos projetos de reforma agrária, ou pelos interesses multinacionais os quais se sentiam ameaçados pelo nacionalismo econômico das esquerdas trabalhistas e comunistas [...]" (Napolitano, 2020, p. 49).

Nesse discurso antigovernista e antirreformista dos setores liberais-conservadores contra o governo de esquerda de João Goulart foi superdimensionado o medo da "ameaça comunista" com o objetivo de desestabiliza-lo politicamente e inviabilizar o seu governo. O historiador Motta (2021, p. 22-23), salienta a existência de uma "cultura política" brasileira anticomunista no Brasil desde a eclosão da Revolução Bolchevique (1917-1921), todavia, o anticomunismo foi cristalizado com as representações difundidas pelo governo varguista após o fracasso da Intentona Comunista (1935), sendo criado um conjunto de representações anticomunistas que vinculava o comunismo com a violência brutal, covardia, ateísmo, traição, práticas imorais e ameaça à democracia.

O pesquisador defende que embora existisse uma ênfase oportunista de setores conservadores e tradicionalistas que almejavam à permanência de uma sociedade desigual e elitista, existiram grupos sociais e indivíduos que acreditaram na existência de uma ameaça real às suas crenças, tradições e valores religiosos que poderiam ser causados "se" os comunistas chegassem ao poder (Motta, 2014, p. 10). Entretanto, o "medo do comunismo" foi muito utilizado pelos setores tradicionais e conservadores que visava cooptar o apoio e o consenso em especial a população cristã dos seus projetos políticos autoritários.

O estado do Piauí, também sentiu os impactos das discussões nacionais acerca da necessidade das realizações de reformas que pudessem mudar cenário de desigualdade sociais em nível nacional. Tendo a permanência de grandes latifúndios nas mãos de poucos proprietários sendo resultado da instalação das primeiras fazendas de gado durante a colonização, sendo que a população piauiense possuía 77% da população residente da zona rural, alta taxa de analfabetismo, uma urbanização itinerante sem presença de indústrias, consolidando-se com um dos estados mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico (Medeiros, 1996).

Nesse cenário, os setores latifundiários e conservadores segundo o historiador Castro (2022, p. 157)), em meio a forte mobilização de trabalhadores urbanos e principalmente rurais, em defesa das reformas de base, inclusive a agrária, reagiram forjando uma visão hiperbolizada da "ameaça" comunista no espaço político piauiense, sendo ligado discursivamente "[...] todo esforço de articulação política mais conectado às pautas reformistas naquele momento como ameaça de subversão à ordem pública [...]".

Desses setores conservadores da sociedade piauiense, selecionamos Simplício de Sousa Mendes que foi para a historiadora Oliveira (2008, p. 106) uma figura símbolo do conservadorismo anticomunista no estado do Piauí. Natural de União, possuía bacharelado na Faculdade de Direito de Recife (1908), foi um dos fundadores da Faculdade de Direito do Piauí – FADI – sendo seu professor catedrático da disciplina Teoria geral do Estado. Foi membro do Tribunal Regional do Trabalho, Desembargador do Estado e Presidente da Academia Piauiense de Letras entre 1951-1971 e foi um jornalista de grande atuação na sociedade piauiense.

Como jornalista escreveu nos periódicos *Folha da Manhã, Folha do Nordeste* e *O Dia*, durante o início da década de 1960, possuindo a sua coluna específica nos noticiosos com o título de *Televisão* que apesar de remontar a égide das tecnologias modernas, demonstrando a sua relação com a novidade, Simplício de Sousa Mendes nas suas colunas abordava temas políticos referente às tradições da moralidade cristã, análises políticas das conjunturas internacionais, nacional e local com viés conservador, possuindo uma linguagem erudita, filosófica e agressiva a favor do *establishment* dominante, contra as esquerdas fundamentada num discurso anticomunista (Oliveira, 2007, p. 93-94).

Um dos temas recorrente nas suas colunas na década de 1960 foi a denúncia da "ameaça comunista" no cenário internacional, federal e estadual, apontando para os seus leitores as diferenças entre o capitalismo e o comunismo, trazendo o dualismo entre democracia e ditadura, como podemos verificar no excerto:

> O socialismo marxista ou comunismo russo combate o capitalismo privado e, em lugar dele institui o capitalismo integral ou de Estado, capitalismo único em nome do partido comunismo, cujo chefe é o ditador. Faz guerra de morte

> à propriedade privada à iniciativa individual, à economia particular e livre, porque são os fatores básicos da democracia que, por sua vez, tem se encontra, no regime capitalista privado, a sua razão de existência. Se o individualismo é um mal que deve ser corrigido, - coletivismo social é uma monstruosidade, tragando a personalidade humana e as liberdades imprescindíveis à natureza do homem. Sem capitalismo privado não será possível um regime político – democrático e livre (Folha da Manhã, 11 out. 1960, p. 04).

No fragmento escrito por Simplício de Sousa Mendes observamos uma representação anticomunista que enfatiza o caráter violento, cruel e tirânico do comunismo. Segundo Oliveira (2008, p. 47-48), dentro os aspectos que foram ressignificados como características do comunismo pelos anticomunistas no Piauí, estava relacionado a caracterização de um regime violento, ditatorial e ateu relacionado com o cenário internacional.

Contudo, a partir do momento que as mobilizações dos trabalhadores começaram à mobilizarem-se a favor de seus direitos sociais e do acesso à terra – como as Ligas Camponesas – sendo apoiados inclusive pelo então governador petebista Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1958-1962), a reação dos grupos tradicionais intensificou a denúncia que os comunistas estão infiltrados inclusive no próprio governo do estado subvertendo a "ordem democrática" (*Ibidem*, 2008, p. 79-86).

Nesse contexto, o discurso anticomunista vinculava a reforma agrária com o fim da propriedade privada, sendo colocado os setores sociais e políticos defensores das reformas como "aproveitadores" e "demagogos" que se aproveitavam da "ingenuidade", "pureza" e "passividade" do homem do campo para "subverter" a ordem estabelecida (*Ibidem*, 2008, p. 100). Nesse viés, na sua coluna *Televisão*, Simplício de Sousa Mendes criticavam as mobilizações camponesas e a proposta de reforma agrária:

> [...] O fim é aproveitar-se da ignorância popular, - para jogar o povo obscurecido contra a propriedade privada, o patrimônio particular a começa pela propriedade de terra. O fim não é

> dar terra ao caboclo, ao agricultor braçal, não; - isto é o engôdo, é o mesmo de enganar o pobre trabalhador, lança-lo criminosamente, contra os patrões e protetores – no sentido e nos rumos do comunismo sem moral, sem Deus – subversivo e tirânico. O objetivo é a ditadura socialista violenta e contrária à propriedade privada e as liberdades individuais. É a abolição da propriedade particular, fazendo de tudo propriedade pública, pela passagem de tôda a riqueza para o Estado ditatorial e comunista [...] (Folha da Manhã, 21 mar. 1962, p. 06).

Podemos analisar nesse fragmento como era a visão do então presidente Academia de Piauiense de Letras, Simplício de Sousa Mendes acerca às propostas populares, como a reforma agrária que objetivava mudar a situação de penúria e de subordinação do homem do campo aos latifundiários. Colocando nas suas colunas os camponeses como ignorantes e ingênuos que são enganados por promessas dos comunistas contra os seus "protetores" – no caso os donos de terra – a favor de uma promessa que não seria concretizada pelos comunistas, pois o que eles pretendem é dominar o Estado, instalar uma ditadura e abolir a propriedade privada e as liberdades individuais.

Vale salientar que essas representações mais energéticas que superdimensionava a "ameaça comunista" era realizada como maneira de descredibilizar, difamar e combater qualquer político que reivindicasse mudanças a realidade social vigente. No contexto da produção da representação estava inserida no contexto de apoio do então governador do Piauí Chagas Rodrigues as pautas reformistas do seu partido PTB em nível nacional e as chamadas Ligas Camponesas que gerou oposição dos setores conservadores e inclusive dos membros de seu próprio partido que eram proprietários de terras e eram contrários a mudança de realidade do homem do campo (*Ibidem*, 2008, p. 81-84).

Muitos dos intelectuais que escreviam contra a reforma agrária ou qualquer mudança que pudesse causar mudança no *modus operandi* da sociedade na imprensa piauiense, ou eram grandes proprietários de terras, como Simplício de Sousa Mendes que herdou as terras de seus pais ou eram partidários dos setores conservadores por causa da linha editorial dos jornais que faziam parte (*Ibidem*, 2008, p. 94).

"O Estado maior de subversão": o apoio de Simplício de Sousa Mendes ao golpe de 1964

O teórico Certeau (1998, p. 242) defende que um discurso possui credibilidade quando faz os seus leitores acreditarem e se moverem como fosse a própria realidade. Nesse sentido, entendemos que Simplício de Sousa Mendes a fim de suas representações anticomunistas ecoarem e possuírem raízes sociais na sociedade, explorava as sensibilidades da população piauiense, em especial a sensibilidade religiosa e apontava para o caráter "ateu", "demoníaco" e "violento" do comunismo.

A intensificação do cenário da radicalização política nacional com a reação das direitas com Comício da Central do Brasil, foi ecoada no estado do Piauí, Simplício de Sousa Mendes no jornal *O Dia*, reagiu duramente ao comício, denunciando a suposta "ameaça vermelha":

> O comício do dia 13 ... atingiu plenamente a todos os seus objetivos de pregação populista de agitação a subversão da ordem e da legitimidade democrática. [...]. É preciso que a esquerda nacionalista dos trabalhadores da cidade e os camponeses do ruralismo brasileiro proclamem a independência e sindicalizem, sovietizem as liberdades, de que o Brasil carece para regenerar-se. [...] O povo quer reformas, mas repele a desordem, a subversão, a violência – as soluções atentatórias da Constituição e das leis. E patenteará, pelas suas fôrças vitais, que o Brasil, saberá, oportunamente, repelir o estado maior da subversão (O Dia, 15 mar. 1964, p. 3).

Na coluna escrita pelo título *Estado Maior de Subversão*, percebemos que o autor explora um cenário de caos, de violência e de uma ameaça iminente contra a democracia, visando colocar o governo Goulart e as esquerdas que o apoia como violentos e perigosos a ordem pública, colocando como sem apoio da população, numa tentativo de isolá-los e colocá-los como arbitrários. Nessas narrativas escritas por Simplício de Sousa Mendes percebemos um superdimensionamento da ideia de "ameaça" vermelha iminente visando desestabilizar e instaurar um sentimento de pânico na população.

Além disso, observamos nas construções de suas representações uma ênfase no dualismo entre democracia x comunismo, a justificação nos valores cristãos da sociedade. Segundo Castro (2022, p. 163), a interpretação de Simplício Mendes acerca da "ameaça comunista", homem que possuí vínculos com os grupos políticos tradicionais do Piauí, era compartilhada pelos setores da classe média do estado e também, pelos setores populares, em especial por causa da tradição católica do estado que era explorada pelos discursos conservadores contrários ao reformismo, fundamentando o perigo que as reformas poderiam causar com a implantação do "comunismo ateu".

Na difusão das representações anticomunistas, o discurso religioso foi utilizado para legitimar a ordem social vigente, evocando a fé cristã como baluarte da civilização ocidental, esses discursos anticomunistas utilizavam a religião para justificar a "[...] conservação da ordem social, assim como também aceitava o direito da propriedade privada como natural [...]" (Oliveira, 2008, p. 131), para embasar que o comunismo era uma ideologia maléfica por não respeitar a ordem natural religiosa.

Inclusive, no contexto do golpe civil-militar, Simplício de Sousa Mendes, fazendo parte dos grupos sociais que apoiaram a deposição do presidente constitucional, visando fundamentar as ações das Forças Armadas, no jornal *O Dia* escreveu uma coluna com o título *Comunismo e Revolução*, destacando o caos que seria "se" o comunismo fosse instalado no Brasil:

> O comunismo ameaça, para propagar-se e submeter as nações ainda em formação ou em atraso evolutivo, usando todos os processos enganadores e insidiosos. [...]. O comunismo nega todos os valores espirituais e diviniza a matéria. Todos os princípios educacionais e familiares na civilização cristã são negados. Portanto a catástrofe, entre nós, no Brasil seria profundamente incalculável, - rebaixando-nos ao nível de Cuba – a grande ilha do Caribe, caída nas malhas de aventureiros e traidores da Pátria [...] (O Dia, 02 abr. 1964, p. 3).

Essa matéria que possivelmente foi escrita dias antes do levante civil-militar em curso, não é por acaso que foi publicada pelo jornal *O Dia* no contex-

to da deposição do governo Goulart, visto que legitimava os militares, pois abordava os perigos da ameaça vermelha iminente, explorando as sensibilidades religiosas da população e os supostos riscos que os comunistas poderiam causar no Brasil, evocando o país histórico de Cuba que adotou o regime socialista após a revolução cubana.

Para criar um sentimento de aversão e medo generalizado Simplício de Sousa Mendes após o golpe de 1964, no jornal *O Dia* escreveu de maneira periódica, artigos anticomunistas que superdimensionava o perigo do regime comunista, com os títulos: *Técnica comunista* (O Dia, 05 abr. 1964, p. 3), *Raízes do Câncer* (O Dia, 08 abr. 1964, p. 3), *JANGO* (O Dia, 09 abr. 1964, p. 3), *Terror comunista* (O Dia, 11 abr. 1964, p. 3) e entre outros. Esses artigos anticomunistas propagados no jornal, possuíram o objetivo de justificar a intervenção militar, além de instaurar um medo da sociedade, de um superdimensionado da "ameaça vermelha", legitimando o golpe de 64 para a população.

Para Motta (2002, p. 276) a atuação dos comunista no Brasil não foi uma simples invenção das forças golpistas ou das elites latifundiárias e empresariais que temiam a execução das reformas, os comunistas existiram e tinha seus projetos para a criação de uma "nova" sociedade, entretanto, houveram manipulações, uma hiperbolização da ameaça dos comunistas no Brasil por parte dos setores liberais-conservadores, sendo propagado representações anticomunistas que divulgava uma imagem completamente deformada e ameaçadora dos revolucionários de esquerda, os apresentando como imorais, malignos, violentos e sem moral, construindo uma "[...] imagem deturpada da situação política, colocando os comunistas numa posição de força muito maior que a real [...]".

Nesse sentido, defendemos que Simplício de Sousa Mendes fez partes dos setores de elite intelectualizados do estado do Piauí que utilizaram os meios de comunicação para difundir a imagem de uma "revolução comunista" iminente no Brasil, visando antes do golpe de 1964 deslegitimar o governo Goulart e após a sua deposição, legitimar a intervenção das Forças Armadas para a sociedade, tendo como fonte de legitimação discursiva a contenção do "perigo vermelho".

"Marcados para Morrer": a construção da imagem de um Simplício Mendes no "soldado da democracia" no Piauí pelo jornal *O Dia*

De acordo com Bourdieu (1989, p. 145), os grupos dominantes que lutam pelo monopólio do poder simbólico com o objetivo de impor as suas visões do mundo social conforme seus interesses políticos sociais. Esses grupos sociais que possuem capital simbólico, isto é, uma distinção com o resto da sociedade, possuem reconhecimento e legitimidade social para opinar e fazer apontamentos sobre determinados assuntos, por causa da sua profissão ou cargo ocupado que detém "poder" social.

Nesse meandro, figuras intelectuais de prestígio social como Simplício de Sousa Mendes, que além de desempenhar a profissão de jornalista, exerceu cargos de desembargador, juiz, professor de ensino superior e possuía o cargo simbólico e de poder, de presidente da Academia Piauiense de Letras, acreditamos que suas representações anticomunistas produzidas possuíam forte legitimidade social para a população piauiense.

Para Castro (2022, p. 261), determinados setores da justiça piauiense, propagaram um discurso favorável ao *establishment* social, valendo-se inclusive de argumentos jurídicos justificando o golpe civil-militar e a ruptura da constitucionalidade. O jornalista Simplício Mendes, foi um desses setores que legitimavam o golpe, a chamada pela coalizão golpista de 1964: "Revolução de Março" e legitimando os atos institucionais do governo ditatorial, colocando-os como necessários para a manutenção e aprimoramento da democracia, como podemos observar nesse fragmento:

> E daí por que o Ato Institucional não aboliu a Constituição – antes foi um estatuto, que o provisoriamente complementou-a – para que o poder revolucionário, dentro de uma ordem legal, executasse limpeza do País, em relação aos comprometidos nas ostensivas práticas delituosas de subversão, comunização, corrupção, enriquecimento ilícito e outras em que se comprometia a ética administrativa e a moralidade pública. A manutenção das bases jurídicas constituídas foi a preocupação maior do governo revolucionário (O Dia, 06 jul. 1965, p. 3).

Entende-se que nesse trecho escrito por Simplício de Sousa Mendes há tentativa de justificar as ações dos militares, em especial o Ato Institucional nº1, advertindo a importância do mesmo por ter supostamente reforçado a ordem legal no combate à "subversão" à ordem constitucional e a corrupção da ética moral é explícito no discurso a sensibilidade em apontar que a manutenção da ordem jurídica estabelecida foi a maior prova dos "ideais democratizantes" do governo "revolucionário".

Ademais, as narrativas produzidas por Simplício Mendes nos jornais que defendiam o governo dos militares, apontava, que as Forças Armadas tinham garantido a "tradição democrática" e a "ordem constitucional" e impedido a "ditadura", sendo que a última estava sendo associada ao comunismo. Entretanto, o intelectual não se limitou apenas a apoia e legitimar a ditadura militar, como fez parte dos que incentivaram a violência militar, instigando inclusive a prisão de seus opositores, como o do ex-governador Chagas Rodrigues:

> E o sr. Chagas Rodrigues ainda não teve o mandato cassado? No govêrno do Estado promoveu o comunismo, ligas camponesas, cercou-se de comunistas – êstes mesmos que agora se acham presos e de mandatos cassados. E êle, Chagas – elemento de ligação da China comunista, que fêz, êle Chagas, para escapar da punição? Deixa, assim, sós, gramando prisões - o Honorato, o Esperidião, e outros comunas, - camaradas da sua ação comunizante, à custa dos magros cofres estaduais? Por quê? (O Dia, 15 abr. 1964, p. 3).

Na coluna *Penosa Viagem*, escrita por Simplício Mendes, verificamos o aproveitamento do clima de autoritarismo e de repressão gerado pelos militares, visando atacar e eliminar os seus opositores políticos através de supostas ligações desses sujeitos com o comunismo, os difamando e os criminalizando para a opinião pública. Inclusive no Piauí, assim como todo o Brasil, sentiu a violência da repressão militar, sendo preso não apenas os comunistas, mas qualquer um que tivesse participação dos movimentos sociais ou reivindicasse reformas para a melhoria da situação de vida da população que eram acusados de "subversão".

Durante o contexto do início das operações militares, após o golpe de 1964, o jornal *O Dia* divulgava com frequência as notas da Guarnição Federal de Teresina informando os alvos, os presos e os políticos que tiveram mandato cassado de maneira exaltadora, sendo que numa notícia intitulada de *Marcados para morrer*, que foi reproduzido de uma nota da Guarnição Federal de Teresina, indicava uma suposta "lista fatal" na qual os comunistas estariam planejando a morte de autoridades e figuras "ilustres" piauienses.

Um desses "alvos" era o Simplício de Sousa Mendes, nesse contexto, os editores do periódico *O Dia*, aproveitaram para fazer uma homenagem ao seu colaborador o chamando de herói, pois dentre os anticomunistas que existiam no Piauí, o seu nome foi o que apareceu nessa suposta "Lista Fatal":

> [...] Mas urge fazer justiça aos civis que, de longa data, arrastando malquerenças, ódios e até inclusão do nome em "LISTAS FATAIS" dos que iriam inaugurar o "PAREDON", tomaram a peito a defesa da democracia, num combate sem tréguas aos inimigos do regime. Entre esses civis, cumpre destacar o eminente jornalista – SIMPLÍCIO DE SOUSA MENDES, por sinal nosso brilhante colaborador. Quem vem acompanhando os passos do conceituado e abalizado jurista e filósofo, sabe que a sua pena, nos últimos anos, tem estado quase exclusivamente a serviço da Pátria, contra os que desejavam comunizar, aqui e alhures. É, por esse motivo, odiado pelos que pensavam em transformar o Brasil em simples capitania da União Soviética. Ódio que, para êle, deve se transformar em orgulho inusitado, porque, graças às idéias que vinha expondo em seus notáveis artigos, tem parte nas glórias do triunfo e é acalado e venerado pela imensa maioria de brasileiros, sobretudo pela quase totalidade dos piauienses, que vêem nêle um líder, a receber os aplausos a que faz jus como legítimo e destemeroso SOLDADO DA DEMOCRACIA (O Dia, 10 abr. 1964, p. 8).

No excerto escrito pela da equipe editorial do jornal *O Dia* com o título *Soldado da democracia*, verificamos a tentativa do periódico de transformar o

Simplício de Sousa Mendes em um "herói" da "democracia" por ter seu nome colocado nessa suposta "lista fatal" e por seu combate quase diário nas suas colunas ao comunismo. Essa representação possibilita destacar uma tentativa de aproveitar o clima de euforia dos militares com o golpe de 1964, tentando construir para o Piauí os seus próprios "heróis" que resistiram à suposta "ameaça comunista".

Segundo Oliveira (2008, p. 110-111), as narrativas anticomunista após o golpe civil-militar difundida pelo jornal *O Dia*, dos colunistas que mais marcaram foram escritas por Simplício de Sousa Mendes, apesar de não ser o único anticomunista, as suas representações foram cristalizadas e "[...] caracterizada pela não substituição da ordem vigente, pela não admissão de novas idéias e, principalmente, pela preservação do *status quo [...]*". Além de ter no seu estilo pessoal de escrita o seu tom agressivo, negativismo e denunciador do comunismo

Considerações finais

Não consideramos a posição de Simplício de Sousa Mendes desarticulada com a opinião das elites piauienses acerca do governo Goulart, golpe de 1964 e a ditadura militar, em especial por causa dos seus interesses políticos, econômicos e sociais que poderiam estar ameaçados caso fossem executadas reformas sociais que tirassem a dependência do trabalhador urbano e principalmente, do rural da tutela e da dependência dos grandes proprietários de terra do estado.

Observamos que o seu anticomunismo foi utilizado principalmente para combater qualquer ameaça aos seus interesses e a sua visão de mundo, contribuindo para a disseminação de um imaginário de medo da população com a difusão das representações acerca da suposta "ameaça" comunista e servindo como um dos intelectuais que se preocupavam e se faziam de "porta voz" do regime ditatorial, o defendo e o legitimando para a sociedade em defesa da tradição cristã e democrática contra o comunismo "ateu" e "violento".

Além disso, figuras de prestígio intelectualizadas como Simplício Mendes, suas narrativas possuíam forte "poder simbólico" para a sociedade, especialmente, pelos seus cargos de "poder" que ocupava. Ponderamos suas narrativas

como parte de uma tentativa de criar um consenso acerca do golpe de 1964 e a ditadura militar que estava sendo instalada.

Referências

BATISTA, Joel Marcos Brasil de Sousa**. "O Dia antes da Revolução":** a representação discursiva do golpe civil-militar no jornal piauiense O Dia (1965-1965). Monografia (TCC em História): Teresina, UFPI, 2023.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CASTRO, Francisco J. Leandro A de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 3 ed. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes, 1998.

DELGADO; Lucília Almeida Neves; PASSOS, Maturo. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970*). In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **Brasil Republicano – O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 93-132, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. *In:* MARTINS FILHO, João Roberto. **O golpe de 1964 e o Regime Militar**: novas perspectivas. São Carlos (SP): EduFDCar, p. 9-16, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: O golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MEDEIROS, Antônio José de. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina: CEPAC, 1996.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileira. São Paulo: Contexto, 2020.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **A cruzada antivermelha- democracia, Deus e terra contra a força comunista**: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960. Dissertação (mestrado em história do brasil). Teresina: UFPI, 2008.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Contra a foice e o martelo**: considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: uma análise a partir do jornal "O Dia". Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

Fontes hemerográficas

Marcados para morrer: primeiros nomes da "Lista Fatal" organizadas pelos comunistas no Piauí – "Paredon" ia funcionar no Estado. **O Dia**: Teresina, 09 de abril de 1964, n 1212, p. 02.

MENDES, Simplício de Sousa. As raízes do câncer. **O Dia:** Teresina, 8 de abril de 1964, n. 1211.

MENDES, Simplício de Sousa. Comunismo e a revolução. **O Dia**: Teresina, 02 de abril de 1964, nº1206, p. 3.

MENDES, Simplício de Sousa. Estado Maior da Subversão. **O Dia**: Teresina, 15 de março de 1964, nº1194, p. 3.

MENDES, Simplício de Sousa. O capitalismo. **Folha da Manhã**:11 out. 1960, n. 823, p. 04.

MENDES, Simplício de Sousa. Revolução de Março e a Democracia. **O Dia**: 6 de julho de 1965, nº1507, p. 3.

MENDES, Simplício de Sousa. Penosa Viagem. **O Dia:** Teresina, 15 de abril de 1964, n 1217, p. 3.

MENDES, Simplício de Sousa. Quem Cultiva Colhe. **Folha da Manhã**: Teresina, 21 mar. 1962, n. 1.209, p. 06.

MENDES, Simplício de Sousa. Técnica comunista. **O Dia**: Teresina, 5 de abril de 1964, n. 1209, p. 3.

MENDES, Simplício de Sousa. Terreno Minado. **O Dia**: Teresina, 07 de abril de 1964, n. 1210, p. 3.

MENDES, Simplício de Sousa. Terror comunista. **O Dia**: 11 de abril de 1964, n. 1214, p. 3.

SOLDADO DA DEMOCRACIA. **O Dia:** Teresina, 11 abril 1964, n 1214, p. 08.

Um burocrata-literato entre medíocres e fanfarrões: Lima Barreto e a escrita do corpo do homem de Estado no Diário Íntimo

Thiago Venícius de Sousa Costa[158]

Resumo

A proposta da presente comunicação é discutir as invenções corpóreas que o escritor brasileiro Afonso Henriques de Lima Barreto fez de si como burocrata. No desenvolvimento do debate será analisa as notas que compuseram o seu Diário Íntimo, especialmente os registros que produzem visivilidades e dizibilidades do espaço burocrático. Debate restrito ao cotidiano das Secretarias de Estado, que ganharam notas ao longo dos anos que o autor exerceu as funções de amanuense, no Ministério da Guerra. Ao longo da vida, Barreto dispôs em cadernetas uma série de escritos pessoais que demonstram a intenção de construir mais do que um arquivo, com fios datados da existência. Para além do desejo de relatar a malha do vivido, os registros do diário são vestígios de um corpo. Um corpo simbólico (LEJEUNE, 2008) que sobreviveu a finitude, e difere do corpo real no qual as carnes padecem com o tempo. É o corpo do burocrata que emergi em meio as críticas e as análises que Barreto fez do comportamento e das atitudes dos colegas e dos chefes de sessão. Questão que pode tornar problemático a imagem, reiterada por parte dos pesquisadores limabarretianos, que as idealizações que o escritor manteve com a arte literária constrangeu a existencialização do homem de Estado.

Palavras-chave: Burocracia; Corpo; Espaço.

158 Doutorando e Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH/UFRN). Especialista em História Social da Cultura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Piauí, e Licenciado em História pela Universidade Estadual do Piauí. Especialista em Direito Civil e Processual Civil e Bacharel em Direito pelo Centro Universitário UNINOVAFAPI. Integra o Corpus: Grupo de Estudos e Pesquisas em História dos Corpos e das Sensibilidades (CnPqCCHLA/ UFRN). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –Brasil (CAPES) –Código de Financiamento 001.

Parece existir um consenso entre os pesquisadores do escritor brasileiro Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) ao afirmarem que, durante sua vida, ele passou por uma série de conflito com a burocracia e os seus espaços, especialmente na função pública que exerceu como amanuense, no Ministério da Guerra. Exatamente por causa dos dias afanosos no trabalho, que pareceram impedir a realização de uma ambição: ser literato. As horas que gastou sentado em uma cadeira, tendo uma pilha de papel em sua mesa esperando ser transcrita ou, quando não havia trabalho, ali sentado com os pés levantados em cima da bancada, imaginou que poderiam ter sido mais bem aproveitadas se fossem dedicadas à sua vocação para a arte literária.

As ponderações dos estudiosos limabarretianos não estão totalmente erradas. Afinal de contas, não faltaram oportunidades para que o escritor de *Os Bruzundangas* relatasse seu descontentamento e irritações com as funções de homem de Estado. No *Diário íntimo*, onde a privacidade das anotações permitiu que relatasse as situações sem medo, as críticas à burocracia são viscerais. Além disso, é possível encontrar notas pontuais nas correspondências passivas dirigidas aos amigos e, de modo esparso, no material produzido para a imprensa periódica do Rio de Janeiro, cotejados em artigos e crônicas. Particularmente nos anos que marcam o pedido de aposentadoria por invalidez. Declaração de incapacidade assinada por Bruale Pinto, médico do Serviço de Assistência a Psicopatas, que diagnosticou Barreto com neurastenia, um transtorno psicológico associado a ideia de fraqueza corpórea que afeta a capacidade física e mental da pessoa (Barbosa, 1988).

Mas é preciso lembrar que essas antipatias barretiana com o emprego não surgiram de forma automático. É lícito dizer que os primeiros anos de trabalho, Barreto demonstrava empolgação com o cargo. Ele era pontual no expediente, buscando ser um "pé de boi" (Barreto, 2010, p. 420-421), o típico funcionário regrado que encarnava bem a figura do burocrata ideal, em um dizer weberiano (Weber, 1978). Mantinha cordialidade com os superiores e os colegas de profissão e, certamente, evitou os conflitos sem causa relacionados aos atritos de personalidade e erros de comunicação. As chateações do cargo vieram depois, à medida que mergulhava na rotina maçante da Repartição. Foi a partir daí que percebeu como a burocracia produzia os seus tipos: homens broncos, incapazes de desenvolver um pensamento críticos sobre o mundo e que viviam na eterna subserviência do cargo, perdendo sua identi-

dade. Nessas circunstâncias, o crescimento profissional parecia sempre uma hipótese distante, a menos que o indivíduo tivesse bons "pistolões" que pudesse agenciar suas ascensões misteriosas de cargo e as promoções de carreira.

Em todo caso, interessa levantar uma questão: que tipo de burocrata Barreto forjou para si? Se as atenções ficarem concentradas somente nas cadernetas que registaram sua intimidade, a sentença é clara: um homem que viveu as frustrações do ofício, mastigando as horas com o enfado estampado no rosto atrás do seu balcão. No entanto, é preciso desconfiar da narrativa produzida no *Diário íntimo*, pois elas não imprimam, de maneira satisfatória, as vivências de Barreto no espaço burocrático. A primeira delas é saber que Barreto gostou de exibir com distinção suas funções de burocrata. Mas não era qualquer sujeito que ocupava um lugar nas secretarias. Ele era um funcionário público concursado! Mérito que exibiu com distinção até o fim da vida, como apontam os seus biógrafos Francisco de Assis Barbosa (1988) e Lilia Moritz Schwarcz (2017), uma vez que ele não precisou viver à mercê dos apadrinhamentos para conseguir se estabelecer financeiramente.

Outro ponto que permite visualiza Barreto costurar o espaço burocrático em suas referências é conferir as anotações feitas nas revistas e nos jornais, sobretudo aqueles em que o escritor demonstrou diálogo com o direito e o seu fenômeno. Destaca-se o texto da primeira Constituição da República do Brasil (1891), embora seja notável o diálogo com a codificação penal e civil do país. Com efeito, o tema do direito na obra de Lima Barreto aparece de modo fragmentário, assim como tantos outros assuntos que ele articulou ao longo da vida, como a política, o feminismo, o futebol, o jornalismo, as reformas urbanas, o anarquismo, o socialismo, o maximalismo, as greves operárias entre outros. É a qualidade manifesta do cronista-literato que narra os fatos de acordo com a ordem do dia; ou seja, não existe uma linha temática fixa na produção de seus escritos nas gazetas. Os assuntos ganhavam espaço no papel de acordo com a sucessão dos eventos que parecem mais palpitantes: pela polêmica, para promover o debate público, por despertar a curiosidade e arrancar risadas dos leitores.

Ao debater o direito, o autor de *Os Bruzundangas* apresentou entendimentos igualmente espessos da matéria, os quais, em um plano geral, se relacionam bem com o que hoje pode ser compreendido como reinvindicação dos direitos e das garantias individuais e coletivas da população. Estes incluem

o direito à afetividade, ao amor, à liberdade, à acessibilidade, à saúde, entre outros temas que apresentam uma certa empatia *avant-la-lèttre*[159] aos Direitos Humanos, como é conhecido na atualidade. Com efeito, essa aproximação permite visualizar a formação iluminista de Lima Barreto, assim como as leituras que fez da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que deixou vazar interpretações ao longo de seus escritos. Em suma, a noção de Direito do autor se confunde e faz poucas distinções entre aquilo que compreendido como legal e o que é definido como justo.

Vale fazer um alerta: mesmo que Barreto tenha realizado interpretação *sui generis* do direito, aparentemente, ele não ignorou a produção especializada da área. Na "Limana", nome da biblioteca pessoal barretiana que foi catalogado pelo biografo Francisco de Assis Barbosa (1988), não passa despercebido a lista de nomes que permitem mensurar os diálogos que Barreto manteve com o direito e suas fronteiras. Esta lista inclui os trabalhos de Sully Prudhomme (*Du libre arbitre*), François Eugène Bourdet (*Philosophie Positive*), René Worms (*Précis de Philosophie*), Edouard Laboulaye (*Études Morales*), Joséphin Peladan (*La philosophie positive*), Clóvis Beviláqua (*Filosofia positiva no Brasil*), Teófilo Braga (*Filosofia positivista*), Nicolas Fouquet (*Histoire de Law*), Ange Le Moine (*Précis de Droit Martime Internacional et de diplomatie*), Gabriel Tarde (*Les trasnformations du droit*), entre outros. Embora a lista dos livros não signifique necessariamente a leitura do material, é difícil ignorar a sua existência. Mais ainda, é difícil supor que o material tenha ficado empoeirado e ocupando espaço na estante do autor sem que ele ao menos tenha tido o prazer de sujar os dedos ao deslizá-los entre as páginas dos livros.

Em todo caso, os títulos mencionados abordam uma variedade de temas relacionados à moral, ética, positivismo, formação do Estado e práticas de governança, constituindo uma rota para compreender as relações de Barreto com o direito. No entanto, todas as leituras, críticas e anotações que Barreto fez do universo jurídico são caminhos para compreender a formação do perfil do escritor como um burocrata. Não faltam pesquisas que evidenciam a argucia do autor de *O triste fim de Policarpo Quaresma* em mobilizar debates jurídico. No campo do Direito, por exemplo, há trabalhos que investigam as críticas limabarretianas feitas ao federalismo da Primeira República (Nogueira, 2018),

159 *Avant-la- lettre* é uma expressão francesa que significa "antes de seu inteiro desenvolvimento", ou "antes de o termo existir".

os diálogos possíveis para a construção de um discurso ambientalista (Godoy, 2013) e o antifetichismo institucional do autor (Godoy, 2018). Por outro lado, o tema do direito também é refletido nas áreas da Psicologia, Sociologia, Letras e História, ganhando destaque o problema da justiça social, como denota a pesquisa de Leandro Amorim Elpo (2017), e os direitos das mulheres, avaliado nos trabalhos das pesquisadoras Beatriz Resende (2016) e Maria Sandra da Gama (2015), ao refletirem como o autor avaliou a ocupação feminina no espaço público e registrou os casos de violência e assassinato das mulheres.

É fato que há a circulação de abordagens jurídicas nos estudos limabarretianos, embora os trabalhos apresentem problemas e objetos distintos nas investigações. A matéria é visível nos destaques gerais dados aos temas da justiça, da igualdade e da solidariedade. No entanto, como explicar o silenciamento do homem burocrata nos enfoques desses estudos? Talvez o caso fosse menos obscuro se os autores refletissem uma questão fundamental: o que significou a interpretação do direito para Lima Barreto? Na ausência de respostas, a abordagem do direito nos estudos barretianos tende a ser travestida: como um dado autoevidente, onde o leitor não precisa esquentar os neurônios para compreender as perspectivas jurídicas; como um assunto quase diletante, dado à capacidade do autor de se propor a falar sobre tudo e todos; um discurso-protesto que sempre é articulado em situações oportunas, para dar forma ao ativista das letras. Nessa situação, é difícil, para não dizer impossível, observar a figura do burocrata barretino emergindo em seus escritos. E daí, vem novamente a margem as mesmas figuras-chaves em sua crítica: o militante engajado, o jornalista cheio de afinações críticas e o literato que buscou fazer das letras um sacerdócio, ao seguir a premissa do ensaista inglês Thomas Carlyle.

Esses gênios ganham centralidade nas abordagens mais tradicionais e recentes da fortuna barretiana. Quando não, são analisados em detrimento um do outro, como se houvesse uma hierarquia entre os perfis. Decerto, a classificação vertical ocorre sem nenhum incômodo entre as imagens do literato e do burocrata e, em boa medida, foi induzida pela credulidade que o próprio autor de *Clara dos Anjos* montou, ou tentou convencer a si mesmo ao longo da vida: ele nunca forjou (por completo) um burocrata, mas sim como literato, acima de qualquer suspeita! Esse parece ser o desfecho indiscutível que o leitor desatento pode realizar das anotações que Barreto fez no

Diário íntimo. O dualismo entre ser escritor e seguir o "caminho dos burros" (Barreto, 1993), que define a trajetória na repartição pública, é situacional. Geralmente, é manifesto nos momentos de crise com a arte, como a falta de recepção barulhenta de seus livros, onde esperava mais críticas das publicações. Não é difícil imaginar que preferiu receber os comentários injuriosos do que ser massacrado pelo silêncio. Há outros casos, como as dificuldades de obter o prestígio melhor e igual ao de seus contemporâneos nas letras. Toda vez que viu o orçamento financeiro da casa apertar e precisou se dedicar mais ao jornalismo para ter uma renda extra, já que o seguimento dos projetos literários não prometia um retorno financeiro imediato. Nas crises etílicas que o fizeram parar no Hospício, local de mortificação do eu (Goffman, 2018), que fez o escritor pôr em dúvida as conquistas, os desejos e a própria existência no mundo.

Barreto, no *Diário íntimo*, demonstra a intenção de construir mais do que um arquivo, com fios datados da existência. Para além do desejo de relatar a malha do vivido, os registros do diário são vestígios de um corpo. Um corpo simbólico (Lejeune, 2008) que sobreviveu a finitude, e que difere do corpo real no qual as carnes padecem com o tempo. E é inegável que o corpo do homem burocrata emerge entre as críticas que fez do comportamento e das atitudes dos colegas e dos chefes de sessão. Isso pode tornar problemática a imagem, reiterada por parte dos pesquisadores limabarretianos, de que as idealizações que o escritor manteve com a arte constrangeram a existencialização do homem de Estado.

Certamente, a avaliação dos processos de carnalização do burocrata pelo escritor de *Recordações do escrivão Isaias Caminha,* só é factível a partir da análise das relações que ele manteve com o seu outro no Ministério da Guerra: os medíocres da secretaria dos "filisteus" (Barreto, 2024, p. 39). O jogo de adjetivações que ele fez ao longo dos relatos do diário, descrevendo os colegas, os superiores e o público em geral que viu transitar nas Secretarias de Estado, funciona como um delimitador de fronteira das formas de si. Dentre os personagens descritos aparecem o coronel P., um militar sul-americado, "fanfarão, sem ser valente, nem generoso. Ignorante" (Barreto, 2024, p. 11). Existiu o coronel B., "era um tipo curioso de idiota. Ignorante até à ortografia; jactancioso" (Barreto, 2024, p. 13). Havia o marechal Argolo, visto como alguém sem expressividade, pois "pela sua fisionomia nada se lhe pode desco-

brir de elevado ou de mau, pelo seu parto de mão também. É um aperto de mão burguês, indiferente" (Barreto, 2024, p. 13). O primeiro oficial M... T... C..., de uma "avareza excepcional e uma estupidez de caneiro. Habituado há quarenta anos a escrever protocolo, era incapaz de fazer outra qualquer coisa" (Barreto, 2024, p. 15). Aparece o superior S., com seu "tipo de moleza de caráter e de ignorância" (Barreto, 2024, p. 33), os amanuenses Saião Lobato, anotado como "burro. Pobre. Tonto de sua família" (Barreto, 2024, p. 40), e o Belo, o "homem mais sensível às dores formalísticas e de polidez" (Barreto, 2024, p. 46). Em tais descrições, é notável o burocrata limabarretiano emergir em vários possíveis: como um homem de talento, generoso e intrépido; alguém que soube equilibrar as emoções com a razão, ao não deixar o corpo emudecer com as investidas de um local que acabrunha as sensibilidades; um ser multifacetado, que soube realizar tarefas, voltadas em particular às competências intelectuais, alusivas ao pensamento crítico, à resolução de problemas e ao raciocínio lógico, que ultrapassavam as operações mecânicas do ofício.

Em suma, o perfil do homem burocrata é fabricado (BURKE, 1994) pelo avesso das críticas que o escritor de *Marco Aurélio* dirigiu aos colegas de sessão. São juízos pontuais, vale dizer, pois a lista nominal dos colegas que avaliou é circunscrita. Certamente, em razão da natureza diarista que Barreto exercia, ao anotar mais do que as impressões cotidianas da ambiência militar. Em sua caderneta ele rabiscou os projetos literários, notas de finança e gastos, relatos da vida doméstica, das socializações e dos lazeres culturais. É possível encontrar fragmentos de impressos, como a *Revue des Deux Mondes,* assim como citações de autores de cabeceira, como Charles Baudelaire, Honoré de Balzac e Luís de Camões.

Contudo, na aparente limitação de nomes, sua repercussão é espacializada em toda fortuna escrita barretiana. Isto porque os relatos serviram como uma espécie de pré-texto para as criações ficcionais – e pontualmente, nas matérias dedicadas à imprensa periódica –, já que os registros de homens de carne e osso ganharam arranjos complexos nos romances, nos contos e na sátira. De toda forma, os registros espessos constituem peças que, juntas de outros suportes documentais (correspondências, diários, crônicas, artigos etc.), permitem visualizar o esforço do autor de *Clara dos Anjos* em construir uma cartografia da burocracia nacional.

Barreto sabia que o espaço das Secretarias de Estado atuava na modelação dos corpos dos homens. Ele notava rostos empalidecidos, olhos marcados pela indiferença, pálpebras caídas e homens de coluna troncha. Esses traços assemelham-se à alegoria kafkaniana das repartições públicas, como é descrito no livro *O processo* (Kafka, 1997), imaginado como um grande galpão cinza que atrofiava física, mental e corporalmente as pessoas que ali fizeram moradia temporária. É verdade que o Ministério da Guerra causou aborrecimento ao nosso escritor, mas é fato que também não faltaram ocasiões para relatar as respostas orgânicas que teve com as incitações do ambiente. Ele confessou que naquela "desgraça" (Barreto, 2024, p. 35) de Secretaria, suas carnes foram arrebatadas, através do "tédio", do "cansaço", da "fatiga" e a "vontade de nada fazer" (Barreto, 2024, p. 31). Foi preciso ser teatral para suportar o clima de mortificação do eu do local, deixando gravado no rosto aquele sorriso amarelo de canto na boca. E foi indispensável o conhecimento dos códigos culturais do ambiente para conseguir se amoldar às situações desconfortantes, ou mesmo, forjar posições de poder.

O que Barreto denominou de culto ao *toilette* é exemplar na modificação simbólica do *status quo*, pois situa o esforço dos agentes de Estado em forjar o prestígio social. É uma necessidade do "lustre" (Barreto, 2024, p. 28), de ter as atenções voltada para si, a partir do uso do fraque, de uniformes com bordados, da bengala de castão, de perfumes com cheiros marcantes, loções para amaciar a aspereza da barba e colorantes camuflar o cabelo embranquecido. O autor de *Marginália* também advogou que o talhe agiu no processo de dissimulação da raça, ao apagar os traços de mestiçagem do indivíduo. Como viu ocorrer com o major Vital, "um pretinho, fulá, magrinho, de crânio deprimido" (Barreto, 2024, p. 30), que tirou proveito do suposto título de heróis da Guerra do Paraguai, para fazer o uso da farda de major honorário e conseguir distinção em relação aos outros civis.

É ingênuo supor que, em nenhum momento, Barreto fez uso de estratégias que buscassem dar outra feição às suas carnes. Se teve dificuldades em atribuir outro sentido às carnes do homem negro com as vestimentas da moda, pois confessou usar roupas puídas no fardamento, não demorou muito para inventar outros meios de se tornar corpo dentro do espaço burocrático. Em boa medida, as qualidades intelectuais serão ressaltadas, por um lado, para destaca a imunidade barretiana contra os vícios morais de seus patrícios,

como a ganância, a corrupção, o individualismo extremo e a falta de solidariedade, e, por outro lado, para dar forma ao homem de Estado. Ou seria melhor dizer, dar forma ao burocrata-literato? É possível, pois a carnalização do gênio ocorre quando Barreto reduz a capacidade cognitiva e intelectiva dos companheiros de sessão, ao serem qualificá-los como "burros", "idiotas", "imbecis", "arrogantes", "ignorantes", "tontos", "inferiores" e "sem relevo". Esses termos, mais do que um jogo depreciativo contra os agentes públicos, parece ter agido na construção de territórios existências (Rolnick, 1989) do autor de *Cemitério dos Vivos* com o espaço burocrático. Isto é, tornar habitável um local que virou uma moradia transitória durante quase 15 anos, pois como já descreveu:

> O que me aborrece mais na vida é esta secretaria. Não é pelos companheiros, não é pelos diretores. É pela sua ambiência militar, onde me sinto deslocado e em contradição com a minha consciência. Não posso suportá-la. É o meu pesadelo, é a minha angústia. Tenho por ela um ódio, um nojo, uma repugnância que me acabrunha (Barreto, 2024, p. 80).

A nota é do homem de 32 anos, feita a poucos dias da primeira internação clínica no asilo, decorrente das perturbações orgânicas causadas pelo álcool. Na época, certamente, já estava com o rosto empalidecido pela rotina mecânica da Secretaria, em vista os entejo que destacou sentir do local. O ódio, o nojo e a repugnância são todas reações corporais que desenvolveu, certamente, contra o símbolo da violência que parecia impregnar no Ministério da Guerra. A repulsa pela "ambiência militar" foi o desagrado com o local físico e o que ele representou socialmente, e sobretudo, o horror à presunção dos funcionários. Foi o excesso de vaidade dos medíocres que lhe causou o sentimento de repulsa, o que torna compreensível a necessidade de evocar, com frequência, as habilidades cognitivas – de leitura, crítica, interpretação, argumento e escrita – para mostrar que ele não se identifica com o ambiente.

Barreto já ponderou que "as repartições são como a vida em geral – amam os medíocres" (Barreto, 2024, p. 49). Esse ensaio delimita um quadro geral da crítica barretiana: o emburrecimento das pessoas pela sociedade burguesa. Nessa situação, é compreensível os esforços empreendidos pelo escritor em

atribuir outros sentidos ao corpo do homem negro, historicamente aprendido como peça, um ser abjeto que poderia ser alvo de descarte. Assim, o que pode ter sido mais sublime e violento para os homens e mulheres negras do que ter que afirmar continuamente os atributos intelectuais? Mais do que isso, trazer à tona as pulsões sensíveis, como o amor, o afeto e a ternura? Quando Barreto reiterou o caráter "natural doce e terno" (Barreto, 2024, p. 59), entre outras coisas, buscou responder os inconvenientes da violência racista. Se é correto afirmar que o autor de *Os Bruzundanga* fez das letras uma tribuna, ao tornar os seus escritos um coro de protesto as injustiças sociais, é lícito pensar que, em algum momento da vida, precisou aprender a manusear a emotividade. Teve que lidar com as afeções do sensível, que deixou vazar durante as encarnações do literato, pois sabia que o temperamento literário foi "semi-feminino" (Barreto, 2024, p. 17). O burocrata, certamente, surgiu como uma alternativa para limitar o afeminamento do ser. Mas isso não significou emudecer todas as emanações sensíveis que exalaram por seus poros. Havia um meio termo no processo, agenciado pelo burocrata-literato, que parece ter sido o gênio que explica, em parte, a complexidade do homem que se inventou revolucionário na folha de papel.

Referências

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto.** 7ed. São Paulo: EdUSP, 1988.

BARRETO, Lima. **Contos completos de Lima Barreto.** Organização e introdução Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BARRETO, Lima. **Diário do hospício;** o cemitério dos vivos. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de cultura, departamento geral de documentos e informação cultural, divisão de editoração, 1993.

BARRETO, Lima. **Diário íntimo.** Disponível em: www.dominiopublico.gov.br. 2024.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei:** a construção da imagem pública de Luís XIV. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto:** triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ELPO, Leandro Amorim. **O heroísmo do homem de letras em Lima Barreto.** Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras – História da literatura, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande-RS, 2017.

GAMA, Maria Sandra da. **Entre mulheres e fronteiras, um escritor:** lugares do feminino na obra de Lima Barreto (1902-1922). Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **O antifetichismo institucional em Lima Barreto.** Brasília: edição do autor, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** Tradução de Dante Moreira. 9ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.

KAFKA, Franz. **O processo.** Série (Clássicos modernos). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico:** de Rousseau a internet. Organização Jovita Maria Gerhein Noronha; tradução de Jovita Maria Gaerhein Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

NOGUEIRA, Rômulo Filizzola. Lima Barreto e o federalismo da primeira republica. **Quaestio Iuris**, v. 11, n. 1, Rio de Janeiro, 2018.

RESENDE, Beatriz. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos.** 2ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

ROLNICK, Suely. **Cartografia sentimental:** transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

WEBER, Max. **Os fundamentos da organização burocrática:** uma construção do tipo ideal: In: Campos, Edmundo (Organização e tradução). Sociologia da burocracia. 4ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

O letramento patrimonial: práticas metodológicas para o ensino de história em Cachoeira dos Índios-PB

Djalma Luiz do Nascimento Dantas[160]

Resumo

O presente artigo estabelece o processo de implementação de uma Historiografia Escolar Aplicada no Ensino de História na Escola Municipal Maria Cândido de Oliveira no município de Cachoeira dos Índios-PB, utilizando como suporte metodológico o Patrimônio Histórico e Cultural como cenário histórico para a aprendizagem que deve transcender o chão da sala de aula e utilizar os espaços e lugares de recordações e memórias para construção de maneira participativa dos estudantes no protagonismo dos saberes vivenciados. O processo metodológico implementado possibilita a aquisição de competências e habilidades para compreensão dos patrimônios históricos do lugar em que se vivencia a história só testemunhas capazes de promover o levante da memória. Levante protagonizado por alunos da Educação Básica que foram desafiados a ouvir com empatia as memórias da sua comunidade e trancrevê-las como registros da história que deve ser contada, utilizando da História Oral como ferramenta de acesso as fontes historiográficas capazes de promover o Letramento Patrimonial.

Palavras-chave: Ensino de História; Educação Patrimonial; Letramento Patrimonial; Cachoeira dos Índios.

Este texto apresenta atividades realizadas em aulas de História, que buscaram estabelecer relações prósperas de aprendizagem histórica na Educação Básica no município de Cachoeira dos Índios-PB, desenvolvidas pelo projeto

160 Discente do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória – URCA. Especialista em Educação de Jovens e Adultos com ênfase na Economia Solidária – CFP/UFCG e Professor de História efetivo da Educação Básica do Estado da Paraíba e do Município de Cachoeira dos Índios – PB. e-mail: djalmaluiz_13@hotmail.com

de ação educacional Akangatu[161], aperfeiçoado durante estudos e pesquisas historiográficas no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História na Universidade Regional do Cariri- ProfHistória/URCA. Em linhas gerais, as atividades de pesquisa buscaram relacionar o uso da Educação Patrimonial como ferramenta para o Ensino de História capaz de contribuir durante as relações de ensino e aprendizado de forma relevante para a aquisição de Consciência Histórica dos educandos (Cerri, 2011).

Como cenário Histórico para desenvolvimento do projeto de ação educacional, utilizei como espaço de realização das atividades a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Maria Cândido de Oliveira, que possui o maior número de alunos matriculados entres todas as escolas do município de Cachoeira dos Índios-PB, localizado no Alto Sertão Paraibano, dentro do perímetro territorial da microrregião de Cajazeiras-PB, semiárido nordestino. Devidamente apresentada a localização espacial e geográfica da pesquisa, entendida como "meio histórico" estudado (Cardoso, 1979), pois a escola passou também a ser compreendida como um patrimônio histórico-cultural (Lemos, 2013) na aplicação de aulas-oficinas que utilizaram dos saberes e dimensões dos patrimônios materiais, imateriais e naturais como fontes para o Ensino de História, desenvolvendo um processo de aprendizagem escolar que nomeio de Letramento Patrimonial, passa-se a apresentar a experiência.

E qual a importância do patrimônio histórico-cultural para o Ensino de História? E o que é Letramento Patrimonial? Vou responder esses dois questionamentos ao longo das argumentações registradas neste texto, tendo em vista que as vivências históricas escolares desenvolvidas pelo projeto Akangatu entre 2022 e 2023 na Escola Maria Cândido, ajudam a elucidar de forma didática esses questionamentos.

Desde então passamos a usar o espaço escolar para realizar estudos sobre a História existentes nos patrimônios do lugar. Durante as aulas foi oportunizando experiências de ensino da disciplina com o uso da Educação Patrimonial, tendo como objetos de reflexões e problematizações dos saberes os patrimônios locais, observados como fontes históricas, promovendo a comu-

161 Para mais informações sobreo o projeto de ação educacional Akangatu ler o artigo Boa Fé: A experiência do Ensino de História vivenciado para a descoberta do 1º Sítio Arqueológico Tupi no munícipio de Cachoeira dos Índios-PB. Disponível em: http://revistas.urca.br/index.php/SertH/article/view/904/426, acesso em 04 mar. 2024.

nhão entre saberes prévios e conhecimento de mundo (Freire, 2021), com os conceitos científicos do patrimônio histórico-cultural (Lemos, 2013), saberes estes compartilhados nas aulas-oficinas de História, para que neste percurso fornecer subsídios necessários para promover a aquisição do Letramento Patrimonial que aplicado ao Ensino de História conduz a consolidação da "Consciência Histórica" defendida pelo autor Luis Fernando Cerri.

> Não cabe a ideia de que a história ciência produz e a história ensinada reproduz, divulga ou didatiza para o mundo dos não iniciados. Em seu nascedouro, o conhecimento histórico científico encontra-se encharcado das razões da vida prática, visto que os sujeitos desse conhecimento são seres humanos envolvidos com o cotidiano: a relação de aprendizagem histórica precede e projeta-se após o ato da produção do conhecimento. O aprendizado, por sua vez, é um ato de colocar saberes novos em relação com saberes anteriores, já que viver implica alguma forma de aprendizado sobre alguma forma de história (no sentido de tempo significado); nesse sentido, é um ato de criação de conhecimento, também. O ensino escolar de história, portanto, não é dar algo a quem não tem, não é dar saber ao ignorante, mas é gerenciar o fenômeno pelo qual saberes históricos são colocados em relação, ampliados, escolhidos, modificados (Cerri, 2011, p. 69).

Nesta perspectiva de colocar dentro do espaço escolar os saberes locais, passo a usar os patrimônios locais como "objetos históricos" (Ramos, 2004), para ser observados pelos estudantes, e assim, propor uma reflexão sobre os saberes históricos nos espaços construídos no meio histórico por eles vivenciados e problematizados. Desvinculando a ideia de que os conhecimentos só têm importância se forem produzidos nas universidades e reproduzidos em livros didáticos, o que muitas vezes pode acabar por afastar os estudantes da Educação Básica de compreenderem como o passado foi condicionante para sua relação de sujeito histórico, embora seu passado ainda esteja ausente nas aulas de História. Isso posto, na maioria das vezes o que se ensina nos currícu-

los escolares e é apresentado nos livros didáticos se faz distantes da realidade histórica vivenciada pelos educandos.

Acredito que os patrimônios quando observados como objetos, fontes e lugares da história podem atribuir sentido e valor a História que não está dividida em pedaços, é única, acontece simultaneamente e/ou paralelamente em meios históricos. Acredito, assim como Maria Neves que toda "História é local" (1997), embora os currículos promovam os esquecimentos os patrimônios e a memória podem trazer à tona, como saber escolar, a história do lugar, por meio de um fazer historiográfico subversivo as hierarquizações dos saberes.

Ademais, defendo que os patrimônios são cenários históricos, que podem sem sombra de dúvidas arguir para a constatação que as memórias, narrativas e História que acontecem no município podem adentrar dentro do espaço escolar, cabendo ao Ensino de História utilizar-se da Educação Patrimonial para elaboração de fontes históricas, e a partir dos saberes locais, ainda ausentes nos currículos escolares, servindo de subsídios para reflexões históricas do município em sala de aula.

Destaco que Cachoeira dos Índios-PB, ainda não tem currículo próprio, mesmo existindo uma lei municipal muito promissora, no sentido de atribuir importância e a obrigação da inserção dos saberes locais no Ensino de História na educação formal nas escolas municipais, sejam elas públicas ou privadas de Ensino Fundamental. O poder legislativo municipal impôs como obrigação a introdução do ensino da História do município nas escolas com a promulgação da Lei 517/13.

> LEI N° 517 / 2013
> Cachoeira dos Índios, 09 de Outubro de 2013
>
> Institui a obrigatoriedade da inclusão da disciplina de História do Município de Cachoeira dos Índios, na grade curricular das escolas municipais públicas e privadas do ensino fundamental.
> Art. 1° Inclui a disciplina de História do Município de Cachoeira dos Índios na grade curricular das escolas municipais públicas e privadas de

> ensino fundamental, com carga horária de uma aula por semana.
> Art. 2° A disciplina de que trata o art. 1° desta lei será ministrada em caráter obrigatório e em todas as series do ensino fundamental da rede pública e privada de ensino do Município de Cachoeira dos Índios.
> Art. 3° A disciplina da História do Município de Cachoeira dos Índios abrangerá os seguintes temas:
> I - História de Cachoeira dos Índios
> a) Processo de colonização
> b) Nomenclatura
> II - Aspectos naturais
> II - Economia
> IV - Política
> V - Sociedade
> VI - Cultura
> VII - Culinária
> Parágrafo único - As temáticas serão abordadas de forma padronizada, observa tanto, o nível de ensino (Fonte: Arquivos da Câmara de Vereadores de Cachoeira dos Índios-PB).

Embora a lei tenha sido aprovada e sancionada, infelizmente não foi colocada em prática até o momento da escrita deste artigo, nas escolas ainda não se cumpre a carga horária mínima estabelecida na legislação. Outro fator determinante para essa não efetivação é o fato de que o currículo municipal ainda está em processo de elaboração, que não foi concluído para ser executado no ano letivo de 2024 (Secretária Municipal de Educação de Cachoeira dos Índios, 2023). Outro fator preponderante para a implementação do Ensino de História da Cachoeira dos Índios-PB é a dificuldade de acesso para professores e estudantes de fontes a narrativas históricas do município, que possam ser usadas como subsídios para planejamento, planos de aulas e textos que abordem os temas especificados na Lei. 417/13, produzidos especificamente para ser trabalhado no Ensino Fundamental.

Estando posto essas questões, como é possível ensinar História, cumprimento a legislação, mas principalmente para o desenvolvimento de competências e habilidades que conduzam a aquisição da Consciência Histórica? Nas

adversidades apresentadas acerca dos acessos as fontes, currículos e carga horária para efetivação desta tarefa encontrei na Educação Patrimonial desenvolver alternativas para subverter as dificuldades em favor do Ensino de História.

> Educação patrimonial é um processo de aprendizagem que se realiza mediante a utilização dos bens culturais, de natureza material e imaterial, como recursos educacionais. Tal processo permite aproximar a sociedade do patrimônio cultural que a representa simbolicamente, promovendo a ampliação do entendimento da história passada e presente. Esse processo de aprendizagem pode ocorrer nas estruturas formais e informais de ensino, sendo central em instituições de memória, como os museus. Na vida comunitária, a educação patrimonial é um elemento estratégico da atuação política, da constituição da memória e da sustentabilidade dos saberes tradicionais (Marchette, 2026, p. 89).

Embora o município não tenha currículo, a legislação municipal contribui significativamente para uma perspectiva de que existe história local de ser ensinada. Por outro lado, se a atuação docente esbarra na falta de fontes históricas de acesso escolar para essa tarefa, a Educação Patrimonial se coloca como uma solução possível para superar todos os obstáculos e/ou dificuldades impostas, pois coloca os patrimônios como "objetos históricos" e "espaços de recordação" (Assmann, 2021), apresenta-os espaços como históricos, suas praças de convivências, templos, festividades. Os saberes e fazeres compreendidos e transmitidos por gerações em espaços informais de aprendizagem, são refletidos como resultantes das ações dos cachoeirenses na construção de sua História. Por sua vez, os patrimônios são dispostos como fontes também para o levante da memória, capazes de conectar os saberes comunitários aos saberes históricos escolares.

Pensando nesta possibilidade de subverter a ordem e a comodidade de práticas "docentes de quadro e giz", passo a usar na Escola Maria Cândido, o município e seus patrimônios como expansão da sala de aula e de conteúdos científicos que se unem aos saberes tradicionais adquiridos em transmissão

pela oralidade comunitária, para se aprender História de maneira consciente seguindo o pensamento de Luis Fernando Cerri (2011). Outra informação importante, é que em Cachoeira – como carinhosamente é também nomeada pelos munícipes- não existem patrimônios histórico-culturais reconhecidos pelas estâncias de poder municipal, estadual ou federal, como preconizado pela Constituição Federal, no art. 216.

Com a constatação da falta de reconhecimento dos entes federativos, acabo por adiantar um resultado importante da Educação Patrimonial nas aulas de História, pois o Akangatu foi responsável por fazer ciência no espaço escolar. Tendo em vista que ao buscar os patrimônios reconhecidos pela comunidade, a memória social (Fentress; Wickham, 1992) se fez revelar e levou os envolvidos a buscar conhecimentos históricos ouvindo a comunidade e trazendo esses saberes para serem debatidos, refletidos e problematizados em sala de aula. Na ocasião, se discutiu primeiro o motivo do nome da cidade e na falta de justificativa plausível, coube então a estes sujeitos históricos questionar, investigar e protagonizar a descoberta, com a legitimação de um arqueólogo.

O primeiro patrimônio que está em processo de registro para reconhecimento oficial do Estado Brasileiro, junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro-IPHAN, é o Sítio Arqueológico Boa Fé, que teve sua descoberta e reconhecimento em abril de 2023, tendo como sujeitos históricos o professor e os alunos participantes do Akangatu, que promovem o caminho inverso ao comumente esperado, pois são alunos da educação básica que promovem, por meio de uma Historiografia escolar aplicada, uma descoberta científica e a coloca a serviço da universidade (Dantas, 2023).

As experiências foram divulgadas no artigo "Boa Fé: A experiência do Ensino de História vivenciado para a descoberta do 1º Sítio Arqueológico Tupi no munícipio de Cachoeira dos Índios - PB". Destacando que foi da Escola Maria Candido de Oliveira que concentrou os saberes e a iniciativa de buscar o patrimônio histórico-cultural, que de maneira contundente deu sentido ao nome do município, sessenta e um anos após sua emancipação, não deixando margem para desconfiança e negacionismo da presença ancestral indígena no lugar (Dantas, 2023).

Comprovadamente, a interseção entre Ensino de História e Educação Patrimonial, quando aplicada dentro do contexto escolar, pode possibilitar

a construção de saberes históricos, podendo contribuir significativamente para a aquisição de uma compreensão do mundo. O Akangatu, sob a minha orientação, foi planejado para desenvolver um processo de aprendizagem que atribuísse sentido e significado historicizam-te emergido dos espaços do cotidiano dos estudantes. Opto por atribuir aos bens culturais o sentido de "Objetos Históricos" (Ramos, 2004), como fontes para a História ensinada.

Na falta de bens tombados pelos poderes estabelecidos, utilizo-me do "poder" da memória social da comunidade para indicar, reconhecer e reivindicar as narrativas da história a serem em sala de aula refletidas. A partir das problematizações dos saberes e memórias colocados à disposição, pela comunidade, é protagonizado o processo de ensino em sala de aula, somados, conceitos teóricos e escolares, são postos para o debate noções gerais aos estudantes como possibilidade de aprendizagem em contexto escolar.

> A noção geral sobre patrimônio é fundamentada numa concepção de propriedade, no duplo sentido: aquilo que é próprio de nós e que possuímos como nosso. E ainda calcada no princípio de que o que é próprio é um bem, é um valor; é um bem de valor. Isso reforça a ideia de propriedade: é o bem valoroso que é nosso, feito por nós. Por outro lado, essa nossa propriedade é também a evidência de quem somos, a identidade que nos define e nos apresenta ao outro (Meneses, 2028, p. 23).

Na falta de reconhecimento do Estado, a aula de História pode se colocar como espaço para essas discussões. Acentuo o debate "que é possível fazer História ensinando História" (Ramos, 2023), e a Educação Patrimonial coloca os bens culturais como fontes de efetivação desta percepção, pois na maioria das vezes a História Local ainda não é estudada. Portanto, os patrimônios podem ser usados nas aulas para a concepção de que cada um deles pode ser capaz de construir relações de memória e identidade (Candau, 2021). Ao ser bem empregada, a Educação Patrimonial, nas aulas da disciplina de História, na educação básica, pode contribuir para que os estudantes passem a refletir sobre o que lhes pertencem de forma individual e ou coletivamente, lhe

atribuindo sentido de identidade, sendo capazes de identificar, reconhecer, ressignificar e ao final reivindicar seus valores históricos.

Com esse ponto de vista, o Akangatu se voltou primeiro a ofertar aulas--oficinas de História (Brites; Pereira, 2010) para apresentar os conceitos de patrimônio material, imaterial e natural, para alunos do turno da manhã em contra turno, tendo em vista que as atividades não constam no currículo e nem tampouco possuem carga horária no calendário regular para realização. Embora todos os alunos do 6º ao 9º ano das quatro turmas da manhã tenham sido convidados apenas, 6 alunos participaram das atividades, por ser um projeto que não faz parte das exigências avaliativas para progressão escolar, foi considerado um número satisfatório para dar prosseguimento as atividades.

As aulas oficinas foram planejadas e executadas em quatro encontros, que apresentaram os conceitos de patrimônio ao tempo em que se propôs a escutar os saberes prévios dos estudantes envolvidos, os estudantes verbalizaram e foram ouvidos, antes, durante e depois da exposição dos saberes teóricos. As atividades seguiram no seu fazer a 'Pedagogia da Pergunta (Freire, 2014), em cada aula-oficina de História respectivamente: 1ª Aula-oficina de História: O que é Patrimônio Histórico Cultural? Foi trabalhado na 2ª Aula-oficina de História o questionamento: O que torna a natureza um Patrimônio Natural? Na 3ª Aula-oficina de História foi refletido o tema: Tradição, memória e bens culturais e na 4ª Aula-oficina de História o tema: Como reivindicar os patrimônios culturais?

Como suporte teórico para desenvolvimento destas atividades usamos as contribuições de Olga Brites e Mirna Busse Pereira no artigo "Oficina de História: Ensino, Memória E Patrimônio Histórico" (2010), o "Guia Básico da Educação Patrimonial" (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999) e o "Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação" de Sônia Florêncio (2016) que direcionaram os caminhos de aplicação das atividades. As atividades seguiram no seu fazer a Pedagogia da Pergunta (Freire, 2014), sendo expositivas e dialogadas, estimulando práticas do aprender, fazendo essência de uma aula-oficina, como a apresentação de reportagens e vídeos produzidos por personagens locais, sobre a história, memória e os patrimônios em canais do YouTube.

Entre as atividades de aprender fazendo, apresentei a proposta de elaboração de diários de bordo e de atividades de escuta de memórias para serem

elaborados e escritos pelos estudantes, para cada conceito apresentado em sala de aula, eles deveriam ampliar a discussão com seus amigos e familiares, e na atividade seguinte apresentar o que foi relatado para socialização do grupo. Foi na primeira oficina que houve o momento de estranhamento, ao compreenderem os conceitos de patrimônio e descobrirem que neles existiam sentido histórico.

Não apresentarei os conceitos trabalhados em cada aula-oficina de História, seus autores e todas as discussões, por acreditar que o processo de aprendizagem e consciência vai sendo apresentado pelos estudantes [162] em seus relatos de diário de bordo.

Aqui, apresento trechos escrito nos diários de bordo de dois estudantes sobre o primeiro dia de aprendizados compartilhados, primeiro pelo discente Thiarly Santos.

> Eu não sabia o que era patrimônio, depois dessa oficina comecei a compreender o que é, e como são os patrimônios da minha cidade, alguns deles o Serrote do Coati, um patrimônio natural, a igreja frequente sendo material e as quadrilhas que dançamos na escola como imaterial. Aprendi a importância da preservação dos patrimônios, assim podendo até mesmo ser pontos turísticos da cidade (Fonte: Projeto Akangatu).

O estudante João Victor assim escreveu:

> Nesse primeiro dia de aprendizados, eu pude ver a minha cidade com outros olhos, pude ver que ela é muito mais que uma simples cidade e que ela tem seus próprios patrimônios culturais [...] fizemos desenhos e eu desenhei três patrimônios, o Serrote do Quati, as quadrilhas e a banda cabaçal Os Monteiros, todos esses desenhos foram feitos dentro do mapa da cidade (Projeto Akangatu).

162 Apresento o nome dos alunos pois foram assinados termo de Termo de Assentimento Livre e Esclarecido pelos estudantes e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Pais ou Responsáveis Legais, para a participação e divulgação das atividades de pesquisa realizadas.

Logo, por mim foi observado que os estudantes compreenderam nos textos e vídeos apresentados que era possível encontrar sentido e significado histórico nos bens identificados por eles como patrimônios, levando a uma nova concepção do município, o lugar onde vivem como cenário histórico e cultural. Como atividade domiciliar deveriam levar as questões e saberes discutidos e procurar saber mais com seus familiares e amigos sobre os bens culturais por eles indicados no primeiro encontro.

Ao retornarmos para a segunda aula-oficina de História, antes de apresentar novos saberes teóricos, foi aberto o espaço para a socialização das memórias compartilhadas sobre os bens estudados no encontro anterior, o que também foi registrado nos diários de bordo.

Assim escreveu a aluna Ingrid Sousa:

> Fizemos uma atividade sobre os idosos, que são grandes portadores da memória [...]. Veio o aprendizado de que deve se passar a memória adiante, que eu entendo como uma forma de não perder suas raízes e preservar a identidade de um lugar ou a importância e a sabedoria de alguma pessoa que ajudou a construir essa identidade (Projeto Akangatu).

Trabalhadas as dimensões dos significados dos patrimônios imateriais, o processo de diálogo entre estudantes, familiares e amigos, que continuam a acontecer de forma pendular, o que se debate na aula oficina deveria ser levado para conversas em casa, na igreja, na família nos grupos de socialização que se sentissem confortáveis em perguntar para aprender e trazer para dentro da escola estas informações. Assim, a terceira aula oficina foi planejada e executada para apresentar a natureza como meio histórico (Cardoso, 1979) e de como ela também é um patrimônio humano, pois as nossas escolhas acabam por interferir na sua preservação, destruição e ou mudanças climáticas que causam transtornos à sobrevivência humana na Terra.

Vejamos como os alunos apresentam as concepções adquiridas nesta aula-oficina de História.

O aluno Matheus Silva:

> Aprendi sobre patrimônios naturais da cidade, alguns que sequer sabia que existiam, e que inclusive eram alguns dos mais importantes da cidade e também alguns dos mais bonitos da cidade, incrível como em uma aula só, aprendi desse tanto sobre os patrimônios e sobre a nossa cidade (Projeto Akangatu).

O estudante Thiarly Santos amplia as suas concepções sobre a natureza ao seu redor:

> Aprendi que os patrimônios naturais devem sim ser preservados, até para ajudar o homem, a natureza pode virar ponto turístico e que no passado vivíamos na natureza e usamos ela para viver hoje na cidade. [...] A natureza fornece um pouco de nossa forma de viver, usamos para tirar matéria prima para ferramentas, remédios do mato e outros. Aprendi que posso indicar os patrimônios da minha cidade que é minha cultura, mesmo o governo não tendo feito nenhum registro oficial (Projeto Akangatu).

De acordo com as impressões dos saberes compartilhados, vamos evidenciando que as oficinas vão conduzindo os estudantes a novas compreensões sobre a História, obviamente com o trabalho educacional que faz o recorte territorial e do passado, no e do lugar onde vivem os estudantes. Tomando os patrimônios como fontes importantes para a compreensão de pertencimento identitário do local e do mundo.

A quarta e última aula-oficina de História foi planejada e executada na perspectiva de usar os patrimônios histórico-culturais como fontes para escuta das memórias a seres produtoras do registro da História oral. Cada patrimônio deve ser instrumento para abrir as vozes das memórias que historicizam as narrativas neles experienciadas, pelos cachoeirenses.

A atividade foi assim descrita pelo aluno João Victor:

> Debatemos sobre o que são fontes históricas? O professor apresentou um mini museu com suas fontes materiais e depois vídeo sobre a Pedra da Moça e a importância da memória e da História oral, foi muito legal. Depois fiemos uma atividade para reivindicar os patrimônios (Projeto Akangatu).

Como exercício de produção em História Oral (Santhiago; Magalhães, 2015) utilizamos a Escola Maria Cândido de Oliveira como patrimônio histórico a ser estudado na atividade que assim foi registrada por Thiarly Santos.

> [...] depois assistimos um vídeo do canal (Youtube), "No tempo do ronca" sobre a lenda da Pedra da Moça. Fizemos uma atividade de indicar os patrimônios que queríamos conhecer mais a História sobre eles, despois fomos divididos em grupos para estudar a escola como um patrimônio, entrevistando as pessoas [...]. Por fim entrevistamos uma ex-aluna sobre a banda da escolar, realizamos umas perguntas e preenchemos uma pequena ficha técnica (Projeto Akangatu).

Houve um processo de escuta dos saberes prévios, apresentação dos conceitos e saberes escolares, para ressignificação de aprendizagem, propondo uma nova escuta sobre o que foi compreendido pelos alunos sobre os conceitos até aqui apresentados e registrados. Foi possível desenvolver uma prática metodológica conceitual para a oferta de um ensino capaz de promover a aquisição da consciência histórica, por meio do uso dos patrimônios histórico-culturais locais aplicados como saberes formais e informais nas aulas de História na Educação Básica, promover o Letramento Patrimonial dos estudantes em espaços escolares.

Estando ciente que esta formulação conceitual busca ampliar os pensamentos já preconizados por Maria de Lourdes Horta (1999), como também por Átila Tolentino (2016), a Educação Patrimonial quando aplicada em

ações educacionais de educação básica na disciplina de História podem ser refletidas a partir de práticas metodologias processuais, para subverter as dificuldades, se colocando como instrumento para a compreensão do patrimônio como um vestígio que narra a História.

O Letramento Patrimonial ocorre quando é oportunizando aos alunos nas aulas de História o direcionamento para passarem a observar o meio histórico em que vivem, desafiando-os a olhar com estranhamento o lugar em que vivenciam a história cotidianamente, muitas vezes sem atribuir esse sentido, ou valor histórico-cultural. Ao passo que as aulas-oficinas de História até aqui apresentadas vão me servindo de subsídios para defender que, ao realizá-las, oportunizei a constatação de que os saberes prévios vão se transformando e se fortalecendo na medida que são somados aos conceitos teóricos, que antes eram desconhecidos, possibilitando assim uma nova compreensão sobre o lugar onde vivem, os patrimônios e a própria História.

Ao desafiá-los a refletir acerca das memórias e histórias que emergem dos patrimoniais, permito que os se tornem fontes históricas de acesso escolar. Ao tempo que sevem para que aos estudantes é oportunizado a reflexão e a compreensão do que é patrimônio e sua importância para a História, passando, assim, a identificar, reconhecer, ressignificar e reivindicar os patrimônios históricos, que cercam a sua realidade vivenciada, os colocando como sujeitos historicamente conscientes.

As oficinas realizadas e apresentadas serviram também para a elaboração e produção de documentos que ajudam a comprovar a experiência exitosa da proposta de aplicação metodológica apresentada, colocando-se como ações pedagógicas possíveis de serem adaptadas a outras realidades escolares, que podem também ao final da formação propor atividades educacionais que usem os patrimônios para sair dos muros escolares, como fez o Akangatu que ao final da formação em educação patrimonial, foi, a pedido dos alunos visitar um patrimônio natural do lugar, registrado no artigo " Ensino de história e natureza: vivências históricas no Serrote do Coati, em Cachoeira dos Índios – PB" (Dantas; Santos, 2024).

As experiências vivenciadas em Cachoeira dos Índios-PB, fortalecem o entendimento que é possível fazer História ensinando História e a Educação Patrimonial pode contribuir na formação para a cidadania, pois o letramento

patrimonial proposto pode permitir uma cultura de preservação dos patrimônios, e da valorização da aprendizagem da História com sentido e significado.

Fontes

Arquivos da Câmara Municipal de Vereadores.

Arquivos da Secretária Municipal de Educação de Cachoeira dos Índios-PB

Arquivos do projeto de ação educacional Akangatu, realizado na E.E.E.I.E.F Maria Cândido de Oliveira

Referências

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil,** 1988. [recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, e-book, 2023.

BRITES, Olga; PEREIRA, Mirna Busse. Oficina de História: Ensino, Memória e Patrimônio Histórico. **Projeto História,** São Paulo, v. 40, p. 333-356, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

DANTAS, Djalma Luiz do Nascimento Dantas, Santos, SANTO, Joaquim dos. Ensino de história e natureza: vivências históricas no Serrote do Coati, em Cachoeira dos Índios – PB. **Caderno Pedagógico**. Curitiba, v. 21, n. 1, 1639-1661, 2024.

DANTAS, Djalma Luiz do Nascimento Dantas. **Akangatu, o levante da memória**: Ensino de História e Letramento Patrimonial em Cachoeira dos Índios-PB. 2024. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Regional do Cariri. Crato. 2024. (Na prole).

DANTAS, Djalma Luiz do Nascimento. Boa Fé: A experiência do Ensino de História vivenciado para a descoberta do 1º Sítio Arqueológico Tupi no munícipio de Cachoeira dos Índios-PB. **Sertão História**, Crato, v. 2, n. 4, p. 292-309, 2023.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória Social:** Novas Perspectivas sobre o Passado. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim *et al*. **Educação Patrimonial:** inventários participativos: manual de aplicação. Brasília: Iphan, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de janeiro: Paz e Terra, 2014.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras *et al*. **Guia básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **O que é a educação patrimonial?.** Disponível em: https://www.academia.edu/11935219/O_que_%C3%A9_a_Educa%C3%A7%C3%A3o_Patrimonial. Acesso em: 10 out. 2022.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS- IBGE, **Cachoeira dos Índios**: Panorama, 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cachoeira-dos-indios/panorama. Acesso em: 09 jan. 24.

IPHAN. **Educação Patrimonial:** Manual de aplicação: Programa Mais Educação. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2013.

IPHAN. I**nventário de Identificação do Patrimônio**. MOTTA, Lia & SILVA, M. Beatriz Resende (orgs.). Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

LEMOS, Carlos. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

MARCHETTE, Tatiane Dantas. **Educação Patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

MENESES, José Newton Coelho. O patrimônio e a compreensão do passado: Experiência intelectual e dialogo público. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Orgs.). **História pública em debate:** patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, p. 21- 32, 2018.

NEVES, Joana. História Local e construção da identidade social. **Saeculum**, João Pessoa, n. 3, jan./dez., p. 13-27, 1997. Disponível em: https://periodicos.redalyc.org/journal/3843/384357985004/html/. Acesso em: 01 jul. 2023.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de História. Chapecó: Argo, 2004.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. História e "ensino" de "história", ainda? In: REIS, Ana Isabel RP Cortez. MAGALHÃES, Marcelo de Souza. ANDRADE, Maria Lucélia de. (Orgs.) **Saberes docentes e ensino de História.** Curitiba: CRV, p. 25- 40, 2023.

SANTIAGO, Ricardo. MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História oral na sala de aula.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

TOLENTINHO, Átila. Educação patrimonial na escola, com a escola e para além da escola: uma conversa com professoras e professores em diálogo com Paulo Freire. **Cadernos de Socio museologia**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 19, p. 107-116, 2022.

Para frente brasil: a seleção brasileira como ferramenta de propaganda política e legitimidade do regime militar durante o governo Médici (1969 – 1974)

Romulo Cesar Barros Aguiar[163]

Resumo

Em 1969, se iniciou oficialmente a associação entre a Seleção Brasileira e o governo Médici visando a melhor preparação possível em busca da conquista da Copa do Mundo de 1970, sediada no México, com o objetivo de resgatar o prestígio esportivo da equipe nacional. Por outro lado, o governo buscava nesta parceria reverter sua imagem impopular, utilizando a Seleção como ferramenta de propaganda política para legitimar a ditadura militar instalada em 1964. Partindo deste contexto, esta pesquisa aprofundou-se na construção da relação entre o time nacional e o governo militar, seus objetivos e as etapas do processo que perdurou até o final do governo Médici. Identificando os aspectos, buscamos evidências que apontem o papel da Seleção Brasileira na consolidação da ditadura militar, funcionando como um mecanismo essencial no projeto nacional desenvolvimentista idealizado pelos militares. Construímos uma pesquisa documental, cujas fontes utilizadas são jornais e revistas, alinhados ou não ao governo, de grande repercussão na época, considerando a função importante da mídia na divulgação da associação entre Seleção e governo. Os resultados evidenciam que o projeto trouxe benefícios para ambos os lados, esportivo para a Seleção e político para a ditadura. O time nacional se tornara símbolo de orgulho para a nação e o governo buscou associar-se a imagem da equipe através das mídias do período, capitalizando o processo para alavancar a popularidade do general presidente junto à população.

Palavras-chave: Seleção Brasileira; Ditadura Militar; Propaganda Política; Legitimidade.

163 Mestrando do Programa de Programa de Pós Graduação em História, Culturas e Espacialidades, vinculado a Universidade Estadual do Ceará.

O futebol é um fenômeno sociocultural expressivo de alcance global. Esse esporte, no Brasil, possui a capacidade de mobilização popular cuja importância o coloca como elemento fundamental para a compreensão da realidade brasileira, incluindo o campo da política, seja no regime democrático ou de exceção.

A partir de 1969, o futebol extrapolou o campo esportivo, de manifestação cultural popular, e se transformou em um mecanismo fundamental no projeto de consolidação da ditadura militar. O processo foi desencadeado a partir da associação entre a Seleção Brasileira e o governo presidido pelo General Emílio Garrastazu Médici, o terceiro general escolhido presidente pela ditadura militar instalada a partir de um golpe em 1964.

O interesse da ditadura em realizar tal associação surgiu da percepção sobre a natureza do interesse popular pelo jogo. A relação entre o brasileiro e o futebol permitiu ao esporte adquirir a característica de manifestação cultural, ocupando um lugar de relevância na cultura nacional, pois "o futebol praticado, vivido, discutido, teorizado no Brasil seria um modo específico, entre tantos outros pelo qual a sociedade fala, apresenta-se, revela-se, deixando-se, portanto, descobrir" (Damatta, 1982, p. 21).

Assim, a associação com a seleção serviu para mascarar a repressão executada pelo governo, que atingiu durante o governo Médici o ápice do autoritarismo, e também para a realização de certo "ideal nacional", almejado pelos militares, de superioridade do país no esporte de massa mais praticado do mundo, exaltando o viés nacionalista do regime. Desse modo, Médici buscou a obtenção de legitimidade da ditadura através do sucesso seu governo, visando consolidar o regime através de sua popularidade.

Utilizando a paixão popular pela seleção, o governo buscou capturar o imaginário popular, manipulando a sensibilidade dos torcedores em benefício de Médici. O triunfo esportivo da equipe era associado imediatamente ao presidente, conferindo ao mesmo um protagonismo proporcional ao dos jogadores e comissão técnica. Nesta perspectiva, a popularidade de Médici crescia à medida que a seleção vencia, o tornando uma figura simpática e benquista, de expressivo prestígio popular.

Futebol: ferramenta de propaganda política

A transformação do futebol em ferramenta de propaganda política por regimes autoritários surgiu devido ao jogo ter se tornado um fenômeno sociocultural de alcance popular expressivo. O fato do esporte mexer com o sentimento de um indivíduo, uma comunidade ou nação atrai o interesse de governos de exceção, desejosos de usufruir da popularidade que o futebol confere a seus heróis. Frequentemente, líderes políticos buscam se associar ao futebol e conseguem obter dividendos construindo uma imagem de pessoa popular ou associando seu governo à glória esportiva.

Elemento capaz de promover a integração social entre diversos setores da sociedade, o futebol é visto como um esporte democrático, de fácil compreensão e regras simples. Desse modo, o jogo se consolidou no pensamento popular como um esporte que transcende as fronteiras políticas, culturais e sociais. O fato de ser compreendido amplamente pelo povo permitiu ao futebol penetrar no imaginário popular de uma forma que nenhum outro esporte conseguiu, criando sentimentos e laços de pertencimento junto à população unindo na arquibancada do estádio pessoas de diferentes religiões, culturas, preferencias políticas e classes sociais, todos travestidos de torcedor:

> Uma vez por semana, o torcedor foge de casa e vai ao estádio. Ondulam as bandeiras, soam as matracas, os foguetes, os tambores, chovem serpentinas e papel picado: a cidade desaparece, a rotina se esquece, só existe o templo. Neste espaço sagrado, a única religião que não tem ateus exibe suas divindades. Embora o torcedor possa contemplar o milagre, mais comodamente, na tela de sua televisão, prefere cumprir a peregrinação até o lugar onde possa ver em carne e osso seus anjos lutando em duelo contra os demônios da rodada (Galeano, 2010, p. 15).

Países como Itália, Espanha e Portugal assistiram à intensa utilização do futebol como ferramenta de propaganda política de seus respectivos governos, desejosos de obter o instrumento de mobilização popular que o esporte gerava. O futebol italiano foi alvo de manipulação do ditador fascista Be-

nito Mussolini, que chegou a exigir que a seleção italiana substituísse sua tradicional camisa azul pela cor preta, símbolo do partido fascista. Mussolini, torcedor da Lazio, organizou a preparação da seleção italiana obtendo significativos ganhos políticos com a conquista dos mundiais de 1934 e 1938, marcando o slogan "Vencer ou Morrer" como símbolo do bicampeonato da Copa do Mundo.

Enquanto a Itália apostou no controle do futebol equilibrando clubes e seleção, Espanha e Portugal apostaram em equipes especificas para capitalizar o apoio popular e promover a ideologia autoritária de seus respectivos governos. Equipes populares destes países, como Real Madrid e Benfica, possuíam relações próximas entre seus dirigentes e a cúpula governamental, alimentando a popularidade dos governos autoritários.

A relações entre os três governos de natureza ditatorial demonstram o quão forte é o poder de mobilização do futebol perante a sociedade. Os regimes mencionados enfrentavam sérias dificuldades em seu processo de consolidação, sofrendo com ataques de opositores e sequelas de conflitos civis que racharam suas sociedades, e encontraram na apropriação do futebol as ferramentas necessárias para aumentar sua popularidade e mascarar a repressão que conduziam contra setores dissidentes.

Ao associar suas imagens com os profissionais do esporte, os ditadores acabavam usufruindo da popularidade dos ídolos mesmo que não marcassem gols ou praticassem grandes defesas, aproveitando-se do apelo emocional que o povo nutria pelo futebol, atingindo o imaginário da população. Manipular o imaginário era um fator essencial para a construção de uma realidade social adequada aos parâmetros autoritários:

> O imaginário existe em função do real que o produz e do social que o legitima; existe para confirmar, negar, transfigurar ou ultrapassar a realidade. O imaginário compõe-se de representações sobre o mundo do vivido, do visível e do experimentado, mas também se apoia sobre os sonhos, desejos, medos de cada época, isto é, sobre o não tangível nem visível, que passa, porém, a existir e a ter força de real para aqueles que o vivenciam (Pesavento, 2008, p. 14).

Desse modo, o futebol garantiu a sustentação de vários regimes autoritários pelo mundo, capturando o inconsciente popular, ainda que involuntariamente, para construir pacificações sociais superficiais. Ao servir de ferramenta de propaganda política para legitimar e consolidar governos ditatoriais, o futebol se revelou um dos instrumentos mais eficazes para estabelecer o controle social efetivo das massas.

Para Frente Brasil: Médici e a Seleção Brasileira

A associação entre Médici e a Seleção Brasileira iniciou em 1969, meses após o general assumir a Presidência da República, substituindo a Junta Militar Provisória instaurada após a declaração de incapacidade médica do então presidente Artur da Costa e Silva. O período de turbulências políticas enfrentadas pelo recém empossado presidente convergia com a instabilidade esportiva vivenciada pela equipe nacional.

Consumada a associação, a estrutura de propaganda intensificou, via imprensa, a aproximação de Médici dos jogadores do time nacional, ocultando as tensões existentes entre o presidente e o treinador da equipe, João Saldanha. Após a demissão do técnico, noticiada pelo jornal Folha de São Paulo (18 mar. 1970, p. 16) como uma consequência da turbulenta relação de Saldanha com os jogadores, sobretudo Pelé, e dirigentes, o regime reforçou a interferência na equipe, realizando uma operação denominada Planejamento México, cujo objetivo era financiar, estruturar e organizar a preparação do selecionado visando a disputa da Copa do Mundo de 1970, sediada em solo mexicano.

Às vésperas do mundial, toda a estrutura idealizada pelo regime estava concluída e funcionando. Reforçando a associação com Médici, o governo promoveu o encontro entre o general e os jogadores antes do embarque para o México, destacando o ambiente positivo entre atletas e o general, marcado pelos diálogos informais entre ambos.

A despedida de Médici junto aos jogadores demonstrava a paixão do presidente pelo futebol e a torcida apaixonada pela seleção brasileira. O regime explorou o evento e a postura de Médici como um ato de patriotismo, onde o presidente representava milhões de torcedores brasileiros ansiosos pela conquista do mundial. O jornal Folha de São Paulo noticiou o entusiasmo de

Médici no evento (Folha de São Paulo, 29 abr. 1970, p. 14) e o seu conhecimento profundo sobre o time e os jogadores, características associada ao torcedor comum. Ao associar Médici a estes traços, o regime construiu a imagem do general assemelhada a uma figura de homem do povo, com gostos e paixões populares, atraindo a simpatia social.

A associação com o time nacional em conjunto com a campanha publicitária do governo construiu uma imagem positiva junto à população. O ano de 1970 marcou o auge do governo Médici: a economia crescia em ritmo forte sob efeito do milagre econômico, a classe média aumentava e diversificava o consumo de produtos (televisão, geladeira, carro) e a seleção apresentava indícios de que faria uma Copa brilhante. Por outro lado, o ano citado marcou o auge da repressão do regime contra os opositores com o aumento expressivo no número de prisões, mortes e desaparecimentos.

A ditadura capitalizou cada vitória da seleção para promover a figura de Médici. O presidente era retratado como um torcedor fervoroso da seleção, assistindo às partidas enrolado na bandeira nacional, discutindo os resultados tanto no palácio presidencial quanto em eventos oficiais e sempre otimista com o desempenho da equipe. Os militares que acompanhavam a equipe faziam relatórios diários sobre a seleção, mantendo o regime informado de qualquer problema que surgisse no decorrer do torneio. A cada triunfo conseguido pela seleção, os jornais exaltavam as qualidades da equipe adotando um tom ufanista, aderindo à campanha patriótica idealizada pelo regime.

O momento do título conquistado pela seleção foi considerado o ponto máximo de exposição da figura de Médici nos meios de comunicação. A frase do presidente: "Ninguém segura este país", publicada pelo jornal O Globo (22 jun. 1970, p. 1), simbolizava o progresso do Brasil rumo ao círculo dos países desenvolvidos e prósperos, conquista capitaneada pela ditadura militar. As expressões e discursos proferidos por Médici tinham tanto espaço quanto a conquista esportiva, evidenciando a tentativa da ditadura de expor a sociedade a importância do presidente no triunfo e o seu amor ao futebol e à seleção.

Contudo, as ações de Médici não se limitaram a mensagens e agradecimentos à equipe nacional. Após o jogo que definiu o título da seleção, o presidente abriu as portas do palácio presidencial e convidou os populares presentes a entrar, comemorando com eles e recebendo aclamações do povo.

Médici finalmente alcançava a popularidade que tanto desejava e constatava o sucesso de sua associação com a seleção:

> Médici abriu os jardins do palácio da Alvorada e saiu em mangas de camisa, com uma bandeira na mão e uma bola no pé. [...] Falava-se de um "Brasil Grande", "Brasil Potencia". Distribuíam-se adesivos com a inscrição "Brasil, ame-o ou deixe-o". País, futebol, Copa, seleção, e governo misturavam-se num grande Carnaval de junho (Gaspari, 2014, p. 213).

A conquista do tricampeonato coroou o projeto de associação do regime com a seleção brasileira, criando o cenário perfeito para o processo de consolidação do sistema conduzido pelos militares. Se durante os governos de Castello Branco e Costa e Silva, os militares eram acusados pelo aumento da pobreza e apontados como o grande obstáculo para o desenvolvimento nacional, no governo Médici a ditadura atribuía a si o momento de prosperidade econômica e sucesso esportivo pelo qual atravessava o Brasil.

Após a conquista do tricampeonato mundial, a ditadura capitalizou a popularidade de Médici para se fortalecer internamente, avançando com projetos em outras áreas. No campo social, a ideia de coesão nacional em torno da seleção brasileira foi incorporada pelos militares para apoiar o governo. A estratégia adotada respondia ao projeto inicial do governo Médici de legitimar o sucesso de seu governo por meio de atos e construções positivas enquanto a repressão agia nos bastidores.

Além de construir o modelo de coesão nacional idealizado, o governo avançou sobre a educação para difundir o modelo ideal do cidadão brasileiro: trabalhador, ordeiro, disciplinado e patriota. A máquina de propaganda do estado repetiu a visão planejada pelo regime do brasileiro modelo para desenvolver o país consolidando a doutrina nacionalista e o ideal de "Brasil Grande", "Pátria Unida". Segundo esse pensamento, a união dos brasileiros seria o elemento fundamental para o progresso econômico do país e consequentemente o fortalecimento da ditadura militar.

Entre 1971 e 1974, o governo Médici ampliou a interferência no futebol nacional, aumentando sua área de influência em direção aos clubes. Foi cria-

do o Campeonato Brasileiro de Clubes com objetivo de atender demandas de todos os estados da federação e os grupos políticos locais apoiadores do regime. Estádios foram erguidos sob pretexto de atender à crescente demanda esportiva e o futebol foi utilizado como ferramenta de integração nacional, garantindo a coesão necessária para sustentar a ditadura.

Enquanto ampliava seu capital político junto à população, Médici se manteve como assíduo frequentador dos estádios de futebol para preservar sua imagem de homem simpático e presidente popular. Suas idas ao Maracanã, principalmente em jogos do Flamengo, eram anunciadas nos meios de comunicação e alto-falantes dos estádios sempre acompanhada por saudações dos torcedores presentes.

Durante o período, a ditadura reforçou a postura nacionalista, se associando aos símbolos e cores que representavam o país. Desse modo, a utilização da seleção como ferramenta de propaganda política do governo foi intensificada durante as celebrações do Sesquicentenário da Independência, em 1972. Buscando fortalecer a narrativa do "Brasil Grande" apoiado no tricampeonato conquistado dois anos antes no México, o regime patrocinou a disputa da Taça da Independência, torneio comemorativo criado como parte de uma série de eventos produzidos pelo governo para comemorar a data festiva.

O torneio, considerado um fracasso esportivo devido a recusa das principais seleções em participar da disputa, foi considerado um sucesso politicamente devido ao título conquistado pela seleção ser capitalizado pelos militares. A imprensa reproduziu o tom ufanista do governo em reportagens que exaltavam os jogadores brasileiros, considerados genuínos representantes do brasileiro idealizado pelo regime, mantendo o protagonismo de Médici e seu lado torcedor exposto a todo momento.

Apesar da incerteza esportiva devido à instabilidade do time entre 1970 e 1974, a seleção conseguiu atender as demandas políticas da ditadura. Em todas as etapas citadas, a seleção foi parte fundamental para a sustentação da ditadura militar. No primeiro momento, garantiu a popularidade do governo que enfrentava uma convulsão social fruto de uma sociedade dividida entre os apoiadores e opositores dos militares.

No segundo momento, reapareceu para divulgar o "Brasil Grande" dos militares como ferramenta de propaganda política para reforçar a legitimida-

de que havia conferido ao regime, sobretudo após o tricampeonato. Mesmo sem o brilho que exibiu no mundial do México, a equipe nacional cumpriu aquilo que lhe foi proposto: vencer um torneio que simbolizava o triunfo do projeto político militar.

A conquista da Taça da Independência produziu resultados semelhantes, embora as consequências a curto prazo fossem opostas. No aspecto político, reforçou a traço popular de Médici, a confiança dos militares em continuar no poder com a certeza de que seu projeto tinha triunfado. No campo esportivo, demonstrou as carências de uma equipe que não soube executar um projeto de renovação adequado e tinha a certeza de que a manutenção da metodologia de trabalho seria suficiente para continuar vencendo.

Os militares ainda aprofundaram o controle sobre o futebol, concluindo o processo de intervenção no esporte. Além do controle de quase totalidade sobre as federações estaduais e os clubes nacionais, conseguiram ascender sobre a CBD no final de 1974, quando João Havelange deixou a entidade para assumir a presidência da FIFA. Em seu lugar foi posto o almirante Heleno Nunes, indicado pelo presidente Ernesto Geisel.

Devido a sua associação com a seleção, Médici alcançou os maiores índices de popularidade que um presidente conseguiu atingir durante a vigência do regime enquanto comandava um processo de endurecimento da repressão, que chegou a níveis elevados de letalidade em comparação com os antecessores e não foi alcançado por seus sucessores. Os "anos de ouro" também foram "anos de chumbo".

Sem a associação com o futebol e a seleção brasileira, seria muito difícil para Médici obter patamares de popularidade tão elevados. Para o general, o sucesso econômico do milagre era insuficiente. Era necessário se associar com símbolos culturais nacionais para se tornar um presidente de fato popular e a seleção brasileira foi um mecanismo essencial do projeto militar de popularização.

Considerações Finais

Através desta pesquisa, buscamos analisar a utilização do futebol como uma ferramenta eficaz de propaganda política para governos desejosos de obter apoio popular para legitimar suas práticas, principalmente regimes au-

toritários e ditaduras. O futebol, por ser um esporte de massa que mexe diretamente com a emoção e o imaginário popular, comumente é cobiçado por agentes políticos.

No Brasil, entretanto, em nenhum governo essa aproximação foi tão latente quanto no período em que o general Médici esteve à frente da presidência. A partir da organização da seleção brasileira que resultou no tricampeonato mundial, a ditadura militar soube capturar a paixão popular pela seleção em benefício próprio e capitalizou as conquistas da seleção como se fossem de Médici.

A necessidade de garantir apoio popular para legitimar o regime fez com que os militares investissem de forma impressionante na seleção. A relação foi benéfica para ambos: enquanto a seleção utilizou as ferramentas disponibilizadas para retomar a hegemonia do futebol mundial ganhando a Copa do Mundo com uma autoridade poucas vezes vista na história do jogo, o regime conseguiu através do futebol e do time nacional atingir a coesão popular que apenas o futebol pode proporcionar.

O diferencial na relação entre Médici e a seleção foi a oportunidade surgida no momento em que ambos precisavam reafirmar sua posição de autoridade em seus respectivos campos. Governo e seleção estavam em baixa e neste caso possuíam qualidades que foram convenientes aos dois. A seleção não tinha dinheiro ou ferramentas para se reestruturar e o regime não tinha prestígio ou apoio popular.

Defendemos a ideia de que a aproximação entre regime e seleção foi determinada por um conjunto de fatores que resultou em tal oportunidade. A partir do momento em que esta surgiu, o regime foi competente e organizado em executar sua missão, ainda que fosse a serviço de propósitos espúrios. A seleção, por sua vez, pavimentou o caminho para o aumento avassalador da popularidade de Médici.

Sem o sucesso da seleção, Médici seria apenas mais um ditador que governou o país em um momento de euforia econômica. Grande parte do imaginário positivo construído a seu favor ocorreu a partir da associação com a equipe nacional. Foi a seleção brasileira que transformou Médici em um homem popular; simpático. O futebol foi um elemento fundamental para estabilizar o regime e garantir a sustentação política e social do projeto idealizado pelos militares a partir da usurpação do poder em 1964.

Referências

DAMATTA, Roberto. **Universo do Futebol**: Esporte e Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao Sol e à Sombra.** Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Intrínseca, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber e ROSSINI, Mirian de Souza. **Narrativas, Imagens e Práticas Sociais:** Percursos em História Cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

Abguar Bastos, história paraense e conflitos literários

Heraldo Márcio Galvão Júnior [164]
Gabriela Pereira de Sousa[165]

Resumo

O seguinte trabalho visa estabelecer a discussão sobre a relação conflituosa entre os modernistas Mário de Andrade e Abguar Bastos, explorando tanto os aspectos ideológicos quanto a dicotomia entre o Modernismo Paulista e o Modernismo Amazônico. O foco recai sobre a obra "Terra de Icamiaba", a qual é complementada com os manifestos políticos e estéticos de Bastos. O estudo também procura entender se este romance confronta a famosa rapsódia "Macunaíma" de Mário de Andrade. O objetivo geral é analisar a relação entre esses autores, determinando se "Terra de Icamiaba" é propositalmente destoada "Macunaíma" por suas perspectivas relacionadas ao protagonismo do herói Bepe e do anti herói Macunaíma. Partindo da minha experiência com a Iniciação Científica, onde aprofundei meu entendimento sobre as diferenças entre História e Literatura, usando a literatura como fonte histórica, destaco o estudo sobre Raul Bopp e Ignácio Moura, mostrando como ambos autores se diferenciavam ao escrever sobre a Amazônia. A PIBIC também abordou mitos e sua transformação ao longo do tempo, fora a partir desta metodologia, a análise comparativa, que pude ter a capacidade cognitiva para imaginar e aplicar o método a pesquisa aqui evidenciada. Respaldo ainda minha conexão com a Amazônia, minha terra natal, bem como o estado do Amapá, (no qual até 1943 o Amapá não estava constituído estado como hoje, no entanto todo o referido território fazia parte do Pará até o decreto de Vargas no Estado Novo), e como todos esses elementos levaram a me dedicar a pesquisas que unem a Literatura Paraense e Amazônica à História.

Palavras-chave: Abguar Bastos; Modernismo; Amazônia; Mario de Andrade; Regionalismo.

164 Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (onde também atua como Vice-Diretor da Faculdade de História (FHT)

165 Graduada em História pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e mestranda pela mesma instituição.

No decorrer do ano de 2022, no centenário da Semana de Arte Moderna (1922), durante uma Iniciação Científica, as leituras iniciais sobre as diferenciações entre história e literatura, assim como do uso de literatura enquanto fonte histórica foram importantes para compreender tanto a figura do autor Raul Bopp quanto do "engenheiro-historiador" Ignácio Moura, que escreveu sua literatura de viagem intitulada *De Belém a S. João do Araguaia* sob a perspectiva do romantismo. Fruto desta pesquisa, que visava levantamento bibliográfico sobre o tema e sobre os autores, leitura e fichamento bibliográfico das referências teóricas e o levantamento e análise de fontes, foi publicado um capítulo de livro que evidenciou que Raul Bopp escreveu o livro *Cobra Norato* a partir da leitura de Ignácio Moura, autor da literatura de viagem *De Belém a S. João do Araguaia*, publicado em 1910. Ambos estiveram em regiões semelhantes do mesmo bioma, a Amazônia, em períodos diferentes, porém o livro de Moura já era conhecido localmente quando da passagem de Bopp por Belém em 1922.

Com o trabalho, encontramos semelhanças entre os autores a partir de suas obras, assim como diálogos que perpassam pela representação da Amazônia compreendida por autores exógenos e endógenos da realidade belenense, com especial atenção para as representações sobre a "Cobra Grande". Compreende-se, enfim, que os mitos não são estáticos, eles fazem parte de uma construção social. A partir do momento que alguma sociedade, em determinado contexto histórico, conta esse mito, na verdade está recontando, ou seja, os mitos, ao contrário do que tanto é dito, não são estáticos, eles são históricos, com seu tempo e espaço. O mito da Cobra Grande, assim, fora contado em partes por Ignácio Moura e em partes por Raul Bopp.[166]

Neste caminhar da PIBIC, tivemos contato com autores modernistas paulistas, cariocas e amazônidas que me chamaram atenção pelas discussões travadas na década de 1920, mas Abguar Bastos, por ser belenense e folclorista, foi o que mais preponderou. Portanto, decidimos construir este percurso a partir da relevância deste autor. Ao pesquisar por Bastos, me deparo com seu

166 Sobre a questão da construção de mitos pelos modernistas, ver: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Letras insulares: leituras e formas da história no modernismo brasileiro. In: Sidney Chalhoub; Leonardo Pereira. (Org.). A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil. 1ed.Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 301-331, 1998; GALVÃO JÚNIOR, H. M. História contada pelos Dabacuris Selvagens. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 73, p. 17-43, 2022.

livro *A Pantofagia ou as Estranhas Práticas Alimentares na Selva*, e posteriormente o livro *Terra de Icamiaba* (1934) e seus manifestos À geração que surge (Belém Nova, 1923) e *Flami-n´ -assú: manifesto aos intelectuais paraenses* (Belém Nova, 1927), que clamavam aos modernistas pela união das letras do norte contra as do sul. A partir de tais fontes, optamos por conhecer mais as obras do autor.

Ao ler seu romance *Safra* (1937), percebe-se que Bastos criou uma personagem que satiriza Mário de Andrade. Nesta literatura, temos como personagem um viajante de nome Mário d'Almeida, que foi para a Amazônia de encontro com a "Rainha do Café". A alusão a Mário de Andrade torna-se nítida, pois o modernista que é satirizado havia escrito *O Turista Aprendiz* (1976), livro póstumo organizada pela professora e pesquisadora Telê Ancona Lopez[167], a partir de uma viagem realizada em 1927, na qual foi convidado pela senhora Olívia Guedes, que era ligada às grandes indústrias cafeeiras que estavam em atuação final na região. A viagem do autor de *Paulicéia Desvairada* foi tão produtiva que a partir dela também foi possível escrever outros livros, incluindo *Macunaíma* (1928).

Começamos, assim, a investigar a possível conflituosa relação entre Abguar Bastos e Mário de Andrade por meio da literatura, sugerindo que Bastos discutia e respondia, também por meio da literatura, à Andrade. Os caminhos desta pesquisa evidentemente foram influenciados pelo estudo comparativo entre Raul Bopp e Ignácio Moura, que acabaram por nos empenhar em procurar tensões, similaridades e vicissitudes entre autores modernistas de realidades divergentes (tal qual, Bastos e Andrade)[168].

Atentando-se aos contextos das narrativas literárias, no período em que o paulista viajou para a Amazônia no final da década de 1920, empresas locais cafeeiras buscavam se retirar de lá, por se tratar de uma região menos portuária que outras litorâneas do país, como São Paulo, por exemplo. Neste período, a exportação do café para outros continentes era pertinentemente

167 Professora e pesquisadora brasileira da Universidade de São Paulo (USP), uma das principais estudiosas e editoras da obra de Mário de Andrade.

168 Procurei traçar meu trajeto acadêmico e de pesquisa a partir das bases teóricas de Pierre Bourdieu quando este traceja uma "produção de si" e um "esboço de autoanálise". Cf. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006; BOURDIEU, Pierre. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

mais viável para a economia, representava 60% das exportações nacionais, por isso o maior interesse em locais com áreas mais portuárias. Compreende-se que o folclorista belenense era contra a retirada das indústrias da região, pois influenciava drasticamente na economia local, enquanto também empregavam as populações que habitavam a localidade. Entretanto, Mário de Andrade era ligado a empresários que retiraram seus investimentos da região, assim como dona Olívia Guedes, além de não concordar com Bastos em tais questões políticas que se acaba de mencionar. Neste ponto, ficou mais claro os conflitos sociais que viajam da literatura para a sociedade e vice-versa, além da importância da literatura enquanto fonte histórica. Mas as indagações não pararam por aí.

Segundo nossas pesquisas, Abguar Bastos, em *Terra de Icamiaba* (1934), criou um herói que se opunha a Macunaíma (1928) de Mário de Andrade (1893-1945), dando origem, então, a um "outro herói modernista" (Paiva, 2008). Não é quimera afirmar que este outro herói, o amazônida Bepe, que é o representante tardio da Raça que tomou o Brasil dos franceses, dos espanhóis, dos holandeses, dos *lusitanos* (Bastos, 1934, p. 60) possa ser, para Bastos, um verdadeiro herói "oculto", mais real, menos antropomorfo, com algum caráter e ainda que destoasse, intencionalmente, de *Macunaíma* (tanto o herói, quanto a obra). Enquanto a rapsódia *Macunaíma* seja narrada por um papagaio, há um trecho cômico no romance de 1934, *Terra de Icamiaba*, no qual diz *Papagaio se fizesse papel de gente seria duas coisas: político e professor de lógica* (Bastos, 1934, p. 60), trecho que nos leva a atribuir ênfase ao conflito dos autores.

Procuramos nesta pesquisa compreender melhor a figura de Abguar Bastos a partir das ideias de Pierre Bourdieu, especialmente em relação ao capítulo "A ilusão biográfica". Para reconstruir a biografia de Bastos, partiu-se de bibliografias, de escritos do autor e entrevistas concedidas. Em 1981, na cidade de São Paulo, uma entrevista foi conduzida por Maria Carneiro da Cunha e Torrieri Guimarães, com a participação de Carlos Heitor Castello Branco, tendo como entrevistado o renomado Abguar Bastos Damasceno. Neste relato autobiográfico, concedido ao Museu da Imagem e do Som, Abguar Bastos compartilhou detalhes de sua vida e trajetória[169].

169 É importante esclarecer a necessidade de atenção ao texto de Pierre Bourdieu intitulado "A ilusão biográfica" para reconstruir a história de Bastos. O autor apresenta diversos cuidados ao lidar com

Tais questões são fundamentais para o inserir em seu contexto espacial, temporal e intelectual com a finalidade de analisar os manifestos político-literários escritos pelo autor na década de 1920 e seu romance *Terra de Icamiaba* à luz de sua intervenção na sociedade. Assim, podemos compreender e refletir sobre as oposições presentes nos dois heróis, Bepe e Macunaíma, de Abguar Bastos e Mário de Andrade respectivamente, assim como os conflitos da relação desses modernistas. Dessa forma, pretendemos responder à nossa problemática e hipótese de que a intenção de *Terra de Icamiaba* (1934) seria, além de seu viés ideológico no decorrer da trajetória de Bepe, tratar também em opor-se à *Macunaíma* (1928), tanto pela trajetória do herói, quanto pelas colocações no decorrer da narrativa deste romance. Disputas no campo literário, social e político podem acompanhar as obras artísticas e vistas, por muito tempo, como essencialmente ficcionais.

O conhecimento sobre o modernismo em nível regional, nacional e global e nos instigou a conhecer mais os autores que tinham óticas diferentes em um mesmo movimento. Um dos autores que ficaram em evidência pela peculiaridade foi Abguar Bastos Damasceno, doravante mencionado apenas como Abguar Bastos.

Nascido em 1902, em Belém, Abguar Bastos narra à Edgard Cavalheiro em 1944 que em sua infância era um garoto "místico como todo menino de província, supersticioso e tinha um medo bruto do futuro", não tinha uma centralidade religiosa, frequentava a igreja católica, espaços espíritas, igreja batista, templo teosófico… "Finalmente, fiquei como paraquedista que vai caindo no meio de inimigos ocultos e até cheguei a acreditar em Nietzsche" (CARVALHEIRO, 2002). Segundo Caio Porfírio Carneiro,

> Sempre de óculos quase escuros, para esconder algum defeito visual, era de estatura mediana, sério, comedido nos gestos, pouco expansivo. Numa roda de conversa, expressava-se com elegância e desenvoltura, como se medisse as palavras, embora espontâneas, revelando, de pronto, sua inteligência e talento. Para o meu gosto era um contista razoável e um romancista bem melhor (*Ibid.*, p. 430).

documentos biográficos, pois deve-se inserir o autor em seus contextos, seus lugares de fala, suas crenças, evitando construir uma biografia que exalte ou que diminua sua importância.

De seu nascimento até o final da década de 1920, Bastos transitou entre Belém e Manaus, atuando profissional, intelectual e artisticamente. Sua formação acadêmica abrangeu os estados do Pará e Amazonas, iniciou os cursos de agronomia, engenharia e direito, mas concluiu apenas o curso de direito em Manaus no ano de 1925. Quando no Amazonas, continuou a manter contato por correspondência com seus amigos que estavam no Pará. No período de 1927, por intempéries da vida, se torna prefeito interino da vila de Coary, onde hoje é município do Amazonas, fato é dado porque o prefeito eleito, Herbert Lessa, foi assassinado por questões que envolviam conflitos agrários e como Bastos era primeiro secretário, precisou assumir o cargo pelo restante daquele ano, ano esse que se dá o primeiro encontro (ou desencontro) com Mário de Andrade.

Segundo Sérgio Miceli (2001) - falando de um contexto paulista, mas cuja afirmação pode acompanhar os artistas brasileiros em diversos âmbitos -, a carreira intelectual e artística não era suficiente para que os literatos conseguissem manter seu sustento, tendo eles que assumir cargos públicos, políticos e o ofício de jornalista para complementar sua renda em um momento em que havia, inclusive, dificuldades gráficas para a publicação de suas obras. Nesse sentido, Bastos desenvolve sua atividade jornalística juntamente com outros ofícios e oferece contribuições ao mundo das letras a partir de participações em grupos e círculos intelectuais institucionalizados ou não.

Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará na década de 1920, no qual atuou na Comissão de redação juntamente com Luiz Barreiros, Jorge Hurley, Paulo Eleutherio e João Penna de Carvalho[170] e no qual proferiu discurso, em 1931, afirmando que:

> [...] aqui, nesta Amazônia de todos os povos, caboclo é o intérprete da conquista da Raça. Porque só ele rasga a pororoca e ri em cima dos estrondos. Só a sua exaltação é anônima. Mas revela a vertigem da natureza enorme que acalenta no trabalho maravilhoso [...] A Primeira República trazia na sua estrutura, as lacunas indeléveis, que Nabuco previu, mas os braços armados mudaram o nosso destino e rasgaram,

170 Disponível em: https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/download/18966/13779.

> de rojão, os sistemas incongruentes e bastardos (Bastos, 1931, p. 25).

Estas palavras, além de exaltar o caboclo amazônico como preponderante para a raça brasileira, revelam seu envolvimento no golpe de 1930. Durante um dos levantes, é detido pela força pública da cidade de Bragança e com a consolidação do golpe, é indicado a ocupar diversos cargos nas juntas militares que surgiram após o golpe, desempenhando funções como chefe de gabinete de Joaquim Cardoso Magalhães Barata (1888-1959) que fora nomeado interventor federal. Quando chefe de gabinete, Bastos teve como assistente do cargo, Dalcídio Jurandir, que no período em questão tinha cerca de 22 anos de idade. No entanto, ao testemunhar de perto a repressão resultante do próprio golpe que ajudou a liderar, sendo dúbio, Bastos afastou-se da relação, optando por se unir à Aliança Nacional Libertadora (ANL) que tinha como presidente Luís Carlos Prestes (1898-1990). Após um período de atividades políticas, foi eleito deputado federal pelo Partido Liberal do estado do Pará (Figueiredo, 2022).

A mudança política não ocorreu sem consequências. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, foi decretado estado de guerra e Abguar Bastos foi preso, passando mais de um ano na prisão. Ele enfatiza que sua consciência sobre a "Revolução" de 1930 foi moldada por ideais de liberdade, direitos das mulheres ao voto, voto secreto e a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Segundo ele, esses princípios o atraíram para o movimento revolucionário. A vida e as experiências do autor são testemunhos marcantes de sua época, refletindo seu engajamento político e contribuições para a literatura e a sociedade[171]. Sua trajetória oferece uma visão incomum das mudanças sociais e políticas que moldaram o Brasil do século XX.

Segundo Pierre Bourdieu (1996) em *A ilusão biográfica,* romancistas e historiadores buscam, no decorrer de suas colocações autobiográficas, construir as narrativas de suas realizações pessoais, ou seja, do ponto de vista de suas experiências, de maneira que faça sentido com os eventos históricos de sua

171 Devido ao limiar entre história e literatura, autores da teoria literária e da historiografia devem ser considerados neste estudo. Antonio Cândido, assim como Sidney Chalhoub, ajudam a pensar as relações entre literatura e sociedade. Ver: CANDIDO, Antônio. Literatura e sociedade. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006; CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis – historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

época. Mesmo que os limites espaciais deste recorte seja a década de 1920 e o início da década de 1930, é interessante citar, nesta apresentação de Abguar Bastos, seu envolvimento com diversas associações, como o Instituo Histórico e Geográfico de São Paulo, da associação Brasileira do Folclore, membro fundador da União Brasileira de Escritores. Além disso, foi deputado federal pelo antigo Partido Trabalhista Brasileiro - pelo Pará em 1934 e por São Paulo em 1955 -, militante da Frente Parlamentar Nacionalista, exerceu o cargo de representante diplomático do Brasil em Varsóvia. Atuou, assim, como romancista, poeta, folclorista, sociólogo, historiador, conferencista, teatrólogo, jornalista, tradutor, político e administrador, tendo recebido diversos prêmios, como a Medalha de Mérito Cultural do MEC, a Medalha Imperatriz Leopoldina, Prêmio Intelectual do Ano de 1987 (Troféu Juca Pato) (Jornal da UBE. No 100 - Outubro/2002, p. 8), no qual proferiu as seguintes palavras:

> O escritor não é um negociante de idéias. Não é um mercador de ilusões, mas autêntico anunciador das boas-novas e, ao mesmo tempo, o que tem a coragem de protestar contra as tiranias, de denunciar explorações e usurpações, e o que tem o compromisso social de marchar na vanguarda das transformações (Jornal da UBE. No 100 - Outubro/2002, p. 9).

O contexto cultural belenense dos anos 1920 foi marcado por uma cena literária e artística fortemente influenciada pelo modernismo e impulsionada por uma busca de identidade cultural regional que se destacasse das influências europeias predominantes desde a *Belle Époque*, e pelo espaço à parte que tiveram no modernismo nacional. O regionalismo foi um dos traços distintivos do movimento modernista centrado na região norte. Os literatos locais da época buscavam resgatar as particularidades culturais, históricas e geográficas da região amazônica e do Pará em particular. O conceito de "cultura" como um processo social que cria "modos de vida" específicos e distintos, o empenho dos modernistas em expressar as peculiaridades culturais e identitárias da Amazônia por meio da literatura e das artes.

Os autores buscaram, através da literatura, uma forma de registrar, refletir e comunicar as questões culturais e sociais atreladas ao local e regional. O contexto cultural dos anos 1920 em Belém também pode ser compreendido

à luz do enfoque no trabalho e na história material, bem como a questão da língua e da linguagem, que foram fundamentais na expressão da cultura regional belenense. Esses modernos se voltaram para as formas locais de língua e dialeto, o chamado léxico amazônico, buscando uma expressão autêntica e singular que refletisse a cultura vivenciada neste espaço (Williams, 1979).

A década de 1820 seria tomada pelos modernistas como ponto de partida mitológica para a construção de uma nova identidade nacional no Brasil. Isso ocorreu cem anos depois, não apenas de forma política, mas também na literatura. Nos anos de 1920, os escritores paraenses seguiram um caminho semelhante, aproximando-se do Brasil, contribuindo, debatendo e, ao mesmo tempo, propondo a formação de uma nova identidade nacional com uma perspectiva regional do norte. A partir disso destaca-se a importância de uma publicação coletiva dos jovens escritores paraenses em homenagem ao centenário da independência como um exemplo marcante desse processo de construção da identidade nacional. Isso sugere que eventos históricos e literários desempenharam um papel fundamental na definição da identidade brasileira ao longo do tempo.

Aldrin Moura Figueiredo (2012) percebe que, para os literatos do sul do país, o lugar da Amazônia no modernismo brasileiro não estava ligado ao centro intelectual, mas ao imaginário da fábula, do folclore e do misticismo, elementos necessários para o desenvolvimento da identidade cultural brasileira ligada às raízes da pátria. Foram essas elucidações que levaram os autores Raul Bopp e Mário de Andrade a viajarem para a Amazônia em 1921 e 1927, respectivamente, em busca de inspirações. Suas viagens foram ponto chave para que escrevessem, respectivamente *Cobra Norato* e *Macunaíma*, obras de referência para o modernismo nacional e que posteriormente De Andrade também teria sua publicação de *O Turista Aprendiz*.

Os modernistas locais, em oposição aos moldes do século XIX, agora tinham como perspectiva um resgate cultural para com a região, suas posições demarcavam o regionalismo que acabou por ganhar projeção nesse momento, as novas ideias desvincularam qualquer vestígio de cultura que poderia vir das elites ou do que era acima dos trópicos.

A cena literária de Belém dos anos 1920, que também debatia sobre arte, política e mundanices, estava dividida em dois círculos. O primeiro, deno-

mina-se a Academia ao Ar Livre, que além de outros autores, contou com a participação de Abguar Bastos, Clóvis de Gusmão, Braguinha, Proença, Orlando e Nunes Pereira. O outro grupo era liderado por Bruno de Menezes, a Academia do Peixe Frito. Estes se reuniam no Ver-o-Peso e ficaram conhecidos assim

> [...] devido a origem modesta de seus membros e ao tira gosto que acompanhava as discussões, de visão mais popular e engajada de cunho anarquista, cujas críticas também se faziam em relação sofisticação dos encontros literários em cafés, à moda parisiense (Galvão Junior, 2020, p. 218).

A partir da união destes dois grupos citados, em 1921 convém a criação dos Vândalos do Apocalipse, que a intenção deste grupo era "destruir para criar". Os autores atuantes eram Ernani Vieira, Jacques Flores, Paulo Oliveira, Abguar Bastos, De Campos Ribeiro, Clóvis de Gusmão e tinha como diretor Bruno de Menezes. O grupo também possuia como ideal um novo projeto de nação a partir de uma nova perspectiva literária que ligava uma nova identidade nacional a partir do norte (*Ibid.*, p. 218).

Bastos, em 12 de julho de 1924, na Revista *Belém Nova*, dá sua impressão pública sobre este grupo, identificando Bruno de Menezes como "Ulysses a construir jangadas para fugir de Ogigya", De Campos Ribeiro como um "eterno Pierrot", Paulo Oliveira como o cavaleiro que fura "o próximo com a ironia de sua lança" e Clóvis de Gusmão como "bárbaro", mas os agrupa como "Toda essa gente que tem o coração dentro da cabeça e a cabeça dentro do infinito, toda essa gente que bebe ambrosias em vez de uvas e come pétalas em vez de tâmaras com um grande estômago espiritual" (Bastos, 1924, p. 26).

É importante colocar que os literatos e folcloristas que antecederam este movimento, ou seja, do final do século XIX e início do século XX, eram díspares dos autores da década de 1920, dos Vândalos, isso porque "sua intenção (da velha guarda) era coletar e resgatar histórias, lendas e costumes para, assim, matar, apagar, cristalizar, fundar, rememorar frente os novos tempos" (Figueiredo, 2009). As diferenças políticas do foco interpretativo dos "novos" e dos "velhos" acaba por se ofuscar quando ambos notam, que naquele pre-

sente, o problema seria a questão da regionalidade ou da emergência de uma literatura amazônica que tivesse seu reconhecimento nacionalmente. Ou seja, a visibilidade regional. Um ponto crucial para a jornada intelectual de Bastos foi seu envolvimento com esses grupos. As primeiras impressões intelectuais de Bastos foram idealizadas nesse contexto, resultando em uma perspectiva única que posteriormente influenciou suas obras literárias.

As explorações pelo interior da Amazônia, além de influenciarem Mário de Andrade e Raul Bopp, também desempenharam um papel significativo na vida de Bastos. Embora essas excursões de Bastos ao interior da Amazônia não tenham sido originalmente orientadas pela literatura, as viagens contribuíram de maneira inesperada para o enriquecimento de suas criações literárias, incluindo os romances citados neste trabalho. Essas viagens resultaram diversas literaturas, entre elas alguns de seus principais romances que tratam da região amazônica; *A Amazônia que Ninguém Sabe* de 1930, que em seu próximo volume teve seu título ressignificado para *Terra de Icamiaba* que tem como herói o Bepe, que luta em seu contexto (regional e histórico) contra os exploradores da selva e funda a República das Icamiabas, um herói amazônida político. O romance de 1937, *Safra*, dado como uma sátira para Mário de Andrade representando sua viagem pela Amazônia em 1927 e ainda uma novela, *Somanlu - o viajante da Estrela*, de 1958 que traz uma narrativa perpassando pelos folclores amazônicos e suas representações estéticas.

Já a participação do supracitado autor no movimento modernista teve grandes relevâncias, sua breve participação na *Revista de Antropofagia*, com um breve poema intitulado *Poema*, pode ser entendida como sua mais rápida aparição em todo o movimento antropofágico (paulista), mas não pode-se dizer o mesmo quando se pensa nos periódicos e revistas paraenses, já que foram extensas e vastas suas publicações nas revistas *Belém Nova, Guajarina* e *A Semana* (Galvão, 2020).

Segundo Paulo Nunes Vânia Costa (2023), o grupo liderado por Dalcídio Jurandir e Bruno de Menezes, do qual Bastos fazia parte, desempenhou papel significativo ao desafiar as construções culturais de sua época e ao apresentar uma perspectiva diversa da região amazônica. Buscaram se desapropriar do olhar tradicional, que costumava retratar apenas a elite branca e privilegiada da sociedade da *Belle Époque*. Ao introduzir vozes periféricas e destacar a

negritude, eles transformaram a maneira como a Amazônia era percebida na literatura e na cultura. Esses autores eram militantes tanto na literatura quanto na política, seus escritos refletem uma consciência crítica das desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais presentes na realidade.

Uma característica marcante dessas narrativas é a desconstrução da visão hegemônica da Amazônia. Em vez de retratar as vozes periféricas como subalternas, os autores as apresentam como partes de um jogo complexo de correlações de forças, onde os personagens têm suas histórias, memórias e resiliência. Essa abordagem oferece uma representação mais completa e autêntica da região e de suas gentes, desafiando os estereótipos. Em 1924, Abguar Bastos publica na revista *Belém Nova,* n. 22, uma homenagem destinada a Paulo de Oliveira, onde evidencia, a partir de expressões artísticas e literárias, até a preservação de uma interação específica entre os poetas, que ao fim, expõe seu sentimento de saudades do supracitado autor (Bastos, 1924).

Na coluna de n. 24 é a vez de mencionar De Campos Ribeiro, nesta carta, Bastos expressa uma profunda conexão emocional e admiração pela escritura do destinatário. Utiliza uma linguagem poética e simbólica para descrever suas próprias experiências, destacando a importância de apreciar pequenos detalhes na vida, como lágrimas e estrelas. Ele elogia a honestidade e a poesia infinita de De Campos Ribeiro, compartilha mensagens de terceiros que falaram sobre o trabalho do destinatário e menciona a publicação de *Bailado Lunar,* do poeta Bruno de Menezes. Expressa saudades e o desejo de comemorar juntos, além de refletir sobre o valor do recomeço na vida. A carta é uma demonstração de amizade, respeito e reconhecimento entre os dois poetas, buscando compartilhar experiências e fortalecer os laços literários (Bastos, 1924).

Revelam, ainda, a importância dos encontros sociais e culturais que ocorriam nos ambientes informais, como os encontros regados "a cachaça e peixe frito". Esses momentos proporcionavam um espaço para que os intelectuais periféricos de Belém pudessem compartilhar ideias, discutir questões sociais e políticas, e colaborar para ressignificar a história da Amazônia. Tais encontros influenciavam suas criações literárias, enriquecendo as narrativas com perspectivas únicas. Esses autores contribuíram para a formação deste "Modernismo plural", expandiram os horizontes do movimento ao trazerem vozes e experiências marginalizadas para o centro da cena literária. Dessa forma, suas obras não apenas inovaram esteticamente, mas também abriram espaço para

uma compreensão mais completa e inclusiva da cultura e da história amazônica (Nunes; Costa, 2023).

A década de 1920, especialmente entre os anos de 1923 e 1928, foi essencial para a construção do pensamento literário e político de Abguar Bastos por meio de manifestos que viriam a ser implementados e defendidos em seus romances. Segundo Figueiredo (2012), em 1928 o estado do Pará vivia um período de perseguição e repressão pela administração pública do estado, tinha como principais alvos jornais e jornalistas da oposição, com a forte censura, a imprensa local era alvo dos agentes repressivos, bem como os jornais *O Estado do Pará* e a *Folha do Norte*. Figueiredo coloca que fora nesse contexto de perseguição que Bastos traz a público seu manifesto de 1927-8, *Flami-n´-assú: manifesto aos intelectuais paraenses*.

Em dados momentos, escândalos que envolviam concessões de terras do estado às elites locais, aos amigos de Bentes e empresas que eram ligados a administração do estado, vieram à tona, o escândalo foi exposto pelo jornal *O Estado do Pará* e posteriormente alavancadas pela revista *Belém Nova*, Figueiredo coloca que Paulo de Oliveira foi chicoteado por desconhecidos e as marcas do crime foram expostas na revista. É nesse contexto exato em que se trafegava do Acre ao Pará o manifesto que combinava "erudição literária, léxico amazônico, e desafogo político, *Flami-n´-assú* de Abguar Bastos" (Figueiredo, 2012, p. 102).

Em agosto de 1928 a revista que havia se acanhado pelas ebulições políticas e pela repressão, reacende pelos ecos do manifesto do folclorista que engaja os literatos do norte a buscarem a independência pelos limites da literatura e pelos aspectos da identidade cultural, evidenciando que o rompimento da ligação da literatura nacional com o movimento anterior, europeu parnasiano, não estava rompido por completo pois a herança do colonialismo já estava mais do que escancarado na gestão de Bentes, ou seja, Bastos ainda via na literatura e na identidade cultural regional essa ligação.

Os outros autores envolvidos no movimento da estética Flami-n´-assú, buscaram, cada um com seu modo se encaixarem nesse novo molde, assim como o próprio autor e idealizador, deixa um livro que reflete ao manifesto, *A Amazônia que ninguém sabe*. Eneida de Moraes com *Terra Verde*, ambos, segundo Figueiredo, publicados em 1929, assim que *Belém Nova* foi extinta, até mesmo Bruno de Menezes haveria aderido à nova estética (Figueiredo, 2012).

Referências

BASTOS, Abguar. À geração que surge. Belém Nova. n. 5. Belém, 10 de novembro de 1923.

BASTOS, Abguar. **Flami-n´-assú**: manifesto aos intelectuais paraenses. Belém Nova. n. 74. Belém, 15 de setembro de 1927.

BASTOS, Abguar. **Terra de Icamiaba**. Rio de Janeiro: Andersen-Editores, 1934.

BASTOS, Abguar. Formação do Espírito Moderno. *In:* CAVALHEIRO, Edgard. **Testamento de uma geração.** Porto Alegre: Edição da livraria do globo, 1944.

BASTOS, Abguar. Poema. **Revista de Antropofagia.** São Paulo, mai. 1928, Anno I, Número I.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. v. 8, p. 183-191, 1996. *In:* AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral.** (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis – historiador.** São Paulo: Companhia das Letras.

CARNEIRO, Caio Porfírio. **Perfis de memoráveis** – Autores brasileiros que não alcançaram o terceiro milênio, RG Editores, São Paulo/SP, 2002.

FGV FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (ed.). **Abguar Bastos Damasceno**. https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/abguar-bastos-damasceno. Acesso em: 06 mar. 2023

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. De pinceis e letras: os manifestos literários e visuais no modernismo amazônico na década de 1920. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 9, n. 2, 2016.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Flami-n'-assú: Manifesto E Perspectivismo Amazônico No Modernismo Brasileiro Na Década De 1920. **Revista de História.** São Paulo, 2022, 1-22.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Os vândalos do apocalipse e outras histórias**: arte e literatura no Pará dos anos 20. Belém: IAP, 2012.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; GALVÃO JUNIOR, Heraldo Márcio. **Revistas No Front:** Aproximações Entre Belém Nova e Revista De Antropofagia Por Meio De Manifestos Na Década De 1920. Antíteses, 2019, 166.

GALVÃO JUNIOR, Heraldo Márcio. **No estômago, de avestruz, azia**: Abguar Bastos e o modernismo antropofágico. *In*: FERREIRA, Arcângelo da Silva. Nas curvas do tempo: história e historiografia na Amazônia em debate. Manaus: Editora UEA, 2019.

GALVÃO JUNIOR, Heraldo Márcio. **Quem não pode morder não mostra os dentes:** modernistas e antropofágicos entre São Paulo e Belém do Pará nos anos 1920. 2020. 326 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Pará, Belém, 2020.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

NUNES, Paulo; COSTA, Vânia M. T. **Academia do Peixe Frito e outros Modernismos**: narrar como artimanhas. Asas da Palavra, (UNAMA), v. 19, p. 36-53, 2023.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. **Um outro herói modernista**. Tempo social, v. 20, p. 175-196, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,[1971], 1979.

A luta pela abolição na imprensa do RN e as contradições entre discurso político e a prática social (1883-1885)

Kleber Sousa[172]
José Roberto Pinto Santhiago[173]

Resumo

A partir de um processo de constantes transformações na Sociedade Imperial, alguns eventos, entre 1883 e 1885, marcaram o período político no império: a abolição da escravidão em Mossoró, na província do Rio Grande do Norte, a abolição no Ceará e a formação e queda do Gabinete Dantas. Tais fatos não passaram despercebidos da imprensa do Rio Grande do Norte, que os repercutiu. Este estudo – ainda em andamento - visa dar visibilidade a alguns artigos que foram publicados no período nos jornais "Correio de Natal" e "Actualidade", apoiadores das ideias do Partido Conservador, e "Liberdade" e " O Liberal", apoiadores das ideias do Partido Liberal. Tal imprensa denotava os interesses de ambas as vertentes em esposar a defesa da abolição, em circunstâncias, ritmos, condições e interesses diferentes. Na imprensa da época travou-se dura batalha de opiniões, sobretudo a partir do plano de governo do Gabinete Dantas. O presente estudo advém de pesquisa que visa, também, entender possíveis contradições entre o discurso e a prática social de determinadas personalidades históricas, a exemplo de Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti que, ao mesmo tempo em que se tornara uma referência política dos liberais norte-rio-grandenses, também era proprietário de escravos. A partir do suporte teórico de Pierre Bourdieu, quanto ao conceito de campo de poder, e de François Hartog, que pesquisou como os historiadores podem enfrentar a escolha entre memória e história, este estudo também busca compreender como a imprensa de determinada época relatou eventos políticos de seu interesse a fim de criar situações que visavam objetivos ora econômicos, ora políticos ou ideológicos.

Palavras-chave: Escravidão; Abolição; Imprensa; Partidos; Personalidades.

172 Administrador (UFRN), Historiador (UFRN), Mestre em Engenharia da Produção (UFRN) e Doutorando em História pelo PPGH/UFRN.

173 Historiador (UFRN), Advogado (UFRJ), Perito em Crimes Digitais e Pós-graduando em Jornalismo Investigativo.

Introdução

O que estamos tratando? Como a história registrada nas páginas dos periódicos oitocentistas, na província do Rio Grande do Norte, nos indica os interesses variados presentes em uma sociedade complexa, próxima ao fim da escravidão e da monarquia brasileira. Destaca-se que o período de 1883 a 1885 foi de constantes transformações na sociedade imperial. Dá-se relevo a três eventos (a abolição da escravidão em Mossoró, em 1883, na província do Rio Grande do Norte, a abolição no Ceará, em 1884, e a formação e queda do Gabinete Dantas, entre 1884 e 1885) para indicar a complexa conjuntura na qual convergiram e divergiram interesses, tanto econômicos quanto políticos, sociais e abolicionistas.

Tratar o conteúdo de periódicos[174] como fonte histórica, por si só, já apresenta sérios desafios ao historiador, quanto mais quando se cotejam jornais de diferentes tendências que visavam atingir diferentes, senão antagônicos, interesses. Em meio a essa seara de interesses, destacaram-se personalidades que buscaram ou se conformar com a situação de poder, em determinado instante da política, ou se insurgir contra tal situação. É interessante, pois, conhecer um pouco daquelas personagens que estiveram, tanto na situação quanto na oposição, relacionadas ao governo e à luta abolicionista. De modo mais focalizado, ainda, é analisar como os discursos da época apresentavam-se contraditórios entre a linguagem pública e a ação social efetiva. Daí o porquê da pesquisa quanto a Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, bacharel em Direito, que chegou a presidir a Assembleia da província do Rio Grande do Norte em quatro oportunidades (1857-1860-1862-1868), e que teve uma atuação em vários campos da sociedade.

A complexidade da vida política da província estava inserida em complexidades maiores, como é o caso da conjuntura política da Corte no Rio de Janeiro. Assim, é dado destaque à formação e à queda do Gabinete Dantas, inquirindo sobre as fontes – se possível - em que medida tal gabinete político de governança influenciou o movimento abolicionista e sua antítese, a reação dos grandes proprietários de terras e de escravizados.

De fato, como a pesquisa ainda está em andamento, muitas perguntas têm sugerido outras mais, o que de certo modo indica a necessidade de mais

174 Nota dos autores: todas as edições dos periódicos citados neste artigo estão disponíveis na Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional. Acessível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/.

estudos e do aprofundamento das fontes, sobretudo daquelas que ainda não foram digitalizadas e, por isso, não estão acessíveis ao público e ao historiador de maneira franca.

O desafio de pesquisar em fontes jornalísticas do oitocentos

A partir de um projeto de extensão, junto à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (PPGH/UFRN), os autores executaram a digitização do periódico "O Mossoroense" do período de 1872 a 1875, cujo resultado em arquivos PDFs foram disponibilizados ao Laboratório de Estudos de História Social – LEHS do Departamento de História da UFRN. Este trabalho em meio aos jornais – alguns deteriorados, outros inexistentes, outros ainda impossíveis de serem tratados para digitização – se deu no ambiente do Museu Municipal Lauro da Escócia, na Cidade de Mossoró/RN. Além do projeto de extensão de digitização de jornais regionais do fim do império, também foi foco da pesquisa o estudo sobre os temas: jornal, política, campos de poder, a fim de embasar com novas fontes a programação de doutorado de um dos autores e também, de outro lado, preparar o material para a propositura de projeto para mestrado para o outro autor.

Ao analisar conteúdos de artigos, anúncios, notas sociais e outras partes dos exemplares, defrontou-se com a possibilidade de cruzamento entre os discursos e as práticas sociais. Muitas vezes se nos apresentam como antagônicas à primeira vista. Contudo, ao contextualizar as fontes, percebeu-se que a imprensa daquele período refletia a conjuntura de conflito político e social que estava perpassando a sociedade brasileira, notadamente nas capitais provinciais.

É sabido que a fonte histórica, representada pelos jornais, necessita do crivo crítico do historiador, na medida em que – ao tempo em que produzem informação – apresentam-se como veiculadores de opiniões e modos de ver o mundo. Por isso, necessário o trabalho de análise, tanto interna quanto externa, da fonte "jornal" a fim de se buscar compreender em que contexto social, político e econômico e sob quais interesses operava o "Jornal", como empresa/instituição, e o "jornal" como produto cultural conformador de um determinado discurso (Barros, 2022).

Seguindo o entendimento de Barros (2002), também se faz necessário comparar um determinado jornal com os demais concorrentes, a fim de se

apurar quão independente é de fato a postura política de um periódico. Assim, nesta pesquisa estão sendo comparados os conteúdos dos jornais "Correio de Natal" e "Actualidade", apoiadores das ideias do Partido Conservador, e "Liberdade" e " O Liberal", apoiadores das ideias do Partido Liberal. Também estão sendo analisados exemplares de vários outros jornais para se ter uma ideia do contexto da sociedade provincial no Rio Grande do Norte no período estudado, a saber: Gazeta do Natal, Boletim da libertadora norte Riograndense, O Macauense, A República, Brado Conservador, O Povo, Albatroz, O Cascabulho, O Conservador, A Ideia, O Alvissareiro, A Reforma, A Luz, A Juventude e Echo Juvenil.

A leitura em jornais existentes na Corte no Rio de Janeiro permite depreender que a imprensa brasileira no período estava entranhada em uma aguerrida luta política e ideológica, dentro da qual se inseria o movimento abolicionista. Não eram raros, também, os ataques pessoais contra esta ou aquela personalidade política. Tais ataques, via de regra, tinham o objetivo de ridicularizar e desautorizar políticos que estavam, em alguma medida, atrapalhando os interesses do grupo político rival.

Essa situação e os fatos (destacados em Mossoró, no Ceará e quanto ao Gabinete Dantas) não passaram despercebidos da imprensa do Rio Grande do Norte, que os repercutiu. Ao dar visibilidade a alguns artigos que foram publicados no período nos jornais do RN, será possível – acredita-se – demonstrar que a imprensa local, mesmo defendendo os interesses próprios de cada vertente política, passou a esposar a defesa da abolição, mesmo que em circunstâncias, ritmos, condições e buscando interesses diferentes.

Além da pesquisa em jornais, estão sendo pesquisados artigos especializados, catalogados e/ou publicados em revistas e sites especializados sobre a temática do Brasil Império para permitir o cotejo com outras fontes.

A Abolição em Mossoró–RN

A partir da instalação da Sociedade Libertadora Mossoroense (Rolim *et al.*, 1977. p. 24) em 6 de janeiro de 1883, publicado pelo jornal cearense "O Libertador" nos dias 18 e 19 de janeiro do mesmo ano, ganhou força o movimento pela concessão de alforrias aos escravizados que viviam em Mossoró. Tal Ata encontra-se referenciada por Luís da Câmara Cascudo em "Notas e

documentos para a História de Mossoró", na Coleção Mossoroense, à disposição no acervo virtual Oswaldo Lamartine de Faria.

Em 11 de agosto de 1883, em missiva destinada aos redatores do "Libertador", o pseudônimo "O último dos Gracos" exaltava os cidadãos mossoroenses à preparação do "grande serviço à causa da Liberdade", pois a data da abolição estava próxima. Ao mesmo tempo, o subscritor anônimo denunciava o fato de que a

> Cidade, que tem sido, desde a exaltação do atual quixotesco governo, alvo de quantos caprichos se têm agasalhado nos cascos dos capangas do Amaro Bezerra, por não terem conseguido amolgar o independente eleitorado do Município, há de provar aos imortais brasileiros das outras cidades nacionais, que aqui também há coragem, hombridade e patriotismo (Rolim *et al.*, 1977, p. 62).

De fato, o clima efusivo quanto à libertação foi tomando conta de toda a cidade. Em 30 de setembro de 1883, a Câmara Municipal de Mossoró proclamou a Abolição dos Escravizados de Mossoró. "Na edição de 30 de setembro, "O Libertador" do Ceará dedicou a Mossoró a publicação do poema Ao Acarape do Rio Grande do Norte" (Rolim *et al.*, 1977, p. 24).

> Mossoró Livre! (30 de setembro de 1883).
> O quadro é negro! Que os fracos
> Recuem, cheios de horror!
> A no's herdeiros dos Grachos,
> Traz a desgraça valor!
> ..... A Liberdade
> He, como a hydra, o Anteo;
> Se no chão rola sem forças,
> Mais forte do chão s'ergueo"
> *Castro Alves*

Em 24 de outubro de 1883, o "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro, especulava que "já deve ter chegado a esta corte a notícia da solene libertação do município de Mossoró. Desde o memorável dia 28 de setembro do corrente ano deixou de haver ali um só escravo".

Pode-se perceber que a abolição em Mossoró foi uma vitória específica daquela sociedade. Contudo, é possível compreender o fim da escravidão em todo o país como um processo multifacetado, em pleno curso. Assim, entende-se que a abolição em Mossoró se configura como um evento importante da luta pela liberdade dos escravizados, tal como sucedeu em diferentes partes do Brasil, durante o século XIX, contando com a ajuda dos jornais que faziam eco em diferentes locais, extrapolando muitas vezes a sua territorialidade explícita.

A Abolição no Ceará

Acredita-se que, no mesmo processo que se dava em diferentes partes do país, a Abolição do Ceará foi um importantíssimo passo para desmoronar a instituição da escravidão como "algo necessário", sem a qual "a produção brasileira iria ser colapsada". Em 25 de março de 1884, o "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro informava que "amanhã ao meio-dia será realizada a grande solenidade oficial da redenção no Ceará". "Com o título Vinte e Cinco de Março, a corporação tipográfica da Gazeta de Notícias publicou e distribuiu gratuitamente uma folha, de quatro colunas por página, em homenagem à heroica província do Ceará, contendo artigos de prosa e verso de vários e conhecidos escritores". Destaque para a informação de que o "Senhor Alberto Pires reuniu em folheto, sob o título A Festa da Liberdade, versos abolicionistas feitos em homenagem à província do Ceará".

A Abolição no Ceará partiu da libertação dos escravizados em vários municípios, alcançando em março de 1884 a totalidade da Província, daí que se pode dizer que foi o primeiro Estado, no linguajar e conceituação atual, que promoveu a Abolição. Em 25 de março de 1884, o "Libertador" do Ceará, na primeira página do periódico, fez uma exaltação à libertação total dos escravizados. O jornal chegou a publicar uma tabela contendo todos os municípios, a respectiva data de libertação e a quantidade de escravizados existentes em 1881, a fim de apurar aproximadamente os quantitativos de pessoas que receberam alforria.

O "programa" do Gabinete Dantas

O Gabinete Dantas foi um ministério composto por políticos do Partido Liberal. Sua composição assumiu o encargo de governança em 6 de julho de 1884. Foi dissolvido em 6 de maio de 1885. O Presidente do Gabinete

foi Manuel Pinto de Sousa Dantas. Sua duração foi de 334 dias. Como se pode notar, o início das atividades do gabinete se dá pouco tempo depois da Abolição em Mossoró e no Ceará. Depreende-se que o gabinete já começou suas funções sob a pressão do movimento abolicionista, que à época tinha presença na literatura, nos jornais, nos discursos no parlamento, nas ruas e mercados, entre os próprios escravizados.

Segundo Santos (2023, p. 188-202), pode ser sintetizado da seguinte maneira o programa de governo que o Gabinete se propunha a implementar: Localizar e registrar o elemento servil; Aumentar os recursos do Fundo de Emancipação; Libertar os escravos com 60 anos de idade ou mais; Assentar os libertos em terrenos desapropriados às margens das estradas de ferro e dos rios navegáveis; Reformar as legislações comerciais, hipotecárias e de locação; Regularizar o casamento civil; Promover a imigração.

A reação dos grandes proprietários se fez sentir conforme publicado no jornal "Brazil", de 8 de agosto de 1884, conclamando os conservadores "laboriosos" e ordeiros a defenderem a pátria daquilo a que chamavam de "revolucionários" e "anarquistas". "É importante ressaltar a capacidade de articulação dos setores conservadores" (Santos, 2023, p. 201). No parlamento, de maioria conservadora e escravista, os debates se intensificaram de modo contrário ao "programa Dantas". Dom Pedro II, em julho de 1884, dissolveu a Câmara e convocou eleições.

Amaro Carneiro Bezerra Cavalcante

Em recente pesquisa realizada sobre personalidades ilustres do período na província do Rio Grande do Norte, Sousa (2024, p. 171) destaca em micro biografia a pessoa de Amaro Cavalcante, nos seguintes termos:

> Nasceu em Recife (1825) e faleceu no Rio de Janeiro (1890). Tornou-se bacharel em direito em Olinda (1847). É nomeado Promotor Público da Comarca de Maioridade (Martins) em 1848. Juiz de Direito em São José de Mipibu, foi eleito Deputado Provincial em 1852. Cinco vezes Deputado Provincial e sete mandatos de Deputado-Geral (Federal). Presidiu a assembleia em

> quatro oportunidades (1857-1860-1862-1868). Foi conservador e depois liberal. Em Natal criou vários jornais a saber: "Dois de Dezembro", "O Correio Natalense", "O Liberal", "O Liberal do Norte" e, por fim, "A Liberdade", nome sobremodo sugestivo para o ferrenho abolicionista que era. Elegeu-se Deputado Provincial em várias legislaturas e representou o Rio Grande do Norte na Câmara dos Deputados do Império.

Traçar a trajetória individual de personalidades políticas do passado imperial em nosso país é um dos grandes desafios para a historiografia brasileira contemporânea, seja enquanto resposta à avalanche de biografias escritas por profissionais outros que não historiadores, seja pela necessidade de se adequar a pesquisa sobre o indivíduo aos ditames da metodologia científica.

Recuando a pesquisa a 1875, o jornal "O Liberal" noticiava, em 9 de julho, em nota explicativa a quantas andava o processo em que o Dr. Amaro era réu em uma ação civil na Ilha Bela. No tocante à execução de seu patrimônio, discutia-se a disponibilização de pessoas escravizadas, inclusive menores de 12 anos. Ao cabo, o Supremo Tribunal de Justiça, em 1880, fazia publicar em sua Revista "O Direito" (STF – Revista Mensal de Legislação, Doutrina e Jurisprudência, 21º volume – janeiro/abril) acórdão no qual se extinguia a tal execução, dando ganho de causa assim ao Dr. Amaro Bezerra.

Em 1876, o Dr. Amaro publica no "O Liberal", de 1 de outubro, carta endereçada ao Ministro da Justiça reclamando de perseguição política haja vista ter sido denunciado por maus tratos – "castigo imoderado" - aos seus escravizados. Ao mesmo tempo, indica que a denúncia é resultado de sua negativa a negociar sua candidatura ao senado. Em 28 de outubro do mesmo ano, "O Liberal" publica como P.S. (*Post Scriptun*) uma nota dando conta de que

> [...] acabo de saber que duas testemunhas inquiridas declararão ter visto no engenho Ilha de Maranhão [...] a minha escrava fugida, a que meus inimigos querem atribuir a ossada que acharão, ou mandarão atirar nos mangues, para lançarem sobre mim a horrenda e infame imputação de haver eu mandado matar e conduzir para aquele esconderijo impenetrável.

Ao mesmo tempo em que Amaro Cavalcanti era uma referência política dos liberais norte-rio-grandenses era também proprietário de uma escravizada, à qual castigou por suposta fuga, roubo e "agressão à sua senhora". Em 1884, o Dr. Amaro está consolidado como uma das principais lideranças liberais na província do Rio Grande do Norte. Dessa maneira, há que se buscar compreender as diferenças entre os discursos políticos em prol da "liberdade" e a prática política efetiva dos homens daquele tempo.

A pesquisa continua a aprofundar a análise dos jornais do período. De fato, na imprensa a luta política e ideológica, não raras as vezes, descambava para o lado pessoal, com ameaças e desavenças radicais.

Suporte teórico para a pesquisa

A pesquisa envolve o estudo de personalidades históricas em seu contexto local, provincial, mas não exclui a análise mais geral, já que os políticos do Rio Grande do Norte se relacionavam com seus pares de outras províncias, a exemplo do Ceará pela proximidade territorial, e da Corte no Rio de Janeiro. Necessário, então, buscar fundamentação para entender como esses personagens interagiam entre si, em determinado campo de saber e de poder, como garantiam sua autoridade e como exerciam poder sobre os grupos aos quais pertenciam e, no mais das vezes, sobre toda a comunidade.

Pierre Bourdieu (2022) nos ajuda a compreender como os agentes sociais atuam em prol de seus interesses e, constroem e são construídos por seus *habitus*. Também auxilia no entendimento do conceito de campos de poder e a luta que ocorre pela dominação desses mesmos campos. Compreendendo que a Política e a Imprensa são campos a serem disputados, a análise dos jornais torna-se mais contextualizada.

De fato, o conceito de campo permite compreender como Amaro Carneiro atuava nos variados campos em que se fez presente. A pesquisa ainda está buscando rastrear o caminho percorrido por outros homens da província do RN e as suas redes de sociabilidade.

Outro aspecto da fundamentação conceitual da pesquisa refere-se ao entendimento de que os homens do passado pensavam com a cultura, os valores e visões de mundo de sua época. Neste sentido, François Hartog (2012) pode

auxiliar os historiadores a perceberem que os seres humanos vivem suas temporalidades próprias, específicas de um determinado período. Ao rejeitar a ideia de que História tem sempre um sentido previamente definido, Hartog ajuda a compreender que mesmos as historicidades e temporalidades (enquanto conceitos utilizados pelos historiadores) são criados historicamente, daí que necessitam ser contextualizados. Para este autor, o oitocentos se inclui em uma historicidade na qual a ideia de futuro determinava o modo de agir naquele presente. Isto é, os homens – sobretudo os políticos – agiam pensando no "legado de sua existência" para o futuro.

Também é contribuição de Hartog a ideia de que se necessita dessacralizar a fonte histórica, eis que a própria fonte está inserida em um determinado regime de historicidade. Há que se notar que os jornais, como sendo as fontes históricas privilegiadas nesta pesquisa, têm um "local e momento de produção" e atendem às demandas de seu próprio tempo.

Considerações finais

Os historiadores comumente têm que discernir os meandros da memória e das fontes históricas, notadamente quando se trata de pesquisar em jornais do século XIX. A imprensa da época "relatava" e opinava mais que informava, se bem que a mistura de propósitos sempre foi a tônica do jornalismo, tanto na Corte quanto nas províncias. Com efeito, a imprensa retratava e "criava" eventos políticos de seu interesse, visando determinar situações favoráveis aos seus propósitos e dos grupos que lhe davam suporte, tanto econômico, quanto político ou ideológico.

A abolição em Mossoró e no Ceará, bem como a formação e queda do Gabinete Dantas, vistos como em um cenário, têm, sob uma análise mais ampla, muito a dizer sobre o período de 1883 a 1885, momento bem próximo à Abolição da Escravidão no Brasil. A atuação de personalidades políticas, a exemplo de Amaro Carneiro Bezerra Cavalcante, político conservador que se tornou liderança liberal na província do Rio Grande do Norte, demonstra a complexidade do contexto da época, uma trajetória não linear, com clara diferenciação entre os discursos parlamentares e jornalísticos da prática social efetiva.

Analisar com crivo crítico o papel desses personagens não inibe, por outro lado, entender que havia a presença do ideário abolicionista nos mais variados

setores da sociedade, inclusive entre líderes políticos, intelectuais e membros da sociedade civil. Foram promovidos campanhas e debates sobre a necessidade de se acabar com a escravidão. Tais personagens, ao seu tempo e de sua maneira, conquistaram o apoio da maioria. Quanto a isso, há ainda o debate sobre a formação dos chamados consensos sociais. Conceito que às vezes se confunde com o de formação de maiorias políticas ou de opinião.

Os historiados buscam nas fontes compreender justamente quanto tais conceitos convergem entre si e as nuances de suas divergências. O processo abolicionista foi um pouco de tudo. Formação de um consenso político ao tempo em que se formaram, nas diversas localidades do país, maiorias de opinião a favor da abolição. Dentro deste bojo, salienta-se a atuação - nem sempre coerente - de políticos e intelectuais que, muitas vezes, aproveitaram a "onda" para ganhar notoriedade, influência e outros tipos de benesses institucionais.

Algumas conclusões preliminares da pesquisa podem ser indicadas, o que não descarta a necessidade de aprofundamento dos temas. Quanto ao movimento abolicionista, já no final dos anos 1880, os partidos Conservador e Liberal buscaram se apropriar da bandeira do abolicionismo, algumas vezes mais interessados em sua própria sobrevivência política do que na situação social e real dos escravizados. Tanto que são poucos os casos em que aparece em destaque, na imprensa política do período, alguma proposta prática para o devir da abolição, o pós-abolição.

Quanto à atuação de personalidades políticas, de ambos os lados, surgiram políticos que apoiaram o fim da escravidão, por motivos diversos. A imprensa, no período, teve intensa atividade política, ora como construtora de um ambiente de luta, ora como sendo o próprio instrumento dos conflitos.

Do confronto entre fontes as mais variadas, é possível entender que a imprensa e as instituições jurídicas (como o próprio ordenamento jurídico) foram instrumentos de exercício do poder sobre o campo político, ficando muito evidente os papeis desempenhados por dominadores e dominados. É possível perceber com clareza pela leitura dos periódicos como os grupos políticos utilizaram o discurso jurídico, quanto à ordem e ao desenvolvimento, para legitimar suas ações, muitas vezes contraditórias quanto ao próprio discurso.

Por fim, faz-se necessário aprofundar a pesquisa sobre o processo abolicionista que culminou com a Abolição, já em 1883, na Cidade de Mosso-

ró – RN. É interessante entender em que medida, a cidade – pioneira na libertação dos escravizados – contribuiu para deslanchar o processo no Ceará e em outras cidades da região, a qual hoje denominamos nordeste. E como tal processo chegou à Corte no Rio de Janeiro e se repercutiu ou influiu na promulgação da Lei Áurea.

Referências

BARROS, J. D. **O jornal como fonte histórica.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2022.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** 2a.ed. Portugal: Edições 70, 2022. (História e Sociedade).

HARTOG, F. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. [S. l.]: Autêntica, 2012. (História e Historiografia).

ROLIM, I. E. R. **A saga da abolição mossoroense**. [s. l.], n. 1977.

SANTOS, C. **Disputas políticas pela abolição no Brasil:** Nas senzalas, nos partidos, na imprensa e nas ruas. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2023.

SOUSA, K. C. de. **Os Pedreiros-Livres e a Defesa da Causa Maçônica na Província do Rio Grande do Norte no Século XIX.** NATAL, RN: Kleber Cavalcante, 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF – **Revista Mensal de Legislação, Doutrina e Jurisprudência**, 21º volume – janeiro/abril. Acessível em https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/3526/REVISTA%20COMERCIAL_9522.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 15 de fev. 2024.

Entre acomodações e contradições: breve análise de aspectos da política social da ditadura em Senador Pompeu-CE (1970-1973)

Antônio Wesley do Nascimento Martins[175]

Resumo

O trabalho estuda, a partir de pesquisa de mestrado em andamento, a articulação de políticas sociais fomentadas pela Ditadura na cidade de Senador Pompeu-CE, em meio às suas próprias contradições, entre os anos de 1970 a 1973. Analisando Atas da Câmara do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da urbe refletimos sobre a criação do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), que funcionava a partir do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL). Constatamos que as autoridades políticas locais defendiam a criação do PASEP ao passo em que ocorria atraso de salários dos funcionários públicos, e que enquanto os trabalhadores rurais discutiam seu acesso à aposentadoria problemas relacionados à posse da terra continuavam ocorrendo, fato experenciado enquanto faziam-se como classe.

Palavras-chave: Senador Pompeu; Ditadura; Políticas Sociais.

Introdução

Entre as décadas de 1940 e o início dos anos 1970 a cidade de Senador Pompeu, localizada no Sertão Central do Ceará a 272km de Fortaleza, vivenciara uma interessante pulsão econômica e social em virtude, principalmente, de sua vertiginosa produção algodoeira e a indústria de beneficiamento do chamado "ouro branco" (Cavalcante, 2002; Carvalho, 2003; Pereira, 2009; Linhares, 2012). Especificamente entre meados da década de 1960 e o início

175 Mestrando no Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Possui Graduação em História pela mesma instituição. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). E-mail: antwesley.martins@aluno.uece.br.

do decênio seguinte fora o momento em que "por força da necessidade de expansão do mercado, o desenvolvimento do capitalismo chegara a Senador Pompeu com a energia elétrica, estrada asfaltada, telefone, etc" (Nogueira Júnior, 2004, p. 86), curiosamente o momento em que o país vivenciava um profundo processo de transformações em virtude da "modernização conservadora" implementada pela Ditadura pós-64 (Motta, 2014).

Aquele processo fora bastante complexo, pois tais mudanças só foram possíveis em virtude das práticas autoritárias do período ao passo em que foram postas de forma conservadora, já que não mudara a ordem social vigente, mas aprofundara as já existentes desigualdades sociais e concentração de renda. Esse caráter paradoxal da Ditadura se explica pela mobilização de "estratégias de negociação e acomodação, para aplacar as oposições e reduzir as resistências ao seu poder" (Motta, 2014, p. 55). Assim, ao mesmo tempo em que práticas autoritárias ocorriam, uma série de políticas sociais foram mobilizadas a partir de acomodações, negociações e ambivalências para garantir legitimidade e apoio social (Motta, 2014; Luna; Klein, 2014).

Dito isto, a partir de uma pesquisa em andamento desenvolvida no Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) com fomento da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), investigamos vestígios presentes em Atas da Câmara Municipal (ACM-SP) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais[176] (ASTR-SP) da cidade que apontam tensões relacionadas à implementação da política social da Ditadura, especialmente no que consiste a criação do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) no setor do serviço público e, no ano seguinte, do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) para ofertar aposentadoria aos trabalhadores do campo a partir do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL).

O PASEP em meio à atrasos nos vencimentos municipais

Escrutinando o acervo da Câmara Municipal da cidade, notamos que em Sessão realizada na data de 14 de maio de 1971 o então Prefeito Francisco Mineiro, filiado ao diretório local da Aliança Renovadora Nacional (ARE-

176 Ao que parece, o Sindicato foi criado em 1965 e institucionalizado em 1967.

NA) e no primeiro ano de seu "mandato-tampão" (NOGUEIRA JÚNIOR, 2004)[177], aparentemente enviara aos edis uma correspondência denominada "Mensagem Nº 03/71" (ACM-SP, 14/05/1971). Aquela viera acompanhada, em seu anexo, de alguns Projetos de Leis a serem analisados, dentre os quais, o interessante "Projeto de Lei Nº 05/71" (ACM-SP, 14/05/1971, grifo original) que dizia o seguinte:

> [...] fixa a contribuição do Municipio para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, que entrará em vigor em todo território Nacional, a partir de 1º de julho, vindouro, conforme Lei Complementar Nº 8. Trata-se de uma medida das mais corajosas e inovadoras já tomada pelo Governo Revolucionário Brasileiro, no campo das Reformas Sociais e êste Municipio não pode nem deve furtar-se de dar sua modesta colaboração, pois acima de tudo, trata-se de uma medida que virá beneficiar todos os servidores Municipais (ACM-SP, 14/05/1971).[178]

Ao final daquele encontro, a mensagem fora distribuída junto a Comissão de Finanças[179] para que os vereadores que a compunham analisassem os Projetos de Lei a ela anexados e realizassem alguma apreciação, fato que ocorrera cerca de uma semana depois. Desta forma, no encontro realizado em 21 de maio de 1971 a citada Comissão apresentara em plenário, aparentemente após minuciosa análise, o seguinte parecer:

> O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, tem por finalidade corrigir distorções de renda e assegurar especificamen-

177 Nogueira Júnior (2004) menciona que Francisco Mineiro fora eleito como candidato único em 1970 e que seu mandato fora de exatos dois anos, ou seja, de 1971 a 1972 quando ocorrera nova eleição para Prefeito.

178 É válido mencionar que tanto para trechos das ACM-SP como das ASTR-SP utilizamos a grafia original.

179 Renovada anualmente, era responsável por analisar Projetos de Lei, Requerimentos e demais solicitações, tanto do Executivo como do próprio Legislativo, que de alguma maneira atingissem ou fizessem uso das finanças do Município. De acordo com as Atas da Câmara, àquela altura era composta pelos arenistas Lauro Silvério da Silva, Marcolino Ferreira Costa e Aureliano Vitoriano de Oliveira.

> te ao Servidor público, como definido na Lei Complementar Nº 8, de 3 de dezembro de 1970 e no Presente Projeto de Lei a [ilegível] do patrimônio individual progressivo, estimulando a poupança e possibilitando a paralela utilização dos recursos acumulados em favor do desenvolvimento econômico-Social da Nação e do próprio servidor público. Assim sendo opinamos favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei Nº 05/71, por tratar de uma medida por demais justa e que se constitui num grande passo á frente, no campo das reformas sociais, principalmente no setor relacionado com os servidores públicos, e, o Municipio de S. Pompeu, não poderia e nem pode ficar marginalizado de maneira alguma do Progresso do desenvolvimento e do bem estar social. E este nosso parecer, data vênia (ACM-SP, 21 maio 1971).

Embora não tenhamos demais informações a respeito da aprovação desse Projeto na documentação de que dispomos, é interessante constatar o quão bem avaliado ele fora pelos vereadores que compunham a Comissão de Finanças já que, assim como Francisco Mineiro já havia sugerido em sua mensagem, este possivelmente seria um enorme passo em direção ao progresso e desenvolvimento econômico e social do país, especialmente no que consistia à renda e dos Servidores Públicos, já que estaria sendo proposta em conformidade com o que havia sido imposto pela Ditadura a partir da citada Lei Complementar Nº 8.

Aquela havia sido baixada em 3 de dezembro de 1970 determinando, dentre outras providências, a instituição do PASEP que, por sua vez, era análogo ao Programa de Integração Social (PIS), criado três meses antes pela Lei Complementar Nº 7 para atender algumas das determinações impostas pela Ditadura na Constituição Federal de 1967 no que consistia ao desenvolvimento de políticas sociais. Deste modo, ambos tinham como finalidade, basicamente, integrar os trabalhadores no desenvolvimento e nos lucros de seus respectivos trabalhos, de modo que o PIS era um fundo de participação voltado para aqueles que trabalhassem em empresas privadas ao passo em que

o PASEP era um benefício destinado aos servidores públicos (Tanaka; Salis, 2004; Cunha, 2018).

Aparentemente destinados à garantia de alguma seguridade social aos trabalhadores, estes fundos eram compostos da seguinte forma: no caso do PIS as empresas privadas realizavam depósitos junto à Caixa Econômica Federal que emitia cadernetas de participação a cada empregado e, em relação ao PASEP, os repasses eram efetuados por entes jurídicos de direito público como União, Estados, Distrito Federal e Municípios em contas individuais de cada servidor público no Banco do Brasil (Cunha, 2018). Estes funcionaram de forma independente até 1975 quando a Lei Complementar Nº 26 "unificou os fundos constituídos pelos recursos do PIS e do PASEP e, a partir de então, passou-se à denominação de PIS/PASEP" (Cunha, 2018, p. 7).

Assim, tais programas foram algumas das políticas sociais implementadas pela Ditadura como uma forma de compensar a desigualdade e concentração de renda aprofundadas no período, além das práticas autoritárias que atingiam a classe trabalhadora desde 1964 como, por exemplo, o constante arrocho salarial, a proibição de greves, as intervenções nos sindicatos e o próprio fim do regime de indenização após demissão não causada pelo empregado com a criação do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), o que acabava com a segurança antes existente visto que a partir de então "os patrões tinham mais facilidade para demitir, pois a indenização já estava paga de antemão mediante os depósitos mensais do Fundo" (Singer, 2014, p. 189). Para garantir o apoio social necessário e ao mesmo tempo contribuir com o desenvolvimento nacional, portanto, a "modernização conservadora" do período consolidou, junto das citadas práticas repressivas e autoritárias, todo um sistema de bem-estar e assistência social visto que avanços foram efetuados nos serviços de saúde, saneamento e habitação, além dos sistemas de aposentadorias e pensões (Luna; Klein, 2014; Napolitano, 2020).

Essas medidas denotam as complexidades e ambivalências presentes no projeto de modernização conservador e autoritário que a Ditadura articulou para o país. Neste sentido, Rodrigo Patto Sá Motta (2014) argumenta que embora o Estado Ditatorial surgido após a deposição do Presidente João Goulart tivesse demandas próprias de seu período, ele reproduzira elementos que compunham parte da cultura política brasileira, tais como "a tendência à conciliação e aco-

modação, estratégia utilizada para evitar conflitos agudos, e o personalismo, entendido como prática arraigada de privilegiar laços e fidelidades pessoais em detrimento de normas universais" (p. 13). Assim, embora acomodações de interesse resultassem na articulação de algumas políticas sociais como o PASEP, por exemplo, esta postura servira à manutenção da ordem desigual e elitista ao escamotear a resolução dos problemas sociais existentes.

Além disso, para além das ambivalências envoltas nesse processo há de se ter em mente ainda os tensionamentos próprios da experiência humana ao longo do tempo. Dessa forma, é interessante notar ainda algumas contradições presentes em Senador Pompeu em meio à institucionalização destas políticas sociais e demais acomodações da Ditadura. Assim, fitando novamente o Acervo da Câmara do município, notamos que em Sessão ocorrida em 10 de setembro de 1971, após a leitura em plenário de vários requerimentos do Prefeito, "o Sr. Vereador Osmarino Ponciano pediu uma aparte, e solicitou ao nobres colegas, para não mais votarem nenhuma suplementação de verbas; solicitada pelo Sr. Prefeito Municipal, antes de pôr o funcionalismo Municipal em dias no seus vencimentos" (ACM-SP, 10 set. 1971).

É valido mencionar que, sendo um "documento/monumento", se faz necessário que analisemos as Atas a partir de uma postura crítica, buscando desmontá-las (Le Goff, 1990). Tendo isso em mente, e sabendo que elas nos apresentam aquilo que quem as escreveu quis resguardar para o passado, no caso em específico a então datilógrafa e arquivista Maria Zuila Mota, além dos vereadores José Edimar Sindeaux (ARENA) e a emedebista Sônia Maria Chaves Gomes, respectivamente 1º e 2º Secretários àquela altura, pensamos que lançar mão do "paradigma indiciário" de Carlo Ginzburg (1989) possa ser útil em nossa investigação.

Desta forma, atentos os detalhes possivelmente triviais ou secundários, mas que na realidade são elementos essenciais na composição e compreensão das tessituras e tensões do período em estudo, é bastante curioso constatar, pelo que possivelmente teria afirmado em plenário o vereador Osmarino Ponciano, que ao passo em que a gestão de Francisco Mineiro articulara na cidade o fundo referente ao PASEP sob, supostamente, a preocupação com o bem estar social dos servidores municipais estes mesmos funcionários estivessem, ao que parece, com os seus vencimentos em atraso.

Esta contradição é indicada ainda por Ata de Sessão ocorrida pouco mais de dois meses depois, quando em 19 de novembro aparentemente "Atendendo o convite do Sr. Presidente desta Casa, compareceu a presente Sessão o Sr. Prefeito Municipal Dr. Francisco Mineiro acompanhado de seu Secretário José Rodrigues Pimenta" (ACM-SP, 19 nov. 1971). Na ocasião, ao que parece, o vereador Osmarino teria feito "varias perguntas ao Sr. Prefeito Municipal, qual a finalidade do atraso de vencimentos dos funcionários [...] o Sr. Prefeito respondeu que na minha gestão paguei 5 meses, sendo 2 do meu antercessor e 3 da minha gestão" (ACM-SP, 19 nov. 1971). De maneira que ao final do encontro aparentemente teria "Ficando combinado o Poder Legislativo com o Poder Executivo, formar uma Comissão para estudar um meio para pôrem os vencimentos dos funcionários em dias" (ACM-SP, 19 nov. 1971).

Não temos mais informações a respeito da tal Comissão, como teria sido constituída ou quais suas possíveis atividades ou resultados. Mas, ao que parece, os atrasos nos vencimentos e demais benefícios dos servidores municipais continuaram no ano seguinte. Isto é indicado pela Ata da Sessão realizada em 5 de maio de 1972 quando fora lido em plenário uma solicitação urgente de Mineiro que, em caso de aprovação, o autorizaria a "vincular até 50% [...] das cotas do ICM, dêste Muncipio, como garantia para cobertura do empréstimo contraído junto ao Banco do Estado do Ceará S/A (BEC), para pagamento do funcionalismo municipal que se encontra com seus vencimentos [...] em atraso" (ACM-SP, 05 maio 1972).

Por hora não sabemos o resultado dessa solicitação ou se em algum momento os servidores municipais de Senador Pompeu tiveram os seus salários em dia naquele período. De todo modo, mas é interessante observar que em um momento em que políticas sociais articuladas pela Ditadura em benefício dos servidores públicos eram implementadas também a nível municipal a partir do PASEP, aqueles mesmos sujeitos eram prejudicados por atrasos em seus pagamentos, algo que indica não somente os jogos de acomodações empreendidos pela Ditadura, mas as próprias contradições desse processo à luz das dinâmicas locais.

Complexidades relacionadas ao funrural em meio ao "fazer-se" dos trabalhadores rurais

Lançando mão do Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Pompeu foi possível constatarmos um interessante fato ocorrido por ocasião de uma das reuniões mensais dos sindicalizados, encontros estes denominados como Assembleias Gerais, na data de 3 de junho de 1971. Naquela feita, ao que parece, se fizera presente a "assistente social Mª Zeneide a qual deu ligeiramente todas as informações de o que é o Funrural e como o mesmo é organizado no Codiá"[180] (ASTR-SP: Assembleia Geral, 03 jun. 1971). Ainda conforme o documento, a citada ainda teria feito outras explanações:

> Acrescentou ainda que em cada cidade fica uma comissão representativa dêste para haver um melhor atendimento aos nos agricultôres e explicou aí a responsabilidade que esta mesma comissão tem. Foi aí que a assistênte social se prontificou de responder toda e qualquer pergunta dentro dêste assunto e houve muita participação dos sócios dirigindo-lhe perguntas, mas, servindo um pouco as perguntas a Mª Zeneide se despediu dos presentes e a palavra voltou ao presidente que procurou vê com os sócios quem ficaria na comissão representativa do Funrural e esta ficou na pessoa do [ilegível] Cornélio Martins de Oliveira (ASTR-SP: Assembleia Geral, 03 jun. 1971).

Até o momento não temos mais informações a respeito da citada Assistente Social, se ela retornara à outras Assembleias Gerais do Sindicato ou de alguma maneira chegara a prestar mais esclarecimentos a respeito do Funrural para os trabalhadores associados aquela entidade, mas é interessante notar pelo que indica o documento que aquela pauta era algo que despertava muita atenção e interesse entre os presentes visto que não só realizaram inúmeras perguntas a respeito como, ao final da explanação de Zeneide, articularam uma Comissão para, possivelmente, tratar daquele assunto.

180 Caracterizado como povoado no contexto em que a Ata discutida fora produzida, foi alçado à categoria de Distrito Municipal em 1987. Localiza-se à 17km da sede de Senador Pompeu (Alves, 2004).

O Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) fora criado ainda em 1963 sob o governo do Presidente João Goulart após inúmeras mobilizações e lutas encampadas pelos trabalhadores rurais desde, pelo menos, a década de 1950 no sentido de garantir Previdência Social e uma ampliação de direitos aos trabalhadores do campo, algo que já existia para os trabalhadores urbanos desde os anos 1930. Apesar da vitória no campo jurídico a medida não chegou a entrar em vigor e após o Golpe de 1964 o fundo fora reformulado pelo Decreto-Lei Nº 276 que retirara seu caráter previdenciário voltando-o, prioritariamente, para oferta de assistência médica (Garcia, 2009).

Desta forma, apenas no ano de 1971, com a Lei Complementar Nº 11, é que benefícios como aposentadoria por velhice e invalidez, além de outros como pensão por morte, auxílio funeral e demais serviços sociais foram ampliados aos trabalhadores rurais por meio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) que, através do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) advindo de subsídios mensais e tributação em cima de 2 a 2,4% do valor de produtos rurais comercializados, possibilitaria a constituição de convênios entre sindicatos rurais e instituições públicas, beneficentes ou empresas privadas para a oferta de assistência médica (Garcia, 2009; Macedo, 2016).

Garcia (2009) evidencia, contudo, que muitos dos serviços ofertados pelo PRORURAL através do FUNRURAL eram criticados por, no caso da assistência médica, serem de qualidade duvidosa e ainda pela aposentadoria ser um benefício voltado apenas para pessoas com 65 anos de idade sendo que a expectativa de vida do agricultor, naquele período, era mais baixa que isso. Deste modo, podemos pensar que tais políticas sociais, embora atendendo a algumas das demandas históricas dos trabalhadores do campo, foram implementadas de forma complexa em meio a acomodações e contradições, algo apontado por vestígios presentes em Atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Pompeu.

Recorrendo ao "paradigma indiciário" (Ginzburg, 1989) é bastante curioso, neste sentido, notarmos os detalhes presentes em uma Assembleia Geral do Sindicato realizada já no final do ano de 1972. Naquela feita, após o sindicalizado Henrique Ribeiro de Souza questionar a respeito de possíveis

problemas relacionados ao "atendimento pelo Funrural no Hospital" (ASTR-SP: Assembleia Geral, 02 dez. 1972), o Presidente teria respondido "que sobre o atendimento do Hospital não Sabia bem Explicar porque dependia era das condições só sabia que não havia o bom atendimento" (ASTR-SP: Assembleia Geral, 02 dez. 1972).

Além destas contradições e tensionamentos a política social da Ditadura, conforme Napolitano (2020), fora algo "apenas compensatória, como diziam os especialistas, revelando-se insuficiente para reverter o quadro de miséria e concentração de renda" (p. 166-167). Deste modo, apesar de atenuar algumas questões e promover certo impacto na vida dos trabalhadores do campo, estes não resolveram definitivamente problemas mais complexos como a própria posse da terra e os conflitos vivenciados pelos agricultores ante os proprietários de terra.

Ao observarmos novamente as Atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Pompeu não será raro a constatação de vestígios que apontam para tensões vivenciadas pelos sindicalizados em suas relações com os donos de terras locais como, por exemplo, quando em encontro realizado na sede da instituição em 4 de setembro de 1971 um sócio explicou "as injustiças que comete o seu patrão com os seus moradôres" (ASTR-SP: Assembleia Geral, 04 set. 1971), algo repetido quase dois anos depois quando "Pronunciou-se o Socio Antônio Lourenço falando sobre inquisição de seu Patrão dizendo ele que o mesmo queria lhes obrigar a fazer trabalho estranho em suas roças" (ASTR-SP: Assembleia Geral, 02 jun. 1973).

Não temos mais detalhes a respeito destas questões ao passo em que não é de nosso conhecimento os seus resultados, no entanto, é notório que os trabalhadores rurais tiveram de continuar se mobilizando, especialmente em torno da justiça trabalhista, já que ela se tornara "um dos principais espaços de resolução, mas também de mediação e de publicização de conflitos, trazendo-os para fora das propriedades e da relação direta e personalizada com os proprietários" (Grynszpan, 2007, p. 326).

Mas o mais interessante a respeito das contradições que envolvem as acomodações e políticas sociais da Ditadura para o campo é um vestígio presente em uma Ata referente a um encontro realizado na Delegacia Sindical do dis-

trito municipal de Engenheiro José Lopes[181] ainda em 1971. Naquela feita no início da Sessão o então presidente da instituição, Pedro Bezerra Leite, aparentemente decidira tomar a palavra

> [...] querendo explicar ao povo que sua presencia na reunião tinha sido convite do delegado, mais como o delegado não estava presente, usou da palavra explicando ao povo que afinalidade do Sindicato não e apostendoria e nem assistência medica e nem bolça de estudo o sindicato oferece mais é errado afinalidade certa é valor do trabalhador, muito embora este valor seja negado, e o mesmo não nota que esta sendo desvalorizado pelos os patrões que só querem que o trabalhadores dê o produto e para que eles ter progresso e os filhos seja desevolvidos com estudos, no passo que o filho do trabalhador não tem este direito que são quem trabalha mais o trabalhado não nota que esta sendo emrolados (ASTR-SP: Delegacia Sindical de Engenheiro José Lopes, 30 jan. 1972).

Além de constatar as complexidades e contradições enfrentadas pelos trabalhadores rurais sindicalizados de Senador Pompeu, especialmente no que diz respeito aos benefícios originados pelas políticas sociais esboçadas pela Ditadura naquele momento, tal exposição daquele líder sindical é bastante interessante, cremos, por nos possibilitar um vislumbre daquela Classe fazendo-se em sua própria experiência. Assim, esta "formação social e cultural" (Thompson, 2004, p. 12) dos trabalhadores rurais de Senador Pompeu surge quando aqueles "como resultado de suas experiências comuns (herdadas

181 No período o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Pompeu tinha, além de sua sede na zona urbana onde aconteciam mensalmente suas Assembleias Gerais conduzidas pela Diretoria, algumas filiais em distritos e sítios da zona rural. Estas eram conhecidas como Delegacias Sindicais e tinham como organizadores os chamados Delegados Sindicais que, por seu turno, intermediavam os trabalhos e contatos entre a Diretoria e os sindicalizados de seus respectivos locais. Pelo que se pôde constatar até o momento na documentação de que dispomos, existiriam àquela altura ao menos quatro Delegacias Sindicais: a do distrito de Engenheiro José Lopes localizado à 16km da sede da cidade, a do distrito de São Joaquim do Salgado distante 29km da sede da cidade, a do sítio KM 29 a justos 29km da sede da cidade, e a do Sítio Belo Monte distante cerca de 24km da sede da cidade. Optamos, portanto, em identificar as Atas das Assembleias Gerais e aquelas referentes à cada uma das citadas Delegacias Sindicais.

ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus" (Thompson, 2004, p. 10).

Algo neste sentido é constatado ainda em outra Ata de encontro realizado na Delegacia Sindical de Engenheiro José Lopes, desta vez no ano de 1972. Naquela feita, o Secretário daquela Delegacia, um senhor chamado Francisco Batista Filho, argumentara "que o presidente da República estava querendo transformá os Sindicatos Em assistências dentalogica, mais isto não depende da direturia, mais sim dos socios, e não é a assistência médica ou dentologica que resolva o problema classe agricultora" (ASTR-SP: Delegacia Sindical de Engenheiro José Lopes, 26 mar. 1972).

Já ao observarmos outra Ata, desta feita de Sessão ocorrida no final de agosto de 1971, notamos que o Secretário substituto do Sindicato, Cícero Tereza de Lima, se fez presente naquele Distrito e argumentou "que o sindicato é uma sociedade, está Sociedade é apoiada pelo governador e o governo nos da acobertura assim com os empregados do governo tem os direitos, aposentaduria os trabalhadores do campo poderá ter os mesmo direito de se aposentar" (ASTR-SP: Delegacia Sindical de Engenheiro José Lopes, 29 ago. 1971). Além disso, já ao final do encontro os sócios teriam chegado à conclusão de que "o proprietário não quer da direito, ao trabalhador e se poem dizendo que é uma coisa comunista [...] si fossi o governo não apoiava" (ASTR-SP: Delegacia Sindical de Engenheiro José Lopes, 29 ago. 1971).

Assim, pensamos que estes vestígios tornam lícita a suposição de que embora benefícios e demais políticas sociais fossem esboçadas pela Ditadura entre acomodações e contradições para amenizar as tensões sociais no campo e garantir alguma legitimidade, estas não resolviam verdadeiramente os problemas relacionados a posse da terra ou garantiam uma boa execução dos benefícios. Deste modo, em meio as contradições e problemas enfrentados em sua experiência condicionada (mas não determinada) pelas relações de produção do período, os trabalhadores rurais de Senador Pompeu aparentemente davam corpo a uma consciência de classe que, como bem acentuou Thompson (2004), não existia como algo "ideal", mas sim na forma como estas experiências reais de classe eram encaradas.

Considerações finais

Concluímos que, em meio a práticas autoritárias, mas também entre acomodações e negociações, profundas transformações ocorreram no país durante e a partir do projeto de "modernização conservadora" conduzido pela Ditadura que surgira após a deposição do Presidente João Goulart em 1964. Em meio a isto, uma série de políticas sociais foram articuladas no intento de garantir algum tipo de legitimidade ou apoio social, além de buscar amenizar de alguma forma alguns tensionamentos sociais existentes, em especial no campo.

Percebemos que a execução de algumas destas políticas na cidade de Senador Pompeu ocorrera em meio a contradições próprias daquele lugar. Deste modo, a implementação do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) no setor do serviço público do Município se dera em meio à atrasos salariais ao mesmo tempo em que benefícios do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) ofertados pelo Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) aos agricultores da cidade aparentemente não eram bem executados.

Além disso, observamos que apesar de terem algum impacto na vida dos trabalhadores rurais, tais benefícios e demais assistências sociais não resolveram os problemas do campo, em especial aqueles relacionados a posse da terra e a conflitos trabalhistas com os proprietários. Supomos, desta maneira, que em meio a tal contexto os associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Pompeu e constituindo-se enquanto Classe e articulando uma Consciência classista em meio as complexidades de sua própria experiência.

Referências

ALVES, Valdecy da Costa. **Enciclopédia Municipal de Senador Pompeu**. Fortaleza: Paulo Gráfica Ltda, 2004.

CARVALHO, Luiz Flávio Mendes de. **As práticas políticas e a conquista do voto**: Senador Pompeu – 1960 a 1990. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC, da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Quixadá, 2003.

CUNHA, Andressa Esteves da. **O impacto da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/PASEP e CONFINS em uma empresa do ramo de Supermercado**. 2018. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21706/1/ImpactoExclusaoICMS.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

GARCIA, Nicole Régine. Prorural: a criação da previdência social rural no Governo Médici. **Dia-Logos**: Revista Discente Da Pós-Graduação Em História, Rio de Janeiro, v. 3, p. 147-158, set. 2009. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/dia-logos/article/view/23149#:~:text=Esta%20previdência%20possuía%20características%20específicas,parece%20incongruente%20ao%20regime%20militar. Acesso em: 09 ago. 2023.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In:* GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, p. 143-180, 1989.

GRYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano Vol. 4** – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 315-348, 2007.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In:* LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 535-549, 1990.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). *In:* REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 92-111.

MACEDO, Laiane de Jesus Santos. Trabalhadores Rurais e Políticas Assistencialistas em Santo Antonio de Jesus-Bahia (1971-1990). *In:* VIII Encontro Estadual de História, 2016, Feira de Santana. **Anais** [...] Feira de Santana: Associação Nacional de História – Seção Bahia, 2016, p. 1-10. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1475283969_ARQUIVO_artigocompletoANPUH.8.pdf. Acesso em: 09 ago. 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**. História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2020.

NOGUEIRA JÚNIOR, José Maria Saraiva. **Senador Pompeu em Crônicas**. Fortaleza: ABC, 2004.

SINGER, Paul. O Processo Econômico. In: REIS, Daniel Aarão. **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010, volume 5. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 183-232, 2014.

TANAKA, Heiji; SALIS, André Ulysses de. O Regime Militar: Política e Economia. **Akrópolis - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, Umuarama, v. 12, n. 1, p. 3-20, jan./mar., 2004. Disponível em: https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/386/351. Acesso em: 15 jan. 2023.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. 1 – A árvore da liberdade. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

A vertigem por trás de um processo: um estudo das narrativas de 'O Processo' e 'Democracia em Vertigem' sobre o "impeachment" de Dilma Rousseff e o autoritarismo no Brasil (2016-2019)

Raimundo Itamar Lopes Pinheiro Filho[182]

Resumo

O presente trabalho é resultado da pesquisa para a construção de Trabalho de Conclusão de Curso de tema homônimo, defendido em julho de 2023. Sua construção deriva das discussões levantadas a partir das inquietações que originaram os recortes e temáticas discutidos, tais como dos campos trabalhados: abordagens do cinema, história política, história do tempo presente e a disputa por narrativas e memórias. A inquietação-mor que norteou essa pesquisa pontuava sobre 'como um país que elegeu uma mulher que combateu a Ditadura muda a ponto de eleger um defensor aberto do regime apenas quatro anos depois?'. Partindo dela, e do sentimento de buscar compreender o que acontecia na sociedade brasileira da última década despertado pelos longas de Maria Augusta Ramos e Petra Costa, que o tema que guiou essa pesquisa foi elaborado. Buscamos, para tanto, analisar o que diziam as narrativas construídas pelas cineastas para suas obras, sem deixar de abordar os contextos que cercavam pesquisa, temática e objetos estudados. *À vista disso, as discussões aqui levantadas são fruto de pesquisas e discussões realizadas para embasamento teórico e debate historiográfico das inquirições a partir da análise das fontes trabalhadas sobre o* "impeachment" de Dilma Rousseff e a alvorada dos discursos e movimentos autoritários no Brasil a partir do recorte alvitrado (2016-2019). O objeto dessa pesquisa são, em síntese, os dois filmes-documentários apresentados, seus significados e possibilidades de discussão, construção e opção de narrativas dentro do tempo presente. Neles estão os materiais que são o âmago para a análise: a montagem, edição, os recortes e as escolhas feitas pelas diretoras dos longas. É percebido com o estudo que o cinema, como as demais expressões humanas, dos campos científicos às artes,

182 Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará, UECE. Pós-graduando pelo Mestrado Interdisciplinar em História e Letras, MIHL/FECLESC.

apresenta posturas subversivas diante do status quo quando a coragem de questionar e fazer refletir sobre a existência se sobrepõe ao medo dos castigos impetrados pelas instituições e camadas dominadoras e a tentação de corroborar com o poderio de controle dessas. Logo, percebemos esse trabalho não como um produto encerrado em si a partir das considerações, mas sim como um objeto dinâmico de estudo, nutrido de conceitos, discussões e aberto para questionamentos e reflexões, com viabilidade para aprofundamento e expansões nos debates que foram levantados e nas escolhas empreendidas. Os anseios e dúvidas que conduziram a elaboração da temática e dos percursos dessa pesquisa, tais como as opções feitas pelas diretoras dos longas, o que suas obras buscaram representar, suas abordagens, produções e montagens, foram potencialmente respondidas dentro das possibilidades dispostas, mas não acabam aqui e agora -na verdade, a partir de novos fatos que possam surgir, ou mesmo outros objetos que porventura complementem o que já foi trabalhado, abrem-se janelas para ensaios futuros. 'Possibilidades', junto a 'escolhas' foram os fios que, em conclusão, regeram esse estudo.

Palavras-chave: Narrativas; "Impeachment" de 2016; Documentários; Autoritarismo.

Este trabalho nasceu da inquietação que uma pergunta causou. "Como um país que elegeu uma mulher que combateu a Ditadura muda de forma abrupta a ponto de eleger um defensor aberto do regime apenas quatro anos depois?". Para tanto, desafios tiveram de ser superados -entre eles a situação em que, tanto os objetos estudados e seus acontecimentos, quanto o recorte do trabalho, eram referentes a fatos relativamente recentes para a história. Buscamos nos campos de estudo da historiografia aquele que mais se adequava para o emprego em tal situação e encontramos na *História do Tempo Presente* (Bédarida, 2002; Delgado; Ferreira, 2013) os caminhos para o estudo almejado. No decurso dessa pesquisa, compreendemos lacunas que ajudariam a respondermos questões e levantarmos novas, entre elas a necessidade do entendimento do contexto político que levou o país aos processos que as narrativas empregadas nos longas buscaram retratar.

'Espetacularização', substantivo feminino, fruto da junção de 'espetacularizar', verbo transitivo, e do termo 'ação', ou seja, colocar em prática o tratamento de algo como se esse fosse um espetáculo. Assim fora a forma de

condução imagética construída acerca da política brasileira, suas instituições, ritos, nuances, personagens e processos durante os séculos de história dessa terra enquanto Estado nacional por aqueles que o mundo liberal burguês do ocidente convencionou tratar como bastiões da liberdade: a imprensa tradicional. Desse mesmo processo não escapariam os momentos mais singulares e disruptivos do que se assentou chamar de 'Nova República' -seus processos de *impeachments*.

Desde sua invasão e ocupação por europeus, que buscaram subtrair as populações originárias de sua terra, os conflitos de interesses estão no cerne do Brasil. Quando observamos a política nacional dentro de um recorte histórico traçado a partir do golpe que proclamou a República, em 15 de novembro de 1889, e a atualidade, tais conflitos se misturam, de forma indissolúvel, às questões e disputas de classe, raça e gênero. Em cerca de 130 anos desde o fim do regime monárquico, experimentamos o direito ao voto universal para a escolha de presidentes por cerca de cinquenta deles. Ou seja, em quase dois terços da República vivemos sob as vestes sombrias ou do autoritarismo em regimes ditatoriais civis-militares ou do cabresto no voto. Em sua experiência mais recente, surgida da redemocratização da nação na década de 1980, o Brasil enfrentou turbulências e desafios que alteraram suas forças políticas e sociais.

Mesmo jovem -desde as primeiras eleições diretas para Presidente da República, só se passaram pouco mais de três décadas- a democracia brasileira já viu dois de seus chefes de Estado e governo serem afastados do cargo em exercício por processos de *impeachment*. O primeiro, em 1992, derrubou Fernando Collor de Melo, primeiro presidente eleito pelo voto direto após vinte e um anos de Ditadura Civil-Militar; o segundo, em 2016, afastou Dilma Vana Rousseff, primeira mulher eleita para o cargo. É dentro da esfera do 'horizonte de eventos' do segundo processo de "*impeachment*" que trabalhamos aqui.

Teremos o cuidado, ante o proposto, de grafar a escrita do termo *impeachment*, quando esse se tratar do processo ocorrido contra Dilma, entre aspas. A legalidade do processo, garantida até então pelas instituições jurídicas superiores do país, não assegura, porém, a leitura desse "*impeachment*" sem os questionamentos sobre suas motivações -aquelas que levaram o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, a aceitar um dos pedidos formulados de afastamento contra a presidenta e abrir o processo (Jinkings, 2016, p. 12).

Processos de *impeachment*/afastamento de gestores para cargos do qual foram eleitos, nas mais diferentes esferas da República, são sempre remédios amargos para a democracia, apesar de, em tese, serem saídas por vezes necessárias para a sua manutenção. Apesar da 'Lei do *Impeachment*' datar de 1950, sua primeira execução legal para com o cargo de chefe do poder executivo só aconteceria quarenta e dois anos depois, em 1992, com a destituição de Fernando Collor da presidência. Em 2016, contudo, o contexto é outro. A beira de uma severa crise social-econômica, o país tinha seu debate político sendo dissipado por discursos recrudescentes de ódio, cercados de autoritarismos, que rasgavam direitos humanos e sangravam o processo democrático ao pôr em xeque o resultado eleitoral de 2014.

Com um país dividido entre aqueles que apoiavam o afastamento da presidenta, os que saíram em defesa de Dilma e da democracia apontando as falhas e ilegalidades no processo, e ainda uma massa que assistia em certa inércia o desenrolar dos fatos, o pedido de "*impeachment*" foi aceito pelo presidente da Câmara em 2 de dezembro de 2015. Diferente do afastamento de Collor, o processo sofrido por Rousseff, seu partido e o espectro ideológico como um todo do qual fazem parte foi ainda mais difícil no Brasil e tornou-se logo objeto de disputa por sua narrativa entre as mídias, imprensa, holofotes da TV e ondas da internet.

O sociólogo Florestan Fernandes (1986) afirma que não existe neutralidade possível. Para Fernandes, "o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados" (Fernandes, 1986, p. 25). Partindo, portanto, da concepção de inexistência da neutralidade, é lógico se pensar que tais holofotes, a depender de quem os controlasse, iriam lançar luz às notícias somente sobre aquilo e aqueles que tal controlador quisesse. É dessa forma que a imprensa tradicional trabalha em cima, a princípio, de notícias e fatos que constroem uma narrativa que desfavorecia a imagem da presidenta, do PT e seu governo, apontando aquilo que deveria ser pensado sobre ambos. Foi seguindo essa fórmula que observamos uma das visões lançadas sob o processo contra Dilma: a das elites familiares que controlavam, há séculos, o que é notícia, verdade ou mentira absolutas no Brasil (Miguel, 2002).

Em um espaço tão complexo quanto o político, somado as divergências de ideias que circundavam os ambientes de fala popular, os holofotes midiá-

ticos e os rolos da imprensa mais tradicional -que normalmente já tratavam a política e o 'fazer política' com certos sensacionalismos banais e moralismos módicos, se voltam ao "*impeachment*" com ainda mais força e voracidade, transformando ritos comuns, regidos por leis, em uma *teatrocracia* que é, para Han (2022, p. 27-28), ao mesmo tempo uma *midiocracia*. Segundo o professor Byung-Chul Han, nesse espaço construído a partir da destituição do "discurso racional livresco" pelas mídias eletrônicas, "também a política se submete à lógica das mídias de massa", logo, TVs, rádios, jornais, revistas ganham importância pela força que exercem sobre o imaginário popular.

A frente, Han (2022, p. 36) ressalta que "a racionalidade também requer tempo", porém, na *infocracia*, ou seja, na sociedade da informação, esse tempo inexiste, logo a ação racional também. Essa mudança de ambiente -e postura de tratamento dado ao espectador, que passa a fazer parte da construção das notícias, cai como uma luva para a direita como um todo, que conseguia agora alcançar públicos que a TV e as mídias impressas não sensibilizavam mais, mas também funcionou para outros grupos sociais que haviam perdido espaço no debate público -como aqueles mais reacionários, de extrema-direita, nazi-fascistas, que odiavam os governos do PT/de esquerda para além das pautas econômicas e sociais. As redes sociais tornam-se, assim, espaços de agrupamento de pessoas que tinham pensamentos e ideologias em comum, ecoando, de forma muito mais forte que os veículos tradicionais, suas vozes. Giuliano Da Empoli (2020) fala que:

> As redes sociais não são, por natureza, trabalhadas para a conspiração. Sean Parker e Mark Zuckerberg não ligam muito para a questão dos trocos errados, nem – presumo – creem que as vacinas causam autismo, ou que George Soros planejou a invasão da Europa por imigrantes muçulmanos. Mas os complôs funcionam nas redes sociais porque provocam fortes emoções, polêmicas, indignação e raiva. E essas emoções geram cliques e mantêm os usuários colados ao monitor (Empoli, 2020, p. 78).

Em 'Os Engenheiros do Caos', Da Empoli faz um histórico sobre como o ambiente virtual fora cooptado por grupos populistas, de direita/extrema-

-direita ao redor do mundo, trabalhando com casos como o estadunidense, com Bannon e Trump; húngaro, com Viktor Orbán; italiano, com Salvini; francês, com Marine Le Pen e o brasileiro, com a ascensão de Jair Bolsonaro. Compreendemos, portanto, que a destruição do debate racional, provocada pela falta de tempo e avivada agilidade proporcionada pela internet, como acentuou Han (2022), é o *ovo da serpente* que eclodiu no advento de discursos cada vez mais autoritários, que insuflaram as massas de forma mais eficaz que as velhas mídias tradicionais. Nesse cenário de disputas -fossem elas narrativas ou pela participação no debate público, o cinema não se absteve de participar e apresentar alternativas.

O cinema, como as diversas outras artes e expressões humanas, representa, de forma geral, um testemunho de grande valia para o homem e seu mundo e ele, dentro de sua idealização, não foge à participação da própria História. O que seria da concepção cinematográfica se não a materialização do poder do homem em refletir sobre si mesmo, seu redor e sua história, seja ela a passada, a presente ou a imaginada para o futuro. Nessa perspectiva, o cinema pode ser situado entre as concepções do passado, ou 'campo de experiências' e a disputa pelo futuro, o 'horizonte de expectativas' no conceito de Koselleck (2006) sobre o tempo. O uso do cinema pela historiografia, porém, só se consolida a partir da década de 1970, por meio da 'História Nova' (Morettin, 2003), e tem na figura de Marc Ferro, um dos maiores tuteladores. Segundo Ferro (1992, p. 13), "Entre cinema e história, as interferências são múltiplas [...] Assim como todo produto cultural, toda ação política, toda indústria, todo filme tem uma história que é História". O historiador alertava, em sua colocação, para o desprezo com o qual alguns pesquisadores tratavam o cinema.

Para Nichols (2005), todo e qualquer filme se comporta como um documentário, podendo este sim, dentro de suas especificidades e finalidades, ser para a satisfação de um desejo -o que equivale às obras ficcionais- ou uma representação social -como se enquadram, segundo suas características, o estilo documental clássico. Quando Bloch (2002, p. 54), um dos fundadores dos *Analles*, diz que "Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem [...] são os homens que a história quer capturar", conseguimos, portanto, perceber essa intencionalidade nas obras construídas durante o processo de "*impeachment*" de Dilma e lançadas nos anos que se sucederam ao seu afastamento definitivo da presidência.

Isto posto, dessarte ao que advogava Ferro (1992) e Nichols (2005), percebemos o quanto o cinema, enquanto fonte para a História, a partir da década de 1970, também é um espaço de memória -e sua consequente disputa. Como "lugar das construções", conforme assentado por Schvarzman (2007), o ambiente fílmico retrata, acentuado em modelos documentais, recortes de tempo/fatos a partir de uma narrativa posta; essa, por sua vez, ecoa uma memória, algo que ficará para a posteridade. A partir do recorte temático trabalhado nessa pesquisa, optamos por dois documentários para uma discussão mais aprofundada de suas narrativas e visões sobre o "*impeachment*". Dirigidos por mulheres, 'Democracia em Vertigem', de Petra Costa, e 'O Processo', de Maria Augusta Ramos, são, a partir de observações mais amplas do papel dos filmes documentais realizados sobre o tema, os que mais tiveram reconhecimento, fosse por suas participações em feiras, festivais, publicidade nas redes sociais e/ou facilidade de acesso/disponibilidade/distribuição para o público, e causaram relativamente maior impacto e debate na opinião e imaginário social.[183]

Trindade e Laplantine (*apud* Bezerra, 2015, p. 21) definem o conceito de imaginário como "a faculdade originária de pôr ou dar-se, sob a forma de apresentação de uma coisa, ou fazer aparecer uma imagem e uma relação que não são dadas diretamente na percepção". Para além de faculdade e campo de representações, o imaginário social pode ser entendido também, segundo Manfessoli (*apud* Bezerra, 2015, p. 22), como "uma força social de ordem espiritual, uma construção mental, que se mantém ambígua, perceptível, mas não quantificável". Logo, imaginário, enquanto uma construção constante nunca encerrada em si mesma da sociedade, está diretamente sujeito aquilo que causa choque, impacto e/ou perturbação a essa mesma sociedade - ou extrato social que representa.

O impacto que algo -um filme, notícia, livro, etc., pode causar é fundamental para furar a crosta que uma narrativa inicial, por exemplo, pode

183 Juntos, 'Democracia em Vertigem' e 'O Processo' tiveram cerca de trinta indicações para premiações em festivais: o longa de Ramos foi indicado em doze, ganhando seis prêmios em festivais como Indie Lisboa International Independent Film Festival, Madrid International Documentary Film Festival e SESC Film Festival; a obra de Costa, por sua vez, recebeu dezoito indicações, entre elas ao de Melhor Documentário pela Academia de Artes e Ciências Cinematográficas dos Estados Unidos, o Oscar, ganhando em outras, como The Platino Awards for Iberoamerican Cinema e Peabody Awards. Disponível em: https://www.imdb.com/title/tt6016744/ | IMDb O Processo: https://www.imdb.com/title/tt7665476/. Acesso em: 23 jan. 2022.

construir no imaginário pelo fato de ter sido a primeira a ser propalada. Não há determinante se tal narrativa é a correta, ou que mais se aproxima dos fatos que ocorreram, mas por *largar na frente* e dispor de ajudas, como a força da mídia, certo discurso pode assumir uma máscara de verdade no imaginário, até que algo levante questões sobre ele. No caso estudado, Ramos e Costa se propõe a levantar o bastião da dúvida, cada uma a seu modo.

Nos filmes, ficamos diante das opções que autores, escritores, produtores, editores e cineastas fizeram a partir de escolhas não tangíveis pela massa espectadora, ou seja, o público. Nas ficções, a mentalidade e a imaginação fazem parte dessa construção; nos documentários, porém, limitados pelas balizas da realidade, as escolhas nos permitem enxergar o mundo de outras formas -aquelas relacionadas a capacidade da imagem fotográfica (Nichols, 2005) em reproduzir os interesses de seus idealizadores para o público pensado. A ambição do documentário está em apresentar na tela aquilo que seus cineastas acreditam ou imaginam serem as representações fidedignas do que foi proposto em sua ideia para o público -os bastidores do poder durante o "*impeachment*", n'O Processo, ou as relações familiares com a política, em Democracia em Vertigem, por exemplo.

Representar aquilo que passou através da exibição de recortes do passado -ou do que é contemporâneo, como nos casos das obras trabalhadas, é uma das premissas dos documentários. Entender, conforme aponta Rosenstone (1997, p. 111), que tais representações se encontram no platô das "ficções visuais" e não são necessariamente espelhos do fato passado, deve ser premissa do ofício do historiador -tal qual a História, erguida sobre fragmentos do passado reconstruídos por métodos definidos, não é, tangivelmente, o que ocorreu.

Charles Seignobos (2009) disse que não há história sem documentos. Bloch (2002), tempos depois, refaz tal sentença, acrescentando que não há história sem análise de documentos. A adição do termo 'análise' complementa o sentido apontado por Seignobos para o método histórico, pois os documentos não são capazes de contar por si só os fatos que carregam, as histórias e fatos que passaram. Eles só o fazem desde que sejam corretamente perguntados. Os longas mostram os documentos, formados majoritariamente pelos recortes, opções e fragmentos de seu tempo, em imagens e sons, selecionados a partir das necessidades e escolhas realizadas por Ramos e Costa. As escolhas

que fazem, mesmo que diferentes, apresentam em si o objetivo em comum de narrar uma sequência de eventos.

Impere sublinhar que, desde as escolhas que antecederam as produções, ainda para a concepção dos roteiros, O Processo e Democracia em Vertigem marcham por caminhos distintos dentro de suas trincheiras se for imaginado o campo de batalhas políticas e as biografias/filmografias das cineastas. Caminhos distintos, pois os recortes feitos para o trabalho de roteiro/retratação, especialmente os temporais, referentes as linhas do tempo cronológico e histórico (Bloch, 2002, p. 60), são diferentes. De forma sintética, os filmes tinham diferentes anseios, concatenados pelas escolhas de suas cineastas, mas partilhavam do desejo de contar uma história, cujos fatos que a compunham eram de notória semelhança. Ramos pretendia fazer da tramitação do processo contra Dilma sua trama principal, ao lado do público personagem; Costa, por outro lado, ostentou sua vida como fio condutor dos fatos que resolveu retratar.

Ambas contam, a suas formas, aquilo que decidiram reproduzir - e, fossem com as narrações de Costa acompanhadas de trilhas melancólicas, ou nos longos trechos mostrando corredores do Congresso e o interior de gabinetes parlamentares, como no trabalho de Ramos, os fatos recontados acabam por se cruzar em diferentes momentos e por diferentes razões. A ambição pelo impacto social proveniente dos produtos finais, porém, não é sentenciada pelas diretoras. Para esse, cabe ao espectador, com seu pensamento crítico e conhecimento contextual, a partir da apropriação individual feita dos filmes, analisá-los e conceber, assente de sua experiência, o juízo de valor às obras e personagens que supor mais prudentes.

Percebe-se que o cinema, como as demais expressões da humanidade, dos campos científicos às artes, apresenta posturas subversivas diante do *status quo* quando a coragem de questionar e fazer refletir sobre a existência se sobrepõe ao medo dos castigos aplicados pelas instituições e camadas dominadoras econômicas e sociais/a tentação de corroborar com o poderio de controle dessas. Ferro (1992, p. 85) alude à 'corrosão' de discursos, imagens, personas como um dos efeitos provenientes do cinema -essa advém do poder testemunhal que um longa assume quando produzido. As diretoras parecem se encontrar com o pensamento do historiador quando destacam, em seus filmes, os tais discursos, especialmente dos ditos "vencedores" nos processos retratados - dos quais Ferro elenca que o filme/cinema, por finalidade e ideia, aponta as inutilidades.

Ambicionamos, dessa forma, compreender as mudanças que uma sociedade pode sofrer em um relativo curto espaço de tempo através do estudo de filmes-documentários que retrataram, por outras memórias, escolhas, discursos, essa mesma estrutura social, e percebemos, ao longo do processo, que os fatos e seus personagens, são envoltos em particularidades que renderiam, cada uma, trabalhos e discussões próprias. As inquietações que nortearam a elaboração da temática e dos percursos dessa pesquisa, tais como as opções feitas pelas diretoras dos longas, suas abordagens, produções e montagens, mas também o que suas obras buscaram representar, foram potencialmente respondidas dentro das possibilidades dispostas, mas não se encerram em produtos como essa pesquisa.

Logo, entendemos que os processos e disputas narrativas acerca dos fatos retratados nas obras de Ramos e Costa, especialmente do recorte temático entre o *"impeachment"* de Dilma e a eleição de Bolsonaro, são amplos e diversos, fugindo de uma perspectiva inicial -e até ingênua da pesquisa, em pensar nesse processo construído a partir de uma lógica bipartida: sim ou não, verdade ou mentira, fato ou *fake*. Na verdade, as versões são múltiplas e a disputa, ampla, tal qual as divisões sociais que cercavam e ainda cercam o Brasil. Portanto esse trabalho não deve ser circunspecto como um produto encerrado em si a partir destas considerações ou possíveis outros produtos mais aprofundados, como o Trabalho de Conclusão de Curso homônimo do qual foi educto, mas sim como um objeto dinâmico de estudo, aberto para questionamentos e convidativo a reflexões, inclusive acerca dos debates que foram levantados e nas escolhas empreendidas aqui.

Referências

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. *In:* FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral.** 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BEZERRA, Francisca Eudésia Nobre. **As vozes da "Maldizença"** - Memória e Imaginário sobre a morte e o morrer no Sertão Central do Ceará. Dissertação (Mestrado acadêmico em História) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou O Ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2002.

DEMOCRACIA EM VERTIGEM. Direção: Petra Costa. Produção: Joanna Natasegara, Shane Boris, Tiago Pavan. Brasil, 2019. Disponível em streaming Netflix.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente e ensino de História**. Revista História Hoje, v. 2, nº 4, p. 19-34, 2013.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os Engenheiros do Caos**. Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2020.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Tradução de Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: Digitalização e a crise da democracia. Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis: Vozes, 2022.

JINKINGS, Ivana, DORIA, Kim, CLETO, Murilo (Org.). **Por que gritamos Golpe?**: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. **POLÍTICA E MÍDIA NO BRASIL**: episódios da história recente. Brasília: Plano Editora, 2002.

MORETTIN, Eduardo Victorio. **O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro**. História: Questões & Debates, Curitiba: Editora UFPR, n. 38, p. 11-42, 2003.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. São Paulo: Papirus, 2005.

O PROCESSO. Direção: Maria Augusta Ramos. Produção: Leonardo Mecchi. Brasil, 2018. Disponível On-demand Claro Now e em streaming Netflix.

ROSENSTONE, Robert. **História em imagens, história em palavras**: reflexões sobre as possibilidades de plasmar a história em imagens. O olho da história, Salvador, v. 1, n. 5, p. 105- 116, 1997.

SCHVARZMAN, Sheila. **História e historiografia do cinema Brasileiro**: objetos do historiador. Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria. Santa Catarina, v. 10, n. 17, jan./jun., p. 15-40, 2007.

Estágio supervisionado e o ensino EAD: relatos de experiencias dos estagiários do polo de Iguatu do curso de História da UAB/UECE em 2023

Diocleciana Paula da Silva [184]
Ana Carla Sabino Fernandes[185]

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo compartilhar um relato de experiencia buscando assim refletir sobre as práticas em sala de aula, propiciadas pelos Estágios Supervisionados no Ensino fundamental e médio, realizados no sexto e sétimos semestres de graduação do curso de licenciatura em História do EaD da UECE/UAB do polo de Iguatu-CE, em 2023. Por se tratar da modalidade EaD, as escolas são diversas e as orientações remotas e uma vez presencial. O professor regente da disciplina acompanha o estagiário em sua atuação mais diretamente. O desafio do estágio no EaD está na parceria aluno, professor regente e professor orientador a distância. Os encontros com a turma se pautaram na discussão das metodologias ativas, consciência histórica e uma educação antirracista que permeiam as escolas da rede pública do estado. Nossa problemática se constrói a partir da análise dos relatórios dos "Historiando" (metodologia utilizada nos cursos EaD, em que o aluno faz atividades relativas às disciplinas) onde os alunos enviam para a plataforma AVA (Ambiente virtual de aprendizagem) do EaD. Tais relatórios contém as narrativas referentes ao contato da escola, sua estrutura, sobre os alunos e professores e mais ainda sobre a prática do professor regente e a intervenção do estagiário. Podemos constatar que esse modelo de estágio há uma interação maior entre o professor regente e o estagiário, levando-o em alguns momentos, como na elaboração dos planos de aula, a aderir o modelo e prática da aula do professor regente, que nem sempre estava dentro das discussões teóricas do ensino de história. Nesse sentido, queremos dialogar com os teóricos como Selma Pimenta e Luis Fernando Cerri sobre o Estágio supervisionado, Barbara Carine

184 Historiadora, mestre professora formadora da UAB- UECE atua na área de Estágio supervisionado.

185 Historiadora, doutora, professora adjunta do departamento de História da UFC atua na área de Estágio supervisionado e coordena o mestrado Profhistoria na UFC.

sobre uma educação antirracista e Julia Constancia Camello sobre a prática do estágio na Formação de professores, na construção de elementos que possam garantir uma maior autonomia do estagiário para que consiga aplicar melhor as metodologias do ensino de história.

Palavras-chave: Práticas docentes; Estágio; Ensino de História.

Introdução

A discussão sobre a formação de professores tem sido muito debatida nos últimos anos por inúmeros questionamentos sobre a formação docente, principalmente no tocante a sua atuação em sala. O ensino EaD que se consolidou e expandiu durante a pandemia de Covid-19 principalmente nos municípios distantes de Fortaleza-CE, dando uma nova dinâmica nas cidades e fortalecendo o trabalho docente nessas cidades. No entanto, há desafios ainda para ser debatidos e transformados de acordo com as experiências dos discentes.

Nesse sentido esse artigo tem como proposta fazer uma análise sobre a experiência dos alunos do Estágio Supervisionado III em Iguatu-CE em 2023. Para isso vamos explanar sobre o próprio sistema EaD ainda um pouco desconhecido em relação ao curso presencial, em seguida uma reflexão sobre o papel do Estágio supervisionado na formação docente e seus desafios no EaD e por fim, a análise a turma de História ano 2020, de Iguatu-CE na disciplina de Estágio Supervisionado III relacionado ao ensino médio.

A licenciatura em história EaD - FAFIDAM/UECE/UAB

O curso à distância, não é um método que surgiu em decorrência da pandemia de Covid 19 e nem podemos confundir com o ensino remoto que foi utilizado no ensino como um todo emergencialmente. O ensino á distancia tem uma história, trajetória, método e ajustes ao longo do tempo. O ensino remoto foi um recurso utilizado como redução de danos na pandemia considerando o processo de isolamento social.

O ensino à distância surgiu no Brasil na década de 1960, com a popularização dos meios de comunicação, principalmente a TV e a necessidade de

ampliar a escolarização no país. Assim você tem vários cursos técnicos que envolvia a tecnologia da época e depois foi incluído os graus de formação primeiro e segundo graus tendo como exemplo: O telecurso de 1º e 2º graus, cursos de eletrônica, radio, estética, corte e costura etc. Com investimentos na educação básica o ensino a distância saiu de uso, abrindo espaço para os cursos de EJA (Educação de Jovens e adultos), ainda não havia o nível superior em EaD[186].

O ensino superior à distância surgiu em 1996 as propostas de Ead para cursos de pos graduação fomentado pela chegada da internet no Brasil, contudo somente em 1999 o Ministério da Educação passou a credenciar as instituições acadêmicas para o ensino, que começa com o setor privado timidamente buscando espaço e credibilidade. Em 2005, mais uma vez o MEC anuncia o projeto da criação de um sistema nacional de educação superior chamada Universidade Aberta do Brasil- UAB em parceria com as instituições de ensino superior pública, surgindo os cursos de licenciatura e pedagogia da UAB- UECE[187].

As licenciaturas EaD, foram elaboradas no seu projeto político pedagógico (PPP) já de acordo com as modificações das licenciaturas que passaram a ter 300 horas de estágio[188]. Assim tem um formato diferente do sistema presencial mais contempla todas as mudanças que vamos explanar agora.

O formato EaD consta de disciplinas com duração de 30 dias com carga horaria de 60hs e de 90 dias para as de 90hs que são as de Estágio supervisionado e TCC. Tem as disciplinas padrão e Oficinas das mesmas para o exercício de elaboração de planos de aula. O Estágio supervisionado está divido em 4 disciplinas de 90 horas. Estágio supervisionado I onde consta observação e atuação em sala de aula no ensino Fundamental II; Estágio supervisionado II é a elaboração de um projeto de intervenção patrimonial de um equipamento cultural da cidade, fortalecendo a construção de uma identidade cultural. O

186 Para acessar o conteúdo completo, ver: https://www.unit.br/blog/como-surgiu-ead#:~:text=A%20partir%20da%20d%C3%A9cada%20de,v%C3%ADdeo%20para%20transmitir%20conte%C3%BAdo%20educacional. Acesso em: 6 mar. 2023.

187 https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/como-surgiram-os-cursos-de-ensino-a-distancia-no-brasil-e-no-mundo/#:~:text=A%20era%20digital,-Com%20a%20chega. Acesso em: 6 mar. 2023.

188 https://abmes.org.br/blog/detalhe/15116/licenciaturas-e-a-obrigatoriedade-do-tempo-de-integralizacao-em-4-anos. Acesso em: 6 mar. 2023.

projeto é aplicado em sala de aula ou no equipamento cultural como uma aula de campo.

Estágio supervisionado III consta da observação e atuação em sala de aula no ensino Médio e por fim o Estágio supervisionado IV que consta na elaboração de um material didático, de acordo com o tema da sua pesquisa no TCC que será aplicado em sala de aula. Vejamos que o aluno observa e já entra em sala desde o primeiro Estágio supervisionado, elabora um plano de intervenção patrimonial e um material didático. Lembrando que ao contrário do curso presencial que tem a disciplina Ação patrimonial, no EaD é feito isso no Estágio IV.

Para finalizar tem o trabalho de conclusão de curso (TCC) em formato de memorial que tem três fases: Memorial onde o aluno coloca sua experiencia com o curso, Pesquisa, desenvolve um tema de pesquisa sobre sua cidade e por último o material didático fechando o ciclo: ensino, pesquisa e extensão.

Temos uma plataforma de aprendizagem chamado Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do sistema de ensino Moodle. O sistema EaD trabalha com a autonomia do aluno e seu tempo de dedicação ao curso, flexibilização que tem o intuito de incluir o máximo de pessoas ao nível superior. Assim temos: 2 aulas remotas e 2 presenciais nos municípios, sobre os conteúdos teóricos, 2 atividades de Fórum onde o aluno tem que responder as perguntas de acordo com textos da disciplina e interagir com os outros participantes, 1 prova virtual e atividades que são chamadas de Historiando onde o aluno tem que fazer as atividades propostas relativas a disciplina, são 3 Historiando por disciplina. O Historiando é o momento de criação do próprio aluno pois são atividades diversas tais como: produção de vídeo aula, podcast, jornal, cordel, artigo, resenha e plano de aula. As atividades do Historiando é um exercício para a produção do material didático final e o uso das culturas locais, como o cordel e a Xilogravura que podem ser usados.

Temos ainda o chamado Desafio para aquele aluno que deixar de fazer alguma atividade poder recuperar, pois não tem outra alternativa como segunda chamada e ainda tem o NEF para quem não conseguir tirar acima de 4,0. A avaliação é feita pelo sistema e conta com porcentagem de atividades, fóruns, assiduidade e notas gerando uma média.

No Estágio supervisionado III, o Fórum 1 é sobre os textos teóricos sobre estágio no ensino Médio, o 2 Fórum é para tirar dúvidas sobre a elaboração dos relatórios. No Historiando I o estagiário tem que observar a escola e seu cotidiano, escolher o professor regente que vai ficar auxiliando o processo, conversar com os alunos, gestores e professores sobre o ambiente escolar e escolher quem que turma vai ficar para dar as aulas. No Historiando II o estagiário vai junto com o professor regente, planejar as aulas elaborando os três planos de aula para ser aplicados em 6 horas de sala de aula. O professor regente auxilia o estagiário nessa atividade. No Historiando III o estagiário relata a sua experiencia em sala de aula, aplicação dos planos e as suas análises do processo.

O Estágio supervisionado III foi feito pela turma de História do polo de Iguatu na FECLI. Iguatu uma cidade localizada na região cetro sul do Ceará, configura-se como principal centro econômico da sua região, foi um grande produtor de algodão na segunda metade do século XX, batendo recorde de produtividade da fibra do algodão. Sua economia hoje se pauta em moveleiras, serviços e calçados. Fica a 364,7km da capital do estado Fortaleza sendo uma cidade histórica principalmente pelo seu desenvolvimento industrial do algodão[189].

A turma é composta por 17 alunos que moram na cidade e nos municípios vizinhos, sendo assim o estágio foi feito em várias escolas de ensino médio.

O Estágio Supervisionado uma reflexão teórica

O Estágio supervisionado permite uma articulação entre teorias, metodologias e prática ao longo da licenciatura. Momento de se deparar com a realidade do trabalho que irá atuar sem as romantizações e ilusões construídas muitas vezes ao longo do curso. E um momento de trocas entre o professor regente que está atuando em sala de aula e o estagiário sob a supervisão do professor coordenado.

> O Estágio supervisionado, segundo o projeto pedagógico, pressupõe atividades efetivadas num ambiente institucional de trabalho, reconhecido pelo sistema de ensino, que se concretiza na relação interinstitucional estabe-

189 https://iguatu.ce.gov.br/descubra-iguatu-o-coracao-do-centro-sul-cearense.

> lecida entre, um docente experiente e o aluno estagiário com a mediação de um supervisor. Precisa proporcionar ao estagiário uma reflexão contextualizada, conferindo-lhe condições para que se forme como autor de sua prática (Camelo, 2020, p. 55-56).

Essa reflexão contextualizada no ensino EaD é debatida nas aulas remotas e presenciais dando certa liberdade para o aluno, construir sua própria prática escolhendo as metodologias ativas que melhor se encaixe no seu cotidiano e da escola. A observação escolar nesse sentido permite que o estagiário perceba as relações sociais e intelectuais entre discentes, docentes e gestores, na construção do seu método. O professor regente tem grande participação pois é ele quem fica auxiliando o aluno dentro da escola e nos planejamentos.

Outra questão importante no exercício da docência é a preparação teórica que terá uma aplicabilidade, mas é na vivência do cotidiano escolar que se constrói o saber escolar. Essa prática supervisionada se faz necessário para a tomada de consciência por parte dos futuros professores de que as teorias estudadas por eles no curso de formação são fundamentais, mas em hipótese alguma, suficientes para o pleno exercício da docência (Pimenta, 1999). É preciso ter uma imersão de conhecimentos e métodos dentro do ambiente escolar, para que aconteça a vivência escolar e prática docente mediada por professores já habilitados como o professor regente e o professor orientador da disciplina de Estágio supervisionado (Pimenta, 1999).

Outra questão pertinente é a atuação do professor nesse novo formato de ensino de História. Passamos do professor conteudista em que passa o conhecimento para os alunos sem se dar conta da experiência deles, para o professor reflexivo da década de 1980/90 para o professor mediador nos anos 2000 e chegamos agora como professor pesquisador onde o processo de ensino aprendizagem se transforma num saber ação reflexão. Surgindo assim, professor pesquisador em que desperta nos alunos uma consciência histórica, onde seus conhecimentos são considerados na construção do saber escolar (Bintercout, 2014).

No caso do ensino Ead o aluno precisa exercer a sua autonomia na leitura teórica e construção das suas metodologias para ser aplicada no período de

Estágio Supervisionado. Como é um ensino à distância, o professor regente da sala de aula tem mais contato com o estagiário do que o professor orientador por conta do próprio formato do curso. Nesse sentido é comum o aluno estagiário se sentir mais próximo do professor regente da escola onde se faz o Estágio supervisionado. Esse é um dos pontos que vamos abordar nas análises dos Historiandos dos alunos da turma de História de Iguatu-CE.

Análise dos dados da pesquisa do Estágio supervisionado em Iguatu /CE

O Estágio supervisionado III foi iniciado em agosto e concluído em dezembro de 2023. Com uma turma de 17 alunos que moram em Iguatu ou nas proximidades. Inicialmente os alunos demostraram um certo receio por se depararem com o ensino médio, no qual alguns alunos relataram que havia um "medo" por ser um nível mais elevado, com um público mais exigente e com a responsabilidade para o ENEM.

Foi debatido o novo ensino médio, nos quais alguns alunos destacaram que seria muito cedo para decidir que caminho seguir nos itinerários, podendo levar á frustração no final do curso caso queira mudar de área. Também foi colocado a dificuldade dos alunos em concluir o ensino médio, por conta de fatores socioeconômico, muitas famílias já necessitam que o jovem de 17, 18 anos já comece a trabalhar para ter seu consumo e ajudar nas despesas da casa familiar ou ainda assumir sua própria família. E ainda o desafio do professor em conseguir dar suas aulas de história que desperte uma consciência histórica para que o aluno se considere um cidadão.

Em relação as escolas, os estagiários tiveram certas dificuldades em ser aceitos nas instituições privadas e mistas como o sistema AS - SESC e SENAI. Por fim, todos ficaram numa escola pública do estado. Poucos fizeram em dupla, a maioria fez sozinho por conta da localidade de cada um. Em relação a estrutura das escolas, os relatórios descrevem uma boa estrutura física, com laboratórios e espaços para atividades culturais. A gestão geralmente tinha boa atuação no ordenamento da escola, os alunos gostavam do ambiente escolar, assim como os professores em geral. Para ter essa conclusão, foram aplicados questionários para que gestão, docentes e discentes respondessem, com perguntas sobre a estrutura física, intelectual e cultural da escola. Os

estagiários se sentiram mais seguros com a presença do professor regente nas observações em sala de aula com as turmas do ensino médio. Todos os três níveis assinaram um termo de compromisso do estágio.

No segundo Historiando, os relatórios são sobre a elaboração de planos de aula para a execução das aulas na escola. Primeiro ponto que gostaria de ressaltar é que 70% se depararam com uma realidade, ainda desconhecida por eles, da falta de planejamento em forma de planos de aula, ou ainda em outro formado mais simples que não abrangia o que havíamos discutido para as aulas. Mesmo assim tiveram que fazer de acordo com o plano de aula do curso. Nos planos de aula apresentados, poucos com metodologias ativas assim como atividades, revelando uma proximidade com o formato estabelecido pelo professor regente, na sua prática escolar e não da forma debatida em sala antes do Estágio supervisionado.

Nos relatórios os alunos justificavam que havia gostado da forma de como o professor regente dava a aula e resolveram fazer próximo ao método dele. Tais metodologias se consistia em leitura do livro didático em sala de aula e depois abertura para o debate. Muito uso do quadro branco, na escrita de esquemas ou conteúdos, aplicação de questionários perguntas e respostas prontas. Nessa forma 60% dos alunos acharam melhor fazer de acordo com o professor regente, e os 40% resolveram fazer outras formas, mas não conseguiram se afastar muito da aula tradicional.

No terceiro historiando, onde se faz um relatório com uma análise de todo o processo do Estágio supervisionado os alunos estagiários colocaram suas experiencias em sala de aula e suas conclusões. Assim, 70% acharam que os alunos não correspondem ao que a escola oferece demostrado pelo desinteresse pelas aulas, mal comportamento ou mesmo falta. Não conseguiram ter uma visão maior do problema colocando toda responsabilidade no aluno, e não há críticas sobre os métodos do professor que não conseguem chegar nos alunos.

A grande maioria achou pertinente seguir o professor regente no momento do planejamento das aulas. 60% colocaram que não conseguiram manter uma atenção da turma, mas não relaciona ao método da aula, como se os alunos tivessem que aceitar qualquer metodologia. 40% conseguiram ter um certo domínio da turma na ora da aula, geralmente são os que fizeram um plano mais aproximado das metodologias ativas.

Os 100% dos alunos apesar das críticas feitas aos alunos, disseram ter gostado da experiência em sala de aula, como um fator decisivo se querem ficar no ensino médio pós formatura, diante dos desafios do próprio ensino médio, em ter os jovens em uma fase de transição e ainda ter que escolher um caminho a seguir na academia.

Não relacionam à dispersão dos alunos a uma aula pouco atrativa, já que muito próxima do que eles já vivenciam com o professor regente. Enfim, os relatórios mostram que apesar das metodologias ativas trabalhadas nas aulas de Estágio supervisionado, não foram utilizadas em sala de aula pela totalidade da turma. Houve certa insegurança por parte dos estagiários que no momento de apresentar uma nova metodologia, recuaram e usaram a do professor regente que já tem outra perspectiva e jornada.

A prática do estágio supervisionado também se relaciona com essas questões que foram debatidas em sala de aula, num momento propício de avaliação coletiva da atuação do Estágio. Considerando que essas foram as primeiras experiencias em sala de aula, os estagiários podem ter essas reações, que vão ajudá-los na construção do saber escolar e metodologias ativas para ser usados enquanto profissionais atuantes na escola.

Conclusão da pesquisa

Diante desses relatos de experiencias, podemos concluir que há uma falta de mais autonomia por parte dos estagiários na construção do seu planejamento de aulas. O professor regente teve um papel mais interativo com os estagiários levando-os a seguir o modelo já aplicado em sala de aula e não as metodologias debatidas no curso.

A falta de determinados recursos na escola também levou a uma limitação dos estágios em usar determinadas linguagens. O uso do livro didático poderia ter sido feito de diversas maneiras e não somente a leitura e debate dos textos didáticos.

É um desfio ainda do ensino EaD a aplicação dos estágios supervisionados sendo pauta de reflexão em todas as licenciaturas, por conta distância entre estagiários, professores regentes e professor da disciplina de Estágio supervi-

sionado. O professor regente fica mais perto do estagiário e por isso acabam influenciando nos métodos aplicados em sala de aula.

Contudo, a experiência é muito rica porque podemos refletir sobre todas essas questões, positiva e negativas ainda na formação do aluno, fato que não era possível acontecer antes das mudanças nas licenciaturas.

Os estagiários fizeram uma análise da experiência em sala coletivamente e percebemos que havia uma constante em seguir o professor regente, manter as mesmas metodologias e nem sempre ter sido bem aceito pelos alunos, que ao não ver diferença, mantiveram os comportamentos cotidianos.

Outra reação coletiva, foi a desconstrução do "medo" do ensino médio, que muitos se manifestaram com esse receio antes de entrar nas escolas, pois pensavam com o imaginário popular de que os jovens são mais curiosos, perguntam mais e se colocam diante das insatisfações com o professor. Nesse sentido a experiência serviu para quebrar essa imagem. Os alunos do ensino médio são jovens que estão na fase de afirmação indentitária que a escola é um fator de construção dela.

Enfim, ao entrar no ambiente de trabalho, o estagiário se depara com os seus problemas e facilidades, podendo avaliar como será sua atuação docente profissional. O EaD busca ampliar cada vez mais o conhecimento acadêmico para as cidades que não tem outra forma de acesso, permitindo autonomia e liberdade.

Referências

CAMELO, Julia Constança Pereira. Formação de professores e estágio: desafios a partir de uma experiencia. *In:* ALMEIDA, Antônio Evaldo; CAMELO, Julia Constança Pereira; TOURINHO JUNIOR, Washington (Orgs). **Ensino de História:** linguagens, memoria e saberes históricos. Curitiba: CRV, 2020.

PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividades docentes.** São Paulo Cortez, 1999.

Editora
SERTÃO CULT
10 anos

Este livro foi composto em fonte Adobe Garamond Prod, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m², com 680 páginas e em e-book formato pdf.
Outubro de 2024.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

ANAIS ELETRÔNICOS

ESCRITA DA HISTÓRIA E POLÍTICAS DA MEMÓRIA

ISBN 978-655421174-1

9 786554 211741

Editora SERTÃO CULT